



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1914

Quarta-feira - 20 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Governador Celso Ramos.....	341	Peritiba.....	572
Anchieta.....	3	Guaraciaba.....	342	Pinheiro Preto.....	573
Antônio Carlos.....	4	Herval d'Oeste.....	343	Pomerode.....	576
Arabutã.....	5	Ilhota.....	344	Ponte Serrada.....	582
Ascurra.....	7	Imbituba.....	350	Porto União.....	588
Balneário Rincão.....	8	Indaial.....	352	Presidente Nereu.....	589
Benedito Novo.....	37	Iomerê.....	358	Rio dos Cedros.....	633
Biguaçu.....	38	Itá.....	359	Rio do Sul.....	592
Bom Jesus do Oeste.....	47	Itaiópolis.....	360	Romelândia.....	634
Bom Retiro.....	60	Itapiranga.....	361	Santa Rosa do Sul.....	635
Botuvera.....	61	Itapoá.....	362	Santa Terezinha do Progresso.....	636
Braço do Trombudo.....	62	Joaçaba.....	392	São Bento do Sul.....	637
Brunópolis.....	65	Lages.....	394	São Domingos.....	639
Brusque.....	66	Laguna.....	397	São João do Oeste.....	642
Caçador.....	70	Lauro Muller.....	398	São João do Sul.....	644
Camboriú.....	118	Lebon Regis.....	399	São Joaquim.....	646
Campo Alegre.....	119	Leoberto Leal.....	400	São José.....	665
Campos Novos.....	121	Lindóia do Sul.....	401	São Lourenço do Oeste.....	677
Canelinha.....	265	Macieira.....	432	São Miguel da Boa Vista.....	682
Canoinhas.....	266	Mafra.....	433	São Miguel do Oeste.....	683
Capinzal.....	268	Maravilha.....	434	São Pedro de Alcântara.....	685
Celso Ramos.....	279	Massaranduba.....	438	Schroeder.....	688
Chapadão do Lageado.....	280	Meleiro.....	448	Seara.....	696
Concórdia.....	282	Modelo.....	449	Serra Alta.....	717
Coronel Martins.....	285	Mondai.....	454	Sombrio.....	737
Corupá.....	321	Monte Carlo.....	455	Sul Brasil.....	739
Curitibanos.....	322	Morro da Fumaça.....	502	Timbé do Sul.....	740
Dionísio Cerqueira.....	324	Navegantes.....	519	Timbó.....	746
Ermo.....	325	Nova Trento.....	532	Três Barras.....	763
Faxinal dos Guedes.....	326	Novo Horizonte.....	536	Trombudo Central.....	769
Flor do Sertão.....	328	Ouro.....	537	Urussanga.....	772
Forquilha.....	329	Paial.....	538	Videira.....	774
Fraiburgo.....	331	Palhoça.....	539	Vitor Meireles.....	778
Frei Rogério.....	333	Palmitos.....	544	Xanxerê.....	783
Galvão.....	335	Papanduva.....	546	Xavantina.....	784
Garopaba.....	336	Paraíso.....	553	Xaxim.....	794
Garuva.....	337	Passos Maia.....	563		
Gaspar.....	338	Penha.....	564		

Consórcios

AGIR.....	795
ARIS.....	797
CIGA.....	797
CIS/AMAUC.....	802
CIS/AMURES.....	817
Consórcio CVC.....	818

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2016 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 1/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 1/2016
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público para conhecimento, a RATIFICAÇÃO do ato da Comissão de Licitações, pertinente ao PROCESSO LICITATÓRIO nº 1/2016, "INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 1/2016", destinado a contratação de serviços de atendimento de urgência e emergência para pacientes do município de Água Doce, no valor de R\$ 110.493,84 (cento e dez mil quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), nos termos do art. 25 Lei Federal nº 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 19 de janeiro de 2016
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS

PORTARIA 020/2016

PORTARIA Nº 020/2016 de 19 de janeiro de 2016
"EXONERAR PENSÃO POR MORTE DO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito em Exercício de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:
Artigo 1º Exonerar a pensão por morte do servidor Francisco Miguel Totti, aposentado, CPF nº 346.114.959-49, pelo falecimento da esposa e dependente Helsam Paula Totti, pensionista do funcionário, conforme protocolo da Certidão de Óbito em 11/01/2016, documento anexo.
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de janeiro de 2016
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 2/2016
PREGÃO PRESENCIAL 1/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 2/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 1/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR POR ITEM", destinado a aquisição de medicamento PROLOPA 200/50mg para distribuição gratuita na farmácia dos ESFs Irma Thereza Uber e Alzira Itália Ferretti, o qual será processado e julgado no dia 01 de fevereiro de 2016 às 16h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2016
ORLANDO FÁVERO
Gestor do FMS

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 001-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 001/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Global por item, para Contratação de empresa para prestação de serviços de estofaria com fornecimento de material necessário, para serem consertados os bancos, cintos de segurança e assoalho dos veículos do transporte escolar lotados no ensino Infantil e Fundamental, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 02/02/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 19 de janeiro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 012/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 109/2013 – Pregão Presencial 075/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratado: MBR11 – TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA ME; Objeto: Prorrogar o prazo e reajustar o valor do presente contrato, que consiste na “contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de assistência e suporte técnico na área de informática, compreendendo a implantação de sistema de gerenciamento de rede e inventário, manutenção preventiva e corretiva de hardware com e sem troca de peças, conforme especificações constante no anexo I do edital”; Reajuste: Fica alterada a cláusula segunda do presente contrato, cujo valor total corrigido pelo INPC passará a ser de R\$ 48.931,32 (quarenta e oito mil novecentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos) Prorrogação: Fica prorrogado o prazo do contrato acima enumerado por 12 (doze) meses. Novo Vencimento: 13 de janeiro de 2017.

Antônio Carlos, 19 de janeiro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 016/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 109/2013 – Pregão Presencial 075/2013. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratado: MBR11 – TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA ME; Objeto: Prorrogar o prazo e reajustar o valor do presente contrato, que consiste na “contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de assistência e suporte técnico na área de informática, compreendendo a implantação de sistema de gerenciamento de rede e inventário, manutenção preventiva e corretiva de hardware com e sem troca de peças, conforme especificações constante no anexo I do edital”; Reajuste: Fica alterada a cláusula segunda do presente contrato, cujo valor total corrigido pelo INPC passará a ser de R\$ 8.754,84 (oito mil setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) Prorrogação: Fica prorrogado o prazo do contrato acima enumerado por mais 12 (doze) meses. Novo Vencimento: 13 de janeiro de 2017.

Antônio Carlos, 07 de janeiro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 002/2016

RESUMO DA ATA 001

Processo Licitatório nº. 002/2016 – Pregão Presencial nº 001/2016
Objeto: Registro de preço de gêneros alimentícios da merenda escolar, conforme identificação constante do Formulário-Proposta, anexo I do Edital.

Os Credenciados/Representantes Legais das empresas COOPERATIVA DE PROD. E CONS. CDIA - FILIAL (7326), AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (8231), NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (8789), TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME (8940) compareceram na sessão pública.

As empresas apresentaram documentação comprobatória de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, com exceção da empresa COOPERATIVA DE PROD. E CONS. CDIA - FILIAL (7326).

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão, sendo que nos itens onde houve empates, foram feitos sorteios.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais.

Assim, a Pregoeira e a Equipe de Apoio resolvem encaminhar para Processo Licitatório para o parecer técnico do setor solicitante.

Indagados todos os presentes, não foi ofertada qualquer espécie de impugnação.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Arabutã e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.arabuta.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/27067/codLicitacao/67822>.

Arabutã, 19 de janeiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 003/2016

RESUMO DA ATA 001

Processo Licitatório nº. 003/2016 – Pregão Presencial nº 002/2016
Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar (Linha 02 e Linha 11), em conformidade com as especificações, quantidades e preços máximos definidos no Formulário-Proposta.

Não houve credenciados ou representantes legais na sessão de licitação.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira e Equipe de Apoio. Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão, sendo que não houve lances.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

Assim, a Pregoeira e a Equipe de Apoio resolvem encaminhar para Processo Licitatório para o parecer técnico do setor solicitante.

O licitante deverá encaminhar a documentação solicitada no item 9.2.1 do Edital, em até cinco dias (27/01/2016) através dos e-mails administracao@arabuta.sc.gov.br ou licitacoes@arabuta.sc.gov.br.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Arabutã e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.arabuta.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/27067/codLicitacao/67823>.

Arabutã, 19 de janeiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 004/2016

RESUMO DA ATA 001

Processo Licitatório nº. 004/2016 – Pregão Presencial nº 003/2016
Objeto: Registro de preços de combustíveis, lavagens, lubrificantes e graxas para a frota de máquinas e veículos do Município de Arabutã, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo I.

Os Credenciados/Representantes Legais das empresas LUBRIFIL-COM.LUBRIF. E FILTROS LTDA-ME (6836), AUTO POSTO AURORA LTDA (7637), MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7989), WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA (8344), AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP (8805), DIEGO HENRIQUE DORZBACHER 08485600940 (8806) compareceram na sessão pública.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os

documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais. Assim, a Pregoeira e a Equipe de Apoio resolvem encaminhar para Processo Licitatório para o parecer técnico do setor solicitante. Os licitantes deverão encaminhar a documentação solicitada no item 9.4 do Edital, em até cinco dias (27/01/2016) através dos e-mails administração@arabuta.sc.gov.br ou licitacoes@arabuta.sc.gov.br.

Indagados todos os presentes, não foi ofertada qualquer espécie de impugnação.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Arabutã e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.arabuta.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/27067/codLicitacao/67825>.

Arabutã, 19 de janeiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 010/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para a Contratação de empresa para o fornecimento de peças e mão de obra para recuperação do trator de esteiras D-51, ano 2011, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 03 de fevereiro de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administração@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br.

Arabutã/SC, 19 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE
Prefeito em exercício

PORTARIA Nº 016/2016

PORTARIA Nº 016/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor ROSELI DRESSEL inscrita no CPF sob nº. 046.471.469-95, ocupante do cargo de Provimento em Efetivo Agente de Copa e Higienização, férias referentes ao período aquisitivo de 06 de maio de 2014 a 05 de maio de 2015, para serem gozadas no período de 20 de janeiro de 2016 a 18 de fevereiro de 2016.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 19 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº 017/2016

PORTARIA Nº 017/2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Marcelo Morche, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir de 20 de janeiro de 2016 a servidora JOANA CARINE GOLDMEYER inscrita no CPF sob nº. 039.438.729-55, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Administração e Fazenda.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
20 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pelas publicações

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N 4/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 4/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: Info Digitalle – Soluções Tecnológicas para Gestão Documental LTDA - ME

Objeto: Itens:

1. Locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows;
2. Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX);
3. Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual.

Valor: R\$ 3.852,48 (três mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

Vigência: até 31/12/2016

Ascurra, 20 de janeiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 02/02/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada, de areia para aterro, lajotas sextavada, meio fios e tubo de concreto, areia siltica (argilosa), areia para assentamento de lajotas, areão, pedra de alicerce e seixo rolado peneirado, para serem utilizadas na manutenção de pavimentação e conservação das diversas ruas no Município de Balneário Rincão, durante o exercício de 2016.
Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 19 de Janeiro de 2016.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**RETIFICAÇÃO AO PREGÃO 002/SAMAE/2015****AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/SAMAE/2016**

A Pregoeira do Samae de Balneário Rincão e sua Equipe de Apoio tornam público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 002/SAMAE/2016, que tem como objeto: aquisição de insumo de produção para a Estação de Tratamento de Água do Samae do Município de Balneário Rincão durante o ano de 2016, fica retificado as exigências de qualificação técnica constante no edital. **Onde se lê: . 8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** I - Atestado de Capacidade Técnica ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em característica, com o objeto da presente licitação. II – Certificado ISO 9001 da empresa. **Leia-se: . 8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** I - Atestado de Capacidade Técnica ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em característica, com o objeto da presente licitação. Ficam mantidas data e horário de abertura do certame.

Balneário Rincão, 19 de Janeiro de 2016.

RENATA DAROS TORRES

Pregoeira

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/SAMAE/2016**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de insumo de produção para a Estação de Tratamento de Água do Samae do Município de Balneário Rincão - SC.

LEGISLAÇÃO: Lei n. 10.520/2002, Lei n. 8666/93 e Lei Complementar n. 123/2006 e demais atualizações posteriores.

DATA DA ABERTURA: 26/01/2016 ÀS 14H00MIN

PROTOCOLO: 26/01/2016 ATÉ ÀS 13H45MIN

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES

FONE: (48) 3468.7800

INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações e Contratos.

RETIRADA DO EDITAL: sito Rua Paraná, 389, Centro do Balneário Rincão ou por e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão - SC, 12 de Janeiro de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/SAMAE/2016

O **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO – SAMAE**, pessoa jurídica de direito público, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, destinado ao recebimento de propostas para a aquisição de insumo de produção no atendimento das necessidades da Estação de tratamento de Água do Município de Balneário Rincão - SC, em conformidade com as Leis 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

1. INFORMAÇÕES

1.1 Local e horário de expediente para retirada do Edital, esclarecimentos e informações aos licitantes: Samae de Balneário Rincão, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC. Fone/Fax: (48) 3468-7800/ e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com.

1.2 Não serão admitidas nesta licitação: empresas suspensas ou impedidas de licitar com esta Autarquia Municipal, as empresas que estiverem em regime de falência, bem como os consórcios de empresas (qualquer que seja sua forma de constituição).

1.3 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital, observando-se as devidas ressalvas e benefícios conferidos às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar 123/2006.

1.4. Toda Documentação de Habilitação e Proposta de Preço deverá ser apresentada à época pertinente, preferencialmente, rubricada e ordenada na forma deste Edital.

1.5. Impugnações e recursos **somente serão recebidos** quando protocolados na sede do Samae de Balneário Rincão.

2. OBJETO

2.1 O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para a contratação de empresa do ramo pertinente, para aquisição de insumo de produção na Estação de tratamento de Água do Samae do Município de Balneário Rincão - SC, mediante as especificações e condições previstas no **(Anexo I)** deste edital.

2.2. O valor estimado para o presente certame será de até R\$ 266.042,63 (duzentos e sessenta e seis mil quarenta e dois reais e sessenta e três centavos).

2.4. Os produtos, objeto deste PREGÃO, deverão ser entregues em parcelas, conforme solicitação do SAMAE até **31/12/2016**.

2.5. Conforme alteração da Lei complementar nº 123/2006 artigo 48 será concedido preferência a empresas de pequeno porte e microempresa no presente certame, entretanto, na ocorrência prevista no artigo 49, II daquela Lei, qual seja, não presentes no mínimo três empresas enquadradas no benefício capazes de cumprirem as exigências do presente edital serão recebidas propostas das demais empresas.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente edital correrão por conta da dotação

orçamentária: 1071 3390 - 5.

4. DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1 O envelope nº. 01 – **PROPOSTA DE PREÇOS** e o envelope nº. 02 – **HABILITAÇÃO** deverão ser entregues lacrados, no Departamento de Compras e Licitações, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, para serem protocolados, até as **13h45min do dia 26/01/2016**, contendo respectivamente, os seguintes dizeres:

a) ENVELOPE Nº. 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO

TELEFONE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/SAMAE/2016

b) ENVELOPE Nº. 2 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO

TELEFONE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/SAMAE/2016

4.2 Neste dia, **após o encerramento do protocolo**, serão realizados o **credenciamento** das empresas licitantes, e o início da sessão do pregão se dará às **14h00min**, no endereço indicado no item 1.1..

4.3 Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, considerado este, aquele que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do protocolo da instituição.

4.4 Caso a instituição não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e o licitante chegar até o horário, este receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

5. CREDENCIAMENTO

5.1 Antes do início da sessão, o representante das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lance, ou apenas acompanhar a licitação, com poderes gerais de representação, deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto Nº. 3.555 e demais documentos relacionados a seguir:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, **acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a"**, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

5.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

5.3 Serão admitidos apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

Obs.: A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará à imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

5.4. A proponente deverá apresentar **inicialmente e em separado dos envelopes, Declaração para Habilitação**, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo de uso facultativo – **(Anexo III do Edital)**.

5.4.1 - Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá ser preenchida, através de formulário **(Anexo III)**, na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal. Ou, ainda, poderá ser entregue na Sessão Pública caso esteja em poder de pessoa presente;

5.5. A proponente deverá apresentar **inicialmente e em separado dos envelopes**, Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** (se for o caso, de interesse da licitante), na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de Registro do Comércio (DNRC).

5.5.1. A ausência do documento citado em 5.5, não implicará na inabilitação da licitante.

5.6. A licitante que não se fizer representar na sessão pública do pregão, deverá entregar os documentos solicitados nos itens **5.4 e, “se for o caso”, 5.5** em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: **ENVELOPE Nº 03 – Documentos de credenciamento**. O não atendimento deste quesito **importará na não aceitação da proposta**.

5.7. A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

5.8. Em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, momento que poderá ser devolvido, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando ao SAMAE inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

6. PROPOSTA

6.1 O envelope lacrado nº. 1 – **PROPOSTA DE PREÇOS** – deverá conter a proposta, emitida em 01 (uma) via, datilografada ou impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada (Exemplo: 1/5, 2/5... 5/5) em todas as suas folhas, além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:

I - indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico ("e-mail"), este último se houver, para contato e nome/CPF do responsável para a assinatura do contrato (se vencedor);

II – descrição geral (ou detalhada) quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no **(Anexo I)** do presente Edital, o valor unitário, lote e total, em moeda corrente nacional, em algarismos – duas casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso;

III – prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega dos envelopes, não havendo indicação expressa será considerado como tal;

IV – forma de pagamento: até 30 dias após a apresentação da nota fiscal;

V – prazo de entrega: fornecimento parcelado com entrega em até 10 dias até que seja atingida a quantidade total adquirida, não podendo ultrapassar 31/12/2016 e deverão ser entregues de acordo com as especificações deste edital.

VI – local de entrega: Estação de Tratamento de Água do Balneário Rincão - SC.

VII - Deverá constar na proposta a **marca** do produto cotado, sob pena de desclassificação do item.

6.2 O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computadas todas as despesas que incidam sobre o contrato, as quais ficarão a cargo da futura contratada.

6.3 Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas que não comprometam a legalidade do certame serão resolvidas pelo Pregoeiro.

6.4 Preferencialmente, e exclusivamente, para facilitar o julgamento por parte do pregoeiro, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas nos moldes do **(Anexo IV)**.

6.5 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica prevalecerão às da proposta. Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do edital, será considerado o primeiro (valor unitário).

7. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A HABILITAÇÃO

7.1 O envelope lacrado **nº. 2 – HABILITAÇÃO** – deverá conter os documentos relacionados para habilitação **(item 8)**, apresentados em 1 (uma) única via, em original, fotocópia autenticada por tabelião, por servidor designado pela administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão Oficial (perfeitamente legíveis), **todos da matriz ou da filial** da licitante, preferencialmente rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,....5/5) em todas as folhas.

7.2 Quanto às autenticações:

7.2.1 Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprografados. (Conforme art. 579 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina).

7.2.2 Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original, ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

7.3 Documentos matriz/filial: Os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo:

7.4 Prazos de validade dos documentos:

7.4.1 É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade;

7.4.2 Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, previsto no art. 4º. da Lei de Introdução do Código Civil;

7.4.3 A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.

8. HABILITAÇÃO

8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e,
- d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos relacionados nas alíneas **a, b, c, e d deste subitem 8.1.** não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", uma vez apresentados para o credenciamento neste Pregão.

8.2 REGULARIDADE FISCAL

- a)** Certidão conjunta negativa perante a **Fazenda Federal**, quanto a **Dívida Ativa da União** e Seguridade Social fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal;
- b)** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;
- c)** Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;
- d)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I – Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.

8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Atestado de Capacidade Técnica ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em característica, com o objeto da presente licitação.

II – Certificado ISO 9001 da empresa.

8.5 DAS DECLARAÇÕES

I – Documento declarando que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo V**.

II - Declaração de Concordância com os Termos do presente edital (Aceitação das Condições do Edital), modelo **Anexo VI**.

III - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de participação no presente Pregão; modelo **Anexo VIII**.

9. PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

9.1 A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por pregoeiro e realizada de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Lei complementar 123/2006, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinado.

9.2 A empresa que remeter os envelopes por meio postal, deverá obrigatoriamente anexar a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em um terceiro envelope, sendo que a falta desta observação desclassificará automaticamente a licitante.

9.2.1. O SAMAE de Balneário Rincão não se responsabilizará por extravios que por ventura venha a ocorrer, por meio de remessa postal.

9.3. No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado:

9.3.1. Realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme **Cláusula Quinta** do presente Edital.

9.3.2. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

9.4. Abrir-se-ão os envelopes Nº. 1 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado aprazado no Edital.

9.4.1 O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá à verificação do conteúdo do envelope n.º1, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

9.4.2. O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de **Menor Preço** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor, ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 ofertas no intervalo de 10% (dez por cento).

9.4.3 Às proponentes classificadas, conforme subitem **9.4.2**, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

9.4.4. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

9.4.5. Fica a critério do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

9.4.6. O pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

9.4.7. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.4.8. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

9.4.9. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

9.5. Procedida à classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante**, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.5.1. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, a mesma será declarada vencedora do certame.

9.5.2. Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o **item 12** deste Edital, e retomando a licitação na forma do item **9.5 ou 9.6**.

9.6. Procedida à classificação provisória e verificada que o melhor preço/lance **não** foi apresentado por **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante**, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

9.6.1. Ocorrendo **empate fictício**, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

a) - a **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) - não ocorrendo a contratação da **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, na forma da letra "a" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas **Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte** que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC

123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) - O prazo para apresentação de nova proposta será de **até 05 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

e) - Na hipótese de não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

f) - Será assegurada, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**.

9.7. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.7.1. Será desclassificada a proponente que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;

c) apresentar preços com valor excessivo ou com preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços praticados no mercado da região.

9.7.2 Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deva fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.7.3. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, lote ou global (conforme o caso), será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

9.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

9.9. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

9.10. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:

a) serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os **documentos relativos à regularidade fiscal**, declarando-se:

b.1. o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2. o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante, para, no prazo de 5 (cinco) dias, improrrogáveis, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.10.1. Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2. acima, o licitante **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência,

sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

9.11. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando à seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - art. 4º XVIII, da lei 10.520/2002, (03 dias consecutivos).

9.11.1. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

9.12. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

9.13. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

9.14. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

9.15 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

9.16. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de **MENOR PREÇO POR LOTE** desde que atendidas às exigências de habilitação e especificações constantes deste Edital.

10. ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto deste **PREGÃO** será adjudicado ao licitante cuja proposta for considerada vencedora.

10.2 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e, posteriormente, submeterá a homologação do processo ao Senhor Diretor Presidente.

10.3 No caso de interposição de recursos, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido ao Senhor Diretor Presidente para os procedimentos de adjudicação e homologação.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

11.2 Os recursos interpostos às decisões proferidas pelo Pregoeiro serão conhecidos nos termos do

inciso XVIII, do art. 4º da Lei 10.520/02, se dirigidos diretamente ao Diretor Presidente, autuados pela empresa na Seção de Protocolo, na Central do Cidadão.

11.3 Os recursos serão recebidos pelo Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar ou não sua decisão em 3(três) dias úteis, e encaminhá-los, devidamente informados à autoridade competente, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 O acolhimento dos recursos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5 Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e na minuta contratual, caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da data da intimação.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Ficarão impedidas de licitar e contratar com o SAMAE de Balneário Rincão/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, as licitantes que:

- I – ensejarem o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- II – não mantiverem a proposta, injustificadamente;
- III – comportar-se de modo inidôneo;
- IV – fizerem declaração falsa;
- V – cometerem fraude fiscal;
- VI – falharem ou fraudarem no fornecimento do objeto.

12.2 Pelos motivos que seguem, principalmente, os licitantes vencedores estarão sujeitos às penalidades tratadas na condição anterior:

- I – pelo fornecimento de material desconforme com o especificado e aceito;
- II – pela não substituição, no prazo estipulado, dos materiais/serviços recusados;
- III – pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.

12.3 Além das penalidades citadas, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93.

12.4 Comprovado impedimento, ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo SAMAE deste Município, em relação a um dos motivos mencionados no subitem 12.2, os licitantes vencedores ficarão isentos das penalidades mencionadas.

12.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Samae do Município de Balneário Rincão, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas aos licitantes vencedores.

12.6 A recusa injustificada dos adjudicatários em assinarem o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

12.7 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, o Samae do Município poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor, as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

13. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

13.1 Os licitantes vencedores ficarão obrigados a:

13.1.1 Entregar os produtos nas condições estabelecidas, no preço e nos prazos constantes deste Edital, em conformidade com o art. 69 c/c art. 73, II, b, da Lei nº 8.666/93 e Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e também deverá substituí-los, sem ônus para o SAMAE do Balneário Rincão, caso não estejam de acordo com as especificações e padrões de qualidades exigidos;

13.1.2 Manterem durante a entrega do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.3 Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência do SAMAE.

14. PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal e aceite dos produtos pela Diretoria Administrativa Financeira.

14.2 Os preços cotados são irrevogáveis na forma da Lei.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pelo fato de apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

15.2 O objeto deste PREGÃO poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei 8.666/93.

15.3 Recomendam-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes para protocolo no Departamento de Compras e Licitações, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneário Rincão – SC, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto, para a abertura do Pregão.

15.4 É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

15.5 A Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

15.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.7 Só se iniciam e vencem os prazos referidos no subitem 15.6 em dia de expediente normal na Administração Municipal.

15.8 São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I Termo de Referência

ANEXO II Modelo de Credenciamento

ANEXO III Modelo de declaração de Regularidade Fiscal e demais obrigações habilitatórias

ANEXO IV Modelo de Proposta Comercial

ANEXO V Modelo de Declaração quanto ao cumprimento às Normas Relativas ao Trabalho do Menor

ANEXO VI Modelo Recibo de Retirada do Edital

ANEXO VII Declaração de Concordância com os termos do Edital

ANEXO VIII Minuta Contratual

ANEXO IX Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de participação no Pregão Presencial Nº. 002/SAMAE/2016.

Balneário Rincão – SC, 12 de Janeiro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
Pregoeira

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO - Descrição, Especificações e Quantitativos.

O presente processo licitatório tem como objeto Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de insumo de produção da estação de tratamento de água do SAMAE Balneário Rincão-SC

2. VALOR DE REFERÊNCIA

O valor global estimado para a aquisição do referido objeto será de **R\$ 266.042,63 (duzentos e sessenta e seis mil quarenta e dois reais e sessenta e três centavos).**

3. ESPECIFICAÇÕES

O item, no que se refere à quantidade e demais especificações, está disposto na tabela abaixo.

3.1 Quantidades e Especificações

Ítem	Produto	Descrição dos produtos	Valor	Quantidade	valor
1	Sulfato de Alumínio isento de ferro.	Granulado Isento de ferro Pureza mínima de 98% Embalagem de 25Kg	R\$ 1,87/ kg	Quantidade anual prevista: 60.000,00Kg	112.200,00
2	Flúor silicato de Sódio.	Granulado Pureza mínima de 98% Embalagem de 25Kg	R\$ 3,73 / kg	Quantidade anual prevista: 3600,00Kg	13.428,00
3	Cal Hidratado Calcita.	Uso Alimentício Saca 20Kg	R\$1,27/ kg	Quantidade anual prevista: 18500,00Kg	23.495,00
4	Hidróxido de sódio	Uso Alimentício. Saca de 25kg, solido em escamas.	R\$ 4,74	Quantidade anual prevista: 3.600kg	17,064,00
5	Hipoclorito de sódio	Uso alimentício, em	2,35	Quantidade anual	4.230,00

		embalagens de 30 kg. Teor de cloro ativo de 12 %		prevista: 1.800kg	
TOTAL					R\$ 170.417,00

Ítem	Produto	Descrição dos produtos	Valor	Quantidade	valor
1	Cloro gás	Em Cilindro de 900 Kg	R\$ 7,77	Quantidade anual prevista: 11.700,00 kg	11.700,00
TOTAL					R\$ 90.909,00

Valor total: R\$ 261.326,00(duzentos e sessenta e um mil trezentos e vinte e seis reais).

4 - ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DA ENTREGA E OGRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 4.1 - A empresa contratada deverá possuir certificado ISO 9001;
 4.2 – deverá entregar de imediato os produtos e equipamentos assim que solicitados, sob pena de sofrer as sanções previstas em lei.
 4.3. A empresa contratada deverá oferecer garantia mínima de 03(três) meses.
 4.4. Dar toda a assistência necessária.

5 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1 As despesas decorrentes do presente processo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: 1071 3390 5.

6. CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 6.1 Os fornecedores são responsáveis diretos pela qualidade dos produtos e materiais licitados.
- 6.2 Quando da apresentação da proposta, fica subentendido que a Licitante não teve qualquer dúvida relacionada com a interpretação dos itens e demais elementos fornecidos, permitindo-lhe, assim, elaborar proposta completa. Portanto, fica estabelecido que a realização, pela Licitante, de qualquer elemento ou cessão de serviços implicará na tácita aceitação e ratificação, por parte dela, dos veículos e equipamento, processos e dispositivos adotados e preconizados nestas especificações, para o elemento ou cessão de serviços executados.
- 6.3 Todas as dúvidas que porventura venham a surgir e que não estejam previstas nestas especificações, deverão ser comunicadas à Comissão Permanente de Licitações do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Balneário Rincão.
- 6.4 A entrega deverá ser feita na Estação de Tratamento do Balneário Rincão/SC.

FABRICIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

ENGENHEIRO QUIMICO ETA**ANEXO II
MODELO DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº.002/SAMAE/2016****(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)**

Por este instrumento solicitamos o credenciamento da empresa....., para participar da licitação acima referenciada, neste evento representada por (nome/identidade/CPF).....
..e procuração anexa, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando a formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local/Data

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa.

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E DEMAIS OBRIGAÇÕES
HABILITATÓRIAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/SAMAE/2016

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL
(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

_____ (nome da empresa), com sede na
_____ (endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº.
_____, licitante no certame acima destacado, promovido pela o SAMAE de
Balneário Rincão, declara, por meio de seu representante legal infra-assinado, inscrito no R.G. sob o
nº. _____ e no CPF sob o nº, que se encontra em situação regular perante as
Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a
todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio.

Local/Data

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do
representante legal da empresa.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS AO
TRABALHO DO MENOR
PREGÃO PRESENCIAL Nº.002/SAMAE/2016

DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO INCISO V DO ART. 27 DA LEI 8.666/93.

_____, (nome da empresa), com sede na _____
(endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o número _____, por seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos).

_____, __ de _____ de 2016.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa.

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL DE PREGÃO
PRESENCIAL Nº. 002/SAMAE/2016

DECLARAÇÃO – ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

_____, (nome da empresa), com sede na _____
(endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o número _____, por seu representante legal infra-assinado, declara através da presente que concorda com todos os termos e condições do edital do **Pregão Presencial Nº. 002/SAMAE/2016** e seus anexos. Tendo acesso a todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e adjudicação, assumimos a responsabilidade por todos os riscos e ônus para a execução do objeto desta licitação.

_____, __ de _____ de 2016.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa.

tornando cabíveis as sanções nele previstas, aqueles que deixarem de entregá-los nas datas acordadas.

3.2 A CONTRATADA assumirá todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes e demais custos que se fizerem necessários para a entrega do produto.

Cláusula Quarta - Da Vigência

4.1 O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até **31 de dezembro de 2016**.

Cláusula Quinta - Da Aceitação e do Controle de Qualidade

5.1 O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da entrega.

5.2 Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

5.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.4 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

5.5 A entrega deverá ser feita parcelada de acordo com a solicitação do SAMAE de Balneário Rincão - SC.

Cláusula Sexta - Do Preço

6.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento do(s) materiais, a importância de: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

6.2 Os preços acima especificados serão absolutamente líquidos, já incluídas todas as despesas com impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, frete e etc.

6.3 É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

Cláusula Sétima - Da Forma e Condições de Pagamento

7.1 O pagamento pelos materiais, será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da entrega do objeto, mediante a apresentação da nota fiscal e aceite dos produtos à Unidade Administrativa respectiva.

7.1.1 O pagamento será realizado pela Diretoria Administrativa Financeira.

7.2 A CONTRATANTE se reserva o direito de exigir da CONTRATADA, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas.

7.3 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar boleto bancário quando solicitado pela CONTRATANTE a cada pedido realizado.

Cláusula Oitava - Do Reajuste

8.1 Os preços propostos são irreajustáveis na forma da lei.

Cláusula Nona - Da Dotação Orçamentária

9.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente edital correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: **xxxxxxx**

Cláusula Décima - Do Valor

10.1 O valor global deste contrato é de R\$XXXXXXXXX (XXXX mil reais).

Cláusula Décima - Primeira - Da Execução

11.1 Este contrato deverá ser executado pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Cláusula Décima - Segunda - Da Alteração Contratual

12.1 Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

12.1.1 Unilateralmente pela CONTRATANTE

a) quando houver modificação na forma de fornecimento ou das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

12.1.2. Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação do serviço.

12.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Terceira - Das Penalidades

13.1 Em caso de inexecução parcial das condições estabelecidas neste contrato, erros ou atrasos do fornecimento e quaisquer outras irregularidades, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades:

13.1.1 Advertência;

13.1.2 Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, no caso da CONTRATADA não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

13.1.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

13.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação;

13.2 A sanção de advertência de que trata o item 13.1.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

13.2.1 Descumprimento das determinações necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados na execução do contrato;

13.2.2 Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.3 Pelo atraso injustificado na execução dos serviços/fornecimento ou pelo descumprimento das notificações para regularização das falhas apontadas pela CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor contratual, sem prejuízo das demais sanções.

13.4 O valor das multas referidas no item 13.1.2 e no item 13.3 será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão, não se efetuando qualquer pagamento de fatura, enquanto referida multa houver sido paga ou relevada a penalidade aplicada.

13.5 Não serão aplicadas as multas decorrentes de “casos fortuitos” ou “força maior” desde que devidamente comprovados.

Cláusula Décima Quarta - Dos Recursos Administrativos

14.1 Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, prazo de 03 (três) dias úteis da notificação à autoridade superior que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Quinta - Da Rescisão

15.1 O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes contratantes, mediante Aviso Prévio, desde que seja feito com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.2 O presente Instrumento considerar-se-á rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer notificação, que judicial ou extrajudicial, uma vez verificada a ocorrência de um dos seguintes eventos:

- a) falência ou pedido de concordata da CONTRATADA;
- b) a dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO, se firma individual ou pessoa física;
- c) o não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente contrato, desde que não tomadas as devidas providências dentro de 30 (trinta) dias, a contar do envio, pela CONTRATANTE, da notificação de tal evento;
- d) a subcontratação, cessão total ou parcial do objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

15.3 A rescisão contratual, nos casos acima especificados, acarretará à CONTRATADA:

- a) responsabilidade financeira pelos prejuízos causados, a CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até a apuração dos prejuízos causados a CONTRATANTE, as seus servidores ou a terceiros;

Cláusula Décima - Sexta

16.1 É parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA, o Edital de **PREGÃO Nº. XXX/SAMAE/2016** e demais elementos, independentemente da transcrição.

16.2 A CONTRATADA deverá fornecer o produto em estabelecimento fixo próprio ou alugado e adequado e na forma das normas vigentes de segurança, no local objeto do respectivo item cotado.

Cláusula Décima - Sétima - Do Foro

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Içara/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, assim, por estarem concordes, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Balneário Rincão -SC, ____ de _____ de 2016.

SAMAE BALNEÁRIO RINCÃO
OLÍRIO JOSE LINO
Diretor Presidente
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

1ª TESTEMUNHA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF n. XXXXXXXXXXXXX

2ª TESTEMUNHA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO VIII
MODELO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/SAMAE/2016

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
C.N.P.J.
ENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

Para fins de participação no Edital de **Pregão Presencial Nº. 002/SAMAE/2016**, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2016.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa.

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA PP 78/2015

ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 78/2015

DATA: 19/01/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 11 horas

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA ATUAR EM DIVERSOS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

No dia e horário supramencionados, reuniram-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 157/2015, para dirimirem a respeito do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 78/2015. Na sessão pública de abertura e julgamento da licitação ocorrida no dia 11/12/2015 o representante da licitante SEGVILLE VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP manifestou interesse em interpor recurso, devido a sua inabilitação conforme relatado na referida Ata. Por ocasião, abriu-se o prazo recursal legal de 3 (três) dias, iniciando no dia 14/12/2015 e encerrando no dia 16/12/2015, conforme previsto no art. 4º, VXIII da Lei nº 10.520/2002. Ocorre que, decorrido o prazo recursal concedido, não houve qualquer manifestação por parte da licitante inabilitada. Sendo assim, retoma-se os tramites da licitação, convocando os interessados para abertura do envelope de habilitação da licitante segunda colocada MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA a realizar-se no dia 21/01/2016 às 10 horas, com ou sem a presença dos representantes das licitantes. Em seguida lavrou-se a presente ata. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 19/01/2016, às 11:38 horas. Publique-se.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

RONALF SCHMIDT Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-----------------------------	-------------------------------------	------------------------------------------

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 9/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 77/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012

EMPRESA FORNECEDORA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora no lote 1, totalizando a quantia de R\$ 25.032,00 (vinte e cinco mil e trinta e dois reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 14/01/2016 a 14/01/2017

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 14/01/2016

Jean Michel Grundmann

Prefeito

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO 105/2012

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2012

Referente: Processo Licitatório nº 46/2012

Contratada: GTA GESTAO AMBIENTAL LTDA.

Objeto: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Vigência: 02/01/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 15/12/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A UNIDADE DE ATENDIMENTO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS PARA O ANO DE 2016 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 22/01/2016, às 8h59min do dia 03/02/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 09h00min do dia 03/02/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (03/02/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (03/02/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 22/01/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 19 de janeiro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 004/2016

DECRETO Nº 004/2016 DE: 19 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE O EXAME ADMISSIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E COMISSIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu; e,

Considerando a premente necessidade de provimento de vagas em caráter temporário nas Secretarias de Educação, Obras e Agricultura;

Considerando que o não provimento destas vagas importará em falta de professores para iniciar o ano letivo em algumas unidades educacionais;

Considerando que a lista de exames solicitados pela Perícia Médica Oficial do Município onera demasiadamente os candidatos, muitas vezes com valor igual ou superior ao cargo ao qual ocupariam;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido para o processo admissional dos servidores comissionados ou temporários, habilitados mediante processo seletivo ou seletivo simplificado, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO firmado por profissional médico devidamente habilitado, exceto aqueles que manuseiam alimentos, o que obedecerá exames complementares, conforme Perícia Médica Oficial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 002/2016, de 19/01/2016 e as demais disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

MÊS 12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 76-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: TAF DISTRIBUIDORA LTDA
Valor: 72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência: Início: 10/12/2015 Término: 31/12/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA USO DA CASA LAR E RECREIA.

Contrato Nº: 427/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CEPENGE ENGENHARIA LTDA
Valor: 19.820,00 (dezenove mil oitocentos e vinte reais)
Vigência: Início: 19/11/2015 Término: 31/12/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A INSTALAÇÃO DE PONTOS DE REDE E PONTOS TELEFÔNICOS COM CABOS, TOMADAS E SWITCH E MÃO DE OBRA PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, CREAS, CRAS E RECREIA.

Contrato Nº: 425/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Valor: 498.271,10 (quatrocentos e noventa e oito mil duzentos e setenta e um reais e dez centavos)
Vigência: Início: 03/11/2015 Término: 03/10/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS HERCÍLIO GARCIA, RUA JOÃO PEREIRA FILHO, E RUA SALUSTIANO GARCIA, LOCALIZADAS NO BAIRRO CACHOEIRAS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Contrato Nº: 426/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BRUNA DE MIRANDA - ME
Valor: 726.986,99 (setecentos e vinte e seis mil novecentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos)
Vigência: Início: 03/11/2015 Término: 03/10/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS HERCÍLIO GARCIA, RUA JOÃO PEREIRA FILHO, E RUA SALUSTIANO GARCIA, LOCALIZADAS NO BAIRRO CACHOEIRAS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Contrato Nº: 302-3/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 04/11/2015 Término: 30/05/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 397-2/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: AMA - COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 10/11/2015 Término: 31/12/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 429/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JEFERSON DA SILVEIRA ME
Valor: 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Vigência: Início: 23/11/2015 Término: 31/12/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, PARA USO NO NOVO AQUARTELAMENTO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 405-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Valor: 16.101,70 (dezesseis mil cento e um reais e setenta centavos)
Vigência: Início: 04/11/2015 Término: 06/09/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS RUAS GEORGINO FERMINO MACHADO E GUSTAVO JUSTINO REIS LOCALIZADAS NO BAIRRO CACHOEIRAS, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.

Contrato Nº: 370-2/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: 1DOC TECNOLOGIA LTDA - ME
Valor: 7.116,11 (sete mil cento e dezesseis reais e onze centavos)
Vigência: Início: 06/11/2015 Término: 17/11/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE, SISTEMA E-DOC MEMORANDO ELETRÔNICO, PARA PROCURADORIA GERAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 339-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 10/11/2015 Término: 30/03/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA JOÃO MARCONDES DE MATOS, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 340-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 10/11/2015 Término: 30/06/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA HERMÓGENES PRAZERES, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 127-2/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ SA
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 11/11/2015 Término: 31/12/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS - P13 E P45 PARA USO DOS CEIMS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº: 317-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 10/11/2015 Término: 10/02/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS ERONDINA MARIA DA SILVA E RUA FERMINA ROSALINA MACHADO, LOCALIZADAS NO BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 377-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME

Valor: 33.457,51 (trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos)

Vigência: Início: 11/11/2015 Término: 10/04/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS MANOEL MARIANO FERREIRA E RUA KILIANO KREMER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS EM ANEXO.

Contrato Nº: 401-1/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CATARINA OTÍLIA SCHMITZ

Valor: 15.803,88 (quinze mil oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos)

Vigência: Início: 18/11/2015 Término: 23/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, PARA REALIZAR SERVIÇOS DE COZINHEIRA PARA O QUARTEL DE BOMBEIRO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 398-2/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ERNESTÃO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. LTDA

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 18/11/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 195-2/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: COMERCIO DE AUTO PEÇAS BADU LTDA - EPP

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 18/11/2015 Término: 25/03/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E MOTOCICLETAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS DE BIGUAÇU E FAMABI.

Contrato Nº: 428/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CETEC COMERCIO EM GERAL E TREINAMENTOS EIRELI - ME

Valor: 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

Vigência: Início: 23/11/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, PARA USO NO NOVO AQUARTELAMENTO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 53-2/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MVFO - EIRELI - EPP

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 23/11/2015 Término: 05/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA APOIAR A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU NA CONTINUIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO INTEGRADO DE URBANIZAÇÃO E ASSENTAMENTO SUBNORMAL - MACROAÇÕES MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA - PROJETO BEIRA RIO, PROGRAMA HABITAR BRASIL BID - HBB.

Contrato Nº: 487-3/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA

Valor: 73.980,00 (setenta e três mil novecentos e oitenta reais)

Vigência: Início: 25/11/2015 Término: 19/12/2016

Objeto: PUBLICAÇÕES EM CENTÍMETRO DE COLUNA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, OBJETIVANDO A DIVULGAÇÃO DAS MODALIDADES DE LICITAÇÕES PREVISTAS NO ART. 22 DA LEI Nº 8.666/93, PARA O ANO DE 2013.

Contrato Nº: 587-7/2008

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MARILDA ELZA MENDES

Valor: 20.031,33 (vinte mil e trinta e um reais e trinta e três centavos)

Vigência: Início: 25/11/2015 Término: 28/11/2016

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A CRIAÇÃO DE UMA BASE OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR NO BAIRRO JARDIM ANÁPOLIS DESTA MUNICIPALIDADE - RECURSOS PRÓPRIOS.

Contrato Nº: 399-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Valor: 60,35 (sessenta reais e trinta e cinco centavos)

Vigência: Início: 25/11/2015 Término: 21/04/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS CAMBORIÚ, CRICIÚMA, NOVA TRENTO, TREZE TÍLIAS, ANTÔNIO CARLOS, ARARANGUÁ, CAÇADOR, ITAJAÍ, JOINVILLE, LOCALIZADAS NO BAIRRO JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 94-2/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Valor: 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais)

Vigência: Início: 25/11/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A NOVEMBRO DE 2015.

Contrato Nº: 157-3/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MVFO - EIRELI - EPP

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 25/11/2015 Término: 14/06/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL PARA O ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, MORADORES DO RESIDENCIAL SAUDADE, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 46-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: TAF DISTRIBUIDORA LTDA

Valor: 21,00 (vinte e um reais)

Vigência: Início: 25/11/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E SECRETARIA DE OBRAS PARA O ANO DE 2015

Contrato Nº: 93-2/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 10/11/2015 Término: 28/02/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA COSTNSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO CEIM DONA DORVALINA

LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, CONFORME PROJETO.

Contrato Nº: 271-3/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MMB TRANSPORTE LTDA

Valor: 18.150,00 (dezoito mil cento e cinquenta reais)

Vigência: Início: 02/12/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS COMUNIDADES GRACIOSA, FAZENDA, ARIAL, FAZENDA DE DENTRO, FAZENDA DE FORA, MORRO DA SOROCABA, MORRO DO TROMBUDO, BELA VISTA E TAMBÉM PARA PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS.

Contrato Nº: 110-2/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: OLIVEIRA CULTIVO E COMERCIO DE GRAMAS LTDA

Valor: 37.900,00 (trinta e sete mil e novecentos reais)

Vigência: Início: 07/12/2015 Término: 31/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Contrato Nº: 111-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SCHMITT TERRAPLANAGEM E ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS LT

Valor: 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais)

Vigência: Início: 07/12/2015 Término: 31/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Contrato Nº: 112-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: TERRAPLEIM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA-ME

Valor: 133.300,00 (cento e trinta e três mil e trezentos reais)

Vigência: Início: 07/12/2015 Término: 31/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Contrato Nº: 113-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: NEGAO E ZORINHO TERRAPLANAGEM LTDA ME

Valor: 141.090,00 (cento e quarenta e um mil e noventa reais)

Vigência: Início: 07/12/2015 Término: 31/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Contrato Nº: 134-3/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ORLANDO COAN EPP

Valor: 71.700,00 (setenta e um mil e setecentos reais)

Vigência: Início: 07/12/2015 Término: 31/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÃO PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DOS AGRICULTORES E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 307-2/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA

Valor: 124.950,00 (cento e vinte e quatro mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 07/12/2015 Término: 31/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE MOTONIVELADORA, PARA MANUTENÇÃO E

CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 430/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA EPP

Valor: 13.230,00 (treze mil duzentos e trinta reais)

Vigência: Início: 07/12/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CARNÊS DE IPTU REFERENTE AO ANO DE 2016, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 431/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA

Valor: 140.702,77 (cento e quarenta mil setecentos e dois reais e setenta e sete centavos)

Vigência: Início: 08/12/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DA ILUMINAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 237-8/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CONSORCIO SQE LUZ

Valor: 420.600,00 (quatrocentos e vinte mil seiscentos reais)

Vigência: Início: 09/12/2015 Término: 30/03/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 294-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MARCELO VISINTAINER DE OLIVEIRA

Valor: 3.696,30 (três mil seiscentos e noventa e seis reais e trinta centavos)

Vigência: Início: 09/12/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS

Contrato Nº: 210-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: INSTITUTO REALIZA TERAPIAS INTEGRADAS LTDA - ME

Valor: 18.500,00 (dezoito mil quinhentos reais)

Vigência: Início: 09/12/2015 Término: 01/03/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TREINAMENTO ESPECÍFICO PARA MODELO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, EM CONCORDÂNCIA COM AS EXIGÊNCIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIRO - PNAFM.

Contrato Nº: 598-7/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: LUIZITA CARMEM DA LUZ BORBA

Valor: 2.257,49 (dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos)

Vigência: Início: 28/11/2015 Término: 28/02/2016

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, LOCALIZADO NA RUA JOÃO BORN Nº 360 - CENTRO - BIGUAÇU - SC, NO QUARTEL DE BOMBEIROS, COM ÁREA DE 35,00 M², PARA SERVIR DE SETOR DE ATIVIDADES TÉCNICAS (SAT) E SALA DE AULA PARA A 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 114-3/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: USINAGEM ALFLEN LTDA ME
Valor: 63.000,00 (sessenta e três mil reais)
Vigência: Início: 11/12/2015 Término: 30/12/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TORNO MECÂNICO, SOLDA MIG, FRESA E OXIGÊNIO.

Contrato Nº: 433/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JEFERSON DA SILVEIRA ME
Valor: 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)
Vigência: Início: 11/12/2015 Término: 31/12/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº: 02/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SETUF-SINDICATO DAS EMP.DE TRANSP.URB.
Valor: 477.950,00 (quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 05/01/2016 Término: 31/12/2016
Objeto: Aquisição de passa escolar para aproximadamente 980 (novecentos e oitenta) alunos da rede municipal e estadual de ensino, das comunidades de três riachos, sorocaba, saudade, alto biguaçu, russia, santa catarina, bom viver, canudos, são marcos e são mateus, para o ano de 2016.

Contrato Nº: 677-7/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: 9MM PROPAGANDA E MARKETING LTDA
Valor: 677.000,00 (seiscentos e setenta e sete mil reais)
Vigência: Início: 10/12/2015 Término: 10/11/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AGÊNCIA PUBLICITÁRIA, COMPREENDENDO: ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIÇÃO, VEICULAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DE MAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO

Contrato Nº: 47-2/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA
Valor: 189.070,00 (cento e oitenta e nove mil e setenta reais)
Vigência: Início: 11/12/2015 Término: 11/12/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE HORAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 146-5/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA
Valor: 171.390,00 (cento e setenta e um mil trezentos e noventa reais)
Vigência: Início: 11/12/2015 Término: 11/12/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 41-1/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MMB TRANSPORTE LTDA
Valor: 218.150,00 (duzentos e dezoito mil cento e cinquenta reais)
Vigência: Início: 17/12/2015 Término: 31/12/2016
Objeto: TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR QUE ATENDERÁ OS ALUNOS DAS COMUNIDADES QUE ESTUDAM NA EEB PROF. JOSÉ BRASILÍCIO, EEM MARIA DA GLÓRIA, EEB AVELINO MULLER, EEB TEÓFILO TEODORO REGIS, EBM DONATO

ALÍPIO DE CAMPOS

Contrato Nº: 274-4/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MMB TRANSPORTE LTDA
Valor: 457.350,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil trezentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 17/12/2015 Término: 31/12/2016
Objeto: TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS COMUNIDADES GRACIOSA, FAZENDA, ARIAL, FAZENDA DE DENTRO, FAZENDA DE FORA, MORRO DA SOROCABA, MORRO DO TROMBUDO, BELA VISTA E TAMBÉM PARA PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS.

Contrato Nº: 488-4/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: GESTÃO PÚBLICA - CONSULTORES ASSOC. SOC. SIMPLES
Valor: 416.513,88 (quatrocentos e dezesseis mil quinhentos e treze reais e oitenta e oito centavos)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 31/12/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada, comprovadamente qualificada e com experiência para realizar serviços de consultoria nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade pública, atendimento à Lei (federal) nº 4320/64, atendimento à Lei Complementar (federal) nº 101/2000, sistema de controle interno e capacitação de pessoal nessas áreas.

Contrato Nº: 109-1/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP
Valor: 3.385,00 (três mil trezentos e oitenta e cinco reais)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 31/12/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O USO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS.

Contrato Nº: 414-3/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: COMERCIO DE AUTO PEÇAS BADU LTDA - EPP
Valor: 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 10/01/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.

Contrato Nº: 415-2/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SANTOMAQ SERVICOS PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LT
Valor: 12.210,00 (doze mil duzentos e dez reais)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 10/01/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.

Contrato Nº: 333-4/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 19/06/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE POSTES E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº: 416-2/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PECAS LTDA - EPP
Valor: 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 10/01/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.

Contrato Nº: 417-2/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: TRATOR PECAS - COM.PECAS P/ TRATOR LTDA
Valor: 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 10/01/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.

Contrato Nº: 195-3/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: COMERCIO DE AUTO PEÇAS BADU LTDA - EPP
Valor: 21.250,00 (vinte e um mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 25/03/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E MOTOCICLETAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS DE BIGUAÇU E FAMABI.

Contrato Nº: 196-2/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: OFICINA MECANICA SILVEIRA LTDA - EPP
Valor: 68.250,00 (sessenta e oito mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 25/03/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E MOTOCICLETAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS DE BIGUAÇU E FAMABI.

Contrato Nº: 155-3/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PROVALLE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 18/06/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DA ESCOLA DONATO.

Contrato Nº: 433-1/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JEFERSON DA SILVEIRA ME
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 31/03/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº: 199-3/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PROVALLE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 18/06/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO DA E. B. M. BOM VIVER.

Contrato Nº: 413-1/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JEFERSON DA SILVEIRA ME
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 30/03/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº: 409-1/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 30/03/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº: 228-3/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PROVALLE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 18/06/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA E.B.M. FERNANDO B.VIEGAS DE AMORIM.

Contrato Nº: 416-1/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PEIXER COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 30/03/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº: 276-3/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PB & M CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA. - EPP
Valor: 0,00 (zero)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PREDIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.

Contrato Nº: 417-1/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: PROJETO CULTURAL LTDA

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 30/03/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº: 23-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BEATRIZ TOMAZ ME

Valor: 87.999,99 (oitenta e sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 30/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA, FAZENDA E TRANSPORTE.

Contrato Nº: 376-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 16/04/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA RUA MARTINHA MARIA RODRIGUES, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Contrato Nº: 275-11/2005

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO EVANGELISTA

Valor: 127.135,09 (cento e vinte e sete mil cento e trinta e cinco reais e nove centavos)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 19/12/2016

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ABRIGAR AS DEPENDÊNCIAS DE VÁRIAS SECRETARIAS MUNICIPAIS (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL) SITUADO À RUA LUCIO BORN - CENTRO - BIGUAÇU/SC, PRÉDIO SÃO JOÃO EVANGELISTA.

Contrato Nº: 364-1/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor: 28.250,40 (vinte e oito mil duzentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Vigência: Início: 03/12/2015 Término: 31/12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIR ALMOÇO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, POR 01 (UM) ANO, PARA APROXIMADAMENTE 45 SERVIDORES, SENDO MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR, MONITORES DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA MANUTENÇÃO E 02 (DOIS) PESSOAS PARA ADMINISTRAÇÃO

Contrato Nº: 355-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP

Valor: 235.259,40 (duzentos e trinta e cinco mil duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 31/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOHLIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS E PESSOA IDOSAS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº: 356-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA - EPP

Valor: 284.880,00 (duzentos e oitenta e quatro mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 31/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOHLIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE

NECESSIDADES ESPECIAIS E PESSOA IDOSAS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº: 231-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 31/08/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ÔNIBUS PARA O SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO, INCLUINDO SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Contrato Nº: 319-5/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME

Valor: 25.488,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta e oito reais)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA DE FOSSA E CAIXA DE GORDURA A SEREM EXECUTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CRECHES E ESCOLAS. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Contrato Nº: 49-3/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA

Valor: 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E GEOPROCESSAMENTO UTILIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 409-2/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA - ME

Valor: 67.150,00 (sessenta e sete mil cento e cinquenta reais)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DESTINADAS AO TRANSPORTE DE SERVIDORES QUANDO EM VIAGENS OFICIAIS A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PROMOVIDAS PELAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Contrato Nº: 181-2/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: R.M. AMBIENTAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Valor: 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 18/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO HIDROJATO E DE SUÇÃO PARA LIMPEZA NAS REDES PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 324-4/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

Valor: 1.920.747,12 (um milhão novecentos e vinte mil setecentos e quarenta e sete reais e doze centavos)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 30/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 423-1/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MARCIO ROBERTO DA SILVA EPP

Valor: 0,00 (zero)

Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 30/03/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº: 137-2/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: TECNOSUPORTE - SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA - ME
Valor: 71.400,00 (setenta e um mil e quatrocentos reais)
Vigência: Início: 18/12/2015 Término: 14/01/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DE CONTABILIDADE, TESOUREARIA, PLANEJAMENTO, LRF, COMPRAS E LICITAÇÕES, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO, ESTOQUE, FOLHA DE PAGAMENTO, PONTO ELETRÔNICO, RAIS, DIRF, SEFIP, EDUCAÇÃO, ESCOLA, PROTOCOLO, OUVIDORIA, TRIBUTAÇÃO, ABRANGENDO OS MÓDULOS OPERACIONAIS NA PREFEITURA DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 3/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: S.O.S. SUL RESGATE - COM E SERV DE SEG E SINALLIZAÇ
Valor: 2.183,00 (dois mil cento e oitenta e três reais)
Vigência: Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE MACHADINHA DE RESGATE SEM BAINHA PARA A VIATURA DE RESGATE E COMBATE A INCÊNDIOS DO FUNREBOM.

Contrato Nº: 389-1/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BRUNA DE MIRANDA - ME
Valor: 6.740,40 (seis mil setecentos e quarenta reais e quarenta centavos)
Vigência: Início: 15/01/2016 Término: 19/05/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS PAULO LOPES, URUBICI, IMBITUBA, TIJUCAS, LOCALIZADAS NO BAIRRO JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 4/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: NILTON MARIOT FILHO
Valor: 18.000,00 (dezoito mil reais)
Vigência: Início: 15/01/2016 Término: 15/01/2017
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL , NO ENDEREÇO RUA 7 DE SETEMBRO, Nº 78, - CENTRO BIGUAÇU/SC. IMÓVEL ESSE QUE DESTINA-SE AS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 5/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SETUF-SINDICATO DAS EMP.DE TRANSP.URB.
Valor: 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)
Vigência: Início: 18/01/2016 Término: 31/12/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITO DE VALE TRANSPORTE PARA ATENDER AS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ATENDIDOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS).

Biguaçu, 19 de Janeiro de 2015
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal de Biguaçu

PP278/2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 278/2015 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS PARA EVENTOS DA -SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER .
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 17:00 horas, do dia 1 fevereiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:15 horas, do dia 1 fevereiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 19 de janeiro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PP250-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO PP 250/2015 PMB
Comunicamos às empresas interessadas no PP 250/2015 PMB, que houve alteração do objeto passando a ter a seguinte redação: "AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS."
Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:
Até às 13:45 horas, do dia 04/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:
Às 14:00 horas, do dia 04/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PP252-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DO PP 252/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 252/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE LÂMINAS E DENTES PARA MÁQUINAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA." Informamos que houve alteração no Anexo 01 na especificação do item 02 que passa a ter a seguinte redação:

Lâmina para Patrola/Motoniveladora (Caterpillar - Código Universal 5B5564), confeccionado em Aço de Alto Carbono, 08 Furos, Curva, 1828 mm (comprimento) x 152 mm (largura) x 16 mm (espessura), dureza de 450 a 480 HB, Carta de Fabricante com Especificação do Material de Fabricação.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 15:45 horas, do dia 03/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 16:00 horas, do dia 03/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 015/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 15/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: C. W. Prestação de Serviços em Geral Ltda
Objeto: Termo aditivo ao contrato nº. 06/2015 de 05.01.2015.
Valor: R\$ \$ 96.360,00 (Noventa e seis mil trezentos e sessenta reais).
Vigência: 05 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 05 de janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva
Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATO Nº. 016/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 16/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ILTON JOÃO SCHWERTZ
Objeto: Termo aditivo ao contrato nº. 11/2015 de 09/01/2015.
Valor: R\$ 7.800,00 (Sete mil, e oitocentos reais).
Vigência: 11 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 11 de janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva
Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATO Nº. 017/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 17/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Inovadora Sistema de Gestão LTDA
Objeto: Fornecimento de licença de uso de software para a área de gestão da saúde.
Valor: R\$ 20.880,00 (vinte mil oitocentos e oitenta reais).
Vigência: 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 11 de janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva
Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATO Nº. 018/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 18/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ANTONIO RIPKE ME
Objeto: Prestação de serviços com horas maquina na prestação de serviços aos agricultores do Município no exercício 2016.
Valor: R\$ 138.750,00 (Cento e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta reais).
Vigência: 11 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 11 de janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva
Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATO Nº. 019/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 19/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FAIMA ANALISES CLINICA LTDA
Objeto: Prestação de serviços de exames laboratoriais, para os pacientes do Centro Municipal de Saúde, exercício 2016.
Valor: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Vigência: 11 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 11 de janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva
Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATO Nº. 020/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 20/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Pain Construções, Instalações e Comércio LTDA ME.
Objeto: Construção de 6 (seis) salas de aula 854,00 m² a ser edificada no prolongamento da Rua Lothar Kirch, nesta cidade de Bom Jesus do Oeste.
Valor: R\$ 1.018.988,25 (Um milhão e dezoito mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 de Janeiro de 2016 a 12 de Julho de 2016.
Assinatura: 12 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva
Prefeito Municipal em Exercício

CREDENCIAMENTO Nº. 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

EDITAL DE CHAMAMENTO 01/2016

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. Elton Henrique da

Silva, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que no dia 19 de Fevereiro até às 16:30 horas estará recebendo a documentação referente ao credenciamento de farmácias e drogarias para entrega de medicamentos éticos e genéricos para pacientes do município no exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 20 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO LEGISLATIVO Nº 104-16 DE 19 DE JANEIRO DE 2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº104/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. CÉSAR LUIS MAJOLA, matrícula nº 35, portador do CIC sob. nº 942309009-53, lotado na secretária da Câmara Municipal de Vereadores, ocupante do Cargo Assessor Jurídico, período aquisitivo de 20 de janeiro de 2016 a 19 de fevereiro de 2016, período de concessão de 08 de janeiro de 2015 á 07 de janeiro de 2016.

Art. 2º. O servidor terá 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 § 2º da Lei nº542/2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Bom Jesus do Oeste SC, aos 19 de janeiro de 2016.

HARI SCHMIDT

Presidente da Câmara Municipal

Janiara Keller Ceccon

1º Secretária da Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 105-16 DE 19 DE JANEIRO DE 2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº105/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sr. JAQUELINE SELIG GERHARDT, matrícula nº 35, portador do CIC sob. nº 942309009-53, lotado na secretária da Câmara Municipal de Vereadores, ocupante do Cargo Assessor Jurídico, período aquisitivo de 20 de janeiro de 2016 a 19 de fevereiro de 2016, período de concessão de 06 de março de 2014 á 05 de março de 2015.

Art. 2º. O servidor terá 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 § 2º da Lei nº542/2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Bom Jesus do Oeste SC, aos 19 de janeiro de 2016.

HARI SCHMIDT

Presidente da Câmara Municipal

Janiara Keller Ceccon

1º Secretária da Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº103-16 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016 CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS DA CÂMARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº103/2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS DA CÂMARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º. CONCEDE Progressão por méritos para a Servidora Pública da Câmara Municipal, a partir do mês de janeiro do ano de 2015, conforme art. 15 § 1º da Lei Complementar do Legislativo nº09/14, e Lei Complementar Legislativo nº001/2013 (Plano de Carreira, cargos e vencimentos dos servidores do Legislativo Municipal de Bom Jesus do Oeste), passando a incidir a partir do mês de fevereiro de 2015, conforme relação e percentual abaixo e parecer jurídico:

NOME	MATRÍCULA	PERCENTUAL
ADRIANE ESTEFANI	22/1	2%
JAQUELINE SELIG GERHARDT	21/3	6%

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Bom Jesus do Oeste SC, aos 19 de fevereiro de 2016.

HARI SCHMIDT

Presidente da Câmara Municipal

Janiara Keller Ceccon

1º Secretária da Mesa Diretora

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 01/2016 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 01/2016

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste Estado de Santa Catarina, AIRTON ANTONIO REINEHR, e o Secretário Municipal de Administração e Fazenda WALTER NAUJORKS, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257./2001(Estatuto das Cidades);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

LEI COMPLEMENTAR nº. 820/2011 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR nº. 1000/2015 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências).

FAZEM SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer titulo, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº. 1000/2015, de 08/12/2015, localizados na Rua Irmão Ambrósio, Trecho I, entre a Avenida Cristo Rei e a Avenida Planalto.

Rua Irmão Ambrósio, Trecho II, entre a Avenida Planalto e a Avenida Nossa Senhora de Fátima.

Avenida Planalto, entre a Rua Eduardo Sehnem e a Rua Padre Júlio.

Rua Eduardo Sehnem, entre a Avenida Planalto e a Avenida Cristo Rei.

Rua Padre Júlio, trecho I, entre a Avenida Nossa Senhora de Fátima e Avenida Planalto.

Rua Padre Júlio, Trecho II, entre a Avenida Planalto e a Avenida Cristo Rei.

Avenida Cristo Rei, Trecho I, entre a Avenida Padre Júlio e o lote nº 34, da quadra 7A de propriedade de Walter Ames, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de reurbanização, consistente de pavimentação asfáltica sobre calçamento existente, drenagem pluvial, meio-fio, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA**

O custo total/ orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº. 1000, de 08/12/2015, correspondente a quantia de R\$ 667.263,32 (seiscentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos), conforme ANEXO I e II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2 FONTE DE RECURSO:

Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de emendas parlamentares e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Bom Jesus do Oeste.

1.3 PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

O fato gerador da contribuição de melhoria será a valorização que a obra pública proporcionará a cada imóvel, a qual será apurada através de avaliação antecedente e posterior a realização da obra, e, que servirá de base de cálculo da contribuição. As avaliações devem constar de Editais específicos, indicando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 1000/2015.

1.4 DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente a extensão da:

Rua Irmão Ambrósio, Trecho I, entre a Avenida Cristo Rei e a Avenida Planalto, com área de 1.253,20 m². Custo total de R\$ 42.867,06.

Rua Irmão Ambrósio, Trecho II, entre a Avenida Planalto e a Avenida Nossa Senhora de Fátima, com área de 1.436,20 m². Custo total de R\$ 47.761,70.

Avenida Planalto, entre a Rua Eduardo Sehnem e a Rua Padre Júlio, com área de 1.533,10 m². Custo total de R\$ 59.468,55.

Rua Eduardo Sehnem, entre a Avenida Planalto e a Avenida Cristo Rei, com área de 1.256,40 m². Custo total R\$ 42.333,42.

Rua Padre Júlio, trecho I, entre a Avenida Nossa Senhora de Fátima e Avenida Planalto, com área de 1.528,05 m². Custo total de R\$ 54.158,43.

Rua Padre Júlio, Trecho II, entre a Avenida Planalto e a Avenida Cristo Rei, com área de 1.680,80 m². Custo total de R\$ 57.536,21.

Avenida Cristo Rei, Trecho I, entre a Avenida Padre Júlio e o lote nº 34, da quadra 7ª de propriedade de Walter Ames, com área de 925,45 m². Custo total de R\$ 30.269,24, totalizando uma área de 9.613,20 m², nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO III, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.4.1 DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA DE PASSEIO PÚBLICO COM PAVER

I) Rua Irmão Ambrósio I, do lado esquerdo com área de 194,75 m², com custo total de R\$ 20.157,19; lado direito com área de 194,75 m², custo total de R\$ 20.365,12.

II) Rua Irmão Ambrósio II, lado esquerdo com área de 193,40 m², com custo total de R\$ 21.081,04; lado direito com área de 192,10 m², custo total de R\$ 20.257,08.

III) Avenida Planalto, lado esquerdo com área de 194,05 m², com custo total de R\$ 20.983,75, lado direito com área de 204,90 m², custo total de R\$ 20.548,42.

IV) Rua Eduardo Sehnem, lado esquerdo com área de 194,35, custo total de R\$ 19.816,40, lado direito com área de 202,50, custo total de R\$ 21.205,61.

V) Rua Padre Júlio, Trecho I, lado esquerdo com área de 205,50, custo total de R\$ 22.435,37, lado direito com área de 193,70, custo total de R\$ 21.148,17.

VI) Rua Padre Júlio, Trecho I, lado esquerdo com área de 212,00, custo total de R\$ 23.255,72, lado direito com área de 212,65, custo total de R\$ 23.317,23.

VII) Avenida Cristo Rei, Trecho I, lado esquerdo com área de 107,50 m², custo total de R\$ 12.119,94, lado direito com área de 99,55 m², custo total de R\$ 10.409,91.

1.5 FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art. 4º e seus §§, da Lei Municipal nº 1000/2015)

1.5.1 A determinação da Contribuição de Melhoria será nos limites da valorização imobiliária produzida com a obra pública, rateando-se, proporcionalmente, nos limites da valorização imobiliária gerada em cada imóvel incluído na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais. Sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº. 1000/2015, art. 145, inciso III, da Constituição Federal de 1998 c/c artigos 81 e 82 ambos da Lei nº. 5.172 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e Lei Complementar nº 820/2011 (Código Tributário Municipal).

1.5.2 A apuração far-se-á levando em conta:

I – valor da propriedade localizada na área de influência da obra pública, verificado antes e após a realização da obra pública.

II – a efetiva valorização do imóvel com a obra pública.

III – a situação do terreno na zona de influência.

IV – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite para a absorção do custo total da obra, a efetiva valorização proporcionada em cada imóvel inserido na zona de influência do benefício direto da obra.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº. 1000/2015, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 820/2011), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e, mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA

2.1 DO OBJETO

2.1.1. Execução dos serviços de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, meio fio, sinalização viária e obras complementares da Rua Irmão Ambrósio, Trecho I, entre a Avenida Cristo Rei e a Avenida Planalto.

Rua Irmão Ambrósio, Trecho II, entre a Avenida Planalto e a Avenida Nossa Senhora de Fátima.

Avenida Planalto, entre a Rua Eduardo Sehnem e a Rua Padre Júlio.

Rua Eduardo Sehnem, entre a Avenida Planalto e a Avenida Cristo Rei.

Rua Padre Júlio, trecho I, entre a Avenida Nossa Senhora de Fátima e Avenida Planalto.

Rua Padre Júlio, Trecho II, entre a Avenida Planalto e a Avenida Cristo Rei.

Avenida Cristo Rei, Trecho I, entre a Avenida Padre Júlio e o lote nº 34, da quadra 7A de propriedade de Walter Ames.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos elaborados e aprovados pela Associação dos Municípios do Entre Rios – AME-RIOS. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Bom Jesus do Oeste.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, sob a fiscalização da Prefeitura do Município de Bom Jesus do Oeste.

3 DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 1000/2015).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Órgão Fazendário do Município de Bom Jesus do Oeste, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda, observando as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil à publicação do presente, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo ao exame do Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição formalizada e devidamente

identificada, descrevendo as provas requeridas, sob a pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Administração e Finanças o qual, após manifestação das Secretarias de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis às disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Bom Jesus do Oeste, 05 de Dezembro de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I

ORÇAMENTO ESTIMATIVO – MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Lei Municipal nº. 1000/2015 – Cobrança de Contribuição de Melhoria
Obra/Serviço: Pavimentação Asfáltica, Passeio Público e Obras Complementares
Local: Avenida Planalto, Rua Eduardo Sehnem, Rua Irmão Ambrósio trecho I e II.
Área total de asfalto: 5.478,90 m²
Área total de passeio público: 1.570,80
Valor Estimado da Obra: R\$ 350.403,02

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL R\$
	ETAPA 01- CONSÓRCIO (BDI 0,0%)				
1.0	Placa de Convênio				956,23
1.1	Placa da obra do convênio em chapa aço galvanizada (2,00x1,25m)	2,50	m²	382,49	956,23
2.0	Limpeza				6.684,26
2.1	Limpeza superficial c/ jato alta pressão de ar e água	5.478,90	M²	1,22	6.684,26
3	Pavimentação-Reperfilagem				97.363,35
3.1	Exec. da pintura de ligação taxa 0,80 a 1,20 l/m² (antes reperfilagem)	5.478,90	M²	1,27	6.958,20
3.2	Fornecimento e transporte massa de execução de reperfilagem 4 cm	547,91	ton	165,00	90.405,15
4	Pavimentação- capa				72.212,89
4.1	Execução da pintura de ligação taxa 0,80 a 1,20 l/m² (antes capa)	5.292,20	M²	1,27	6.721,09
4.2	Fornecimento e transporte massa de execução da capa 3 cm	396,92	ton	165,00	65.491,80
5	Remoção do calçamento				259,20
5.1	Remoção do calçamento existente p/ execução de tubulação	45,00	M²	5,76	259,20
6	Regularização de base- (onde foi executada a tubulação)				986,10
6.1	Pintura de ligação	45,00	M²	1,27	57,15
6.2	Selo dreno c/ CBUQ esp. 5 cm	5,63	ton	165,00	928,95
7	Pintura de sinalização e placas				3.742,32
7.1	Pintura faixa contínua branca- acostamento	31,61	M²	16,35	516,82
7.2	Pintura faixa de segurança PARE	14,69	M²	16,35	240,18
7.3	Pintura faixa de segurança para pedestre	104,15	M²	16,35	1.702,85
7.4	Pintura faixa contínua meia pista amarela	61,48	M²	16,35	1.005,20
7.5	Placa de nome de rua	1,00	unid	76,36	76,36
7.6	Poste em aço para placa de nome de rua	1,00	unid	191,03	191,03
7.7	Remoção de placa	0,64	unid	15,44	9,88
8	Drenagem pluvial				4.571,18
8.1	Material de 1ª categoria-escavação das valas	49,25	M³	5,17	254,62
8.2	Reaterro e apiloamento das valas	29,05	M³	24,46	710,56
8.3	Tubo DN 40 cm	45,00	M	20,42	918,90
8.4	Assentamento do tubo DN 40 cm	45,00	M	18,93	851,85
8.5	Boca de lobo simples c/ grelha DN 30 ou 40 cm	3,00	unid	399,30	1.197,90
8.6	Boca de lobo simples c/ grelha DN 60 cm	1,00	unid	500,31	500,31
8.7	Executar tampa em CA para boca de lobo	0,08	M³	1.712,97	137,04
9	Reforma boca de lobo				854,77
9.1	Retirada alvenaria 1,00x1,00 p/ encaixe tubo DN 40 cm	0,20	m³	53,89	10,78
9.2	Alvenaria tijolo maciço p/ fechamento encaixe tubo DN 40 cm	0,84	m²	112,07	94,14
9.3	Retirada alvenaria 1,00x1,00 p/ encaixe tubo DN 60 cm	0,24	m³	53,89	12,93
9.4	Alvenaria tijolo maciço para fechamento encaixe tubo DN 60 cm	1,08	m²	112,07	121,04
9.5	Remoção de boca de lobo- em alvenaria	0,15	M³	53,89	8,08
9.6	Remoção de tubo DN 30 cm	10,00	M	50,89	508,90
9.7	Retirada de lombada	3,60	M³	8,01	28,84
9.8	Retirada de canteiro central	1,30	M²	53,89	70,06
10	Preenchimento boca de lobo				392,70
10.1	Preenchimento boca de lobo com CBUQ	2,38	Ton	165,00	392,70
	ETAPA 02-LICITAÇÃO (BDI=24,0 %)				
11	Passeio público				120.373,67
11.1	Locação da obra	1.570,80	m²	8,85	13.901,58
11.2	Ret. calçadas (lajotas/contrapiso) (carga man. e remoção de entulho)	23,71	M³	21,00	497,91
11.3	Retirada grama/vegetação - raspagem da vegetação	322,30	M²	0,69	222,39
11.4	Retirada de árvores porte médio	2,00	Unid	30,06	60,12
11.5	Meio fio a retirar (carga manual e remoção de entulho)	892,85	M	3,70	3.303,55
11.6	Limpeza da área onde se encontra com solo	1.007,75	M²	0,50	503,88
11.7	Regularização de compactação manual do terreno	1.570,80	M²	4,70	7.382,76
11.8	Preenchimento material 5 cm com material argila/terra	78,53	M³	26,00	2.041,78
11.9	Lajota de concreto PAVER esp. 4,00 cm (lajota cinza)	914,05	M²	53,30	48.718,87
11.10	Lajota de conc. PAVER esp. 8,00 cm (lajota cinza)-acesso garagens	148,45	M²	71,70	10.643,87
11.11	Lajota de conc. PAVER esp. 4,00 cm (laj. vermelha)-guia direc. linha	243,60	M²	66,30	16.150,68
11.12	Lajota de conc. PAVER esp. 4,00 cm (lajota cinza)-guia direc. Alerta	242,60	M²	66,30	16.084,38
11.13	Piso alisado acessos cadeirantes traço 1:3 acab. Liso esp. 2,50 cm	22,10	M²	39,00	861,90
12	Meio fio				35.374,60
12.1	Meio fio pré-mold. 0,12x0,15x0,30-1,00m rejuntado e pint. de branco	852,40	M	41,50	35.374,60
13	Alvenaria de acabamento e contensão				6.631,75
13.1	Base em concreto ciclópico FCK 10 MPA 30% de pedra de mão	6,85	M³	440,00	3.014,00

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL R\$
	ETAPA 01- CONSÓRCIO (BDI 0,0%)				
1.0	Placa de Convênio				956,23
1.1	Placa da obra do convênio em chapa aço galvanizada (2,00x1,25m)	2,50	m²	382,49	956,23
2.0	Limpeza				6.684,26
2.1	Limpeza superficial c/ jato alta pressão de ar e água	5.478,90	M²	1,22	6.684,26
3	Pavimentação-Reperfilagem				97.363,35
3.1	Exec. da pintura de ligação taxa 0,80 a 1,20 l/m² (antes reperfilagem)	5.478,90	M²	1,27	6.958,20
3.2	Fornecimento e transporte massa de execução de reperfilagem 4 cm	547,91	ton	165,00	90.405,15
4	Pavimentação- capa				72.212,89
4.1	Execução da pintura de ligação taxa 0,80 a 1,20 l/m² (antes capa)	5.292,20	M²	1,27	6.721,09
4.2	Fornecimento e transporte massa de execução da capa 3 cm	396,92	ton	165,00	65.491,80
5	Remoção do calçamento				259,20
5.1	Remoção do calçamento existente p/ execução de tubulação	45,00	M²	5,76	259,20
6	Regularização de base- (onde foi executada a tubulação)				986,10
6.1	Pintura de ligação	45,00	M²	1,27	57,15
6.2	Selo dreno c/ CBUQ esp. 5 cm	5,63	ton	165,00	928,95
7	Pintura de sinalização e placas				3.742,32
7.1	Pintura faixa contínua branca- acostamento	31,61	M²	16,35	516,82
7.2	Pintura faixa de segurança PARE	14,69	M²	16,35	240,18
7.3	Pintura faixa de segurança para pedestre	104,15	M²	16,35	1.702,85
7.4	Pintura faixa contínua meia pista amarela	61,48	M²	16,35	1.005,20
7.5	Placa de nome de rua	1,00	unid	76,36	76,36
7.6	Poste em aço para placa de nome de rua	1,00	unid	191,03	191,03
7.7	Remoção de placa	0,64	unid	15,44	9,88
8	Drenagem pluvial				4.571,18
8.1	Material de 1ª categoria-escavação das valas	49,25	M³	5,17	254,62
8.2	Reaterro e apiloamento das valas	29,05	M³	24,46	710,56
8.3	Tubo DN 40 cm	45,00	M	20,42	918,90
8.4	Assentamento do tubo DN 40 cm	45,00	M	18,93	851,85
8.5	Boca de lobo simples c/ grelha DN 30 ou 40 cm	3,00	unid	399,30	1.197,90
8.6	Boca de lobo simples c/ grelha DN 60 cm	1,00	unid	500,31	500,31
8.7	Executar tampa em CA para boca de lobo	0,08	M³	1.712,97	137,04
9	Reforma boca de lobo				854,77
9.1	Retirada alvenaria 1,00x1,00 p/ encaixe tubo DN 40 cm	0,20	m³	53,89	10,78
9.2	Alvenaria tijolo maciço p/ fechamento encaixe tubo DN 40 cm	0,84	m²	112,07	94,14
9.3	Retirada alvenaria 1,00x1,00 p/ encaixe tubo DN 60 cm	0,24	m³	53,89	12,93
9.4	Alvenaria tijolo maciço para fechamento encaixe tubo DN 60 cm	1,08	m²	112,07	121,04
9.5	Remoção de boca de lobo- em alvenaria	0,15	M³	53,89	8,08
9.6	Remoção de tubo DN 30 cm	10,00	M	50,89	508,90
9.7	Retirada de lombada	3,60	M³	8,01	28,84
9.8	Retirada de canteiro central	1,30	M²	53,89	70,06
10	Preenchimento boca de lobo				392,70
10.1	Preenchimento boca de lobo com CBUQ	2,38	Ton	165,00	392,70
	ETAPA 02-LICITAÇÃO (BDI=24,0 %)				
11	Passeio público				120.373,67
13.2	Alv. de tij. de 6 furos acab. do passeio 1 vez-argamassada traço 1:4	48,24	M²	74,45	3.591,47
13.3	Chapisco de alvenaria-0 traço 1:3 esp 0,50 cm	4,38	M²	6,00	26,28
				TOTAL	R\$ 350.403,02

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO – MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
 Lei Municipal nº. 1000/2015 – Cobrança de Contribuição de Melhoria
 Obra/Serviço: Pavimentação Asfáltica, Passeio Público e Obras Complementares
 Local: Avenida Cristo Rei, Rua Padre Júlio trecho I e II.
 Área total de asfalto: 4.134,30 m²
 Área total de passeio público: 1.030,90 m².
 Valor Estimado da Obra: R\$ 250.036,14

	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL R\$
	ETAPA 01 – CONSÓRCIO (BDI 0,0 %)				
1	Placa de Convênio				905,68
1.1	Placa de convênio em chapa aço galvanizada (2,00x1,25m)	2,50	m²	362,27	905,68
2	Limpeza				5002,50
2.1	Limpeza superficial c/ jato alta pressão de ar e água	4.134,30	M²	1,21	5.002,50
3	Pavimentação-Reperfilagem 4 cm				73.218,45
3.1	Pintura de ligação emusão RR-2C	4.134,30	M²	1,21	5.002,50
3.2	Fabric. e aplic. de conc. betuminoso usinado a quente CAP 50/70	413,43	ton	165,00	68.215,95
4	Pavimentação- capa 3 cm				54.571,59
4.1	Pintura de ligação emusão RR-2C	4.016,85	M²	1,21	4.860,39
4.2	Fab. e aplic. de conc. Betuminoso usinado a quente CAP 50/70	301,28	ton	165,00	49.711,20
5	Remoção do calçamento				57,56
5.1	Arrancamento e remoção de paralelepípedo	3,60	M²	15,99	57,56
6	Pintura de sinalização e placas				3.715,42
6.1	Sinal horiz. c/ tinta retrorefletiva base resina acrílica c/ microesferas de vidro-estacionamento – branca	21,04	M²	16,35	344,00
6.2	Sinal horiz. c/ tinta retrorefletiva base resina acrílica c/ microesferas de vidro-pare – branca	9,32	M²	16,35	152,38
6.3	Sinal horiz. c/ tinta retrorefletiva base resina acrílica c/ microesferas de vidro-pedestre – branca	108,30	M²	16,35	1.770,71
6.4	Sinal horiz. c/ tinta retrorefletiva base resina acrílica c/ microesferas de vidro-meia pista – amarela	36,85	M²	16,35	602,50
6.5	Conf. de placa de sinaliz. semi-reflet. PARE-área cada uma 0,16 m²	0,16	M²	127,66	20,43
6.6	Poste aço H=2,50 m D=75mm tipo XR-701/1 XOULUX ou tipo TPD – 236/1 trópico – PARE	1,00	Unid	191,03	191,03
6.7	Conf. de placa de sinal. Semi-refletiva NOME DE RUA-área cada uma 0,16 m²	0,48	M²	127,66	61,28
6.8	Poste aço H=2,50 m D=75mm tipo XR-701/1 XOULUX ou tipo TPD – 236/1 trópico – NOME E RUA	3,00	unid	191,03	573,09
7	Drenagem pluvial				1.793,42
7.1	Escavação, carga, transp. de material de 1ª cat. com trator de esteira	4,32	M³	5,23	22,59
7.2	Boca de lobo simples concr.Par Diam. 60 cm	3,00	Unid	500,31	1.500,93
7.3	Concreto armado dosado 15 MPA incl. Mat. p/ preparo conf. tampa de boca de lobo	0,16	M²	1.686,89	269,90
8	Remoção de meio fio e execução novamente				118,22
8.1	Arrancamento e remoção de meio fio	0,16	M²	3,21	0,51
8.2	Meio fio pré-moldado 12x15x30 – 1,00 m rejuntado traço 1:4	3,50	M	33,63	117,71
	ETAPA 02-LICITAÇÃO (BDI=24,0 %)				
9	Passeio público				77.557,48
9.1	Locação da obra, através de gabarito corrido, p ontalete a cada 1,5 m	1.025,10	m²	8,55	8.764,61
9.2	Limpeza superficial da camada vegetal	125,20	M²	0,45	56,34
9.3	Arrancamento e remoção de meio fio	517,50	M	3,90	2.018,25
9.4	Limpeza mecanizada de terreno no solo	891,00	M²	0,60	534,60
9.5	Regularização e compactação manual de terreno com soquete	941,30	M³	4,70	4.424,11
9.6	Material aterro/reaterro (barro, argila ou saibro) com trans. Até 10 km	51,61	M³	25,00	1.290,25
9.7	Pav. Bloco inter. Tipo PAVER dim. 100 mmx200mm esp. 4 cm FCK 35 MPA s/ colchão pedra, rej. Areia	591,35	M²	54,00	31.932,90
9.8	Pav. Bloco inter. Tipo PAVER dim. 100 mmx200mm esp. 8 cm FCK 35 MPA s/ colchão pedra, rej. Areia	71,50	M²	69,00	4.933,50
9.9	Pav. Bloco inter. Tipo PAVER dim. 100 mmx200mm esp. 4 cm FCK 35 MPA s/ colchão pedra, rej. Areia	144,80	M²	65,00	9.412,00
9.10	Pav. Bloco inter. Tipo PAVER dim. 100 mmx200mm esp. 8 cm FCK 35 MPA s/ colchão pedra, rej. Areia	40,50	M²	75,00	3.037,50
9.11	Pav. Bloco inter. Tipo PAVER dim. 100 mmx200mm esp. 4 cm FCK 35 MPA s/ colchão pedra, rej. Areia	153,50	M²	66,00	10.131,00
9.12	Piso de cimento traço 1:3 acabamento. Liso esp. 2,5 cm preparo mecânico da argamassa	28,05	M²	36,45	1.022,42
10	Meio fio				23.150,40
10.1	Meio fio pré-mold. 12x15x30- 1,00m rejuntado traço 1:4	556,50	M	41,60	23.150,40
11	Alvenaria de acabamento e contensão				9.721,93
11.1	Concreto ciclópico FCK 10 MPA 30% de pedra de mão	6,04	M³	440,00	2.657,60
11.2	Alvenaria tijolo furado 9x19x19 cm assente arg. Traço 1:4 junta 1 cm	43,96	M²	160,00	7.033,60
11.3	Chapisco traço 1:4 esp. 0,5 cm preparo manual de argamassa	7,90	M²	3,89	30,73
12	Aterro e corte				223,49

	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL R\$
	ETAPA 01 – CONSÓRCIO (BDI 0,0 %)				
1	Placa de Convênio				905,68
1.1	Placa de convênio em chapa aço galvanizada (2,00x1,25m)	2,50	m²	362,27	905,68
2	Limpeza				5002,50
2.1	Limpeza superficial c/ jato alta pressão de ar e água	4.134,30	M²	1,21	5.002,50
3	Pavimentação-Reperfilagem 4 cm				73.218,45
3.1	Pintura de ligação emusão RR-2C	4.134,30	M²	1,21	5.002,50
3.2	Fabric. e aplic. de conc. betuminoso usinado a quente CAP 50/70	413,43	ton	165,00	68.215,95
4	Pavimentação- capa 3 cm				54.571,59
4.1	Pintura de ligação emusão RR-2C	4.016,85	M²	1,21	4.860,39
4.2	Fab. e aplic. de conc. Betuminoso usinado a quente CAP 50/70	301,28	ton	165,00	49.711,20
5	Remoção do calçamento				57,56
5.1	Arrancamento e remoção de paralelepípedo	3,60	M²	15,99	57,56
6	Pintura de sinalização e placas				3.715,42
6.1	Sinal horiz. c/ tinta retrorefletiva base resina acrílica c/ microesferas de vidro-estacionamento – branca	21,04	M²	16,35	344,00
6.2	Sinal horiz. c/ tinta retrorefletiva base resina acrílica c/ microesferas de vidro-pare – branca	9,32	M²	16,35	152,38
6.3	Sinal horiz. c/ tinta retrorefletiva base resina acrílica c/ microesferas de vidro-pedestre – branca	108,30	M²	16,35	1.770,71
6.4	Sinal horiz. c/ tinta retrorefletiva base resina acrílica c/ microesferas de vidro-meia pista – amarela	36,85	M²	16,35	602,50
6.5	Conf. de placa de sinaliz. semi-reflet. PARE-área cada uma 0,16 m²	0,16	M²	127,66	20,43
6.6	Poste aço H=2,50 m D=75mm tipo XR-701/1 XOULUX ou tipo TPD – 236/1 trópico – PARE	1,00	Unid	191,03	191,03
6.7	Conf. de placa de sinal. Semi-refletiva NOME DE RUA-área cada uma 0,16 m²	0,48	M²	127,66	61,28
6.8	Poste aço H=2,50 m D=75mm tipo XR-701/1 XOULUX ou tipo TPD – 236/1 trópico – NOME E RUA	3,00	unid	191,03	573,09
7	Drenagem pluvial				1.793,42
7.1	Escavação, carga, transp. de material de 1ª cat. com trator de esteira	4,32	M³	5,23	22,59
7.2	Boca de lobo simples concr.Par Diam. 60 cm	3,00	Unid	500,31	1.500,93
7.3	Concreto armado dosado 15 MPA incl. Mat. p/ preparo conf. tampa de boca de lobo	0,16	M²	1.686,89	269,90
8	Remoção de meio fio e execução novamente				118,22
8.1	Arrancamento e remoção de meio fio	0,16	M²	3,21	0,51
8.2	Meio fio pré-moldado 12x15x30 – 1,00 m rejuntado traço 1:4	3,50	M	33,63	117,71
	ETAPA 02-LICITAÇÃO (BDI=24,0 %)				
9	Passeio público				77.557,48
12.1	Material para aterro-cfme projeto	5,96	M³	24,00	143,04
12.2	Compactação do aterro	5,96	M³	4,97	29,62
12.3	Escavação, corte de material de 1ª categoria	13,00	M³	3,91	50,83
				TOTAL	250.036,14

ANEXO III

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Lei Municipal nº. 811/2011 – Cobrança de Contribuição de Melhoria

Obra/Serviço: Pavimentação asfáltica, Passeio público e Obras Complementares.

Local: Avenida Cristo Rei, Rua Padre Júlio, Avenida Planalto, Rua Eduardo Sehnem, Rua Irmão Ambrósio.

Área total do asfalto: 9.613,40 m²

Área total de passeio público: 2.601,70 m²

Valor Estimado da Obra: 600.439,16

Contribuinte	Num. Cad.	Nome da Rua	Área do Lote (m²)	Setor	Lote	Avaliação do Lote (R\$)
WILSON ESTEFEN DE LIMA	581-0	AVENIDA PLANALTO / RUA EDUARDO SEHNEM-ESQUINA	500,00	01	25	R\$ 380.000,00
DARCI KIPPER	580-0	AVENIDA PLANALTO	1.000,00	01	24	R\$ 240.000,00
FABRÍCIO KIPPER	579-0	AVENIDA PLANALTO	1.000,00	01	23	R\$ 70.000,00
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE	582-0	AVENIDA PLANALTO	1.000,00	01	22	R\$
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE	583-0	AVENIDA PLANALTO / RUA PADRE JÚLIO - ESQUINA	1.000,00	01	21	R\$
ILTON JOÃO SCHWERTZ	530-0	AVENIDA PLANALTO	500,00	01	16-A	R\$ 180.000,00
ROBSON WENDLING DIEHL	837-0	AVENIDA PLANALTO	500,00	01	16-B	R\$ 180.000,00
AIRTON ANTONIO REINEHR	528-0	AVENIDA PLANALTO	1.000,00	01	18	R\$ 180.000,00

AIRTON ANTONIO REINEHR	527-0	AVENIDA PLANALTO	1.000,00	01	19	R\$ 150.000,00
ADELMO JOSÉ SCHWERZ	526-0	AVENIDA PLANALTO/RUA PADRE JULIO-ESQUINA	500,00	01	20	R\$ 220.000,00
NERI WALDEMAR WESNER	649-0	RUA IRMÃO AMBRÓSIO	500,00	01	133-A	R\$ 220.000,00
AMADO BIRNFELD	1627-0	RUA IRMÃO AMBRÓSIO	500,00	01	133-B	R\$ 120.000,00
NELIO DICKEL	640-0	RUA IRMÃO AMBRÓSIO	500,00	01	124-A	R\$ 65.000,00
NELIO DICKEL	1709-0	RUA IRMÃO AMBRÓSIO	500,00	01	124-B	R\$ 73.000,00
CLEMIR SANSIGOLO	631-0	RUA IRMÃO AMBRÓSIO	1.000,00	01	104	R\$ 200.000,00
IVANDRO PAULO FAÉ	630-0	RUA IRMÃO AMBRÓSIO	1.000,00	01	103	R\$ 200.000,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE	557-0	RUA IRMÃO AMBROSIO	1.000,00	01	123	R\$
GERTRUDE SOARES ANTUNES	566-0	RUA IRMAO AMBROSIO	500,00	01	114-A	R\$ 180.000,00
IVANOR ROBERTO FAÉ	844-0	RUA IRMAO AMBROSIO	500,00	01	114	R\$ 100.000,00
CELIO WILSMANN	552-0	RUA IRMAO AMBROSIO	500,00	01	94-B	R\$ 60.000,00
CELIO WILSMANN	840-0	RUA IRMAO AMBROSIO	500,00	01	94-A	R\$ 73.000,00
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE	551-0	RUA IRMAO AMBROSIO	1.000,00	01	93	R\$
ANDRE METNEK	1590-0	RUA EDUARDO SEHNEM	500,00	01	50	R\$ 360.000,00
LEONIR SIMONETTI	602-0	RUA EDUARDO SEHNEM	500,00	01	50-A	R\$ 240.000,00
ELIO METTLER	593-0	RUA EDUARDO SEHNEM	500,00	01	41	R\$ 200.000,00
JOSE WAGNER NETO	578-0	RUA EDUARDO SEHNEM	700,00	01	26-A	R\$ 160.000,00
ZELIA SONAGLIO	585-0	RUA EDUARDO SEHNEM	700,00	01	27	R\$ 180.000,00
CLEITON MARCOS KLUGE	1592-0	RUA EDUARDO SEHNEM	500,00	01	25-A	R\$ 200.000,00
LEONIR MICHEL	586-0	RUA PADRE JÚLIO	500,00	01	30	R\$ 180.000,00
ELIANA METTLER SCHWERZ	1637-0	RUA PADRE JULIO	375,00	01	1	R\$ 55.000,00
ILVO SCHMITT	1667-0	RUA PADRE JULIO	450,00	01	14	R\$ 50.000,00
IRINEU VOGT	1666-0	RUA PADRE JULIO	450,00	01	13	R\$ 50.000,00
GILBERTO VOGT	1665-0	RUA PADRE JULIO	450,00	01	12	R\$ 50.000,00
LEONIR MICHEL	1664-0	RUA PADRE JULIO	450,00	01	11	R\$ 50.000,00
CRISTIANE DA SILVA SANSIGOLO	1663-0	RUA PADRE JULIO	450,00	01	10	R\$ 200.000,00
NADIR M. DE SOUZA SENGER	501-0	RUA PADRE JULIO	2.500,00	01	0001	R\$ 250.000,00
ALFREDO WALKER	1676-0	RUA PADRE JULIO	1.000,00	01	1	R\$ 180.000,00
VILSON SEIDER	1681-0	RUA PADRE JULIO	374,11	01	6	R\$ 50.000,00
VILSON SEIDER	1680-0	RUA PADRE JULIO	384,00	01	5	R\$ 55.000,00
FABIANE MORANDINI	1599-0	RUA PADRE JULIO	600,00	01	11-A	R\$ 150.000,00
AIRTON BELUSSO	1600-0	RUA PADRE JULIO	400,00	01	11-B	R\$ 200.000,00
WALDEMAR WESNER	523-0	RUA PADRE JULIO	500,00	01	20-A	R\$ 200.000,00
MARILIVA AMES AIOLFI	588-0	AVENIDA CRISTO REI	1.000,00	01	34	R\$ 180.000,00
FRIDOLINO VOGEL	590-0	AVENIDA CRISTO REI	1.000,00	01	33	R\$ 60.000,00
ARNO FRANKEN	591-0	AVENIDA CRISTO REI	1.000,00	01	32	R\$ 60.000,00
IVONETE DE FATIMA MARION	592-0	AVENIDA CRISTO REI	1.000,00	01	31	R\$ 200.000,00
ELIO METTLER	834-0	AVENIDA CRISTO REI / RUA EDUARDO SEHNEM – ESQUINA	700,00	01	26-B	R\$ 220.000,00
ORTINILA JAHN MARION	587-0	AVENIDA CRISTO REI	1.000,00	01	28	R\$ 140.000,00
INÁCIO VITÓRIA	584-0	AVENIDA CRISTO REI	1.000,00	01	29	R\$ 150.000,00
FABIANO DE MELLO GAIDECZKA	1625-0	AVENIDA CRISTO REI / RUA PADRE JÚLIO - ESQUINA	500,00	01	30-A	R\$ 100.000,00

Bom Jesus do Oeste, 05 de Dezembro de 2015.

Comissão de Avaliação Imobiliária:

Walter Naujorks Mariliva Ames Aiolfi
Membro Membro

Maria Jaira Menegon Ivandro Paulo Faé
Membro Membro

Nelson Fernandes da Silva Jairo Boehlke
Membro Membro

Bruna de Oliveira Bastos
Membro

PORTARIA Nº 007/2016 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 007/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. MARILIVA AMES AIOLFI, matrícula nº 56-6, portadora do CIC sob. nº. 017.581.829-03, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2015 a 17 de fevereiro de 2016, período de concessão de 25 de janeiro de 2016 a 08 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de Janeiro de 2016.

ELTON HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2015

Página: 1 de 1
19/01/2016 08:41

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC

Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	353.476,34	-
Pessoal Ativo	353.476,34	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	353.476,34	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.765.304,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	353.476,34	3,28
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	645.918,29	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	613.622,38	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	581.326,46	5,40

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Jan/2016, 08h e 41m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

JANIARA KELLER CECCON

ADRIANA ESTEFANI

CIC 048.669.229-90

CRC 021.143/0-2

(1/1)

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2015Página: 1 de 1
19/01/2016 08:49

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Legislativo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
3º Quadrimestre de 2015

LRF, Art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	10.765.304,84	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	353.476,34	3,28
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	645.918,29	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	613.622,38	5,70
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Jan/2016, 08h e 49m.

JANIARA KELLER CECCON
CIC 048.669.229-90ADRIANA ESTEFANI
CRC 021.143/0-2

(1/1)

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS 08,09,10/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 08/2016 Pregão Presencial 23/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Deise Dadam Sgrott

Objeto: Contratação de serviços de Nutricionista na elaboração, coordenação e fiscalização de cardápio para a alimentação escolar.

Valor Total: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Extrato Contrato 09/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Info-VR – Tecnologia e Consultoria Pública Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de geração e publicação dos relatórios apontados na Cláusula Terceira e serviços mensais complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do Sistema de Contas Públicas.

Valor Total: R\$ 3.559,20 (três mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos)

Extrato Contrato 10/2016 Pregão Presencial 21/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Madeireira Kuhnen Ltda ME

Objeto: Aquisição de madeiras diversas para manutenção das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, para o exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 301.122,00 (trezentos e um mil cento e vinte e dois reais)

Bom Retiro, 20 de janeiro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

MINUTA EDITAL PP 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 02/2016 para Fornecimento de cartuchos de tinta, toners para impressoras e copiadoras e material de informática para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Educação e Gabinete do Prefeito no exercício de 2016. A abertura dos envelopes será dia 02/02/16 às 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 20 de janeiro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Botuvera

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 20/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Panificadora e Confeitaria Mama Irma Ltda

Objeto: Fica acrescido aos itens de materiais do Contrato Administrativo nº 20/2015, o montante de recursos financeiros de R\$ 1.787,50, conforme estabelecido no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

PL02/2016-PP01-GENEROS ALIMENTÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS que compõe a merenda escolar da rede municipal de ensino. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00hrs do dia 01/02/2016. Abertura da sessão: dia 01/02/2016 às 14:30 horas, na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações na Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170, Site: www.botuvera.sc.gov.br - e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 20 de Janeiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 006/2016

DECRETO Nº. 006/2016.

Anula e Suplementa no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), na seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(7) – 3.1.90.00.00.00.00.1.0002 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), fica suplementada a seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(34) – 3.1.90.00.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 18 de janeiro de 2016.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2015 PMBT

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015

Número do Registro de Preços: 23/2015 Data do Registro: 20/07/2015 Válido até: 20/07/2016

Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestar Serviços de mão de obra mecânica para máquinas, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários da Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS. (16391)	HORA	VERNER KRENZLIN (6065)	VERNER KRE	0	40,0000	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015

Número do Registro de Preços: 23/2015		Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestar Serviços de mão de obra mecânica para máquinas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários da Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015
PROCESSO Nº 36/2015

(6065) - VERNER KRENZLIN

Braço do Trombudo, 20 de Julho de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Seletivo nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Armando Leobet, nº. 441, centro, CNPJ 01.613.853/0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve abrir inscrições e estabelecer normas para a realização do Processo Seletivo para a contratação de servidores em caráter temporário e emergencial, para o quadro de pessoal no âmbito da Administração Municipal. A íntegra do edital está disponível nos endereços eletrônicos na Internet www.brunopolis.sc.gov.br e www.amplasc.org.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2014 SAMAE

1. EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 024/2014

ESPÉCIE: locação de impressoras multifuncionais. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 078/2013. VALOR GLOBAL: R\$ 10.276,26. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2016/80.001.17.512.301.2291.3390391200.20000; PRAZO EXECUÇÃO: até 30/06/2016. DATA DA ASSINATURA: 18/01/2016; CONTRATADA: Reinkjet Tintas, Toners e Informática Ltda EPP. Representante do SAMAE.

Brusque, 18 de janeiro de 2016.
PUBLIQUE-SE

Silvia Eliane Roso da Silva
Representante
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2013 SAMAE

1. EXTRATO DO TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 024/2013

ESPÉCIE: locação dos softwares de cadastro de redes e leitura de hidrometros. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 058/2012. VALOR GLOBAL: R\$ 22.054,20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2016.80.02.2293.339039110000.20000 e 2016.80.01.2291.339039110000.20000; PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 18/01/2016; CONTRATADA: Sanegraph Serviços de Informatica SS LTda. Representante do SAMAE.

Brusque, 18 de janeiro de 2016.
PUBLIQUE-SE

Silvia Eliane Roso da Silva
Representante
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2012 SAMAE

1. EXTRATO DO TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 012/2012

ESPÉCIE: serviço de manutenção do sistema de radiocomunicação e telemetria do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 045/2011. VALOR GLOBAL: R\$ 145.348,56. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2016.80.02.2293.339039990000.20000; PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 18/01/2016; CONTRATADA: DRJ Radiocomunicação Ltda. Representante do SAMAE.

Brusque, 18 de janeiro de 2016.
PUBLIQUE-SE

Silvia Eliane Roso da Silva
Representante
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 72/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 72/ 2016, de 12 de janeiro de 2016.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2186/2015 – referente ao Processo de Sindicância nº 02/2015 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o feriado ocorrido em 02/11/2015 (Finados).

Considerando, férias coletivas;

Considerando, férias do advogado e envolvidos;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada para apurar fatos relatados para a Ouvidoria - Processo nº 1038/2015, datado de 29/05/2015, onde no corpo da denúncia, extrai-se que Elfi Klassen, relata que efetuou inscrição para para o Processo Seletivo – Edital nº 015/2015, sendo marcada e confirmado prova para o dia 24 de maio de 2015 – às 9:00 horas na UNIASSELVI, localizada na Rua Gregório Diegolini, nesta cidade de Brusque/SC (sala 35A). Na ocasião estavam presentes aplicadores da Prova, bem como organizadores , entretanto, a referida Prova não ocorreu tendo em vista que o responsável pela abertura da sala não compareceu, conforme extrai-se do trecho enviado por Elfi Klassen, datado de 29/05/2015. A irregularidade, em tese, constitui ilícitos administrativo, nos termos do art. 174, incisos I, III, VI, VII, X, XI, 175, inciso XIX, artigo 179 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de janeiro de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Contador - com Base no Decreto n. 7.735/2016

LEI Nº 3.963, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

LEI nº 3.963, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam ou processam produtos de origem animal e vegetal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei estabelece normas sanitárias para a produção, industrialização e comercialização de produtos comestíveis de origem animal e vegetal no Município de Brusque e cria o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, o qual atuará de acordo com as normas estabelecidas nesta lei e na Lei Federal nº 7.889 de 23 de novembro de 1989.

Art. 2º O Serviço de Inspeção Municipal – SIM terá jurisdição em todo território do Município de Brusque e atuará fiscalizando e/ou inspecionando os produtos de origem animal e vegetal, em toda ou qualquer etapa de produção, manipulação ou processamento, sejam estes industriais ou artesanais, comestíveis ou não, com adição

ou não de vegetais, produtos químicos, saborizantes, conservantes, flavorizantes ou qualquer outro aditivo utilizado.

Art. 3º O Serviço de Inspeção Municipal ficará vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, sob coordenação do departamento de agricultura, se houver, ou do órgão responsável pelo desenvolvimento de ações relacionados ao setor.

Parágrafo único. A atividade de fiscalização deverá ser exercida por servidor ocupante de cargo efetivo de médico veterinário ou outro servidor efetivo devidamente treinado, sob a responsabilidade técnica daquele.

Art. 4º São considerados passíveis de inspeção, o beneficiamento e elaboração das seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos:

I – mel;

II – ovos;

III – frutas;

IV – cereais;

V – leite;

VI – carnes;

VII – peixes, crustáceos e moluscos;

VIII – micro-organismos;

IX – verduras;

X – outros produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

XI – animais destinados à matança, seus produtos e subprodutos e matérias-primas.

Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, poderão ser comercializados no Município de Brusque, desde que cumpridos os requisitos desta lei.

Art. 5º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda poderá firmar convênio com a União, o Estado e Municípios que já tenham serviços semelhantes regulamentados e atuantes, para possibilitar a comercialização dos produtos de que trata o art. 4º, quando produzidos em processo artesanal, ou ainda para permitir a entrada no Município de Brusque de mercadorias ou produtos originados em outros municípios e vice-versa, podendo neste caso delegar e receber competências.

Parágrafo único. Para fins desta lei, entende-se por elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantenham características tradicionais, culturais ou regionais, e/ou produzidos em pequena escala, obedecidos os parâmetros fixados em regulamento.

Art. 6º O estabelecimento processador de alimentos de origem animal e vegetal e os que trabalham com matérias-primas relacionadas no art. 4º desta lei deverão se registrar no cadastro do Serviço de Inspeção Municipal – SIM na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, mediante formalização de pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - requerimento, dirigido ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, solicitando o registro e inspeção no Serviço de Inspeção Municipal;

II - inscrição de produtor rural na Secretaria da Fazenda;

III – documento de identidade pessoal do proprietário do estabelecimento;

IV - CPF/CNPJ;

V - cadastro de produtor (quando corresponda);

VI - carteira de saúde vigente das pessoas encarregadas da manipulação ou que trabalham no estabelecimento e que de alguma maneira tenham contato com os produtos produzidos;

VII - planta das instalações do estabelecimento, incluindo a origem da água potável utilizada, assim como o tratamento de efluentes, em sendo o caso, de acordo com as normas em vigor sobre o meio ambiente e proteção ambiental;

VIII - planta de localização e situação do estabelecimento.

Parágrafo único. A água utilizada no estabelecimento seguirá as normas nacionais de potabilidade em relação às condições microbiológicas, presença de matéria orgânica ou substâncias tóxicas.

Art. 7º O estabelecimento produtor de alimentos de abatedouros, manterá livro oficial, onde serão registradas as informações, recomendações e visitas do Serviço de Inspeção Municipal objetivando o controle sanitário da produção.

§ 1º O Serviço de Inspeção Municipal poderá estabelecer, a seu critério, as análises rotineiras necessárias para cada produto processado sem ônus para os produtores, bem como coletar novas amostras e repetir as análises que julgar conveniente.

§ 2º O estabelecimento processador de alimentos, manterá em arquivo próprio, sistema de controle que permita confrontar, em qualidade e quantidade, o produto processado com o lote que lhe deu origem.

Art. 8º Cada tipo de produto deverá ter registro de fórmula em separado junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, sendo cada qual objeto de norma específica a ser editada, previamente estabelecida com os produtores, respeitada a legislação vigente.

Art. 9º Compete ao Serviço de Inspeção Municipal dos produtos de origem animal e vegetal:

I – proceder à classificação dos estabelecimentos;

II – verificar o preenchimento das condições e exigências para o registro e condições de funcionamento;

III – regulamentar as condições de higiene dos estabelecimentos;

IV – determinar os meios para o cumprimento das obrigações dos proprietários, responsáveis e/ou entrepostos;

V – a inspeção pré e post-mortem dos animais;

VI – a inspeção e a reinspeção de todos os produtos e subprodutos e matérias primas de origem animal e vegetal durante as diferentes fases de industrialização e transporte;

VII – a fixação dos diferentes tipos de padrões e aprovação de famílias, grupos e subgrupos de alimentos de origem animal e vegetal;

VIII – o registro de rótulos e marcas;

IX – aplicar as penalidades por inobservância de normas sanitárias ou falsificação de produtos, rótulos, carimbos ou registros;

X – a inspeção e a reinspeção de produtos e subprodutos nos estabelecimentos citados no art. 6º desta Lei;

XI – proceder às análises laboratoriais dos produtos inspecionados;

XII - regulamentar o sistema de transporte de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

Art. 10. As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão preceitos mínimos de construção e de higiene recomendados pelo Serviço de Inspeção Municipal, observando aspectos como:

I - ficar distante de fontes produtoras de contaminação;

II - uma sala ou setor de armazenagem de embalagens, vasilhames, recipientes e aditivos;

III - local de recepção de matéria primas;

IV - setor de lavagem e desinfecção de utensílios;

V - ventilação e iluminação adequadas e suficientes;

VI - vedação contra insetos e proteção contra roedores e outros animais;

VII - setor de eliminação de resíduos e restos de produtos que permitam o controle de vetores e impossibilitem a contaminação dos alimentos manipulados;

VIII - vestiário/banheiros e refeitório para os funcionários, quando necessário;

IX – abastecimento por água potável, em quantidade e pressão suficiente de acordo ao tipo de estabelecimento e às atividades realizadas;

X - piso de material de cor clara e impermeável, resistente a abrasão e a corrosão com leve inclinação para escoamento das águas;

XI - paredes de cor clara, lisas e impermeáveis, resistentes a umidades e vapores;

XII - mesas que permitam uma fácil limpeza e desinfecção, preferencialmente de aço inoxidável;

XIII - bandejas, caixas, tanques e recipientes deverão ser de material facilmente lavável e que permitam a desinfecção, sem produzir substâncias tóxicas ou gases;

XIV - utilização de uniformes e equipamentos próprios e limpos, inclusive botas impermeáveis e gorros, conforme as normas legais e regulamentares de higiene sanitária;

XV – controle de pragas e vetores de limpeza de caixa d'água semestralmente, por empresa especializada, demonstrado por certificado.

Parágrafo único. Todos os estabelecimentos que estejam atuando na data da publicação da presente Lei, terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem às normas legais, sendo passível de prorrogação por mais 90 (noventa) dias.

Art. 11. O não cumprimento do disposto nesta lei ou nas demais normas legais e regulamentares sanitárias, expedidas pelos órgãos ou autoridades competentes, acerca da produção, industrialização e comercialização de produtos comestíveis de origem animal e vegetal acarretará as seguintes sanções:

I - advertência, quando primário no erro ou, se reincidente por uma vez em erro que não acarrete risco relevante à saúde pública,

não ter agido com dolo ou má-fé;

II - multa de 01 (um) a 100 (cem) salários mínimos quando seja infringida a lei ou regulamento em vigor, dosada proporcionalmente à gravidade e dobrada a cada reincidência específica, considerando-se de gravidade relevante sempre que o caso ensejar risco sanitário para a população consumidora ou prejuízo relevante ao meio ambiente;

III - apreensão ou condenação das matérias primas ou produtos ou subprodutos que não cumpram algum dos requisitos da presente lei ou regulamentos pertinentes;

IV - suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva do estabelecimento, de acordo com a gravidade da infração, seja ela provocada por negligência manifesta, reincidência culposa ou dolosa ou que eventualmente tenha alguma das seguintes características:

a) cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitário;

b) adulteração ou falsificação do produto;

c) embaraço à ação fiscalizadora;

d) desacato, suborno ou tentativa deste;

e) seja comprovada a impossibilidade ou resistência manifesta do estabelecimento em se adequar às normas higiênicas.

Parágrafo único. A apreensão ou condenação dos produtos ou subprodutos de origem animal e vegetal, que sejam destinados ao consumo humano ou não, poderão ser inutilizados ou aproveitados com fins sociais, de acordo ao critério da autoridade sanitária competente.

Art. 12. O controle sanitário dos rebanhos que geram matéria-prima para a produção artesanal de alimentos é obrigatório e deverá seguir orientação dos órgãos de defesa sanitária animal.

Art. 13. Compete a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, através do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, a execução de ações pertinentes ao cumprimento das normas de implantação, registro, funcionamento, orientação, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos.

Art. 14. Os produtos de que trata esta lei deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para preservação de sua qualidade.

Art. 15. A embalagem do produto quando necessário, deverá ser produzida por empresa credenciada junto ao Ministério da Saúde e conter todas as informações preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, bem como as previstas no art. 16, § 3º, desta lei, indicando, quando for o caso, que é produto artesanal e com a inscrição do Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único. Quando comercializados a granel, os produtos, serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Art. 16. Cada estabelecimento devidamente cadastrado receberá um número de cadastro único (exemplo: SIM 001/002), sendo que o primeiro número representa o número correlativo ao estabelecimento na inscrição do Serviço de Inspeção Municipal e o segundo o número correspondente ao produto inscrito que se comercializa.

§ 1º Cada estabelecimento deverá ter tantos números de produtos cadastrados quantos àqueles que produza para serem

comercializados;

§ 2º Fica dispensado o cadastramento de número de produto quando se comercialize um único produto tal como: leite, carne, mel, etc., sendo suficiente neste caso o número de registro do estabelecimento;

§ 3º Todos os produtos embalados, carimbados ou empacotados, serão devidamente identificados com carimbos ou etiquetas onde constarão os seguintes dizeres:

I - tipo de produtor;

II - nome comercial;

III - registro no SIM;

IV - nome do produtor;

V - endereço do produtor;

VI - CPF/CNPJ (o que corresponda);

VII - telefone de contato/reclamação;

VIII - telefone do Serviço de Inspeção Municipal;

IX - quadro de valor nutricional;

X - data de produção e de validade e lote, quando couber;

XI - forma e temperatura de conservação.

Parágrafo único. No caso de abatedouros de bovinos, suínos, caprinos, ovinos ou equinos que comercializem carne sem empacotamento, será suficiente o carimbo do SIM com o número identificador do estabelecimento.

Art. 17. Os estabelecimentos já instalados, se precisarem fazer alterações nas instalações existentes, serão comunicados através de memorial descritivo e terão prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável pela metade, na situação sujeita à liberação de recursos financeiros, para fazer as devidas adequações.

Art. 18. Os estabelecimentos que manipulem ou produzam alimentos deverão se ajustar às normas sanitárias e arquitetônicas de acordo com as legislações municipais, estaduais e federais em vigor.

Art. 19. A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta lei, sujeitará o infrator às sanções previstas em lei.

Art. 20. As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pelas verbas alocadas na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, constantes no orçamento do Município, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder aos remanejamentos orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 21. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, inclusive expedindo normas complementares de fiscalização dos produtos e dos estabelecimentos.

Art. 22. Lei específica disciplinará sobre a taxa dos atos praticados pelo SIM, sem prejuízo da aplicação das disposições vigentes.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de janeiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.964, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

LEI nº 3.964, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua HILDA BOHN a via identificada como Rua CII-003, transversal da Rua Valentin Maurici, Bairro Centro II, localizada a 45,00 metros sentido bairro/centro da Rodovia Antônio Heil (SC-486).

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 89,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de janeiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39 - 2014 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39 - 2014 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2014 – INEXIGIBILIDADE Nº 13/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM OFTALMOLOGIA, CONTRATADA: MARIA LÚCIA MACEDO BERTOLINI, brasileira, médica, casada, inscrita no CPF sob nº 728.182.809-82, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 39/2014 datado de 15 de julho de 2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais, O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 15 de janeiro de 2016 e findando dia 15 de janeiro de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

DECRETO Nº 6.643 - ANEXOS (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

TABELA DE ATOS DE SAÚDE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ANEXO ÚNICO - TABELA II

TAXA POR ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

1 Alvará Sanitário

A) Estabelecimentos/Atividades (relacionado às atividades do código CNAE)

1.1 Grupo Produtos

1.1.1 Subgrupo Fábrica/Indústria

1.1.1.1 Indústria de Alimentos

1.1.1.2 Indústria de Embalagens

1.1.1.3 Indústria de Correlatos/Produtos para Saúde

1.1.1.4 Indústria de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumaria

1.1.1.5 Indústria de Saneantes Domissanitários

1.1.1.6 Indústria de Medicamentos

1.1.1.7 Indústria de Produtos Químicos e Farmoquímicos

1.1.1.8 Indústria de Produtos e Preparados Químicos Diversos/Precursores

1.1.2 Subgrupo Distribuidor/Importador/Exportador

1.1.2.1 Comércio Atacadista de Alimentos

1.1.2.2 Comércio Atacadista de Correlatos/Produtos para Saúde

1.1.2.3 Comércio Atacadista de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumaria

1.1.2.4 Comércio Atacadista de Saneantes Domissanitários (Inseticidas, Raticidas, Desinfetantes e Detergentes)

1.1.2.5 Comércio Atacadista de Medicamentos

1.1.2.6 Comércio Atacadista de Diversas Classes de Produtos

1.1.3 Subgrupo Comércio Varejista

1.1.3.1 Comércio Varejista de Alimentos

1.1.3.2 Comércio Varejista de Medicamentos

1.1.3.3 Comércio Varejista de Cosméticos

1.1.3.4 Comércio Varejista de Artigos Médicos e Ortopédicos

1.1.3.5 Comércio Varejista de Artigos de Ótica

1.1.3.6 Comércio Varejista de Saneantes Domissanitários

1.1.3.7 Comércio Varejista de Diversas Classes de Mercadorias

1.1.4 Subgrupo Outros

1.1.4.1 Depósito de Produtos Relacionados à Saúde

1.1.4.2 Transporte de Produtos Relacionados à Saúde

1.1.4.3 Distribuição de Água por Caminhões

1.2 Grupo Serviços de Saúde

1.2.1 Subgrupo Serviços Assistenciais de Saúde

1.2.2 Subgrupo Serviços de Interesse da Saúde

1.2.2.1. Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica

1.2.2.2 Educação/Ensino

1.2.2.3 Entretenimento/Cultura

1.2.2.4 Veterinários

1.2.2.5 Estética

1.2.2.6 Atividades Físicas

1.2.2.7 Hospedagem/Acomodação

1.2.2.8 Esterilização, Sanitização, Limpeza e Controle de Pragas (Desinsetização e Desratização)

1.2.2.9 Saneamento

1.2.2.10 Outros Serviços Descritos no Código CNAE

B) Outros (Contempla o Alvará Sanitário de veículos, aparelhos ou locais de interesse da saúde, quando esses não estão inseridos na atividade do estabelecimento descrita no código CNAE)

- 1.3 Veículos de Transporte
- 1.4 Eventos em caráter não-permanente
- 1.5 Outros
- 2 VISTORIA SANITÁRIA EM EDIFICAÇÕES
- 2.1 Habite-se Sanitário
- 2.2 Laudo de Conformidade do PBA
- 3 ANÁLISE DE PROJETOS
- 3.1 Projeto Hidrossanitário
- 3.2 Projeto Básico de Arquitetura - PBA
- 4 SERVIÇOS DIVERSOS
- 4.1 Diversos
- 4.2 Livros
- 4.3 Solicitações/Pareceres Técnicos

1. Alvará Sanitário

A) Estabelecimentos/Atividades (relacionado às atividades do código CNAE)

1.1 Grupo Produtos

1.1.1 Subgrupo Fábrica/Indústria			1.1.2	
1.1.1.1 Indústria de Alimentos				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
0892-4/03	REFINO E OUTROS TRATAMENTOS DO SAL	Contempla • Moagem, purificação, refino e outros tratamentos do sal.	1.1.1.1.1	1,74
1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	Contempla A fabricação de: • Conservas de frutas (frutas conservadas em álcool, secas, desidratadas, polpas conservadas, purês e semelhantes). • Frutas em calda (compotas). • Doces em massa ou pastas e geléias. • Concentrados de tomate (extratos, purês, polpas). • Leite de coco. Não Contempla A fabricação de: • Molhos de tomate preparados (1095-3/00). • Doces e geléias de outras matérias-primas exceto frutas (1099-6/99). • Frutas cristalizadas (1093-7/02). • Alimentos dietéticos e para crianças (1099-6/99).	1.1.1.1.2	1,74
1032-5/01	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE PALMITO	Contempla • A fabricação de conservas de palmito.	1.1.1.1.3	1,74
1032-5/99	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE LEGUMES E OUTROS VEGETAIS, EXCETO PALMITO	Contempla • A produção de conservas de legumes e outros vegetais, cogumelos comestíveis, mediante congelamento, cozimento, imersão em azeite e vinagre. A fabricação de: • Vegetais desidratados e liofilizados. • Farinha e sêmola de batata. • Batata frita e aperitivos à base de batata. Não Contempla A fabricação de: • Conservas de palmito (1032-5/01). • Pratos prontos, congelados, à base de legumes e de outros vegetais (1096-1/00). • Sopas de legumes e de outros vegetais (1099-6/99). • Amidos e féculas de outros vegetais (1065-1/01).	1.1.1.1.4	1,74
1041-4/00	FABRICAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS EM BRUTO, EXCETO ÓLEO DE MILHO	Contempla • A fabricação de óleos vegetais em bruto comestíveis (óleo de soja, caroço de algodão, oliva, girassol, etc.). • A obtenção de tortas, farinhas e farelos de sementes oleaginosas e de subprodutos residuais da produção de Óleos (por exemplo: sementes de algodão). Não Contempla A fabricação de: • Óleos vegetais refinados (1042-2/00). • Óleos de milho em bruto (1065-1/02).	1.1.1.1.5	1,74

1042-2/00	FABRICAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS REFINADOS, EXCETO ÓLEO DE MILHO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de ceras de origem vegetal, para fins alimentícios. • Refino e/ou envasamento de óleos vegetais, comestíveis. • Outros beneficiamentos processados em óleos vegetais (sopragem, oxidação, polimerização, hidrogenação, etc.). <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de milho refinado (1065-1/03). • Óleos vegetais em bruto (1041-4/00). • Óleos e gorduras essenciais para fins alimentícios (2029-1/00). 	1.1.1.1.6	1.74
1053-8/00	FABRICAÇÃO DE SORVETES E OUTROS GELADOS COMESTÍVEIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de gelados comestíveis, como sorvetes, picolés, bolos e tortas geladas. • A fabricação de bases líquidas ou pastosas para a elaboração de sorvetes. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de pós para a preparação de sorvetes, picolés (1099-6/02). 	1.1.1.1.7	1,74
1061-9/01	BENEFICIAMENTO DE ARROZ	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Beneficiamento do arroz (arroz descascado, moído, branqueado, polido, parbolizado, etc.). <p>Não Contempla</p> <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de arroz em bruto (1041-4/00). • Óleo de arroz refinado (1042-2/00). • Farinhas, flocos e outros produtos de arroz (1061-9/02). 	1.1.1.1.8	1.74
1061-9/02	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO ARROZ	<p>Contempla</p> <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Farinha de arroz. • Flocos e outros produtos de arroz. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O beneficiamento do arroz (1061-9/01). <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de arroz em bruto (1041-4/00). • Óleo de arroz refinado (1042-2/00). • Amidos e féculas de arroz (1065-1/01). 	1.1.1.1.9	11.74
1062-7/00	MOAGEM DE TRIGO E FABRICAÇÃO DE DERIVADOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Farinha de trigo, inclusive integral. • Sêmolos e farelo de trigo, etc. • Outros derivados de trigo. • A produção de farinhas e massas (em pó) mescladas e preparadas para a fabricação de pães, bolos, biscoitos. <p>Não Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de amidos e féculas de trigo (1065-1/01). 	1.1.1.1.10	1.74
1063-5/00	PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A produção de farinha de mandioca. • A fabricação de outros derivados da mandioca: raspa, farinha de raspa, etc. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de amidos e féculas de mandioca (1065-1/01). 	1.1.1.1.11	1.74
1064-3/00	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MILHO E DERIVADOS – EXCETO ÓLEO DE MILHO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Milho (fubá). • Farinhas cruas de milho (creme de milho, grito de milho, etc.), canjica, farelo de milho, etc. • Farinhas de milho, termicamente tratadas e alimentos a base de milho (pós, flocos, produtos pré-cozidos, etc.). • A preparação de milho para pipoca. <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Amidos e féculas de milho (1065-1/01). • Óleo de milho em bruto (1065-1/02). • Óleo de milho refinado (1065-1/03). 	1.1.1.1.12	1.74
1065-1/01	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS DE VEGETAIS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Amidos e féculas de vegetais: milho, arroz, trigo, mandioca, etc. • Dextrose (açúcar de milho). • Produtos elaborados a partir de amidos vegetais: açúcares (glicose, maltose e inulina), glúten, tapioca, etc. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de fubá e farinha de milho (1064-3/00). 	1.1.1.1.13	1.74

1065-1/02	FABRICAÇÃO DE ÓLEO DE MILHO EM BRUTO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de óleo de milho em bruto. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de óleo de milho refinado (1065-1/03). 	1.1.1.1.14	1.74
1065-1/03	FABRICAÇÃO DE ÓLEO DE MILHO REFINADO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de óleo de milho refinado. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de óleo de milho em bruto (1065-1/02). 	1.1.1.1.15	1.74
1069-4/00	MOAGEM E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Farinhas de araruta, centeio, cevada, aveia, legumes secos, etc. • Farinhas compostas, germens de cereais, etc. • Aperitivos e alimentos para o café da manhã à base destes produtos. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de farinhas e alimentos a base de batatas (1032-5/99). 	1.1.1.1.16	1.74
1071-6/00	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açúcar em bruto (açúcar VHP – very high polarization - cristal, demerara e mascavo). • Derivados e subprodutos da fabricação de açúcar (rapadura, melado, melaço, etc.). <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de açúcar de cana refinado e moído (1072-4/01). 	1.1.1.1.17	1.74
1072-4/01	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR DE CANA REFINADO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açúcar moído e triturado, refinado e líquido. • Glicose de cana-de-açúcar. <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Glicose e outros açúcares a partir de amidos vegetais (1065-/01). • Açúcar natural (stévia) (1099-6/06). • Adoçantes (1099-6/06). 	1.1.1.1.18	1.74
1072-4/02	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR DE CEREAIS (DEXTROSE) E DE BETERRABA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba moído ou triturado, refinado e líquido. <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açúcar de cana, refinado e moído (1072-4/01). • Glicose e outros açúcares a partir de amidos vegetais (1065-/01). • Açúcar natural (stévia) (1099-6/06). • Adoçantes (1099-6/06). 	1.1.1.1.19	1.74
1081-3/01	BENEFICIAMENTO DE CAFÉ	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O beneficiamento do café em coco para café em grão, não associado ao cultivo. <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Café torrado em grãos (1081-3/02). • Café solúvel (1082-1/00). 	1.1.1.1.20	1.74
1081-3/02	TORREFAÇÃO E MOAGEM DO CAFÉ	<p>Contempla</p> <p>A produção de café:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Torrado em grãos. • Torrado e moído. • Descafeinado. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A produção de café solúvel (1082-1/00). 	1.1.1.1.21	1.74
1082-1/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS À BASE DE CAFÉ	<p>Contempla</p> <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Café solúvel. • Extratos e concentrados de café e de outras preparações a base de café. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A produção de café torrado em grãos, moído e descafeinado (1081-3/02). 	1.1.1.1.22	1.74

1091-1/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produtos de panificação industrial: pães e roscas, bolos, tortas, etc. • Farinhas de rosca. • Produtos de panificação congelados. <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Biscoitos e bolachas (1092-9/00). • Massas alimentícias (1094-5/00). • Massas preparadas e misturadas, em pó, para pães, bolos, etc.(1062-7/00). <p>A padaria e confeitaria com venda direta ao público, com predominância de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção própria (4721-1/01). • Revenda (4721-1/02). 	1.1.1.1.23	1.74
1092-9/00	FABRICAÇÃO DE BISCOITOS E BOLACHAS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Biscoitos e bolachas. • Casquinhas para sorvetes e formas para recheios de doces e semelhantes. 	1.1.1.1.24	1.74
1093-7/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DO CACAU E DE CHOCOLATES	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pasta de cacau (massa) e, de outros derivados do beneficiamento do cacau (cacau em pó, manteiga de cacau, chocolate amargo para uso industrial, torta de cacau, etc.). • Bombons, chocolates e farinhas à base de chocolates. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de balas, confeitos, frutas cristalizadas e semelhantes (1093-7/02). 	1.1.1.1.25	1.74
1093-7/02	PRODUÇÃO DE FRUTAS CRISTALIZADAS, BALAS E SEMELHANTES	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Balas, confeitos, gomas de mascar e semelhantes. • Frutas cristalizadas. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de bombons, chocolates e farinhas à base de chocolates (1093-7/01). 	1.1.1.1.26	1.74
1094-5/00	FABRICAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Massas alimentícias (talharim, espaguete, ravióli, etc.). • Massas preparadas (frescas, congeladas ou resfriadas) para lasanha, canelone, etc., com ou sem recheio. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A produção de massas preparadas e misturadas em pó para pães, bolos e biscoitos (1062-7/00). • A fabricação de pratos prontos congelados à base de massas (lasanhas, pizzas, etc.) (1096-1/00). • A fabricação de pós para pudins, gelatinas, etc. (1099-6/02). 	1.1.1.1.27	1.74
1095-3/00	FABRICAÇÃO DE ESPECIARIAS, MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS	<p>Contempla</p> <p>A preparação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especiarias e condimentos (canela, baunilha, colorau, mostarda, sal preparado com alho, etc.). • Molhos de tomate, molhos em conservas, maionese, etc. • Bases para molhos. • Temperos diversos (desidratados, congelados, liofilizados, em conservas, etc.) <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A produção de concentrados de tomate: extratos, purês, polpas (1031-7/00). • O sal refinado (0892-4/03). 	1.1.1.1.28	1.74
1096-1/00	FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS E PRATOS PRONTOS	<p>Contempla</p> <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pratos prontos ou refeições – congelados à base de vegetais. • Pratos prontos congelados à base de massas (pizzas, lasanhas, etc.). <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobremesa pronta para consumo. • Salgadinhos congelados. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de alimentos perecíveis para revenda (1099-6/99). • A preparação de refeições para consumo em restaurantes, aviões, hospitais, etc. (5620-1/01). <p>Nota</p> <p>Esta classe Contempla a produção de pratos prontos ou refeições preparadas, na forma congelada e embaladas.</p>	1.1.1.1.29	1.74
1099-6/02	FABRICAÇÃO DE PÓS ALIMENTÍCIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de pós para pudins, gelatinas, etc. 	1.1.1.1.30	1.74

1099-6/03	FABRICAÇÃO DE FERMENTOS E LEVEDURAS	Contempla • A fabricação de fermentos e leveduras.	1.1.1.1.31	1.74
1099-6/04	FABRICAÇÃO DE GELO COMUM	Contempla • A fabricação de gelo para consumo humano ou o que entra em contato com alimentos.	1.1.1.1.32	1.74
1099-6/05	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA INFUSÃO	Contempla • Beneficiamento de chá, mate e outras ervas para infusão.	1.1.1.1.33	1.74
1099-6/06	FABRICAÇÃO DE ADOÇANTES NATURAIS E ARTIFICIAIS	Contempla A fabricação de: • Açúcar de stévia e outros adoçantes naturais. • Adoçantes artificiais.	1.1.1.1.34	1.74
1099-6/07	FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS DIETÉTICOS E COMPLEMENTOS ALIMENTARES	Contempla • A fabricação de alimentos dietéticos, complementos alimentares e semelhantes.	1.1.1.1.35	1.74
1099-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Contempla A fabricação de: • Preparações salgadas para aperitivos. • Doces/produtos de confeitaria/xaropes alimentícios. • Produtos a base de soja. • Sopas em pó ou em tabletes ou líquido. • Doces de matéria-prima diferente de leite. • Alimentos adicionados de nutrientes essenciais. • Alimentos para fins especiais. • Alimentos com alegações de propriedades funcionais e ou de saúde. • Alimentos infantis. • Alimentos irradiados. • Alimentos novos. • Alimentos para gestantes e nutrízes. • Alimentos para idosos. • Dieta enteral. • Sal hipossódico e sucedâneo do sal. • Composto líquido pronto para o consumo, preparado líquido aromatizado, guaraná em pó ou bastão. • Bebidas não alcoólicas, sucos e outras. • A fabricação de alimentos perecíveis para revenda. • A produção de alimentos pré-preparados para restaurantes, lanchonetes e semelhantes. • Cozinha industrial/Concessionária de Alimentos. • A fabricação de salgadinhos empacotados. • Buffet (com fabricação própria). • Produtos alimentícios não especificados em outras classes. Não Contempla: • A fabricação de adoçantes naturais e artificiais (1099-6/06).	1.1.1.1.36	1.74
1121-6/00	FABRICAÇÃO DE ÁGUAS ENVASADAS	Contempla • Engarrafamento na fonte de águas (mineral e natural). • Fabricação de águas adicionadas de sais. Não Contempla • Fabricação de águas naturais, com adoçantes ou aromatizantes (1099-6/99).	1.1.1.1.37	1.74

1.1.1.2 Indústria de Embalagens

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA	
1731-1/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL	Contempla • A fabricação de embalagens de papel, impressas ou não, simples, plastificadas ou de acabamento especial (saco de papel Kraft, comuns e multifolhados; de papel impermeável, etc.), que entram em contato com alimento	1.1.1.2.1 - A 1.74
		Contempla • A fabricação de embalagens de papel, impressas ou não, simples, plastificadas ou de acabamento especial (saco de papel Kraft, comuns e multifolhados; de papel impermeável, etc.), que não entram em contato com alimento.	1.1.1.2.1 - B 1.74

1732-0/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE CARTOLINA E PAPEL CARTÃO	Contempla • A fabricação de embalagem de cartolina e de papel-cartão, mesmo laminadas entre si, que entram em contato com alimento.	1.1.1.2.2 - A	1.74
		Contempla • A fabricação de embalagem de cartolina e de papel-cartão, mesmo laminadas entre si, que não entram em contato com alimento.	1.1.1.2.2 - B	1.74
2071-1/00	FABRICAÇÃO DE TINTAS, VERNIZES, ESMALTES E LACAS	Contempla • Verniz sanitário, utilizado para o revestimento interno de embalagens que entram em contato com alimento.	1.1.1.2.3 - A	1.74
		Contempla • Outras tintas, vernizes, esmaltes e lacas	1.1.1.2.3 - B	1.74
2222-6/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGEM DE MATERIAL PLÁSTICO	Contempla • A fabricação de embalagens de material plástico que entram em contato com alimento.	1.1.1.2.4 - A	1.74
		Contempla • A fabricação de embalagens de material plástico que não entram em contato com alimento.	1.1.1.2.4 - B	1.74
2312-5/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE VIDRO	Contempla • A fabricação de embalagens de vidro que entram em contato com alimento.	1.1.1.2.5 - A	1.74
		Contempla • A fabricação de embalagens de vidro que não entram em contato com alimento.	1.1.1.2.5 - B	1.74
2341-9/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS REFRACTÁRIOS	Contempla • A fabricação de produtos refratários utilizados como embalagem que entram em contato com alimentos.	1.1.1.2.6 - A	1.74
		Contempla • A fabricação de produtos refratários utilizados como embalagem que não entram em contato com alimentos.	1.1.1.2.6 - B	1.74
2349-4/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS NÃO REFRACTARIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Contempla • A fabricação de produtos cerâmicos não refratários utilizados como embalagem que entram em contato com alimento.	1.1.1.2.7 - A	1.74
		Contempla • A fabricação de produtos cerâmicos não refratários utilizados como embalagem que não entram em contato com alimento.	1.1.1.2.7 - B	1.74
2591-8/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS METÁLICAS	Contempla A fabricação de: • Latas, tubos e bisnagas metálicas que entram em contato com alimento. • Tonéis, latões para transporte de leite, tambores, bujões e outros recipientes metálicos para transporte de alimentos. • Tampas metálicas para embalagens que entram em contato com alimentos.	1.1.1.2.8 - A	1.74
		Contempla: • Embalagens metálicas que não entram em contato com alimentos.	1.1.1.2.8 - B	1.74

1.1.1.3 Indústria de Correlatos/Produtos para Saúde

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA Valor (VRM)	TAXA	
2219-6/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE BORRACHA NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Contempla A fabricação de: • Preservativos. • Luvas cirúrgicas e para procedimentos. • Bicos para mamadeiras, chupetas e protetores de mamilo. Não Contempla • A fabricação de artigos de uso médico, cirúrgico e odontológico (3250-7/05). Nota Para fabricação de correlatos o estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (petição eletrônica) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.	1.1.1.3.1 1.74

2660-4/00	FABRICAÇÃO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS E ELETROTHERAPÊUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIAÇÃO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aparelhos e tubos de irradiação (p.ex.: diagnóstico médico, médico-terapêutico, pesquisa, científico, etc.) • Aparelhos e equipamentos eletrônicos para instalações hospitalares, em consultórios médicos e odontológicos e para laboratórios (aparelhos eletrodentários, eletrocirúrgicos e para eletrodiagnóstico, para aplicação de raios ultravioleta e infravermelho, aparelhos de raios-X, eletrocardiógrafos, equipamentos oftalmológicos de ultra-som, etc.) • Marcapassos. • Aparelhos auditivos. • Aparelhos de tomografia computadorizada. • Aparelhos de ressonância magnética. • Equipamentos médicos a laser. • Aparelhos para endoscopia e aparelhos semelhantes. 	1.1.1.3.2	1.74
3250-7/01	FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS NÃO-ELETRÔNICOS E UTENSÍLIOS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, ODONTOLÓGICO E DE LABORATÓRIO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de instrumentos não eletrônicos e utensílios de uso ou de aplicação médica, hospitalar, odontológica ou laboratorial destinadas ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento ou reabilitação da saúde, inclusive os de educação física, embelezamento e correção estética (termômetros clínico-médicos, bisturis, pinças, tesouras, cânulas, sondas, seringas, agulhas, cateteres e outros). <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ataduras, "catgut", fios para suturas, curativos, etc. (3250-7/05). • Esterilizadores (3250-7/02). 	1.1.1.3.3	1.74
3250-7/02	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, ODONTOLÓGICO E DE LABORATÓRIO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico e odontológico (mesas para operações cirúrgicas, equipamentos para mecanoterapia e massagens, cadeiras para dentistas com equipamento dental incorporado, etc). <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cadeiras de rodas (3092-0/00). • Aparelhos eletromédicos, eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação (2660-4/00). • Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, em escala industrial (3250-7/04). • Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda (4773-3/00). 	1.1.1.3.4	1.74
3250-7/04	FABRICAÇÃO DE APARELHOS E UTENSÍLIOS PARA CORREÇÃO DE DEFEITOS FÍSICOS E APARELHOS ORTOPÉDICOS EM GERAL, EXCETO SOB ENCOMENDA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exclusiva e unicamente a fabricação, em escala industrial, de artigos e aparelhos para correção de defeitos físicos, membros artificiais e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda. <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação, sob encomenda, de órteses e próteses prescritas por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cirurgiões dentistas (3250-7/06). • Médicos (4773-3/00). <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Calçados ortopédicos sob medida (4773-3/00). • Marcapassos (2660-4/00). • Cadeiras de rodas (3092-0/00). 	1.1.1.3.5	1.74
3250-7/05	FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PARA MEDICINA E ODONTOLÓGIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de materiais, artigos, produtos, partes e acessórios de uso ou de aplicação médica, hospitalar, odontológica ou laboratorial destinadas ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento ou reabilitação da saúde, inclusive os de educação física, embelezamento e correção estética (Produtos: descartáveis, implantáveis, líquidos, sólidos, semi-sólidos, bolsas de sangue, dispositivos intra-uterino, produtos para diagnóstico de uso "in vitro" e outros). <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de curativos, emplastos e materiais semelhantes impregnados com qualquer substância (2121-1/01). 	1.1.1.3.6	1.74

3250-7/07	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS ÓPTICOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de artigos ópticos (óculos, lentes de contato, lentes para óculos, armações para óculos, óculos de sol e semelhantes).</p> <p>A fabricação de óculos para segurança e proteção.</p> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As óticas com montagem de lentes oftálmicas com grau sob prescrição médica (4774-1/00). <p>Nota</p> <p>Para fabricação de lentes de contato (produto estéril) o estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agencia e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.1.3.7	1.74
3250-7/08	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDO NÃO TECIDO PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de artefatos de tecido não tecidos para uso odonto-médico-hospitalar (gorros, máscaras protetoras, aventais, outros). 	1.1.1.3.8	1.74

1.1.1.4 Indústria de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumaria

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA		
1742-7/01	FABRICAÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de fraldas descartáveis. 	1.1.1.4.1	1.74
1742-7/02	FABRICAÇÃO DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Absorventes e tampões higiênicos. • Lenços umedecidos e discos demaquilantes. • Hastes com extremidades envoltas em algodão. • Outros produtos para absorção de líquidos corporais. 	1.1.1.4.2	1.74
2063-1/00	FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal. • Odorizantes de ambientes. • Repelentes de uso tópico. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de sabonetes medicinais em barra, pedaços, etc. (2121-1/01). • Neutralizadores de odores (2062-2/00) <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de óleos essenciais e de velas que não possuem a finalidade de odorizar o ambiente. <p>Nota</p> <p>O estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agencia e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.1.4.3	1.74
3291-4/00	FABRICAÇÃO DE ESCOVAS, PINCÉIS E VASSOURAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de escova dental para uso humano, fio e fita dental para uso humano. <p>Nota</p> <p>O estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agencia e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.1.4.4 - A	1.74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de pincéis, vassouras e escovas que não sejam de uso dental humano. 	1.1.1.4.4 - B	1.74

1.1.1.5 Indústria de Saneantes Domissanitários

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA		

2052-5/00	FABRICAÇÃO DE DESINFESTANTES DOMISSANITÁRIOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de desinfestantes domissanitários, formulações químicas com a finalidade de repelir animais indesejáveis (sinantrópicos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repelentes. • Inseticidas. • Rodenticidas. • Produtos para jardinagem amadora. <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repelentes de uso tópico (2063-1/00). • Produtos químicos e preparações com propriedades anti-sépticas, bactericidas ou germicidas, com fins terapêuticos ou profiláticos (2121-1/01). <p>Nota</p> <p>O estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p> <p>Não compete</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de defensivos agrícolas (inseticidas, fungicidas, herbicidas e demais defensivos agrícolas) sob regulamentação do Ministério da Agricultura. 	1.1.1.5.1	1.74
2061-4/00	FABRICAÇÃO DE SABÕES E DETERGENTES SINTÉTICOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sabões e detergentes, para uso doméstico, institucional e profissional. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de: • Saponáceos (2062-2/00). • Suavizantes/amaciantes de tecidos (2062-2/00). • Sabonetes (2063-1/00). • Sabonetes medicinais, em barras, pedaços (2121-1/01). <p>Nota</p> <p>O estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.1.5.2	1.74
2062-2/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E POLIMENTO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para limpeza geral e afins, como: alvejantes, branqueadores, desincrustantes, saponáceos, finalizadores (amaciantes, lustradores, ceras para pisos, facilitadores de passagem de roupas, polidores, engomadores de roupas, acidulantes, neutralizadores para lavagem de roupas), limpadores, polidores de metais, produtos para pré e pós-lavagem e removedores. • Neutralizadores de odores. • Com ação antimicrobiana como hipoclorito de sódio, potabilizadores de águas, desinfetantes, desodorizantes e algicidas. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de preparados para perfumarem ambientes ou odorizantes de ambiente (2063-1/00). • A produção de ceras de origem vegetal (1042-2/00). <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito a concessão do Alvará Sanitário</p>	1.1.1.5.3	1.74

1.1.1.6 Indústria de Medicamentos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
2014-2/00	FABRICAÇÃO DE GASES INDUSTRIAIS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gases industriais ou médicos, líquidos ou comprimidos para fim terapêutico ou para esterilização de produtos: gases elementares (oxigênio, nitrogênio, hidrogênio); • Óxido de etileno. <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O óxido de etileno é um saneante domissanitário sujeito a registro e o estabelecimento fabricante, assim como o prestador de serviço que utiliza este produto estão sujeitos a autorização de funcionamento junto ao órgão federal competente. 2. Os gases com finalidade terapêutica são considerados medicamentos sujeitos ao registro e o estabelecimento fabricante está sujeito a autorização de funcionamento junto ao órgão federal competente. 3. A Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário. 	1.1.1.6.1	1.74

2121-1/01	FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS ALOPÁTICOS PARA USO HUMANO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especialidades farmacêuticas alopáticas compreendidas nas classes terapêuticas. • Medicamentos de controle especial (ver nota 2). • Soros e vacinas. • Derivados do sangue. • Medicamentos opoterápicos. • Soluções parenterais de grande volume (SPGV). • Soluções parenterais de pequeno volume (SPPV). • Medicamentos oftálmicos. • Produtos e preparações com propriedades anti-sépticas, bactericidas ou germicidas, com fins terapêuticos ou profiláticos. • Curativos, bandagens, algodão em rama, gases, hastes com extremidades envoltas em algodão, etc. impregnados com qualquer substância. <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de medicamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Homeopáticos para uso humano (2121-1/02). • Fitoterápicos para uso humano (2121-1/03). • Farmacopeicos ou oficiais, tais como: água oxigenada, tintura de iodo, etc. (2123-8/00). <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centrais de manipulação de produtos farmacêuticos (ver nota 3) <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário Inicial. 2. A fabricação de produtos de controle especial deverá requerer também, através de peticionamento eletrônico, a Autorização Especial de Funcionamento – AE, conforme legislação vigente. 3. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e, contrariam a legislação sanitária vigente. 4. Para empresas fabricantes de diferentes tipos de medicamentos (alopáticos, fitoterápicos, homeopáticos ou preparações farmacêuticas), adotar o código CNAE correspondente à atividade fabril principal. 	1.1.1.6.2	1.74
2121-1/02	FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS HOMEOPÁTICOS PARA USO HUMANO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de especialidades farmacêuticas homeopáticas para uso humano. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de medicamentos: • Alopáticos para uso humano (2121-1/01). • Fitoterápicos para uso humano (2121-1/03). <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centrais de manipulação de produtos farmacêuticos (ver nota 2) <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário 2. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e contrariam a legislação sanitária vigente. 3. A fabricação de produtos de controle especial deverá requerer também através de peticionamento eletrônico a Autorização Especial de Funcionamento – AE, conforme legislação vigente. 4. Para empresas fabricantes de diferentes tipos de medicamentos (alopáticos, fitoterápicos, homeopáticos ou preparações farmacêuticas), adotar o código CNAE correspondente à atividade fabril principal. 	1.1.1.6.3	1.74

2121-1/03	FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS PARA USO HUMANO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de medicamentos: • Alopáticos para uso humano (2121-1/01). • Homeopáticos para uso humano (2121-1/02). <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centrais de manipulação de produtos farmacêuticos (ver nota 2). <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feito eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito a concessão do Alvará Sanitário. 2. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e, contrariam a legislação sanitária vigente. 3. Para empresas fabricantes de diferentes tipos de medicamentos (alopáticos, fitoterápicos, homeopáticos ou preparações farmacêuticas), adotar o código CNAE correspondente à atividade fabril principal. 	1.1.1.6.4	1.74
2123-8/00	FABRICAÇÃO DE PREPARAÇÕES FARMACÊUTICAS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medicamentos farmacopeicos ou oficiais, tais como: água oxigenada 10V, tintura de iodo, etc. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de medicamentos: • Alopáticos para uso humano (2121-1/01). • Homeopáticos para uso humano (2121-1/02). • Fitoterápicos para uso humano (2121-1/03). • Produtos e preparações com propriedades antisépticas, bactericidas ou germicidas, com fins terapêuticos ou profiláticos. (2121-1/01). • Curativos, bandagens, algodão em rama, gases, hastes com extremidades envoltas em algodão, etc. impregnados com qualquer substância. (2121-1/01). • A fabricação de kits e preparações para diagnósticos médicos (3250-7/05). <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centrais de manipulação de produtos farmacêuticos (ver nota 3). <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário 2. Este CNAE aplica-se exclusivamente a empresas fabricantes de medicamentos oficiais e/ou farmacopeicos, conforme acima descrito. 3. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e contrariam a legislação sanitária vigente. 4. A fabricação de produtos de controle especial está sujeita a autorização especial. 5. Para empresas fabricantes de diferentes tipos de medicamentos (alopáticos, fitoterápicos, homeopáticos ou preparações farmacêuticas), adotar o código CNAE correspondente à atividade fabril principal. 	1.1.1.6.5	1.74

1.1.1.7 Indústria de Produtos Químicos e Farmoquímicos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
2019-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS INORGÂNICOS, NÃO ESPECIFICADOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corantes e pigmentos inorgânicos de origem mineral ou sintética, em forma básica ou concentrada para fins alimentícios. • Outros produtos químicos inorgânicos como ácidos, bases, seus sais, etc., para fins alimentícios. 	1.1.1.7.1 - A	1.74
		<p>Contempla</p> <p>Outros produtos químicos inorgânicos.</p>	1.1.1.7.1 - B	1.74

2029-1/00	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS NÃO ESPECIFICADOS	Contempla A fabricação de: • Ácidos graxos para fins alimentícios. • Compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance do produto final alimentício, como: corantes, aromatizantes, conservadores espessantes e outros. • Corantes, pigmentos, ácidos graxos, óleos essenciais, compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance e outros produtos orgânicos para fins alimentícios que utilizam precursores (ver nota) no processo de síntese química (fabricação) destes compostos. • Corantes e pigmentos orgânicos de origem animal, vegetal ou sintética em forma básica ou concentrada para fins alimentícios. • Óleos essenciais para fins alimentícios. • Outros compostos orgânicos para fins alimentícios. Nota O estabelecimento que utiliza ou importa precursores para uso próprio necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE e Autorização Especial de Funcionamento – AE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário, conforme legislação vigente.	1.1.1.7.2 - A	1.74
		Contempla A fabricação de outros produtos químicos orgânicos.	1.1.1.7.2 - B	1.74
2110-6/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS	Contempla A fabricação de insumos farmacêuticos como: • Substâncias químicas ativas utilizadas nas preparações de medicamentos como: antibióticos, vitaminas, sulfas, alcalóides, e outros. • Excipientes e adjuvantes, essências, aromas com ou sem utilização de precursores (ver notas 2 e 3). A fabricação de: • Insumo de controle especial, ou seja, substâncias ativas de entorpecentes e /ou psicotrópicos ou outras substâncias de controle especial prevista na legislação vigente. • Precursores (ver notas 2 e 3). • Intermediários para a produção de farmoquímicos que se enquadram em uma das definições acima (insumos farmacêuticos, insumos de controle especial ou precursores). Notas 1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário 2. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como por exemplo, ácido fenil acético, piperonal, safrol. 3. O estabelecimento que utiliza ou importa para uso próprio precursores, está sujeito a licença de funcionamento e autorização especial, conforme legislação vigente. Não Contempla • As especialidades farmacêuticas (2121-1/01, 2121-1/02 e 2121-1/03). • A fabricação de Aditivos para uso industrial (2093-2/00).	1.1.1.7.3 - A	1.74
		Contempla • A transformação do sangue e a fabricação de seus derivados • O processamento de glândulas e a fabricação de extratos de glândulas. • A fabricação de açúcares quimicamente puros. Nota Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário. Não Contempla • Açúcares sintéticos, mesmo modificados – adoçantes (1099-6/99). • A coleta de sangue humano (8640-2/12).	1.1.1.7.3 - B	1.74
1.1.1.8 Indústria de Produtos e Preparados Químicos Diversos/Precursores				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	

2091-6/00	FABRICAÇÃO DE ADESIVOS E SELANTES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none">• A fabricação de adesivos, colas, decalques e selantes para uso industrial e doméstico, de origem animal, vegetal e sintética, que utiliza precursores (ver notas 1 e 2) na síntese química destes compostos. <p>Notas</p> <p>1. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como, por exemplo, ácido fenil acético, piperonal, safrol.</p> <p>2. O estabelecimento que utiliza ou importa precursores para uso próprio necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE e Autorização Especial de Funcionamento – AE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário, conforme legislação vigente.</p>	1.1.1.8.1	1.74
2093-2/00	FABRICAÇÃO DE ADITIVOS DE USO INDUSTRIAL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none">• A fabricação dos compostos utilizados na produção de insumos para fins diversos, tais como: insumos e componentes destinados à fabricação dos produtos saneantes domissanitários, cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes.	1.1.1.8.2 - A	1.74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none">• A fabricação dos compostos utilizados na produção de insumos para fins alimentícios.	1.1.1.8.2 - B	1.74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none">• A fabricação dos compostos utilizados na produção de insumos para fins diversos, tais como: produtos para saúde/correlatos, que utilizam precursores (ver notas 1 e 2) no seu processo de síntese química.• Corantes e pigmentos.• Essências e ácidos graxos.• Óleos essenciais.• Compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance como: conservadores e espessantes.• Outros compostos. <p>Notas</p> <p>1. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como, por exemplo, ácido fenil acético, piperonal, safrol.</p> <p>2. O estabelecimento que utiliza ou importa precursores para uso próprio necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE e Autorização Especial de Funcionamento – AE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário, conforme legislação vigente.</p>	1.1.1.8.2 - C	1.74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none">• A fabricação de compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance do produto final nos diversos segmentos de mercado, como: sucro-álcool, papel e celulose, construção civil, couro, têxtil, lubrificantes, etc.• A fabricação de lubrificantes sintéticos não derivados do petróleo.• Outros tipos de utilização.	1.1.1.8.2 - D	1.74
1.1.2 Subgrupo Distribuidor/Importador/Exportador				
1.1.2.1 Comércio Atacadista de Alimentos				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)			TAXA
4621-4/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE CAFÉ EM GRÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none">• O comércio atacadista que armazena café em grão, em coco ou verde.	1.1.2.1.1	0,60
4622-2/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE SOJA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none">• O comércio atacadista que armazena soja.	1.1.2.1.2	0,60
4623-1/05	COMÉRCIO ATACADISTA DE CACAU	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none">• O comércio atacadista que armazena cacau em amêndoas.	1.1.2.1.3	0,60
4631-1/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE LEITE E LATICÍNIOS	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista que armazena:</p> <ul style="list-style-type: none">• Leite resfriado, pasteurizado, aromatizado e em pó.• Derivados do leite, tais como: manteigas, iogurtes, queijos, requeijões e similares.• Margarinas.	1.1.2.1.4	0,60

4632-0/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE CEREAIS E LEGUMINOSAS BENEFICIADOS	Contempla • O comércio atacadista que armazena cereais beneficiados (arroz, feijão, milho, trigo, centeio, sorgo).	1.1.2.1.5	0,60
4632-0/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE FARINHAS, AMIDOS E FÉCULAS	Contempla • O comércio atacadista que armazena farinhas, amidos e féculas.	1.1.2.1.6	0,60
4632-0/03	COMÉRCIO ATACADISTA DE CEREAIS E LEGUMINOSAS BENEFICIADOS, FARINHAS, AMIDOS E FÉCULAS COM ATIVIDADE DE FRAÇÃO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA	Contempla O comércio atacadista que armazena e/ou fraciona: • Cereais e leguminosas. • Farinhas, amidos e féculas.	1.1.2.1.7	0,60
4633-8/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE FRUTAS, VERDURAS, RAÍZES, TUBÉRCULOS, HORTALIÇAS E LEGUMES FRESCOS	Contempla O comércio atacadista que armazena: • Frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos. • Frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos, submetidos a processos iniciais como descascamento, desconchamento, remoção das partes não comestíveis, fracionamento, procedimentos de higienização e embalagem, entre outros. Não Contempla • Os comércios atacadistas de frutas e legumes em conservas e congelados (4639-7/01).	1.1.2.1.8	0,60
4633-8/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE AVES VIVAS E OVOS	Contempla • O comércio atacadista que armazena ovos	1.1.2.1.9	0,60
4634-6/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE CARNES BOVINAS, SUÍNAS E DERIVADOS	Contempla O comércio atacadista que armazena: • Carne fresca, frigorificada ou congelada de bovinos e suínos. • Carne preparada de bovinos e suínos, seca e salgada e produtos de salsicharia.	1.1.2.1.10	0,60
4634-6/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE AVES ABATIDAS E DERIVADOS	Contempla • O comércio atacadista que armazena aves abatidas frescas e seus derivados, frigorificados e congelados.	1.1.2.1.11	0,60
4634-6/03	COMÉRCIO ATACADISTA DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR	Contempla • O comércio atacadista que armazena peixes e outros frutos do mar, frescos, frigorificados ou congelados.	1.1.2.1.12	0,60
4634-6/99	COMÉRCIO ATACADISTA DE CARNES E DERIVADOS DE OUTROS ANIMAIS	Contempla • O comércio atacadista que armazena carnes e derivados de caprinos, ovinos, eqüídeos, coelhos e outros animais, frescas, frigorificadas ou congeladas. Não Contempla O comércio atacadista de: • Carne fresca, frigorificada ou congelada de bovinos e suínos (4634-6/01). • Aves abatidas frescas, frigorificadas ou congeladas (4634-6/02). • Peixes e outros frutos do mar, frescos, frigorificados ou congelados (4634-6/03).	1.1.2.1.13	0,60
4635-4/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁGUA MINERAL	Contempla • O comércio atacadista que armazena água mineral. Não Contempla • O engarrafamento na fonte, de águas minerais e água adicionada de sais (1121-6/00).	1.1.2.1.14	0,60
4635-4/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE CERVEJA, CHOPE E REFRIGERANTE	Contempla • O comércio atacadista que armazena cerveja, chope, refrigerante e outras bebidas não alcoólicas.	1.1.2.1.15	0,60
4635-4/99	COMÉRCIO ATACADISTA DE BEBIDAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	Contempla • O comércio atacadista que armazena outras bebidas alcoólicas (vinho, cachaça, bebidas destiladas e etc.) e não alcoólicas.	1.1.2.1.16	0,60
4637-1/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE CAFÉ TORRADO, MOÍDO E SOLÚVEL	Contempla • O comércio atacadista que armazena café torrado, moído e solúvel.	1.1.2.1.17	0,60

4637-1/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE AÇÚCAR	Contempla • O comércio atacadista que armazena açúcar.	1.1.2.1.18	0,60
4637-1/03	COMÉRCIO ATACADISTA DE ÓLEOS E GORDURAS	Contempla • O comércio atacadista que armazena óleos refinados e gorduras de origem animal e vegetal.	1.1.2.1.19	0,60
4637-1/04	COMÉRCIO ATACADISTA DE PÃES, BOLOS, BISCOITOS E SIMILARES	Contempla • O comércio atacadista que armazena pães, bolos, biscoitos e similares. Não Contempla • O comércio atacadista de massas alimentícias (4637-1/05).	1.1.2.1.20	0,60
4637-1/05	COMÉRCIO ATACADISTA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	Contempla • O comércio atacadista que armazena massas alimentícias em geral. Não Contempla • O comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares (4637-1/04).	1.1.2.1.21	0,60
4637-1/06	COMÉRCIO ATACADISTA DE SORVETES	Contempla • O comércio atacadista que armazena sorvetes, picolés, tortas geladas e similares.	1.1.2.1.22	0,60
4637-1/07	COMÉRCIO ATACADISTA DE CHOCOLATES, CONFEITOS, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES	Contempla • O comércio atacadista que armazena chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes. Não Contempla • O comércio atacadista de produtos de padaria: pães, bolos, biscoitos e similares (4637-1/04).	1.1.2.1.23	0,60
4637-1/99	COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Contempla O comércio atacadista que armazena: • Chás, mel, sucos e conservas de frutas e legumes, frutas secas, produtos de coco, etc. • Condimentos e vinagres. • Alimentos preparados em frituras (batata frita e similares). • Alimentos congelados para preparo em microondas. • Complementos e suplementos alimentícios.	1.1.2.1.24	0,60
4639-7/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL	Contempla • O comércio atacadista que armazena outros produtos alimentícios em geral.	1.1.2.1.25	0,60
4639-7/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA	Contempla • O comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada.	1.1.2.1.26	0,60

1.1.2.2 Comércio Atacadista de Correlatos/Produtos para Saúde

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA	
4645-1/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS	Contempla O comércio atacadista, as importadoras e exportadoras de: • Instrumentos, utensílios, materiais, artigos, produtos, partes e acessórios de uso ou aplicação médica, hospitalar ou laboratorial destinados ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento ou reabilitação da saúde, inclusive os de educação física, embelezamento e correção estética (Produtos: descartáveis, implantáveis, líquidos, sólidos, semi-sólidos, bolsas de sangue, dispositivo intra-uterino, produtos para diagnósticos de uso "in vitro" e outros). • Preservativo. Não Contempla O comércio atacadista de: • Equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais (4664-8/00). • Produtos odontológicos (4645-1/03). • Próteses e artigos de ortopedia (4645-1/02). Nota Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.	1.1.2.2.1 1,17

4645-1/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRÓTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de próteses e artigos de ortopedia, aprovados/registrados pela ANVISA/MS. <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.2.2	0,60
4645-1/03	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de material, artigo, instrumento odontológico para o cirurgião-dentista e para as clínicas odontológicas. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O estabelecimento que comercializa produtos odontológicos e outras classes de produtos, tais como: sabonetes anti-sépticos, desinfetantes, esterilizantes, medicamentos com anestésicos e outros, enquadra-se no CNAE 4693-1/00. <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.2.3	0,60
4664-8/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTOMÉDICO HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de equipamentos, aparelhos, partes, acessórios e mobiliários (ver nota), de uso ou aplicação médica, hospitalar, odontológica ou laboratorial, destinadas ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento ou reabilitação da saúde, inclusive os de educação física, embelezamento e correção estética. <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário. 2. Entende-se por mobiliário de uso médico, hospitalar e odontológico, todo móvel destinado a fornecer suporte a procedimento diagnóstico, terapêutico ou cirúrgico. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio atacadista de instrumentos e materiais medicocirúrgico-hospitalares (4645-1/01). 	1.1.2.2.4	0,60

1.1.2.3 Comércio Atacadista de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumaria

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA	
4646-0/01	<p>COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA</p> <p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cosméticos e perfumes. • Produtos de higiene pessoal. • Odorizantes de ambientes. • Repelentes de uso tópico. <p>Não Contempla</p> <p>O comércio atacadista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigos de higiene bucal, produtos para absorção de líquidos corporais, lenços umedecidos e discos demaquilantes e hastes com extremidades envoltas em algodão (4646-0/02). • Produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (4649-4/08). <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.3.1	1,17
4646-0/02	<p>COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL</p> <p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de artigos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Higiene bucal (fio / fita / escova dental). • Produtos para absorção de líquidos corporais (fraldas / absorventes e outros). • Lenços umedecidos e discos demaquilantes. • Hastes com extremidades envoltas em algodão. <p>Não Contempla</p> <p>O comércio atacadista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produtos de cosméticos e produtos de perfumaria (4646-0/01). • Produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (4646-4/08). <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.3.2	0,60

1.1.2.4 Comércio Atacadista de Saneantes Domissanitários (Inseticidas, Raticidas, Desinfetantes e Detergentes)

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA	
4649-4/08	<p>COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR</p> <p>Contempla O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de produtos de higiene e saneantes domissanitários (inseticidas, raticidas, desinfetantes, detergentes). Não Contempla: • O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de produtos de higiene pessoal (4646-0/02). Nota Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.4.1	0,60
4649-4/09	<p>COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR, COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA</p> <p>Contempla O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de produtos de higiene e saneantes domissanitários (inseticidas, raticidas, desinfetantes, detergentes) com atividade de fracionamento e acondicionamento associada. Nota Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.4.2	0,60

1.1.2.5 Comércio Atacadista de Medicamentos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA	
4644-3/01	<p>COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO</p> <p>Contempla O comércio atacadista, importadoras e exportadoras exclusivamente de: • Produtos farmacêuticos de uso humano (medicamento e medicamento de controle especial). • Empresas que distribuem medicamentos para suas filiais. Insumos Farmacêuticos como: • Substâncias químicas ativas utilizadas nas preparações de medicamentos como: antibióticos, vitaminas, sulfas, alcalóides, e outros (ver nota 1). • Excipientes e adjuvantes, essências, aromas (ver nota 1). Insumos de Controle Especiais como: • Substâncias ativas de entorpecentes e ou psicotrópicos (ver notas 1, 2 e 3). • Outras substâncias de controle especial previstas na legislação vigente (ver notas 1, 2 e 3). • Precursores (ver notas 1, 2 e 3). Notas 1. O fracionamento somente está previsto para o comércio atacadista de: • Insumos farmacêuticos (princípios ativos e excipientes). • Insumos farmacêuticos de controle especial (substâncias ativas de entorpecentes e/ou psicotrópicos ou outras substâncias de controle especial prevista na legislação vigente). • Precursores. 2. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como exemplo ácido fenil acético, piperonal, safrol. 3. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário. 4. O comércio atacadista de produtos e substâncias de controle deverá requerer também, através de peticionamento eletrônico, a Autorização Especial de Funcionamento – AE.</p>	1.1.2.5.1	1,74

1.1.2.6 Comércio Atacadista de Diversas Classes de Produtos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA	

4691-5/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> O comércio atacadista de mercadorias em geral, sem especialização particular e com predominância de produtos alimentícios, exceto os produtos abrangidos pela Lei Federal 5991/73 (medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos), para os quais deve ser solicitado alvará sanitário exclusivo (4644-3/01). <p>Nota</p> <p>O comércio atacadista de produtos abrangidos pela Lei Federal 6360/76 (medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, prod. de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética) necessita de prévia Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA.</p>	1.1.2.6.1	0,34
4692-3/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> O comércio atacadista de mercadorias em geral, sem especialização particular e com predominância de insumos agropecuários, exceto os produtos abrangidos pela Lei Federal 5991/73 (medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos), para os quais deve ser solicitado alvará sanitário exclusivo (4644-3/01). <p>Nota</p> <p>O comércio atacadista de produtos abrangidos pela Lei Federal 6360/76 (medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, prod. de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética) necessita de prévia Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA.</p>	1.1.2.6.2	0,60
4693-1/00	COMERCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, SEM PREDOMINÂNCIA DE ALIMENTOS OU DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> O comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários, exceto os produtos abrangidos pela Lei Federal 5991/73 (medicamentos, drogas), para os quais deve ser solicitado alvará sanitário exclusivo (4644-3/01). <p>Nota</p> <p>O comércio atacadista de produtos abrangidos pela Lei Fed. 6360/76 (medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, prod. de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética) necessita de prévia Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA.</p>	1.1.2.6.3	0,60
4683-4/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVO	<p>Compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> -O comércio atacadista de defensivos agrícolas -inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos agrícolas -O comércio atacadista de adubos, fertilizantes e corretivos do solo -O comércio atacadista de produtos químicos para agricultura <p>Não compreende:</p> <p>O comércio atacadista de produtos farmacêuticos para usos veterinário (4644-3/02)</p>	1.1.2.6.4	0,60

1.1.3 Subgrupo Comércio Varejista

1.1.3.1 Comércio Varejista de Alimentos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
4711-3/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – HIPERMERCADOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades dos estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios variados e que também oferecem uma gama variada de outras mercadorias, tais como: utensílios domésticos, roupas, ferragens, etc. com área de venda superior a 5.000 metros quadrados. <p>Nota</p> <p>Além da atividade de venda de produtos, devem ser acrescentadas taxas para outras atividades desenvolvidas no estabelecimento, como: açougue, padaria, lanchonete, entre outras.</p>	1.1.3.1.1	0,43 + TAXAS
4711-3/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – SUPERMERCADOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades dos estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios variados e que também oferecem uma gama variada de outras mercadorias, tais como: utensílios domésticos, roupas, ferragens, etc. com área de venda entre 300 a 5.000 metros quadrados. <p>Nota</p> <p>Além da atividade de venda de produtos, devem ser acrescentadas taxas para outras atividades desenvolvidas no estabelecimento, como: açougue, padaria, lanchonete, entre outras.</p>	1.1.3.1.2	0,26 + TAXAS

4712-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS	<p>Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades dos estabelecimentos comerciais sem auto-atendimento e com venda predominante de produtos alimentícios variados, em minimercados, mercearias, armazéns, empórios, secos e molhados, com área de venda inferior a 300 metros quadrados. <p>Nota</p> <p>Além da atividade de venda de produtos, devem ser acrescentadas taxas para outras atividades desenvolvidas no estabelecimento, como: açougue, padaria, lanchonete, entre outras.</p> <p>Não Contempla</p> <p>Estabelecimentos comerciais com venda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Predominante de produtos alimentícios industrializados (lojas de conveniência), além de outros produtos não alimentícios (4729-6/99). • De produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen) (4729-6/99). 	1.1.3.1.3	0,26 + TAXAS
4721-1/01	PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de pães e rosas, bolos, tortas e outros produtos de padaria com venda predominante de produtos produzidos no próprio estabelecimento. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As panificadoras industriais (1091-1/00). 	1.1.3.1.4	0,43
4721-1/02	PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de pães e rosas, bolos, tortas e outros produtos de padaria quando a revenda de outros produtos é predominante. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As panificadoras industriais (1091-1/00). 	1.1.3.1.5	0,34
4721-1/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS	<p>Contempla</p> <p>O comércio varejista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leite e derivados, tais como: manteiga, creme de leite, iogurte e coalhadas. • Frios e carnes conservadas. 	1.1.3.1.6	0,43
4721-1/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes. 	1.1.3.1.7	0,34
4722-9/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES – AÇOUQUES	<p>Contempla</p> <p>O comércio varejista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carnes de bovino, suíno, caprino, ovino e eqüídeo – frescas, frigorificadas ou congeladas. • Aves abatidas – frescas, frigorificadas ou congeladas. • Pequenos animais abatidos – coelhos, patos, perus, galinhas e similares. 	1.1.3.1.8	0,60
4722-9/02	PEIXARIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de pescados, crustáceos e moluscos frescos, congelados, conservados ou frigorificados. 	1.1.3.1.9	0,43
4723-7/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de bebidas, alcoólicas e não alcoólicas; não consumidas no local de venda. • Tele entrega de água mineral e outras bebidas. 	1.1.3.1.10	0,34
4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTI-GRANJEIROS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de hortifrutigranjeiros. 	1.1.3.1.11	0,26
4729-6/01	TABACARIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista cigarros, charutos e fumos em geral. 	1.1.3.1.12	0,26
4729-6/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIÊNCIAS	<p>Contempla</p> <p>As atividades dos estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios industrializados além de outros não alimentícios, usualmente associado a outra atividade, com horário de funcionamento de 24 horas por dia.</p>	1.1.3.1.13	0,34
4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comércio varejista em lojas especializadas de produtos alimentícios em geral não especificados anteriormente, tais como: produtos naturais e dietéticos, comidas congeladas, mel, café moído, sorvetes embalados. • Estabelecimentos comerciais com venda de produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen). • Estabelecimentos comerciais com venda de suplementos alimentares, produtos naturais e/ou dietéticos. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mercearias, armazéns e mini mercados (4712-1/00). • Lojas de conveniência (4729-6/02). 	1.1.3.1.14	0,34

5611-2/01	RESTAURANTES E SIMILARES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de manipular, preparar, vender e servir comida preparada, com ou sem bebida alcoólica ao público em geral, com serviço completo (ex: pizzarias, churrascarias, entre outros). • Os restaurantes "self-services" ou de comida a quilo. • As atividades de restaurantes e bares em embarcações exploradas por terceiros. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cozinha industrial (5620-1/01). • Rotisseries (5620-1/04). • As atividades de preparação de refeição ou prato cozido, inclusive congelado, entregue ou servido em domicílio (5620-1/04). 	1.1.3.1.15	0,60
5611-2/02	BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de servir bebidas alcoólicas, com ou sem entretenimento, ao público em geral, com serviço completo. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de vender e servir comida preparada, com ou sem bebida alcoólica ao público em geral, com serviço completo (5611-2/01). 	1.1.3.1.16	0,26
5611-2/03	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	<p>Contempla</p> <p>O serviço de alimentação para consumo no local, com venda ou não de bebidas em estabelecimento comercial varejista que não oferece serviço completo, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lanchonetes. • "Fast-food". • Pastelarias. • Casas de chá. • Casas de sucos. • Botequins e similares. • Sorveterias, com consumo no local, de fabricação própria ou não. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviços ambulantes de alimentação (5612-1/00). • Fabricação de sorvetes (1053-8/00). • Cantinas privativas (5620-1/03). 	1.1.3.1.17	0,34
5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os serviços de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, em pontos fixos, tais como: Trailers fixos, Quiosques, etc. • A venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas. 	1.1.3.1.18 - A	0,37
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os serviços móveis de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, tais como: Carrocinhas e outras modalidades de venda ambulante. 	1.1.3.1.18 - B	0,26
		<p>Contempla</p> <p>Feiras-livres.</p>	1.1.3.1.18 - C	0,60
5620-1/01	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A preparação de refeições em cozinha central (cozinha industrial), por conta de terceiros, para fornecimento a empresas de linhas aéreas e outras empresas de transporte, cantinas, restaurantes de empresas e outros serviços de alimentação privativos e sob contrato. 	1.1.3.1.19	1,74
5620-1/02	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFFET	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os serviços de alimentação fornecidos por bufê para banquetes, coquetéis, recepções, etc. 	1.1.3.1.20	0,60
5620-1/03	CANTINA - SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO PRIVATIVO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O serviço de alimentação e a venda de bebidas em caráter privativo (exploração por terceiros ou própria), para grupos de pessoas em fábricas, universidades, colégios, associações, casernas, outros públicos, etc. 	1.1.3.1.21	0,34
5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preparação de refeições ou pratos cozidos, inclusive congelados, entregues ou servidos em domicílio. • Rotisseries. • Preparação de pizzas, lanches e similares para entrega em domicílio. 	1.1.3.1.22	0,34
1.1.3.2 Comércio Varejista de Medicamentos				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA		

4771-7/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Drogarias incluindo as que também realizam atendimento delivery e Ervanarias. • Associações que comprem e dispensam medicamentos. • Empresas que forneçam kits para aeronaves. • Drogarias com fracionamento de medicamentos. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As farmácias de manipulação (4771-7/02). <p>O comércio varejista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medicamentos homeopáticos (4771-7/03). • Produtos odontológicos: cera, compostos para restaurações dentárias e similares (4645-1/03). <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência, sendo o referido documento revalidado anualmente.</p>	1.1.3.2.1	1,17
4771-7/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, COM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS	<p>Contempla</p> <p>Farmácias: estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais.</p> <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A farmácia também pode realizar o comércio varejista de produtos acabados e podem fracionar medicamentos, desde que estejam habilitadas. 2. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência, sendo o referido documento revalidado anualmente. 3. A manipulação de substância sujeita ao controle especial, depende além da AFE, de prévia Autorização Especial de Funcionamento – AE, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência, sendo o referido documento revalidado anualmente. 4. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e contrariam a legislação sanitária vigente. 	1.1.3.2.2	1,17

1.1.3.3 Comércio Varejista de Cosméticos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
4772-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	<p>Contempla</p> <p>O comércio varejista de produtos de perfumaria e de higiene pessoal que realizam ou não atividade de fracionamento e embalagem (ver notas), com venda direta ao consumidor de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perfumes e similares. • Sabonetes. • Sais para banho. • Xampus e condicionadores. <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os referidos produtos devem estar em sua forma definitiva, requerendo apenas serem fracionados e embalados antes de serem entregues ao consumo, bem como atenda a Resolução RDC n.º 108, de 27/04/2005 e suas atualizações. Os produtos devem estar devidamente regularizados no Órgão competente do Ministério da Saúde pelo fabricante/importador e especificados quanto a sua destinação: fracionamento com venda direta ao Consumidor. 2. É vedado: <ul style="list-style-type: none"> • A comercialização dos produtos em sistema de atendimento pelo próprio consumidor (self - service). • O reaproveitamento de embalagens. • O fracionamento de produtos de Grau de Risco II. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As empresas que realizam atividades de fracionamento e embalagem como prestadoras de serviços a fabricantes/importadores que não efetuem venda direta ao consumidor (8292-0/00). 	1.1.3.3.1	1,17

1.1.3.4 Comércio Varejista de Artigos Médicos e Ortopédicos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
4773-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos tais como: muletas, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, termômetros, kits diagnósticos, nebulizadores, vaporizadores, aparelhos de pressão e outros similares. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de cadeiras de rodas, próteses e calçados (32.50-7). 	1.1.3.4.1	0,60

1.1.3.5 Comércio Varejista de Artigos de Ótica

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
4774-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ÓTICA	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de artigos de óptica. Não Contempla <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de lentes de contato e lentes intra-oculares (3250-7/07). • Os serviços de laboratórios óticos (3250-7/09). 	1.1.3.5.1	0,60
1.1.3.6 Comércio Varejista de Saneantes Domissanitários				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de saneantes domissanitários (inseticidas, raticidas, desinfetantes, detergentes). 	1.1.3.6.1	1,17
1.1.3.7 Comércio Varejista de Diversas Classes de Mercadorias				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
4713-0/01	LOJAS DE DEPARTAMENTOS OU MAGAZINES	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista não especializado sem predominância de gêneros alimentícios em estabelecimentos organizados em departamentos, que oferecem variedades de linhas de mercadorias comercializadas (roupas, móveis, eletrodomésticos, ferragens, cosméticos, bijuterias, jogos, artigos de esporte, etc.). Nota <p>1. Além da atividade de venda de produtos, devem ser acrescentadas taxas para outras atividades desenvolvidas no estabelecimento, como: açougue, padaria, lanchonete, entre outras.</p>	1.1.3.7.1	0,60 + TAXAS ESPECÍFICAS
1.1.4 Subgrupo Outros				
1.1.4.1 Depósito de Produtos Relacionados à Saúde				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
5211-7/99	DEPÓSITOS DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS – EXCETO ARMAZÉNS GERAIS E GUARDAMÓVEIS	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto (sólidos, líquidos e gasosos), por conta de terceiros. Nota <p>Não existe depósito de medicamentos isolado, deverá estar atrelado à atividade principal, não sendo permitido nesse CNAE.</p>	1.1.4.1.1	0,60
1.1.4.2 Transporte de Produtos Relacionados à Saúde				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)		TAXA	
5320-2/02	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Os serviços de entrega de mercadorias do comércio varejista e de serviços de alimentação no endereço do cliente. • Os serviços de entrega de encomendas por moto boy. Nota <p>Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário, específico e exclusivo, por veículo transportador de produtos e substâncias de interesse da saúde (alimentos, aditivos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários, embalagens de produtos de interesse da saúde, amostras biológicas, entre outros).</p>	1.1.4.2.1	0,26
4930-2/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS MUNICIPAIS – EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • A transportadora de cargas em geral, dentro do município. Não Contempla <ul style="list-style-type: none"> • A distribuição de água em carro pipa (3600-6/00). • A coleta e transporte de resíduos não-perigosos (lixo doméstico) (3811-4/00). Nota <p>Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário, específico e exclusivo, por veículo transportador de produtos e substâncias de interesse da saúde (alimentos, aditivos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários, embalagens de produtos de interesse da saúde).</p>	1.1.4.2.2	0,60

4930-2/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS INTERMUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERNACIONAL – EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A transportadora de cargas em geral, fora do município. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A distribuição de água em carro pipa (3600-6/00). • A coleta e transporte de resíduos não-perigosos (lixo doméstico) (3811-4/00). <p>Nota</p> <p>Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário, específico e exclusivo, por veículo transportador de produtos e substâncias de interesse da saúde (alimentos, aditivos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários, embalagens de produtos de interesse da saúde).</p>	1.1.4.2.3	0,60
4930-2/03	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O transporte rodoviário de produtos considerados perigosos com base no tipo de risco que apresentam (segundo legislação específica), tais como: explosivos, gases, inflamáveis líquidos ou sólidos, substâncias oxidantes, tóxicas ou infectantes, matérias radioativas ou corrosivas e outras similares. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A coleta de resíduos perigosos (3812-2/00). <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário por veículo transportador. 2. Para o transporte de cargas radioativas exige-se prévia autorização do CNEN – Conselho Nacional de Energia Nuclear. 	1.1.4.2.4	1,17

1.1.4.3 Distribuição de Água por Caminhões

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA VALOR (VRM)	TAXA	
3600-6/02	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A distribuição de água tratada (potável) através de caminhões. • O transporte de água potável para consumo humano por carro-pipa. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O tratamento e a distribuição de água por dutos urbanos (3600-6/01). <p>Nota: Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário por veículo transportador.</p>	0,60

1.2. Grupo Serviços

1.2.1 Subgrupo Serviços de Saúde			
1.2.1.1 Assistências de Saúde			
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)

1,17 8610-1/01	Atividades de Atendimento Hospitalar (Exceto Pronto Socorro e Unidades para Atendimento e Urgências)	Estabelecimentos Hospitalares até 50 leitos - Pequeno Porte.	1.2.1.1.1 - A	1,17
		Estabelecimentos Hospitalares 51 até 150 leitos - Médio Porte.	1.2.1.1.1 - B	1,74
		Estabelecimentos Hospitalares - acima de 151 leitos - Grande Porte.	1.2.1.1.1 - C	4,15
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os serviços de internação de curta ou longa duração prestados a pacientes realizados em hospitais gerais e especializados, hospitais universitários, maternidades, hospitais psiquiátricos, hospital-dia, navios-hospital, unidades mistas de saúde, centros de medicina preventiva, clínicas e centros médicos e outras instituições de saúde com internação, incluindo-se os hospitais militares e os hospitais de centros penitenciários. <p>Neste código incluem-se as seguintes atividades/serviços: - serviço (unidades) de internação; - centro-cirúrgico; - centro obstétrico; - centro de parto normal; - central de material esterilizado; - serviço de nutrição e dietética; - serviço (unidades) de terapia intensiva e semi-intensiva; - necrotério; - centrais administrativas e de manutenção; - consultórios não inseridos em outros setores já licenciados; - outras atividades/serviços hospitalares sem código específico.</p> <p>Notas</p> <p>Nota 1: Em hospitais, outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento deverão constituir processo autônomo de concessão/renovação de alvará sanitário.</p> <p>Nota 2: Para os demais estabelecimentos, outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento deverão ser inseridas no mesmo processo.</p> <p>Ex.: Pronto socorro (8610-1/02), tomografia (8640-2/04), agência transfusional (8640-2/12), ultrassonografia, etc.</p>		
8610-1/02	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades exercidas em unidades de hospitais preparadas para atendimento a urgências. As atividades exercidas em prontos-socorros com assistência 24 horas e com leitos de observação. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os serviços móveis de atendimento a urgências (86.21-6). Os serviços de remoção de pacientes (8622-4/00). 	1.2.1.1.2	1,17
8621-6/01	UTI MÓVEL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os estabelecimentos prestadores de serviços de atendimento/transporte de urgência e emergência de pacientes – unidades móveis terrestres, aéreas ou aquaviárias, quando classificadas como Ambulâncias de Suporte Avançado (tipos D, E ou F - Portaria GM/MS 2.048, de 5-11-2002). <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Ambulâncias do tipo A, B e C. 	1.2.1.1.3	1,17
8621-6/02	SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS – EXCETO POR UTI MÓVEL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os estabelecimentos prestadores de serviços de atendimento/transporte de urgência de pacientes – unidades móveis terrestres, aéreas ou aquaviárias, classificadas como Ambulâncias dos tipos B, C, E ou F (Portaria GM/MS 2.048, de 5-11-2002). <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades de UTI móvel – ambulâncias do tipo D (8621-6/02). Ambulâncias do tipo A (8622-4/00) 	1.2.1.1.4	0,60

8622-4/00	SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os serviços de ambulância cuja função é unicamente a de remoção de enfermos, sem envolver atendimento ao paciente. A remoção de pacientes não é, em geral, acompanhada por médico, mas por profissional de saúde (técnico ou auxiliar de enfermagem). Ambulâncias do tipo A (Portaria GM/MS 2.048, de 5-11-2002). <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades de unidades móveis terrestres (ambulâncias), aéreas ou aquaviárias equipadas para atendimento a urgências, inclusive as UTI móvel (tipo B, C e D) (8621-6/01 e 8621-6/02). 	1.2.1.1.5	0,60
8630-5/01	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades de consultas e tratamento médico prestado a pacientes que não estão sob regime de internação. Os locais de realização destas atividades são em consultórios ou ambulatorios, desde que sejam equipados para a realização de procedimentos cirúrgicos. 	1.2.1.1.6 - A	1,17
		<ul style="list-style-type: none"> As atividades de consultas e tratamento médico prestado a pacientes que não estão sob regime de internação. Os locais de realização destas atividades são em clínicas médicas especializadas ou não ou policlínicas, desde que sejam equipados para a realização de procedimentos cirúrgicos. <p>Nota</p> <p>Deverão ser inseridas no processo outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento. Ex.: Pronto socorro (8610-1/02), tomografia (8640-2/04), agência transfusional (8640-2/12), ultrassonografia, etc.</p>	1.2.1.1.6 - B	1,17
8630-5/02	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As consultas prestadas em consultórios ou ambulatorios equipados para a realização de exames complementares. 	1.2.1.1.7 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As consultas prestadas em clínicas médicas e outros locais equipados para a realização de exames complementares. 	1.2.1.1.7 - B	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os postos de saúde pública. 	1.2.1.1.7 - C	0,60
		<p>Nota</p> <p>Deverão ser inseridas no processo outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento. Ex.: Pronto socorro (8610-1/02), tomografia (8640-2/04), agência transfusional (8640-2/12), ultrassonografia, etc.</p>		0,60
8630-5/03	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Consultórios e ambulatorios médicos. 	1.2.1.1.8 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Clínicas Médicas. 	1.2.1.1.8 - B	1,17
		<p>Nota: Deverão ser inseridas no processo outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento. Ex.: Pronto socorro (8610-1/02), tomografia (8640-2/04), agência transfusional (8640-2/12), ultrassonografia, etc.</p>		
8630-5/04	ATIVIDADE ODONTOLÓGICA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Consultório ou ambulatório odontológico. 	1.2.1.1.9 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Clínica Odontológica. 	1.2.1.1.9 - B	0,81
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Atendimento prestado em unidades móveis ou atendimento domiciliar, com uso de equipamentos transportáveis / portáteis. 	1.2.1.1.9 - C	0,60
		<p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Atividades exercidas em laboratórios de prótese dentária (3250-7/06). Os institutos de radiologia odontológica e os institutos de documentação odontológica (8640-2/05). 		0,60

8630-5/06	SERVIÇOS DE VACINAÇÃO E IMUNIZAÇÃO HUMANA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviços de vacinação e imunização humana (salas de vacina). <p>Nota</p> <p>A concessão do primeiro Alvará Sanitário se dará após a atividades/serviço já estar "credenciada" pela Vigilância Epidemiológica.</p>	1.2.1.1.10	0,60
8630-5/07	ATIVIDADES DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades de reprodução humana assistida, quando realizadas em unidades independentes de estabelecimentos hospitalares. 	1.2.1.1.11	0,60
8640-2/03	SERVIÇOS DE DIÁLISE E NEFROLOGIA	<p>Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviços de diálise e nefrologia. <p>Nota</p> <p>Além da atividade de serviço de diálise, o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de diálise; entre outros.</p>	1.2.1.1.12	1,17
8640-2/10	SERVIÇOS DE QUIMIOTERAPIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviços de quimioterapia <p>Nota</p> <p>Além da atividade de serviço de quimioterapia, o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de quimioterapia; entre outros.</p>	1.2.1.1.13	0,95
8640-2/11	SERVIÇOS DE RADIOTERAPIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviços de radioterapia. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviços de radiodiagnóstico (8640-2/05). <p>Nota</p> <p>Além da atividade de serviço de radioterapia (taxa calculada por equipamento), o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de radioterapia; entre outros.</p>	1.2.1.1.14	1,17
8650-0/01	ATIVIDADES DE ENFERMAGEM	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades realizadas por enfermeiros. 	1.2.1.1.15	0,60
8650-0/02	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA NUTRIÇÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Consultórios de Nutrição. 	1.2.1.1.16 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Clínicas de Nutrição. 	1.2.1.1.16 - B	0,95
8650-0/03	ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Consultórios de Psicologia/Psicanálise. 	1.2.1.1.17 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Clínicas de Psicologia/Psicanálise. 	1.2.1.1.17 - B	0,95
		<p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Atividades dos centros de assistência psicossocial (8720-4/01). 		
8650-0/04	ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Consultórios de Fisioterapia. 	1.2.1.1.18 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Clínicas de Fisioterapia. 	1.2.1.1.18 - B	0,95
		<p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Atividades de hidroginástica e demais atividades de condicionamento físico (9313-1/00). 		
8650-0/05	ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviços de terapia ocupacional. 	1.2.1.1.19	0,60
8650-0/06	SERVIÇOS DE FONO-AUDIOLOGIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Consultórios de Fonoaudiologia. 	1.2.1.1.20 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Clínicas de Fonoaudiologia. 	1.2.1.1.20 - B	0,60

8650-0/07	ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL	Contempla • Os serviços de terapia de nutrição enteral e parenteral.	1.2.1.1.21	1,17
8650-0/99	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE NÃO ESPECIFICADA ANTERIORMENTE	Contempla • As atividades relacionadas com a saúde realizadas por profissionais legalmente habilitados, exceto as compreendidas nas subclasses anteriores, exercidas de forma independente: as atividades de optometristas, as atividades e quiropraxistas. • Outras atividades de serviços profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente.	1.2.1.1.22	0,34
8690-9/02	ATIVIDADES DE BANCO DE LEITE HUMANO	Contempla • Atividades de bancos de leite humano.	1.2.1.1.23	0,95
8690-9/03	ATIVIDADES DE ACUPUNTURA	Contempla • Atividades de acupuntura realizadas por profissionais legalmente habilitados, com especialização em acupuntura.	1.2.1.1.24	0,60
8690-9/04	ATIVIDADES DE PODOLOGIA	Contempla • As atividades de podologia e similares.	1.2.1.1.25	0,60
8711-5/03	ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA A DEFICIENTES FÍSICOS, IMUNODEPRIMIDOS E CONVALESCENTES	Contempla • Instituições de saúde com alojamento, alimentação, cuidados médicos e psicológicos, serviços de enfermagem e de acompanhantes, em regime de internação. • Instituições de saúde para o tratamento de pessoas convalescentes e imunodeprimidas, isoladas e independentes de outro estabelecimento. • Instituições de assistência médica e psicossocial para deficientes físicos, isoladas e independentes de outro estabelecimento. • Casas de apoio para portadores de enfermidades crônicas, sob responsabilidade médica. Não Contempla • Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS (8711-5/04). • Albergues assistenciais (8730-1/02).	1.2.1.1.26	0,60
8711-5/04	CENTROS DE APOIO A PACIENTES COM CâNCER E COM AIDS	Contempla • Atividades de atenção à saúde humana, especializadas em apoio a pacientes portadores de câncer ou HIV/AIDS. Não Contempla • Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas (8711-5/03).	1.2.1.1.27	0,60
8712-3/00	ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMÍLIO	Contempla • Serviço de atenção domiciliar (RDC ANVISA nº. 11/2006). Não Contempla • Atividades de enfermagem prestadas por profissionais independentes (8650-0/01).	1.2.1.1.28	0,60
8720-4/01	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL	Contempla • As atividades de fornecimento de assistência médica e psicossocial em centros de assistência psicossocial. Estes locais atendem pessoas com deficiência ou doença mental, distúrbios psíquicos e/ou problemas causados pelo uso de drogas. A infra-estrutura oferecida por estes locais inclui alimentação, supervisão, acompanhamento e cuidados médicos, porém sem alojamento. Não Contempla • Os centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS (8711-5/04). • Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química, em instituições com alojamento/internação (8720-4/99).	1.2.1.1.29	0,60
8690-9/99	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	Contempla • As atividades de outros profissionais de área de saúde, não especificadas anteriormente.	1.2.1.1.30	0,60

1.2.1.2 Serviços de Interesse da Saúde

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA		VALOR (VRM)
		CÓDIGO VISA		
8640-2/01	LABORATÓRIOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLÓGICA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O preparo de peças a serem examinadas. • A realização de exames morfológicos de materiais teciduais ou citológicos, obtidos por coleta a partir de biópsias ou necropsias. • A manutenção de documentação fotográfica científica, peças de anatomia humana e arquivo de lâminas. • As atividades realizadas em Laboratório de Anatomia Patológica do Instituto Médico Legal. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades dos laboratórios de patologia clínica/análises clínicas (8640-2/02). 	1.2.1.2.1	1,17
8640-2/02	LABORATÓRIOS CLÍNICOS	<p>Contempla</p> <p>As atividades de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Laboratórios de análises e pesquisas clínicas/patologias clínicas. • Diagnóstico utilizando métodos de medicina nuclear "in vitro" (Radiomunoensaio). • Os laboratórios de biologia molecular, saúde pública e toxicologia. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades dos laboratórios de anatomia patológica e citológica (8640-2/01). • Os Postos de Coleta (8690-9/99). 	1.2.1.2.2 - A	1,17
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidades móveis terrestres equipadas apenas de laboratório de análises clínicas, com pessoal especializado, sem atividades de consultas médicas. 	1.2.1.2.2 - B	1,76 POR VEICULO
8640-2/04	SERVIÇOS DE TOMOGRAFIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os serviços que realizam exames de tomografia e PET-CT (Tomografia por emissão de pósitrons). <p>Nota</p> <p>Além da atividade de serviço de tomografia o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de tomografia; entre outros.</p>	1.2.1.2.3	0,95 POR EQUIPAMENTO

8640-2/05	SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM COM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE – EXCETO TOMOGRAFIA	Contempla • Raios-X odontológico intraoral (periapical).	1.2.1.2.4 - A	0,34 POR EQUIPAMENTO
		Contempla • Raios-X odontológico extraoral.	1.2.1.2.4 - B	0,94 POR EQUIPAMENTO
		Contempla • Raios-X médico convencional.	1.2.1.2.4 - C	0,94 POR EQUIPAMENTO
		Contempla • Densitometria óssea.	1.2.1.2.4 - D	0,94 POR EQUIPAMENTO
		Contempla • Medicina Nuclear.	1.2.1.2.4 - E	1,17
		Contempla • Fluoroscopia.	1.2.1.2.4 - F	0,43
		Contempla • Mamografia.	1.2.1.2.4 - G	0,94 POR EQUIPAMENTO
		Contempla • Hemodinâmica.	1.2.1.2.4 - H	1,17
		Nota Além da atividade de diagnóstico por imagem (taxa calculada por equipamento), o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local. Ex.: Consultório odontológico (8630-5/04-A) e Raios-X odontológico intraoral; Clínica médica com procedimentos cirúrgicos (8630-5/01-B); entre outros. Não Contempla • Os serviços que realizam exames de tomografia (8640-2/04). • Os serviços que realizam exames de ressonância magnética (8640-2/06).		
8640-2/06	SERVIÇOS DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	Contempla • Os serviços que realizam exames de ressonância magnética. Não Contempla • Demais serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante (8640-2/07) Nota Além da atividade de serviço de ressonância magnética (taxa calculada por equipamento), o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local. Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de ressonância magnética; entre outros.	1.2.1.2.5	1,17 POR EQUIPAMENTO
8640-2/07	SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, SEM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE - EXCETO RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	Contempla • Os serviços que realizam exames de ultrassonografia. Não Contempla • Serviços de ressonância magnética (8640-2/06). Nota Além da atividade de serviço de ultrassonografia (taxa calculada por equipamento), o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local. Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de ultrassonografia; entre outros.	1.2.1.2.6	1,17 POR EQUIPAMENTO

8640-2/08	SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR REGISTRO GRÁFICO – ECG, EEG E OUTROS EXAMES ANÁLOGOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviços de diagnóstico por registro gráfico, - ECG, EEG, polissonografia, audiometria e outros tipos de serviços de diagnóstico por registro gráfico. <p>Notas</p> <p>1: Além da atividade de serviço de diagnóstico por registro gráfico, o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de diagnóstico por registro gráfico; entre outros.</p> <p>2: Para essa atividade, independente do número de equipamentos, será cobrada uma taxa máxima referente a 3 equipamentos.</p>	1.2.1.2.7	0,60 POR EQUIPAMENTO (MÁXIMO DE 3 EQUIPAMENTOS)
8640-2/09	SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR MÉTODOS ÓPTICOS - ENDOSCOPIA E OUTROS EXAMES ANÁLOGOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os serviços de diagnóstico por métodos ópticos, tais como, as endoscopias digestivas, respiratórias e outras. <p>Nota</p> <p>Para essa atividade é obrigatório que o estabelecimento esteja licenciado também para as atividades 8610-1/01 ou 8630-5/01.</p>	1.2.1.2.8	0,60
8640-2/12	SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Hemocentro. 	1.2.1.2.9 - A	1,21
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Núcleo de Hemoterapia. 	1.2.1.2.9 - B	1,21
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Unidade de Coleta e Transfusão. 	1.2.1.2.9 - C	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Unidade de Coleta (inclusive unidade móvel). 	1.2.1.2.9 - D	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Agência transfusional. 	1.2.1.2.9 - E	0,60
		<p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Transformação do sangue e a fabricação de seus derivados (2110-6/00). Banco de Células Progenitoras Hematopoiéticas (2640-2/14). 		
8640-2/13	SERVIÇOS DE LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Serviços de LEOC (litotripsia extra corpórea), com ou sem raios X. <p>Notas</p> <p>1. Além da atividade de serviço de LEOC, o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B); entre outros.</p> <p>2. Com raios-X deve ser incluída também a taxa para serviço de diagnóstico por imagem, com uso de radiação ionizante (8640-2/05).</p>	1.2.1.2.10	1,17
8640-2/14	SERVIÇOS DE BANCOS DE CÉLULAS E TECIDOS HUMANOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades dos bancos de células e tecidos humanos (pele, olhos, órgãos, ossos, etc.). 	1.2.1.2.11	0,34
8640-2/99	ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA E TERAPÊUTICA – NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os exames de função pulmonar, tais como espirometria e oxigenoterapia. E outros serviços de complementação diagnóstica e terapêuticos não especificados anteriormente. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos (8640-2/08). As atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana (8690-9/01). 	1.2.1.2.12	0,60

3250-7/09	SERVIÇO DE LABORATÓRIO ÓPTICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Os serviços de laboratórios óticos (lapidação de lentes). Os serviços de sufassagem para atingir o grau de dioptria óptica. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> A fabricação de artigos óticos (óculos, lentes de contato, lentes para óculos, armações para óculos, óculos de sol e semelhantes) (3250-7/07). A fabricação de óculos para segurança e proteção (3250-7/07). 	1.2.1.2.13	0,60
3250-7/06	SERVIÇOS DE PROTESE DENTÁRIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> A fabricação de dentes, dentaduras e os laboratórios de prótese dentária. 	1.2.1.2.14	0,60
1.2.1.3 Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	VALOR (VRM)	
		CÓDIGO VISA		
3250-7/03	FABRICAÇÃO DE APARELHOS E UTENSÍLIOS PARA CORREÇÃO DE DEFEITOS FÍSICOS E APARELHOS ORTOPÉDICOS EM GERAL SOB ENCOMENDA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> A fabricação de aparelhos e instrumentos para correção de defeitos físicos, membros artificiais e aparelhos ortopédicos em geral, sob encomenda (sob prescrição de profissional de saúde). 	1.2.1.3.1 - A	1,75
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> A fabricação de calçados ortopédicos de qualquer material, sob encomenda (sob prescrição de profissional de saúde). 	1.2.1.3.1 - B	1,75
8730-1/01	ORFANATOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades de assistência social a crianças sem lar, em locais que fornecem alimentação e moradia e, em alguns casos, cuidados médicos e educação. 	1.2.1.3.2	ISENTO
8711-5/01	CLÍNICAS E RESIDÊNCIAS GERIÁTRICAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> Clínicas Geriátricas – Clínicas médicas com especialidade geriátrica. 	1.2.1.3.3	0,60
8711-5/02	INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> ILPI (Instituição de longa permanência para Idosos) – instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania. 	1.2.1.3.4	0,60
8730-1/02	ALBERGUES ASSISTENCIAIS	<p>Contempla</p> <p>Atividades de assistência social a adultos desabrigados temporariamente e outras categorias especiais de pessoas com impedimentos para viverem por conta própria, exceto idosos e incapacitados físicos ou mentais. Essas atividades são prestadas, em geral, em locais que fornecem também alimentação e dormitórios coletivos e em alguns casos fornecem também cuidados médicos e educação.</p> <ul style="list-style-type: none"> Abrigos temporários para desabrigados. Casas de apoio para crianças e adolescentes. Casas de solidariedade. Casas de triagem. Casas transitórias. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> As atividades das instituições de longa permanência para idosos (8711-5/02). Os orfanatos (8730-1/01). 	1.2.1.3.5	0,60

8730-1/99	ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESTADA EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Outros serviços sociais com alojamento não especificados anteriormente, como os centros correccionais para jovens e centro de reabilitação social. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades de assistência a idosos em clínicas e residências geriátricas (8711-5/01). • Orfanatos (8730-1/01). • Albergues assistenciais (8730-1/02). • Atividades de assistência social a vítimas de catástrofes (8800-6/00). • Asilos para desabrigados (8730-1/02). • Casas: de apoio para crianças e adolescentes; de Solidariedade; de triagem e Transitórias (8730-1/02). 	1.2.1.3.6	0,60
7729-2/03	ALUGUEL DE MATERIAL MÉDICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O aluguel de material médico, como cadeiras de roda, camas hospitalares, muletas, inaladores, etc. 	1.2.1.3.7	0,60
7739-0/02	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O aluguel e leasing operacional, de curta ou longa duração, de: equipamentos científicos, médicos e hospitalares, elétricos ou não, sem operador e equipamentos médico-cirúrgicos hospitalares. 	1.2.1.3.8	0,60

1.2.1.4 Educação/Ensino

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA	TAXA		
			VALOR (VRM)	
8511-2/00	EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de instituições de ensino que se destinam ao desenvolvimento integral da criança, em geral, de até 3 anos de idade. • Instituições assistenciais que abrigam crianças, normais ou com deficiências mentais / físicas, cujas mães trabalham fora do lar. 	1.2.1.4.1	0,60
8512-1/00	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos de idade. 	1.2.1.4.2	0,60
8513-9/00	ENSINO FUNDAMENTAL	<p>Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de ensino fundamental de 1ª a 9ª séries regulares ou supletivos, educação especial em escola exclusivamente especializada e cursos de alfabetização de adultos. 	1.2.1.4.3	0,60
8520-1/00	ENSINO MÉDIO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de ensino médio. 	1.2.1.4.4	0,60
8531-7/00	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de ensino superior. 	1.2.1.4.5	0,60
8532-5/00	EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de ensino superior e pós-graduação. 	1.2.1.4.6	0,60
8533-3/00	EDUCAÇÃO SUPERIOR – PÓS GRADUAÇÃO E EXTENSÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de ensino superior, pós-graduação e extensão. 	1.2.1.4.7	0,60
8541-4/00	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de ensino técnico- nível profissional. 	1.2.1.4.8	0,60
8542-2/00	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de ensino técnico – nível tecnológico. 	1.2.1.4.9	0,60
8592-9/01	ENSINO DE DANÇA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituições, instrutores ou academias que oferecem cursos ligados ao ensino da dança. 	1.2.1.4.10	0,60
8592-9/02	ENSINO DE ARTES CÊNICAS, EXCETO DANÇA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As instituições ou instrutores independentes que oferecem cursos com atividades de ensino e aprimoramento dos recursos expressivos como a voz, o corpo, o movimento e o gesto. 	1.2.1.4.11	0,60

8592-9/03	ENSINO DE MÚSICA	Contempla • as instituições ou instrutores que oferecem cursos independentes com atividades de ensino de instrumento musical ou canto.	1.2.1.4.12		0,60
8592-9/99	ENSINO DE ARTE E CULTURA NÃO ESPECIFICADA ANTERIORMENTE	Contempla • O ensino de outras atividades ligadas à arte e cultura, tais como artesanato, pintura, escultura, etc.	1.2.1.4.13		0,60
8593-7/00	ENSINO DE IDIOMAS	Contempla • As atividades de ensino de idiomas em cursos especializados.	1.2.1.4.14		0,60
8599-6/01	FORMAÇÃO DE CONDUCTORES	Contempla • Auto Escolas.	1.2.1.4.15		0,60
8599-6/03	TREINAMENTO EM INFORMÁTICA	Contempla • As atividades dos cursos de informática.	1.2.1.4.16		0,60
8599-6/04	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	Contempla • As atividades de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.	1.2.1.4.17		0,60
8599-6/05	CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS	Contempla • As atividades dos cursos preparatórios para concursos em geral.	1.2.1.4.18		0,60
8599-6/99	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	Contempla • Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente. • Atividades de Treinamento para Manipuladores de Alimentos. • Cursos livres (preparatórios para vestibulares, etc.). Não Contempla • Atividades de ensino de esportes em escolas esportivas ou por professores independentes (8591-1/00).	1.2.1.4.19		0,60

1.2.1.5 Entretenimento/Cultura

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA	TAXA	VALOR (VRM)	
9312-3/00	CLUBES SOCIAIS, DESPORTIVOS E SIMILARES	Contempla • As atividades dos clubes sociais e esportivos que possibilitam a seus membros a oportunidade de participarem de atividades sociais e praticarem esportes, como: futebol, futebol de salão, voleibol, basquete, natação, equitação, golfe, tiro, etc. Não Contempla • Atividades de ensino de esportes em escolas esportivas ou por professores independentes (8591-1/00). Nota 1. Para os estabelecimentos que possuem piscina ou sauna, faz-se necessário a inclusão de taxa correspondente.	1.2.1.5.1	0,26
9321-2/00	PARQUES DE DIVERSÕES E PARQUES TEMÁTICOS	Contempla • As atividades que envolvem a exploração de diversas atrações, como as acionadas por meios mecânicos, as percorridas por cursos d'água, exposições temáticas, etc. Não Contempla • A produção de espetáculos circenses (9001-9/04).	1.2.1.5.2	0,26
5914-6/00	ATIVIDADES DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA	Contempla • Cinemas e similares.	1.2.1.5.3	0,26
9102-3/01	ATIVIDADES DE MUSEUS E DE EXPLORAÇÃO DE LUGARES E PRÉDIOS HISTÓRICOS E ATRAÇÕES SIMILARES	Contempla • Museus em geral. • A gestão de lugares e prédios históricos e atrações similares.	1.2.1.5.4	0,26
9001-9/04	PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS CIRCENSES, DE MARIONETES E SIMILARES	Contempla • Circos e Teatros de Marionetes.	1.2.1.5.5	0,26

8230-0/02	CASAS DE FESTAS E EVENTOS	Contempla • As atividades de gestão de casas de festas e eventos.	1.2.1.5.6		0,26
9329-8/01	DISCOTECAS, DANCE-TERIAS, SALÕES DE DANÇA E SIMILARES	Contempla • As atividades de exploração de discotecas, cabarés, dance-terias, salões de dança, de bailes e atividades similares.	1.2.1.5.7		0,60
9329-8/02	EXPLORAÇÃO DE BOLICHES	Contempla • As atividades de exploração dos estabelecimentos de boliche.	1.2.1.5.8		0,34
9329-8/03	EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE SINUCA, BILHAR E SIMILARES	Contempla • As atividades de exploração de estabelecimentos de jogos de sinuca, bilhar e similares.	1.2.1.5.9		
9329-8/04	EXPLORAÇÃO DE JOGOS ELETRÔNICOS RECREATIVOS	Contempla • A exploração de estabelecimentos de jogos eletrônicos recreativos. Não Contempla • As salas de acesso à internet (8299-7/07).	1.2.1.5.10		0,34
1.2.1.6 Veterinários					
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA	TAXA			
			VALOR (VRM)		
7500-1/00	ATIVIDADES VETERINÁRIAS	Contempla • Consultórios Veterinários.	1.2.1.6.1 - A		0,60
		Contempla • Clínicas, ambulatórios, hospitais (incluindo maternidades) e outros estabelecimentos veterinários.	1.2.1.6.1 - B		0,60
7500-1/00	ATIVIDADES VETERINÁRIAS	Esta subclasse compreende: - as atividades desenvolvidas por veterinários em clínicas, consultórios e laboratórios veterinários, bem como em visitas a fazendas, canis, domicílios ou a qualquer outro lugar para fornecimento de: - assistência veterinária a animais de estabelecimento agropecuário - assistência veterinária a animais de estimação - diagnóstico clínico patológico de animais - serviços de vacinação em animais - serviços de esterilização em animais - a realização de testes de espécies animais Esta subclasse compreende também: -as atividades de ambulâncias para animais - as atividades de assistentes qualificados de veterinários ou de pessoal auxiliar em veterinária			
0159-8/02	CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	Contempla • A criação de animais de estimação: cães, gatos, hamsters, pássaros e outros animais de estimação (canil, gatil, etc.). Não Contempla • Os serviços de adestramento de cães de guarda (8011-1/02). • O alojamento e cuidado de animais de estimação (9609-2/03).	1.2.1.6.2		0,26
4771-7/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS	Contempla • O comércio varejista de medicamentos para uso veterinário, inclusive vacinas.	1.2.1.6.3		1,17

4789-0/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de animais de estimação vivos para criação doméstica - cães, gatos, pássaros, peixes ornamentais, etc. • O comércio varejista de artigos e acessórios para animais domésticos tais como: mordidas, focinheiras, coleiras, guias, artigos de montaria/selaria, casas e camas para cães e gatos, comedouros, bebedouros e outros produtos para pequenos animais (Pet Shop). • O comércio varejista de aquários e artigos para aquários, gaiolas, viveiros e acessórios. • O comércio varejista de ração e outros produtos alimentícios para animais de estimação. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio varejista de medicamentos veterinários (4771-7/04). 	1.2.1.6.4		1,17
9609-2/03	ALOJAMENTO, HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de alojamento, incluindo hotel. • Higiene e embelezamento de animais domésticos (banho e tosa). • Os serviços de adestramento de animais domésticos, exceto cães de guarda. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades veterinárias (7500-1/00). • Os serviços de adestramento de cães de guarda (8011-1/02). 	1.2.1.6.5		0,34
1.2.1.7 Estética					
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA	TAXA			
			VALOR (VRM)		
9602-5/01	CABELEIREIROS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de: lavagem, corte, penteado, tingimento e outros tratamentos de cabelo. • Os serviços de barbearia. • As atividades de manicure e pedicure. <p>Não Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A atividade de podologia (8690-9/04). • As atividades de limpeza de pele, massagem facial, maquiagem, etc. (9602-5/02). • A atividade de depilação (9602-5/02). 	1.2.1.7.1		0,26
9602-5/02	OUTRAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE BELEZA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de pele, massagem facial, maquiagem, etc. • Depilação. • Outras atividades de tratamento de beleza não especificadas anteriormente. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades de podólogos (8690-9/99). • Clínicas de emagrecimento e de massagem estética (9609-2/01). 	1.2.1.7.2		0,26
9609-2/05	ATIVIDADES DE SAUNA E BANHOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de sauna, banhos turcos, banhos a vapor, massagens e relaxamento. 	1.2.1.7.3		0,60

9609-2/05	ATIVIDADE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DECUIDADOS COM A BELEZA	<p>Esta Sub Classee compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as atividades de limpeza de pele, massagem facial, maquiagem, etc. - a atividade de depilação - as atividades de massagem estética e para emagrecimento - as atividades de spas que não operam estabelecimentos hoteleiros - outras atividades de tratamento de beleza não especificadas anteriormente <p>Esta subclasse não compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as clínicas dermatológicas com recursos para a realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares (8630-5/01) - as atividades de manicure e pedicure(9602-5/01) 			
9609-2/06	SERVIÇOS DE TATUAGEM E COLOCAÇÃO DE PIERCING	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de tatuagem e colocação de piercing. 	1.2.1.7.4		0,60

1.2.1.8 Atividades Físicas

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA	TAXA			
				VALOR (VRM)	
9313-1/00	ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de condicionamento físico (fitness), tais como: ginástica, musculação, yoga, pilates, alongamento corporal, etc., realizadas em academias, centros de saúde física e outros locais especializados. • Hidroginástica. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades de fisioterapeutas (8650-0/04). • Clínicas de emagrecimento e de massagem estética (9609-2/01). • Atividades realizadas por profissional legalmente habilitado, exercidas de forma independente. <p>Nota</p> <p>Para os estabelecimentos que possuírem piscina, faz-se necessária a inclusão de taxa específica.</p>	1.2.1.8.1		0,34
8591-1/00	ENSINO DE ESPORTES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de ensino de esportes em escolas esportivas ou por professores independentes, tais como futebol, basquete, vôlei, tênis, natação, artes marciais, equitação, mergulho, etc. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades de condicionamento físico e esportes recreacionais (9313-1/00). <p>Nota</p> <p>Para os estabelecimentos que possuírem piscina, faz-se necessária a inclusão de taxa específica (8129-0/00).</p>	1.2.1.8.2		0,34

1.2.1.9 Hospedagem/Acomodação

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA	TAXA			
				VALOR (VRM)	
5510-8/01	HOTÉIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hotéis e pousadas. • Hotel infantil. 	1.2.1.9.1		0,08 POR CÔMODO
5510-8/02	APART-HOTÉIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades dos apart-hotéis usados como hotéis. 	1.2.1.9.2		0,08 POR CÔMODO
5510-8/03	MOTÉIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades dos motéis. 	1.2.1.9.3		0,26 POR CÔMODO
5590-6/01	ALBERGUES, EXCETO ASSISTENCIAIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades dos albergues não assistenciais. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades dos albergues assistenciais (8730-1/02). 	1.2.1.9.4		0,08 POR CÔMODO

5590-6/02	CAMPINGS	Contempla • As atividades de camping.	1.2.1.9.5		0,60
5590-6/03	PENSÕES (ALOJAMENTO)	Contempla • Pensões (alojamentos).	1.2.1.9.6		0,12 POR CÔMODO
1.2.1.10 Esterilização, Sanitização, Limpeza e Controle de Pragas (Desinsetização e Desratização)					
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA		TAXA		
				VALOR (VRM)	
8121-4/00	LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS	Contempla • Os serviços de sanitização/ limpeza geral (não especializada) de prédios de qualquer tipo: residências, escritórios, fábricas, armazéns, hospitais, prédios públicos e outros prédios que desenvolvem atividades comerciais e de serviços. • As atividades de sanitização ou limpeza de janelas e de corredores externos.	1.2.1.10.1		1,74
8122-2/00	IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	Contempla • Os serviços de desinsetização e desratização, para fins de controle de praga urbana/animais sinantrópicos.	1.2.1.10.2		1,17
8129-0/00	ATIVIDADES DE LIMPEZA/SANITIZAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	Contempla • As atividades de sanitização ou limpeza e de tratamento de piscinas. • A atividade de sanitização ou limpeza de caixas de água e caixas de gordura.	1.2.1.10.3 - A		1,17
		Contempla • A atividade de sanitização ou limpeza de garrafas e garrações.	1.2.1.10.3 - B		1,17
		Contempla • As atividades de sanitização ou limpeza especializada como a limpeza de chaminés, de fornos, incineradores, caldeiras, dutos de ventilação e de refrigeração de ar. • A atividade de sanitização ou limpeza de máquinas industriais. • A atividade de sanitização ou limpeza em trens, ônibus, embarcações, etc. • A atividade de sanitização ou limpeza do interior de tanques marítimos. • A atividade de sanitização ou limpeza de ruas. • As outras atividades de sanitização ou limpezas não especificadas anteriormente.	1.2.1.10.3 - C		0,60
		Contempla • Esterilização de produtos de interesse da saúde. • As atividades de esterilização efetuadas por empresas.	1.2.1.10.3 - D		0,60
		Não Contempla • A atividade de limpeza de caixas de esgoto (3702-9/00). • A lavagem de veículos (4520-0/05). • A atividade de limpeza de interior de aeronaves (5240-1/99).			
1.2.1.11 Saneamento					
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA		TAXA		
				VALOR (VRM)	
3701-1/00	GESTÃO DE REDES DE ESGOTO	Contempla • A coleta e transporte de esgoto doméstico ou industrial e de águas pluviais por meio de redes. • A operação das estações de tratamento de esgoto (ETE). • O tratamento de águas residuais de indústrias para prevenção da poluição.	1.2.1.11.1		1,17

3702-9/00	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O esvaziamento e a limpeza de tanques de infiltração e fossas sépticas, sumidouros e poços de esgoto. • A limpeza de caixas de esgoto, galerias de águas pluviais e tubulações. • Os serviços de limpeza em sanitários químicos. • A coleta e transporte de esgoto doméstico ou industrial e de águas pluviais por meio de veículos transportadores. <p>Nota</p> <p>1. Deverá ser solicitado alvará sanitário exclusivo para cada veículo transportador.</p>	1.2.1.11.2		0,60
3812-2/00	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A coleta de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.). Tais resíduos se caracterizam por conter substâncias ou formulações explosivas, oxidantes, inflamáveis, tóxicas, irritantes, cancerígenas, corrosivas, infecciosas ou de qualquer outro tipo que sejam prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. • A coleta de óleo usado de estaleiros e de postos de combustíveis. • A coleta de resíduos biológicos. • A coleta de resíduos radioativos. • A coleta de pilhas, baterias usadas e lâmpadas fluorescentes. • A operação de estações de transferência de resíduos. <p>Incluem-se ainda, o transporte de todos os resíduos acima identificados.</p>	1.2.1.11.3		0,60
3811-4/00	COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A coleta de entulhos e refugos de obras e de demolições. • A operação de estações de transferência de resíduos não-perigosos, que são unidades responsáveis pelo armazenamento temporário e a transferência definitiva de resíduos não-perigosos para os aterros e lixões. • A coleta de resíduos não-perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, etc. • A coleta de materiais recuperáveis. • A coleta de resíduos em pequenas lixeiras públicas. 	1.2.1.11.4		0,60
3821-1/00	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A operação de depósitos de lixo e aterros sanitários para a disposição de resíduos não-perigosos. • A eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento. • A triagem e eliminação de resíduos não-perigosos por outros meios (p.ex., o despejo em locais de disposição controlada ou vazadouros). 	1.2.1.11.5		0,60
3822-0/00	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O tratamento e a disposição de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.). • O tratamento e a disposição de resíduos contaminados (p. ex. animais intoxicados vivos ou mortos). • A incineração e combustão de resíduos perigosos. • O tratamento, a disposição e a armazenagem de resíduos radioativos, compreendendo: <ul style="list-style-type: none"> a) O tratamento e a disposição de resíduos de transição radioativos, isto é, aqueles que diminuem a sua radioatividade dentro do período de transporte. b) A encapsulação, a preparação e outros tratamentos de resíduos radioativos para armazenagem. 	1.2.1.11.6		0,60

3831-9/01	RECUPERAÇÃO DE SUCATAS DE ALUMÍNIO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A seleção de alumínio descartado. • A trituração mecânica de sucatas de alumínio com a subsequente classificação e separação. • A redução mecânica de peças de alumínio. • O corte, a prensagem ou outros métodos de tratamento mecânico para redução de volume de sucatas de alumínio. 	1.2.1.11.7		0,60
3831-9/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A seleção de metais ferrosos e não-ferrosos descartados, exceto alumínio. • A trituração mecânica de sucatas de metais com a subsequente classificação e separação, exceto alumínio. • A redução mecânica de peças de ferro volumosas, p. ex., vagões ferroviários. • O corte, a prensagem ou outros métodos de tratamento mecânico para redução de volume de materiais metálicos, exceto alumínio. • A desmontagem de navios. 	1.2.1.11.8		0,60
3832-7/00	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS.	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A recuperação de materiais plásticos descartados pela separação e a classificação através de esteiras de lixo. • A trituração mecânica de sucatas plásticas com a subsequente classificação e separação. • Outros métodos de tratamento mecânico como o corte e a prensagem para redução de volume de materiais plásticos. • A classificação e a compactação de plásticos para a produção de matéria-prima secundária. • O processamento (limpeza, derretimento, trituração) de sucata de plástico para granulagem. 	1.2.1.11.9		0,60
3839-4/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A trituração, a limpeza e a classificação de vidro. • A recuperação de aparas e desperdícios de papel e papelão, para a produção de matéria-prima secundária. • A recuperação de borracha, como pneus usados, para a produção de matéria-prima secundária. • A trituração, limpeza e triagem de outros desperdícios não especificados anteriormente, para a obtenção de matéria-prima secundária. • O processamento de outros resíduos de alimentos, bebidas e fumo e substâncias residuais em matérias-primas secundárias. 	1.2.1.11.10		0,60
3600-6/01	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A captação de água de chuva, rios, lagos, fontes, do subsolo, etc.. • O tratamento e purificação da água para fins de abastecimento, tais como: desinfecção, coagulação, floculação, decantação, filtração, correção do pH e fluoretação. • A armazenagem em reservatórios e a distribuição de água através de uma rede permanente de linhas, tubulações e dutos (instalações de infra-estrutura). • A operação de canais de irrigação. 	1.2.1.11.11		0,60
4399-1/05	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA.	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A perfuração e construção de poços de água. 	1.2.1.11.12		0,60
1.2.1.12 Outros Serviços Descritos no Código CNAE					
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA	TAXA			
			VALOR (VRM)		
8690-9/01	ATIVIDADES DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE HUMANA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades relacionadas a terapias alternativas, como: cromoterapia, do-in, shiatsu, massoterapia e similares. 	1.2.1.12.1		0,60

9601-7/01	LAVANDERIA	Contempla • Unidade Extra de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde (no caso de serviços terceirizados).	1.2.1.12.2 - A		0,26
		Contempla • Unidade Intra de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde (no caso de serviço próprio).	1.2.1.12.2 - B		0,26
		Contempla • Unidade de Processamento de Roupas Diversas (Lavanderias comuns).	1.2.1.12.2 - C		0,26
4731-8/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	Contempla • Postos de combustíveis.	1.2.1.12.3		1,17
4784-9/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)	Contempla • O comércio varejista de gás liquefeito de petróleo - GLP em botijões.	1.2.1.12.4		1,17
4789-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS	Contempla • Floriculturas.	1.2.1.12.5		0,26
4789-0/06	COMÉRCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E ARTIGOS PIROTÉCNICOS	Contempla • O comércio varejista de fogos de artifício, artigos pirotécnicos e similares.	1.2.1.12.6		0,26
8299-7/07	SALAS DE ACESSO À INTERNET	Contempla • Lan house e similares. • Postos telefônicos.	1.2.1.12.7		0,26
9603-3/01	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS	Contempla • A gestão e manutenção de cemitérios.	1.2.1.12.8		0,60
9603-3/02	SERVIÇOS DE CREMAÇÃO	Contempla • Os serviços de cremação de cadáveres humanos ou de animais.	1.2.1.12.9		0,60
9603-3/05	SERVIÇO DE SOMATOCONSERVAÇÃO	Contempla: -Os serviços de somatoconservação -tanatopraxia	-		0,60
9603-3/04	SERVIÇOS DE FUNERÁRIAS	Compreende: - as atividades das funerárias Não compreende: -os planos de auxílio funeral (6511-1/02) -as cerimônias religiosas de honras fúnebres (9491-0/00) -os serviços de somatoconservação de cadáveres (9603-3/05) -a remoção e exumação de cadáveres (9603-3/99) -o aluguel para locais de velórios e a venda de tumbas (9603-3/99)	1.2.1.12.10		0,60
9603-3/99	ATIVIDADES FUNERÁRIAS E SERVIÇOS RELACIONADOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Compreende: -a remoção e exumação de cadáveres -o aluguel de locais para velórios e vendas de tumbas	1.2.1.12.11		0,60

B) Outros (Contempla o alvará sanitário de veículos, aparelhos ou locais de interesse da saúde, quando esses não estão inseridos na atividade do estabelecimento descrita no código CNAE).

1.3 Veículos de Transporte			
Nota: O Alvará Sanitário deverá ser exclusivo para cada meio de transporte e conter a identificação da placa do mesmo.			
DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA		TAXA	
			VALOR (VRM)
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ALIMENTOS PERECÍVEIS	Contempla • Veículos transportadores de alimentos perecíveis e não perecíveis.	1.3.1	0,26
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS	Contempla • Exclusivamente os veículos transportadores de alimentos não perecíveis. Nota 1. Esses veículos também poderão transportar embalagens para alimentos.	1.3.2	0,17

VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caminhões-pipa (transporte de água potável). <p>Nota</p> <p>1. O veículo deverá ser exclusivo para essa atividade, sendo vedado o transporte de quaisquer outras cargas.</p>	1.3.3	0,26
MOTOCICLETAS DE TRANSPORTE DE ALIMENTOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As motos utilizadas para entrega rápida, em domicílio, de alimentos prontos para o consumo, como lanches, marmitas e similares. 	1.3.4	0,26
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS DE SAÚDE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os veículos transportadores de produtos de saúde, exceto motos. <p>Esses veículos poderão transportar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - medicamentos; - produtos de consumo laboratorial, médico-hospitalar, odontológico, radiológico; - equipamentos de uso laboratorial, médico-hospitalar, odontológico, radiológico; - materiais implantáveis, órteses e próteses; - cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal e correlatos; - produtos saneantes domissanitários; - amostras laboratoriais para análises. <p>Notas</p> <p>1. O transporte concomitante de produtos de natureza diferente deverá, necessariamente, ser separado por barreira física eficiente.</p> <p>2. O transporte de produtos de natureza diferente, em viagens diversas, deverá ser precedido de correta e eficiente higienização do veículo.</p>	1.3.5	0,60
MOTOCICLETAS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS DE SAÚDE.	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As motos utilizadas para entrega rápida de produtos de saúde. <p>Esses veículos poderão transportar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - medicamentos; - produtos de consumo laboratorial, médico-hospitalar, odontológico, radiológico; - equipamentos de uso laboratorial, médico-hospitalar, odontológico, radiológico; - materiais implantáveis, órteses e próteses; - amostras laboratoriais para análises. <p>Notas</p> <p>1. O transporte concomitante de produtos de natureza diferente não é permitido.</p> <p>2. O transporte de produtos de natureza diferente, em viagens diversas, deverá ser precedido de correta e eficiente higienização do veículo.</p>	1.3.6	0,26
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS TÓXICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os veículos transportadores de produtos tóxicos. 	1.3.7	0.60
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os veículos transportadores de produtos saneantes domissanitários, exclusivamente. 	1.3.8	0.60
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS VETERINÁRIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os veículos transportadores de produtos de consumo veterinários. 	1.3.9	0.60
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os veículos transportadores de produtos químicos, não inseridos no código 12216. 	1.3.10	0.60
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ESGOTO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os veículos transportadores de esgoto doméstico, industrial e águas pluviais (Caminhões Limpa-fossa). 	1.3.11	0.60
VEÍCULO DE SEMENTES OU MUDAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os veículos transportadores de sementes ou mudas. 	1.3.12	0,60
MEIOS DE TRANSPORTE COM PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE NÃO IDENTIFICADOS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os veículos transportadores de outros produtos de interesse da saúde não especificados anteriormente. 	1.3.13	0.60
1.4 Eventos em caráter não-permanente (período inferior a 01 ano).			
Nota: A data de Validade do Alvará Sanitário deverá coincidir com a data do término do evento.			
DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA		TAXA	
			VALOR (VRM)
FEIRA/EXPOSIÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Feira/Exposição de pequenos animais em caráter não permanente. 	1.4.1	0,26
SHOWS EM AMBIENTES NÃO PERMANENTES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Shows em caráter não permanente. <p>Nota</p> <p>1. Para os eventos que possuírem stands, além do alvará para o evento, deverá ser solicitado o alvará por stand pela empresa/pessoa responsável por cada stand.</p>	1.4.2	0,26

EVENTOS DIVERSOS	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Eventos diversos em caráter não permanente. Nota 1. Para os eventos que possuírem stands, além do alvará para o evento, deverá ser solicitado o alvará por stand pela empresa/pessoa responsável por cada stand.	1.4.3	0,26
STAND DE EVENTO OU SHOW	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Os stands montados em shows e outros eventos públicos de caráter não permanente. 	1.4.4	0,26
1.5 Outros			
DESCRIÇÃO CÓDIGO VISA		TAXA	
			VALOR (VRM)
DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente; vinculado à atividade do local e que atenda somente este, sem fins comerciais. 	1.5.1	0,34
FARMÁCIA PRIVATIVA	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Setor de atendimento privativo de unidade hospitalar ou qualquer equivalente, de assistência médica, integrante de órgão público ou particular, destinado ao atendimento exclusivo de determinado grupo de usuários, tendo como atividades a manipulação de formulas magistral e oficial e/ou dispensação de medicamentos, preparo de doses unitárias e unitarização de doses sob orientação de farmacêutico habilitado. 	1.5.2	1,17
POSTO DE COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento que presta serviço vinculado a um laboratório clínico, que realiza atividade laboratorial, mas não executa a fase analítica dos processos operacionais, exceto os exames presenciais, cuja realização ocorre no ato da coleta (coleta de amostras). 	1.5.3	0,43
PISCINA COLETIVA	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Piscinas de uso público/coletivo, localizadas em estabelecimentos onde o uso desta não seja intrínseco à atividade, como hotéis, motéis, clubes, condomínios, etc. 	1.5.4	0,60
SAUNA	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Saunas de uso público/coletivo, localizadas em estabelecimentos onde o uso desta não seja intrínseco à atividade, como hotéis, motéis, clubes, condomínios, etc. 	1.5.5	0,60
CENTRAL DE NOTIFICAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÓRGÃO (CNCDO).	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Setor responsável pelo recebimento das inscrições e armazenamento de dados dos receptores, bem como pelo recebimento de informações sobre doadores, realizando a seleção de pacientes e distribuição de órgãos de doador cadáver. 	1.5.6	0,60
VACINAÇÃO EXTRAMURO ESPORÁDICA	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Atividade de vacinação, praticada fora do estabelecimento credenciado (sala de vacina), ofertada de forma esporádica (campanhas, sazonalidades e Programa de Controle de Saúde Médico Ocupacional-PCSMO). 	1.5.7	0,15
LABORATÓRIO ANALÍTICO	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Atividades de coleta, transporte e análise físico-química e bacteriológica em águas superficiais e subterrâneas, efluentes industrial e doméstico, águas de abastecimento público, para atender as Portarias federais do CONAMA e Ministério da Saúde. 	1.5.8	0,60
Estabelecimento não especificado anteriormente	Contempla <ul style="list-style-type: none"> • Os serviços/atividades que não estão contemplados anteriormente. 	1.5.9	0,60

2 VISTORIA SANITÁRIA EM EDIFICAÇÕES

2.1 Habite-se Sanitário		
DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
Apartamento/ residência- por m2	2.1.1	0,004
Estabelecimento de saúde - por m2	2.1.2	0,004
Estabelecimento de ensino - por m2	2.1.3	0,004
Estabelecimento de ginástica/natação/lazer e similar - por m2	2.1.4	0,008
Estabelecimentos e locais de trabalho - por m2	2.1.5	0,004
Maternal, creche, jardim de infância, asilo – por m2	2.1.6	0,004
Cemitérios e afins - por m2	2.1.7	0,004
Hotel, motel, cabanas - por m2	2.1.8	0,008
Hotel infantil - por m2	2.1.9	0,008

Salão de festa - por m2	2.1.10	0,004
Residência/ampliação - por m2	2.1.11	0,004
Sala comercial - por m2	2.1.12	0,008
Ginásio/estádio e similar - por m2	2.1.13	0,004
Galpão/depósito e similar - por m2	2.1.14	0,004
Garagem/estacionamento coberto - por m2	2.1.15	0,004
Habitação coletiva/internato e similar - por m2	2.1.16	0,004
Lava rápido	2.1.17	0,008
ETE - até 20 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.19	0,004
ETE - de 21 a 50 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.20	0,004
ETE - de 51 a 100 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.21	0,008
ETE - de 101 a 500 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.22	0,008
ETE - acima de 500 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.23	0,008
ETE - hospital/escola - até 1.000 m2	2.1.24	0,008
ETE - hospital/escola - acima de 1.000 m2	2.1.25	0,008
Estação de tratamento de água - ETA	2.1.26	0,008
Residência - habitação popular até 40 m2	2.1.27	ISENTO
Posto de combustível – por m2	2.1.28	0,004
Estabelecimentos comerciais – mercado – supermercado por m2	2.1.29	0,008
Ampliação – utilizar taxa de origem – por m2	2.1.37	0,004
Segunda via de habite-se	2.1.38	0,08
Estabelecimento de propriedade da união, estado e município	2.1.39	ISENTO
Estabelecimento não especificado anteriormente - por m2	2.1.40	0,004
2.2 Laudo de Conformidade do PBA		
DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
Estabelecimentos de assistência à saúde – até 100 m2	2.2.1	0,63
Estabelecimentos de assistência à saúde acima de 100 m2 – por m2	2.2.2	0,006
Estabelecimento de ensino, pré-escola, creche e similares – até 100 m2	2.2.3	0,49
Estabelecimentos de ensino, pré-escola, creche e similares acima de 100 m2 – por m2	2.2.4	0,004
Instituição de longa permanência de idosos/ ILPI – por m2	2.2.5	0,005
Estabelecimento não especificado anteriormente - por m2	2.2.6	0,006

3 ANÁLISE DE PROJETOS

3.1 Projeto Hidrossanitário		
DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	
Apartamento/residência até 100 m2	3.1.1	0,17
Estabelecimento de saúde até 100 m2	3.1.2	0,17
Estabelecimento de ensino até 100 m2	3.1.3	0,17
Estabelecimento de ginástica/laser e similares até 100 m2	3.1.4	0,17
Estabelecimentos e locais de trabalho até 100 m2	3.1.5	0,17
Maternal, creche, jardim de infância, asilo até 100 m2	3.1.6	0,17
Cemitérios e afins até 100 m2	3.1.7	0,17

Hotel, motel, cabanas até 100 m2	3.1.8	0,17
Hotel infantil até 100 m2	3.1.9	0,17
Salão de festa até 100 m2	3.1.10	0,17
Residência/ampliação até 100 m2	3.1.11	0,17
Residência – habitação popular até 40 m2	3.1.12	0,17
Congêneres até 100 m2	3.1.13	0,17
Apartamento/ residência acima de 100 m2 - por m2	3.1.14	0,0017
Estabelecimento de saúde acima de 100 m2 - por m2	3.1.15	0,0017
Estabelecimento de ensino acima de 100 m2 - por m2	3.1.16	0,0017
Estabelecimento de ginástica/natação/lazer e similar acima de 100 m2 - por m2	3.1.17	0,0017
Estabelecimentos e locais de trabalho acima de 100 m2 - por m2	3.1.18	0,0017
Maternal, creche, jardim de infância, asilo acima de 100 m2 - por m2	3.1.19	0,0017
Cemitérios e afins acima de 100 m2 - por m2	3.1.20	0,0017
Hotel, motel, cabanas acima de 100 m2 - por m2	3.1.21	0,0017
Hotel infantil acima de 100 m2 - por m2	3.1.22	0,0017
Salão de festa acima de 100 m2 - por m2	3.1.23	0,0017
Residência/ampliação acima de 100 m2 - por m2	3.1.24	0,0017
Sala comercial – por m2	3.1.25	0,0034
Ginásio/estádio e similar - por m2	3.1.26	0,0034
Galpão/depósito e similar - por m2	3.1.27	0,0034
Garagem/estacionamento coberto - por m2	3.1.28	0,0034
Habitação coletiva/internato e similar - por m2	3.1.29	0,0034
Lava rápido	3.1.30	0,0034

3.2 Projeto Básico de Arquitetura - PBA

DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	
Estabelecimentos de assistência à saúde – até 100 m2	3.2.1	0,17
Estabelecimentos de assistência à saúde acima de 100 m2 – por m2	3.2.2	0,0017
Estabelecimento de ensino, pré-escola, creche e similares – até 100 m2	3.2.3	0,17
Estabelecimentos de ensino, pré-escola, creche e similares acima de 100 m2 – por m2	3.2.4	0,0017
Instituição de longa permanência de idosos/ ILPI – por m2	3.2.5	0,17
Reforma/ampliação – por m2 - usar taxa de origem	3.2.6	0,17
Substituição de projeto – por m2 - usar taxa de origem	3.2.7	0,17
Estabelecimento/atividade não especificada anteriormente - por m2	3.2.8	0,17

4 SERVIÇOS DIVERSOS

4.1 Diversos			
DESCRIÇÃO	TAXA		
	CÓDIGO VISA		VALOR (VRM)
Segunda via do Alvará Sanitário	4.1.1		0,08
Segunda via do Habite-se Sanitário	4.1.2		0,08
Segunda via do Laudo de Análise	4.1.3		0,08
Baixa de Alvará Sanitário	4.1.4		0,08
Qualquer alteração do Alvará Sanitário (por item alterado)(exceto mudança de endereço)	4.1.5		0,17

Baixa de Responsabilidade Técnica	4.1.6		0,08
Desarquivamento de processo de registro de produto (por processo)	4.1.8		0,43
Qualquer alteração de registro de produto (por item alterado)	4.1.9		0,87
Inclusão de Responsabilidade Técnica	4.1.10		0,08
Fornecimento de Blocos de Notificação de Receita (por bloco de folhas)-Portaria SVS 344/98 (produtos controlados).	4.1.17		ISENTO
Atividade não especificada anteriormente - do grupo 4.1	4.1.21		0.35
4.2 Livros			
DESCRIÇÃO	TAXA		
	CÓDIGO VISA	VALOR (R\$)	VALOR (VRM)
Termo de Abertura de Livro, com autenticação de páginas (farmácia, hospital, laboratório ótico, laboratório de prótese, ótica, creche, banco de órgãos, piscinas e outros) - (por folha)	4.2.1		0,0004
Transferência de Responsabilidade Técnica (por livro)	4.2.2		0,08
Termo de Encerramento de Livro (por livro)	4.2.3		0,08
Autenticação de Livro Digital	4.2.4		0,08
4.3 Solicitações/Pareceres Técnicos			
DESCRIÇÃO	TAXA		
	CÓDIGO VISA	VALOR (R\$)	VALOR (VRM)
Emissão de Edital	4.3.1		0,17
Fornecimento de cópia de legislação ou processo (por folha)	4.3.2		0,001
Avaliação da conformidade de programa informatizado sobre medicamentos sujeitos ao regime especial de controle	4.3.3		0,87
Certidão (de qualquer natureza)	4.3.4		0,43
Requerimentos diversos	4.3.5		0,43
Certificado de livre comercialização de produtos	4.3.6		0,60
Laudo/Parecer Técnico	4.3.7		0,43

DECRETO Nº 6.668

DECRETO Nº 6.668, de 19 de janeiro de 2016.

Reabre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.223, de 25 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reaberto no Orçamento do Município de Caçador, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 02. – CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 12 – FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO

Funcional: 15.452.0020.1.048 – Pavimentação de Vias Públicas

Elemento: 4.4.90.00.00.0083 – Aplicações Diretas

Art. 2º De acordo com a Lei nº 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 3.223, de 25 de maio de 2015.

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de janeiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.669

DECRETO Nº 6.669, de 19 de janeiro de 2016.

Reabre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Fica reaberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 122.694,58 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos), conforme segue:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.0024 – Aplicações Diretas R\$ 122.694,58

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos referente ao Convênio nº 2015TR001813, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o município de Caçador, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda – Diretoria de Gestão de Fundos DIGF, para Aquisição de 01 Aparelho de Ultra-Sonografia Digital.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto,
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

Fundação Municipal de Esporte

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – FME

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA DESLOCAMENTO DE ATLETAS, TÉCNICOS, DIRIGENTES E OUTROS, DESTINADOS A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE - CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 01/02/2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 01/02/2016.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de janeiro de 2016.

JOÃO DARCI COELHO

Presidente FMEC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 – IPASC**

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 – IPASC

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.272.905/0001-71, torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016, para contratação de empresa para execução do cálculo atuarial 2016, data base 31/12/2015, com emissão de Nota Técnica Atuarial (NTA) e Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial (DRAA) e demais exigências da legislação vigente. Empresa contratada: GW - ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.934.959/0001-60, com sede na cidade de Canoas/RS, pelo valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com o disposto no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 19 de janeiro de 2016.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 878, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA nº 878, de 19 de janeiro de 2016.

Nomeia comissão especial.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Servidores Públicos Municipais FERNANDA FIORELLI, KAREN FERNANDA RIBEIRO e JEAN GUSTAVO BRUSCO, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento do Processo Licitatório nº 01/2016, Dispensa nº 01/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para execução do Cálculo Atuarial de 2016, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 19 de janeiro de 2016.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 115/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 115/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 156/2015 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, APLICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS NAS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Janeiro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

PR 002/16 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016-FME-EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO PARA ATENDER OS ATOS INAUGURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 02 (Dois) de Fevereiro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Janeiro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

PR 01/16 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016-FME – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DOS ITENS 1 , 2 , 4 , 5 7 AO 9 E DO ITEM 11 AO 14 COM COTA PRINCIPAL AOS ITENS 3 , 6 E 10.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ PARA O ANO LETIVO DE 2016.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 04 (Quatro) de Fevereiro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Janeiro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Campo Alegre

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO 02/2016 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 FMAS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de materiais de expediente para o Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	10	Unidade	Calculadora, tamanho 16x12.	23,00	230,00
02	6	Unidade	Pilha ALCALINA AA pacote com 4 unidades.	8,00	48,00
03	15	Unidade	Pilha ALCALINA AAA pacote com 12 unidades.	24,00	360,00
04	40	Unidade	Fita crepe marrom 4 cm, sem resíduos químicos, com grande aderência.	8,50	340,00
05	40	Unidade	Fita adesiva dupla face 12mm x 1,5mm de fixação permanente	15,00	600,00
06	40	Unidade	Fita durex adesiva transparente 48mm x 45m de polipropileno com adesivo acrílico.	3,00	120,00
07	40	Unidade	Fita durex transparente 3cm x 100m de polipropileno com adesivo acrílico.	6,50	260,00
08	10	Caixa	Lápis preto de madeira resina termoplástica, traço HB medida aproximada, caixa com 24 unidades.	15,00	150,00
09	10	Caixa	Caneta esferográfica cor azul 1.0mm tubo transparente com tampa, cores intensas para escrita visível, com 24 unidades na caixa.	24,00	240,00
10	10	Caixa	Caneta esferográfica cor preta 1.0mm tubo transparente com tampa, cores intensas para escrita visível, com 24 unidades na caixa.	24,00	240,00
11	10	Caixa	Caneta esferográfica cor vermelha 1.0mm tubo transparente com tampa, cores intensas para escrita visível, com 24 unidades na caixa.	24,00	240,00
12	10	Caixa	Caneta esferográfica cor verde, 1.0mm tubo transparente com tampa, cores intensas para escrita visível, com 24 unidades na caixa.	24,00	240,00
13	15	Caixa	Caneta para quadro branco ponta macia e de acrílico 4.00mm espessura da escrita 2.0mm, tinta especial cor azul, com 12 unidades na caixa.	33,00	495,00
14	10	Caixa	Caneta marca texto fluorescente ponta chanfrada para traço fino e grosso, com 12 unidades na caixa.	24,00	240,00
15	10	Caixa	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base álcool, espessura da escrita 800mm, recarregável com tinta TR, cor azul, com 12 unidades na caixa.	43,00	430,00
16	10	Caixa	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base álcool, espessura da escrita 800mm, recarregável com tinta TR, cor preto, com 12 unidades na caixa.	43,00	430,00
17	10	Caixa	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base álcool, espessura da escrita 800mm, recarregável com tinta TR, cor vermelho, com 12 unidades na caixa.	43,00	430,00
18	10	Caixa	Caneta para retroprojektor ponta de poliacetal 2,00mm, tinta à base de álcool, resistente a água, cor preto.	45,00	450,00
19	10	Caixa	Caneta para escrever em CD e DVD, ponta fina, cor preta, com 12 unidades na caixa.	40,00	400,00
20	20	Caixa	Grampos para grampeador 26/6, caixa com 5.000 unidades.	43,00	860,00
21	10	Caixa	Folhas A3 - papel sulfite 90g alcalino 297x420 super a3, 500 folhas por unidade, 10 unidades na caixa.	25,00	250,00
22	50	Caixa	Folhas A4, papel almaço, tamanho ofício, folhas brancas, 500 folhas por unidade, 10 unidades na caixa.	190,00	9.500,00
23	50	Unidade	Pasta em (L) pasta plástica em (L) PP 0,15 - A4.	1,00	50,00
24	10	Unidade	Corretivo em fita 4,1mm x 10m caixa com 12.	120,00	1.200,00
25	20	Unidade	Borracha de desenho, branca pequena.	0,60	12,00
26	20	Caixa	Clips galvanizados nº 6/0 4,7 cm, caixa com 50 unidades.	2,00	40,00
27	20	Caixa	Clips galvanizados nº 3/0 3,6 cm, com 500 g.	9,50	190,00
28	20	Caixa	Papel carbono preto A4, caixa com 100 folhas.	60,00	1.200,00
29	20	Unidade	Pasta catálogo com envelopes plásticos para arquivo, 243mm x 333mm, capa preta.	12,00	240,00
30	20	Unidade	Lâmpada fluorescente compacta luz branca, potência 100w, 220v.	10,00	200,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 19.685,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 20/01/2016, às 13h45min do dia 01/02/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 01/02/2016 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília



– DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias classificadas como material de consumo disponíveis para o exercício vigente.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 20 de janeiro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PP 06/2016 INTERNET - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02/02/2016 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LINK DE TRANSPORTE DE DADOS COM BANDA DE 5 MB FULL VIA FIBRA OPTICA PARA LIGAÇÃO ENTRE OS ESFS, SECRETARIA E PREFEITURA, UTILIZANDO SUA ESTRUTURA ENTREGANDO REDES TUNELADAS E CRIPTOGRAFADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE E A CONFIABILIDADE DA INFORMAÇÃO, OS PONTOS NÃO DEVERÃO POSSUIR LINK DE INTERNET, SENDO UTILIZADOS SOMENTE PARA REDE INTERNA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 20 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

LEI Nº. 4.229/15 DE 10/12/2015 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

LEI Nº 4229/2015 DE 10/12/2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de CAMPOS NOVOS para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 111.853.825,42 (cento e onze milhões oitocentos e cinquenta e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos) e fixa a Despesa em R\$ 111.853.825,42 (cento e onze milhões oitocentos e cinquenta e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos).

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 111.853,825,42 (cento e quatro milhões duzentos e noventa e oito centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 3.117.500,00 (três milhões cento e dezessete mil e quinhentos reais), em R\$ 108.736.324,58 (cento e oito milhões setecentos e trinta e seis mil trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos) a Despesa do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 111.853.825,42

4.1. RECEITAS CORRENTES 107.259.610,33

4.2. RECEITAS DE CAPITAL 4.594.215,09

Total: 111.853.825,42

Total Geral: 111.853.825,42

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – POR ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

01.00 - GABINETE DO PREFEITO 2.550.000,00

02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO G 785.875,00

03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO 10.677.500,00

04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 35.873.953,09

05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALH. 1.950.055,01

06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 860.375,00

07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 1.567.500,00

08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISM 18.970.652,23

09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER 910.000,00

10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 20.000,00

17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO 7.759.604,35

19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 13.679.399,67

20.00 - PODER LEGISLATIVO 3.117.500,00

32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA 515.926,97

33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE 348.750,00

34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA 82.075,00

35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 1.639.797,31

36.00 - FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMB 330.000,00

37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 166.125,00

40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO 9.656.978,39

42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEM 391.757,50

Total: 111.853.825,42

Total Geral: 111.853.825,42

II – POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01 – Legislativa 3.117.500,00

04 - Administração 7.250.318,96

06 - Segurança Pública 362.250,00

08 - Assistência Social 3.213.978,35

10 - Saúde 23.336.378,06

11 – Trabalho 251.000,00

12 – Educação 35.873.953,99

13 - Cultura 1.148.750,00

14 - Direitos da Cidadania 82.075,00

15 - Urbanismo 9.687.572,25

16 – Habitação 287.055,01

17 - Saneamento 7.673.789,97
 18 - Gestão Ambiental 434.507,50
 19 - Ciência e Tecnologia 30.500,00
 20 - Agricultura 1.338.676,97
 22 - Indústria 441.375,00
 23 - Comércio e Serviços 65.000,00
 25 - Energia 1.812.408,40
 26 - Transporte 7.428.421,58
 27 - Desporto e Lazer 920.000,00
 28 - Encargos Especiais 7.078.315,38
 99 - Reserva de Contingência 20.000,00

Total: 111.853.825,42

Total Geral: 111.853.825,42

III- POR SUBFUNÇÕES

031 - Ação Legislativa 3.117.500,00
 122 - Administração Geral 6.030.000,00
 123 - Administração Financeira 450.000,00
 126 - Tecnologia da Informatização 485.500,00
 182 - Defesa Civil 417.625,00
 241 - Assistência ao Idoso 20.000,00
 243- Assistência Criança e ao Adolescente 211.928,35
 244 - Assistência Comunitária 3.149.068,96
 272 - Previdência do Regime Estatutário 2.100.000,00
 301 - Atenção Básica 13.679.399,67
 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 9.656.987,39
 333 - Empregabilidade 34.000,00
 334 - Fomento ao Trabalho 387.000,00
 361 - Ensino Fundamental 31.257.683,07
 364 - Educação Superior 200.000,00
 365 - Educação Infantil 4.272.245,92
 367 - Educação Especial 144.025,00
 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 343.750,00
 392 - Difusão Cultural 5.000,00
 451 - Infra-Estrutura Urbana 7.231.504,98
 452 - Serviços Urbanos 2.228.750,00
 453 - Transportes Coletivos Urbanos 227.317,27
 482 - Habitação Urbana 287.055,01
 512 - Saneamento Básico Urbano 7.673.789,97
 541 - Preservação e Conservação Ambiental 10.500,00
 542 - Controle Ambiental 391.757,50
 543 - Recuperação de Áreas Degradadas 32.250,00
 572 - Desenvolvimento tecnológico e Eng. 5.000,00
 602 - Promoção da Produção Animal 483.676,97
 606 - Extensão Rural 855.000,00
 661 - Promoção Industrial 441.375,00
 695 - Turismo 865.000,00
 752 - Energia Elétrica 1.812.408,40
 782 - Transporte Rodoviário 7.428.421,58
 811 - Desporto de Rendimento 750.000,00
 812 - Desporto Comunitário 160.000,00
 813 - Lazer 10.000,00
 841 - Refinanciamento da Dívida Interna 3.200.000,00
 843 - Serviço da Dívida Interna 622.500,00
 846 - Outros Encargos Especiais 1.155.814,38
 999 - Reserva de Contingência 20.000,00

Total: 111.853.825,42

Total Geral: 111.853.825,42

IV – POR PROGRAMA

1 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO 2.550.000,00
 2 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES 3.117.500,00
 3 - MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO 730.500,00
 4 - MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMA

2.200.000,00

5 - MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO E FIS 340.000,00
 6 - MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMONIO DO 460.000,00
 7 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL 285.000,00
 8 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS 290.000,00
 9 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS 110.000,00
 10 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO 515.926,97
 11 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL 348.750,00
 12 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 82.075,00
 13 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 166.125,00
 14 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.639.797,31
 15 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ AT 9.656.978,39
 16 - MANUTENÇÃO DO FUNREBON 330.000,00
 17 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.890.257,15
 18 - MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS E 1.241.375,00
 19 - PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS 10.868.676,56
 20 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEC. 350.000,00
 21 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1.812.408,40
 22 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL 19.178.518,07
 23 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUNDEB 60% 12.162.562,87
 24 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA 259.567,27
 25 - MANUTENÇÃO DO ENSINO COM RECURSOS FUNDEB 40 517.457,23
 26 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DE 981.133,67
 27 - MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODA 3.351.250,00
 28 - PROMOÇÃO AO TURISMO 70.125,00
 29 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.829.125,00
 30 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS 120.930,01
 31 - CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPORTES 100.000,00
 32 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER 910.000,00
 33 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE 13.679.399,67
 35 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL 6.992.500,00
 36 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E E 7.759.604,35
 37 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIE 1.252.132,50
 38 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TU 256.000,00
 39 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESPECIAI 144.025,00
 40 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA 2.228.750,00
 41 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 20.000,00
 42 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFE 55.375,00

Total: 111.853.825,42

Total Geral: 111.853.825,42

V - POR CATEGORIA ECONOMICA

DESPESAS CORRENTES 97.717.433,45
 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 58.293.260,66
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 622.500,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 38.801.672,79

DESPESAS DE CAPITAL 14.116.397,97
INVESTIMENTOS 10.809.391,97
INVERSÕES FINANCEIRAS 32.000,00
Amortização da Dívida 3.275.000,00
Reserva de Contingência 20.000,00
Reserva de Contingência 20.000,00

TOTAL GERAL 111.853.825,42

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.
§2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 10 de dezembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 01_16 FUNREBOM

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNREBOM

PROCESSO DE COMPRA Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

O Município de Campos Novos, através do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, torna público que fará realizar no dia 01 de fevereiro de 2016 às 16:00, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 20 de janeiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXOS LEI Nº. 4.229/15 DE 10/12/2015 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	107.259.610,33	DESPESAS CORRENTES	97.741.912,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.663.370,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.176.407,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.748.658,40	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	622.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	938.584,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.943.005,67
RECEITA AGROPECUÁRIA	445,31		
RECEITA DE SERVIÇOS	9.721.172,27		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	78.319.385,48		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.867.994,73		
		Superavit	9.517.697,35
Total	107.259.610,33	Total	107.259.610,33
Superavit do orçamento corrente	9.517.697,35		
RECEITAS DE CAPITAL	4.594.215,09	DESPESAS DE CAPITAL	13.883.391,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.531.504,98	INVESTIMENTOS	10.576.391,97
ALIENAÇÃO DE BENS	110.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS	32.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	29.710,11	AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.275.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	923.000,00		
Deficit	9.289.176,88		
Total	13.883.391,97	Total	13.883.391,97

Resumo

RECEITAS CORRENTES	120.189.726,93	107,45 %	DESPESAS CORRENTES	97.741.912,98	87,55 %
RECEITAS DE CAPITAL	4.594.215,09	4,11 %	DESPESAS DE CAPITAL	13.883.391,97	12,44 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-12.930.116,60	-11,56 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	0,02 %
			Superavit do Orçamento	208.520,47	
Total	111.853.825,42	100,00 %	Total	111.853.825,42	100,00 %

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DIÓGENES ZOLDAN
Secretário de Planejamento e C

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
Secretário de Admin e Finanças

DEISE SALMORIA PIRES
Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

Página: 1/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			91.008.539,13
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		13.832.760,11	
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		11.799.332,61	
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	5.924.642,61		
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	1.426.199,00		
1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana 60 % Ordinário	855.719,40		
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana 15% Saúde	213.929,85		
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana 25% Educação	356.549,75		
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.607.783,00		
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1.607.783,00		
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60% Ordinário	964.669,80		
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15% Saúde	241.167,45		
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25% Educação	401.945,75		
1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.890.660,61		
1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 60% Ordinário	1.734.396,37		
1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 15% Saúde	433.599,09		
1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 25% Educação	722.665,15		
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	5.874.690,00		
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.874.690,00		
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.524.814,00		
1.1.1.3.05.02.00.00.00	Adicional ISS - Fundo Municipal Combate à Pobreza	881.203,50		
1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 25% Educação	1.468.672,50		
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.250.230,57	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	674.266,66		
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços	660.976,22		
1.1.2.1.26.00.00.00.00	Taxa de Publicidade Comercial	13.290,44		
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	575.963,91		
1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	32.449,35		
1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.147,56		
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	542.367,00		
1.1.2.2.99.02.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	542.367,00		
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		783.196,93	
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	783.196,93		
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			
1.2.0.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS			
1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	57.452,78		
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	539.935,01		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração Dep.Banc. Rec. Vinculados	143.689,71		
1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rem Dep. Banc. Rec.Vinc. Royalties	12.734,61		
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rem Dep. Banc. Rec.Vinc. FUNDEB	72.865,20		
1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rem Dep. Banc. Rec.Vinc. FUNDEB - 60%	43.719,12		
1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rem Dep. Banc. Rec.Vinc. FUNDEB - 40%	29.146,08		
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remuneração Dep.Banc. FNDE	50.917,45		
1.3.2.5.01.05.01.00.00	Remuneração Dep.Banc.PNATE	3.039,33		
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Remuneração Dep.Banc. Salário Educação	47.318,33		
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Remuneração Dep.Banc. PNAE	559,79		
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Remuneração Dep.Banc. CIDE	7.172,45		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem.Dep.Banc. Rec. Não Vinculados	396.245,30		
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração Dep.Banc.Outros Rec. Não Vinculados	396.245,30	767,73	
1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES			
1.3.3.7.00.00.00.00.00	Rec. de Contrato de Permissão de Uso	438,52		
1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	329,21		
1.3.3.9.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	329,21		
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		50.692,45	
1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	559,79		
1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	559,79		
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	50.132,66		
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	8.472,92		
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	1.039,38		
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	40.620,36		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		73.301.682,75	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		73.022.115,48	
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União			
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	20.232.402,66		
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.128.024,57		
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 60% Ordinário	13.982.665,75		
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM	10.486.999,31		
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 15% Saúde	-3.495.666,44		
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 25% Educação	2.621.749,83		
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	4.369.583,05		
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	181.698,52		
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural - 60% Ordinário	-36.339,70		
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural - 15% Saúde	109.019,11		
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural - 25% Educação	27.254,78		
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	45.424,63		
1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Hídricos	3.844.267,34		
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	3.583.029,20		
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	13.265,60		
		247.972,54		

Página: 3/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.000.430,62		
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.435.617,77		
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	380.573,88		
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	184.238,97		
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	217.745,85		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-43.549,17		
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60% Ordinário	130.647,51		
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 15% Saúde	32.661,88		
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25% Educação	54.436,46		
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	85.483,45		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	38.247.557,92		
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	37.480.271,71		
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	42.341.696,13		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-8.468.331,23		
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60% Ordinário	25.404.993,68		
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15% Saúde	6.351.248,42		
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25% Educação	10.585.414,03		
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	3.749.574,73		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-749.914,95		
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60% Ordinário	2.249.744,84		
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15% Saúde	562.436,21		
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25% Educação	937.393,68		
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	681.575,55		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-136.315,11		
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60% Ordinário	408.945,33		
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15% Saúde	102.236,33		
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25% Educação	170.393,89		
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	62.026,59		
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	767.286,21		
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transf. do Estado Transporte Escolar Estadual	767.286,21		
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	14.542.154,90		
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	14.542.154,90		
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	8.725.292,94		
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	5.816.861,96		
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas			
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	20.000,00		
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	259.567,27		
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	259.567,27		
1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio SSP Trânsito	259.567,27		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.476.589,90		
		448.315,71		

Página: 4/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	55.634,40		
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	17.542,96		
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60% Ordinário	10.525,78		
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde	2.631,44		
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	4.385,74		
1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	71,63		
1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 60% Ordinário	42,98		
1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 15% Saúde	10,74		
1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 25% Educação	17,91		
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	19.648,04		
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60% Ordinário	11.788,82		
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15% Saúde	2.947,21		
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	4.912,01		
1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	1.985,16		
1.9.1.1.98.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	1.985,16		
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	16.386,61		
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	16.386,61		
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	295.888,63		
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	96.852,89		
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60% Ordinários	58.111,73		
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15% Saúde	14.527,93		
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educação	24.213,23		
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	12.811,20		
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60% Ordinários	7.686,72		
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15% Saúde	1.921,68		
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educação	3.202,80		
1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	116.440,66		
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	69.783,88		
1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	96.792,68		
1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	96.792,68		
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.251,89		
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	7.251,89		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	7.251,89		
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	535.060,84		
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	232.790,78		
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	189.816,24		
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60% Ordinário	113.889,74		
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde	28.472,44		
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	47.454,06		
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	41.854,97		
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60% Ordinário	25.112,98		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/12

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	6.278,25		
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	10.463,74		
1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	1.119,57		
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	302.270,06		
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	302.270,06		
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recoit - Princ	302.270,06		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		485.961,46	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	485.961,46		4.520.576,54
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS			
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas			
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS	3.531.504,98		
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS		100.000,00	
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis		100.000,00	
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	100.000,00		
2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União		889.071,56	
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados		889.071,56	
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	200.000,00		
Total das receitas:				95.529.115,67
Total por entidade:				95.529.115,67
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			9.906,32
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		9.315,41	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		9.315,41	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados	9.315,41		
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Outros Rec. Vinculados	173,53		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	173,53		
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Outros Rec. Não Vinculados	9.141,88		
1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA			
1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias			
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS			
1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários		445,31	
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	145,60		
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			20.928,44

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
2.4.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		20.928,44	
2.4.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	20.928,44		
2.4.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União			
		Total das receitas:		30.834,76
		Total por entidade:		30.834,76
Entidade: 3 - FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.119,79
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		509,62	
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		509,62	
1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	509,62		
1.3.2.5.02.00.00.00	Remuneração Dep.Banc. Rec. Não Vinculados	509,62		
1.3.2.5.02.99.00.00	Remuneração Dep.Banc. Outros Rec. Não Vinculados	509,62		
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		390,73	
1.6.0.0.19.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	390,73		
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		219,44	
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		219,44	
1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	219,44		
		Total das receitas:		1.119,79
		Total por entidade:		1.119,79
Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			448.797,31
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		448.797,31	
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	436.797,31		
1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	436.797,31		
1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. FNAS - PPD	22.391,45		
1.7.2.1.34.07.00.00	Transf. FNAS - Convênio Bolsa Família	75.667,12		
1.7.2.1.34.08.00.00	Transf. FNAS - Piso Básico Fixo CRAS	97.855,39		
1.7.2.1.34.09.00.00	Transf. FNAS - CREAS	116.883,35		
1.7.2.1.34.10.00.00	Transf.FNAS - IGD Suas	16.000,00		
1.7.2.1.34.11.00.00	Programa Piso Básico Variável-SCFV	108.000,00		
1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	12.000,00		
1.7.2.2.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	12.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/12

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.7.2.2.99.10.00.00.00	Transferência da SEAS	12.000,00		
			Total das receitas:	448.797,31
			Total por entidade:	448.797,31
Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		4.778,83	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		4.778,83	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	4.778,83		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem.Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	4.778,83		
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem.Dep. Banc. Outros Rec. Não Vinculados	4.778,83		
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		473.374,87	
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	192.706,07		
1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombairo	192.706,07		
1.6.0.0.14.00.00.00.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização	280.668,80		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	329,21	329,21	
1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	329,21	329,21	
1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora			
			Total das receitas:	478.482,91
			Total por entidade:	478.482,91
Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		8.439,78	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		8.439,78	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	8.439,78		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem.Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	8.439,78		
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem.Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	8.439,78		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		20.194,39	
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens		13.490,33	
1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas			
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	13.490,33		
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	13.490,33		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	6.704,06		
2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		29.710,11	
			Total das receitas:	28.634,17

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/12

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
2.3.0.0.99.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	29.710,11		
			Total das receitas:	58.344,28
			Total por entidade:	58.344,28
Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		50,00	
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		50,00	
1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			
1.3.2.5.01.00.00.00	Rem. Dep Bancários Rec. Vinculados	50,00		
1.3.2.5.01.99.00.00	Rem. Dep Bancários Rec. Vinculados	50,00		
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		54.950,00	
1.7.3.0.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		54.950,00	
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		12.315,30	
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	12.315,30		
1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas			
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		5.000,00	5.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		5.000,00	
2.4.3.0.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas			
			Total das receitas:	72.315,30
			Total por entidade:	72.315,30
Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		219.761,95	
1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		54,23	
1.3.1.1.00.00.00.00	ALUGUEIS	54,23		
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		219.707,72	
1.3.2.2.00.00.00.00	Dividendos			
1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.471,12		
1.3.2.5.02.00.00.00	Rem.Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	218.236,60		
1.3.2.5.02.01.00.00	Rem.Dep. Banc. Poupança	218.236,60		
1.3.2.5.02.99.00.00	Rem.Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	216.901,17		
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.335,43		
1.6.0.0.41.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água		7.199.439,13	
1.6.0.0.41.01.00.00	Tarifa de Água Residencial	4.673.238,78		
1.6.0.0.41.02.00.00	Tarifa de Água Comercial/Industrial	3.726.603,54		
1.6.0.0.41.03.00.00	Tarifa de Água Pública	646.914,16		
		191.137,90		
			Total das receitas:	7.759.604,35

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/12

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água	74.248,76		
1.6.0.0.41.05.00.00.00	Expediente	7.671,05		
1.6.0.0.41.06.00.00.00	Aferição de Hidrômetros	330,39		
1.6.0.0.41.07.00.00.00	Desligamento de Água	1.588,67		
1.6.0.0.41.08.00.00.00	Religamento de Água	24.744,31		
1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	2.526.200,35		
1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de Esgoto Residencial	1.987.316,88		
1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Esgoto Comercial	358.987,82		
1.6.0.0.42.03.00.00.00	Tarifa de Esgoto Pública	105.014,49		
1.6.0.0.42.04.00.00.00	Ligação de Esgoto	74.881,16		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	340.403,27		
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.437,35		
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.437,35		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.437,35		
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	315.165,29		
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	315.165,29		
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	315.165,29		
1.9.3.2.99.02.00.00.00	Parc. - Rec da Div At Não-Tributária de Out Rec			
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	23.800,63		
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas			
Total das receitas:		7.759.604,35		
Total por entidade:		7.759.604,35		
Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA			
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	684.633,41		
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	684.633,41		
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	125.117,17		
1.1.2.2.99.06.00.00.00	Taxa de diária - Hospital	43.347,80		
1.1.2.2.99.07.00.00.00	Taxas de Ralo X - Hospital	27.928,75		
1.1.2.2.99.08.00.00.00	Taxas de sala - Hospital	406.547,99		
1.1.2.2.99.09.00.00.00	Outras Taxas - Hospital	67.651,19		
1.1.2.2.99.10.00.00.00	Taxa Material de sala - Hospital	4.711,87		
1.1.2.2.99.11.00.00.00	Taxa para realização de curativos - Hospital	96,28		
1.1.2.2.99.12.00.00.00	Taxas para retirada de pontos - Hospital	3.022,09		
1.1.2.2.99.13.00.00.00	Taxa desintometria - Hospital	6.210,27		
1.1.2.2.99.14.00.00.00	Taxa Mamografia - Hospital			
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
Total das receitas:		2.708.689,30		
Total por entidade:		2.708.689,30		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/12

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		6.231,22	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.231,22		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	6.231,22		
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Não Vinculados			
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		1.997.129,49	
1.6.0.0.01.00.00.00.00	Serviços comerciais	144.233,70		
1.6.0.0.01.01.00.00.00	Serviços de Comercialização de Medicamentos	144.233,70		
1.6.0.0.05.00.00.00.00	Serviços de Saúde	1.852.895,79		
1.6.0.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços de Saúde	1.852.895,79		
1.6.0.0.05.99.01.00.00	Convênio SUS	1.498.059,93		
1.6.0.0.05.99.02.00.00	Convênios UNIMED	104.617,17		
1.6.0.0.05.99.03.00.00	Outros Convênios	250.218,69		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	Outros Convênios Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanasio		6.522,60	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.522,60		
1.7.2.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Transferências da União	6.522,60		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	Outras Transferências da União		14.172,58	
1.9.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		14.172,58	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS			
2.0.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas	14.172,58		8.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		8.000,00	
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		8.000,00	
2.4.2.2.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.000,00		
	Outras Transferências dos Estados	8.000,00		
Total das receitas:				2.716.689,30
Total por entidade:				2.716.689,30
Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		35.976,60	
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		35.976,60	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	35.976,60		
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		86.741,69	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	86.741,69		
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados FNS	86.741,69		
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados FNS	86.741,69		
1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados FNS	42.203,86		

Página: 11/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados Convênios Estaduais	44.537,83		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.507.432,82	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		4.507.432,82	
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	3.467.106,29		
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.467.106,29		
1.7.2.1.33.01.00.00.00	PAB FIXO	991.554,82		
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Programa Saúde da Família-PSF	847.414,89		
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Agentes Comunitários de Saúde-PACS	800.000,00		
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças	88.126,31		
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Saúde Bucal	266.421,22		
1.7.2.1.33.06.00.00.00	Farmácia Básica	193.096,11		
1.7.2.1.33.07.00.00.00	Vigilância em Saúde	4.471,36		
1.7.2.1.33.08.00.00.00	Transf. SAMU União	276.021,58		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.040.326,53		
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	1.040.326,53		
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica Estadual	165.063,45		
1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Vigilância Estado	819,89		
1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Estado ACS	248.046,76		
1.7.2.2.33.05.00.00.00	Outras Transf. Estado Progr. Saúde	6.237,70		
1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. do Estado CAPS	503.955,28		
1.7.2.2.33.07.00.00.00	Transf. Estado MAC/FAE	116.203,45	2.170,64	
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.170,64	
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS			
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	2.170,64		10.000,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS		10.000,00	
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS		10.000,00	
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	10.000,00		
Total das receitas:				4.642.321,75
Total por entidade:				4.642.321,75
Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		110.000,00	
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		110.000,00	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			
1.1.2.1.21.00.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	110.000,00		
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
				116.200,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/12

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	4.600,00		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração Dep.Banc.Rec.Não Vinculados	4.600,00		
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração Dep.Banc.Rec.Não Vinculados	4.600,00		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.600,00	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		600,00	
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	600,00		
1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	600,00		
1.9.1.9.35.01.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente - Termo Compromisso	600,00		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
Total das receitas:				116.200,00
Total por entidade:				116.200,00
Total geral:				111.853.825,42

DIÓGENES ZOLDAN
Secretário de Planejamento e C

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DEISE SALMORIA PIRES
Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
Secretário de Admin e Finanças

Estado de Santa Catarina

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	126 Tecnologia da Informatização
	182 Defesa Civil
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
	333 Empregabilidade
	334 Fomento ao Trabalho
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
11 Trabalho	334 Fomento ao Trabalho
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	367 Educação Especial
13 Cultura	391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
	392 Difusão Cultural
	695 Turismo
14 Direitos da Cidadania	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	453 Transportes Coletivos Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
	542 Controle Ambiental
	543 Recuperação de Áreas Degradadas
19 Ciência e Tecnologia	126 Tecnologia da Informatização
	572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
20 Agricultura	602 Promoção da Produção Animal
	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
25 Energia	752 Energia Elétrica
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	811 Desporto de Rendimento
	812 Desporto Comunitário
	813 Lazer
28 Encargos Especiais	272 Previdência do Regime Estatutário
	841 Refinanciamento da Dívida Interna
	843 Serviço da Dívida Interna
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DIÓGENES ZOLDAN
Secretário de Planejamento e C

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
Secretário de Admin e Finanças

DEISE SALMORIA PIRES
Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVO
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/14

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVO					74.465.911,23
Órgão: 01.00 GABINETE DO PREFEITO		8251428,19	59.201.983,04	6.992.500,00	65.194.483,04
Unidade: 01.01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		150.000,00	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
04	Administração	150.000,00	2.400.000,00		2.400.000,00
04.122	Administração Geral	150.000,00	2.400.000,00		2.400.000,00
04.122.0001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	150.000,00	2.400.000,00		2.400.000,00
04.122.0001.1.000	Reequipamento do Gabinete do Prefeito - Veículos e Equipamentos	150.000,00			150.000,00
04.122.0001.2.000	Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal		2.400.000,00		2.400.000,00
Órgão: 02.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL		21.000,00	764.875,00	0,00	785.875,00
Unidade: 02.02 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL		1.000,00	685.375,00	0,00	686.375,00
04	Administração	1.000,00	685.375,00		686.375,00
04.122	Administração Geral	1.000,00	630.000,00		631.000,00
04.122.0003	MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL	1.000,00	630.000,00		631.000,00
04.122.0003.1.001	Reformas e Manutenções no Paço Municipal	1.000,00			1.000,00
04.122.0003.2.001	Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral		630.000,00		630.000,00
04.182	Defesa Civil		55.375,00		55.375,00
04.182.0042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL		55.375,00		55.375,00
04.182.0042.2.086	Manutenção da Defesa Civil Municipal		55.375,00		55.375,00
Unidade: 02.03 DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO		20.000,00	79.500,00	0,00	99.500,00
04	Administração	20.000,00	54.000,00		74.000,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	54.000,00		74.000,00
04.122.0003	MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL	20.000,00	54.000,00		74.000,00
04.122.0003.1.002	Reequipamento da Administração Pública	20.000,00			20.000,00
04.122.0003.2.003	Manutenção do Departamento de Modernização Administrativa e Informatização		54.000,00		54.000,00
19	Ciência e Tecnologia		25.500,00		25.500,00
19.126	Tecnologia da Informatização		25.500,00		25.500,00
19.126.0003	MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL		25.500,00		25.500,00
19.126.0003.2.080	CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.		25.500,00		25.500,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		0,00	3.685.000,00	6.992.500,00	10.677.500,00
Unidade: 03.04 DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		0,00	340.000,00	0,00	340.000,00
04	Administração		340.000,00		340.000,00
04.123	Administração Financeira		340.000,00		340.000,00
04.123.0005	MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		340.000,00		340.000,00
04.123.0005.2.004	Manutenção do Departamento de Tributação, Arrecadação e Fiscalização		340.000,00		340.000,00

Página: 2/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS					74.465.911,23
Órgão: 03.00 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		8251428,19	59.201.983,04	6.992.500,00	6.992.500,00
Unidade: 03.05 DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO		0,00	3.685.000,00	6.992.500,00	10.677.500,00
		0,00	460.000,00	0,00	460.000,00
04	Administração		460.000,00		460.000,00
04.126	Tecnologia da Informatização		460.000,00		460.000,00
04.126.0006	MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMONIO DO MUNICÍPIO		460.000,00		460.000,00
04.126.0006.2.005	Manutenção do Departamento de Contabilidade e Patrimônio do Município		460.000,00		460.000,00
Unidade: 03.06 DEPARTAMENTO PESSOAL		0,00	285.000,00	2.100.000,00	2.385.000,00
04	Administração		285.000,00		285.000,00
04.122	Administração Geral		285.000,00		285.000,00
04.122.0007	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL		285.000,00		285.000,00
04.122.0007.2.006	Manutenção do Departamento de Pessoal		285.000,00		285.000,00
28	Encargos Especiais		285.000,00		285.000,00
28.272	Previdência do Regime Estatutário		2.100.000,00		2.100.000,00
28.272.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL		2.100.000,00		2.100.000,00
28.272.0035.0.001	Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas - Prefeitura		2.100.000,00		2.100.000,00
Unidade: 03.07 DEPARTAMENTO DE COMPRAS		0,00	290.000,00	0,00	290.000,00
04	Administração		290.000,00		290.000,00
04.122	Administração Geral		290.000,00		290.000,00
04.122.0008	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS		290.000,00		290.000,00
04.122.0008.2.007	Manutenção do Departamento de Compras		290.000,00		290.000,00
Unidade: 03.08 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	2.310.000,00	4.892.500,00	7.202.500,00
04	Administração		2.310.000,00		2.310.000,00
04.122	Administração Geral		2.200.000,00		2.200.000,00
04.122.0004	MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMATIZAÇÃO		2.200.000,00		2.200.000,00
04.122.0004.2.002	Manutenção da Secretaria de Administração		2.200.000,00		2.200.000,00
04.123	Administração Financeira		110.000,00		110.000,00
04.123.0009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS		110.000,00		110.000,00
04.123.0009.2.008	Manutenção do Departamento de Finanças		110.000,00		110.000,00
28	Encargos Especiais		4.892.500,00		4.892.500,00
28.841	Refinanciamento da Dívida Interna		3.200.000,00		3.200.000,00
28.841.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL		3.200.000,00		3.200.000,00
28.841.0035.0.002	Amortização da Dívida Fundada Interna - Prefeitura		3.200.000,00		3.200.000,00

Página: 3/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS		8251428,19	59.201.983,04	6.992.500,00	74.465.911,23
Órgão: 03.00 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		0,00	3.685.000,00	6.992.500,00	10.677.500,00
Unidade: 03.08 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	2.310.000,00	4.892.500,00	7.202.500,00
28	Encargos Especiais			4.892.500,00	4.892.500,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			622.500,00	622.500,00
28.843.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL			622.500,00	622.500,00
28.843.0035.0.004	Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna - Prefeitura			622.500,00	622.500,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.070.000,00	1.070.000,00
28.846.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL			1.070.000,00	1.070.000,00
28.846.0035.0.003	Manutenção da Contribuição ao PASEP - Prefeitura			1.070.000,00	1.070.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		3.269.493,20	32.604.460,79	0,00	35.873.953,99
Unidade: 04.09 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL		517.457,23	12.412.212,87	0,00	12.929.670,10
12	Educação				12.929.670,10
12.361	E ensino Fundamental	517.457,23	12.412.212,87		12.785.645,10
12.361.0022	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL	517.457,23	12.268.187,87		105.625,00
12.361.0022.2.010	Manutenção do Departamento de Planejamento Educacional		105.625,00		90.000,00
12.361.0022.2.020	Manutenção do Ensino - Escolas Itinerantes		90.000,00		5.375,00
12.361.0022.2.021	Manutenção do Esporte Escolar		5.375,00		10.250,00
12.361.0023	MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUNDEB 60%		10.250,00		12.162.562,87
12.361.0023.2.018	Man.do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério		12.162.562,87		12.162.562,87
12.361.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO	517.457,23	12.162.562,87		517.457,23
12.361.0025.1.019	Reequipamento do Ensino Fundamental	517.457,23			517.457,23
12.367	Educação Especial				144.025,00
12.367.0039	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESPECIAIS		144.025,00		144.025,00
12.367.0039.2.016	Manutenção da Educação para Alunos Especiais		93.525,00		93.525,00
12.367.0039.2.027	Manutenção do Programa COMAD		50.500,00		50.500,00
Unidade: 04.10 DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR		710.000,00	3.562.245,92	0,00	4.272.245,92
12	Educação				4.272.245,92
12.365	Educação Infantil	710.000,00	3.562.245,92		4.272.245,92
12.365.0022	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL	710.000,00	3.562.245,92		4.272.245,92
12.365.0022.1.013	Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Infantil		3.562.245,92		10.000,00
12.365.0022.1.014	Construções, Ampliações e Reforma nas Creches				650.000,00
12.365.0022.1.017	Reequipamento do Ensino Infantil	10.000,00			50.000,00
12.365.0022.2.011	Manutenção do Dep. de Educação do Ensino Infantil - Pré Escolar	650.000,00			3.367.500,00
12.365.0022.2.015	Manutenção de Creches	50.000,00	3.367.500,00		194.745,92

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/14

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade: 04.11 GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR					
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental	8251428,19	59.201.983,04	6.992.500,00	74.465.911,23
12.361.0026	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DE CONVÊNIOS	3.269.493,20	32.604.460,79	0,00	35.873.953,99
12.361.0026.2.012	Manutenção da Gerência de Merenda Escolar	0,00	981.133,67	0,00	981.133,67
			981.133,67		981.133,67
			981.133,67		981.133,67
			981.133,67		981.133,67
			981.133,67		981.133,67
Unidade: 04.12 DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
12	Educação	2.042.035,97	12.758.611,18	0,00	14.800.647,15
12.361	Ensino Fundamental	2.042.035,97	12.758.611,18		14.800.647,15
12.361.0022	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL	2.042.035,97	12.758.611,18		14.800.647,15
12.361.0022.1.015	Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental	1.010.000,00			1.010.000,00
12.361.0022.1.071	Aquisição de Terreno e/ou Edificações para o Ensino Fundamental	1.032.035,97			1.032.035,97
12.361.0022.2.013	Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental		12.758.611,18		12.758.611,18
Unidade: 04.13 DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR - GERÊNCIA TRANSPORTE					
12	Educação	0,00	2.890.257,15	0,00	2.890.257,15
12.361	Ensino Fundamental		2.890.257,15		2.890.257,15
12.361.0017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		2.890.257,15		2.890.257,15
12.361.0017.2.014	Manutenção do Departamento de Transporte Escolar - Gerência Transporte		2.890.257,15		2.890.257,15
12.364	Ensino Superior		200.000,00		200.000,00
12.364.0017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		200.000,00		200.000,00
12.364.0017.2.089	Manutenção do Ensino Superior		200.000,00		200.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO					
Unidade: 05.14 DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAS					
08	Assistência Social	226.055,01	1.824.000,00	0,00	2.050.055,01
08.244	Assistência Comunitária	5.125,00	1.400.000,00	0,00	1.405.125,00
08.244.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.400.000,00		1.405.125,00
08.244.0029.1.006	Reequipamento da Secretaria do Desenvolvimento Social Família e Trabalho	5.125,00	1.400.000,00		1.405.125,00
08.244.0029.2.022	Manutenção Departamento de Assistência Social e da Família - Gerencias	5.125,00			5.125,00
			1.400.000,00		1.400.000,00

Página: 5/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVO					
Órgão: 05.00 SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO					
Unidade: 05.15 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO					
08	Assistência Social				150.000,00
08.244	Assistência Comunitária				150.000,00
08.244.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL				150.000,00
08.244.0029.2.023	Manutenção do Departamento de Assistência Comunitária e Trabalho				150.000,00
Unidade: 05.16 DEPARTAMENTO HABITACIONAL					
08	Assistência Social	220.930,01	84.000,00	0,00	304.930,01
08.244	Assistência Comunitária		84.000,00		84.000,00
08.244.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		84.000,00		84.000,00
08.244.0029.2.024	Manutenção do Departamento Habitacional		84.000,00		84.000,00
16	Habituação	220.930,01			220.930,01
16.482	Habituação Urbana	220.930,01			220.930,01
16.482.0030	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS	220.930,01			220.930,01
16.482.0030.1.007	Implantação de Projetos Habitacionais	220.930,01			220.930,01
Unidade: 05.17 DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA					
08	Assistência Social	0,00	136.000,00	0,00	136.000,00
08.334	Fomento ao Trabalho		136.000,00		136.000,00
08.334.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		136.000,00		136.000,00
08.334.0029.2.025	Manutenção do Departamento de Projetos para Geração de Emprego e Renda		136.000,00		136.000,00
Unidade: 05.18 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL					
08	Assistência Social	0,00	34.000,00	0,00	34.000,00
08.333	Empregabilidade		34.000,00		34.000,00
08.333.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		34.000,00		34.000,00
08.333.0029.2.026	Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Estrutural		34.000,00		34.000,00
Unidade: 05.19 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO					
08	Assistência Social	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		20.000,00		20.000,00
08.241.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		20.000,00		20.000,00
08.241.0029.2.088	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso		20.000,00		20.000,00

Página: 6/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 06.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	8251428,19	59.201.983,04	6.992.500,00	74.465.911,23
Unidade: 06.19 DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA					
20	Agricultura				
20.606	Extensão Rural		955.000,00		955.000,00
20.606.0037	MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		955.000,00		955.000,00
20.606.0037.2.028	Manutenção do Departamento da Agricultura - Gerência	0,00	740.000,00		740.000,00
20.606.0037.2.079	Manutenção do Programa Horas Máquinas - Sec. de Agricultura	0,00	215.000,00		215.000,00
Unidade: 06.20 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE					
18	Gestão Ambiental	0,00	5.375,00	0,00	5.375,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		5.375,00		5.375,00
18.541.0037	MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		5.375,00		5.375,00
18.541.0037.2.029	Manutenção do Departamento do Meio Ambiente		5.375,00		5.375,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO					
Unidade: 07.21 DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
11	Trabalho	11.125,00	1.556.375,00	0,00	1.567.500,00
11.334	Fomento ao Trabalho	6.000,00	1.491.375,00	0,00	1.497.375,00
11.334.0038	MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
11.334.0038.1.004	Implantação e Obras na Área Industrial	1.000,00	250.000,00		251.000,00
11.334.0038.2.030	Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio	1.000,00	250.000,00		251.000,00
13	Cultura				
13.695	Turismo		250.000,00		1.000,00
13.695.0018	MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS EM GERAL		800.000,00		250.000,00
13.695.0018.2.081	Realização da Festa do Município		800.000,00		800.000,00
19	Ciência e Tecnologia				
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	5.000,00	800.000,00		800.000,00
19.572.0038	MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	5.000,00	800.000,00		800.000,00
19.572.0038.1.066	Implantação da Encubadora Tecnológica	5.000,00	800.000,00		800.000,00
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial				
22.661.0018	MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS EM GERAL		441.375,00		5.000,00
22.661.0018.2.032	Realização de Eventos em Geral		441.375,00		5.000,00
22.661.0018.2.042	Promoção de Feiras, Exposições e Eventos Agropecuários		350.000,00		5.000,00
			91.375,00		441.375,00
			441.375,00		441.375,00
			350.000,00		441.375,00
			91.375,00		350.000,00
					91.375,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVO
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/14

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVO					
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO					
Unidade: 07.22 DEPARTAMENTO DO TURISMO					
18	Gestão Ambiental	8251428,19	59.201.983,04	6.992.500,00	74.465.911,23
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	11.125,00	1.566.375,00	0,00	1.567.500,00
18.541.0028	PROMOÇÃO AO TURISMO	5.125,00	65.000,00	0,00	70.125,00
18.541.0028.1.005	Reequipamento do Departamento de Turismo e Meio Ambiente				
23	Comércio e Serviços	5.125,00	65.000,00		70.125,00
23.695	Turismo				
23.695.0028	PROMOÇÃO AO TURISMO		65.000,00		65.000,00
23.695.0028.2.031	Manutenção do Departamento de Turismo		65.000,00		65.000,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO					
Unidade: 08.23 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA					
15	Urbanismo	4.553.754,98	14.416.897,25	0,00	18.970.652,23
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	530.000,00	0,00	530.000,00
15.451.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS		530.000,00		530.000,00
15.451.0027.2.033	Manutenção do Departamento de Engenharia		530.000,00		530.000,00
Unidade: 08.24 SUBSECRETARIA SERV URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS					
26	Transporte	0,00	107.500,00	0,00	107.500,00
26.782	Transporte Rodoviário		107.500,00		107.500,00
26.782.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS		107.500,00		107.500,00
26.782.0027.2.035	Manutenção da Subsecretaria de Serviços Urbanos e Produção de Materiais		107.500,00		107.500,00
Unidade: 08.25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL					
06	Segurança Pública	4.553.754,98	13.779.397,25	0,00	18.333.152,23
06.182	Defesa Civil	32.250,00			32.250,00
06.182.0024	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	32.250,00			32.250,00
06.182.0024.1.003	Reequipamento da Segurança Pública	32.250,00			32.250,00
15	Urbanismo	4.051.504,98	5.106.067,27		9.157.572,25
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.051.504,98	2.650.000,00		6.701.504,98
15.451.0019	PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS	4.051.504,98			4.051.504,98
15.451.0019.1.010	Pavimentação e Asfaltamento de Ruas	4.051.504,98			4.051.504,98
15.451.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS		2.650.000,00		2.650.000,00
15.451.0027.2.036	Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Operacional		2.650.000,00		2.650.000,00

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 08.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO				
Unidade: 08.25	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL				
15	Urbanismo				
15.452	Serviços Urbanos				
15.452.0040	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA				
15.452.0040.2.078	Recolhimento e destinação dos resíduos sólidos				
15.453	Transportes Coletivos Urbanos				
15.453.0024	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA				
15.453.0024.2.009	Manutenção da Segurança Pública e Trânsito				
25	Energia				
25.752	Energia Elétrica				
25.752.0021	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
25.752.0021.1.012	Construção de Redes de Energia Elétrica				
25.752.0021.2.038	Manutenção da Iluminação Pública				
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário				
26.782.0019	PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS				
26.782.0019.2.037	Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem				
26.782.0020	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEC. DE TRANSP				
26.782.0020.1.011	Reequipamento da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo				
26.782.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS				
26.782.0027.2.034	Manutenção das Atividades de Coordenadorias e Atividades Operacionais				
26.782.0031	CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPORTES EM OBRAS				
26.782.0031.1.009	Realização de Obras e Reformas pela Secretaria de Transportes e Obras e Urbanismo				
27	Desporto e Lazer				
27.813	Lazer				
27.813.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS				
27.813.0027.1.059	Construção de praças, jardins e parques infantis				
Órgão: 09.00 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER					
Unidade: 09.27 DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA					
27	Desporto e Lazer				
27.811	Desporto de Rendimento				
27.811.0032	MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER				
27.811.0032.2.039	Manutenção do Departamento de Esportes				
27.812	Desporto Comunitário				
27.812.0032	MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER				
27.812.0032.1.056	Construções, Ampliações e Reformas no Esporte Municipal				

Página: 9/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 09.00 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		8251428,19	59.201.983,04	6.992.500,00	74.465.911,23
Unidade: 09.28 DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER		0,00	240.000,00	0,00	240.000,00
27	Desporto e Lazer		240.000,00		240.000,00
27.812	Desporto Comunitário		240.000,00		240.000,00
27.812.0032	MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER		240.000,00		240.000,00
27.812.0032.2.040	Manutenção do Departamento da Juventude e Lazer		240.000,00		240.000,00
Órgão: 10.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	20.000,00
Unidade: 10.29 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	20.000,00
99	Reserva de Contingência				20.000,00
99.999	Reserva de Contingência				20.000,00
99.999.0041	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				20.000,00
99.999.0041.9.999	Reserva de Contingência				20.000,00
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 32.00 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA		168101,97	347.825,00	0,00	515.926,97
Unidade: 32.01 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA		168.101,97	347.825,00	0,00	515.926,97
18	Gestão Ambiental		32.250,00		32.250,00
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas		32.250,00		32.250,00
18.543.0010	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO		32.250,00		32.250,00
18.543.0010.2.073	Manutenção do Horto Florestal Municipal		32.250,00		32.250,00
20	Agricultura	168.101,97	315.575,00		483.676,97
20.602	Promoção da Produção Animal	168.101,97	315.575,00		483.676,97
20.602.0010	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO	168.101,97	315.575,00		483.676,97
20.602.0010.1.023	Reequipamento do Fundo Agropecuário	71.101,97			71.101,97
20.602.0010.1.024	Construções, Aplicações e Reformas através do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário	50.000,00			50.000,00
20.602.0010.1.048	Aquisição de Produtos para revenda através do Fundo Agropecuário	20.000,00			20.000,00
20.602.0010.1.049	Concessão de empréstimos e financiamentos através do Fundo Agropecuário	27.000,00			27.000,00
20.602.0010.2.017	Manutenção do Programa de Aquicultura		1.075,00		1.075,00
20.602.0010.2.041	Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária		250.000,00		250.000,00
20.602.0010.4.042	Promoção de Feiras, Exposições e Eventos Agropecuários		64.500,00		64.500,00

Página: 10/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 3 - FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 33.00 FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE					
Unidade: 33.01 FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE					
13	Cultura				
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico				
13.391.0011	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	45000	303.750,00	0,00	348.750,00
13.391.0011.1.025	Obras, Reformas e Ampliações na Fundação Cultura de Campos Novos	45.000,00	303.750,00	0,00	348.750,00
13.391.0011.1.026	Reequipamento da Fundação Cultural	35.000,00	250.000,00	0,00	285.000,00
13.391.0011.2.043	Manutenção das Atividades da Fundação Cultural	15.000,00	250.000,00		285.000,00
		20.000,00			15.000,00
			250.000,00		20.000,00
					250.000,00
Unidade: 33.02 MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA					
13	Cultura				
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico				
13.391.0011	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	10.000,00	32.250,00	0,00	42.250,00
13.391.0011.1.050	Reequipamento da Biblioteca Municipal	10.000,00	32.250,00		42.250,00
13.391.0011.2.044	Manutenção das Atividades da Biblioteca Pública	5.000,00	32.250,00		37.250,00
13.392	Difusão Cultural	5.000,00			37.250,00
13.392.0011	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL		32.250,00		5.000,00
13.392.0011.1.063	Reformas na Biblioteca Municipal	5.000,00			32.250,00
		5.000,00			5.000,00
					5.000,00
Unidade: 33.03 MANUTENÇÃO DO MUSEU					
13	Cultura	0,00	21.500,00	0,00	21.500,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		21.500,00		21.500,00
13.391.0011	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL		21.500,00		21.500,00
13.391.0011.2.045	Manutenção das atividades do Museu		21.500,00		21.500,00
Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 35.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade: 35.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
15000		15000	1.416.276,84	0,00	1.431.276,84
15.000,00		15.000,00	1.416.276,84	0,00	1.431.276,84
15.000,00		15.000,00	1.416.276,84	0,00	1.431.276,84
04	Administração				
04.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		196.276,84		196.276,84
04.243.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00		0,00
04.243.0014.2.052	Manutenção do Programa IGD SUAS				0,00
04.244	Assistência Comunitária				
04.244.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		196.276,84		196.276,84
04.244.0014.2.053	Manutenção do Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais		196.276,84		196.276,84
04.244.0014.2.054	Manutenção do Programa Bolsa Família		98.391,45		98.391,45
04.244.0014.2.055	Manutenção do Programa CRAS - Centro de Referência da Assistência Social		97.885,39		97.885,39

Página: 11/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 35.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade: 35.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
08	Assistência Social				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente				
08.243.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15000	1.416.276,84	0,00	1.431.276,84
08.243.0014.2.082	Manutenção do CREAS	15.000,00	1.416.276,84	0,00	1.431.276,84
08.244	Assistência Comunitária	15.000,00	1.416.276,84	0,00	1.431.276,84
08.244.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.0014.1.027	Obras, Reformas e Ampliações na Assistência Social do Município, inclusive para o CRAS	15.000,00	1.220.000,00		1.235.000,00
08.244.0014.1.028	Reequipamento da Assistência Social do Município	15.000,00	1.220.000,00		1.235.000,00
08.244.0014.1.051	Reequipamento da Assistência Social com recursos do Bolsa Família	5.000,00			5.000,00
08.244.0014.1.070	Reequipamento da Ass.Social com recursos do IGD SUAS	10.000,00			10.000,00
08.244.0014.2.048	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		1.100.000,00		1.100.000,00
08.244.0014.2.090	Manutenção do Progr. Piso Básico Variável-SCFV		108.000,00		108.000,00
08.244.0014.2.091	Programa Benefícios Eventuais		12.000,00		12.000,00
Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 36.00 FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS					
Unidade: 36.01 FUNREBON - FDO MUN. DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS					
06	Segurança Pública				
06.182	Defesa Civil	60000	270.000,00	0,00	330.000,00
06.182.0016	MANUTENÇÃO DO FUNREBON	60.000,00	270.000,00	0,00	330.000,00
06.182.0016.1.029	Obras, Reformas e Ampliações no FUNREBON	60.000,00	270.000,00		330.000,00
06.182.0016.1.030	Reequipamento do FUNREBON	5.000,00			5.000,00
06.182.0016.2.056	Manutenção das Atividades do FUNREBON	55.000,00	270.000,00		270.000,00
Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 37.00 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
Unidade: 37.01 MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
16	Habituação				
16.482	Habituação Urbana	110000	10.750,00	45.375,00	166.125,00
16.482.0013	MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	110.000,00	10.750,00	45.375,00	166.125,00
16.482.0013.0.005	Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna - Fdo Habitacional	105.000,00	10.750,00	45.375,00	161.125,00
16.482.0013.0.006	Amortização da Dívida Fundada Interna - Fdo Habitacional				
16.482.0013.1.031	Implantação de Projetos Habitacionais - Fdo Habitacional				
16.482.0013.1.032	Reequipamento do Fundo Rotativo Habitacional	100.000,00		5.375,00	105.375,00
16.482.0013.2.057	Manutenção das Atividades do Fundo Rotativo Habitacional	5.000,00	10.750,00	40.000,00	56.750,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/14

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 37.00	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	110000	10.750,00	45.375,00	166.125,00
Unidade: 37.02	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
16	Habitação	5.000,00			5.000,00
16.482	Habitação Urbana	5.000,00			5.000,00
16.482.0013	MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	5.000,00			5.000,00
16.482.0013.1.033	Financiamento e Empréstimos para construção e reforma de habitação	5.000,00			5.000,00
Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS					
Órgão: 34.00	FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	1000	81.075,00	0,00	82.075,00
Unidade: 34.01	FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	1.000,00	81.075,00	0,00	82.075,00
14	Direitos da Cidadania	1.000,00	81.075,00		82.075,00
14.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	81.075,00		82.075,00
14.243.0012	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1.000,00	81.075,00		82.075,00
14.243.0012.1.034	Reequipamento do Fundo Mun. da Infância e do Adolescente	1.000,00			1.000,00
14.243.0012.2.046	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente		80.000,00		80.000,00
14.243.0012.2.047	Manutenção do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente		1.075,00		1.075,00
Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 17.00	SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO	1457.466,29	6.216.323,68	85.814,38	7.759.604,35
Unidade: 17.01	SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	1.457.466,29	6.216.323,68	85.814,38	7.759.604,35
17	Saneamento	1.457.466,29	6.216.323,68		7.673.789,97
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.457.466,29	6.216.323,68		7.673.789,97
17.512.0036	SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	1.457.466,29	6.216.323,68		7.673.789,97
17.512.0036.1.035	Reequipamento do Departamento Administrativo do SAMAE	34.535,19			34.535,19
17.512.0036.1.036	Reequipamento do Sistema de Captação, Tratamento e Redes de Distribuição de Agua	103.605,58			103.605,58
17.512.0036.1.037	Reequipamento do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos	69.070,39			69.070,39
17.512.0036.1.038	Obras, Ampliação e Reformas no Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Agua	677.692,01			677.692,01
17.512.0036.1.039	Obras, Reformas e Ampliações do Departamento Administrativo do SAMAE	138.140,78			138.140,78
17.512.0036.1.040	Obras, Reformas e Ampliação do sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos	414.422,34			414.422,34
17.512.0036.1.041	Transferência de Recursos para o CISAM - Obras, Instalações e Reequipamentos	20.000,00			20.000,00
17.512.0036.2.058	Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE		1.350.000,00		1.350.000,00
17.512.0036.2.059	Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Agua		3.400.000,00		3.400.000,00
17.512.0036.2.060	Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto		1.420.000,00		1.420.000,00
17.512.0036.2.061	Manutenção das Transferências ao Consórcio CISAM		46.323,68		46.323,68
28	Encargos Especiais			85.814,38	85.814,38
28.846	Outros Encargos Especiais			85.814,38	85.814,38
28.846.0036	SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO			85.814,38	85.814,38
28.846.0036.0.007	Manutenção da Contribuição ao PASEP - SAMAE			85.814,38	85.814,38

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/14

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO					
Órgão: 40.00 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO					
Unidade: 40.01 ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO					
10	Saúde				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	259.250,00	9.362.728,39	35.000,00	9.656.978,39
10.302.0015	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO	259.250,00	9.362.728,39	35.000,00	9.656.978,39
10.302.0015.0.008	Manutenção da Dívida Fundada Interna - Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio	259.250,00	9.362.728,39	35.000,00	9.656.978,39
10.302.0015.1.042	Obras, Reformas e Ampliações na Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio	154.000,00		35.000,00	154.000,00
10.302.0015.1.043	Reequipamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio	105.250,00			105.250,00
10.302.0015.2.062	Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio - Recursos Próprios		9.362.728,39		9.362.728,39
Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 19.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade: 19.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica	97045,52	13.582.354,15	0,00	13.679.399,67
10.301.0033	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	97.045,52	13.582.354,15	0,00	13.679.399,67
10.301.0033.1.044	Reequipamento da Saúde - Fdo Mun. da Saúde	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
10.301.0033.1.052	Obras, reformas e ampliações de Unidades de Saúde				
Unidade: 19.02 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE					
10	Saúde	0,00	13.481.735,59	0,00	13.481.735,59
10.301	Atenção Básica		13.481.735,59		13.481.735,59
10.301.0033	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE		13.481.735,59		13.481.735,59
10.301.0033.2.064	Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde		8.590.978,64		8.590.978,64
10.301.0033.2.066	Manutenção do Programa Saúde da Família		897.414,89		897.414,89
10.301.0033.2.067	Manutenção dos Programas CAPS e MAC/FAE		620.158,73		620.158,73
10.301.0033.2.068	Manutenção do Programa SAMU		276.021,58		276.021,58
10.301.0033.2.070	Manutenção do Fundo de Saúde - Recursos do Estado		50.775,53		50.775,53
10.301.0033.2.074	Manutenção do programa Assistência Farmacêutica		758.159,56		758.159,56
10.301.0033.2.075	Manutenção do Programa da Atenção Básica - PAB Fixo		1.023.758,68		1.023.758,68
10.301.0033.2.076	Manutenção do programa da atenção básica - ACS		998.046,76		998.046,76
10.301.0033.2.077	Manutenção do programa Atenção Básica - Saúde Bucal		266.421,22		266.421,22
Unidade: 19.03 SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA					
10	Saúde	17.045,52	100.618,56	0,00	117.664,08
10.301	Atenção Básica	17.045,52	100.618,56		117.664,08
10.301.0033	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	17.045,52	100.618,56		117.664,08
10.301.0033.1.045	Reequipamento do Fundo Mun. da Saúde - Recursos da Vigilância Epidemiológica	17.045,52			17.045,52

Página: 14/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 19.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade: 19.03 SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA					
10	Saúde	97045,52	13.582.354,15	0,00	13.679.399,67
10.301	Atenção Básica	97.045,52	13.582.354,15	0,00	13.679.399,67
10.301.0033	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	17.045,52	100.618,56	0,00	117.664,08
10.301.0033.2.069	Manutenção do Programa da Vigilância Epidemiológica e Sanitária				
		17.045,52	100.618,56		117.664,08
		17.045,52	100.618,56		117.664,08
		17.045,52	100.618,56		117.664,08
			100.618,56		100.618,56
Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 20.00 PODER LEGISLATIVO					
Unidade: 20.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
01	Legislativa	113000	2.204.500,00	500.000,00	2.817.500,00
01.031	Ação Legislativa	113.000,00	2.204.500,00	500.000,00	2.817.500,00
01.031.0002	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	113.000,00	2.204.500,00	500.000,00	2.817.500,00
01.031.0002.0.010	Manutenção dos Inativos e Pensionistas - Câmara de Vereadores				
01.031.0002.1.046	Obras, Reformas e Ampliações do Poder Legislativo				
01.031.0002.1.047	Reequipamento do Poder Legislativo				
01.031.0002.2.071	Manutenção dos Subsidios dos Vereadores	81.000,00		500.000,00	581.000,00
01.031.0002.2.072	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores	32.000,00		32.000,00	64.000,00
			1.004.500,00		1.004.500,00
			1.200.000,00		1.200.000,00
Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS					
Órgão: 42.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA					
Unidade: 42.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA					
18	Gestão Ambiental	1000	390.757,50	0,00	391.757,50
18.542	Controle Ambiental	1.000,00	390.757,50	0,00	391.757,50
18.542.0037	MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.000,00	390.757,50		391.757,50
18.542.0037.1.067	OBRAS NO PARQUE AMBIENTAL				
18.542.0037.2.083	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FUNDEMA	1.000,00			1.000,00
18.542.0037.2.084	MANUTENÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL		372.000,00		372.000,00
18.542.0037.2.085	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL		8.382,50		8.382,50
			10.375,00		10.375,00
Total geral:					111.645.304,95

DEISE SALMORIA PIRES
 Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
 Secretário de Admin e Finanças

DIOGENES ZOLDAN
 Secretário de Planejamento e C

NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Página: 1/5

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	113.000,00	2.204.500,00	500.000,00	2.817.500,00
01.031	Ação Legislativa	113.000,00	2.204.500,00	500.000,00	2.817.500,00
01.031.0002	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	113.000,00	2.204.500,00	500.000,00	2.817.500,00
04	Administração	171.000,00	7.020.651,84		7.191.651,84
04.122	Administração Geral	171.000,00	5.859.000,00		6.030.000,00
04.122.0001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	150.000,00	2.400.000,00		2.550.000,00
04.122.0003	MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL	21.000,00	684.000,00		705.000,00
04.122.0004	MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMATIZAÇÃO		2.200.000,00		2.200.000,00
04.122.0007	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL		285.000,00		285.000,00
04.122.0008	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS		290.000,00		290.000,00
04.123	Administração Financeira		450.000,00		450.000,00
04.123.0005	MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		340.000,00		340.000,00
04.123.0009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS		110.000,00		110.000,00
04.126	Tecnologia da Informatização		460.000,00		460.000,00
04.126.0006	MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMONIO DO MUNICIPIO		55.375,00		55.375,00
04.182	Defesa Civil		55.375,00		55.375,00
04.182.0042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL				0,00
04.243	Assistência à Criança e ao Adolescente				0,00
04.243.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		196.276,84		196.276,84
04.244	Assistência Comunitária		196.276,84		196.276,84
04.244.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
06	Segurança Pública	92.250,00	270.000,00		362.250,00
06.182	Defesa Civil	92.250,00	270.000,00		362.250,00
06.182.0016	MANUTENÇÃO DO FUNREBON	60.000,00	270.000,00		330.000,00
06.182.0024	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	32.250,00			32.250,00
08	Assistência Social	20.125,00	3.044.000,00		3.064.125,00
08.241	Assistência ao Idoso		20.000,00		20.000,00
08.241.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		20.000,00		20.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente				0,00
08.243.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.125,00	2.854.000,00		2.874.125,00
08.244	Assistência Comunitária	15.000,00	1.220.000,00		1.235.000,00
08.244.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.125,00	1.634.000,00		1.639.125,00
08.244.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		34.000,00		34.000,00
08.333	Empregabilidade		34.000,00		34.000,00
08.333.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		136.000,00		136.000,00
08.334	Fomento ao Trabalho		136.000,00		136.000,00
08.334.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		136.000,00		136.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Página: 2/5

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	356.295,52	22.945.082,54	35.000,00	23.336.378,06
10.301	Atenção Básica	97.045,52	13.582.354,15		13.679.399,67
10.301.0033	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	97.045,52	13.582.354,15		13.679.399,67
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	259.250,00	9.362.728,39	35.000,00	9.656.978,39
10.302.0015	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO	259.250,00	9.362.728,39	35.000,00	9.656.978,39
11	Trabalho	1.000,00	250.000,00		251.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho	1.000,00	250.000,00		251.000,00
11.334.0038	MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	1.000,00	250.000,00		251.000,00
12	Educação	3.269.493,20	32.604.460,79		35.873.953,99
12.361	Ensino Fundamental	2.559.493,20	28.698.189,87		31.257.683,07
12.361.0017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		2.690.257,15		2.690.257,15
12.361.0022	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL		12.864.236,18		14.906.272,15
12.361.0023	MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUNDEB 60%	2.042.035,97	12.162.562,87		12.162.562,87
12.361.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO				
12.361.0026	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DE CONVÊNIOS	517.457,23			517.457,23
12.364	Ensino Superior		981.133,67		981.133,67
12.364.0017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		200.000,00		200.000,00
12.365	Educação Infantil	710.000,00	200.000,00		200.000,00
12.365.0022	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL	710.000,00	3.562.245,92		4.272.245,92
12.367	Educação Especial		3.562.245,92		4.272.245,92
12.367.0039	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESPECIAIS		144.025,00		144.025,00
13	Cultura		144.025,00		144.025,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	45.000,00	1.103.750,00		1.148.750,00
13.391.0011	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	40.000,00	303.750,00		343.750,00
13.392	Difusão Cultural	40.000,00	303.750,00		343.750,00
13.392.0011	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	5.000,00		5.000,00	5.000,00
13.695	Turismo	5.000,00	800.000,00		800.000,00
13.695.0018	MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS EM GERAL		800.000,00		800.000,00
14	Direitos da Cidadania				
14.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	81.075,00		82.075,00
14.243.0012	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1.000,00	81.075,00		82.075,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.051.504,98	5.636.067,27		9.687.572,25
15.451.0019	PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS	4.051.504,98	3.180.000,00		7.231.504,98
15.451.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS	4.051.504,98	3.180.000,00		4.051.504,98
					3.180.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/5

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
15	Urbanismo	4.051.504,98	5.636.067,27		9.687.572,25
15.452	Serviços Urbanos		2.228.750,00		2.228.750,00
15.452.0040	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA		2.228.750,00		2.228.750,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos		227.317,27		227.317,27
15.453.0024	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		227.317,27		227.317,27
16	Habitação	330.930,01	10.750,00	45.375,00	387.055,01
16.482	Habitação Urbana	330.930,01	10.750,00	45.375,00	387.055,01
16.482.0013	MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	110.000,00	10.750,00	45.375,00	166.125,00
16.482.0030	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS	220.930,01			220.930,01
17	Saneamento	1.457.466,29	6.216.323,68		7.673.789,97
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.457.466,29	6.216.323,68		7.673.789,97
17.512.0036	SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	1.457.466,29	6.216.323,68		7.673.789,97
18	Gestão Ambiental	6.125,00	428.382,50		434.507,50
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	5.125,00	5.375,00		10.500,00
18.541.0028	PROMOÇÃO AO TURISMO	5.125,00			5.125,00
18.541.0037	MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.000,00	5.375,00		5.375,00
18.542	Controle Ambiental	1.000,00	390.757,50		391.757,50
18.542.0037	MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.000,00	390.757,50		391.757,50
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas	32.250,00	32.250,00		32.250,00
18.543.0010	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO	32.250,00	32.250,00		32.250,00
19	Ciência e Tecnologia	5.000,00	25.500,00		30.500,00
19.126	Tecnologia da Informatização		25.500,00		25.500,00
19.126.0003	MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL		25.500,00		25.500,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	5.000,00			5.000,00
19.572.0038	MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	5.000,00			5.000,00
20	Agricultura	168.101,97	1.270.575,00		1.438.676,97
20.602	Promoção da Produção Animal	168.101,97	315.575,00		483.676,97
20.602.0010	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO	168.101,97	315.575,00		483.676,97
20.606	Extensão Rural		955.000,00		955.000,00
20.606.0037	MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		955.000,00		955.000,00
22	Indústria		441.375,00		441.375,00
22.661	Promoção Industrial		441.375,00		441.375,00
22.661.0018	MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS EM GERAL		441.375,00		441.375,00

Página: 4/5

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
23	Comércio e Serviços		65.000,00		65.000,00
23.695	Turismo		65.000,00		65.000,00
23.695.0028	PROMOÇÃO AO TURISMO		65.000,00		65.000,00
25	Energia				
25.752	Energia Elétrica	10.000,00	1.802.408,40		1.812.408,40
25.752.0021	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	10.000,00	1.802.408,40		1.812.408,40
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário	450.000,00	6.978.421,58		7.428.421,58
26.782.0019	PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS	450.000,00	6.978.421,58		7.428.421,58
26.782.0020	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEC. DE TRANSPORTE				
26.782.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS	350.000,00	6.817.171,58		6.817.171,58
26.782.0031	CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPORTES EM OBRAS	100.000,00	161.250,00		350.000,00
27	Desporto e Lazer				
27.811	Desporto de Rendimento	30.000,00	990.000,00		1.020.000,00
27.811.0032	MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER		750.000,00		750.000,00
27.812	Desporto Comunitário	20.000,00	750.000,00		750.000,00
27.812.0032	MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER	20.000,00	240.000,00		260.000,00
27.813	Lazer	10.000,00	240.000,00		260.000,00
27.813.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS	10.000,00			10.000,00
28	Encargos Especiais				
28.272	Previdência do Regime Estatutário			7.078.314,38	7.078.314,38
28.272.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL			2.100.000,00	2.100.000,00
28.841	Refinanciamento da Dívida Interna			2.100.000,00	2.100.000,00
28.841.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL			3.200.000,00	3.200.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			3.200.000,00	3.200.000,00
28.843.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL			622.500,00	622.500,00
28.846	Outros Encargos Especiais			622.500,00	622.500,00
28.846.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL			1.155.814,38	1.155.814,38
28.846.0036	SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO			1.070.000,00	1.070.000,00
				85.814,38	85.814,38

Página: 5/5

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência				20.000,00
99.999	Reserva de Contingência				20.000,00
99.999.0041	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				20.000,00
		Total:	93.388.323,60	7.658.689,38	111.645.304,95
		Total geral:	93.388.323,60	7.658.689,38	111.645.304,95

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DIÓGENES ZOLDAN
Secretário de Planejamento e C

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
Secretário de Admin e Finanças

DEISE SALMORIA PIRES
Contadora CRC/SC 02.66470/-1

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	2.817.500,00		2.817.500,00
01.031	Ação Legislativa	2.817.500,00		2.817.500,00
01.031.0002	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	2.817.500,00		2.817.500,00
04	Administração	7.071.375,00	120.276,84	7.191.651,84
04.122	Administração Geral	6.030.000,00		6.030.000,00
04.122.0001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	2.550.000,00		2.550.000,00
04.122.0003	MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL	705.000,00		705.000,00
04.122.0004	MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMATIZAÇÃO	2.200.000,00		2.200.000,00
04.122.0007	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL	285.000,00		285.000,00
04.122.0008	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS	290.000,00		290.000,00
04.123	Administração Financeira	450.000,00		450.000,00
04.123.0005	MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	340.000,00		340.000,00
04.123.0009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	110.000,00		110.000,00
04.126	Tecnologia da Informatização	460.000,00		460.000,00
04.126.0006	MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMONIO DO MUNICIPIO	55.375,00		55.375,00
04.182	Defesa Civil	55.375,00		55.375,00
04.182.0042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL			0,00
04.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	76.000,00	120.276,84	196.276,84
04.243.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	76.000,00	120.276,84	196.276,84
04.244	Assistência Comunitária			
04.244.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
06	Segurança Pública			
06.182	Defesa Civil			
06.182.0016	MANUTENÇÃO DO FUNREBON			
06.182.0024	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA			
08	Assistência Social	2.924.125,00	140.000,00	3.064.125,00
08.241	Assistência ao Idoso		20.000,00	20.000,00
08.241.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		20.000,00	20.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			0,00
08.243.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			0,00
08.244	Assistência Comunitária			
08.244.0014	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.754.125,00	120.000,00	2.874.125,00
08.244.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.115.000,00	120.000,00	1.235.000,00
08.333	Empregabilidade	1.639.125,00		1.639.125,00
08.333.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.000,00		34.000,00
08.334	Fomento ao Trabalho	34.000,00		34.000,00
08.334.0029	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	136.000,00		136.000,00
10	Saúde			
10.301	Atenção Básica	19.757.962,23	3.578.415,83	23.336.378,06
10.301.0033	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	10.108.983,84	3.570.415,83	13.679.399,67
		10.108.983,84	3.570.415,83	13.679.399,67

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	19.757.962,23	3.578.415,83	23.336.378,06
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.648.978,39	8.000,00	9.656.978,39
10.302.0015	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO	9.648.978,39	8.000,00	9.656.978,39
11	Trabalho	251.000,00		251.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho	251.000,00		251.000,00
11.334.0038	MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	251.000,00		251.000,00
12	Educação	18.658.835,82	17.215.118,17	35.873.953,99
12.361	E Ensino Fundamental	14.900.064,90	16.357.618,17	31.257.683,07
12.361.0017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	1.567.286,21	1.122.970,94	2.690.257,15
12.361.0022	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL	12.722.778,69	2.183.493,46	14.906.272,15
12.361.0023	MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUNDEB 60%	10.000,00	12.162.562,87	12.162.562,87
12.361.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO	600.000,00	507.457,23	517.457,23
12.361.0026	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DE CONVÊNIOS	200.000,00	381.133,67	981.133,67
12.364	E Ensino Superior	200.000,00		200.000,00
12.364.0017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	200.000,00		200.000,00
12.365	Educação Infantil	3.414.745,92	857.500,00	4.272.245,92
12.365.0022	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL	3.414.745,92	857.500,00	4.272.245,92
12.367	Educação Especial	144.025,00		144.025,00
12.367.0039	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESPECIAIS	144.025,00		144.025,00
13	Cultura	1.148.750,00		1.148.750,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	343.750,00		343.750,00
13.391.0011	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	343.750,00		343.750,00
13.392	Diffusão Cultural	5.000,00		5.000,00
13.392.0011	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	5.000,00		5.000,00
13.695	Turismo	800.000,00		800.000,00
13.695.0018	MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS EM GERAL	800.000,00		800.000,00
14	Direitos da Cidadania	22.075,00	60.000,00	82.075,00
14.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	22.075,00	60.000,00	82.075,00
14.243.0012	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	22.075,00	60.000,00	82.075,00
15	Urbanismo	9.677.572,25	10.000,00	9.687.572,25
15.451	Infra-Estrutura Urbana	7.221.504,98	10.000,00	7.231.504,98
15.451.0019	PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS	4.041.504,98	10.000,00	4.051.504,98
15.451.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS	3.180.000,00		3.180.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.228.750,00		2.228.750,00
15.452.0040	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	2.228.750,00		2.228.750,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	227.317,27		227.317,27
15.453.0024	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	227.317,27		227.317,27

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Página: 3/4

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
16	Habitação	271.250,00	115.805,01	387.055,01
16.482	Habitação Urbana	271.250,00	115.805,01	387.055,01
16.482.0013	MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	166.125,00		166.125,00
16.482.0030	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS	105.125,00	115.805,01	220.930,01
17	Saneamento	7.673.789,97		7.673.789,97
17.512	Saneamento Básico Urbano	7.673.789,97		7.673.789,97
17.512.0036	SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	7.673.789,97		7.673.789,97
18	Gestão Ambiental	434.507,50		434.507,50
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	10.500,00		10.500,00
18.541.0028	PROMOÇÃO AO TURISMO	5.125,00		5.125,00
18.541.0037	MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	5.375,00		5.375,00
18.542	Controle Ambiental	391.757,50		391.757,50
18.542.0037	MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	391.757,50		391.757,50
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas	32.250,00		32.250,00
18.543.0010	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO	32.250,00		32.250,00
19	Ciência e Tecnologia	30.500,00		30.500,00
19.126	Tecnologia da Informática	25.500,00		25.500,00
19.126.0003	MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL	25.500,00		25.500,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	5.000,00		5.000,00
19.572.0038	MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	5.000,00		5.000,00
20	Agricultura	1.417.575,00	21.101,97	1.438.676,97
20.602	Promoção da Produção Animal	462.575,00	21.101,97	483.676,97
20.602.0010	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO	462.575,00	21.101,97	483.676,97
20.606	Extensão Rural	955.000,00		955.000,00
20.606.0037	MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	955.000,00		955.000,00
22	Indústria	441.375,00		441.375,00
22.661	Promoção Industrial	441.375,00		441.375,00
22.661.0018	MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS EM GERAL	441.375,00		441.375,00
23	Comércio e Serviços	65.000,00		65.000,00
23.695	Turismo	65.000,00		65.000,00
23.695.0028	PROMOÇÃO AO TURISMO	65.000,00		65.000,00
25	Energia	1.812.408,40		1.812.408,40
25.752	Energia Elétrica	1.812.408,40		1.812.408,40
25.752.0021	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.812.408,40		1.812.408,40
26	Transporte	6.711.250,00	717.171,58	7.428.421,58
26.782	Transporte Rodoviário	6.711.250,00	717.171,58	7.428.421,58
26.782.0019	PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS	6.500.000,00	317.171,58	6.817.171,58

Página: 4/4

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
26	Transporte	6.711.250,00	717.171,58	7.428.421,58
26.782	Transporte Rodoviário	6.711.250,00	717.171,58	7.428.421,58
26.782.0020	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEC. DE TRANSP	50.000,00	300.000,00	350.000,00
26.782.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS	161.250,00		161.250,00
26.782.0031	CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPORTES EM OBRAS		100.000,00	100.000,00
27	Desporto e Lazer	1.020.000,00		1.020.000,00
27.811	Desporto de Rendimento	750.000,00		750.000,00
27.811.0032	MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER	750.000,00		750.000,00
27.812	Desporto Comunitário	260.000,00		260.000,00
27.812.0032	MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER	260.000,00		260.000,00
27.813	Lazer	10.000,00		10.000,00
27.813.0027	MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS	10.000,00		10.000,00
28	Encargos Especiais	7.078.314,38		7.078.314,38
28.272	Previdência do Regime Estatutário	2.100.000,00		2.100.000,00
28.272.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL	2.100.000,00		2.100.000,00
28.841	Refinanciamento da Dívida Interna	3.200.000,00		3.200.000,00
28.841.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL	3.200.000,00		3.200.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	622.500,00		622.500,00
28.843.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL	622.500,00		622.500,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.155.814,38		1.155.814,38
28.846.0035	OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL	1.070.000,00		1.070.000,00
28.846.0036	SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	85.814,38		85.814,38
99	Reserva de Contingência			20.000,00
99.999	Reserva de Contingência			20.000,00
99.999.0041	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			20.000,00
Total:		89.667.415,55	21.977.889,40	111.645.304,95
Total geral:		89.667.415,55	21.977.889,40	111.645.304,95

NELSON CRUZ
Prefeito MunicipalDIÓGENES ZOLDAN
Secretário de Planejamento e CMARCIA ELIZA CANALI KAIPER
Secretário de Admin e FinançasDEISE SALMORIA PIRES
Contadora CRC/SC 02.66470-1

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	2.550.000,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL		0,00	0,00	0,00	760.375,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	3.685.000,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.250,00
09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	6.995.375,00	0,00	32.250,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.873.953,99
05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO		0,00	1.829.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	251.000,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.829.125,00	0,00	0,00	251.000,00	35.873.953,99

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
01.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO		0,00	0,00	0,00	220.930,01	0,00
06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		800.000,00	0,00	0,00	0,00	5.375,00
08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		0,00	0,00	9.687.572,25	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		800.000,00	0,00	9.687.572,25	220.930,01	0,00
						10.500,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
01.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL		25.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	955.000,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		5.000,00	0,00	0,00	441.375,00	65.000,00
08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		30.500,00	955.000,00	0,00	441.375,00	65.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS						
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência
01.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	6.992.500,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		1.812.408,40	7.428.421,58	10.000,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		0,00	0,00	1.010.000,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.812.408,40	7.428.421,58	1.020.000,00	6.992.500,00	20.000,00
Total:		1.812.408,40	7.428.421,58	1.020.000,00	6.992.500,00	20.000,00
						74.465.911,23

Página: 6/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUJN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 7/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 8/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.250,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.250,00

Página: 9/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA		0,00	483.676,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	483.676,97	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 10/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUJN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	515.926,97
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	515.926,97

Página: 11/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
333.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 13/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE		348.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		348.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total:	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS						
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência
33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:					348.750,00	348.750,00

Página: 16/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	196.276,84	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	196.276,84	0,00	0,00

Página: 17/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.235.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.235.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 18/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 19/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 20/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUJN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.431.276,84
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.431.276,84

Página: 21/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
36.00 - FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00

Página: 22/60

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
36.00 - FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS							
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 23/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
36.00 - FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 24/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
36.00 - FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 25/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
36.00 - FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00

Página: 26/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 27/60

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUJN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 28/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	166.125,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	166.125,00	0,00	0,00

Página: 29/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 30/60

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUJN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL							
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166.125,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166.125,00

Página: 31/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 32/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 33/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		0,00	82.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	82.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 34/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 35/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.075,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.075,00

Página: 36/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 37/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 38/60

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO						
		0,00	0,00	0,00	0,00	7.673.789,97
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	7.673.789,97
						0,00
						0,00

Página: 39/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS		Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
Órgão								
17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 40/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00	85.814,38	0,00	7.759.604,35
Total:		0,00	0,00	0,00	85.814,38	0,00	7.759.604,35

Página: 41/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 42/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO		0,00	0,00	0,00	9.656.978,39	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	9.656.978,39	0,00	0,00

Página: 43/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 44/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 45/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.656.978,39
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.656.978,39

Página: 46/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 47/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	13.679.399,67	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	13.679.399,67	0,00	0,00

Página: 48/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 49/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 50/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.679.399,67
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.679.399,67

Página: 51/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
20.00 - PODER LEGISLATIVO		2.817.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	2.817.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 52/60

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
20.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 53/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
20.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 54/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
20.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9)

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 56/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 57/60

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA							
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 58/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.757,50
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.757,50

Página: 59/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 60/60

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.757,50
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.757,50
Total geral:							111.645.304,95

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DIOGENES ZOLDAN
Secretário de Planejamento e C

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
Secretário de Adm'n e Finanças

DEISE SALMORIA PIRES
Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

Página: 1/5

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			62.994.383,04
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		39.480.662,87	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		100,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		39.480.562,87	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		622.500,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		622.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22.891.220,17	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		670.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		100,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		22.195.920,17	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		25.200,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			11.451.528,19
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		8.251.528,19	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		100,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.251.428,19	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA		3.200.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.200.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		20.000,00	
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			74.465.911,23
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		347.825,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		347.825,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			168.101,97
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		141.101,97	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		141.101,97	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		27.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		27.000,00	
Total das despesas:				74.465.911,23
Total da entidade:				74.465.911,23
Total das despesas:				515.926,97
Total da entidade:				515.926,97

Página: 2/5

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		303.750,00	303.750,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		303.750,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			45.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		45.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		45.000,00	
			Total das despesas:	348.750,00
			Total da entidade:	348.750,00
Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.406.276,84
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		77.885,39	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		77.885,39	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.328.391,45	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		271.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.056.891,45	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			25.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		25.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		25.000,00	
			Total das despesas:	1.431.276,84
			Total da entidade:	1.431.276,84
Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			270.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		270.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		270.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			60.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		60.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		60.000,00	
			Total das despesas:	330.000,00
			Total da entidade:	330.000,00

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
8.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		16.125,00	16.125,00
3.3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		16.125,00	
3.3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
DESPESAS DE CAPITAL				
4.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		105.000,00	150.000,00
4.4.4.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		105.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		5.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		40.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		40.000,00	
Total das despesas:				166.125,00
Total da entidade:				166.125,00
Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
8.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		81.075,00	81.075,00
3.3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		65.000,00	
3.3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		16.075,00	
3.3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
DESPESAS DE CAPITAL				
4.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.000,00	1.000,00
4.4.4.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.000,00	
Total das despesas:				82.075,00
Total da entidade:				82.075,00
Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
8.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		3.243.323,68	6.302.138,06
3.3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		23.323,68	
3.3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		3.220.000,00	
3.3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.058.814,38	
3.3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		23.000,00	
3.3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		3.035.814,38	
3.3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
DESPESAS DE CAPITAL				
4.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.457.466,29	1.457.466,29
4.4.4.00.00.00.00.00				

Página: 4/5

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		20.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.437.466,29	
		Total das despesas:		7.759.604,35
		Total da entidade:		7.759.604,35
Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			9.362.728,39
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.600.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.600.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.762.728,39	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.762.728,39	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			294.250,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		259.250,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		259.250,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		35.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		35.000,00	
		Total das despesas:		9.656.978,39
		Total da entidade:		9.656.978,39
Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			13.582.354,15
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.350.035,37	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.350.035,37	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.232.318,78	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.232.318,78	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			97.045,52
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		97.045,52	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		97.045,52	
		Total das despesas:		13.679.399,67
		Total da entidade:		13.679.399,67
Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.704.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.104.500,00	

Página: 5/5

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.104.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		600.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			113.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		113.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		113.000,00	
Total das despesas:				2.817.500,00
Total da entidade:				2.817.500,00
Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			370.757,50
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		320.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		320.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		50.757,50	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.757,50	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			21.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		21.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		21.000,00	
Total das despesas:				391.757,50
Total da entidade:				391.757,50
Total geral:				111.645.304,95
NELSON CRUZ Prefeito Municipal				

DEISE SALMORIA PIRES
 Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
 Secretário de Admin e Finanças

DIÓGENES ZOLDAN
 Secretário de Planejamento e C

Estado de Santa Catarina

Página: 1/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	103.938.655,73	PROGRAMA: 0001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO I	2.550.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	4.520.576,54	PROJETO/ATIVIDADE	
9.1.0.0.0.00.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-12.930.116,60	1000 Reequipamento do Gabinete do Prefeito - Veículo	150.000,00
		2000 Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal	2.400.000,00
		PROGRAMA: 0003 - MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZ	730.500,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1001 Reformas e Manutenções no Paço Municipal	1.000,00
		1002 Reequipamento da Administração Pública	20.000,00
		2001 Manutenção do Departamento de Planejamento, (630.000,00
		2003 Manutenção do Departamento de Modernização A	54.000,00
		2080 CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Públi	25.500,00
		PROGRAMA: 0004 - MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZA	2.200.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2002 Manutenção da Secretaria de Administração	2.200.000,00
		PROGRAMA: 0005 - MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO	340.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2004 Manutenção do Departamento de Tributação, Arre	340.000,00
		PROGRAMA: 0006 - MANUTENÇÃO DPTO CONTABILID	460.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2005 Manutenção do Departamento de Contabilidade e	460.000,00
		PROGRAMA: 0007 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENT	285.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2006 Manutenção do Departamento de Pessoal	285.000,00
		PROGRAMA: 0008 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENT	290.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2007 Manutenção do Departamento de Compras	290.000,00
		PROGRAMA: 0009 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENT	110.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2008 Manutenção do Departamento de Finanças	110.000,00
		PROGRAMA: 0017 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE I	2.890.257,15
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2014 Manutenção do Departamento de Transporte Eso	2.690.257,15
		2089 Manutenção do Ensino Superior	200.000,00
		PROGRAMA: 0018 - MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPC	1.241.375,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2032 Realização de Eventos em Geral	350.000,00
		2042 Promoção de Feiras, Exposições e Eventos Agroç	91.375,00
		2081 Realizacao da Festa do Municipio	800.000,00
		PROGRAMA: 0019 - PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTC	10.868.676,56
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1010 Pavimentação e Asfaltamento de Ruas	4.051.504,98
		2037 Manutenção do Departamento de Estradas e Rod	6.817.171,58
		PROGRAMA: 0020 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQI	350.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1011 Reequipamento da Secretaria de Transportes, Ob	350.000,00
		PROGRAMA: 0021 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PI	1.812.408,40
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1012 Construção de Redes de Energia Elétrica	10.000,00
		2038 Manutenção da Iluminação Pública	1.802.408,40
		PROGRAMA: 0022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDA	19.178.518,07
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1013 Construções, Ampliações e Reforma no Ensino In	10.000,00
		1014 Construções, Ampliações e Reforma nas Creches	650.000,00
		1015 Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fi	1.010.000,00
		1017 Reequipamento do Ensino Infantil	50.000,00
		1071 Aquisição de Terreno e/ou Edificações para o Ens	1.032.035,97
		2010 Manutenção do Departamento de Planejamento E	90.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 2/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
		PROGRAMA: 0022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	19.178.518,07
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2011 Manutenção do Dep. de Educação do Ensino Inf	3.367.500,00
		2013 Manutenção do Departamento do Ensino Fundam	12.758.611,18
		2015 Manutenção de Creches	194.745,92
		2020 Manutenção do Ensino - Escolas Etinerantes	5.375,00
		2021 Manutenção do Esporte Escolar	10.250,00
		PROGRAMA: 0023 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECI	12.162.562,87
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2018 Man.do Ensino-Remuneração Profissionais do Me	12.162.562,87
		PROGRAMA: 0024 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA P	259.567,27
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1003 Reequipamento da Segurança Pública	32.250,00
		2009 Manutenção da Segurança Pública e Trânsito	227.317,27
		PROGRAMA: 0025 - MANUTENÇÃO DO ENSINO	517.457,23
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1019 Reequipamento do Ensino Fundamental	517.457,23
		PROGRAMA: 0026 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OI	981.133,67
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2012 Manutenção da Gerência de Merenda Escolar	981.133,67
		PROGRAMA: 0027 - MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL I	3.351.250,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1059 Construção de praças, jardins e parques infantis	10.000,00
		2033 Manutenção do Departamento de Engenharia	530.000,00
		2034 Manutenção das Atividades de Coordenadorias e	53.750,00
		2035 Manutenção da Subsecretaria de Serviços Urban	107.500,00
		2036 Manutenção do Departamento de Manutenção e /	2.650.000,00
		PROGRAMA: 0028 - PROMOÇÃO AO TURISMO	70.125,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1005 Reequipamento do Departamento de Turismo e IV	5.125,00
		2031 Manutenção do Departamento do Turismo	65.000,00
		PROGRAMA: 0029 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA S	1.829.125,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1006 Reequipamento da Secretaria do Desenvolvement	5.125,00
		2022 Manutenção Departamento de Assistência Social	1.400.000,00
		2023 Manutenção do Departamento de Assistência Cor	150.000,00
		2024 Manutenção do Departamento Habitacional	84.000,00
		2025 Manutenção do Departamento de Projetos para C	136.000,00
		2026 Manutenção do Departamento de Manutenção e /	34.000,00
		2088 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal d	20.000,00
		PROGRAMA: 0030 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HAB	220.930,01
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1007 Implantação de Projetos Habitacionais	220.930,01
		PROGRAMA: 0031 - CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA	100.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1009 Realização de Obras e Reformas pela Secretaria	100.000,00
		PROGRAMA: 0032 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LA	1.010.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1056 Construções, Ampliações e Reformas no Esporte	20.000,00
		2039 Manutenção do Departamento de Esportes	750.000,00
		2040 Manutenção do Departamento da Juventude e La	240.000,00
		PROGRAMA: 0035 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEI	6.992.500,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		0001 Manutenção do Pagamento de Inativos e Pension	2.100.000,00
		0002 Amortização da Dívida Fundada Interna - Prefeitu	3.200.000,00
		0003 Manutenção da Contribuição ao PASEP - Prefeitu	1.070.000,00
		0004 Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Inte	622.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Página: 3/14

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
		PROGRAMA: 0037 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA	960.375,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2028 Manutenção do Departamento da Agricultura - Ge	740.000,00
		2029 Manutenção do Departamento do Meio Ambiente	5.375,00
		2079 Manutenção do Programa Horas Máquinas - Sec.	215.000,00
		PROGRAMA: 0038 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDÚSTRIA	256.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1004 Implantação e Obras na Área Industrial	1.000,00
		1066 Implantação da Encubadora Tecnológica	5.000,00
		2030 Manutenção do Departamento da Indústria e Com	250.000,00
		PROGRAMA: 0039 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E	144.025,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2016 Manutenção da Educação para Alunos Especiais	93.525,00
		2027 Manutenção do Programa COMAD	50.500,00
		PROGRAMA: 0040 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	2.228.750,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2078 Recolhimento e destinação dos resíduos sólidos	2.228.750,00
		PROGRAMA: 0041 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		9999 Reserva de Contingência	20.000,00
		PROGRAMA: 0042 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO	55.375,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2086 Manutenção da Defesa Civil Municipal	55.375,00
SUBTOTAL	95.529.115,67	SUBTOTAL	74.465.911,23
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	95.529.115,67	TOTAL	74.465.911,23

Página: 4/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS			
4.1.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	9.906,32	PROGRAMA: 0010 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENVOLVIMENTO	515.926,97
4.2.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	20.928,44	PROJETO/ATIVIDADE	
		1023 Reequipamento do Fundo Agropecuário	71.101,97
		1024 Construções, Ampliações e Reformas através de	50.000,00
		1048 Aquisição de Produtos para revenda através do F	20.000,00
		1049 Concessão de empréstimos e financiamentos atr	27.000,00
		2017 Manutenção do Programa de Aquicultura	1.075,00
		2041 Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Ag	250.000,00
		2073 Manutenção do Horto Florestal Municipal	32.250,00
		4042 Promoção de Feiras, Exposições e Eventos Agro	64.500,00
SUBTOTAL	30.834,76	SUBTOTAL	515.926,97
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	30.834,76	TOTAL	515.926,97

Página: 5/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 3 - FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	1.119,79	PROGRAMA: 0011 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CUI	348.750,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1025 Obras, Reformas e Ampliações na Fundação Cult	15.000,00
		1026 Reequipamento da Fundação Cultural	20.000,00
		1050 Reequipamento da Biblioteca Municipal	5.000,00
		1063 Reformas na Biblioteca Municipal	5.000,00
		2043 Manutenção das Atividades da Fundação Cultural	250.000,00
		2044 Manutenção das Atividades da Biblioteca Pública	32.250,00
		2045 Manutenção das atividades do Museu	21.500,00
SUBTOTAL	1.119,79	SUBTOTAL	348.750,00
Tranferências Financeiras Recebidas	0,00	Tranferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	1.119,79	TOTAL	348.750,00

Página: 6/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS			
4.1.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	448.797,31	PROGRAMA: 0014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASS	1.431.276,84
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1027 Obras, Reformas e Ampliações na Assistência So	5.000,00
		1028 Reequipamento da Assistência Social do Municíp	10.000,00
		1051 Reequipamento da Assistência Social com recurs	0,00
		1070 Reequipamento da Ass.Social com recursos do IC	0,00
		2048 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência S	1.100.000,00
		2052 Manutenção do Programa IGD SUAS	0,00
		2053 Manutenção do Programa de Apoio a Pessoas Pc	98.391,45
		2054 Manutenção do Programa Bolsa Família	0,00
		2055 Manutenção do Programa CRAS - Centro de Refe	97.885,39
		2082 Manutenção do CREAS	0,00
		2090 Manutenção do Progr. Piso Básico Variável-SCFV	108.000,00
		2091 Programa Benefícios Eventuais	12.000,00
SUBTOTAL	448.797,31	SUBTOTAL	1.431.276,84
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	448.797,31	TOTAL	1.431.276,84

Página: 7/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 5 - FUNREBOM DE CAMPOS NOVOS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	478.482,91	PROGRAMA: 0016 - MANUTENÇÃO DO FUNREBON	330.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1029 Obras, Reformas e Ampliações no FUNREBON	5.000,00
		1030 Reequipamento do FUNREBON	55.000,00
		2056 Manutenção das Atividades do FUNREBON	270.000,00
SUBTOTAL	478.482,91	SUBTOTAL	330.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	478.482,91	TOTAL	330.000,00

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 9/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS			
4.1.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	67.315,30	PROGRAMA: 0012 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRI	82.075,00
4.2.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	PROJETO/ATIVIDADE	
		1034 Reequipamento do Fundo Mun. da Infância e do /	1.000,00
		2046 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do	80.000,00
		2047 Manutenção do Conselho dos Direitos da Criança	1.075,00
SUBTOTAL	72.315,30	SUBTOTAL	82.075,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	72.315,30	TOTAL	82.075,00

Página: 10/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS			
4.1.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	7.759.604,35	PROGRAMA: 0036 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO ML	7.759.604,35
		PROJETO/ATIVIDADE	
		0007 Manutenção da Contribuição ao PASEP - SAMAE	85.814,38
		1035 Reequipamento do Departamento Administrativo	34.535,19
		1036 Reequipamento do Sistema de Captação, Tratam	103.605,58
		1037 Reequipamento do Sistema de Esgoto e Tratame	69.070,39
		1038 Obras, Ampliação e Reformas no Sistema de Cap	677.692,01
		1039 Obras, Reformas e Ampliações do Departamento	138.140,78
		1040 Obras, Reformas e Ampliação do sistema de Esgo	414.422,34
		1041 Transferência de Recursos para o CISAM - Obras	20.000,00
		2058 Manutenção dos Serviços Administrativos do SAM	1.350.000,00
		2059 Manutenção do Sistema de Operação e Manutenç	3.400.000,00
		2060 Manutenção do Sistema de Operação e Manutenç	1.420.000,00
		2061 Manutenção das Transferências ao Consórcio C	46.323,68
SUBTOTAL	7.759.604,35	SUBTOTAL	7.759.604,35
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	7.759.604,35	TOTAL	7.759.604,35

Página: 11/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	2.708.689,30	PROGRAMA: 0015 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HO	9.656.978,39
4.2.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	8.000,00	PROJETO/ATIVIDADE	
		0008 Manutenção da Dívida Fundada Interna - Fundaç	35.000,00
		1042 Obras, Reformas e Ampliações na Fundação Hos	154.000,00
		1043 Reequipamento da Fundação Hospitalar Dr. José	105.250,00
		2062 Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Ath	9.362.728,39
SUBTOTAL	2.716.689,30	SUBTOTAL	9.656.978,39
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	2.716.689,30	TOTAL	9.656.978,39

Página: 12/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS			
4.1.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	4.632.321,75	PROGRAMA: 0033 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	13.679.399,67
4.2.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	PROJETO/ATIVIDADE	
		1044 Reequipamento da Saúde - Fdo Mun. da Saúde	30.000,00
		1045 Reequipamento do Fundo Mun. da Saúde - Recur	17.045,52
		1052 Obras, reformas e ampliações de Unidades de Sa	50.000,00
		2064 Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de S	8.590.978,64
		2066 Manutenção do Programa Saúde da Família	897.414,89
		2067 Manutenção dos Programas CAPS e MAC/FAE	620.158,73
		2068 Manutenção do Programa SAMU	276.021,58
		2069 Manutenção do Programa da Vigilância Epidemiol	100.618,56
		2070 Manutenção do Fundo de Saúde - Recursos do E	50.775,53
		2074 Manutenção do programa Assistência Farmacéuti	758.159,56
		2075 Manutenção do Programa da Atenção Básica - P/	1.023.758,68
		2076 Manutenção do programa da atenção básica - AC	998.046,76
		2077 Manutenção do programa Atenção Básica - Saúd	266.421,22
SUBTOTAL	4.642.321,75	SUBTOTAL	13.679.399,67
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	4.642.321,75	TOTAL	13.679.399,67

Página: 13/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS			
		PROGRAMA: 0002 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VE	2.817.500,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		0010 Manutenção dos Inativos e Pensionistas - Câmara	500.000,00
		1046 Obras, Reformas e Ampliações do Poder Legislat	81.000,00
		1047 Reequipamento do Poder Legislativo	32.000,00
		2071 Manutenção dos Subsídios dos Vereadores	1.004.500,00
		2072 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal	1.200.000,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	2.817.500,00
		Tranferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	2.817.500,00

Página: 14/14

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS			
4.1.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	116.200,00	PROGRAMA: 0037 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA	391.757,50
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1067 OBRAS NO PARQUE AMBIENTAL	1.000,00
		2083 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE	372.000,00
		2084 MANUTENÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO /	8.382,50
		2085 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO	10.375,00
SUBTOTAL	116.200,00	SUBTOTAL	391.757,50
Tranferências Financeiras Recebidas	0,00	Tranferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	116.200,00	TOTAL	391.757,50

NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

DIÓGENES ZOLDAN
 Secretário de Planejamento e C

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
 Secretário de Admin e Finanças

DEISE SALMORIA PIRES
 Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

Estado de Santa Catarina

Página: 1/12

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
GABINETE DO PREFEITO	2.400.000,00	150.000,00	2.550.000,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	2.400.000,00	150.000,00	2.550.000,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	764.775,00	21.100,00	785.875,00
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL	685.375,00	1.000,00	686.375,00
DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO	79.400,00	20.100,00	99.500,00
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	7.477.500,00	3.200.000,00	10.677.500,00
DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	340.000,00	0,00	340.000,00
DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO	460.000,00	0,00	460.000,00
DEPARTAMENTO PESSOAL	2.385.000,00	0,00	2.385.000,00
DEPARTAMENTO DE COMPRAS	290.000,00	0,00	290.000,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	4.002.500,00	3.200.000,00	7.202.500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	32.604.460,79	3.269.493,20	35.873.953,99
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	12.412.212,87	517.457,23	12.929.670,10
DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR	3.562.245,92	710.000,00	4.272.245,92
GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR	981.133,67	0,00	981.133,67
DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12.758.611,18	2.042.035,97	14.800.647,15
DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR - GERÊNCIA TRANSPORTE	2.890.257,15	0,00	2.890.257,15
SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO	1.824.000,00	226.055,01	2.050.055,01
DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAS	1.400.000,00	5.125,00	1.405.125,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO	150.000,00	0,00	150.000,00
DEPARTAMENTO HABITACIONAL	84.000,00	220.930,01	304.930,01
DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	136.000,00	0,00	136.000,00
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL	34.000,00	0,00	34.000,00
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	20.000,00	0,00	20.000,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	960.375,00	0,00	960.375,00
DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA	955.000,00	0,00	955.000,00
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	5.375,00	0,00	5.375,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	1.556.375,00	11.125,00	1.567.500,00
DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1.491.375,00	6.000,00	1.497.375,00
DEPARTAMENTO DO TURISMO	65.000,00	5.125,00	70.125,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	14.416.897,25	4.553.754,98	18.970.652,23
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA	530.000,00	0,00	530.000,00
SUBSECRETARIA SERV URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS	107.500,00	0,00	107.500,00
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL	13.779.397,25	4.553.754,98	18.333.152,23
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	990.000,00	20.000,00	1.010.000,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	750.000,00	20.000,00	770.000,00
DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER	240.000,00	0,00	240.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			20.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			20.000,00
Total por entidade:	62.994.383,04	11.451.528,19	74.465.911,23

Página: 2/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	347.825,00	168.101,97	515.926,97
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	347.825,00	168.101,97	515.926,97
Total por entidade:	347.825,00	168.101,97	515.926,97

Página: 3/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 3 - FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVENSE	303.750,00	45.000,00	348.750,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVENSE	250.000,00	35.000,00	285.000,00
MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA	32.250,00	10.000,00	42.250,00
MANUTENÇÃO DO MUSEU	21.500,00	0,00	21.500,00
Total por entidade:	303.750,00	45.000,00	348.750,00

Página: 4/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.406.276,84	25.000,00	1.431.276,84
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.406.276,84	25.000,00	1.431.276,84
Total por entidade:	1.406.276,84	25.000,00	1.431.276,84

Página: 5/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	270.000,00	60.000,00	330.000,00
FUNREBON - FDO MUN. DE REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS	270.000,00	60.000,00	330.000,00
Total por entidade:	270.000,00	60.000,00	330.000,00

Página: 6/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	16.125,00	150.000,00	166.125,00
MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	16.125,00	145.000,00	161.125,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS	0,00	5.000,00	5.000,00
Total por entidade:	16.125,00	150.000,00	166.125,00

Página: 7/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	81.075,00	1.000,00	82.075,00
FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	81.075,00	1.000,00	82.075,00
Total por entidade:	81.075,00	1.000,00	82.075,00

Página: 8/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO	6.302.138,06	1.457.466,29	7.759.604,35
SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	6.302.138,06	1.457.466,29	7.759.604,35
Total por entidade:	6.302.138,06	1.457.466,29	7.759.604,35

Página: 9/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO	9.362.728,39	294.250,00	9.656.978,39
ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO	9.362.728,39	294.250,00	9.656.978,39
Total por entidade:	9.362.728,39	294.250,00	9.656.978,39

Página: 10/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.582.354,15	97.045,52	13.679.399,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	80.000,00	80.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE	13.481.735,59	0,00	13.481.735,59
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	100.618,56	17.045,52	117.664,08
Total por entidade:	13.582.354,15	97.045,52	13.679.399,67

Página: 11/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
PODER LEGISLATIVO	2.704.500,00	113.000,00	2.817.500,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.704.500,00	113.000,00	2.817.500,00
Total por entidade:	2.704.500,00	113.000,00	2.817.500,00

Página: 12/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA	370.757,50	21.000,00	391.757,50
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA	370.757,50	21.000,00	391.757,50
Total por entidade:	370.757,50	21.000,00	391.757,50
Total Geral:	97.741.912,98	13.883.391,97	111.645.304,95

NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

DIÓGENES ZOLDAN
 Secretário de Planejamento e C

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
 Secretário de Admin e Finanças

DEISE SALLMORIA PIRES
 Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

Página: 1/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	108.459.232,27	04 - Administração	6.995.375,00
41 - RECEITAS CORRENTES	103.938.655,73	06 - Segurança Pública	32.250,00
42 - RECEITAS DE CAPITAL	4.520.576,54	08 - Assistência Social	1.829.125,00
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-12.930.116,60	11 - Trabalho	251.000,00
91 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-12.930.116,60	12 - Educação	35.873.953,99
		13 - Cultura	800.000,00
		15 - Urbanismo	9.687.572,25
		16 - Habitação	220.930,01
		18 - Gestão Ambiental	10.500,00
		19 - Ciência e Tecnologia	30.500,00
		20 - Agricultura	955.000,00
		22 - Indústria	441.375,00
		23 - Comércio e Serviços	65.000,00
		25 - Energia	1.812.408,40
		26 - Transporte	7.428.421,58
		27 - Desporto e Lazer	1.020.000,00
		28 - Encargos Especiais	6.992.500,00
		99 - Reserva de Contingência	20.000,00
Subtotal:	95.529.115,67	Subtotal:	74.465.911,23
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	95.529.115,67	Total:	74.465.911,23

Página: 2/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	30.834,76	18 - Gestão Ambiental	32.250,00
41 - RECEITAS CORRENTES	9.906,32	20 - Agricultura	483.676,97
42 - RECEITAS DE CAPITAL	20.928,44		
Subtotal:	30.834,76	Subtotal:	515.926,97
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	30.834,76	Total:	515.926,97

Página: 3/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 3 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	1.119,79	13 - Cultura	348.750,00
41 - RECEITAS CORRENTES	1.119,79		
Subtotal:	1.119,79	Subtotal:	348.750,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	1.119,79	Total:	348.750,00

Página: 4/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 4 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	448.797,31	04 - Administração	196.276,84
41 - RECEITAS CORRENTES	448.797,31	08 - Assistência Social	1.235.000,00
Subtotal:	448.797,31	Subtotal:	1.431.276,84
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	448.797,31	Total:	1.431.276,84

Página: 5/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 5 - FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	478.482,91	06 - Segurança Pública	330.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	478.482,91		
Subtotal:	478.482,91	Subtotal:	330.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	478.482,91	Total:	330.000,00

Página: 6/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	58.344,28	16 - Habitação	166.125,00
41 - RECEITAS CORRENTES	28.634,17		
42 - RECEITAS DE CAPITAL	29.710,11		
Subtotal:	58.344,28	Subtotal:	166.125,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	58.344,28	Total:	166.125,00

Página: 7/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	72.315,30	14 - Direitos da Cidadania	82.075,00
41 - RECEITAS CORRENTES	67.315,30		
42 - RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00		
Subtotal:	72.315,30	Subtotal:	82.075,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	72.315,30	Total:	82.075,00

Página: 8/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 9 - SAMAE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	7.759.604,35	17 - Saneamento	7.673.789,97
41 - RECEITAS CORRENTES	7.759.604,35	28 - Encargos Especiais	85.814,38
Subtotal:	7.759.604,35	Subtotal:	7.759.604,35
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	7.759.604,35	Total:	7.759.604,35

Página: 9/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 10 - FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	2.716.689,30	10 - Saúde	9.656.978,39
41 - RECEITAS CORRENTES	2.708.689,30		
42 - RECEITAS DE CAPITAL	8.000,00		
Subtotal:	2.716.689,30	Subtotal:	9.656.978,39
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	2.716.689,30	Total:	9.656.978,39

Página: 10/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	4.642.321,75	10 - Saúde	13.679.399,67
41 - RECEITAS CORRENTES	4.632.321,75		
42 - RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00		
Subtotal:	4.642.321,75	Subtotal:	13.679.399,67
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	4.642.321,75	Total:	13.679.399,67

Página: 11/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 12 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		01 - Legislativa	2.817.500,00
			Subtotal:
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		2.817.500,00
		Transferências Financeiras Concedidas	0,00
		Total:	2.817.500,00

Página: 12/12

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 13 - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	116.200,00	18 - Gestão Ambiental	391.757,50
41 - RECEITAS CORRENTES	116.200,00		
Subtotal:	116.200,00	Subtotal:	391.757,50
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	116.200,00	Total:	391.757,50

NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

DIÓGENES ZOLDAN
 Secretário de Planejamento e C

MARCIA ELIZA CANALI KAIPER
 Secretário de Admin e Finanças

DEISE SALLMORIA PIRES
 Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EX CT EST 001/2016**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

BOLSA ESTÁGIO CNO - 001/2016
PROTOCOLO Nº 008/2016
PROCESSO Nº 007/2016

DATA DE ASSINATURA: 18 de Janeiro de 2016
OBJETO: Contratação Temporária de estagiário no setor de Engenharia.
CONTRATADO: Edson Ristolf da Silva
VALOR: R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais), por 80 (oitenta) horas mensais.
PRAZO: 18.01.2016 à 17.01.2017

Campos Novos – SC, 18 de Janeiro de 2016.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 01/2016 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 01/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de produtos químicos visando à desinfecção e tratamento da água distribuída aos municípios, para uso na estação de tratamento de água (ETA), conforme quantidades e especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 01 de fevereiro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 19 de janeiro de 2016. GILBERTO ROSA – Diretor do SEMAIS

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 02/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 07/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 02/2016
1ª ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou a data de abertura do edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 04/02/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 11h00min (entrega) e 11h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 2/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 02/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 02/2016 (PRESENCIAL)
1ª ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou a data de abertura do edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 01/02/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 10h30min (entrega) e 10h35min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

WILSON PEREIRA
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 150/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 246/2015
Licitação.....: 151/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 300 DÚZIAS DE OVOS VERMELHOS COM TAMANHO MÉDIO, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Processo Administrativo:
Total dos Itens Vencedores: 1.377,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 661 - DUZIA DE OVOS VERMELHOS - Unidade: DZ							
9561	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	DROSKZAKA	300,000	0,0000	4,5900	1.377,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

CONVÊNIO CIALAR 001-2016 - CAPINZAL

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2016

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, ATRAVEZ DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR)

Pelo presente CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2016 (Contrato de Rateio) e conforme artigo 30 do Estatuto Social do Consórcio Público Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) oriundo da ratificação por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, com sede à Rua Carmelo Zócolli, 155, CEP 89.665-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Andevir Isganzella, inscrito no CPF sob o nº 564.375.609-91, doravante denominado contratante e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 12.341.411/0001-02, com sede à Rua Emilia Barison n 130, Loteamento Santa Terezinha, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, inscrito no CPF sob o nº 520.064.509.30, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e ao Estatuto Social do Consórcio Público do CIALAR, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da Contratante ao Contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados a disposição pelo Contratado em razão de contrato de consórcio público, em especial a execução de programa de abrigo provisório, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações, em especial a Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, sendo os seguintes:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

II – atendimento personalizado em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime co-educação;

V – não-desmembramento de grupos irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo

X – As crianças e adolescentes abrigados serão submetidos a avaliações periódicas, conforme disposto no § 1º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009;

XI – Os prazos máximos de abrigo serão os dispostos no § 2º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009. PARÁGRAFO ÚNICO. A estrutura a ser criada não contemplará internamento de infratores e menores com histórico de dependências químicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo Contratado em sua sede e/ou na sede do Contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços a sede do Contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Contratante pagará ao Contratado o valor mensal de R\$ 25.630,58 (Vinte e cinco mil e seiscentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos), de acordo com a classificação contábil a seguir:

Código	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	199.136,64	16.594,72
33.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	59.428,20	4.952,35
44.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	49.002,08	4.083,51
	Total	307.566,92	25.630,58

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante a verificação do Contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento do valor contratual previsto será feito mensalmente, no valor de R\$ 25.630,58 (Vinte e cinco mil e seiscentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos), contadas a partir do mês de janeiro de 2016, vencíveis até o décimo dia útil do mês subsequente, operacionalizando-se por meio do pagamento através de depósito no Banco do Brasil Agência 0644-0 Conta Corrente 37.607-8 ou boleto bancário

emitido pelo Contratado.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos financeiros constantes na Lei nº 3.196/2015, de 07 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária), na dotação orçamentária:

10. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

10.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.01.08.243.0175.2100 Manutenção do Abrigo

3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 000

3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 000

4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 000

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

Constitui obrigação do Contratado a prestação adequada do objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato Público e Estatuto Social.

Parágrafo único. Constituem-se em obrigações da Contratante as constantes neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos trabalhos do Contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do Contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao Contratado, o qual se submeterá a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela Contratante.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente a intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes a Assembléia Geral do Contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em quatro vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Capinzal/SC, 04 de janeiro de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN Presidente Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	ANDEVIR ISGANZELLA Prefeito Município de Capinzal
-----------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

Testemunhas:

Benjamin Borsoi 386.971.229-53	Gisela Nara Martins 613.251.559.34
-----------------------------------	---------------------------------------

CONVÊNIO CIALAR 002-/2016- IPIRA

CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2016

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPIRA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR)

Pelo presente CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2016 (Contrato de Rateio) e conforme artigo 30 do Estatuto Social do Consórcio Público Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) oriundo da ratificação por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE IPIRA pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.814.260/0001-65, com sede à Rua 15 de Agosto, 324, CEP 89.669-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Emerson Ari Reicherdt, inscrito no CPF sob o nº 785.846.159-49, doravante denominado contratante e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 12.341.411/0001-02, com sede à Rua Emilia Barison n 130, Loteamento Santa Terezinha, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, inscrito no CPF sob o nº 520.064.509.30, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e ao Estatuto Social do Consórcio Público do CIALAR, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da Contratante ao Contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados a disposição pelo Contratado em razão de contrato de consórcio público, em especial a execução de programa de abrigo provisório, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações, em especial a Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, sendo os seguintes:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

II – atendimento personalizado em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime co-educação;

V – não-desmembramento de grupos irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo

X – As crianças e adolescentes abrigados serão submetidos a avaliações periódicas, conforme disposto no § 1º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009;

XI – Os prazos máximos de abrigo serão os dispostos no § 2º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009.
PARÁGRAFO ÚNICO. A estrutura a ser criada não contemplará internamento de infratores e menores com histórico de dependências químicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo Contratado em sua sede e/ou na sede do Contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços a sede do Contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Contratante pagará ao Contratado o valor mensal de R\$ 5.865,58 (Cinco mil oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), de acordo com a classificação contábil a seguir:

Código	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	45.572,64	3.797,72
33.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	13.600,20	1.133,35
44.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	11.214,12	934,51
	Total	70.386,96	5.865,58

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante a verificação do Contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento do valor contratual previsto será feito mensalmente, no valor de R\$ R\$ 5.865,58 (Cinco mil oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), contadas a partir do mês de janeiro de 2016, vencíveis até o décimo dia útil do mês subsequente, operacionalizando-se por meio do pagamento através de depósito no Banco do Brasil Agência 0644-0 Conta Corrente 37.607-8 ou boleto bancário emitido pelo Contratado.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos financeiros constantes na Lei nº 1.143/2015, de 09 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária), na dotação orçamentária:

04.03.08.243.0007.2011 Manutenção das Ações do FIA

34 - 3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 200

36 - 3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 200

38 - 4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 200

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

Constitui obrigação do Contratado a prestação adequada do objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato Público e Estatuto Social.

Parágrafo único. Constituem-se em obrigações da Contratante as constantes neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos trabalhos do Contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do Contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao Contratado, o qual se submeterá a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela Contratante.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente a intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes a Assembléia Geral do Contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em quatro vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Capinzal/SC, 04 de janeiro de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN Presidente Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	ANDEVIR ISGANZELLA Prefeito Município de Capinzal
-----------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

Testemunhas:

Benjamin Borsoi 386.971.229-53	Elena Casagrande Rech
-----------------------------------	-----------------------

CONVÊNIO CIALAR 003/2016 - LACERDÓPOLIS

CONTRATO DE RATEIO Nº 03/2016

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR)

Pelo presente CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2016 (Contrato de Rateio) e conforme artigo 30 do Estatuto Social do Consórcio Público Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) oriundo da ratificação por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.439.471/0001-24, com sede à Rua 31 de Março, 289, CEP 89.660-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Hilário Chiamolera, inscrito no CPF sob o nº 250.360.179-00, doravante denominado contratante e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 12.341.411/0001-02, com sede à Rua Emilia Barison n 130, Loteamento Santa Terezinha, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, inscrito no CPF sob o nº 520.064.509.30, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e ao Estatuto Social do Consórcio Público do CIALAR, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da Contratante ao Contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados a disposição pelo Contratado em razão de contrato de consórcio público, em especial a execução de programa de abrigo provisório, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações, em especial a Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, sendo os seguintes:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

II – atendimento personalizado em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime co-educação;

V – não-desmembramento de grupos irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo

X – As crianças e adolescentes abrigados serão submetidos a avaliações periódicas, conforme disposto no § 1º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009;

XI – Os prazos máximos de abrigamento serão os dispostos no § 2º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009.

PARÁGRAFO ÚNICO. A estrutura a ser criada não contemplará internamento de infratores e menores com histórico de dependências químicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo Contratado em sua sede e/ou na sede do Contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços a sede do Contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Contratante pagará ao Contratado o valor mensal de R\$ 2.694,34 (dois mil e seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos), de acordo com a classificação contábil a seguir:

Código	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	20.933,64	1.744,47
33.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	6.247,20	520,60
44.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	5.151,24	429,27
	Total	32.332,08	2.694,34

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante a verificação do Contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento do valor contratual previsto será feito mensalmente, no valor de R\$ R\$ 2.694,34 (dois mil e seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos), contadas a partir do mês de janeiro de 2016, vencíveis até o décimo dia útil do mês subsequente, operacionalizando-se por meio do pagamento através de depósito no Banco do Brasil Agência 0644-0 Conta Corrente 37.607-8 ou boleto bancário emitido pelo Contratado.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos financeiros constantes na Lei nº 2.034/2015, de 28 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária), na dotação orçamentária:

09.01.08.243.1013.2046 Transferência para Consórcio Público CIALAR

3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 000

3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 000

4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 000

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

Constitui obrigação do Contratado a prestação adequada do objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato Público e Estatuto Social.

Parágrafo único. Constituem-se em obrigações da Contratante as constantes neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos trabalhos do Contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do Contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao Contratado, o qual se submeterá a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela Contratante.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente a intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes a Assembléia Geral do Contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em quatro vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Capinzal/SC, 04 de janeiro de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN Presidente Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	ANDEVIR ISGANZELLA Prefeito Município de Capinzal
-----------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

Testemunhas:

Benjamin Borsoi 386.971.229-53	Elena Casagrande Rech
-----------------------------------	-----------------------

CONVÊNIO CIALAR 004/2016 - OURO

CONTRATO DE RATEIO Nº 04/2016

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURO, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR)

Pelo presente CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2016 (Contrato de Rateio) e conforme artigo 30 do Estatuto Social do Consórcio Público Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) oriundo da ratificação por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE OURO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.228/0001-57, com sede à Rua Gov. Jorge Lacerda, 1209, CEP 89.663-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Vitor João Faccin, inscrito no CPF sob o nº 580.064.509-30, doravante denominado contratante e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 12.341.411/0001-02, com sede à Rua Emilia Barison n 130, Loteamento Santa Terezinha, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, inscrito no CPF sob o nº 520.064.509.30, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e ao Estatuto Social do Consórcio Público do CIALAR, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da Contratante ao Contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados a disposição pelo Contratado em razão de contrato de consórcio público, em especial a execução de programa de abrigo provisório, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações, em especial a Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, sendo os seguintes:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

II – atendimento personalizado em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime co-educação;

V – não-desmembramento de grupos irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo

X – As crianças e adolescentes abrigados serão submetidos a avaliações periódicas, conforme disposto no § 1º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009;

XI – Os prazos máximos de abrigo serão os dispostos no § 2º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009.
PARÁGRAFO ÚNICO. A estrutura a ser criada não contemplará internamento de infratores e menores com histórico de dependências químicas.**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo Contratado em sua sede e/ou na sede do Contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços a sede do Contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Contratante pagará ao Contratado o valor mensal de R\$ 9.071,25 (Nove mil e setenta e um reais e vinte e cinco centavos), de acordo com a classificação contábil a seguir:

Código	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	70.479,00	5.873,25
33.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	21.033,00	1.752,75
44.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	17.343,00	1.445,25
	Total	108.855,00	9.071,25

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante a verificação do Contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento do valor contratual previsto será feito mensalmente, no valor de R\$ 9.071,25 (Nove mil e setenta e um reais e vinte e cinco centavos), contadas a partir do mês de janeiro de 2016, vencíveis até o décimo dia útil do mês subsequente, operacionalizando-se por meio do pagamento através de depósito no Banco do Brasil Agência 0644-0 Conta Corrente 37.607-8 ou boleto bancário emitido pelo Contratado. Parágrafo único. As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos financeiros constantes na Lei nº 2.438/2015, de 29 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária), na dotação orçamentária:

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2050. Transferência ao Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar

3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 000

3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 000

4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 000

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

Constitui obrigação do Contratado a prestação adequada do objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato Público e Estatuto Social.

Parágrafo único. Constituem-se em obrigações da Contratante as constantes neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos trabalhos do Contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do Contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao Contratado, o qual se submeterá a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela Contratante.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente a intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes a Assembléia Geral do Contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em quatro vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Capinzal/SC, 04 de janeiro de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN Presidente Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	ANDEVIR ISGANZELLA Prefeito Município de Capinzal
-----------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

Testemunhas:

Benjamin Borsoi 386.971.229-53	Elena Casagrande Rech
-----------------------------------	-----------------------

CONVÊNIO CIALAR 005/2016 - PIRATUBA

CONTRATO DE RATEIO Nº 05/2016

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PIRATUBA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR)

Pelo presente CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2016 (Contrato de Rateio) e conforme artigo 30 do Estatuto Social do Consórcio Público Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) oriundo da ratificação por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE PIRATUBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.814.481/0001-58, com sede à Rua Jorge Lacerda, 133, CEP 89.667-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Claudirlei Dorini, inscrito no CPF sob o nº 568.259.789-34, doravante denominado contratante e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 12.341.411/0001-02, com sede à Rua Emilia Barison n 130, Loteamento Santa Terezinha, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, inscrito no CPF sob o nº 520.064.509.30, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e ao Estatuto Social do Consórcio Público do CIALAR, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da Contratante ao Contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados a disposição pelo Contratado em razão de contrato de consórcio público, em especial a execução de programa de abrigo provisório, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações, em especial a Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, sendo os seguintes:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

II – atendimento personalizado em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime co-educação;

V – não-desmembramento de grupos irmãos;
VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
VII – participação na vida da comunidade local;
VIII – preparação gradativa para o desligamento;
IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo
X – As crianças e adolescentes abrigados serão submetidos a avaliações periódicas, conforme disposto no § 1º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009;
XI – Os prazos máximos de abrigo serão os dispostos no § 2º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.010/2009.
PARÁGRAFO ÚNICO. A estrutura a ser criada não contemplará internamento de infratores e menores com histórico de dependências químicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo Contratado em sua sede e/ou na sede do Contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços a sede do Contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Contratante pagará ao Contratado o valor mensal de R\$ 5.904,92 (Cinco Mil e novecentos e quatro reais e noventa e dois centavos), de acordo com a classificação contábil a seguir:

Código	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	45.878,28	3.823,19
33.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	13.691,40	1.140,95
44.71.70.00.00	Rateio Pela Participação Em Consórcio Público	11.289,36	940,78
	Total	70.859,04	5.904,92

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante a verificação do Contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento do valor contratual previsto será feito mensalmente, no valor de R\$ 5.904,92 (Cinco Mil e novecentos e quatro reais e noventa e dois centavos), contadas a partir do mês de janeiro de 2016, vencíveis até o décimo dia útil do mês subsequente, operacionalizando-se por meio do pagamento através de depósito no Banco do Brasil Agência 0644-0 Conta Corrente 37.607-8 ou boleto bancário emitido pelo Contratado.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos financeiros constantes na Lei nº 1.333/2015, de 27 de novembro de 2015 (Lei Orçamentária), na dotação orçamentária:

10.01.08.243.0017.2.034 - Apoio as Ações à Criança e ao Adolescente

3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 0

3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 0

4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 0

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

Constitui obrigação do Contratado a prestação adequada do objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato Público e Estatuto Social.

Parágrafo único. Constituem-se em obrigações da Contratante as constantes neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos trabalhos do Contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do Contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao Contratado, o qual se submeterá a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela Contratante.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina. Parágrafo único. Preferencialmente a intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes a Assembléia Geral do Contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em quatro vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Capinzal/SC, 04 de janeiro de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN Presidente Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	ANDEVIR ISGANZELLA Prefeito Município de Capinzal
-----------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

Testemunhas:

Benjamin Borsoi 386.971.229-53	Elena Casagrande Rech
-----------------------------------	-----------------------

FMS CREDENCIAMENTO 001/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016
PARA LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

I – DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto: Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para realização de exames de análises clínicas para a Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, durante o ano de 2016.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2016.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 22/01/2016 até 31/12/2016, no horário de expediente em vigor, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Secretaria da Saúde, sala da diretoria administrativa, RUA ALEXANDRE THOMAZONI, 120 – andar térreo da Câmara de Vereadores.

HORÁRIO: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

TELEFONE: 3555 8787

Capinzal – SC, 19 de janeiro de 2016.

ORLANDO THOLL

Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social

PMC CONTRATO 0005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0005/2016		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTD		
Valor : 25.083,98 (vinte e cinco mil e oitenta e três reais e noventa e oito centavos)		
Vigência : Início: 19/01/2016 Término: 19/01/2017		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016 Processo_Licitatório....: 0003 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 19 de Janeiro de 2016		

PMC CONTRATO 0006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0006/2016		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: CAPINZAL CENTER LTDA		
Valor : 107.229,30 (cento e sete mil duzentos e vinte e nove reais e trinta centavos)		
Vigência : Início: 19/01/2016 Término: 19/01/2017		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016 Processo_Licitatório.....: 0003 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 19 de Janeiro de 2016		

PMC CONTRATO 0009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0009/2016		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME		
Valor : 1.402,00 (um mil quatrocentos e dois reais)		
Vigência : Início: 19/01/2016 Término: 19/01/2017		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016 Processo_Licitatório.....: 0003 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 19 de Janeiro de 2016		

PMC CONTRATO 0007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0007/2016		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: DOLMORA & MASSON LTDA		
Valor : 90.124,50 (noventa mil cento e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)		
Vigência : Início: 19/01/2016 Término: 19/01/2017		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016 Processo_Licitatório.....: 0003 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 19 de Janeiro de 2016		

PMC CONTRATO 0010/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0010/2016		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME		
Valor : 1.156,02 (um mil cento e cinquenta e seis reais e dois centavos)		
Vigência : Início: 19/01/2016 Término: 19/01/2017		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016 Processo_Licitatório.....: 0003 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 19 de Janeiro de 2016		

PMC CONTRATO 0008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0008/2016		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: MERCADO MUNARI LTDA - ME		
Valor : 48.997,95 (quarenta e oito mil novecentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos)		
Vigência : Início: 19/01/2016 Término: 19/01/2017		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016 Processo_Licitatório.....: 0003 / 2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 19 de Janeiro de 2016		

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0019/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0017/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0019/2016

Pregão Presencial Nº 0017/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para confecção do bolo em comemoração aos 67º (Sexagésimo sétimo) Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Capinzal/SC, a ser distribuído para a população no dia 14 de fevereiro de 2016, na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favoritto. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 04/02/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 20 de janeiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC TERMO ADITIVO 001/2016 C260

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2016 C260 - Contrato Nº: 0260/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: ENERBRAS INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	
Valor : 0,00 (zero)	
Vigência : Início: 19/01/2016 Término: 19/02/2016	
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2015 Processo_Licitatório.....: 000148 / 2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 19/02/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 19 de Janeiro de 2016	

PORTARIA 0011/2016

PORTARIA Nº 011, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129 de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Fernanda Viera, matrícula nº 410122/01, no cargo de provimento em comissão de Diretor do PROCON, nível CC – 3, conforme o anexo III-A da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 06 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de janeiro de 2016

Capinzal – SC, em 06 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Fernanda Viera

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srta. Fernanda Viera, matrícula nº 4100311/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor do PROCON, nomeada pela Portaria nº 011, de 06 de janeiro de 2016.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 06 de janeiro de 2016

Empossado

Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAIS: 10 E 12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL: 10/2016

PROCESSO: 9/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL 9/2016, tipo MENOR PREÇO, objetivando a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO: UTILITÁRIO/PICK-UP, CABINE DUPLA, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 01/02/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 20 de janeiro, 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL: 11/2016

PROCESSO: 12/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL 11/2016, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 03/02/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 20 de janeiro, 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

PP: 10/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 10/2016

PROCESSO: 11/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL 10/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE INTERNET VIA RADIO NA EXTENSÃO TOTAL DO MUNICÍPIO E MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES E PERIFERICOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 02/02/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 20 de janeiro, 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016

O Município de Chapadão do Lageado - SC, através do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços especializados na área da saúde, no período de 20 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. ESPECIALIDADE: a) Ortopedia. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, no período de 20 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 20 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 026/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 026/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, SINARA REGINA PRIM DE MELLO, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 20 de janeiro de 2016, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2014/2015, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 027/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, CAMILA MOMM, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 20 de janeiro de 2016, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2014/2015, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO N.º01-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATOS N.º01/2016.

Na Edição nº 1913 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 19.01.2016, p.157,

Onde se lê:

Contratada: MARCIA M. DA SILVA CIA LTDA – INFO DIGITALE.

Objeto: Sistema de informática (GEDOC) Gerenciador eletrônico de documentos); Publicação e Hospedagem da Legislação (gedoc Net LE).

Leia-se: Contratada: EMPRESA INFO DIGITALE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA – ME.

Objeto: 1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo LE) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Certidões, Contratos, Convênios, Ofícios / Correspondências enviadas e recebidas, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Lei Orgânica, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Proposição / Pedido de Providências, Projetos de Lei / Leis, Portarias, Protocolo, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet LE) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos, Portarias, Resoluções e Atas no Servidor Web da CONTRATADA, as Indicações, Moções, Pedidos de Informação e Requerimentos serão publicadas apenas com a Base de dados e as devidas redações, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 4000Mb (quatro mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

André Sebold

Presidente

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO N.º02-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATOS N.º02/2016.

Na Edição nº 1913 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 19.01.2016, p.157,

Onde se lê:

Objeto: Serviços de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do programa de Gestão das Câmaras de Vereadores constante no "Caderno de serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Leia-se:

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades:

I -promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina;

II -inclusão digital das Câmaras de Vereadores;

III -disponibilização de informações e serviços ao cidadão;

IV -acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;

V -divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;

VI -promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal;

VII -economia dos recursos públicos.

Parágrafo único.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no "Caderno de Serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

André Sebold

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2016 - FMS

Objeto: contratação de empresa (material, mão de obra) para a compra de mobiliário sob medida para a Unidade Sanitária Central, localizada à Rua Oswaldo Valentin Zandavalli, nº 160, Centro, Concórdia, SC, através de proposta 10455.823000/1140-09 do Fundo Nacional de Saúde – FNS, Rede de Frios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 02/02/2016.

Início da Sessão: dia 02/02/2016, às 08h e 30min, no endereço

eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à

disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br.

Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 19 de janeiro de 2016.

MARIA CRISTINA BERTA

Gestora do FMS em exercício

BOLSA FAMÍLIA- IGD 10ª PARCELA 2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGD-BF, repasse no valor de R\$ 2.862,45 (dois mil oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 19 de janeiro de 2016.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

BPC ESCOLA 12ª 2015 PARCELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS BPC na Escola, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais).

Concórdia SC, 19 de janeiro de 2016.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

PFMC-MSE 7ª 2015 À 12ª 2015 PARCELAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PFMC/MSE, no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 19 de janeiro de 2016.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 6/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 6/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

Concede reajuste para os benefícios dos servidores aposentados e pensionistas do Anexo Único desta Portaria; dá outras providências.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Nota Explicativa nº 02/2008 CGNAL/DRPSP/SPS/MPS, de 5 de dezembro de 2008 e na Portaria Interministerial nº 1, de 8 de janeiro de 2016, dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e da Fazenda.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder reajuste para os benefícios dos servidores aposentados e pensionistas que não possuem a garantia da paridade de revisão, de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 19 de janeiro de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

ANEXO ÚNICO

Nome	Benefício	Reajuste (%)
Adail Ferreira Reali	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Adelia de David	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Alceno Jung	Aposentadoria Compulsória	11,28
Alvair dos Santos	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Amauri Hirt de Araujo	Pensão por Morte	11,28
Ana Iora Hengen	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Ana Iora Hengen	Pensão por Morte	11,28
Antoninha Zelinda Alves	Pensão por Morte	11,28
Artemio Cavalli	Pensão por Morte	11,28
Claudio Pegoraro	Pensão por Morte	11,28
Claudiomir Boscatto	Pensão por Morte	11,28
Dilema Anna Andretta	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Dirce Noemy Kapp	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Dirlei Fátima Cella	Pensão por Morte	11,28
Dorvalina Dalmaso	Aposentadoria por Idade	11,28
Dorvalino Lupato de Moraes	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Edevilda Salete Casa-grande	Aposentadoria por Tempo de Contribuição	11,28
Elia Kochem	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Erna Kruger Santana	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Ertile Reginatto	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Eva Kriga de Oliveira	Pensão por Morte	11,28
Fabricio de Vargas	Pensão por Morte	11,28
Flávio Luís Kirsten	Pensão por Morte	11,28
Gerson das Neves Machado	Pensão por Morte	11,28
Ilse Griebeler	Pensão por Morte	11,28
Ilsi Olivia Dick Voss	Pensão por Morte	11,28
Inez Anater Dalla Costa	Aposentadoria Compulsória Proporcional	11,28
Iracilde Petrolí	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Isabel da Silva	Pensão por Morte	11,28
Ivone Allievi Frizon	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Ivone Luiza Conti	Pensão por Morte	11,28
Izaura Oliveira Gonçalves	Pensão por Morte	11,28
Jandira de Oliveira	Pensão por Morte	11,28
Jardel Conti Saibel	Pensão por Morte	11,28
João Rodolfo Benini Gasparini	Pensão por Morte	11,28
Jonathan Hirt de Araujo	Pensão por Morte	11,28
Jucinei Gasparini	Pensão por Morte	11,28
Juvitá Massimiano Lombe	Pensão por Morte	11,28
Leonilda Anater Cassol	Pensão por Morte	11,28
Loreci Rodrigues Fernandes	Pensão por Morte	11,28
Luana Hirt de Araujo	Pensão por Morte	11,28
Mafalda Ampessan	Pensão por Morte	11,28
Maria Antonia Bet	Pensão por Morte	11,28
Maria Christina Gastmann	Pensão por Morte	11,28
Maria Silvestrin Lazzarin	Pensão por Morte	11,28

Nome	Benefício	Reajuste (%)
Maria Vitória Benini Gasparini	Pensão por Morte	11,28
Marina Hirt de Araujo	Pensão por Morte	11,28
Murilo de Vargas	Pensão por Morte	11,28
Nelda Dick	Pensão por Morte	11,28
Neusa Maria Valentim Tibola	Pensão por Morte	11,28
Nilara Krummenauer Lawrenz	Pensão por Morte	11,28
Odete Valerius Ferri	Pensão por Morte	11,28
Olirides Maria Valcarenghi Keller	Pensão por Morte	11,28
Olita Vivan	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Osvaldina Lourdes Nunes Paludo	Pensão por Morte	11,28
Rosane Hirt	Pensão por Morte	11,28
Salete Thums	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Selvino Candiago	Pensão por Morte	11,28
Soely Maria Hurt	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Soldi Schneider Rossoni	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Therezinha Klassmann Selbach	Pensão por Morte	11,28
Valmir Dal Vesco	Pensão por Morte	11,28
Vanessa Dal Vesco	Pensão por Morte	11,28
Veronica Pigatto	Aposentadoria por Idade Proporcional	11,28
Vitória Lermen	Pensão por Morte	11,28
Walter Blanck	Pensão por Morte	11,28
Vivaldino de Bortoli (2.3.2015)	Aposentadoria por Idade Proporcional	8,40
Heitor Gabriel Sonda (23.4.2015)	Pensão por Morte	6,78
João Barbosa Costa – matrícula 6505-00 (25.4.2015)	Aposentadoria Compulsória	6,78
João Barbosa Costa – matrícula 6505-08 (25.4.2015)	Aposentadoria Compulsória	6,78
Maristela Arruda Ayres (4.5.2015)	Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição	6,03
Marilene de Bona (11.5.2015)	Aposentadoria por Idade Proporcional	6,03
Renati Brückmann (1º.6.2015)	Aposentadoria por Idade Proporcional	4,99
Juraci dos Santos (25.6.2015)	Pensão por Morte	4,99
Enedir Bernardi Sganzerla (1º.9.2015)	Aposentadoria por Invalidez	3,33
Nediana Fatima Matiello Piloni (1º.9.2015)	Aposentadoria por Invalidez	3,33
Mauricio Henrique da Silva (15.10.2015)	Pensão por Morte	2,81
Gemira Lasarin (5.11.2015)	Pensão por Morte	2,02

PORTARIA Nº 7/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 7/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

Complementa benefícios inferiores ao salário mínimo vigente dos servidores aposentados e pensionistas, com direito a paridade, constantes no Anexo Único desta Portaria.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 201, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no Decreto Federal nº 8.618, de 29 de dezembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Complementar os benefícios de aposentadorias e pensões, com direito a paridade, inferiores ao salário mínimo vigente, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 19 de janeiro de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

ANEXO ÚNICO

Nome	Provento (R\$)	Complemento (R\$)	Total (R\$)
Adelia Kalinoski Scapinelo	263,42	616,58	880,00
Alberto Honorio Tiegs	789,31	90,69	880,00
Carmen Magro	632,68	247,32	880,00
Darcy Daltoe Rubini	632,73	247,27	880,00
Delminda de Mello Soares	668,85	211,15	880,00
João Angelo Colombo	306,06	573,94	880,00
João Maria de Lima Guaripuna	572,70	307,30	880,00
Julita Tiecher	752,61	127,39	880,00
Loreci de Castro Knob	783,57	96,43	880,00
Marcelino Leite de Godoy	747,64	132,36	880,00
Normelia Mafalda Heinrichs	696,00	184,00	880,00
Romilda Balbinot Bolsi	782,50	97,50	880,00
Tereza Duarte de Souza	776,41	103,59	880,00
Vanilse Teresinha Massoco	639,73	240,27	880,00
Wilma Duarte Zanatta	739,79	140,21	880,00

Coronel Martins

PREFEITURA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	164.725,00	164.725,00	194.243,09	117,92
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	40.950,00	40.950,00	27.471,17	67,08
1.1.1- IPTU	35.700,00	35.700,00	27.179,45	76,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.050,00	1.050,00	291,72	27,78
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	23.100,00	23.100,00	41.572,21	179,97
1.2.1- ITBI	23.100,00	23.100,00	41.572,21	179,97
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	56.575,00	56.575,00	42.813,71	75,68
1.3.1- ISS	55.000,00	55.000,00	42.796,80	77,81
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	525,00	525,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	630,00	630,00	11,59	1,84
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	420,00	420,00	5,32	1,27
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	44.100,00	44.100,00	82.386,00	186,82
1.4.1- IRRF	44.100,00	44.100,00	82.386,00	186,82
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.278.500,00	10.278.500,00	9.467.895,91	92,11
2.1- Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	6.217.112,77	91,43
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	5.889.058,61	86,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	69.725,86	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	258.328,30	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.300.000,00	3.300.000,00	3.071.187,13	93,07
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº97/1996	16.800,00	16.800,00	11.912,60	70,91
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	42.000,00	42.000,00	47.269,05	112,55
2.5- Cota-Parte ITR	4.200,00	4.200,00	4.685,63	111,56
2.6- Cota-Parte IPVA	115.500,00	115.500,00	115.728,73	100,20
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.443.225,00	10.443.225,00	9.662.139,00	92,52
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	197.300,00	197.300,00	232.581,13	117,88
5.1- Transferências do Salário-Educação	86.100,00	86.100,00	101.989,10	118,45
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	44.000,00	44.000,00	23.391,03	53,16
5.4- Transferências Diretas - PNATE	63.000,00	63.000,00	107.201,00	170,16
5.5- Outras Transferências do FNDE	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	99.750,00	99.750,00	782.115,95	784,08
6.1- Transferências de Convênios	99.750,00	99.750,00	651.615,49	653,25
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	130.500,46	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	297.050,00	297.050,00	1.014.697,08	341,59

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.055.700,00	2.055.700,00	1.828.879,48	88,97
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	1.179.240,49	86,71
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	660.000,00	660.000,00	614.111,71	93,05
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.360,00	3.360,00	2.382,21	70,90
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	8.400,00	8.400,00	8.913,61	106,11
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	840,00	840,00	937,11	111,56
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	23.100,00	23.100,00	23.294,35	100,84
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	803.250,00	803.250,00	871.754,06	108,53
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	798.000,00	798.000,00	871.754,06	109,24
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.257.700,00	-1.257.700,00	-957.125,42	76,10
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	561.750,00	640.279,53	640.279,53	100,00	640.279,53	100,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	561.750,00	640.279,53	640.279,53	100,00	640.279,53	100,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	241.500,00	230.593,89	230.458,01	99,94	230.458,01	99,94	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	241.500,00	230.593,89	230.458,01	99,94	230.458,01	99,94	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	803.250,00	870.873,42	870.737,54	99,98	870.737,54	99,98	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							870.737,54
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							73,45
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							26,44
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,12
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.610.806,25		2.610.806,25		2.415.534,75	92,52	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00	40.000,00	38.299,74	95,75	38.299,74	95,75	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.030.875,00	2.101.875,32	2.039.862,76	97,05	2.012.962,76	95,77	26.900,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	803.250,00	870.873,42	870.737,54	99,98	870.737,54	99,98	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.227.625,00	1.231.001,90	1.169.125,22	94,97	1.142.225,22	92,79	26.900,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.070.875,00	2.141.875,32	2.078.162,50	97,03	2.051.262,50	95,77	26.900,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-957.125,42
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-957.125,42
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37)							3.035.287,92
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							31,41
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	86.100,00	107.177,36	106.071,21	98,97	106.071,21	98,97	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	210.950,00	954.571,05	385.472,66	40,38	385.472,66	40,38	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	297.050,00	1.061.748,41	491.543,87	46,30	491.543,87	46,30	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.367.925,00	3.203.623,73	2.569.706,37	80,21	2.542.806,37	79,37	26.900,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		871.754,06	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		871.754,06	0,00

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

RUDINEI SMANIOTTO
CONTROLADOR INTERNO

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do art. 212 da CF/1988

⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/4				

Continuação 2/4

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015		2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2015 Até o Bimestre/2014
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de Coronel Martins - SC
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTI PREFEITO MUNICIPAL	EDERSON DA SILVA PRADO CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	RUDINEI SMANOTTO CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	-------------------------------------------------------	-----------------------------------------

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/ BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de Coronel Martins - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		10.830.465,00		
Previsão Atualizada		10.830.465,00		
Receitas Realizadas		12.077.488,35		
Déficit Orçamentário		136.157,64		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		477.908,20		
DESPESAS				
Dotação Inicial		10.830.465,00		
Créditos Adicionais		2.547.400,77		
Dotação Atualizada		13.377.865,77		
Despesas Empenhadas		12.213.645,99		
Despesas Liquidadas		11.699.453,33		
Despesas pagas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		514.192,66		
Superavit Orçamentário		378.035,02		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		12.213.645,99		
Liquidadas		11.699.453,33		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		514.192,66		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		10.281.334,81		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-525.723,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-328.073,14	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	167.341,49	0,00	0,00	167.341,49
EXECUTIVO	167.341,49	0,00	0,00	167.341,49
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	185.450,00	0,00	185.450,00	0,00
EXECUTIVO	185.450,00	0,00	185.450,00	0,00
TOTAL:	352.791,49	0,00	185.450,00	167.341,49
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.035.953,84	25%	31,42
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		640.279,53	60%	73,45
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.672.494,44	716.630,60	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Coronel Martins - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.993.798,47	15,00		
		21,36			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

RUDINEI SMANIOTTO
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ATÉ O 2º SEMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		10.281.334,81
DESPESAS COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP		53,71
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida		-2,48
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		120,00
GARANTIA DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00
RESTOS A PAGAR		
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO		514.192,66
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		518.510,23
Valor Total		

FONTE:

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	578.243,53	578.243,53	430.555,55
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	578.243,53	578.243,53	430.555,55
Interna	578.243,53	578.243,53	430.555,55
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	307.816,70	—	685.851,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	493.266,70	537.967,78	693.572,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	185.450,00	674.164,71	7.720,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	270.426,83	578.243,53	-255.296,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.953.125,17	10.043.304,41	10.281.334,81
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,81%	5,76%	4,19%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	2,72%	5,76%	-2,48%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	11.943.750,20	12.051.965,29	12.337.601,77
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	10.749.375,18	10.846.768,76	11.103.841,59

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	578.243,53	578.243,53	430.555,55
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	78.243,53	78.243,53	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	78.243,53	78.243,53	0,00
Previdenciárias	78.243,53	78.243,53	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	500.000,00	500.000,00	430.555,55

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	136.196,93	0,00
DEPÓSITOS	0,00	35.379,09	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	167.341,49	1.193.393,41	681.534,15

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JULHO/2014 A JUNHO/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.086.113,14	0,00
Pessoal Ativo	5.033.458,14	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	52.655,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.086.113,14	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.043.304,41	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.086.113,14	50,64
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.025.982,65	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.724.683,51	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.423.384,38	54,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Transito - Militar	2.159,76	0,00	0,00	0,00	0,00	2.159,76	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do FUNDE	416.451,79	0,00	0,00	0,00	0,00	416.451,79	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/U	30.603,64	0,00	0,00	0,00	0,00	30.603,64	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios – União/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios – União/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios – Estado/Outros	130.803,99	0,00	0,00	0,00	0,00	130.803,99	482.241,65	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - União Educação	6,09	0,00	0,00	0,00	0,00	6,09	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - União/outros	4.075,20	0,00	0,00	167.341,49	0,00	(163.266,29)	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB - remuneração dos profissionais do f	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educ	1.015,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015,72	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/E	17.721,56	0,00	0,00	0,00	0,00	17.721,56	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	10.135,18	0,00	0,00	0,00	0,00	10.135,18	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	30.133,15	0,00	7.720,83	0,00	0,00	22.412,32	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	643.106,08	0,00	7.720,83	167.341,49	0,00	468.043,76	482.241,65	0,00	0,00	

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	20.338,66	0,00	0,00	0,00	0,00	20.338,66	0,00	0,00
Convênio de Transito - Civil	2.272,28	0,00	0,00	0,00	0,00	2.272,28	0,00	0,00
Convênio de Transito - Prefeitura	2.143,87	0,00	0,00	0,00	0,00	2.143,87	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Expl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.900,00	0,00
Recetas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	154,56	0,00	0,00	0,00	0,00	154,56	0,00	0,00
Recursos Ordinários	25.486,45	0,00	0,00	0,00	0,00	25.486,45	5.051,01	0,00
Salário Educação	69,51	0,00	0,00	0,00	0,00	69,51	0,00	0,00
Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	1,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1,14	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - outras despesas da Educação Bás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	50.466,47	0,00	0,00	0,00	0,00	50.466,47	31.951,01	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	693.572,55	0,00	7.720,83	167.341,49	0,00	518.510,23	514.192,66	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 3/3
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	9.953.125,17	10.043.304,41	10.281.334,81
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.189.687,54	2.209.526,97	2.261.893,66
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	1.970.718,78	1.988.574,27	2.035.704,29
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE:			

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/ SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/ SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	78.243,53	78.243,53
Parcelamentos de Dívidas	78.243,53	78.243,53
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	78.243,53	78.243,53
Previdenciárias	78.243,53	78.243,53
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.281.334,81	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.645.013,57	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.480.512,21	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	719.693,44	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	78.243,53	0,76

FONTE:

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		R\$ 1,00						
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		10.830.465,00	10.830.465,00	3.249.758,43	30,01	12.077.488,35	111,51	-1.247.023,35
RECEITAS CORRENTES		10.830.465,00	10.830.465,00	2.020.455,62	18,66	10.281.334,81	94,93	549.130,19
RECEITA TRIBUTÁRIA		212.400,00	212.400,00	46.296,26	21,80	213.572,99	100,55	-1.172,99
IMPOSTOS		157.900,00	157.900,00	45.914,88	29,08	193.934,46	122,82	-36.034,46
TAXAS		29.300,00	29.300,00	380,38	1,30	19.638,53	67,03	9.661,47
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		25.200,00	25.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		22.680,00	22.680,00	99.045,77	436,71	261.359,95	1.152,38	-238.679,95
RECEITA PATRIMONIAL		22.680,00	22.680,00	99.045,77	436,71	261.359,95	1.152,38	-238.679,95
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.050,00	1.050,00	500,00	47,62	8.897,72	847,40	-7.847,72
RECEITA AGROPECUÁRIA		1.050,00	1.050,00	500,00	47,62	8.897,72	847,40	-7.847,72
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS		64.050,00	64.050,00	12.451,45	19,44	93.294,83	145,66	-29.244,83
RECEITA DE SERVIÇOS		10.169.400,00	10.169.400,00	1.848.923,26	18,18	9.594.260,88	94,34	575.139,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		10.069.650,00	10.069.650,00	1.848.923,26	18,36	9.594.260,87	95,28	475.389,13
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		99.750,00	99.750,00	0,00	0,00	0,01	0,00	99.749,99
TRANSF. DE CONV.		348.285,00	348.285,00	13.239,88	3,80	109.948,44	31,57	238.336,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		20.055,00	20.055,00	542,05	2,70	10.883,46	54,27	9.171,54
MULTAS E JUROS DE MORA		3.150,00	3.150,00	0,00	0,00	1.487,26	47,21	1.662,74
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		17.430,00	17.430,00	4.886,14	28,03	35.562,74	204,03	-18.132,74
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		307.650,00	307.650,00	7.811,69	2,54	62.014,98	20,16	245.635,02
RECEITAS DIVERSAS		0,00	0,00	1.229.302,81	0,00	1.796.153,54	0,00	-1.796.153,54
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	1.229.302,81	0,00	1.796.153,54	0,00	-1.796.153,54
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	1.229.302,81	0,00	1.796.153,54	0,00	-1.796.153,54
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		0,00	0,00	1.229.302,81	0,00	1.796.153,54	0,00	-1.796.153,54
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		10.830.465,00	10.830.465,00	3.249.758,43	30,01	12.077.488,35	111,51	-1.247.023,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.830.465,00	10.830.465,00	3.249.758,43	30,01	12.077.488,35	-1.247.023,35
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	136.157,64	—
TOTAL VII = (V + VI)	10.830.465,00	10.830.465,00	3.249.758,43	30,01	12.213.645,99	-1.383.180,99
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	733.370,27	—	—	477.908,20	—
Superávit Financeiro	—	733.370,27	—	—	477.908,20	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.830.465,00	13.377.865,77	2.373.461,24	12.213.645,99	1.164.219,78	2.191.186,98	11.699.453,33	1.678.412,44	11.691.732,50	514.192,66
DESPESAS CORRENTES	10.430.945,00	10.982.440,73	1.571.202,35	10.541.151,55	441.289,18	1.843.181,96	10.509.200,54	473.240,19	10.501.473,71	31.951,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.783.300,00	5.703.028,45	1.167.966,89	5.568.318,82	134.709,63	1.180.075,19	5.568.318,82	134.709,63	5.568.318,82	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	112.000,00	12.904,21	0,00	0,00	12.904,21	0,00	0,00	12.904,21	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.535.645,00	5.266.508,07	403.235,46	4.972.832,73	293.675,34	663.106,77	4.940.881,72	325.626,35	4.933.160,89	31.951,01
DESPESAS DE CAPITAL	393.220,00	2.389.125,04	802.258,89	1.672.494,44	716.630,60	348.005,02	1.190.252,79	1.198.872,25	1.190.252,79	482.241,65
INVESTIMENTOS	263.220,00	2.259.125,04	802.258,89	1.603.049,99	656.075,05	320.227,24	1.120.808,34	1.138.316,70	1.120.808,34	482.241,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	130.000,00	130.000,00	0,00	69.444,45	60.555,55	27.777,78	69.444,45	60.555,55	69.444,45	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	0,00	0,00	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.830.465,00	13.377.865,77	2.373.461,24	12.213.645,99	1.164.219,78	2.191.186,98	11.699.453,33	1.678.412,44	11.691.732,50	514.192,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ³ (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.830.465,00	13.377.865,77	2.373.461,24	12.213.645,99	1.164.219,78	2.191.186,98	11.699.453,33	1.678.412,44	0,00	514.192,66
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	378.035,02	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.830.465,00	13.377.865,77	2.373.461,24	12.213.645,99	—	2.191.186,98	12.077.488,35	—	11.691.732,50	514.192,66

FONTE:

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETO PREFEITO MUNICIPAL	EDERSON DA SILVA PRADO CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	RUDINEI SMANIOTTO CONTADOR INTERNO
--------------------------------------	-------------------------------------------------------	---------------------------------------

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre			Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	10.830.485,00	13.377.865,77	2.373.461,24	12.213.945,99	100,00	1.164.219,78	11.699.453,33	1.678.412,44	514.192,66	
Legislativa	561.750,00	561.750,00	104.625,91	541.249,68	4,43	20.500,32	126.330,12	20.500,32	0,00	
Ação Legislativa	561.750,00	561.750,00	104.625,91	541.249,68	4,43	20.500,32	126.330,12	20.500,32	0,00	
Administração	1.610.750,00	1.659.781,20	191.478,04	1.626.580,85	13,32	33.200,35	265.259,16	38.251,36	5.051,01	
Administração Geral	1.610.750,00	1.659.781,20	191.478,04	1.626.580,85	13,32	33.200,35	265.259,16	38.251,36	5.051,01	
Segurança Pública	24.600,00	24.600,00	1.874,70	22.356,33	0,18	2.241,67	3.527,49	2.241,67	0,00	
Policimento	14.100,00	14.100,00	50,20	13.922,33	0,11	1.775,67	1.702,99	1.775,67	0,00	
Defesa Civil	10.500,00	10.500,00	1.824,50	8.436,00	0,07	2.094,00	1.824,50	2.094,00	0,00	
Assistência Social	598.880,00	572.003,28	84.334,52	543.981,77	4,45	28.021,51	99.526,49	28.021,51	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	112.050,00	112.050,00	16.742,25	92.273,23	0,76	19.776,77	16.742,25	19.776,77	0,00	
Assistência Comunitária	396.630,00	459.953,28	67.592,27	451.708,54	3,70	8.244,74	82.784,24	8.244,74	0,00	
Saúde	2.713.250,00	3.010.633,80	366.887,94	2.860.102,67	23,42	150.531,13	483.660,33	150.531,13	0,00	
Atenção Básica	2.570.610,00	2.813.534,90	288.702,04	2.696.797,55	22,08	116.737,35	403.666,09	116.737,35	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.075,00	12.075,00	723,00	11.963,50	0,10	111,50	723,00	111,50	0,00	
Vigilância Sanitária	9.450,00	30.882,55	21.142,07	27.457,56	0,22	2.624,99	21.168,40	2.624,99	0,00	
Vigilância Epidemiológica	17.115,00	42.367,66	26.696,68	41.127,58	0,34	1.240,08	28.403,66	1.240,08	0,00	
Alimentação e Nutrição	104.000,00	112.573,69	29.651,15	82.756,48	0,68	29.817,21	29.689,18	29.817,21	0,00	
Educação	2.344.925,00	3.390.540,88	497.577,87	2.777.634,46	22,74	612.906,42	514.703,89	639.806,42	26.900,00	
E Ensino Fundamental	2.323.925,00	3.390.540,88	497.577,87	2.777.634,46	22,74	612.906,42	514.703,89	639.806,42	26.900,00	
E Ensino Médio	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	178.500,00	1.118.132,80	794.050,39	1.043.088,80	8,54	75.044,00	317.228,20	557.285,65	482.241,65	
Infra-Estrutura Urbana	52.500,00	984.353,32	794.050,39	930.108,80	7,62	54.244,52	311.806,74	536.486,17	482.241,65	
Serviços Urbanos	117.600,00	117.624,78	0,00	105.000,00	0,86	12.624,78	5.419,46	12.624,78	0,00	
Transporte Rodoviário	8.400,00	16.154,70	0,00	7.980,00	0,07	8.174,70	7.980,00	8.174,70	0,00	
Habituação	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habituação Urbana	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	12.600,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	12.600,00	0,00	
Agricultura	985.300,00	1.235.512,50	130.588,91	1.123.130,53	9,20	112.381,97	134.401,60	112.381,97	0,00	
Extensão Rural	665.500,00	946.712,50	130.963,07	833.981,11	6,83	111.731,39	134.267,18	111.731,39	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	289.800,00	289.800,00	-374,16	289.146,42	2,37	650,58	289.146,42	650,58	0,00	
Transporte	1.357.2710,00	1.232.200,63	128.220,83	1.205.026,69	9,87	27.173,94	137.689,37	27.173,94	0,00	
Transporte Rodoviário	1.357.2710,00	1.232.200,63	128.220,83	1.205.026,69	9,87	27.173,94	137.689,37	27.173,94	0,00	
Desporto e Lazer	161.600,00	248.252,42	31.889,09	238.521,67	1,95	9.730,75	238.521,67	9.730,75	0,00	
Desporto Comunitário	161.600,00	248.252,42	31.889,09	238.521,67	1,95	9.730,75	238.521,67	9.730,75	0,00	
Encargos Especiais	355.000,00	305.556,26	41.943,04	231.970,54	1,90	73.587,72	75.656,52	73.587,72	0,00	
Outros Encargos Especiais	355.000,00	305.556,26	41.943,04	231.970,54	1,90	73.587,72	75.656,52	73.587,72	0,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.830.465,00	13.377.865,77	2.373.461,24	12.213.645,99	1.164.219,78	2.191.186,98	11.690.453,33	1.678.412,44	514.192,66
Reserva de Contingência	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00
Reserva de Contingência	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.830.465,00	13.377.865,77	2.373.461,24	12.213.645,99	1.164.219,78	2.191.186,98	11.690.453,33	1.678.412,44	514.192,66

FONTE:

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETO
PREFEITO MUNICIPALEDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7RUDINEI SWANOTTO
CONTROLADOR INTERNO

1) Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agô/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.119.969,36	1.013.669,74	998.533,01	983.467,55	1.086.728,22	998.340,56	918.060,67	1.019.370,61	846.306,96	884.366,62	975.615,38	1.355.583,61	12.110.214,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.102,38	14.043,00	30.071,63	16.678,22	22.471,56	23.399,33	26.238,68	7.989,97	15.814,16	6.406,80	10.149,32	36.145,94	212.400,00
IPI/L	0,00	0,00	0,00	0,00	9.002,67	12.439,81	2.582,42	1.509,19	1.244,42	0,00	379,13	71,81	27.179,45
IRPJ/F	0,00	1.247,54	15.486,56	7.581,62	4.906,10	409,86	11.824,53	2.213,78	5.940,00	5.969,74	6.589,07	20.598,00	82.386,00
I.S.S.	1.428,18	2.981,26	2.062,90	4.414,84	5.316,73	1.638,48	1.633,11	1.736,23	4.579,14	839,06	1.004,48	15.172,39	42.796,80
I.T.B.I.	2.646,00	8.350,00	3.450,00	4.152,21	1.000,00	5.764,00	8.884,00	1.726,00	3.500,00	0,00	2.100,00	0,00	23.100,00
Outras Receitas Tributárias	26,20	1.464,20	9.070,17	529,26	2.246,08	3.148,18	1.424,62	804,77	542,60	0,00	76,64	303,74	19.638,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.075,26	1.653,60	10.577,16	12.651,03	13.280,36	10.525,87	5.030,69	78.424,36	18.940,96	9.144,89	33.026,04	66.019,73	281.359,95
RECEITA AGROPECUÁRIA	700,00	700,00	1.710,00	1.019,72	1.130,00	710,00	500,00	720,00	920,00	280,00	410,00	90,00	1.050,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.549,87	2.497,38	5.209,39	2.775,12	2.303,46	10.362,82	4.993,91	30.805,69	9.227,97	11.141,87	7.589,87	4.861,98	83.294,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.105.954,88	984.717,14	849.750,02	937.899,83	1.036.838,01	938.666,54	876.347,25	881.376,53	796.520,46	854.413,07	920.677,54	1.238.989,09	11.423.140,36
Cota-Parte do FPM	600.282,11	612.828,36	446.105,60	481.279,17	592.056,30	514.986,39	381.609,68	446.532,38	364.087,39	422.839,86	477.629,65	549.719,72	5.889.069,61
Cota-Parte do ICMS	287.285,82	251.783,14	252.845,42	271.775,04	258.691,01	243.187,89	248.467,15	238.343,43	248.561,77	257.815,48	258.247,22	283.153,76	3.071.187,13
Cota-Parte do IPI/VA	6.880,86	9.396,88	11.100,45	11.719,93	15.233,60	10.791,22	12.993,81	10.195,66	11.072,59	7.244,49	5.099,53	4.037,51	115.728,73
Outras Transferências Correntes	128.547,11	35.575,43	66.474,33	88.800,29	89.190,65	93.594,93	159.863,83	110.520,60	97.391,61	85.858,67	101.420,78	354.286,12	1.411.544,55
Transferências de LC 61/1989	5.591,27	3.539,29	3.286,69	4.428,59	3.571,29	3.872,67	3.561,03	3.790,43	3.785,07	4.381,04	3.997,31	3.154,37	47.289,05
Transferências de LC 87/1996	3,03	3,04	0,02	4.294,59	1.091,57	1.078,03	72,52	1.073,65	1.073,65	1.073,65	1.075,20	1.073,65	11.912,60
Transferências do FUNDEB	77.054,68	71.492,00	69.837,51	75.572,22	77.001,19	72.573,41	68.728,56	71.638,56	68.463,33	72.717,75	72.008,22	73.563,96	871.754,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.596,97	10.268,62	11.214,81	12.473,63	10.704,83	13.626,00	4.945,14	20.043,16	4.875,41	2.979,99	3.762,61	9.477,27	106.946,44
DEDUÇÕES (II)	179.797,80	175.894,58	141.888,47	155.478,62	174.039,25	155.054,07	130.996,48	138.048,51	126.194,76	130.063,57	148.385,79	161.387,58	2.055.700,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	179.797,80	175.894,58	141.888,47	155.478,62	174.039,25	155.054,07	130.996,48	138.048,51	126.194,76	130.063,57	148.385,79	161.387,58	2.055.700,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	940.171,56	838.065,16	756.644,54	827.988,93	912.688,97	843.286,49	787.064,19	879.322,10	720.112,20	745.306,05	826.269,59	1.194.196,03	10.830.465,00
FONTE:													
Coronel Martins, 19/01/2016													
DIRETOR FAVRETO	EDERSON DA SILVA PRADO												
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CROSC 028.0610-7												
	RUDINEI SIMANOTTO												
	CONTADOR INTERNO												

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)										R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)			REGISTROS EFETUADOS EM 2015			SALDO TOTAL (c) = (a + b)				
				No Bimestre	Até o Bimestre(b)						
	NADA A DECLARAR										
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTO PREFEITO MUNICIPAL	EDERSON DA SILVA PRADO CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	RUDINEI SMANIOTTO CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	-------------------------------------------------------	------------------------------------------

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAL
E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	2.389.125,04	1.672.494,44	1.190.252,79	482.241,65	716.630,60
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.389.125,04	1.672.494,44	1.190.252,79	482.241,65	716.630,60
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.389.125,04	-1.672.494,44	-	-	-716.630,60

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPALEDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7RUDINEI SMANIOTTO
CONTROLADOR INTERNO

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS
FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS			
								Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				164.725,00		164.725,00		194.243,09	117,92		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				35.700,00		35.700,00		27.179,45	76,13		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				23.100,00		23.100,00		41.572,21	179,97		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				55.000,00		55.000,00		42.796,80	77,81		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				44.100,00		44.100,00		82.386,00	186,82		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				1.575,00		1.575,00		291,72	18,52		
Dívida Ativa dos Impostos				3.780,00		3.780,00		11,59	0,31		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				1.470,00		1.470,00		5,32	0,36		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				10.278.500,00		10.278.500,00		9.139.841,75	88,92		
Cota-Parte FPM				6.800.000,00		6.800.000,00		5.899.058,61	86,60		
Cota-Parte ITR				4.200,00		4.200,00		4.685,63	111,56		
Cota-Parte IPVA				115.500,00		115.500,00		115.728,73	100,20		
Cota-Parte ICMS				3.300.000,00		3.300.000,00		3.071.187,13	93,07		
Cota-Parte IPI-Exportação				42.000,00		42.000,00		47.269,05	112,55		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				16.800,00		16.800,00		11.912,60	70,91		
Desoneração ICMS (LC 87/96)				16.800,00		16.800,00		11.912,60	70,91		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				10.443.225,00		10.443.225,00		9.334.084,84	89,38		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (c)		RECEITAS REALIZADAS			
								Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				632.940,00		632.940,00		766.994,44	121,18		
Provenientes da União				542.640,00		542.640,00		701.669,67	129,31		
Provenientes dos Estados				90.300,00		90.300,00		65.324,77	72,34		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00		0,00		0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				7.350,00		7.350,00		350,22	4,76		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				640.290,00		640.290,00		767.344,66	119,84		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
								Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES				2.552.855,00		2.862.061,23		2.745.212,31	95,92	2.745.212,31	95,92
Pessoal e Encargos Sociais				1.321.950,00		1.179.279,57		1.144.879,57	97,08	1.144.879,57	97,08
Outras Despesas Correntes				1.230.905,00		1.682.781,66		1.600.332,74	95,10	1.600.332,74	95,10
											0,00
											0,00
											0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	52.395,00	31.248,88	28.383,88	90,83	28.383,88	90,83	0,00
Investimentos	52.395,00	31.248,88	28.383,88	90,83	28.383,88	90,83	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.605.250,00	2.893.310,11	2.773.596,19	95,86	2.773.596,19	95,86	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	632.940,00	821.750,11	779.797,72	28,12	779.797,72	28,12	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	632.940,00	810.521,89	768.870,09	27,72	768.870,09	27,72	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	11.228,22	10.927,63	0,39	10.927,63	0,39	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	632.940,00	821.750,11	779.797,72	28,12	779.797,72	28,12	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.972.310,00	2.071.560,00	1.993.798,47	71,88	1.993.798,47	71,88	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (Vi / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴							21,36
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(i) - (15 x VIIb)/100]							593.685,74

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE				
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
0,00	0,00	0,00		0,00				
0,00	0,00	0,00		0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
-	-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) *100				
			2.570.610,00	2.696.797,55		97,10	2.696.797,55	97,10
			12.075,00	11.963,50		0,43	11.963,50	0,43
9.450,00	30.082,55	0,99	27.457,56	0,99				
17.115,00	42.367,66	1,48	41.127,58	1,48				
TOTAL	2.609.250,00	2.898.060,11	2.777.346,19	100,00	0,00			

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".

Continuação 4/4

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

O valor apresentado nesta coluna representa o valor total da despesa com ações e serviços públicos de saúde, conforme definido na Lei nº 141/2012, e deve ser informado quando o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTO PREFEITO MUNICIPAL	EDERSON DA SILVA PRADO CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	RUDINEI SMANIOTTO CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	-------------------------------------------------------	------------------------------------------

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A
DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	578.243,53	536.576,86	430.555,55
DEDUÇÕES (II)	307.816,70	—	685.851,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	493.266,70	502.330,05	693.572,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	185.450,00	815.529,34	7.720,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	270.426,83	536.576,86	-255.296,17
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	270.426,83	536.576,86	-255.296,17

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	-791.873,03	-525.723,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

RUDINEI SMANIOTTO
CONTROLADOR INTERNO

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A
DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014				
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.807.785,00	10.019.974,86	9.936.865,87				
Receita Tributária	212.400,00	213.572,99	181.863,39				
I.P.T.U.	35.700,00	27.179,45	29.712,69				
I.S.S.	55.000,00	42.796,80	34.730,85				
I.T.B.I.	23.100,00	41.572,21	69.970,90				
I.R.R.F.	44.100,00	82.386,00	8.496,47				
Outras Receitas Tributárias	54.500,00	19.638,53	38.952,48				
Receita de Contribuição	12.600,00	0,00	0,00				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00				
Outras Contribuições	12.600,00	0,00	0,00				
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00				
Receita Patrimonial	22.680,00	261.359,95	16.259,30				
(-) Aplicações Financeiras	22.680,00	261.359,95	16.259,30				
Transferências Correntes	10.169.400,00	9.594.260,88	9.596.708,71				
F.P.M.	5.440.000,00	4.709.818,12	4.686.991,05				
I.C.M.S.	2.640.000,00	2.457.075,42	2.457.060,51				
Convênios	99.750,00	0,01	327.260,43				
Outras Transferências Correntes	1.989.650,00	2.427.367,33	2.125.396,72				
Demais Receitas Correntes	413.385,00	212.140,99	158.293,77				
Dívida Ativa	17.430,00	35.562,74	34.211,46				
Diversas Receitas Correntes	395.955,00	176.578,25	124.082,31				
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	1.796.153,54	1.853.089,41				
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	500.000,00				
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	200.130,00				
Transferências de Capital	0,00	1.796.153,54	1.152.959,41				
Convênios	0,00	1.796.153,54	1.152.959,41				
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	1.796.153,54	1.152.959,41				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	10.807.785,00	11.816.128,40	11.089.825,28				
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.982.440,73	10.541.151,55	9.771.796,67	10.509.200,54	9.771.796,67	31.951,01	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.703.028,45	5.568.318,82	4.969.041,26	5.568.318,82	4.969.041,26	0,00	0,00

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.982.440,73	10.541.151,55	9.771.796,67	10.509.200,54	9.771.796,67	31.951,01	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.904,21	0,00	55.801,42	0,00	55.801,42	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.266.508,07	4.972.832,73	4.746.953,99	4.940.881,72	4.746.953,99	31.951,01	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.969.536,52	10.541.151,55	9.715.995,25	10.509.200,54	9.715.995,25	31.951,01	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.389.125,04	1.672.494,44	1.870.979,71	1.190.252,79	1.703.638,22	482.241,65	167.341,49
Investimentos	2.259.125,04	1.603.049,99	1.865.524,41	1.120.808,34	1.698.182,92	482.241,65	167.341,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	130.000,00	69.444,45	5.455,30	69.444,45	5.455,30	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.259.125,04	1.603.049,99	1.865.524,41	1.120.808,34	1.698.182,92	482.241,65	167.341,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.300,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.234.961,56	12.144.201,54	11.581.519,66	11.630.008,88	11.414.178,17	514.192,66	167.341,49
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.427.176,56	-328.073,14	-491.694,38	186.119,52	-324.352,89	11.301.935,74	10.922.483,79
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	477.908,20	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	477.908,20	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							0,00

FONTE:

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

RUDINEI SMANIOTTO
CONTROLADOR INTERNO

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE
SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS						RS 1,00					
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	185.450,00	185.450,00	-	-	-	167.341,49	-	-	-	167.341,49	167.341,49	
	0,00	185.450,00	185.450,00	0,00	0,00	0,00	167.341,49	0,00	0,00	0,00	167.341,49	167.341,49	
	0,00	185.450,00	185.450,00	0,00	0,00	0,00	167.341,49	0,00	0,00	0,00	167.341,49	167.341,49	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.596,88	0,00	0,00	0,00	124.596,88	124.596,88	
	0,00	185.450,00	185.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.744,61	0,00	0,00	0,00	42.744,61	42.744,61	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	185.450,00	185.450,00	0,00	0,00	0,00	167.341,49	0,00	0,00	0,00	167.341,49	167.341,49	167.341,49
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	185.450,00	185.450,00	0,00	0,00	0,00	167.341,49	0,00	0,00	0,00	167.341,49	167.341,49

Fonte:

FONTE:

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTI PREFEITO MUNICIPAL	EDERSON DA SILVA PRADO CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	RUDINEI SMANIOTTO CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	-------------------------------------------------------	------------------------------------------

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTOS FISCAL
E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)							
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 19/01/2016

DIRCEU FAVRETTTO
PREFEITO MUNICIPALEDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7RUDINEI SMANIOTTO
CONTROLADOR INTERNO

Corupá

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 164/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 164/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha – CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS, RECONSTRUÇÃO DE DIVERSOS PONTOS DE ESTRADAS RURAIS DANIFICADAS E/OU DESTRUÍDAS NAS ENXURRADAS DE JUNHO/2014 NAS LOCALIDADES DE RIO NOVO E GUARAJUVA (COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS) NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS, A OBRA SERÁ REALIZADA COM RECURSOS PROVENIENTE DO SC RURAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 07 de Outubro de 2015 até 01 de Junho de 2016.

Data da Assinatura: 07/10/2015

Data da Vigência: 01/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 188/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 188/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha – CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DA RUA 46 - ALBERTO BAUMLE (COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 19 de dezembro de 2015 até 30 de Dezembro de 2016.

Data da Assinatura: 19/12/2015

Data da Vigência: 30/12/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, PARA USO NO PRÉDIO DO QUARTEL DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/02/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 01/02/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Janeiro de 2016.

Aldo Dolberth	Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal e.e.	Pregoeiro

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS. PELO PERÍODO DE 1 ANO. CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 01/02/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 01/02/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 19 de Janeiro de 2016.

José Antonio Guidi	Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal	Pregoeiro

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2015 - PR
CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 55/2015 Processo de Licitação: 55/2015 Data do Processo: 16/12/2015
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 37/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 18 de Janeiro de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 55/2015, Licitação nº. 55/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA (9), VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA (11), ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME (12), SONIA DE FATIMA VIEIRA ME (24), ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA (25), ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA (26), TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME (27), MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME (28), EDGAR ALVES DOS SANTOS (671), ALCEU DE MELO ME (879), NELCI SCOLARO GUETTEN (880), VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME (881), MARCELO FOGAÇA DA ROCHA (1088), NERI DE JESUS (1090), MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI (1256), MARCO ANTONIO ALVES 91054656991 (13317), ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME (13318), SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968 (13319), RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902 (13320), ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982 (13321), NERINO DIAS DE OLIVEIRA (13322).

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- OS PROPONENTES : ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA - ME; AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA - ME; ALCIR DE MELO & CIA LTDA; NERI DE JESUS; SILVANA APARECIDA ROCHA MELO; ALCEU DE MELO - ME; RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA; MARIA FERREIRA DOS SANTOS; ADRIANO ALVES TRANSPORTES - ME; MARCOS ANTONIO DA SILVA - TRANSPORTE ESCOLAR - ME; NERIDO DIAS DE OLIVEIRA; MARCO ANTONIO ALVES; APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO APRAZADO, SENDO CONSIDERADAS HABILITADAS. FINALIZANDO ASSIM A ETAPA DE HABILITAÇÃO. ENCAMINHO O PROCESSO PARA HOMOLOGAÇÃO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 18 de Janeiro de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 047/2015

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Inviolável Três Fronteiras Ltda.

Objeto Locação de vídeo monitoramento para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira SC, Origem: processo licitatório nº. 028/2015

Modalidade: Pregão nº 028/2015- Vigência: 21/01/2016 à 20/06/2016

Valor R\$ 4.320,00 - Dionísio Cerqueira: 15/01/2015

Bruna Dalo – Coordenadora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 011/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social.

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

,Objeto: Locação de software do sistema Betha contabilidade e Betha compras na entidade Fundo Municipal de Assistência Social Valor - R\$ 1.274,12Origem: AF 008/2016 PMAS vigência: 16/01/16 à 15/03/2016. - Dionísio Cerqueira 15/01/2016

Gestora do FMAS - Maria C Wagner Schirmech

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 003/2016

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

Contratado: SBA Abastecedora e Fretes Rodoviários Ltda.

Objeto: Aquisição de Combustíveis para os veículos, caminhões, ônibus e máquinas da Administração Municipal.– Origem: Pregão 003/2016 PMDC – Prefeitura Municipal Valor R\$ 718.250,00 Fundo Municipal de Saúde Valor R\$ 182.380,00 –Fundo Municipal de Assistência Social Valor R\$ 21.866,00 – Hospital Municipal Valor R\$ 742,50. Vigência: 19/01/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 19/01/2016

Flavio Berté – Prefeito Municipal em Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2014

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Prestadora de Serviços Cerqueirense Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana.– Origem: Processo 050/2014 Pregão 050/2014 Valor R\$ 170.973,00. Vigência: 28/01/16 à 27/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 19/01/2016

Flavio Berté – Prefeito Municipal em Exercício

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 11/2016

EXTRATO DO CONTRATO n° 11/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Saúde Fly com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional.

VIGÊNCIA: 01/01/2016, com vigência até 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 7.953,10 (sete mil novecentos e cinquenta e três reais e dez centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONVENIO 002/2016

TERMO DE CONVÊNIO 002/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA E A ASSOCIAÇÃO APRISCO - MANTENEDORA DO LAR APRISCO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, VISANDO O ATENDIMENTO EM ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O município de Faxinal dos Guedes, inscrito no CNPJ nº 83.009.910/0001-62, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Rio Grande do Sul, 50 neste município de Faxinal dos Guedes, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. GENARO COSTA KESKE, adiante nomeado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO – MANTENEDORA DO LAR APRISCO, que atende como abrigo, sito na Rua Odilo Antonio Linck, nº. 1621 Sala 01, CEP 89.930-000, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/RFB sob nº. 11.712.456/0001-09, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. MARCOS CESAR COSTA, brasileiro, empresário, residente na Av. Rio Grande do Sul, nº.231, apartamento Nº231, na cidade de São José do Cedro - SC, portador do CPF sob nº 019.655.139-05 e da Cédula de Identidade sob nº.2.946.665-2, órgão emissor SSP/SC, doravante denominada simplesmente de ASSOCIAÇÃO APRISCO, resolvem celebrar convênio entre si, em conformidade com o disposto na Lei 2.280/2013 e Lei 2.340/2014, nas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES à ASSOCIAÇÃO APRISCO, em contrapartida pelo atendimento de até 04 (quatro) adolescentes de 12 a 17 anos incompletos e excepcionalmente, mediante decisão judicial, até 20 anos de idade, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em regime de acolhimento, encaminhados pelo Poder Judiciário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

a) Repasse mensal no importe de R\$ 3.792,25 (três mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos), por adolescente atendido, durante todo o período de vigência do convênio, cujo valor será atualizado anualmente pelo índice de variação do IGPM verificado no ano anterior.

Sub-Cláusula Primeira: O MUNICÍPIO custeará, ainda:

I - passagens de ônibus, limitada a uma vez por semana, para visita da família, com intuito de manutenção dos vínculos familiares, quando não forem buscados com viatura especial de Conselho Tutelar ou Prefeitura ou ainda de acordo com a determinação Judicial;

II – vestuário de que a criança/adolescente necessite;

III – atendimento médico, medicamentos, exames, consultas e suplementos alimentares não inclusos no atendimento básico do SUS, e que não haja necessidade de AIH.

IV – Material escolar, inclusive mochila.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

a) Os recursos financeiros destinados ao atendimento dos serviços ora criados serão os de origem própria ou de transferências de

qualquer origem.

b) Os recursos orçamentários destinados ao atendimento do objetivo do presente Convênio serão os previstos no orçamento do Município.

c) Caso o Município, em dado momento, não utilize todas as vagas com adolescentes residentes em seu território, poderá, excepcionalmente, cedê-las aos demais municípios da comarca de Xanxerê mediante pagamento das despesas correspondentes.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

a) Depositar mensalmente, no primeiro dia útil do mês subsequente, na conta bancária em nome da ASSOCIAÇÃO APRISCO/XANXERÊ, Conta Corrente nº 1562-8, Operação 003 Agência nº1885, Caixa Econômica Federal de São José do Cedro, SC. A quantia devida ao cumprimento do prescrito neste ato avençatório.

a) Participar da elaboração e execução das ações que lhe couberem.

b) Supervisionar, acompanhar e proceder à avaliação, emitindo relatório com os resultados obtidos.

c) Dar o cumprimento fiel às condições avençadas no presente instrumento.

Sub-Cláusula primeira: A conveniente se obriga:

a) A retirar o(s) acolhido(s) da instituição no prazo máximo de 02 (dois) anos, salvo decisão judicial pela manutenção do(a) adolescente em regime de acolhimento;

b) A encaminhar para a instituição no prazo máximo de 40 (quarenta) dias os laudos, relatórios, informações sobre o processo judicial e demais documentos necessários para contribuir nos relatórios e acompanhamento dos acolhidos;

c) Disponibilizar um endereço eletrônico (e-mail), indicando o servidor municipal responsável pelo contato, destinado ao recebimento dos requerimentos formalizados pela instituição;

d) Anexar ao convênio a lei que autoriza a celebração do convênio, indicando a dotação orçamentária, bem como a resolução ou parecer favorável do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

e) Encaminhar para visita aos acolhidos, os pais ou responsáveis, todos os meses, em dia e horário a ser fixado em comum acordo com a Associação Aprisco, salvo nas hipóteses em que há expressa determinação judicial proibitiva das visitas e contato com os acolhidos;

Sub-cláusula Segunda: O não cumprimento por parte da conveniente em qualquer uma das alíneas mencionadas na sub-cláusula primeira é motivo para rescisão do presente convênio no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

a) Manter conta em instituição financeira oficial, destinada para movimentar os recursos oriundos deste Convênio;

b) Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente convênio;

c) Prestar contas dos recursos recebidos na forma do estabelecido na Lei nº 4.320/64, com a apresentação de relatório de atendimento da criança abrigada, impreterivelmente até o dia 30 de cada mês, sendo tal documento encaminhado ao setor contábil do município, sob pena de não haver o pagamento, com a possibilidade de rescisão imediata do convênio, salvo prejuízo ao adolescente;

d) Dispor de pessoal técnico especializado para bem cumprir o

objeto do presente convênio, de acordo com as exigências legais.

e) Elaborar o Pia e relatório fundamentado, de acordo com o artigo 101, parágrafo 4º e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

f) Colocar a disposição instalações físicas adequadas;

g) Aceitar os adolescentes encaminhados pelo Setor Social/Conselho Tutelar do Município, através do Poder Judiciário da Comarca, de acordo com a disponibilidade de vagas;

h) Aceitar a fiscalização e acompanhamento promovido pela área técnica do serviço do MUNICÍPIO, do Conselho Tutelar, do Ministério Público e do Poder Judiciário;

i) Acompanhar o(a) adolescente quando encaminhado para família acolhedora ou reintegrado na família biológica, em parceria com a Assistência Social do município;

j) Tratar bem os(as) adolescentes acolhidos, proporcionando-lhes todos os cuidados de manutenção e educação, cumprindo o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente;

k) Responsabilizar-se integralmente pelos adolescentes acolhidos.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Convênio em decorrência da vontade das partes.

Sub-Cláusula Primeira: O presente Convênio também poderá ser rescindido unilateralmente, quando as partes assim o desejarem, mediante notificação prévia, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, salvo se ocorrer o descrito na clausula quinta, alínea "b" deste documento.

Sub-Cláusula Segunda: A rescisão do presente convênio, por acordo entre as partes ou por iniciativa unilateral não dará ensejo a qualquer indenização além daquelas decorrentes dos serviços prestados.

Sub-Cláusula Terceira: Caso haja o encerramento das atividades do Lar Aprisco, por força maior, o município se responsabiliza pela retirada dos acolhido(s), no prazo de trinta dias a contar da data do recebimento da notificação.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

a) O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de 12(doze) meses, devendo ser publicado em veículo oficial de publicações dos atos do Governo no Município de Faxinal dos Guedes, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

b) A publicação resumida do termo de convênio, no órgão oficial de divulgação do Município, é condição para a sua eficácia, devendo ser realizada de acordo com o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre partes, o presente Convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termos Aditivos.

CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

Este Convênio será publicado no mural publico desta Prefeitura, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios das questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e de comum acordo, firmam este Termo de Convênio em 05 (cinco) vias de igual teor, forma e um só

efeito, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos, com as testemunhas abaixo.

Município de Faxinal dos Guedes, SC, 12 de janeiro de 2016.

Genaro Costa Keske Prefeito Municipal em Exercício	Marcos Cesar Costa Presidente da Ass. Aprisco
-------------------------------------------------------	--------------------------------------------------

Testemunhas:

Nome CPF nº.

Nome CPF nº.

EDITAL 00052016 - MATERIAL HIGIENE E LIMPEZA SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Presencial nº 0001/2016

Processo licitatório nº: 0005/2016

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de material de expediente destinado as unidades de saúde da secretaria municipal.

Data do recebimento: 01/02/2016 as 09h00min.

Data da Abertura: 01/02/2016 as 09h15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de janeiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIAPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 050/2016

PORTARIA Nº 050/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ROSANGELA BERGONSI, ocupante do Cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 20/01/2016 a 18/02/2016, relativo ao período aquisitivo 01/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 20 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº 03/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 03/2015

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CONTRADADO – ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO – O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis (óleo diesel), para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, durante o exercício de 2016.

VALOR – R\$ 105.200,00 (cento e cinco mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA – 04/01/2016 até 31/12/2016.

DOTAÇÃO - dotação correspondente ao exercício de 2016.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 186/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 24 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 01/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 01/2016

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO – BÚRIGO E ESTEVES KRUGER LTDA ME

DO OBJETO – contratação de empresas para prestar serviços de comunicação multimídia, para instalação de serviço dedicado de conectividade à internet, e de integração das unidades do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 18.348,00 (dezoito mil trezentos e quarenta e oito reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – Dotações orçamentárias do exercício de 2016.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 189/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 04 de janeiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 87/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 87/2015

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO – CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

DO OBJETO – O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa especializada em Gestão Pública para locação de Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública para a Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC, compreendendo conversão, customização, instalação, implantação, treinamento de usuários e locação com manutenção e suporte técnico operacional, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população do município, para o exercício de 2016.

VALOR – R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA – O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial a data de sua assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 40/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 30 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº 02/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 02/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADO – BÚRIGO E ESTEVES KRUGER LTDA ME

DO OBJETO – contratação de empresa para prestar serviços de comunicação multimídia, para instalação de serviço dedicado de conectividade à internet, e de integração das unidades administrativas do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 96.990,00 (noventa e seis mil novecentos e noventa reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – Dotações orçamentárias do exercício de 2016.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 189/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 04 de janeiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº 200/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 200/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO – O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis (óleo diesel, óleo diesel comum S10 e óleo Arla 32), para consumo da frota de veículos do município de Forquilha, durante o exercício de 2016.

VALOR – R\$ 916.550,00 (novecentos e dezesseis mil quinhentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA – 04/01/2016 até 31/12/2016.

DOTAÇÃO - dotação correspondente ao exercício de 2016.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 186/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 24 de dezembro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 100/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 100/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 203/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para construção da Praça do Loteamento Atlanta, com área total de 1.948,64 m², localizada na Rua Pedro Mezzari, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 796123/2013, Processo 1011816-04/2013 firmado junto ao Ministério do Esporte, referente à Esporte e Grandes Eventos Esportivos.

DO PRAZO – Fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de execução do contrato 203/PMF/2014 de 18/11/2015 para 16/02/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 16/05/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 16 de novembro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 27/FMS/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 27/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 12/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PROTESE DENTÁRIA FORQUILHINHA LTDA ME

DO OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de laboratórios especializados na confecção de próteses dentárias, para Municípios conforme programa Brasil-Sorridente, para o exercício de 2015. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 13/FMS/2015 de 31/12/2015 para 29/02/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 21 de dezembro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF Nº 140/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 140/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 13/2014
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

DO OBJETO – Prestação de serviços na Pavimentação asfáltica da Rua 1º de Maio, localizada nos Bairros Saturno e Vila Franca, com extensão de 1.124,60 metros, por meio do Contrato de Repasse nº. 780125/2012, Processo 2624.1001935-07/2012, firmado pelo município de Forquilha/SC e o Ministério das Cidades, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual. (Redação dada pela errata do contrato publicada em 18/03/2014 no Diário Oficial dos Municípios);

DO PRAZO – Fica prorrogado a vigência do contrato para 31/03/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 24 de dezembro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002_2016-AGF

Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0002/2016-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0007/2016 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2016 – PMF

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representado pelo Prefeito, torna público, com fundamento no art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e alterações, a Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2016, cujo objeto é a contratação da empresa AGF – ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA., inscrita no CNPJ de nº 03.910.392/0001-14, para prestação de serviços de operacionalização de 9 (nove) geradores de solo para combate ao granizo, instalados nas Localidades: Barro Preto; Vila Reflor – Butiá Verde; Faxinal dos Domingues; Assentamento Rio Mansinho; Linha Brasília; Nossa Senhora de Saúde; Baia e Taboão, no município de Fraiburgo, durante o período de janeiro de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$ 155.956,32 (cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e trinta e dois centavos, a serem pagos em 08 (oito) parcelas mensais de R\$ 2.059,29 (dois mil e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos) e pela prestação de serviços em 08 (oito) parcelas de R\$ 17.435,25 (dezesete mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Fraiburgo(SC), 08 de janeiro de 2016.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003_2015-EPAGRI

Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0003/2016-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0012/2016 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2016 – PMF

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representado pelo Prefeito, torna público, com fundamento no art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e alterações, a Inexigibilidade de Licitação nº 0012/2016, cujo objeto é a contratação da empresa EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ de nº 83.052.191/0005-96, para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e ações descritas no plano rural de trabalho (PAT), no município de Fraiburgo, durante o período de janeiro de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$ 37.047,00 (trinta e sete mil, quarenta e sete reais), a serem pagos em 11 (onze) parcelas mensais de R\$ 3.367,91 (três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos).

Fraiburgo(SC), 12 de janeiro de 2016.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006_2016-ABDC

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2016 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0022/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
OBJETO: DESPESA COM INSCRIÇÃO DOS PROCURADORES MUNICIPAIS: JOÃO RUDINEI BELOTTO, MARCOS A. M. MIGUEL, SILVANO PELISSARO, SIMARA C.F.DE DEUS E ELTON L. BORRACHINI; E DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO SR. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA NO "XII SIMPÓSIO NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL" A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 26, 27 E 28.05.2016 NO TEATRO GUAÍRA, NA CIDADE DE CURITIBA/PR. CONTRATADA: ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL (CNPJ: 04.475.157/0001-24). VALOR TOTAL: R\$ 3.240,00 (TRÊS MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS). FUNDAMENTO LEGAL: ART. 25 "II" DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

FRAIBURGO(SC), 19 DE JANEIRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001A_2016-PMF

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0001A/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Pregão Presencial nº 0001A/2016 – PMF

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de instrumentos didático-pedagógicos, para distribuição nos Centros de Educação Infantil Pré I (4 anos) e Pré II, nos termos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os Referenciais Curriculares Nacionais e o Plano Municipal de Educação (2015-2025). Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Retificação: Fica alterado o item 4. Objeto da Proposta do anexo II do Edital. Desta forma, como tal alteração implicará na formulação das propostas, a data de abertura do presente Certame passa a ser: A ENTREGA, PROTOCOLO dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" bem como o CREDENCIAMENTO, deverão ser feitos junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC, até as 16:00 horas do dia 03 de fevereiro de 2016, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de janeiro de 2016.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001_2016 RP 0002-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0001/2016 – FMS

Registro de Preços nº 0002/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO a contratação de empresa do ramo na prestação de serviços de equitação, para pacientes do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I de Fraiburgo no âmbito do sus, durante os meses de fevereiro a dezembro de 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 16:00 horas do dia 08.02.2016. Abertura: às 16:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039.Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de janeiro de 2016.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 0071/2016

PORTARIA N.º 0071, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 21 de julho de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício 003/2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOÃO ALVES, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 892.177.139-53, contratado(a) em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2016 até 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0072/2016

PORTARIA Nº 0072, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de MARIA ROSELI DE GOEIS KUHN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 400.755.679-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0073/2016

PORTARIA Nº 0073, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo CT16PMF11, Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2016, Dispensa nº 0006/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para reforma da casa localizada no Loteamento Vila Nova - Fase II, lote 2 Quadra 543 B, referente ao Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, Denominado "Morar Bem", de acordo com os memoriais (ANEXO AO PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

CONTRATO 011/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2016
TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FREI ROGÉRIO/ SC, com endereço na Rua João Batista Pilon, 247, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, portador do CPF nº 569 572 629 87, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA, com sede na Av. Sete de Setembro, nº. 211, sala 107, centro, na cidade de Maravilha – SC inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.732.272/0001-98, neste ato representada por sua Sócia Administrativa, Senhora. JULEIDE INÊS D'AGOSTINI portadora do CPF nº. 589.785.859-49, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- Prestação de serviços de "Coleta, transporte, tratamento (esterilização em AUTOCLAVE) e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde – RSS, sendo os Grupos A1, A4, (Infectante) e E (Perfurocortante)"

1.2 - Prestação de serviços de "Coleta e transporte de Resíduos de Serviço de Saúde – RSS do Grupo B (Químicos e medicamentos)".
Parágrafo Único: As classificações dos resíduos acima descritos estão em conformidade com a RDC nº. 306/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Prestação de Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços referidos na Cláusula Primeira os seguintes valores:

3.1.1 - Para os Resíduos dos Grupos A1, A4 e E, o valor mensal será de R\$ 666,00 (seiscentos e sessenta e seis reais), para um volume de até 600 (seiscentos) litros mensais. Caso o volume ultrapasse a quantidade de 600 litros mensais, será cobrado o valor adicional de R\$ 1,00 (Um real) para cada litro excedente;

3.1.2 - 60% deste valor são relativos aos serviços de Coleta e Transporte e 40% relativo aos serviços de Tratamento e Destinação Final dos RSS.

3.2 - Para os Resíduos do Grupo B (Químicos/Medicamentos) o valor por QUILO (Kg) coletado será de R\$ 6,00 (Seis reais);

3.3 - Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação do serviço mediante a apresentação da nota fiscal, através de crédito bancário em nome da CONTRATADA no BANCO DO BRASIL Agência nº. 0858 – 3 (Ag. Maravilha), Conta Corrente nº. 243.360 – 5;

3.4 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta dos recursos financeiros conforme dotações classificadas e codificadas descritas abaixo:

4.1.1 - Órgão 03 – Fundos Municipais

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade 2.105 – Programa Piso Básico Variável - PMAQ

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0155

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5.1 - O custo apresentado caracterizando o preço unitário (mensal) para a prestação dos serviços será reajustado de acordo com o seguinte critério: Sobre o valor proposto não haverá quaisquer formas de reajuste, salvo, em caso de renovação do contrato, onde os valores serão reajustados pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M acumulado nos últimos doze meses,

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de prestação dos serviços terá sua vigência a partir do dia 19 de janeiro de 2016 e vencimento em 31/12/2016, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 30 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1 - Este contrato poderá ser alterado, de acordo com o artigo nº65 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia e ampla defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

8.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto, até o limite de 6% (seis por cento).

8.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso na coleta dos resíduos e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a CONTRATANTE poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 7.1.1.

8.1.3 - Advertência

8.1.4 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Frei Rogério/SC.

8.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal Senhor ONY BATISTA ALBERTON, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

8.2 - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago a indenização cabível ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias:

9.1.1 - O não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

9.1.2 - O cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

9.1.3 - O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a

sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.4 - Razões de interesse do serviço público.

9.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

9.2.1 - O atraso injustificado na Prestação de Serviços;

9.2.2 - Suspensão, pelas autoridades competentes, da prestação de serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

9.2.3 - A paralisação da prestação de serviço sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;

9.2.4 - O cometimento reiterado de faltas;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

10.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.1 - Utilizar os veículos e equipamentos para a prestação dos serviços de "Coleta, transporte, tratamento (esterilização em AUTOClave) e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde-RSS, sendo os Grupos A1, A4 e E" e de "Coleta e transporte do Grupo B" em conformidade com a RDC nº.306/2004 da ANVISA, observando as normas estabelecidas pelos órgãos de proteção ao meio-ambiente;

10.1.2 - Fornecer as embalagens conforme o pedido "aquisição" para o acondicionamento dos resíduos dos Grupos A1 e A4, de acordo com os padrões determinados pela ABNT, atendendo as necessidades / solicitações da CONTRATANTE;

10.1.3 - Efetuar o recolhimento dos resíduos com a periodicidade quinzenal;

10.1.4 - Informar a CONTRATANTE o cronograma (dias da coleta) em que o veículo responsável irá efetuar a coleta;

10.1.5 - É de sua inteira responsabilidade as despesas com operação e manutenção dos equipamentos utilizados, bem como salários e encargos dos funcionários responsáveis pela a realização do serviço;

10.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.2.1 - Adquirir os recipientes para acondicionar os resíduos dos Grupos E e B, de acordo com as suas necessidades, observando as normas técnicas vigentes e estabelecidas pelos órgãos de proteção ao meio-ambiente e atendendo a NBR 12.808 e correlatas;

10.2.2 - Manter os recipientes bem acondicionados "arrumados" e fechados "lacrados" de forma que não tenha nenhum tipo de infiltração, antes que a CONTRATADA venha efetuar a coleta;

10.2.3 - Colocar nos recipientes somente os resíduos de saúde e jamais misturar outros tipos de materiais como: pilhas, baterias, lâmpadas, isopor, líquidos inflamáveis e outros;

10.2.4 - Efetuar o pagamento dos serviços em uma única parcela, até o 10º (décimo) dia subsequente ao da emissão na nota fiscal;

10.2.5 - No caso de emissão de Certidões Técnicas dos serviços prestados, quitar os débitos inerentes às mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

FREI ROGÉRIO/SC, 19 de Janeiro de 2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Genésio Rinaldi Marcos
CPF: 384.587.809-68

Fernandes Gaspar de Lima
CPF: 665.162.939-53

DECRETO N.º 786/2016 INSTITUI O ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO MUNICÍPIO PARA ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO – UFM.

DECRETO N.º 786/2016 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

INSTITUI O ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO MUNICÍPIO PARA ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO – UFM.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 79, inciso IX da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído como índice oficial de atualização monetária da Unidade Fiscal do Município – UFM de Frei Rogério, na forma do que preconiza o parágrafo único, do artigo 376, do Código Tributário Municipal, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, com acúmulo no ano de 2015 de 11,27% (onze e vinte e sete por cento), passando a UFM para R\$ 18,57 (dezoito reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 2º. Referida instituição do valor disposto no art. 1º deste Decreto terá vigência a partir da data da publicação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário

Frei Rogério, 19 de janeiro de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 002/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 002/2016, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 001/2016, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 02 de fevereiro de 2016, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DIVERSOS PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, ESPORTES, INFRAESTRUTURA, RODOVIÁRIA MUNICIPAL E CASA MORTUÁRIA DO MUNICÍPIO DE GALVÃO, PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 19 de janeiro de 2016.

Altuis Cesar Rebelatto

Prefeito Municipal em Exercício

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR006/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2016

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a locação de estrutura para eventos para atender o Carnaval 2016 do Município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h55min do dia 01/02/2016.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 01/02/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 19 de janeiro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMG N° 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 001/2016

Modalidade: Pregão Presencial Processo nº 054/2015

CONTRATANTE: Município de Garuva

CONTRATADO: Estrela Prateada Viagens Ltda - EPP

Objeto: Contratação de empresa para realização de transporte escolar dos alunos da rede pública municipal e estadual e EMEJA no Município de Garuva, nos períodos matutino e vespertino, por Km Rodado, conforme planilha de custos e memorial descritivo anexo.

VIGÊNCIA: 19/01/2016 a 18/07/2016 - PRORROGÁVEL ATÉ 60 (SESSENTA) MESES

VALOR: R\$ 558.640,46 (quinhentos e cinquenta e oito mil seiscentos e quarenta reais e quarenta e seis centavos)

DATA DA ASSINATURA: 18/01/2016

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

QUADRO DE VAGAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE VAGAS 3ª CHAMADA EDITAL-009/2015-ACT MATEMÁTICA

LOCAL-PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA – DATA 21/01/2016 – HORÁRIO: 8h

NOME DA ESCOLA	CH	TURNO	TURMA	TIPO DE VAGA	NOME E ASSINATURA SERVIDOR
EM.TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	10	MAT/ VESP		VINCULADA GABRIEL FREITAS	

Garuva, 19 de janeiro de 2016

Jucilene Furlan

Presidente da Comissão

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.683, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.683, DE 18 DE JANEIRO DE 2016
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga, expressamente manifestada.

Nome	Cargo	C/H	Classificação	Lotação
MARIA APARECIDA PIO SANTOS	ARTE EDUCADOR- MUSICA	40	3º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.684, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.684, DE 18 DE JANEIRO DE 2016
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga, expressamente manifestada.

Nome	Cargo	C/H	Classificação	Lotação
CINTHIA MAIARA CORREA	PROF EDUCAÇÃO INFANTIL PMG	40	40º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.685, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.685, DE 18 DE JANEIRO DE 2016
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga, expressamente manifestada.

Nome	Cargo	C/H	Classificação	Lotação
JOSE LUIZ DE JESUS	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	7º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.686, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.686, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Classificação	Lotação
MARILEA DOS SANTOS	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	14º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GREICE CAROLINA TOMSON	PROF EDUCAÇÃO INFANTIL PMG	Até 40	45º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.687, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.687, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, dos candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para os cargos abaixo descritos, em virtude da não apresentação de documentos comprobatórios exigidos no Edital, no momento da escolha de vaga.

Nome	Cargo	C/H	Classificação	Lotação
ORIANA CORREA	PROF EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	1º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
BETANIA GONCALVES SCHOMMER	PROF EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	5º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
JANETE KLOSTER	PROF EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	6º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SANDRA MARILIA DA SILVA FARIAS	MEDIADOR DE LEITURA	Até 40	2º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.869, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 3.869, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

DECLARA VACÂNCIA DE VAGA DE EMPREGO PÚBLICO EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DE SUELI BITTENCOURT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada a partir de 04 de janeiro de 2016, a vacância de vaga de Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, com 40 horas semanais, ocupada por SUELI BITTENCOURT, nomeada através Portaria 2.432/2011, em decorrência de seu falecimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO Nº 35/2012 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 35/2012 - Número do Aditivo: 8 (Aditivo de Reajuste)

Data vigência: 01/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ do contratado: 01.657.361/0001-78

Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial humana da Sede do SAMAE, localizada na Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro.

Valor acrescido: R\$ 655,20 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

=====

Gaspar (SC), em 04 de janeiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 36/2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 36/2012 - Número do Aditivo: 6 (Reajuste)

Data vigência: 02/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - CNPJ do contratado: 83.719.963/0001-77

Objeto: Prestação de serviços de monitoramento eletrônico, localizada na Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro.

Valor acrescido: R\$ 420,96 (quatrocentos e vinte reais e noventa e seis centavos)

=====

Gaspar (SC), em 04 de janeiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 37/2011 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 37/2011 - Número do Aditivo: 8 (Reajuste)

Data vigência: 02/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: JOÃO BATISTA FERREIRA - CNPJ do contratado: 548.027.849-53

Objeto: CESSÃO ONEROSA DE IMÓVEL P/ A ALOCAÇÃO DA ESTRUTURA DA ETA VI (MACUCO).

Valor acrescido: R\$ 1.044,72 (hum mil quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos)

=====

Gaspar (SC), em 04 de janeiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 62/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2016

=====

Número do contrato: 62/2014 - Número do Aditivo: 2 (Reajuste)

Data vigência: 04/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Licitação: 65/2014 - Modalidade: PREGÃO

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: Aquisição de software de faturamento em água, esgoto e resíduos, incluindo o fornecimento de licenças perpétuas.

Valor: R\$ 5.456,52 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

=====

Gaspar (SC), em 04 de janeiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 05/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 05/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADO AO 1º GRUPAMENTO DE BOMBEIRO MILITAR DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/02/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 01/02/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 19 de Janeiro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 09.2016 FMS

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

CNPJ: 11.355.924/0001-27

RUA PRESIDENTE KENNEDY, 455

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 01/2016 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

Processo Administrativo: 09/2016

Processo de Licitação: 09/2016

Data do Processo: 06/01/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Elaboração e fornecimento de almoço, bufê livre, com cardápio diversificado, servido em estabelecimento, destinado a equipe de profissionais que exerce suas funções na Unidade Básica de Saúde de Linha Ouro Verde, interior do Município de Guaraciaba SC. Estimativo para o exercício de 2016.

Às 14:00 horas do dia 19 (dezenove) de janeiro de dois mil e dezesseis, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 09/2016, Pregão Presencial 01/2016 do Fundo Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a comissão de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a comissão de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 02/02/2016, às 14:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Publique-se

COMISSÃO:

Guaraciaba, 19 de Janeiro de 2016

ALDO JUSTINI SALVI - PREGOEIRO

TATIANE SCHNEIDER - EQUIPE DE APOIO/SUPLENTE

LETÍCIA SANTIN DA SILVA – EQUIPE DE APOIO/SUPLENTE

EXTRATO AD01.16 CONTRATO 02.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad01/16Cont02/15 - Contrato Nº: 02/2015

Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Valor : 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 19/01/2016 Término: 20/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : RENOVAÇÃO DE SEGURO TOTAL DO VEÍCULO

CHEVROLET CLASSIC SEDAN LS 1.0VHC - E FLEX ANO/MOD.

2013/2014 PLACAS MLV0826, CHASSI 9BGUSU19F0EB196198

UTILIZADO PELO CRAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GUARACIABA.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 26.16 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CLUBE LINHA WELTER

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 31/16, Edital de Pregão Presencial Nº 26/16, Objeto: Aquisição de Materiais de Construção para fechamento Clube Comunitário Linha Welter; recebimento de propostas até às 09 horas do dia 04/02/16; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 04/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 19 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 27.16 AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº27/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 32/16, Edital de Pregão Presencial Nº 27/16, Objeto: Aquisição de Academia ao Ar Livre; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 04/02/16; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 04/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 19 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 084/2016

PORTARIA Nº 084/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 18 de janeiro de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, a Servidora BERNADETE MARIA SPIER (Matr. 3083), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/B, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 98 2015

DECRETO Nº 98, DE 01 DE JANEIRO DE 2016.

Estabelece diretrizes e adota medidas visando a redução e otimização das despesas de custeio e de pessoal, no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que permanecem as condições e razões que levaram à decretação de medidas visando a redução e otimização das despesas de custeio e de pessoal, por meio do Decreto nº 88, de 03 de setembro de 2015, com vigência até 31/12/2015 e a previsão de prorrogação, se julgada conveniente a manutenção das medidas,

DECRETA:

Art. 1º A administração pública direta e indireta, nos termos deste Decreto, manterá a implementação de algumas medidas (art. 1º, incisos II,III,V,VI,VII,IX e X) alterará outras (art.1º , inciso I) e suprimirá outras (art. 1º, incisos IV e VIII) do Decreto 88 de 03 de setembro de 2015, nos termos seguintes:

I – Fica proibido o labor extraordinário, com exceção aos motoristas lotados na Secretaria Municipal de Saúde, motoristas de ônibus escolar, lotados na Secretaria Municipal de Educação, operadores de máquinas e operadores da balsa.

Serão admitidas exceções, em caso de necessidade extraordinária e temporária, de relevante interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, ou ainda nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, na garantia de manutenção de serviços essenciais e serão condicionadas à justificativa, avaliação e autorização da chefia à qual diretamente subordinado o servidor, juntamente com o Prefeito Municipal;

II – As gratificações por exercício de função diferenciada sofrerão redução de 50% (cinquenta por cento), sem prejuízo à base contributiva;

III – Os salários do Prefeito, Vice Prefeito, Secretários e de todos os demais Cargos Comissionados, sofrerão redução de 10% (dez por cento) incidentes sobre a remuneração líquida;

IV - Suspensão de concessão de diárias, excepcionados os motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

Excepcionalmente, em caso de necessidade extraordinária e temporária, de relevante interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, ou ainda nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, na garantia de manutenção de serviços essenciais e serão condicionadas à justificativa, avaliação e autorização da chefia à qual diretamente subordinado o servidor, juntamente com o Prefeito Municipal.

V – Suspensão de pagamento de cursos, treinamentos e afins;

VI – Suspensão de novas locações de veículos (mantendo-se a locação dos 02 veículos atualmente locados);

VII – Suspensão de pagamento de licença prêmio, exceto para fins

de aposentadoria.

Art. 2º O presente Decreto e as medidas administrativas sobre as quais dispõe, terão vigência até 30/04/2016, podendo haver prorrogação, se necessária ou julgada conveniente a manutenção das medidas.

Art. 3º Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 01 de janeiro de 2016.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

PORTARIA Nº 032/2016

PORTARIA Nº 032/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. SCHEILA DOMINGOS, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIA Nº 033/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Srª. ADÉLIA TEREZINHA BECKER, no cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 07 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 034/2016

PORTARIA Nº 034/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. SIMARA COSTA, do cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 035/2016

PORTARIA Nº 035/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. FABRILEI PEREIRA, no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 036/2016

PORTARIA Nº 036/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. CARLOS ALBERTO LAMIM, no cargo de PEDREIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 037/2016

PORTARIA Nº 037/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. VIVIANE MARCELINO, no cargo de AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 038/2016

PORTARIA Nº 038/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Srª. ARIANE FERREIRA PEREIRA DE JESUS, no cargo de COORDENADOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 039/2016

PORTARIA Nº 039/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Srª. GISELE PEIXE EDUARDO, no cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 040/2016

PORTARIA Nº 040/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Srª. ANA PAULA ZIMMERMANN, no cargo de COORDENADOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 12 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 041/2016

PORTARIA Nº 041/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MAYARA TAMYRYS LUTZOW ZABEL, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 13 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 12 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 042/2016

PORTARIA Nº 042/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. MARIA DE FÁTIMA NUNES FERREIRA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 13 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 13 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIA Nº 043/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. MANOEL ROBERTO DIAS RODRIGUES, no cargo de BORRACHEIRO FRENTISTA, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 13 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 044/2016

PORTARIA Nº 044/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. SHEILA MARISTELA NOGUEIRA, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 14 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 14 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIA Nº 045/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. SUELE DE AZEVEDO, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 14 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 14 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 046/2016

PORTARIA Nº 046/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. LARISSA MACHADO, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 14 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 14 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 047/2016

PORTARIA Nº 047/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o Sr. FRANCISCO CORSANI, do cargo de MOTORISTA, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 14 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 048/2016

PORTARIA Nº 048/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ANDRÉIA VITÓRIA FANTONI, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 25 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 14 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIA Nº 049/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. NEUSA VAN HAANDEL, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 25 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 14 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 050/2016

PORTARIA Nº 050/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. JAQUELINE DE OLIVEIRA, do cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 15 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 051/2016

PORTARIA Nº 051/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. EDUARDO ELIZIO DA ROCHA BERRI, no cargo de MECÂNICO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 15 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 052/2016

PORTARIA Nº 052/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. VALDETE CAPESTRANO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 15 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 053/2016

PORTARIA Nº 053/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. FREDERICO PLINIO DE SOUZA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 15 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 054/2016

PORTARIA Nº 054/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. RAFAELA CRISTINA TEIXEIRA, do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 31 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 15 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 055/2016

PORTARIA Nº 055/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

RETIRAR, 40% de função gratificada do Sr. ALMIR ANIBAL DE SOUZA, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com 200 horas mês, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 18 de setembro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 056/2016

PORTARIA Nº 056/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. MARILEIA DOS SANTOS, do cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 18 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL - PORTARIA Nº 707/2015

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA Nº 707/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. MARGARIDA HERR BERNARDI, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 18 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**RESOLUÇÃO N. 001/2016 - CMDCA - CAPACITAÇÃO
CONSELHEIROS**

RESOLUÇÃO N. 001/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO: que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, deliberar sobre política de capacitação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FIA

CONSIDERANDO: promover a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delibera, normatiza, controla e articula a POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE para a efetiva garantia de sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: que é atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente lei e toda legislação atinente a direitos e interesses da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: que faz parte do primeiro processo de Eleição Unificada a formação para os candidatos eleitos ao cargo de Conselheiro Tutelar.

CONSIDERANDO: a Lei Complementar Municipal nº 050, de 05 de maio de 2014 no art.7º, que estabelece como competência ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberar, normatizar e controlar em ação conjunta com as Secretarias Municipais e demais órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da Criança e do Adolescente;

RESOLVE: Informar carga horária e datas dos cursos ofertados, em parceria com a AMFRI, e EGEM para todos os municípios da Região, nos seguintes dias, nas dependências da AMFRI.

03 e 04 de março de 2016. 20 h/a
07 e 08 de abril de 2016. 20 h/a
12 e 13 de maio de 2016. 20 h/a
09 e 10 de junho de 2016. 20 h/a
07 e 08 de julho de 2016. 20 h/a

Ilhota, 06 de janeiro de 2016.
Alex Luiz Mengarda
Presidente do CMDCA

Imbituba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 009/2016

PORTARIA CMI nº 009/2016

"Altera a Designação de Vamilson Matias Daniel para exercer o Cargo em Comissão de Secretário de Gabinete"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Alterar a nomeação, efetuada através da Portaria CMI nº 052/2013, do Senhor Vamilson Matias Daniel, portador do RG nº 1.021.275 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 265.853.240-72, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar para o cargo em comissão de Secretário de Gabinete, na forma do art. 18, Anexo I, da Lei Complementar nº 1.145/91, de 15 de maio de 1991, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 4.677, de 23 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de janeiro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 18/01/2015.

PORTARIA CMI Nº 006/2016

PORTARIA CMI Nº 006/2016

"Concede férias ao servidor Otoniel Nascimento Cardoso"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, ao Senhor Otoniel Nascimento Cardoso, Motorista nomeado pela Portaria CMI nº 40/2006, férias regulamentares de 10 (dez) dias, dos 10 (dez) dias a que ainda tem direito, conforme a Portaria CMI nº 062/2015, referentes ao período aquisitivo de 02/10/2014 a 01/10/2015, a serem usufruídas entre os dias 22/01/2016 e 31/01/2016, com retorno ao trabalho em 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de janeiro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 18/01/2016.

PORTARIA CMI Nº 007/2016

PORTARIA CMI Nº 007/2016

"Concede férias à servidora Rosalba da Silveira Espíndola"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Rosalba da Silveira Espíndola, Auxiliar de Serviços nomeada pela Portaria CMI nº 013/2007, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 09/01/2015 a 08/01/2016, a serem usufruídas da seguinte forma: I- 20 (vinte) dias no período entre 25/01/2016 e 13/02/2016, com retorno ao trabalho em 15/02/2016.

II- 10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de janeiro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 18/01/2016.

PORTARIA CMI Nº 008/2016

PORTARIA CMI Nº 008/2016

"Concede férias à servidora Maria Júlia Martins do Nascimento"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Maria Júlia Martins do Nascimento, Técnica em Contabilidade, férias regulamentares de 10 (dez) dias, dos 10 (dez) dias a que tem direito, conforme a Portaria CMI nº 049/2015, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015, a serem usufruídas entre os dias 27/01/2016 e 05/02/2016, com retorno ao trabalho em 10/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de janeiro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 18/01/2016.

PORTARIA CMI Nº 010/2016

PORTARIA CMI Nº 010/2016

“Nomeia Olímpio Bilherva Soares para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor Olímpio Bilherva Soares, brasileiro, casado, portador do RG de nº 259.813-2 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 179.095.389/87, residente e domiciliado na Rua Expedicionário, nº 282, Vila Nova, neste Município, para o Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de janeiro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 19/01/2016.

PORTARIA CMI Nº 011/2016

PORTARIA CMI Nº 011/2016

“Concede férias à servidora Tatianne de Bona”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Tatianne de Bona, Auxiliar de Serviços nomeada pela Portaria CMI nº 028/2007, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, referentes ao período aquisitivo de 25/06/2014 a 24/06/2015, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10 (dez) dias no período entre 25/01/2016 e 03/02/2016, com retorno ao trabalho em 04/02/2016.

II- 10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Parágrafo único. Os outros 10 (dez) dias de férias a que tem direito serão usufruídos em período posteriormente decidido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de janeiro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 19/01/2016.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 237/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 237/2015

CONTRATADA: AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC.

DO VALOR E DO OBJETO DO CONTRATO: O BADESC, na qualidade de prestador de serviços e Agente Financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, concede à Prefeitura Municipal de Indaial, devidamente autorizada a contratar pela(s) Lei(s) Municipal(ais) nº(s) 5218 de 14/10/2015, o empréstimo no valor de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões, oitocentos mil reais), com recursos próprios originários do Programa Operacional BADESC CIDADES, cujos recursos se destinam às obras de infraestrutura e pavimentação de vias públicas.

PRAZO: 10/02/2016 a 10/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 16/12/2015.

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 194/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 194/2015

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, e a empresa, INTELLIBR SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.982.125/0001-76, com sede na Rua Jerônimo Coelho, nº 170, sala 1.202, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal, Sr. César Murilo Muller de Jesus, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 667.742.259-34 e Cédula de Identidade nº 2044132 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Videira, nº 177, bairro Abraão, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina., doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA :

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão pública integrado na área de Educação, compreendendo sistemas de: (i) Matriz Curricular, Fórmulas de Avaliação, Calendário Escolar, Espaços Físicos, Educação Infantil, Ensino Regular, Educação de Jovens e Adultos, Diário Eletrônico, Recursos Humanos, Backup e Restore, (ii) Gerador de grade de horários – em plataforma desktop; e, (iii) Cadastro de Unidades Escolares, Matrícula e Rematrícula On Line, Portal do Aluno, Consulta Estatístico e Gerencial – em plataforma web; e, incluindo os serviços de implantação, treinamento e suporte técnico, nos referidos sistemas, bem como os serviços de migração/conversão de dados, passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL :

7.1. O prazo do presente contrato é de 17 de janeiro de 2016 até 15 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 15 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	INTELLIBR SISTEMAS LTDA César Murilo Muller de Jesus Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 210/2015
 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 210/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 14.770.128/0001-49, com sede na rua Paraguay, nº 400, sala 03, Bairro Ponta Aguda, CEP 89.050-020, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jader Aquiles Novelletto, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 003.880.869-20 e Cédula de Identidade nº 3.648.113-0, residente e domiciliado à Rua Hasselfelde, nº 700, Bairro Ponta Aguda, CEP 89.050-400, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de rede de tratamento de esgoto, para implantação de linha de recalque, com extensão de 524,00 metros, interligando a Estação Elevatória e Estação de Tratamento de Esgoto, e emissário com extensão de 43,00 metros para transporte do esgoto sanitário até o ribeirão, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução é de 28 de novembro de 2015 à 27 de dezembro de 2015, contados a partir do dia seguinte ao da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 27 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP Jader Aquiles Novelletto Contratada

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Secretário Interino	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 230/2015
 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 230/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, HABITARK ENGENHARIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.269.823/0001-30, com sede na Rua Clara Persunh, nº 107, sala 01, Bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu representante legal Sr. Fernando Ricardo Reis, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 420.688.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.178.709, residente à Rua Frei Estanislau Schaette, nº 111, Bairro Asilo, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de cerca e urbanização no terreno da estação elevatória situada na Rua Bagé, Bairro Encano do Norte, com fornecimento de materiais, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 09 de janeiro 2016 até 07 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma,

para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Contratante	HABITARK ENGENHARIA LTDA EPP Fernando Ricardo Reis Contratada
SECRETARIA DE SANEAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Interino	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 025/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 025/2014

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a, DIOCESE DE BLUMENAU, instituição religiosa, inscrita no CNPJ sob nº 03.925.280/0001-37, estabelecida à Rua XV de Novembro, bairro Centro, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Liris Almir Negherbon, brasileiro, solteiro, religioso, inscrito no CPF sob nº 056.771.149-87 e Cédula de Identidade RG nº 677086-SSP/PR, residente à Rua Franz Volles, nº 1.750, bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 005/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 001/2014-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel com as seguintes características: terreno com área aproximada de 900,00 m², com área construída de 297,41 m², estrutura em alvenaria e telhas de cerâmica, contendo 04 salas de aula, WC masculino/feminino, área de varanda coberta, refeitório, cozinha, área de circulação interna e área administrativa, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 21 de janeiro de 2016 até 21 de janeiro de 2017, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 18 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	DIOCESE DE BLUMENAU Liris Almir Negherbon Locador
--------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
-----------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 077/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 077/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.448.659/0001-30, com sede na rua Ana Neri, nº 457, bairro Santana, na cidade de Rio do Sul – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Augustinho João da Silva, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 052.466.879/53 e Cédula de Identidade nº 7R-432.139, residente e domiciliado na Rua Beco Itaiópolis, nº 70, bairro Santa Calo, na cidade de Rio do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução da reforma do Pavilhão Municipal de Eventos – PAME, em área construída de 2.297,72 m2, compreendendo a execução de alvenaria, instalações elétricas e hidrosanitárias, esquadrias, revestimentos e acabamentos, pinturas, e preventivo de incêndio, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 28 de janeiro de 2016 até 28 de junho de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 19 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA Augustinho João da Silva Contratada

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Angelo Soar
OAB/SC Nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 210/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 210/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 14.770.128/0001-49, com sede na rua Paraguay, nº 400, sala 03, Bairro Ponta Aguda, CEP 89.050-020, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada

neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jader Aquiles Novelletto, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 003.880.869-20 e Cédula de Identidade nº 3.648.113-0, residente e domiciliado à Rua Hasselfelde, nº 700, Bairro Ponta Aguda, CEP 89.050-400, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de rede de tratamento de esgoto, para implantação de linha de recalque, com extensão de 524,00 metros, interligando a Estação Elevatória e Estação de Tratamento de Esgoto, e emissário com extensão de 43,00 metros para transporte do esgoto sanitário até o ribeirão, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução é de 28 de dezembro de 2015 à 26 de janeiro de 2016, contados a partir do dia seguinte ao da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 28 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Contratante	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP Jader Aquiles Novelletto Contratada

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Secretário Interino	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 178/2013
TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 178/2013

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.256.172/0001-58, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.964, bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Adão dos Santos, brasileiro, geógrafo, inscrito no CPF sob nº 223.349.559/49 Cédula de Identidade nº 1/R 201.802, residente e domiciliado na rua Raulino Geriach, nº 282, bairro Centro, na cidade de São José - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação dos serviços de consultoria especializada para a revisão e complementação do plano diretor de desenvolvimento urbano de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução dos serviços é de 20 de janeiro de 2016 a 28 de maio de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do contrato original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 18 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA Adão dos Santos Contratada

SECRETARIA DE PLANEJ. E HABITAÇÃO
Paulo Roberto Ledra
Secretário Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 014 DO CONTRATO Nº 122/2014
TERMO ADITIVO Nº 014 AO CONTRATO Nº 122/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoef, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem de águas pluviais do prolongamento da Rua Dr. Heinz Wanser, com extensão de 184,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 03 de janeiro de 2016 até 03 de março de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 31 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO AOS INTERESSADOS PARA INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE FORNECEDORES
Nº 0001/2016

O Município de Iomerê - SC, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua Sede, sito a Rua João Rech, nº 500, Centro, na cidade de Iomerê, SC., inscrições para fornecedores do Município, conforme determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

I - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Edital é receber inscrições de fornecedores no cadastro de fornecedores do Município de Iomerê, para efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

II - DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1. Será exigido dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (de acordo com as exigências do Novo Código Civil);

b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal (Alvará), se houver da sede da empresa proponente;

d) Cartão do CNPJ;

e) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

h) Prova de Inscrição Estadual;

i) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

j) Certidão Negativa com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

k) Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

m) Apresentar o Balanço Patrimonial registrado na Junta Comercial anexado em declaração do Contador da Empresa, atestando boa situação financeira.

2.2. Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via por fotocópia.

Iomerê, 19 de janeiro de 2016.

MILTO LUIZ BORGHA

Prefeito Municipal em exercício

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

REGISTRO DE PREÇO

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema Registro de Preço, no dia 02 de fevereiro de 2016, para possível aquisição de cestas básicas para distribuição gratuita às famílias carentes do Município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 02 de fevereiro de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 19 de janeiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 02 de fevereiro de 2016, para contratação de um facilitador de Oficinas regido pela NOB SUAS, sendo um professor de Pintura em Tela e Pintura em Tecido. As propostas serão recebidas até as 14h00min do dia 02 de fevereiro de 2016 e abertas as 14h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 19 de janeiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 8/2016

Processo Licitatório nº 8/2016 - Pregão Presencial nº 8/2016 – Objeto: serviços de retífica e montagem do motor MWM X12, ônibus VW 15190, placa MJV 0921. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 02 de fevereiro de 2016, até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 02 de fevereiro de 2016, as 09h10min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 18 de janeiro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

Processo Licitatório nº 9/2016 – Dispensa de Licitação nº 2/2016 – Objeto: aquisição de 85,50m² de estrutura metálica para a fixação da cobertura no Centro de Educação Infantil Semeando o Saber. Empresa: Sadloski Serralheria Ltda. ME. Valor Total: R\$ 7.950,00. Prazo de Entrega: 15 dias. Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso I da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Itaiópolis, 18/01/2016. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

ERRATA DO EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 248 E 249/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

Errata da Edição do dia 11/01/2016:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Margem Comércio de Materiais Hidráulicos Eireli - Epp

Onde se lê:

VALOR: R\$ 22.440,50

Leia-se:

VALOR: R\$ 21.389,00

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

Itapiranga – SC. 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa A1

Onde se lê:

VALOR: R\$ 842,45

Leia-se:

VALOR: R\$ 2.360,45

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.

Itapiranga – SC. 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2015

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos décimo nono dia do mês de janeiro de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo(a), para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 60/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA ATENDER AO ABRIGO PROVISÓRIO, CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS E DEMAIS SERVIÇOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
M. MOBILE EIRELI - EPP	WILLIAN PATRICK HEINECKE

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganhadoras	Itens/Lotes	Valor Total
M. MOBILE EIRELI - EPP	1 ao 64	R\$ 21.400,19

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira

informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro
M. MOBILE EIRELI - EPP WILLIAN PATRICK HEINECKE	

PORTARIA Nº 0001/2016 - RH

PORTARIA Nº 0001/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ADEMIR DA SILVA COSTA, matrícula 605093, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0002/2016 - RH

PORTARIA Nº 0002/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ALAIR MARIA SCHNEIDER REOLON, matrícula 579793, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0003/2016 - RH

PORTARIA Nº 0003/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ALCIDES TADEU DA SILVA JUNIOR, matrícula 1211145, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0004/2016 - RH

PORTARIA Nº 0004/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ALINE ZANELA, matrícula 622575, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de

carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0005/2016 - RH

PORTARIA Nº 0005/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, matrícula 587699, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0006/2016 - RH

PORTARIA Nº 0006/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA JOSELIA DALLACOURT RIBAS, matrícula 603694, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0007/2016 - RH

PORTARIA Nº 0007/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA PAULA ROSÁRIO, matrícula 605921, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0008/2016 - RH

PORTARIA Nº 0008/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANDRÉIA BATISTA DIAS, matrícula 604720, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0009/2016 - RH

PORTARIA Nº 0009/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANDRÉ VINÍCIUS ARAUJO, matrícula 585297, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0010/2016 - RH

PORTARIA Nº 0010/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANDRÉIA ZIMERMANN DE SOUZA, matrícula 605832, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0011/2016 - RH

PORTARIA Nº 0011/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANGELA MARIA MACHADO DA SILVA, matrícula 616966, investido(a) no cargo de PROFESSOR II 20HS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0012/2016 - RH

PORTARIA Nº 0012/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANGELA MARIA NUNES, matrícula 604763, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0013/2016 - RH

PORTARIA Nº 0013/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANGELA MARIA STOCO, matrícula 604313, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0014/2016 - RH

PORTARIA Nº 0014/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA MARILSA REINERT, matrícula 1213652, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0015/2016 - RH

PORTARIA Nº 0015/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANGELA SCHMIDT FERNANDES, matrícula 605450, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0016/2016 - RH

PORTARIA Nº 0016/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA PAULA DUTKA DE MIRANDA, matrícula 562203, investido(a) no cargo de PROFESSOR I 20HS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0017/2016 - RH

PORTARIA Nº 0017/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) AMANDA FEHRMANN GERN, matrícula 619809, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0018/2016 - RH

PORTARIA Nº 0018/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) APARECIDA GRANDINI JOSÉ, matrícula 580430, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0019/2016 - RH

PORTARIA Nº 0019/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) BERENICE DE FÁTIMA HAU MAOSKI, matrícula 606499, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0020/2016 - RH

PORTARIA Nº 0020/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) BERNADETE SOARES SANCHES, matrícula 593389, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0021/2016 - RH

PORTARIA Nº 0021/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CATIA ELIANE NICOLACHIK, matrícula 605107, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0022/2016 - RH

PORTARIA Nº 0022/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CATIA HUEBNER KERKHOVEN, matrícula 722235, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0023/2016 - RH

PORTARIA Nº 0023/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CARLOS ALBERTO OSGA JUNIOR, matrícula 606596, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0024/2016 - RH

PORTARIA Nº 0024/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CARLOS EDUARDO VERRI, matrícula 1206125, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0025/2016 - RH

PORTARIA Nº 0025/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do

Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CARMELITA DO CARMO GARCIA, matrícula 590940, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0026/2016 - RH

PORTARIA Nº 0026/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CÉLIA REGINA DE LIMA, matrícula 605433, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0027/2016 - RH

PORTARIA Nº 0027/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CENITA SCHIZZI DANI, matrícula 604305, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0028/2016 - RH

PORTARIA Nº 0028/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CLAUDIA NASCIMENTO, matrícula 584010, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0029/2016 - RH

PORTARIA Nº 0029/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CLÁUDIO SÉRGIO COSTA DA SILVA, matrícula 620, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0030/2016 - RH

PORTARIA Nº 0030/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CLAUDINEI FERREIRA MENDES, matrícula 580236, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0031/2016 - RH

PORTARIA Nº 0031/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CRISTIANE DA SILVA, matrícula 617377, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0032/2016 - RH

PORTARIA Nº 0032/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DENISE BATISTA, matrícula 875015, investido(a) no cargo de PROFESSOR II 30HS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0033/2016 - RH

PORTARIA Nº 0033/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DIEGO ANDRÉ AZAMBUJA, matrícula 619230, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0034/2016 - RH

PORTARIA Nº 0034/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do

Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DILMA MOREIRA DOS SANTOS NUNES, matrícula 737810, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0035/2016 - RH

PORTARIA Nº 0035/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DIONÍSIO TESLUK, matrícula 621722, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0036/2016 - RH

PORTARIA Nº 0036/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) EDINÉIER FARIAS, matrícula 590851, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0037/2016 - RH

PORTARIA Nº 0037/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) EDINÉIA DOS SANTOS, matrícula 590142, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0038/2016 - RH

PORTARIA Nº 0038/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) EDUARDO FIGUEREDO, matrícula 602213, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0039/2016 - RH

PORTARIA Nº 0039/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELAINE NUNES NEVES BURBELLO, matrícula 616427, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0040/2016 - RH

PORTARIA Nº 0040/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELÁSIO FRISANCO, matrícula 605239, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0041/2016 - RH

PORTARIA Nº 0041/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELENICE CORDEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 606600, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0042/2016 - RH

PORTARIA Nº 0042/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELENITA SEBEN REICHARDT JUNG, matrícula 605557, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0043/2016 - RH

PORTARIA Nº 0043/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELIANE MARIA VALORE DE SIQUEIRA, matrícula 622451, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0044/2016 - RH

PORTARIA Nº 0044/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELIANE DO NASCIMENTO SOUZA, matrícula 605875, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0045/2016 - RH

PORTARIA Nº 0045/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELISETE BUDAL ARINS, matrícula 604011, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0046/2016 - RH

PORTARIA Nº 0046/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ERDNER LÚCIO COSTA E OLIVEIRA, matrícula 619701, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0047/2016 - RH

PORTARIA Nº 0047/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FABIANA BESTEL PAWLINA, matrícula 606340, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0048/2016 - RH

PORTARIA Nº 0048/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FABIOLA KASUE TANAKA, matrícula 618799, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0049/2016 - RH

PORTARIA Nº 0049/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FERNANDA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS TESLUK, matrícula 621390, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0050/2016 - RH

PORTARIA Nº 0050/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FERNANDA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 605603, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0051/2016 - RH

PORTARIA Nº 0051/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FLÁVIA APARECIDA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 605905, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0052/2016 - RH

PORTARIA Nº 0052/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) GILMAR SANTIN, matrícula 565865, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0053/2016 - RH

PORTARIA Nº 0053/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) IRACEMA MARQUES FERREIRA, matrícula 580309, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0054/2016 - RH

PORTARIA Nº 0054/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) IVETTE LONGO FONSECA DE SIQUEIRA, matrícula 618446, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0055/2016 - RH

PORTARIA Nº 0055/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JACQUELINE ZAMBONNI PAESE, matrícula 606774, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0056/2016 - RH

PORTARIA Nº 0056/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANAINA SARTOR, matrícula 607924, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0057/2016 - RH

PORTARIA Nº 0057/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANETE LUKASEWICZ DE SOUZA, matrícula 605786, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0058/2016 - RH

PORTARIA Nº 0058/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANETE MARIA DOS REIS, matrícula 1214187, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0059/2016 - RH

PORTARIA Nº 0059/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANIMAR LUKASEWICZ SILVESTRO, matrícula 606227, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0060/2016 - RH

PORTARIA Nº 0060/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANINE CRISTINA RODRIGUES, matrícula 621587, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0061/2016 - RH

PORTARIA Nº 0061/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA, matrícula 619116, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0062/2016 - RH

PORTARIA Nº 0062/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JESANA CARVALHO DA SILVA, matrícula 1213660, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0063/2016 - RH

PORTARIA Nº 0063/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JOELMA APARECIDA ROSA, matrícula 605409, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0064/2016 - RH

PORTARIA Nº 0064/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JOSÉ ANTONIO SOARES, matrícula 607509, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0065/2016 - RH

PORTARIA Nº 0065/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JULIANA YUMI MORI GALLÉAS, matrícula 1211048, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0066/2016 - RH

PORTARIA Nº 0066/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JULIO CESAR ABREU, matrícula 434, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0067/2016 - RH

PORTARIA Nº 0067/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JULIANA ROEDER, matrícula 605816, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0068/2016 - RH

PORTARIA Nº 0068/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) KIARA COSTA VELHO, matrícula 622877, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0069/2016 - RH

PORTARIA Nº 0069/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) KELI ADRIANA DE SOUZA SPECK, matrícula 588490-11, investido(a) no cargo de PROFESSOR II 20HS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0070/2016 - RH

PORTARIA Nº 0070/2016

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ADALBERTO GERALDO LUPATELLI, matrícula 922, investido(a) no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0071/2016 - RH

PORTARIA Nº 0071/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LIAMAR RODRIGUES PEREIRA, matrícula 2143, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0072/2016 - RH

PORTARIA Nº 0072/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCIANA FERNANDES COAN, matrícula 2135, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0073/2016 - RH

PORTARIA Nº 0073/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCIANE NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 571520, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0074/2016 - RH

PORTARIA Nº 0074/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCIANE DOS SANTOS SILVA, matrícula 603490, investido(a) no cargo de PROFESSOR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0075/2016 - RH

PORTARIA Nº 0075/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCILENE APARECIDA BRODOWSKI, matrícula 1209132, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0076/2016 - RH

PORTARIA Nº 0076/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCÉLIA RANATA BORGES, matrícula 626082, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0077/2016 - RH

PORTARIA Nº 0077/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCY HELENA WIELEWICKI, matrícula 587605, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0078/2016 - RH

PORTARIA Nº 0078/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCYMAR RODRIGUEZ DE FARIA, matrícula 619493, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0079/2016 - RH

PORTARIA Nº 0079/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, matrícula 578100, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0080/2016 - RH

PORTARIA Nº 0080/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUIZ PEREIRA, matrícula 603651, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0081/2016 - RH

PORTARIA Nº 0081/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MAIRELI DITTRICH, matrícula 1211161, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0082/2016 - RH

PORTARIA Nº 0082/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCELA CRISTINA SOARES, matrícula 588164, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0083/2016 - RH

PORTARIA Nº 0083/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCELO SCHATZMANN, matrícula 593370, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0084/2016 - RH

PORTARIA Nº 0084/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCIA APARECIDA PARTALA, matrícula 583006, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0085/2016 - RH

PORTARIA Nº 0085/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCIA SUTIL DE OLIVEIRA ARINS, matrícula 617725, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0086/2016 - RH

PORTARIA Nº 0086/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARCIANA ARBIGAUS ECKEL, matrícula 1213709, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0087/2016 - RH

PORTARIA Nº 0087/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA ISOLETE LINHARES, matrícula 603643, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0088/2016 - RH

PORTARIA Nº 0088/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA FERNANDA BRISOLLA DA MOTA, matrícula 617156, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0089/2016 - RH

PORTARIA Nº 0089/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA HELENA ZANOTTO, matrícula 618560, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0090/2016 - RH

PORTARIA Nº 0090/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARGOT HELENA DE SÁ RIBAS, matrícula 568562, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0091/2016 - RH

PORTARIA Nº 0091/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA DA GLÓRIA MIRA, matrícula 603619, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0092/2016 - RH

PORTARIA Nº 0092/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA DE FÁTIMA COSTA, matrícula 603260, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0093/2016 - RH

PORTARIA Nº 0093/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARINETE INÁCIA DE SOUZA, matrícula 603759, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0094/2016 - RH

PORTARIA Nº 0094/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARISTELA FRANZ PERRYON FONTANA, matrícula 604399, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0113/2016 - RH

PORTARIA Nº 0113/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSELI TURECK, matrícula 620912, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0114/2016 - RH

PORTARIA Nº 0114/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSEMERI ALVES DE SOUZA, matrícula 605620, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0115/2016 - RH

PORTARIA Nº 0115/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSEMERI DE FÁTIMA FÁVERO, matrícula 615927, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0116/2016 - RH

PORTARIA Nº 0116/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSICLEI NUNES BARBOSA SANTOS, matrícula 605689, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 0117/2016 - RH

PORTARIA Nº 0117/2016.

De: 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Parecer 51/2015 do Conselho Municipal de Educação;

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ROSILDA DA SILVA GRABOWSKI, matrícula 616192, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:TERMO CONVOCAÇÃO Nº 16/2016 DO EDITAL 046/2015
TERMO CONVOCAÇÃO Nº 16/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
4	40	Anos Iniciais 1º a 3º	Camila Mascarello Machado	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 17/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
3	40	Educação Infantil	Andréa Martinhak Ferrazza	01/03/2016	30/3/2016

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 18/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
3	40	Ed. Física	Julio Cesar Mendes Ribas	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 19/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
4	40	Administração	Dalva Borba	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 20/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
5	40	Supervisão Escolar	Roberta Serednitzkei	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 21/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
6	40	Supervisão Escolar	Nilva Ap. Gonçalves Hass	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 22/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
7	40	Supervisão Escolar	Sandra Mara Berté	01/02/2016	13/05/2016

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 23/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
2	40	Orientação Escolar	Gislaine da Silveira Rauen	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 24/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
2	40	Língua Inglesa	Aline Alessandra Regis Krauss	01/02/2016	01/04/2016

Itapoá, 19 de janeiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO ADITIVO Nº01/2016 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº02/2015- LOCAÇÃO SALA PARA CONSELHO DE SAÚDE

TERMO ADITIVO N.º01/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 02/2015 (1º aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, portador do CI.RG nº 28955307 SSP/SC e do CNPF/MF nº 758.746.019-53, e pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e do outro lado LUIZ TRE, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CI.RG nº 40927344 SESP/PR, e do CNPF/MF nº 441.430.369-91, residente e domiciliado a Rua do Príncipe, nº 2169, 1º andar, Balneário Jardim Pérola do Atlântico, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - PROCESSO Nº 01/2015, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º02/2015, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 20/01/2016 a 20/01/2017, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", aditando o respectivo contrato em um valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), corresponde a 12 (doze) parcelas de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º02/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º02/2015, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 19 de janeiro de 2016.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR LUIZ TRE
CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.891 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.891 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os seguintes membros, nomeado pelo Decreto nº 4.869/2015, para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, passando a seguinte composição:

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Daiana Antunes de Oliveira – titular
Daniela Borsoi Dalla Lasta – suplente

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Denise Azevedo Kruhs – titular
Lucinéia Cloth Perotto da Rosa – suplente

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 18 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 026/2016**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 026/2016 DE 18/01/2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar a designação da função de Condutor de Viatura do SIMAE, conforme Portaria JHL 289/2015 de 29.10.2015.

Art. 2º- Art. 1º- Designar Reginaldo da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref. G-2, sob nº da CNH 02405974571, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa QHI-2033, a partir de 18 de janeiro de 2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 18 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de janeiro de 2016.
Paulo César Lamin
Diretor Adjunto

PREGÃO 0003/2016 CONEXÕES PARA CAIXA PADRÃO

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0003/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2016

PROTOCOLO JHL 0061/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0003/2016 – Licitação 0003/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NA INSTALAÇÃO DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00m do dia 02/02/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 02/02/2016 às 14h:10m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 20/01/2016 a 02/02/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 19 de janeiro de 2015.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Adjunto do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 146/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 146/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: L.A. ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ n.º 72.185.549/0001-09. Com sede a Av. Duque de Caxias, 579 – Frei Rogério – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 86/2015, correlato à Dispensa de Licitação 43/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalado a Execução Fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 199/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 199/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR: MENFIS IMOBILIÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 83.162.057/0001-14, estabelecida na Rua Pres. Nereu Ramos, 84 – Centro – Lages, CEP 88502-170.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 157/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sala comercial sito á Rua Sebastião Furtado, 81 – Centro – Lages/SC onde será utilizado como sede da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica Prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Fica Prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 202/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 202/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR: BIANCHINI & ARAÚJO LTDA EPP inscrita no CNPJ sob n.º 07.625.896/0001-43, com endereço a Rua Caetano Vieira da Costa, 222 – Apto 32 – CEP 88502-070 – Lages/SC Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 150/2015, correlato à Dispensa de Licitação 36/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito Rua Vidal Ramos Junior, 41 – Centro , na cidade de Lages/SC, a ser utilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 78/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 78/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ANTERIO RONEI VIEIRA ROCHA, inscrito no CPF nº 438.369.419-53, com sede a Rua Júlio Rodrigues da Costa, 260 – Bairro Santa Rita – Lages/SC CEP 88.509-310.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 80/2015, correlato à Dispensa de Licitação 40/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel para o uso Reciclagem de Vidros

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica Prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 85/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 84/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: IVONE FURTADO, inscrito no CPF nº 065.308.779-91, com sede à Loc. Santa Terezinha do Boqueirão, Lages/SC Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 79/2015, correlato à Dispensa de Licitação 39/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Triagem, Reaproveitamento e Destinação Final de Equipamentos e Resíduos Eletrônicos

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO 140/2013 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 140/2103 – 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CONTRATADA: BETEL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 04.560.191/0001-05, com sede à Rua Campo Salles, 784 – São Jose do Rio Preto/SP/SP – cep: 15.025-600.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica Eletrônica a Nível Técnico de Campo e de Bancada nos Equipamentos de Rádio Comunicação e Meteorologia, Localizados no Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, Bairro Guarujá, nesta cidade, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/12/2015;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/12/2015;

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 01 de dezembro de 2014.

Elizeu Mattos.

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 145/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 145/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GERALDO CORREIA BASTOS, inscrito no CPF n.º 002.432.238-54. Com sede a Rua Ceará, 439 – São Cristóvão – Lages/SC. CEP 88.509-160.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 85/2015, correlato à Dispensa de Licitação 42/2015,

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, Fica prorrogado até 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de Dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2013 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 06/2013 – 5º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES /SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: EMEPLAN EMPRESA DE MÃO DE OBRA ESP. DO PLANALTO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 80.646.748/0001-03, estabelecido à Rua Gov. Jorge Lacerda n.º 187 – 1º andar, Lages/SC – cep: 88.501-120.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para Execução de Serviços de Leitura Informatizada de Hidrômetros por Microcoletores de Dados Portáteis ou Outro Equipamento Similar, co Emissão e Entrega simultânea da Faturas de Água/Esgoto correspondentes e a Entrega de Documentos na Cidade de Lages e no Distrito de Santa Terezinha do Salto, em regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução de Serviço Solicitado, Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 25/02/2016.

2.3 De Execução do Contrato, Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 25/02/2016;

2.4 Do Contrato, Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 25/02/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 19 de janeiro de 2016.

Benjamin Schultz.

Secretario Municipal

RERRATIFICAÇÃO Nº 02 PP 157-2015 PML
RERRATIFICAÇÃO 02

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2015 PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS "POR HORA CHEIA TRABALHADA," DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM MOTORISTA E/OU OPERADOR DEVIDAMENTE HABILITADO(S), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

- Excluir item 16.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, e seus subitens.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de janeiro de 2016.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 166-2015 PML
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2015 PML
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Planilha Orçamentária do Edital em comento, conforme segue abaixo:

No Lote 12, o valor correto do rolo de lona plástica é R\$ 808,00 como o solicitado é de 30 Rolos o valor global do lote correto é de R\$ 24.240,00.

Obs:o valor de R\$ 1,01 que constava no edital é o do m² sendo que cada rolo possui 800m², o valor do Rolo passa a ser de R\$ 808,00.

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 13 de janeiro de 2016.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

TP 01-2016 PML E PP 02-2016 SEMASA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 01-2016 PML
Objeto: Prestação de Serviços de Fechamento de Cerca em Tela na Praça do CEU.
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 10/02/2016 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 51.190,13

Modalidade: PP 02-2016 SEMASA
Objeto: Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento
Tipo: Menor Preço Por Item
Abertura: 22/02/2016 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 3.580.683,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 19 de janeiro de 2016.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

ACÓRDÃO 009 - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
LAGUNA – SC.

ACÓRDÃO 009

RECURSO VOLUNTÁRIO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 674/15 (Apenso 1877/15; 086/15; 2301/14; 740/15; 2433/14; 1038/08; 3656/08)

RELATOR: Ivo Perin

RECORRENTE: Laguna Navegação Ltda.

PROCURADOR DA FAZENDA: Dr. Adriano Teixeira Massih

EMENTA: RECURSO VOLUNTÁRIO. ALEGADA ILEGALIDADE NO PROCEDIMENTO. INEXISTÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO

1. RELATÓRIO E VOTO

Não vislumbram-se ilegalidades nas ações praticadas pelo Sr. Fiscal ou P.M.L., no processo 674/15 (apenso ao processo 086/15 e ao PA 1877/15, e as ponderações da empresa pareceram improcedentes a ponto de não serem acatadas pelo Parecer do Procurador Fiscal (fls. 25 a 30), e do Procurador Designado ao CMC, Dr. Adriano Teixeira Massih.

No processo 2301/14 da mesma empresa, a legação da empresa é impotente para prosperar.

Nos processos 740/15 (apenso processos 2433/14 e 108/08) a alegação da empresa não comprovou recolhimentos dos tributos em questão, e, nem as justificativas prosperaram, e, assim se posicionou o parecer do ilustro Procurador Designado para o C.M.C., nos autos.

Observa-se portanto, que a requerente, a cada processo, recorre da decisão, para postergação de suas obrigações tributárias para com o Município.

Assim o assunto merece a atenção desta presidência, para tomada de providências jurídicas, que o caso requer.

2. DISPOSITIVO

Assim, levando em conta os argumentos fáticos e jurídicos até então levantados, nego provimento ao recurso interposto pelo recorrente, mantendo a decisão do Secretário da Fazenda, pela improcedência dos pedidos do contribuinte.

DECISÃO: O Conselho Municipal de Contribuintes devidamente reunido, tomou conhecimento do voto do Relator pelo desprovimento do recurso. Após discussão da matéria pelos Conselheiros, iniciou-se a votação, por cada um dos Conselheiros, na presença do Presidente do CMC. Em decisão unânime e, mediante voto do Relator, o Conselho decidiu negar provimento ao Recurso Voluntário interposto pelo Recorrente mantendo a decisão do Secretário da Fazenda.

Participaram da sessão de julgamento, realizada no dia dezanove de janeiro de dois mil e dezesseis, presidida pelo Conselheiro Luís Fernando Nandi Vicente, além do Relator, Conselheiro Ivo Perin, os Conselheiros Fernando Fernandes Pereira e André Felipe da Rosa, bem como o Procurador do CMC, Dr. Adriano Teixeira Massih. Exarou parecer pela Fazenda Municipal o Dr. Adriano Teixeira Massih. Como somente estava presente um Conselheiro dos Contribuintes, apenas participou da votação o Conselheiro André Felipe da Rosa, sendo que o Conselheiro Fernando participou das discussões, mas não apresentou voto, mas concordando com a decisão apresentada pelos demais conselheiros

Laguna, 19 de janeiro de 2016.

Ivo Perin

Relator

Luís Fernando Nandi
Presidente do Conselho

Vicente Adriano Teixeira Massih
Procurador atuante no CMC

Lauro Muller

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO HMHL N. 02/2016

CREDENCIAMENTO HMHL N. 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

ATO EDITAL CREDENCIAMENTO HMHL N. 02/2016

O Município de Lauro Muller, através do Hospital Municipal Henrique Lage, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMA aos interessados que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do credenciamento para prestação de serviços médicos especializados para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de 21/01/2016 a 30/04/2016

O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 34643122.

Lauro Muller, 19 de janeiro de 2016

JAIR F MADEIRA.

Presidente da Comissão de Licitação

Lebon Regis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1540/2016

Lei Municipal nº 1.540/2016, 19 de janeiro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS”.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos Servidores Públicos lotados no quadro de pessoal do município de Lebon Régis, ativos e inativos, a título de revisão anual, um aumento de 11,28 %, incidente sobre a remuneração devida, exceto o quadro de professores que terão o reajuste conforme estabelecido no piso nacional.

Art. 2º-Fica também o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual, aumento de 11,28 % aos agentes Políticos do Município, conforme Art.15 da Lei Municipal 1.265 de 8 de julho de 2008.

Art. 3º As despesas decorrentes de execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lebon Régis, 19 de janeiro 2016.

Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 1541/2016

Lei Municipal nº 1.541/2016, 19 de janeiro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA AUTARQUIA HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica concedido aos Servidores Públicos lotados no quadro de pessoal da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, ativos e inativos, a título de revisão anual, um aumento de 11,28% incidente sobre a remuneração recebida.

Art. 2º. As despesas decorrentes de execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Lebon Régis, 19 de janeiro 2016.

Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 1542/2016

Lei Municipal nº 1.542/2016, 19 de janeiro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE LEBON REGIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica o Poder Legislativo Municipal, autorizado a conceder aos servidores públicos lotados no quadro de pessoal dos servidores do Legislativo Municipal, a título de revisão anual, aumento de 11,28% incidente sobre a remuneração devida.

Art. 2º. As despesas decorrentes de execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 19 de janeiro 2016.

Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

TIPO: "Menor Preço por Lote". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças originais e mão de obra para a manutenção dos motores dos veículos VW KOMBI 1.4 FLEX, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 004/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 01 de fevereiro de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 19/01/2016. JOSÉ JAIR ALEXANDRE - Prefeito Municipal e.e.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Convoca Audiência Pública

O Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Convocar Audiência Pública Municipal em atendimento a legislação vigente e demais disposições legais aplicáveis, com a finalidade de discutir assuntos relacionados aos alagamentos provocados pelo Lajeado Joanino no trecho final da Rua 29 de Julho.

Tornar público que, a Audiência Pública fica agendada para o dia 27 de Janeiro (quarta-feira) às 19:00 horas, na Plenária da Câmara Municipal de Vereadores ficando assim convocados todos os munícipes residentes nas imediações, sociedade civil organizada, os conselhos e as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito em Exercício

EDITAL PREGÃO 01/2016 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ADENDO 01/2016 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

RONALDO PISCINI – Secretario de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, altera o Edital de Licitação nº 02/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2016, o item 2.1 do presente edital "Do Objeto" e item 5.2, e inclui no anexo "D" o item 144 Leite Neocate LCP, altera a descrição no preâmbulo da ata de registro de preços Anexo "E", cujo o objeto passa a ser o seguinte REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de medicamentos, e leite especial. Desta forma designa que os envelopes de propostas e de documentação para habilitação poderão ser entregues até as 13:45 horas do dia 05 de fevereiro de 2016, com abertura as 14:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Adendo e do Edital original poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço, www.lindoiadosul.sc.gov.br, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 19 de janeiro de 2016.

Ronaldo Piscini

Secretário de Saúde

LRF 2º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	244.750,50	0,00
Pessoal Ativo	234.970,50	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	9.780,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	244.750,50	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.990.323,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	244.750,50	1,63
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	899.419,43	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	854.448,46	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	809.477,49	5,40

FONTE:

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.729.296,87	0,00
Pessoal Ativo	6.250.782,68	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	152.219,19	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	326.295,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.729.296,87	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.990.323,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.729.296,87	44,89
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.094.774,87	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.690.036,13	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.285.297,39	48,60

FONTE:

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	388.057,30	249.777,55	116.913,93
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	376.950,11	249.777,55	116.913,93
Interna	376.950,11	249.777,55	116.913,93
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	11.107,19	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.429.866,22	2.744.763,03	2.107.789,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.721.691,32	3.059.535,21	2.115.354,66
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	291.825,10	314.772,18	7.565,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.041.808,92	-2.494.985,48	-1.990.875,32
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.478.441,64	14.894.178,72	14.990.323,84
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,68%	1,68%	0,78%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,10%	-16,75%	-13,28%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.374.129,97	17.873.014,46	17.988.388,61
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.636.716,97	16.085.713,02	16.189.549,75

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	376.950,11	249.777,55	116.913,93
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	126.950,11	123.780,79	116.913,93
De Tributos	126.950,11	123.780,79	116.913,93
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	250.000,00	125.996,76	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	9.539,83	44.449,54	389,82
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.118.473,64	3.881.623,27	435.813,01

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	14.478.441,64	14.894.178,72	14.990.323,84
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.185.257,16	3.276.719,32	3.297.871,24
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.866.731,44	2.949.047,39	2.968.084,12

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.990.323,84	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.398.451,81	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.158.606,63	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.049.322,67	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida			14.990.323,84
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		6.974.047,37	46,52
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		8.994.194,30	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		8.544.484,59	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-1.990.875,32	-13,28
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		17.988.388,61	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		3.297.871,24	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.398.451,81	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.049.322,67	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	258.313,56	1.929.899,98
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
Valor Total		258.313,56	1.929.899,98

FONTE:

LRF 6º BIM 2015

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	864.028,00	864.028,00	870.382,43	100,74			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	178.373,00	178.373,00	153.536,09	86,08			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	185.000,00	185.000,00	183.933,79	99,42			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	300.000,00	300.000,00	357.159,64	119,05			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.000,00	140.000,00	121.343,08	86,67			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.915,00	11.915,00	32.887,53	276,02			
Dívida Ativa dos Impostos	33.120,00	33.120,00	13.804,39	41,68			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	15.620,00	15.620,00	7.717,91	49,41			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.219.000,00	16.219.000,00	12.763.055,03	78,69			
Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	5.891.264,88	77,52			
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	9.489,94	94,90			
Cota-Parte IPVA	450.000,00	450.000,00	376.026,08	83,56			
Cota-Parte ICMS	8.000.000,00	8.000.000,00	6.360.400,44	79,51			
Cota-Parte IP/Exportação	122.000,00	122.000,00	99.133,01	81,26			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	37.000,00	37.000,00	26.740,68	72,27			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	37.000,00	37.000,00	26.740,68	72,27			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	17.083.028,00	17.083.028,00	13.633.437,46	79,81			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	%			
			Até o Bimestre (d)	(d/c)*100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	617.955,00	617.955,00	593.613,75	96,06			
Provenientes da União	433.840,00	433.840,00	424.006,27	97,73			
Provenientes dos Estados	54.115,00	54.115,00	47.076,54	86,99			
Outras Receitas do SUS	130.000,00	130.000,00	122.530,94	94,25			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	33.610,00	33.610,00	34.532,93	102,75			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	651.565,00	651.565,00	628.146,68	96,41			
DESPESAS COM SAÚDE (por Grupo de Natureza da Despesa)							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100		Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.833.555,00	3.984.303,30	3.287.923,95	82,52	3.287.024,08	82,50	899,87
Pessoal e Encargos Sociais	1.493.500,00	1.547.312,34	1.219.384,15	78,81	1.219.384,15	78,81	0,00
Outras Despesas Correntes	2.340.055,00	2.436.990,96	2.068.539,80	84,88	2.067.639,93	84,84	899,87

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
		3.984.303,30	3.287.923,95	82,52	3.287.024,08	82,50	899,87
DESPESAS DE CAPITAL	107.410,00	160.599,81	75.497,40	47,01	75.497,40	47,01	0,00
Investimentos	107.410,00	160.599,81	75.497,40	47,01	75.497,40	47,01	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.940.965,00	4.144.903,11	3.363.421,35	81,15	3.362.521,48	81,12	899,87
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	633.965,00	789.003,48	564.606,30	16,79	564.129,93	16,78	476,37
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	633.965,00	789.003,48	564.606,30	16,79	564.129,93	16,78	476,37
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	633.965,00	789.003,48	564.606,30	16,79	564.129,93	16,78	476,37
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.307.000,00	3.355.899,63	2.798.815,05	83,21	2.798.391,55	83,22	423,50
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4							
20,53							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x IIIb)/100]							
753.799,43							

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) *100	
			Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica	3.880.875,00	4.063.333,20	3.336.176,12	99,16	822,93
Vigilância Sanitária	26.900,00	38.379,91	16.310,34	0,48	76,94
Vigilância Epidemiológica	33.190,00	44.190,00	11.934,89	0,35	0,00
TOTAL	3.940.965,00	4.145.903,11	3.364.421,35	100,00	899,87

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando c

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RRFO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)		
RECEITA DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	50.460,00				135.760,81	-85.300,81		
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00				0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.350,00				127.350,00	-77.000,00		
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	110,00				8.410,81	-8.300,81		
TOTAL	50.460,00				135.760,81	-85.300,81		
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)	
Despesas de Capital	30.709,90	30.709,90	30.709,90	30.709,90	0,00	0,00	0,00	
Investimentos	30.709,90	30.709,90	30.709,90	30.709,90	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	30.709,90	30.709,90	30.709,90	30.709,90	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)		
	97.089,75					202.140,66		

FONTE:

Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 18/01/2016

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	863.273,00	863.273,00	869.836,97	100,76
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	220.773,00	220.773,00	171.834,13	77,83
1.1.1- IPTU	178.373,00	178.373,00	153.536,09	86,08
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.300,00	5.300,00	1.153,11	21,76
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	27.000,00	27.000,00	10.766,80	39,88
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	10.100,00	10.100,00	6.378,13	63,15
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	185.000,00	185.000,00	183.933,79	99,42
1.2.1- ITBI	185.000,00	185.000,00	183.933,79	99,42
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	317.500,00	317.500,00	392.725,97	123,69
1.3.1- ISS	300.000,00	300.000,00	357.159,64	119,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.400,00	6.400,00	31.693,06	495,25
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.800,00	5.800,00	2.670,35	46,04
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.300,00	5.300,00	1.199,92	22,64
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.000,00	140.000,00	121.343,08	86,67
1.4.1- IRRF	140.000,00	140.000,00	121.343,08	86,67
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.219.000,00	16.219.000,00	13.091.109,19	80,71
2.1- Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	6.219.319,04	81,83
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.600.000,00	7.600.000,00	5.891.264,88	77,52
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	258.328,30	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	69.725,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.000.000,00	8.000.000,00	6.360.400,44	79,51
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	37.000,00	37.000,00	26.740,68	72,27
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	122.000,00	122.000,00	99.133,01	81,26
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	9.489,94	94,90
2.6- Cota-Parte IPVA	450.000,00	450.000,00	376.026,08	83,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.082.273,00	17.082.273,00	13.960.946,16	81,73
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	277.180,00	277.180,00	292.379,37	105,48
5.1- Transferências do Salário-Educação	160.000,00	160.000,00	183.497,02	114,69
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.180,00	3.180,00	1.260,00	39,62
5.3- Transferências Diretas - PNAE	45.000,00	45.000,00	40.716,00	90,48
5.4- Transferências Diretas - PNATE	69.000,00	69.000,00	46.559,44	67,48
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	20.346,91	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	149.783,52	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	149.783,52	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	196.855,00	196.855,00	270.545,46	137,43
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	474.035,00	474.035,00	712.708,35	150,35
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.238.720,00	3.238.720,00	2.552.608,53	78,82
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.520.000,00	1.520.000,00	1.178.252,63	77,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.600.000,00	1.600.000,00	1.272.079,02	79,50
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.400,00	7.400,00	5.348,07	72,27
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	23.320,00	23.320,00	19.826,50	85,02
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	1.897,93	94,90
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	86.000,00	86.000,00	75.204,38	87,45
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.607.950,00	1.607.950,00	1.615.891,51	100,49
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	1.606.264,68	100,39
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.950,00	7.950,00	9.626,83	121,09
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.638.720,00	-1.638.720,00	-946.343,85	57,75
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	960.000,00	1.583.601,83	1.539.475,84	97,21	1.539.475,84	97,21	0,00
13.1- Com Educação Infantil	400.000,00	500.000,00	494.236,91	98,85	494.236,91	98,85	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	560.000,00	1.083.601,83	1.045.238,93	96,46	1.045.238,93	96,46	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	647.950,00	162.950,00	97.832,49	60,04	97.832,49	60,04	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	647.950,00	162.950,00	97.832,49	60,04	97.832,49	60,04	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.607.950,00	1.746.551,83	1.637.308,33	93,75	1.637.308,33	93,75	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							23.601,83
17.1 - FUNDEB 60%							23.601,83
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							23.601,83
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.613.706,50
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ⁴ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							93,81
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							6,05
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,14
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							23.601,83
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							23.601,83
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.270.568,25		4.270.568,25		3.490.236,54	81,73	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	965.000,00	1.055.177,40	784.116,95	74,31	783.277,12	74,23	839,83
23.1- Creche	385.000,00	375.000,00	181.918,53	48,51	181.533,70	48,41	384,83
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	385.000,00	375.000,00	181.918,53	48,51	181.533,70	48,41	384,83
23.2- Pré-escola	580.000,00	676.833,53	598.854,55	88,48	598.399,55	88,41	455,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	400.000,00	500.000,00	494.236,91	98,85	494.236,91	98,85	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	180.000,00	176.833,53	104.617,64	59,16	104.162,64	58,90	455,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.742.950,00	2.802.587,86	2.321.477,79	82,83	2.318.782,79	82,74	2.695,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.207.950,00	1.246.551,83	1.143.071,42	91,70	1.143.071,42	91,70	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.535.000,00	1.556.036,03	1.178.406,37	75,73	1.175.711,37	75,56	2.695,00
25- ENSINO MÉDIO	56.000,00	47.500,00	44.533,20	93,75	44.533,20	93,75	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	148.000,00	139.200,00	126.596,50	90,95	126.596,50	90,95	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.911.950,00	4.044.465,26	3.276.724,44	81,02	3.273.189,61	80,93	3.534,83
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-946.343,85
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							9.626,83
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							22.421,74
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-914.295,28
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							4.019.890,02
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,79
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	160.000,00	399.112,87	149.511,00	37,46	149.511,00	37,46	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	673.280,00	818.219,77	664.495,96	81,21	664.443,96	81,21	52,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	833.280,00	1.217.332,64	814.006,96	66,87	813.954,96	66,86	52,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.745.230,00	5.261.797,90	4.090.731,40	77,74	4.087.144,57	77,68	3.586,83

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		25.063,73	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.606.264,68	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.638.770,23	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.638.770,23	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		9.626,83	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.185,01	0,00

LINDOIA DO SUL, 18/01/2016

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³Caput do art. 212 da CF/1988⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL	2.539.785,16	1.288.835,73	1.017.427,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.539.785,16	1.288.835,73	1.017.427,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.539.785,16	-	-1.017.427,00

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		17.917.000,00	
Previsão Atualizada		17.917.000,00	
Receitas Realizadas		15.986.703,11	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		747.344,49	
DESPESAS			
Dotação Inicial		17.917.000,00	
Créditos Adicionais		1.832.658,47	
Dotação Atualizada		19.749.658,47	
Despesas Empenhadas		15.617.384,44	
Despesas Liquidadas		15.359.070,88	
Despesas pagas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		258.313,56	
Superavit Orçamentário		627.632,23	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		15.617.384,44	
Liquidadas		15.359.070,88	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		258.313,56	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		14.990.323,84	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		18.000,00	50.933,60
Resultado Primário		61.885,00	194.547,16
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.118.473,64	415,00	940.559,19
EXECUTIVO	1.118.473,64	415,00	940.559,19
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	291.825,10	0,00	291.825,10
EXECUTIVO	291.825,10	0,00	291.825,10
TOTAL:	1.410.298,74	415,00	1.232.384,29
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.019.890,02	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.539.475,84	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.522.358,16	1.017.427,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de LINDOIA DO SUL - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre			
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			127.350,00			
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			30.709,90			
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde			2.798.815,05	15,00	20,53	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.817.700,00	17.817.700,00	2.842.388,59	15,95	15.981.766,98	89,13
RECEITAS CORRENTES	17.711.806,00	17.711.806,00	2.689.719,87	15,19	15.071.629,26	85,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.127.338,00	1.127.338,00	122.433,89	10,86	905.030,76	80,28
IMPOSTOS	803.373,00	803.373,00	114.900,19	14,30	790.979,93	98,46
TAXAS	154.500,00	154.500,00	7.533,70	4,88	114.050,83	73,82
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	169.465,00	169.465,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	223.000,00	223.000,00	47.728,08	21,40	227.329,45	101,94
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	93.000,00	93.000,00	21.936,55	23,59	84.305,42	90,65
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	130.000,00	130.000,00	25.791,53	19,84	143.024,03	110,02
RECEITA PATRIMONIAL	140.965,00	140.965,00	44.875,24	31,83	306.284,24	217,26
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	7.514,17	0,00
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	140.965,00	140.965,00	44.875,24	31,83	298.750,07	211,93
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	106.000,00	106.000,00	14.782,09	13,92	104.039,34	98,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.924.548,00	15.924.548,00	2.432.077,01	15,27	13.363.815,28	83,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.714.360,00	15.714.360,00	2.394.631,13	15,24	13.214.031,76	84,09
TRANSF. DE PESSOAS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CONV.	207.188,00	207.188,00	37.445,88	18,07	149.783,52	72,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	179.955,00	179.955,00	27.853,56	15,48	168.150,19	93,44
MULTAS E JUROS DE MORA	91.285,00	91.285,00	19.696,95	21,58	112.504,56	123,25
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.750,00	8.750,00	4.200,09	48,00	24.047,19	274,83
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	73.420,00	73.420,00	3.956,52	5,39	29.901,62	40,73
RECEITAS DIVERSAS	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	1.696,82	26,10
RECEITAS DE CAPITAL	105.894,00	105.894,00	152.668,72	144,17	807.137,72	762,21
ALIENAÇÃO DE BENS	50.350,00	50.350,00	0,00	0,00	127.350,00	252,93
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.350,00	50.350,00	0,00	0,00	127.350,00	252,93
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	50.000,00	50.000,00	6.277,43	12,55	40.471,43	80,94
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.544,00	5.544,00	146.391,29	2.640,54	639.316,29	11.531,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	270.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.544,00	5.544,00	146.391,29	2.640,54	369.316,29	6.661,55
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	99.300,00	99.300,00	24.640,56	24,81	104.935,13	105,68
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.917.000,00	17.917.000,00	2.867.029,15	16,00	15.986.703,11	89,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.917.000,00	17.917.000,00	2.867.029,15	16,00	15.986.703,11	1.930.296,89
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	17.917.000,00	17.917.000,00	2.867.029,15	16,00	15.986.703,11	1.930.296,89
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	988.911,01	—	—	747.344,49	—
Superávit Financeiro	—	988.911,01	—	—	747.344,49	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.917.000,00	19.749.658,47	1.655.447,23	15.617.384,44	4.132.274,03	3.124.069,38	15.359.070,88	4.390.587,59	15.351.505,47	258.313,56
DESPESAS CORRENTES	16.531.162,00	17.207.873,31	1.498.934,38	14.095.026,28	3.112.847,03	2.875.981,03	14.070.235,15	3.137.638,16	14.062.665,74	24.791,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.729.600,00	7.919.574,17	1.343.490,89	6.637.972,37	1.281.601,80	1.361.892,41	6.637.972,37	1.281.601,80	6.637.972,37	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	72.500,00	53.500,00	-19.888,84	20.656,62	32.843,38	4.130,95	20.656,62	32.843,38	20.656,62	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.729.062,00	9.234.799,14	175.372,33	7.436.397,29	1.798.401,85	1.509.957,57	7.411.606,16	1.823.192,98	7.404.040,75	24.791,13
DESPESAS DE CAPITAL	1.383.838,00	2.539.785,16	156.512,85	1.522.358,16	1.017.427,00	248.088,35	1.288.835,73	1.250.949,43	1.288.835,73	233.522,43
INVESTIMENTOS	1.034.838,00	2.207.585,16	158.476,67	1.247.014,79	960.570,37	200.967,57	1.013.492,36	1.194.092,80	1.013.492,36	233.522,43
INVERSOES FINANCEIRAS	19.000,00	7.200,00	0,00	4.200,00	3.000,00	700,00	4.200,00	3.000,00	4.200,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.000,00	325.000,00	-1.963,82	271.143,37	53.856,63	46.420,68	271.143,37	53.856,63	271.143,37	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.917.000,00	19.749.658,47	1.655.447,23	15.617.384,44	4.132.274,03	3.124.069,38	15.359.070,88	4.390.587,59	15.351.505,47	258.313,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.917.000,00	19.749.658,47	1.655.447,23	15.617.384,44	4.132.274,03	3.424.069,38	15.359.070,88	4.390.567,59	0,00	258.313,56
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	627.632,23	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.917.000,00	19.749.658,47	1.655.447,23	15.617.384,44	-	3.424.069,38	15.986.703,11	-	15.351.505,47	258.313,56

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)	
					No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	99.300,00	99.300,00	99.300,00	99.300,00	24.640,56	24,81	104.936,13	105,68	-5.636,13	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	99.300,00	99.300,00	99.300,00	99.300,00	24.640,56	24,81	104.936,13	105,68	-5.636,13	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	99.300,00	99.300,00	99.300,00	99.300,00	24.640,56	24,81	104.936,13	105,68	-5.636,13	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	99.300,00	99.300,00	99.300,00	99.300,00	24.640,56	24,81	104.936,13	105,68	-5.636,13	

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 18/01/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec-Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dallai
Contador CRC 016.795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-d)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (a>Total b)			% (a>Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Legislativa	17.917.000,00	19.749.656,47	1.655.447,23	100,00	4.132.274,03	3.124.069,38	15.359.070,88	4.330.587,59	258.313,56
Ação Legislativa	329.600,00	329.600,00	40.717,86	1,73	59.889,06	47.124,95	289.445,94	60.154,06	265,00
Administração	329.600,00	329.600,00	40.717,86	1,73	59.889,06	47.124,95	289.445,94	60.154,06	265,00
Administração Geral	2.462.979,00	2.462.979,00	162.471,78	13,60	338.935,87	444.879,19	2.122.016,13	340.962,87	2.027,00
Segurança Pública	2.462.979,00	2.462.979,00	162.471,78	13,60	338.935,87	444.879,19	2.122.016,13	340.962,87	2.027,00
Policiamento	54.000,00	107.720,76	1.604,80	0,35	53.892,24	4.844,94	53.455,24	54.265,52	437,00
Defesa Civil	34.000,00	87.720,76	1.604,80	0,35	53.892,24	4.844,94	53.455,24	34.265,52	437,00
Assistência Social	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Administração Geral	922.532,00	1.094.680,54	79.715,02	4,01	488.570,05	147.170,29	625.937,39	488.743,15	173,10
Assistência ao Idoso	271.000,00	271.000,00	45.489,08	1,17	87.713,36	45.489,08	183.286,64	87.713,36	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	25.000,00	25.000,00	254,45	0,03	19.932,55	786,03	5.067,45	19.932,55	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.300,00	11.146,58	-1.301,98	0,02	7.739,56	744,02	3.410,02	7.739,56	0,00
Assistência Comunitária	273.632,00	306.355,01	21.393,02	1,41	88.610,55	43.291,30	219.636,26	86.718,75	108,20
Saúde	344.600,00	481.175,95	13.880,45	1,37	266.574,03	56.859,86	214.537,02	266.638,93	64,90
Atenção Básica	4.146.265,00	4.393.320,11	280.287,37	22,80	793.046,24	698.455,09	3.549.190,87	804.012,44	10.865,20
Vigilância Sanitária	3.880.875,00	4.063.333,20	272.546,10	21,36	727.157,08	690.453,40	3.335.353,19	727.980,01	822,93
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	207.300,00	207.300,00	-868,56	1,25	11.564,48	24.049,85	185.689,19	21.630,81	10.865,33
Vigilância Epidemiológica	26.900,00	36.379,91	4.227,99	0,10	22.069,57	6.175,55	16.233,40	22.146,51	76,94
Educação	33.190,00	44.190,00	4.451,84	0,08	32.255,11	7.776,29	11.894,89	32.255,11	0,00
Alimentação e Nutrição	4.595.230,00	5.010.604,12	566.556,99	24,80	1.137.154,23	757.393,64	3.869.915,06	1.140.686,06	3.534,83
Educação Especial	120.000,00	154.154,00	14.616,30	0,69	45.997,81	14.759,26	106.195,19	45.997,81	0,00
Educação Infantil	3.171.230,00	3.335.826,73	423.159,02	17,07	669.665,31	519.169,32	2.663.466,42	672.360,31	2.895,00
Educação Fundamental	56.000,00	47.500,00	-2.966,80	0,29	2.966,80	9.687,36	44.533,20	2.966,80	0,00
Educação Superior	148.000,00	138.200,00	-3.122,53	0,81	12.603,50	31.244,74	126.596,50	12.603,50	0,00
Educação Especial	965.000,00	1.291.923,39	134.886,46	5,70	401.060,45	176.508,42	890.023,11	401.900,28	839,83
Cultura	45.000,00	42.000,00	-15,46	0,24	4.860,36	6.014,54	37.139,64	4.860,36	0,00
Patrimônio Cultural	85.000,00	119.420,00	7.240,80	0,71	8.155,16	19.447,28	111.212,84	8.207,16	52,00
Urbanismo	615.000,00	668.024,03	69.901,45	3,78	67.409,69	131.941,17	587.418,34	70.605,69	3.196,00
Serviços Urbanos	615.000,00	668.024,03	69.901,45	3,78	67.409,69	131.941,17	587.418,34	70.605,69	3.196,00
Habituação	63.500,00	48.500,00	5.177,33	0,19	18.574,22	5.177,33	29.925,78	18.574,22	0,00
Habituação Urbana	63.500,00	48.500,00	5.177,33	0,19	18.574,22	5.177,33	29.925,78	18.574,22	0,00
Saneamento	209.000,00	209.000,00	0,00	1,31	5.000,00	51.000,00	204.000,00	5.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	209.000,00	209.000,00	0,00	1,31	5.000,00	51.000,00	204.000,00	5.000,00	0,00
Gestão Ambiental	43.000,00	41.000,00	36.426,76	0,23	4.381,49	36.426,76	36.618,51	4.381,49	0,00
Administração Geral	35.000,00	37.000,00	36.426,76	0,23	573,24	36.426,76	36.426,76	573,24	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	4.000,00	0,00	0,00	3.808,25	0,00	191,75	3.808,25	0,00
Agricultura	1.668.500,00	1.711.410,00	125.091,53	9,32	255.138,96	286.609,61	1.452.971,04	258.438,96	3.300,00
Saneamento Básico Rural	66.000,00	36.000,00	151,00	0,03	31.181,00	151,00	4.819,00	31.181,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.917.000,00	19.746.656,47	1.655.447,23	15.617.394,44	4.132.274,03	3.124.069,38	15.359.070,88	4.390.587,59	258.313,56
Agricultura	1.696.500,00	1.711.410,00	125.091,53	1.456.271,04	9,32	255.136,96	1.452.971,04	258.438,96	3.300,00
Abastecimento	220.000,00	311.000,00	3.988,11	293.647,34	1,88	17.352,66	293.647,34	17.352,66	0,00
Extensão Rural	1.247.000,00	1.243.910,00	130.614,45	1.050.037,03	6,72	193.872,97	1.046.737,03	197.172,97	3.300,00
Promoção da Produção Agropecuária	165.500,00	120.500,00	-9.662,03	107.767,67	0,69	12.732,33	107.767,67	12.732,33	0,00
Indústria	306.000,00	306.000,00	0,00	27.825,01	0,18	278.174,99	27.825,01	278.174,99	0,00
Promoção Industrial	306.000,00	306.000,00	0,00	27.825,01	0,18	278.174,99	27.825,01	278.174,99	0,00
Transporte	2.191.394,00	3.034.516,91	288.662,61	2.487.124,06	15,93	547.392,85	2.252.761,63	781.755,28	234.362,43
Transporte Rodoviário	2.191.394,00	3.034.516,91	288.662,61	2.487.124,06	15,93	547.392,85	2.252.761,63	781.755,28	234.362,43
Desporto e Lazer	200.000,00	180.000,00	-3.381,84	149.382,53	0,96	30.617,47	149.382,53	30.617,47	0,00
Desporto Comunitário	200.000,00	180.000,00	-3.381,84	149.382,53	0,96	30.617,47	149.382,53	30.617,47	0,00
Encargos Especiais	81.000,00	81.000,00	-5.005,23	16.994,77	0,11	64.005,23	16.994,77	64.005,23	0,00
Serviço da Dívida Interna	81.000,00	81.000,00	-5.005,23	16.994,77	0,11	64.005,23	16.994,77	64.005,23	0,00
Reserva de Contingência	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
Reserva de Contingência	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.917.000,00	19.746.656,47	1.655.447,23	15.617.394,44	4.132.274,03	3.124.069,38	15.359.070,88	4.390.587,59	258.313,56

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 19/01/2016

Marcelo Ribeiro Perondi
Sec. Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dallila
Contador CRC 016.795/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANHEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
		Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.523.551,73	1.468.569,62	1.342.709,42	1.512.561,10	1.638.447,93	1.437.572,47	1.388.793,82	1.450.146,45	1.291.475,66	1.446.679,30	1.387.941,98	1.719.791,71	17.627.237,79	20.990.526,00
	IP.T.U.L.	22.148,03	72.271,65	81.650,32	101.350,30	157.195,96	56.991,42	74.593,91	76.265,19	51.258,45	68.611,44	54.090,12	68.343,77	905.090,76	1.127.338,00
	IP.R.F.	0,00	0,00	0,00	23.094,59	77.608,44	3.899,47	2.790,01	4.616,34	2.207,98	4.217,06	1.705,83	2.584,70	128.543,42	178.373,00
	I.S.S.	0,00	8.646,17	8.096,65	9.794,00	9.750,10	9.077,18	9.793,67	10.637,38	8.831,91	9.840,77	9.473,59	27.411,66	121.543,08	140.000,00
	I.T.B.I.	14.050,46	32.748,70	42.512,63	33.359,63	27.388,31	31.541,61	37.919,55	30.099,25	23.614,26	28.119,07	24.078,54	31.793,43	357.159,64	300.000,00
	Outras Receitas Tributárias	5.695,27	13.288,07	10.535,21	10.423,02	12.190,42	17.170,23	20.862,73	27.353,88	13.450,43	44.976,99	15.199,53	2.912,91	183.933,79	185.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.492,30	17.587,91	20.595,63	18.689,86	30.259,69	5.953,93	3.223,96	3.613,24	3.323,87	1.457,55	3.672,63	3.881,07	114.050,83	323.955,00
	RECEITA PATRIMONIAL	11.894,16	15.814,22	17.365,47	15.591,81	19.457,77	20.080,05	19.454,10	18.914,30	20.212,27	19.816,21	19.853,91	27.874,17	227.329,45	223.000,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	18.598,93	19.394,20	25.294,15	30.004,96	25.529,95	34.157,54	29.665,26	28.374,21	26.747,31	23.862,49	22.148,19	22.727,05	306.264,24	140.955,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	4.413,46	2.827,97	4.729,84	5.438,34	7.637,35	7.250,85	10.744,96	30.282,52	8.385,18	7.576,78	4.989,09	9.763,00	104.039,34	106.000,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.455.253,60	1.349.331,42	1.205.885,05	1.352.490,81	1.419.117,32	1.305.900,88	1.253.740,82	1.277.129,63	1.166.357,94	1.281.065,51	1.284.703,07	1.575.387,76	15.916.423,81	18.163.298,00
	Cota-Parte do F.P.M.	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	591.411,88	514.688,39	381.036,57	445.646,92	371.540,26	422.874,40	437.498,38	549.022,36	5.891.264,88	7.600.000,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	585.400,59	521.468,22	523.716,75	562.965,30	532.708,62	510.504,24	515.368,30	495.065,37	516.719,79	534.262,80	537.499,42	524.711,04	6.390.400,44	8.000.000,00
	Cota-Parte do I.P.V.A.	17.110,80	26.722,20	32.253,38	37.907,85	46.147,12	36.939,33	44.848,73	38.526,10	32.397,01	31.789,67	22.590,76	7.480,13	376.026,08	450.000,00
	Cota-Parte do ITR	8,98	291,66	0,00	95,49	0,00	7,28	0,00	33,92	3.300,15	5.727,44	42,28	18,74	9.489,94	10.000,00
	Outras Transferências Correntes	98.227,80	49.352,24	68.006,76	114.473,55	97.166,54	99.679,70	174.572,27	154.885,05	96.560,51	141.673,15	104.462,05	348.024,38	1.547.104,10	1.344.268,00
	Transferências de LC 61/1989	12.208,45	7.263,33	7.125,15	7.462,47	8.418,51	8.016,64	7.386,79	7.859,91	7.837,56	9.090,93	8.292,85	8.173,62	96.133,01	122.000,00
	Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	8.919,55	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	2.228,39	26.740,68	37.000,00
	Transferências do FUNDEB	142.991,21	132.428,16	129.148,49	138.749,67	141.006,16	134.004,91	128.239,77	131.878,97	125.774,27	133.446,73	131.809,14	135.724,10	1.603.264,68	1.600.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	112.735,5	8.939,96	7.794,59	13.122,72	9.509,18	13.122,72	10.911,77	18.180,60	28.244,51	24.892,87	12.157,60	15.695,96	169.150,19	179.955,00	
DEDUÇÕES (II)	242.812,69	240.079,04	208.249,05	226.719,82	243.432,74	221.392,64	197.128,65	203.354,15	193.864,30	208.130,48	216.930,66	233.019,71	2.636.919,95	3.331.720,00	
Contribuição para o F.A.M. - Ativo	0,00	6.247,33	6.306,41	6.750,81	6.894,95	6.962,51	6.900,02	6.924,17	6.904,79	6.930,93	6.899,41	13.881,90	80.265,23	85.000,00	
Contribuição para o F.A.M. - Passivo	0,00	321,69	199,09	321,69	355,08	355,08	355,08	357,08	357,08	355,08	355,08	355,08	4.040,19	8.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	242.812,69	233.510,02	201.741,56	219.647,32	236.182,71	214.455,05	190.173,55	198.072,90	186.904,43	201.194,48	209.695,17	218.327,65	2.552.696,53	3.238.720,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.280.739,04	1.228.490,58	1.134.460,36	1.285.841,28	1.395.014,79	1.216.179,83	1.201.662,17	1.244.792,30	1.097.611,36	1.237.546,91	1.181.011,32	1.486.772,00	14.960.323,94	17.618.906,00	
FONTE:															
LINDOIA DO SUL, 18/01/2016															
Marcelo Ribeiro Perondi	Pedro Af. Pinheiro	Geneci Dalari													
Sec. Adj. Ordenador de Despesas	Prefeito Municipal	Contador CRC 016.795/O													

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	388.057,30	163.334,61	116.913,93
DEDUÇÕES (II)	2.429.866,22	2.433.126,07	2.107.789,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.721.691,32	2.661.837,65	2.115.354,66
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	291.825,10	228.711,58	7.565,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.041.808,92	-2.269.791,46	-1.990.875,32
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.041.808,92	-2.269.791,46	-1.990.875,32

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
VALOR	278.916,14	50.933,60

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	18.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 18/01/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contador CRC 016.795/O

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.670.141,00	14.880.815,32	14.436.605,11	
Receita Tributária	1.127.338,00	905.030,76	663.073,45	
I.P.T.U.	178.373,00	128.543,42	96.016,99	
I.S.S.	300.000,00	357.159,64	245.387,91	
I.T.B.I.	185.000,00	183.933,79	123.279,39	
I.R.F.	140.000,00	121.343,08	106.970,31	
Outras Receitas Tributárias	323.965,00	114.050,83	91.418,85	
Receita de Contribuição	322.300,00	332.265,58	286.084,17	
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Outras Contribuições	322.300,00	332.265,58	286.084,17	
Receita Patrimonial Líquida	0,00	7.514,17	0,00	
Receita Patrimonial	140.965,00	306.264,24	222.118,65	
(-) Aplicações Financeiras	140.965,00	298.750,07	222.118,65	
Transferências Correntes	15.924.548,00	13.363.815,28	13.236.177,61	
F.P.M.	6.080.000,00	4.713.012,25	4.773.764,06	
I.C.M.S.	6.400.000,00	5.088.321,42	5.029.949,05	
Convênios	207.188,00	149.783,52	165.151,00	
Outras Transferências Correntes	3.237.360,00	3.412.698,09	3.267.313,50	
Demais Receitas Correntes	295.955,00	272.189,53	251.269,88	
Dívida Ativa	73.420,00	29.901,62	29.675,40	
Diversas Receitas Correntes	222.535,00	242.287,91	221.594,48	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	105.894,00	807.137,72	1.572.415,42	
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)	50.000,00	40.471,43	37.788,20	
Alienação de Ativos (V)	50.350,00	127.350,00	123.039,27	
Transferências de Capital	5.544,00	639.316,29	1.411.587,95	
Convênios	5.544,00	369.316,29	1.411.587,95	
Outras Transferências de Capital	0,00	270.000,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.544,00	639.316,29	1.411.587,95	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.675.685,00	15.520.131,61	15.848.193,06	
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.207.873,31	14.095.026,28	14.070.235,15	13.355.014,56
	17.207.873,31	14.095.026,28	14.070.235,15	13.355.014,56
Pessoal e Encargos Sociais	7.919.574,17	6.637.972,37	6.637.972,37	24.791,13
	7.919.574,17	6.637.972,37	6.637.972,37	24.791,13
			6.333.255,58	92.291,14
			0,00	0,00

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.207.873,31	14.095.026,28	13.447.305,70	14.070.235,15	13.355.014,56	24.791,13	92.291,14
Juros e Encargos da Dívida (IX)	53.500,00	20.656,62	48.510,89	20.656,62	48.510,89	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.234.799,14	7.436.397,29	7.065.539,23	7.411.606,16	6.973.248,09	24.791,13	92.291,14
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.154.373,31	14.074.369,66	13.398.794,81	14.049.578,53	13.306.503,67	24.791,13	92.291,14
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.539.785,16	1.522.358,16	3.190.895,11	1.288.835,73	2.382.312,61	233.522,43	808.582,50
Investimentos	2.207.585,16	1.247.014,79	2.805.605,75	1.013.492,36	1.997.023,25	233.522,43	808.582,50
Inversões Financeiras	7.200,00	4.200,00	4.000,00	4.200,00	4.000,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	7.200,00	4.200,00	0,00	4.200,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	325.000,00	271.143,37	381.289,36	271.143,37	381.289,36	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.214.785,16	1.251.214,79	2.805.605,75	1.017.692,36	1.997.023,25	233.522,43	808.582,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.371.158,47	15.325.584,45	16.204.400,56	15.067.270,89	15.303.526,92	258.313,56	900.873,64
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.695.473,47	194.547,16	-356.207,50	452.860,72	544.666,14	15.261.818,05	14.947.319,42
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	747.344,49	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	747.344,49	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							61.885,00

FONTE:

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LINDOIA DO SUL , 18/01/2016

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenador de Despesas

Pedro Ari Paizotto
Prefeito Municipal

Genezi Dellai
Contador CRC 016.795/O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+h)	
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA												
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL	0,00	291.825,10	291.825,10	0,00	-	217.600,00	900.873,64	940.559,19	940.559,19	415,00	177.499,45	177.499,45
Gabinete do Prefeito e Vice	0,00	291.825,10	291.825,10	0,00	0,00	217.600,00	900.873,64	940.559,19	940.559,19	415,00	177.499,45	177.499,45
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	5.521,84	5.521,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	513,16	513,16	513,16	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AM	0,00	6.522,68	6.522,68	0,00	0,00	0,00	13.408,29	12.993,29	12.993,29	415,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E	0,00	270.048,00	270.048,00	0,00	0,00	0,00	4.653,69	4.653,69	4.653,69	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOC	0,00	9.629,89	9.629,89	0,00	0,00	42.600,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	12.600,00	12.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOC	0,00	102,69	102,69	0,00	0,00	175.000,00	479.402,50	489.503,05	489.503,05	0,00	164.899,45	164.899,45
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
	-	-	-	-	-	0,00	2.895,00	2.895,00	2.895,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	291.825,10	291.825,10	0,00	0,00	217.600,00	900.873,64	940.559,19	940.559,19	415,00	177.499,45	177.499,45

ONTE:

FONTE:

Macieira

PREFEITURA

decreto 1544

DECRETO Nº 1544, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Previdência

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos Art. 22, da Lei Complementar nº 050, de 01/04/2013 (Institui o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, e cria o Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Macieira - FUPEM).

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado conforme Art 22 da Lei Complementar nº 050, que Iana Spanholi Abraão será Presidente do Conselho do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Macieira – FUPEM, e Severino de Oliveira, Tesoureiro do Fupem, e terão mandato de 02(dois) anos, juntamente com os nomeados a fazerem parte do conselho, abaixo relacionados:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Silvana Gorette Maffioletti TITULAR
Rozane Bertotto TITULAR
Eduardo M Zilio SUPLENTE
Ocimar Carlos Pioli SUPLENTE

II- REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

Taise Campagnin TITULAR
Sílvia Ribeiro SUPLENTE

III - REPRESENTANTES DOS SERVIDORES ATIVOS:

Ronivon Luiz Bridi TITULAR
Adriano Lazzarotti TITULAR
Ailson Gomes SUPLENTE
Leomar Perovano SUPLENTE

IV - REPRESENTANTES DOS INATIVOS E PENCIONISTAS:

Leonildo A Maurina TITULAR
Edemar Nicolau Khun SUPLENTE

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, bem como Decreto nº1286/13.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de janeiro de 2016.

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de móveis e divisórias destinados aos departamentos da Prefeitura Municipal de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 03/02/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 19 de janeiro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S-10) para os veículos de uso da Secretaria Municipal de Saúde que fazem o transporte de pacientes à Florianópolis/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 02/02/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 19 de janeiro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 64/2016

DECRETO Nº 64, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MARCIELE FERNANDA SCHROEDER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 105.991.019-54, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 17 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 65/2016

DECRETO Nº 65, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre interdição do Espaço Criança Sorriso e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto determinado que aos domingos, das 8 às 22 horas, o Espaço Criança Sorriso, será interditado para o trânsito de veículos, a fim de que o local fique disponível para o lazer dos munícipes com a segurança necessária.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 19 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2015**

ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, por meio de seu presidente informa por meio deste, a todos que interessarem a correção aos termos do preâmbulo do referido contrato administrativo, acrescentando o seguinte:

"O presente Contrato tem fundamento no Procedimento Licitatório nº 7/2015 - Dispensa Licitatória nº 1/2015, que funda o presente termo." Altera-se ainda o valor mensal a ser pago, previsto no quadro da cláusula Terceira do mesmo contrato para que figure com a seguinte redação e o seguinte valor:

Onde se lê:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2016	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2016
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 345,00	R\$ 3.726,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2016			R\$ 3.726,00

Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2016	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2016
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 310,50	R\$ 3.726,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2016			R\$ 3.726,00

Conforme publicado no átrio da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha em 11 de dezembro de 2015.

Maravilha/SC, aos 11 dias de janeiro de 2016

Sergio Bourscheid

Presidente

ERRATA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2015

ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, por meio de seu presidente informa por meio deste, a todos que interessarem a correção aos termos do preâmbulo do referido contrato administrativo, acrescentando o seguinte:

"O presente Contrato tem fundamento no Procedimento Licitatório nº 8/2015 - Dispensa Licitatória nº 2/2015, que funda o presente termo."

Conforme publicado no átrio da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha em 21 de dezembro de 2015.

Maravilha/SC, aos 11 dias de janeiro de 2016.

Sergio Bourscheid

Presidente

ERRATA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2015

ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, por meio de seu presidente informa por meio deste, a todos que interessarem a correção aos termos do preâmbulo do referido contrato administrativo, acrescentando o seguinte:

"O presente Contrato tem fundamento no Procedimento Licitatório nº 9/2015 - Dispensa Licitatória nº 3/2015, que funda o presente termo."

Conforme publicado no átrio da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha em 23 de dezembro de 2015.

Maravilha/SC, aos 11 dias de janeiro de 2016.

Sergio Bourscheid

Presidente

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2015 - DISPENSA Nº 1/2015

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 11/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, CNPJ nº 09.427.503/0001-12.

OBJETO: Prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação conforme especificações do Edital de Dispensa licitatória 1/2015.

VALOR: R\$ 3.726,00 (três mil setecentos e vinte e seis reais), conforme proposta vencedora na licitação.

A íntegra do Contrato Administrativo está disponível no site da entidade no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMaItem/40450>.

DATA DE EMISSÃO: 11 de dezembro de 2015.

VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2016.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO PP Nº 1/2014 - 3º TERMO ADITIVO

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 12/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

OBJETO: locação de softwares e prestação de serviços correlatos conforme especificações do Edital do Pregão Presencial nº 1/2014.

VALOR: R\$ 11.851,92 (onze mil oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos), conforme proposta, mas com previsão de reajuste por índice oficial.

A íntegra do Contrato Administrativo está disponível no site da entidade no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMaItem/40450>.

DATA DE EMISSÃO: 17 de dezembro de 2015.

VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2016.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2015 - DISPENSA Nº 2/2015

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 13/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 82.891.805/0001-37.

OBJETO: Prestação de serviços de Segurança com Monitoramento Eletrônico conforme especificações do Edital de Dispensa licitatória 2/2015.

VALOR: R\$ 3.480,00 (três mil quatrocentos e oitenta reais), conforme proposta vencedora na licitação.

A íntegra do Contrato Administrativo está disponível no site da entidade no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMaItem/40450>.

DATA DE EMISSÃO: 21 de dezembro de 2015.

VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2016.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2015 - DISPENSA Nº 3/2015

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 14/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI EPP, CNPJ nº 05.245.502/0001-04.

OBJETO: Fornecimento de acesso direto à rede mundial de computadores (Internet) conforme especificações do Edital de Dispensa licitatória 3/2015.

VALOR: R\$ 1.438,80 (mil quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), conforme proposta vencedora na licitação.

A íntegra do Contrato Administrativo está disponível no site da entidade no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMaItem/40450>.

DATA DE EMISSÃO: 23 de dezembro de 2015.

VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2016.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015 - DISPENSA Nº 4/2015

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 15/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: ROSMERI COUTO DA ROSA ME, CNPJ nº 07.924.231/0001-30.

OBJETO: Serviços de locação de máquina impressora de sua propriedade, mono, com manutenção preventiva e corretiva da máquina e reposição de tinta, denominado "Sistema de Impressão", conforme especificações do Edital de Dispensa licitatória 4/2015.

VALOR: R\$ 1.920,00 (mil novecentos e vinte reais), conforme proposta vencedora na licitação.

A íntegra do Contrato Administrativo está disponível no site da entidade no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMaItem/40450>.

DATA DE EMISSÃO: 28 de dezembro de 2015.

VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2016.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015 - DISPENSA Nº 5/2015

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 16/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: ROSMERI COUTO DA ROSA ME, CNPJ nº 07.924.231/0001-30.

OBJETO: Serviços de locação de máquina impressora de sua propriedade, colorida, com manutenção preventiva e corretiva da máquina e reposição de tinta, denominado "Sistema de Impressão", conforme especificações do Edital de Dispensa licitatória 5/2015.

VALOR: R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais), conforme proposta vencedora na licitação.

A íntegra do Contrato Administrativo está disponível no site da entidade no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMpaItem/40450>.

DATA DE EMISSÃO: 28 de dezembro de 2015.

VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2016.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - DISPENSA Nº 6/2015

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 17/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: INFO DIGITALL - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA A GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME, CNPJ nº 86.731.494/0001-08.

OBJETO: Locação de Sistema de informática conforme especificações do Edital de Dispensa licitatória 6/2015.

VALOR: R\$ 4.652,28 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos), conforme proposta vencedora na licitação.

A íntegra do Contrato Administrativo está disponível no site da entidade no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMpaItem/40450>.

DATA DE EMISSÃO: 28 de dezembro de 2015.

VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2016.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 8/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO PP Nº 6/2015

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 8/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: MB CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 78.485.224/0001-28.

OBJETO: 1 (uma) máquina fotográfica digital, tipo profissional, 1 (um) microfone de Lapela duplo e 1 (um) HD externo todos conforme detalhamento do Edital e especificações do Anexo I.

VALOR: R\$ 3.209,00 (três mil duzentos e nove reais), conforme proposta vencedora na licitação.

A íntegra do Contrato Administrativo está disponível no site da entidade no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMpaItem/40450>.

DATA DE EMISSÃO: 07 de dezembro de 2015.

VENCIMENTO: 17 de dezembro de 2015.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO PP Nº 6/2015

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 9/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: TEPECOPY EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.303.600/0001-80.

OBJETO: 1 (uma) impressora de cheques, conforme detalhamento do Edital e especificações do Anexo I.

VALOR: R\$ 2.045,00 (dois mil e quarenta e cinco reais), conforme proposta vencedora na licitação.

A íntegra do Contrato Administrativo está disponível no site da entidade no link: <http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMpaItem/40450>.

DATA DE EMISSÃO: 08 de dezembro de 2015.

VENCIMENTO: 17 de dezembro de 2015.

Odair José Batistello

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 01.2016 (PMM) - MERENDA ESCOLAR 2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

Processo Licitatório Nº 79/2015

Pregão Presencial Nº 57/2015

VALIDADE: 18 DE JANEIRO DE 2016 À 18 DE JANEIRO DE 2017

Ao décimo oitavo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PRÉ ESCOLAS E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR MOACIR PRAWUTZKI	84.093.574/0001-41
LEONITA PATZSCH KRIESER EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR SHELLI KRIESER	02.795.493/0001-29
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
NEW WAY COM DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR MARCOS VINICIUS BANDEIRA	14.320.137/0001-38
LIDERANÇA CONST. E COM. DE MAT. CONST. LTDA ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR ELIAS DE OLIVEIRA	11.496.348/0001-38
COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU, NESTE ATO REPRESENTADO POR LUIZ OLCZYK	12.715.780/0001-35
NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR JULIENE PINTO MOURA DA SILVA	03.612.312/0004-97
FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR VENESIO HORNBERG	22.621.552/0001-50
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR BENTO OSVANDI DE OLIVEIRA	80.413.479/0001-27
L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR ARILSON JOSE ALVES	06.915.456/0001-68
COMERCIAL STONNI LTDA ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR LUCAS COELHO SANTOS	22.722.602/0001-95
DIEGO LUIZ DE SOUZA FERNANDES 05338213710, NESTE ATO REPRESENTADO POR REPRESENTANTE NÃO CADASTRADO	15.750.817/0001-54

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PRÉ ESCOLAS E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	LICITANTE	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	MERCADO MOA LTDA EPP	ABACAXI PEROLA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	1.600	R\$ 3,20	R\$ 5.120,00
3	MERCADO MOA LTDA EPP	ABÓBORA PAULISTA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	300	R\$ 1,50	R\$ 450,00
4	MERCADO MOA LTDA EPP	ABOBRINHA IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	300	R\$ 1,80	R\$ 540,00
9	MERCADO MOA LTDA EPP	ÁGUA MINERAL, EMBALAGEM DE 500 ML.	UNID	FONT LIVE	40	R\$ 1,30	R\$ 52,00
10	MERCADO MOA LTDA EPP	ÁGUA MINERAL BOMBONA 20 LTS	UNID	FONT LIVE	2.400	R\$ 8,45	R\$ 20.280,00
12	MERCADO MOA LTDA EPP	ALFACE CRESPA, CABECAS GRANDES, FRESCAS, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	1.900	R\$ 1,50	R\$ 2.850,00
14	MERCADO MOA LTDA EPP	AMIDO DE MILHO, PROPRIO PARA ALIMENTO	KG	LOREMIL	70	R\$ 5,40	R\$ 378,00
20	MERCADO MOA LTDA EPP	BATATA DOCE DE 1ª. QUALIDADE, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO E SUJIDADES, PESANDO ENTRE 200 E 400 GRAMAS A UNIDADE PORTARIA MA 69 DE 21/02/95 E PORTARIAMA 523 DE 28/08/96. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	300	R\$ 2,00	R\$ 600,00
21	MERCADO MOA LTDA EPP	BATATA INGLESA SUJA, TAMANHO MEDIO, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	4.000	R\$ 2,00	R\$ 8.000,00
24	MERCADO MOA LTDA EPP	BETERRABA, IN NATURA, SEM FOLHAS, 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	700	R\$ 2,10	R\$ 1.470,00
26	MERCADO MOA LTDA EPP	BISCOITO DE POLVILHO, PACOTE COM 100 GRAMAS	PACOTE	REAL	2.000	R\$ 2,20	R\$ 4.400,00
33	MERCADO MOA LTDA EPP	BOLACHA DE LEITE SEM RECHEIO - PACOTE DE 800 GRAMAS	PACOTE	PRODASA	1.130	R\$ 3,30	R\$ 3.729,00

38	MERCADO MOA LTDA EPP	CEBOLA BRANCA, DE CABECA, COM CASCA PROTETORA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	2.000	R\$ 2,80	R\$ 5.600,00
39	MERCADO MOA LTDA EPP	CENOURA IN NATURA, SEM FOLHAS, TAMANHO MÉDIO, DE 1ª. QUALIDADE PESANDO ENTRE 70 E 140 GRAMAS A UNIDADE. PORTARIA MA 412 DE 07/10/86. LIVRE DE DANOS EEM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	1.900	R\$ 2,00	R\$ 3.800,00
43	MERCADO MOA LTDA EPP	CHUCHU IN NATURA, TAMANHO MÉDIO, DE 1ª. QUALIDADE, INTEIROS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	1.450	R\$ 1,80	R\$ 2.610,00
46	MERCADO MOA LTDA EPP	DOCE DE LEITE EM PASTA, COM TAMPAS E LACRE DE PROTECAO, POTES DE 400 GRAMAS	UNID	DA SERRA	250	R\$ 3,20	R\$ 800,00
57	MERCADO MOA LTDA EPP	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDO (POLENTINA), ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO.	KG	SINHA	600	R\$ 2,25	R\$ 1.350,00
61	MERCADO MOA LTDA EPP	LARANJA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	9.000	R\$ 1,35	R\$ 12.150,00
64	MERCADO MOA LTDA EPP	LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO INTEGRAL, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS POR 100 GRAMAS: VALOR CALÓRICO 490KCAL; CARBOIDRATOS 38 GRAMAS, PROTEÍNAS 26 GRAMAS, GORDURA SATURADA 16 GRAMAS, COLESTEROL 90 MG, CÁLCIO 950 MG, FERRO 0,5 MG, SÓDIO 470 MG, PACOTE DE 400 GRAMAS.	PACOTE	AUROLAT	1.300	R\$ 8,60	R\$ 11.180,00
68	MERCADO MOA LTDA EPP	LINGUIÇA MISTA	KG	IRMAOS GLAU	200	R\$ 18,00	R\$ 3.600,00
71	MERCADO MOA LTDA EPP	MAÇÃ ARGENTINA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	900	R\$ 6,50	R\$ 5.850,00
72	MERCADO MOA LTDA EPP	MACA GALA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	5.500	R\$ 3,50	R\$ 19.250,00
77	MERCADO MOA LTDA EPP	MAMÃO COMUM, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	2.200	R\$ 2,50	R\$ 5.500,00
78	MERCADO MOA LTDA EPP	MAMAO PAPAYA, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	UNID	IN NATURA	1.400	R\$ 2,35	R\$ 3.290,00
79	MERCADO MOA LTDA EPP	MANGA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	1.000	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
83	MERCADO MOA LTDA EPP	MELÂNCIA - IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	3.500	R\$ 1,60	R\$ 5.600,00
84	MERCADO MOA LTDA EPP	MELÃO, IN NATURA DE 1ª QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	350	R\$ 2,40	R\$ 840,00
90	MERCADO MOA LTDA EPP	OVO DE GALINHA EXTRA, VERMELHO, ACONDICIONADO EM CAIXA DE 12 UNIDADES, PESAGEM MÍNIMA DE 720 GRAMAS, OS OVOS DEVEM ESTAR LIMPOS E NÃO TRINCADOS, DATADA EMBALAGEM E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 20 DIAS.	DUZIAS	RONCHI	1.650	R\$ 3,75	R\$ 6.187,50
91	MERCADO MOA LTDA EPP	PÃO CASEIRO FATIADO, UNIDADE DE 500G	UNID	02 SETEMBRO	600	R\$ 4,50	R\$ 2.700,00
93	MERCADO MOA LTDA EPP	PÃO DOCE - MASSINHA APROX. 80G A UNIDADE	KG	02 SETEMBRO	1.500	R\$ 12,60	R\$ 18.900,00
94	MERCADO MOA LTDA EPP	PAO FRANCES - 50 GRAMAS	KG	SR PAO	2.000	R\$ 9,80	R\$ 19.600,00
95	MERCADO MOA LTDA EPP	PÃO SANDUÍCHE FATIADO, FRESCO COM CARACTERÍSTICAS COMO CHEIRO E ASPECTO PRÓPRIO, UNIDADE DE 500 GRAMAS.	UNID	02 SETEMBRO	1.200	R\$ 5,90	R\$ 7.080,00
96	MERCADO MOA LTDA EPP	PAO SANDUICHE FATIADO INTEGRAL, UNIDADE DE 500G	UNID	02 SETEMBRO	1.930	R\$ 5,40	R\$ 10.422,00
99	MERCADO MOA LTDA EPP	PEPINO PARA SALADA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	950	R\$ 1,70	R\$ 1.615,00
100	MERCADO MOA LTDA EPP	PERA - IN NATURA DE 1ª QUALIDADE, FIRMES, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO.	KG	IN NATURA	1.000	R\$ 5,60	R\$ 5.600,00
109	MERCADO MOA LTDA EPP	REPOLHO IN NATURA, TIPO VERDE, TAMANHO MEDIO, DE PRIMEIRA, CABECAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	UNID	IN NATURA	1.000	R\$ 1,95	R\$ 1.950,00
110	MERCADO MOA LTDA EPP	REQUEIJAO CREMOSO	KG	TIROL	400	R\$ 4,75	R\$ 1.900,00
112	MERCADO MOA LTDA EPP	SAL REFINADO IODADO, PACOTE DE 1 KG, EMBALAGEM PLASTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE COM DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE	KG	ROTA	710	R\$ 1,70	R\$ 1.207,00
115	MERCADO MOA LTDA EPP	TANGERINA MEXIRICA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	3.200	R\$ 2,99	R\$ 9.568,00

116	MERCADO MOA LTDA EPP	TOMATE DE 1 QUALIDADE, EM PONTO DE MATURACAO PARA CONSUMO	KG	IN NATURA	2.800	R\$ 3,30	R\$ 9.240,00
117	MERCADO MOA LTDA EPP	VAGEM – FEIJÃO DE VARA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	450	R\$ 4,70	R\$ 2.115,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 230.273,50							
23	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BEBIDA LACTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTAS, SABOR MORANGO	LITRO	LACTOVALE	6.000	R\$ 2,65	R\$ 15.900,00
25	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BISCOITO DE AVEIA E MEL, PACOTE DE 330 GRAMAS. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO.	PACOTE	MARILAN	500	R\$ 4,10	R\$ 2.050,00
32	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BISTECA SUINA	KG	TREZE DE MAIO	600	R\$ 12,40	R\$ 7.440,00
36	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CALDO DE PEIXE (TILAPIA) SEM ESPINHAS, CONGELADO, ACONDICIONADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	SALUTER	3.700	R\$ 16,40	R\$ 60.680,00
52	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FARINHA LÁCTEA SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE, PACOTE DE 230 GRAMAS.	PACOTE	SOYMILKE	100	R\$ 7,82	R\$ 782,00
56	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FILE DE CACAO CONGELADO, ACONDICIONADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	KG	ESTRELAMAR	800	R\$ 21,00	R\$ 16.800,00
59	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FRANGO DESFIADO CONGELADO, EMBALADO EM PACOTE PLÁSTICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURAE/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KG	SALUTE	600	R\$ 15,60	R\$ 9.360,00
60	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FRANGO INTEIRO, CONGELADO, EM EMBALAGEM PLASTICA FLEXIVEL ATOXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ROTULO CONTENDO IDENTIFICACAO DA EMPRESA, REGISTRO NO SIF, IDENTIFICACAO DO TIPO DE CARNE E DATA DE FABRICACAO	KG	MORGANA	1.400	R\$ 7,50	R\$ 10.500,00
67	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LINGUIÇA CALABRESA.	KG	IRMAOS VALE	350	R\$ 16,50	R\$ 5.775,00
69	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LINGUICINHA DE FRANGO	KG	AURORA	300	R\$ 13,10	R\$ 3.930,00
70	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LOMBO SEM OSSO MOIDO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	IRMAOS VALE	2.000	R\$ 19,50	R\$ 39.000,00
86	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MORTEDELA DE FRANGO SEM GORDURA. O PRODUTO DEVERATER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	SEARA	900	R\$ 8,90	R\$ 8.010,00
87	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MUSCULO BOVINO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	FRIBOI	200	R\$ 13,50	R\$ 2.700,00
97	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PATINHO BOVINO (BIFE), EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCADO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	FRIBOI	1.600	R\$ 20,40	R\$ 32.640,00

98	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PEITO DE FRANGO SEM OSSO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	MACEDO	600	R\$ 11,50	R\$ 6.900,00
104	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	POLPA DE FRUTA CONGELADA PARA SUCO, SABORES UVA ETANGERINA	KG	DOCE MEL	1.100	R\$ 19,90	R\$ 21.890,00
106	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PRESUNTO COZIDO MAGRO, PREPARADO COM PERNIL, SEM OSSO, OU CARNE DE OUTRAS PARTES DO SUÍNO. OBTIDO EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE HIGIENE.	KG	JCW	230	R\$ 21,90	R\$ 5.037,00
107	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, COM REGISTRO NO SIF OU SISP, PRODUTO ELABORADO UNICAMENTE COM LEITE DE VACA, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURO, COR BRANCO CREME HOMOGÊNEA, CHEIRO PRÓPRIO, SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO, UMIDADE MÁXIMA 58% P/P E LIPÍDIO DE LEITE MÍNIMO 28% P/P.	KG	LACTOVALE	835	R\$ 21,90	R\$ 18.286,50
108	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	QUEIJO SEM LACTOSE, COM REGISTRO NO SIF OU SISP, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURO, COR BRANCO CREME HOMOGÊNEA, CHEIRO PRÓPRIO, SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO.	KG	SULFRIOS	70	R\$ 38,00	R\$ 2.660,00
113	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SALSICHA TIPO HOT DOG, DE 1 QUALIDADE, CONGELADA. EMBALAGEM EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	FRICASA	1.000	R\$ 8,70	R\$ 8.700,00
114	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SOBRECOXA DE FRANGO, EMBALADA EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E /OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	MACEDO	1.300	R\$ 9,40	R\$ 12.220,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 291.260,50

1	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	ABACATE IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE, LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	300	R\$ 5,45	R\$ 1.635,00
11	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	AIPIM SEM CASCA, CONGELADO, 1ª QUALIDADE	KG	AIPIM MINEIRO	900	R\$ 3,90	R\$ 3.510,00
13	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	ALHO BRANCO, IN NATURA, SEM RESTIA, DE BOA QUALIDADE	KG	IN NATURA	140	R\$ 17,85	R\$ 2.499,00
18	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	BANANA BRANCA, IN NATURA, DE 1ª . QUALIDADE LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	2.150	R\$ 2,45	R\$ 5.267,50
19	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	BANANA COMUM, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	10.200	R\$ 1,65	R\$ 16.830,00
22	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	BATATA SALSA DE 1ª. QUALIDADE, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO PESANDO ENTRE 80 E 150 GRAMAS A UNIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	400	R\$ 5,60	R\$ 2.240,00

34	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	BROCOLIS, CABEÇAS GRANDES, FRESCAS, DE 1ª. QUALIDADE, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO. PESANDO ENTRE 800 E 1000 GRAMAS A UNIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	UNID	IN NATURA	2.000	R\$ 3,00	R\$ 6.000,00
44	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	COUVE-FLOR IN NATURA, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, CABEÇAS GRANDES, FRESCAS, 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	1.800	R\$ 3,00	R\$ 5.400,00
62	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	LARANJA LIMA. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	1.400	R\$ 2,55	R\$ 3.570,00
66	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	LIMÃO TAITI, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	450	R\$ 3,20	R\$ 1.440,00
80	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU	MARACUJÁ, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	400	R\$ 5,30	R\$ 2.120,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 50.511,50							
6	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	AÇÚCAR BRANCO REFINADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 1 KG	KG	ALTO ALEGRE	3.200	R\$ 2,35	R\$ 7.520,00
7	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	ACUCAR DE BAUNILHA 100 GRAMAS	UNID	HORTA E SABOR	130	R\$ 4,20	R\$ 546,00
8	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	AÇÚCAR MASCAVO, ISENTO DE ADITIVOS E CONSERVANTES, LIVRE DE UMIDADE. PACOTE DE 500 GRAMAS.	UNID	PUXA DA BOA	200	R\$ 4,80	R\$ 960,00
15	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	ARROZ INTEGRAL LONGO, TIPO 1, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, EMBALAGEM DEVE SER DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES	KG	URBANO	700	R\$ 3,45	R\$ 2.415,00
16	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1	KG	ITAJARA	2.400	R\$ 2,15	R\$ 5.160,00
17	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	AVEIA EM FLOCOS, RICOS EM FIBRAS, PROTEINAS E FONTE DE FERRO	KG	GRANOMEL	80	R\$ 9,60	R\$ 768,00
27	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL, PACOTE DE 400 GRAMAS	PACOTE	ORQUIDEA	350	R\$ 4,30	R\$ 1.505,00
28	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	BISCOITO CREAM CRACKER, PACOTE DE 800 GRAMAS	PACOTE	ORQUIDEA	700	R\$ 4,39	R\$ 3.073,00
29	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN, PACOTE DE 150 GRAMAS. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO.	PACOTE	JASMINE	150	R\$ 6,15	R\$ 922,50
30	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	BISCOITO ROSCA DE LEITE, PACOTE DE 335 GRAMAS. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO.	PACOTE	PARATI	2.000	R\$ 2,85	R\$ 5.700,00
35	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL, TORRADO, MOÍDO, PURO, DE 1ª QUALIDADE. EMBALAGEM À VÁCUO (CONTENDO SELO DE PUREZA DA ABIC).	KG	COCAMAR	400	R\$ 13,90	R\$ 5.560,00
37	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	CANELA EM PO - UNIDADE 25 GRAMAS	UNID	HORTA E SABOR	150	R\$ 2,45	R\$ 367,50
40	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	CEREAL MATINAL DE MILHO COM ACUCAR 1KG (SUCRILHO)	UNID	GRANOMEL	445	R\$ 12,00	R\$ 5.340,00
42	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	CHOCOLATE GRANULADO. EMBALAGEM CONTENDO 500G.	UNID	DORI	130	R\$ 8,20	R\$ 1.066,00
45	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	CREME DE LEITE. EMBALAGEM CONTENDO 200G.	UNID	PIRACANJUBA	500	R\$ 1,75	R\$ 875,00
47	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, 850 GRAMAS	UNID	QUERO	1.000	R\$ 5,70	R\$ 5.700,00

49	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	FARINHA DE ARROZ, EMBALAGEM COM 230 GRAMAS (MUCILON)	PACOTE	NUTRIMENTAL	600	R\$ 2,90	R\$ 1.740,00
50	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	AURIVERDE	1.050	R\$ 2,30	R\$ 2.415,00
51	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, INTEGRAL, DE 1ª QUALIDADE.	KG	NORDESTE	150	R\$ 3,65	R\$ 547,50
53	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	FARINHA LACTEA 230 GRAMAS	PACOTE	NUTRIMENTAL	900	R\$ 2,90	R\$ 2.610,00
54	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	FARINHA LÁCTEA, PACOTE DE 230 GRAMAS. FARINHA DE TRIGO RICA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, LEITE EM PÓ INTEGRAL, SAL, VITAMINAS E MINERAIS: VITAMINA C, FERRO, NIACINA, VITAMINA E, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINAS B1, B2, B6, A, ÁCIDO FÓLICO E VITAMINA B12, E AROMATIZANTE.	KG	RAINHA DO LAR	2.000	R\$ 4,05	R\$ 8.100,00
58	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	FRAGMENTO DE ARROZ	KG	URBANO	270	R\$ 2,60	R\$ 702,00
63	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	LEITE UHT SEMIDESNATADO ZERO LACTOSE	LITRO	PIRACANJUBA	600	R\$ 3,20	R\$ 1.920,00
65	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO, CAIXA LONGA VIDA CAIXINHA TIPO TETRA PARK, COM COR E ODOR CARACTERÍSTICOS, AS CAIXINHAS NÃO DEVEM APRESENTAR-SE ESTUFADAS.	LITRO	PIRACANJUBA	15.000	R\$ 1,95	R\$ 29.250,00
73	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	MACARRAO CABELO DE ANJO	KG	ORQUIDEA	250	R\$ 4,00	R\$ 1.000,00
75	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO GRAVINHA DE VEGETAIS.	KG	ORQUIDEA	180	R\$ 7,05	R\$ 1.269,00
76	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	MACARRÃO DE SÊMOLA SEM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO PARAFUSO.	KG	ORQUIDEA	30	R\$ 6,70	R\$ 201,00
82	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	MASSA DE PIZZA PRE COZIDA	UNID	ALJO	1.000	R\$ 3,00	R\$ 3.000,00
85	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	MILHO VERDE, LATA COM 200 GRAMAS	UNID	QUERO	500	R\$ 1,45	R\$ 725,00
88	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	OLEO DE SOJA REFINADO, FRASCOS DE 900 ML, SEM FERRUGEM E/OU AMASSADAS, CONSTANDO NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE	UNID	COCAMAR	2.000	R\$ 3,39	R\$ 6.780,00
89	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	OREGANO, EMBALAGEM COM 10 GRAMAS	UNID	KITANO	100	R\$ 3,35	R\$ 335,00
101	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	PO PARA GELATINA - SABORES DIVERSOS	KG	APTI	1.200	R\$ 6,50	R\$ 7.800,00
102	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	PÓ PARA PREPARO DE PUDIM COM LEITE, DIVERSOS SABORES.	KG	SUSTENTARE	900	R\$ 6,90	R\$ 6.210,00
103	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	PO SABOR MORANGO 400G	UNID	MUKY	300	R\$ 6,95	R\$ 2.085,00
105	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	POLVILHO DOCE, ACONDICIONAMENTO EM PACOTES DE 1KG	KG	NEVE	400	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00
111	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	SAGU TIPO 1, CLASSE PEROLA	KG	PINDUCA	200	R\$ 7,50	R\$ 1.500,00
118	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	VINAGRE DE ALCOOL, EMBALAGEM INDUSTRIALIZADA, FRASCOS DE 900 ML	UNID	HEINING	500	R\$ 1,30	R\$ 650,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 128.917,50							
5	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA	ACHOCOLATADO EM PO 400 GRAMAS	UNID	APTI	1.400	R\$ 3,05	R\$ 4.270,00
31	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA	BISNAGUINHA DE LEITE, UNIDADE DE 30 GRAMAS	KG	PULLMAN	700	R\$ 12,40	R\$ 8.680,00
41	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA	CHA (CAMOMILA, HORTELA, ERVA-DOCE, LARANJA). CAIXA COM 10 UNID. DE 10 GRAMAS	CAIXA	PRENDA	1.000	R\$ 2,10	R\$ 2.100,00
48	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA	FARINHA DE MANDIOCA SUBGRUPO FINA, CLASSE BRANCA, GRUPO FARINHA SECA, TIPO 1, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1 QUILO	KG	SUPER 10	500	R\$ 2,40	R\$ 1.200,00
55	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA	FERMENTO DE BOLO TRADICIONAL DE 250 GRAMAS	UNID	DONA BENTA	230	R\$ 3,60	R\$ 828,00
74	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO PARAFUSO, CONSTANDO NA EMBALAGEM ADATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE	KG	GERMANI	900	R\$ 3,90	R\$ 3.510,00

81	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA	MARGARINA CREMOSA COM 65% DE LIPÍDIOS, COM SAL. EMBALAGEM: DEVE SER DE POLIETILENO LEITOSO E RESISTENTE, APRESENTANDO VEDAÇÃO ADEQUADA, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KG	DELÍCIA	500	R\$ 6,20	R\$ 3.100,00
92	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA	PAO DE MEL EMBALAGEM COM 500GR	UNID	BEIJO BAIA-NO	1.800	R\$ 6,00	R\$ 10.800,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 34.488,00							
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 735.451,00							

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 735.451,00 (SETECENTOS E TRINTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o município não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC) que será o órgão gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente. Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

4.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.1.1.1. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Entrega diária: conforme quantidades e locais definidos no cronograma a ser entregue e respeitando o horário estipulado: entre 6h30min e 7h30min.

5.2. A licitante deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal.

6.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

8.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

8.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao órgão gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a licitante qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

10.1.3. O município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução desta ata, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

11.1. A licitante vencedora obriga-se:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o município solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.1.2. Entregar o objeto da licitação no local determinado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas na ordem de compra e cronograma de entrega, nos estabelecimentos de ensino, respeitando o horário de entrega entre 6h30min às 7h30min, deixando-os em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações solicitadas.

11.1.2.1. Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitas mercadorias que tenham mais de 1/4 da validade já transcorrida no ato da entrega.

11.1.2.2. Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e com prazo de validade indicado na embalagem.

11.1.2.3. Os produtos embalados deverão ser isentos de matéria terrosa, livres de umidade e não devem ser empedrados; isentos de parasitas ou fungos; coloração característica de cada espécie e livres de fragmentos estranhos.

11.1.2.4. Os produtos enlatados deverão estar em perfeito estado de conservação, as latas não devem ser amassadas, enferrujadas ou estufadas.

11.1.2.5. A licitante vencedora deverá obedecer às normas de higiene sendo que os funcionários que entregarão os produtos deverão estar adequadamente vestidos.

11.1.2.6. Serão recusados os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

11.1.2.7. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem acarretar ônus a Prefeitura de Massaranduba (SC).

11.1.3. Prover o adequado transporte e manuseio do objeto desta licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

11.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega.

11.1.5. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos itens até o local determinado neste edital.

11.1.6. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.7. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante vencedora.

11.1.8. O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue juntamente com o produto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 18 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Contratante

MERCADO SPEZIA LTDA – EPP

VANDERLEI SPEZIA

Contratada

FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI – EPP

VENESIO HORNBERG

Contratada

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU

LUIZ OLCZYK

Contratada

MERCADO MOA LTDA – EPP

MOACIR PRAWUTZKI

Contratada

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA

BENTO OSVANDI DE OLIVEIRA

Contratada

DECRETO Nº. 3203 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3203 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Hospitalar

0602 – 31900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receita de Impostos Saúde R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação na unidade gestora da Prefeitura apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO
SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 02/02/2015, às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400.

Meleiro/SC, 19 de janeiro de 2016.
ENIVALDO DUMINELLI
Diretor do SAMAE

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 02/02/2016, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (Alimentação para nutrição enteral) A PACIENTES DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2016, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 19 de janeiro de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 03/02/2015, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 816/2000. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Centro, Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 19 de janeiro de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 002/2016 – Modalidade Pregão Presencial

Registro de Preços n. 001/2016

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial Registro de Preços n. 001/2016, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM GADO LEITEIRO E DE CORTE, PARA O REBANHO DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO, TRANSPORTE E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DE CONFORMIDADE COM OS ENCAMINHAMENTOS E SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO. A FIM DE DAR CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO GADO LEITEIRO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014 E LEI MUNICIPAL Nº 2208/2015 DE 03 DE JUNHO DE 2015 (EM ANEXO). O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 01/02/2016, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 19 de Janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 003/2016 – Modalidade Pregão Presencial

Registro de Preços n. 002/2016

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial Registro de Preços n. 002/2016, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DOS DEPARTAMENTOS DO DMER, AGRICULTURA, E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 09:30 horas do dia 01/02/2016, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 19 de Janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 004/2016 – Modalidade Tomada de Preços

n. 002/2016

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Tomada de Preços n. 002/2016, para EXECUÇÃO DA OBRA DE PASSEIO PÚBLICO EM FRENTE AO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, COM ÁREA TOTAL DE 211,28 M². DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAL, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E ANEXOS DO EDITAL. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 04/02/2016, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 19 de Janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 016/2016

DECRETO Nº 016/2016 DE 14.01.2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE MODELO – SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Federal 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 094/2006 de 22/05/2006,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Municipal ADILSON CESAR BRAUN para exercer a função de PREGOEIRO, nos processos licitatórios na modalidade Pregão, a partir desta data, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º - Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – Vanessa Simone Mundt

II – Fabrício João Milan

III – Marcia Wendling Rudiger

Art. 3º - Ficam igualmente designados para compor a equipe de apoio, conforme objeto das licitações, os servidores abaixo mencionados:

- Processos Licitatórios:

- Materiais odontológicos: Servidor Albio Schild Filho;

- Materiais de Enfermagem: Servidora Elisangela Neu
- Materiais/medicamentos/farmacêutico: Marlise Lindemann

Art. 4º - As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade, sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 14 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra: FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADA: DIRCE REICHERT DONIDA
VALOR: 7.980,00 (SETE MIL NOVECIENTOS E OITENTA REAIS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato de locação do seguinte imóvel: conjunto de sala comercial – apartamento 101, em alvenaria, edificado no lote urbano nº 01, da quadra 06, com área de 85m², localizado na Rua Duque de Caxias, 589, Bairro Jardim, Modelo – SC, para a instalação e funcionamento do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. O valor do aluguel mensal será de 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais) com vigência de (01) um ano.

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2016

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADA: LINETE HALMENSCHLAGER VOGEL
VALOR: 7.980,00 (SETE MIL NOVECIENTOS E OITENTA REAIS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato de locação do seguinte imóvel: conjunto de sala comercial – apartamento 01, em alvenaria, edificado no lote urbano nº 31, da quadra 34, com área de 60m², localizado na Rua do Comércio, 1477, Centro, Modelo – SC, para a instalação e funcionamento da CIDASC e EPAGRI. O contrato terá vigência de (01) ano e o valor mensal será de R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais).

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2016

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADA: IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME
VALOR: 4.200,00 (QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato objetivando a licença de uso de software de controle das atividades e serviços do meio rural, denominado SICAS RURAL, bem como a prestação de serviços de assistência técnica do referido software. O prazo do contrato será de (01) um ano e o valor mensal é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2016

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADA: NEUDIR JOSÉ FAVARETTO
VALOR: 7.992,00 (SETE MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato de locação do seguinte imóvel: de sala comercial, em alvenaria, edificado no lote urbano nº 01, da quadra 09, com área de 80m², localizado na Rua Duque de Caxias, Centro, Modelo – SC, para a instalação e funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Modelo. O contrato terá prazo de (01) um ano e o valor mensal é de R\$ 666,00 (seiscentos e sessenta e seis reais).

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADO: GILMAR ANTUNES MACIEL MEI
VALOR: 7.992,00 (SETE MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato objetivando a contratação de serviços para limpeza e conservação de todo o Ginásio de Esportes Espiridião Amim, devendo manter o Ginásio aberto quando vendidos os horários, bem como fazendo a fiscalização do tempo de jogo e horários. O contratado deverá explorar a copa e cozinha existente no ginásio. O contrato terá vigência de (01) um ano e o valor mensal a ser pago será de R\$666,00 (seiscentos e sessenta e seis reais).

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 001/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO MODELENSE DE ESPORTES - AME

VALOR: 54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou convênio objetivando a transferência de recursos financeiros a AME – Associação Modelense de Esportes, visando a manutenção e desenvolvimento das suas atividades de atendimento a população modelense, com o intuito de desenvolver, difundir, promover, apoiar e aperfeiçoar as escolinhas, sendo elas de rendimento ou não. Competições municipais como: campeonato municipal de futsal, voleibol, futebol de campo e suíço, bocha rolada, bocha 48, canastra mista, truco e sinuca. Participação de atividades vinculadas a FESPORTE, essas: OLESC, JESC, JASC, e Joguinhos. Manutenção e melhorias de materiais esportivos tais como bolas, redes, coletes e uniformes, auxílio e pagamento de transporte de atletas. Pagamento de arbitragem e premiação das competições municipais. Para a execução do presente convênio o Município de Modelo se obriga em transferir o valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) a serem pagos em até (12) doze parcelas mensais e sucessivas, de janeiro a dezembro de 2016, sendo:

MÊS	VALOR	DATA DO PAGAMENTO
JANEIRO	4.500,00	30/01/2016
FEVEREIRO	4.500,00	29/02/2016
MARÇO	4.500,00	30/03/2016
ABRIL	4.500,00	30/04/2016
MAIO	4.500,00	30/05/2016
JUNHO	4.500,00	30/06/2016
JULHO	4.500,00	30/07/2016
AGOSTO	4.500,00	30/08/2016
SETEMBRO	4.500,00	30/09/2016
OUTUBRO	4.500,00	30/10/2016
NOVEMBRO	4.500,00	30/11/2016
DEZEMBRO	4.500,00	30/12/2016
TOTAL GERAL	54.000,00	

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 003/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE – ESCOLA ESPECIAL MUNDINHO FELIZ

VALOR: 66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou convênio objetivando a transferência de recursos financeiros para manutenção das atividades da APAE, com o pagamento de serviços profissionais, alimentação, combustíveis, energia elétrica, etc., conforme descrito no plano de trabalho elaborado pela APAE, visando a manutenção, desenvolvimento e o regular funcionamento das suas atividades no atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais, inclusive, apoiando através do transporte escolar. Para a execução do presente convênio, o Município de Modelo se obriga em transferir o valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) a ser pago em até (12) doze parcelas mensais e sucessivas, de janeiro a dezembro de 2016, sendo:

MÊS	VALOR	DATA DO PAGAMENTO
JANEIRO	5.500,00	30/01/2016
FEVEREIRO	5.500,00	29/02/2016

MARÇO	5.500,00	30/03/2016
ABRIL	5.500,00	30/04/2016
MAIO	5.500,00	30/05/2016
JUNHO	5.500,00	30/06/2016
JULHO	5.500,00	30/07/2016
AGOSTO	5.500,00	30/08/2016
SETEMBRO	5.500,00	30/09/2016
OUTUBRO	5.500,00	30/10/2016
NOVEMBRO	5.500,00	30/11/2016
DEZEMBRO	5.500,00	30/12/2016
TOTAL GERAL	66.000,00	

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 004/2016 - FMS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 004/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO

VALOR: 360.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou convênio através do Fundo Municipal de Saúde com a Associação Hospitalar Beneficente de Modelo, objetivando a transferência de recursos financeiros para a manutenção das atividades de assistência hospitalar, médica e laboratorial, visando o atendimento de pacientes do Município, nas modalidades de pronto-atendimento (urgência e emergência), ambulatorial, exames, internações nas clínicas médicas, cirúrgica, obstétrica e pediátrica. Para a execução do presente convênio, o Município de Modelo, através do Fundo Municipal de Saúde se obriga em transferir ao Conveniado o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a partir do mês de janeiro de 2016 através de depósito bancário, na conta da conveniada.

MÊS	VALOR	DATA DO PAGAMENTO
JANEIRO	40.000,00	31/01/2016
FEVEREIRO	40.000,00	11/02/2016
MARÇO	40.000,00	11/03/2016
ABRIL	40.000,00	11/04/2016
MAIO	40.000,00	11/05/2016
JUNHO	40.000,00	11/06/2016
JULHO	40.000,00	11/07/2016
AGOSTO	40.000,00	11/08/2016
SETEMBRO	40.000,00	11/09/2016
TOTAL GERAL	360.000,00	

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 002/2015 AO CONTRATO ADM Nº 069/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 002/2015 AO CONTRATO ADM Nº 069/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

CONTRATADA: MARIA FRIDA KLEIN - MEI

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato objetivando o aditamento do prazo de vigência do contrato Administrativo nº 069/2014 em mais (12) doze meses, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, sendo que este aditivo terá validade de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 002/2015 AO CONTRATO ADM Nº 070/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 002/2015 AO CONTRATO ADM Nº 070/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADA: CLARICE FÁTIMA PADILHA - MEI

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato objetivando o aditamento do prazo de vigência do contrato Administrativo nº 070/2014 em mais (12) doze meses, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, sendo que este aditivo terá validade de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Modelo (SC), 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 020/2016

PORTARIA Nº 020/2016 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DO PREFEITO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,
Considerando em especial as Leis Municipais nº 1.810/2008 e 2.037/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica registrado nos assentos funcionais do Prefeito Municipal RICARDO LUIS MALDANER, a fruição de 30 (trinta) dias de férias, a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 01.01.2015 a 31.12.2015, que serão usufruídas no período de 25.01.2016 a 23.02.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 021/2016

PORTARIA Nº 021/2016 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR WERLANG, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica

Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal VALDIR WERLANG, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Externos, conforme Decreto de nomeação nº 037/1990 de 02.05.1990, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 05/2010 a 05/2015, a ser usufruída no período de 03.02.2016 a 03.03.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 022/2016

PORTARIA Nº 022/2016 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Albio Schild Filho	03.07.2014 a 02.07.2015	03.02.2016 a 03.03.2016 (30 dias)
Juliana Pavalicini	02.04.2014 a 01.04.2015	17.02.2016 a 26.02.2016 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 023/2016

PORTARIA Nº 023/2016 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NILCE BATISTTI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal NILCE BATISTTI, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativa e Tributária com designação para o cargo de Tesoureira, conforme Decreto de nomeação nº 182/2007 de 04.10.2007, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 10/2007 a 10/2012, a ser usufruída no período de 03.02.2016 a 03.03.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 024/2016

PORTARIA Nº 024/2016 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal ALBIO SCHILD FILHO, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo 20h/s, conforme Decreto de nomeação nº 078/1990, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 09/2010 a 10/2015, a ser usufruída no período de 07.03.2016 a 05.04.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 19 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 004/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 004/2016 – registro de preços.

TIPO: Menor Preço por lote

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais diversos destinados para manutenção atividades Centro de Atenção Psico Social - CAPS no Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 14h55min do dia 11 de fevereiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 11 de fevereiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 19 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 003/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 003/2016 – registro de preços

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de pneus novos, contratação de serviços de recapagem, geometria e balanceamento de rodas e limpeza de veículos, destinado para manutenção veículos a serviço na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 08h55min horas do dia 11 de fevereiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min horas do dia 11 de fevereiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 19 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 007/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 007/2016 – registro de preços

TIPO: menor preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de massa asfáltica e serviços de perfuração e detonação de rochas, destinado para manutenção atividades Secretarias Municipais do Município de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 10h55min do dia 11 de fevereiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 11h00min do dia 11 de fevereiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 19 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO 003/2016

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2016

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CREDENCIADA: LABORATÓRIO DE CITOLOGIA CLÍNICA DANNEBROCK LTDA

OBJETO: A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços de Saúde - EXAMES LABORATORIAIS, mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I) – TABELA SUS.

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2016 – Chamamento Público para Credenciamento nº. 001/2016.

VALOR: ATÉ R\$ 313.066,25 (trezentos e treze mil, sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 15 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 04/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 14:00 horas do dia 20/JANEIRO/2016 até as 12:30 horas do dia 01/fevereiro/2016. Abertura da sessão no dia 01/fevereiro/2016 às 13:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

1-DO OBJETO

1.1 presente pregão tem como objeto o O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO NA FORMA PARCELADA DE UNIFORMES E OUTROS nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

1.2- A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ATRAVÉS DO SOFTWARE "AUTO COTAÇÃO" NÃO É OBRIGATÓRIO, CARACTERIZANDO-SE EM RECURSO PARA FACILITAR O PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS. NÃO SERÁ DESCLASSIFICADO O PROPONENTE

QUE NÃO ENVIAR CD/DISQUETE/PEN DRIVE CONTENDO A PLANILHA ELETRÔNICA.

2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – Do acesso aos mercados:

2.1.1 – O presente Processo Licitatório destina-se exclusivamente a contratação do objeto junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.1.2 – Fica priorizado a contratação de empresa "nacional", assim definido no ANEXO XIII.

2.2 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo 10 (dez) dias.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar elencadas no presente Edital.

3.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1. A participação neste Processo Licitatório é reservada única e exclusivamente de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

4.2. Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão ou Contrato Social na forma da lei.

4.3. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.4. Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.5. Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

4.6. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar Certidão Simplificada conforme definição mencionada no item 4.1 para fins de comprovação da situação, sob pena de desclassificação.

4.7. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e/ou da proposta e ficarão retidos nos autos.

4.8. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.9. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

a) - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos: ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários iguais ou inferiores aos preços máximos admitidos pelo

Edital.

f) conter prazo de validade da ata;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.2 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.3 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

5.4 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

5.5.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

5.5.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

5.5.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.5.5– Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

6- DA HABILITAÇÃO

6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

6.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7- DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Realizar a entrega dos produtos, na sede do município, diretamente nos locais a que for indicado.

7.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

7.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou contrato e de seus Anexos.

8.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em

8.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

8.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4. receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a Pregoeira solicitará e se houver, que seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

9.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

9.15 – Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, e 147/2014 para regularização da documentação.

9.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no contrato a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através do Termo de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do termo até a data de 30/março/2015.

12.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

12.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13- DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

- II. - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - III. - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV. - tiver presentes razões de interesse público;
- Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO

O Objeto deste instrumento será executado mediante os recursos oriundos nas Dotações Orçamentária/2015/2016 de cada secretaria que solicitar o serviço.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

18.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer

pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.10 - A Pregoeira e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:30 horas, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

19.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO I – Procuração;
- f) ANEXO II – Proposta de Preços;
- g) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- h) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- i) ANEXO V – Relação das quantidades aproximadas
- j) ANEXO VI – Modelo Declaração de Idoneidade
- k) ANEXO VII – Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal
- l) ANEXO VIII - Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- m) ANEXO IX – Declaração de elaboração independente de proposta.
- l) ANEXO X - Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- m) ANEXO XI – Do acesso aos mercados.
- n) ANEXO XII- Modelo de Ata

Monte Carlo – SC, 19 de janeiro de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>

, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>

, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa no Processo Licitatório nº 04/2016 do Município de Monte Carlo - SC, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGAO PRESENCIAL 04/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias. Prazo de validade da Ata: 12 MESES.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

Monte Carlo – SC, /22/

(representante legal)

ANEXO III
PREGAO PRESENCIAL 04/2016

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

ANEXO IV
PREGAO PRESENCIAL 04/2016

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº
, sediada em (ENDEREÇO
COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

RELAÇÃO DE PRODUTOS COM QUANTIDADE ESTIMADA E VALOR DE REFERÊNCIA

	CLUBE DOS IDOSOS			
	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	Calça em tadel forrada, na cor cinza, com listra na lateral branca e vermelha, com bolso, nos tamanhos: PP,P,M,G,GG.	100	45,33	4.533,00
02	Jaqueta em tadel forrada, na cor cinza, com bordado na frente: Renascer 3ª idade Monte Carlo, nas costas: Município de Monte Carlo; Desenho coração com o rosto de idosos, mais abaixo bordado Secretaria de Assistência Social, nos tamanhos : PP,P,M,G,GG.	100	71,83	7.183,00
03	Camiseta gola polo, manga curta, na cor branca, com mangas e gola cinza, com serigrafia nas costas, nos tamanhos: PP,P,M,G,GG.	100	35,16	3.516,00
	SECRETARIA BEM ESTAR SOCIAL			
04	Camiseta feminina, manga curta, em algodão egípcio, compactado fio 50, na cor a combinar, detalhe rabana nas mangas e no interior da gola, bordado na frente o símbolo da secretaria assistência social, nos tamanhos PP,P,M,G E GG. 20 72,00	20	68,00	1.360,00
05	Jaquetas tadel forrada, bordado na frente o símbolo da secretaria assistência social, na cor a combinar nos tamanhos PP,P,M,G E GG.	10	74,33	743,30
06	Camiseta feminina, manga longa, em algodão egípcio, compactado fio 50, na cor a combinar, detalhe de ribana nas mangas e no interior da gola bordado na frente o símbolo da secretaria assistência social, nos tamanhos PP,P,M,G e GG.	20	68,00	1.360,00
	CADASTRO UNICO			
07	Camiseta feminina, manga curta, em algodão egípcio compactado, fio 50, na cor a combinar, detalhe ribana nas mangas e no interior da gola, bordado o símbolo do cadastro único. Tamanho: PP,P,M,G e GG.	09	68,00	612,00
08	Jaquetas tadel forrada, bordado na frente o símbolo do cadastro único, na cor a combinar nos tamanhos PP,P,M,G E GG.	06	74,33	445,98
09	Camiseta feminino, manga longa, em algodão egípcio compactado, fio 50, na cor a combinar, detalhe ribana nas mangas e no interior da gola, bordado o símbolo do cadastro único. Tamanho: PP,PM,G e GG.	09	68,00	612,00
	CRAS			
10	Camiseta feminino, manga curta, em algodão egípcio compactado, fio 50,na cor A COMBINAR, detalhe ribana nas mangas e no interior da gola, bordado o símbolo do CRAS,nos tamanhos PP,P,M,G e GG.	25	68,00	1.700,00
11	Jaquetas tadel forrada, bordado na frente o símbolo do CRAS, na cor a combinar nos tamanhos PP,P,M,G E GG.	15	74,33	1.114,95
12	Camiseta feminino, manga longa, em algodão egípcio compactado, fio 50, na cor a combinar, detalhe ribana nas mangas e no interior da gola, bordado o símbolo do CRAS. Tamanho: PP,PM,G e GG.	25	68,00	1.700,00
	CAMPANHAS			
13	Camiseta, manga curta, 50% algodão e 50% poliviscose, logo e cor conforme campanha a ser divulgada, tamanho:PP,P,M,G e GG.	4.000	14,50	58.000,00
14	Boné, cor e logo conforme campanha a ser divulgada.	1.000	12,12	12.120,00
15	Sacolas porta lixo para carro em TNT cor e logo conforme campanha a ser divulgada	6.000	2,65	15.900,00
	SCSF			
16	Calça colegial em malha adidas marrom, duas listras laranja nas laterais, com bolsos e elástico. Tamanho: 06,08,10,12,14,16,P,M e G.	100	32,00	3.200,00

17	Calça marrom bailarina cós largo, mais fechada embaixo, malha adidas uma listra laranja nas laterais. Tamanhos: 06,08,10,12,14 e 16, P, M E G	100	33,33	3.333,00
18	Bermuda em malha adidas marrom, duas listras laranjas nas laterais, bolso com elástico. Tamanhos: 06,08,10,12,14,16,P,M e G.	100	23,66	2.366,00
19	Camiseta PA laranja, com gola e ribana das mangas em marrom, na frente serigrafado: Secretaria Municipal de Assistência Social-Monte Carlo/SC,com medidas 8.5cmx4cm, nas costas serigrafado: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-Luz da Sabedoria, com medidas 27cmx15cm,abaixo o logotipo na medida 25cmx16cm. Tamanhos:06,08,10,12,14,16,P,M e G.	100	16,50	1.650,00
20	Jaqueta colegial adidas marrom, com bolso convencional, zíper até acima da gola, listras laranjas nas mangas,na frente serigrafia e m branco: Secretaria Municipal de Assistência Social- Monte Carlo/SC,medindo 8.5cmx4cm, nas costas serigrafia em branco: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- Luz da Sabedoria, medida 27cmx15cm e logotipo na medida 25cmx16cm. Tamanhos:06,08,10,12,14,16,P,M e G.	100	43,00	4.300,00

	CONSELHO TUTELAR			
21	Colete, tecido poliéster, com dois bolsos na frente, com bordado nas costas ESCRITO (Conselho Tutelar Monte Carlo), brasão do município bordado na frente, no lado esquerdo e logo abaixo a escrita em bordado (Conselheiro Tutelar), fechamento frontal com zíper, colete na cor azul marinho. Letras bordadas em branco. Detalhes em branco conforme foto. Tamanho P,M,G.	15	43,83	657,45
22	Colete, tecido poliéster, com dois bolsos na frente, com bordado nas costas ESCRITO (CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – Monte Carlo), de acordo com modelo em anexo. Brasão do município bordado na frente, no lado esquerdo e logo abaixo a escrita em bordado (CMDCA), fechamento frontal com zíper, colete na cor VERDE ESCURO. Letras bordadas em branco. Detalhes em branco conforme foto em anexo. Tamanho P,M,G	10	43,83	438,30

	FUNDO MUNICIPAL SAUDE			
25	CAMISSETAS INFANTIL- Camiseta, manga curta, 50% algodão e 50% poliviscose, logo e cor conforme campanha a ser divulgada, tamanho:06,08,10,12,14,16,P,M e G	1.000	14,75	14.750,00
27	JALECOS- feminino - Em tecido com aproximadamente 50% poliéster e 50% algodão, na cor branca, aberto na frente com 5 botões e 5 caseados no sentido horizontal, com mangas curtas, com gola, com dois bolsos chapados na parte inferior (frente direita e frente esquerda).Com Bordado do brasão do Município de Monte Carlo na lateral direita do peito. Tamanho adulto: P, M, G e GG.	200	40,75	8.150,00
28	COLETES- microfibra, cor a ser definida, sem manga, nos tamanhos P, M, G e GG,	100	31,25	3.125,00
	ESPORTES			
29	UNIFORME COMPLETO PARA JOGO, MASCULINO COM CAMISA, CALÇÃO E MEIA COM SERIGRAFIA DE NUMERAÇÃO E TIMBRE DO MUNICIPIO	100	52,25	5.225,00
30	UNIFORME PARA TREINO COM LOGO DA PREFEITURA SENDO CALÇÃO E CAMISETA EM TAMANHOS 08/10/12/14/16 P/M/G	250	37,00	9.250,00
031	UNIFORMES PARA PROFESSORAS E PARTE ADMINISTRATIVA CALÇÃO E CAMISETA	12	58,00	696,00
32	COLETES PARA TREINO	60	17,75	1.065,00
	BOMBEIROS			
33	CALÇA (PADRAO DE BOMBEIRO COMUNITARIO SC)	20	60,00	1.200,00
34	GANDOLA(PADRAO DE BOMBEIRO COMUNITARIO SC)	20	79,50	1.590,00
35	CAMISETA VERMELHA(PADRAO DE BOMBEIRO COMUNITARIO SC)	30	20,00	600,00
36	CINTO VERMELHO COM FIVELA(PADRAO DE BOMBEIRO COMUNITARIO SC)	20	4,50	90,00
37	BONE MODELO BICO DE PATO-(PADRAO DE BOMBEIRO COMUNITARIO SC)	20	18,00	360,00
38	BANDEIRA DE MONTE CARLO- A SER COLADA NA FARDA DE BOMBEIROS COMUNITARIO	20	10,00	200,00
39	TARJAS COM INSCRIÇÃO MONTE CARLO-SC- A SER COLADA NA FARDA DE BOMBEIROS COMUNITARIO	20	5,00	100,00
40	TARJAS COM NOME DE IDENTIFICAÇÃO - A SER COLADA NA FARDA DE BOMBEIROS COMUNITARIO	20	5,00	100,00
	TOTAL PREVISTO LICITAÇÃO			173.345,98

ANEXO VI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 04/2016 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO VII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL), declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 04/2016 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 04/2016, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

DO ACESSO AOS MERCADOS

Nos termos do Capítulo V da Lei Complementar nº 147 de 07/agosto/2014, priorizando o desenvolvimento do município, da região ou do estado, pela oportunidade de criação, geração e fomentação de empregos pelo incentivo ao desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, a empresa será beneficiada em 10,0% (dez por cento) do melhor preço válido, cuja sua sede localize-se em:

LOCAL

Município de Monte Carlo – SC

REGIONAL

Em um dos municípios catarinenses integrantes da região abrangida pela AMPLASC e AMARP.

ESTADUAL

Em um dos municípios integrantes do Estado de Santa Catarina.

ANEXO XII

PREGAO PRESENCIAL 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: /3/ pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO NA FORMA PARCELADA DE UNIFORMES E OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade

seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 04/2016, Pregão Presencial nº 04/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de/...../2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.2 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.
duas vias de igual teor e forma.
Monte Carlo - SC, /16/.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO /3/ MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA /6/

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: /11/ - /12/

PROCESSO LICITATÓRIO 05/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 20/JANEIRO/2016 até as 13:00 horas do dia 02/fevereiro/2016. Abertura da sessão no dia 02/fevereiro/2016 às 13:30 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

1-DO OBJETO

4.1. O presente pregão tem como objeto o O REGISTRO DE PREÇO para aquisição na forma parcelada de CARGA DE GAS P13, CARGA DE GAS P45 nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – Do acesso aos mercados:

2.1.1 – O presente Processo Licitatório destina-se exclusivamente a contratação do objeto junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.1.2 – Fica priorizado a contratação de empresa “nacional”, assim definido no ANEXO XIII.

2.2 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo 10 (dez) dias.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar elencadas no presente Edital.

3.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensão de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1. A participação neste Processo Licitatório é reservada única e exclusivamente de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

4.2. Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão ou Contrato Social na forma da lei.

4.3. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do

Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.4. Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.5. Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

4.6. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar Certidão Simplificada conforme definição mencionada no item 4.1 para fins de comprovação da situação, sob pena de desclassificação.

4.7. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e/ou da proposta e ficarão retidos nos autos.

4.8. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.9. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

a) - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos: ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários iguais ou inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

f) conter prazo de validade da ata;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.2 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.3 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

5.4 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

5.5.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

5.5.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

5.5.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16. Setembro. 2009, modelo Anexo XI;

5.5.5 – Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

6- DA HABILITAÇÃO

6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de

credenciamento).

6.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7- DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Realizar a entrega dos produtos, na sede do município, diretamente nos locais a que for indicado.

7.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

7.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou contrato e de seus Anexos.

8.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em

8.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

8.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4. receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a Pregoeira solicitará e se houver, que seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

9.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

9.15 – Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, e 147/2014 para regularização da documentação.

9.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os

licitantes presentes.

9.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – Decaíção do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no contrato a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através do Termo de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do termo até a data de 30/março/2015.

12.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

12.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13– DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente,

sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. - tiver presentes razões de interesse público;

Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO

O Objeto deste instrumento será executado mediante os recursos oriundos nas Dotações Orçamentária/2016 de cada secretaria que solicitar o serviço.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

18.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.10 - A Pregoeira e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:30 horas, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

19.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO I – Procuração;
- f) ANEXO II – Proposta de Preços;
- g) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- h) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- i) ANEXO V – Relação das quantidades aproximadas
- j) ANEXO VI – Modelo Declaração de Idoneidade
- k) ANEXO VII – Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal
- l) ANEXO VIII - Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- m) ANEXO IX – Declaração de elaboração independente de proposta.
- l) ANEXO X - Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- m) ANEXO XI – Do acesso aos mercados.
- n) ANEXO XII- Modelo de Ata

Monte Carlo – SC, 19 de janeiro de 2016
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO

ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa no Processo Licitatório nº 05/2016 do Município de Monte Carlo - SC, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II
PREGAO PRESENCIAL 05/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias. Prazo de validade da Ata: 12 MESES.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

Monte Carlo – SC, /22/

(representante legal)

ANEXO III
PREGAO PRESENCIAL 05/2016**1. DADOS BANCÁRIOS:**

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

ANEXO IV
PREGAO PRESENCIAL 05/2016**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº
, sediada em (ENDEREÇO
COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

RELAÇÃO DE PRODUTOS COM QUANTIDADE ESTIMADA E VALOR DE REFERÊNCIA

LOTE						
01	500	UND	CARGA DE GAS DE COZINHA – GLP DE 13 KG (4004)	XX	65,00	32.500,00
02	20	UND	CARGA DE GAS DE COZINHA – GLP DE 45 KG (141603)	XX	260,00	5.200,00
			TOTAL			37.700,00

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 05/2016 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL), declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 05/2016 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 05/2016, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante

potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;
(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e
(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

DO ACESSO AOS MERCADOS

Nos termos do Capítulo V da Lei Complementar nº 147 de 07/agosto/2014, priorizando o desenvolvimento do município, da região ou do estado, pela oportunidade de criação, geração e fomentação de empregos pelo incentivo ao desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, a empresa será beneficiada em 10,0% (dez por cento) do melhor preço válido, cuja sua sede localize-se em:

LOCAL

Município de Monte Carlo – SC

REGIONAL

Em um dos municípios catarinenses integrantes da região abrangida pela AMPLASC e AMARP.

ESTADUAL

Em um dos municípios integrantes do Estado de Santa Catarina.

ANEXO XII

PREGAO PRESENCIAL 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: /3/ pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento na forma parcelada de CARGA DE GAS P 13 E CARGA DE GAS P45 conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar junta aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21

de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 05/2016, Pregão Presencial nº 05/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.2 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, /16/.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: /11/ - /12/

PROCESSO LICITATÓRIO 06/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 20/JANEIRO/2016 até as 14:30 horas do dia 02/FEVEREIRO/2016. Abertura da sessão no dia 02/FEVEREIRO/2016 às 15:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal

nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

1-DO OBJETO

4.1. presente pregão tem como objeto o O REGISTRO DE PREÇO para aquisição de TAPETES EM VINIL PERSONALIZADOS nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

2 – DA EXECUÇÃO

2.1 – Do acesso aos mercados:

2.1.1 – O presente Processo Licitatório destina-se exclusivamente a contratação do objeto junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.1.2 – Fica priorizado a contratação de empresa “nacional”, assim definido no ANEXO XIII.

2.2 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo 10 (dez) dias.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar elencadas no presente Edital.

3.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensão de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1. A participação neste Processo Licitatório é reservada única e exclusivamente de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte

(EPP).

4.2. Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão ou Contrato Social na forma da lei.

4.3. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.4. Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.5. Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

4.6. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar Certidão Simplificada conforme definição mencionada no item 4.1 para fins de comprovação da situação, sob pena de desclassificação.

4.7. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e/ou da proposta e ficarão retidos nos autos.

4.8. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.9. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

a) - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos: ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários iguais ou inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

f) conter prazo de validade da ata;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.2 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.3 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

5.4 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

5.5.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

5.5.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

5.5.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16/Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.5.5 – Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

6- DA HABILITAÇÃO

6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

6.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7- DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

7.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Realizar a entrega dos produtos, na sede do município, diretamente nos locais a que for indicado.

7.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

7.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou contrato e de seus Anexos.

8.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em

8.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

8.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4. receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a Pregoeira solicitará e se houver, que seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

9.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

9.15 – Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, e 147/2014 para regularização da documentação.

9.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento

convocatório.

9.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – Decaia do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no contrato a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através do Termo de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do termo até a data de 30/março/2015.

12.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

12.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13- DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes

4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. - tiver presentes razões de interesse público;

Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO

O Objeto deste instrumento será executado mediante os recursos oriundos nas Dotações Orçamentária/2016 de cada secretaria que solicitar o serviço.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

18.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.10 - A Pregoeira e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:30 horas, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

19.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO I – Procuração;
- f) ANEXO II – Proposta de Preços;
- g) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- h) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- i) ANEXO V – Relação das quantidades aproximadas
- j) ANEXO VI – Modelo Declaração de Idoneidade
- k) ANEXO VII – Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal
- l) ANEXO VIII – Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.

m) ANEXO IX – Declaração de elaboração independente de proposta.

l) ANEXO X - Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.

m) ANEXO XI – Do acesso aos mercados.

n) ANEXO XII- Modelo de Ata

Monte Carlo – SC, 19 de janeiro de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>

, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>

, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa no Processo Licitatório nº 6/2016 do Município de Monte Carlo - SC, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal

e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGAO PRESENCIAL 6/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 30 dias validade da Ata: 30/JANEIRO/2017.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

Monte Carlo – SC, /22/

(representante legal)

ANEXO III

PREGAO PRESENCIAL 6/2016

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

ANEXO IV

PREGAO PRESENCIAL 6/2016

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

RELAÇÃO DE PRODUTOS COM QUANTIDADE ESTIMADA E VALOR DE REFERÊNCIA

LOTE Nº						
TAPETES						
ITEM	CÓD	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ MÁXIMO	TOTAL
01	141279	TAPETE, em vinil, personalizado, 1.80m X 1.20m	und	10	576,00	5.760,00
02	141280	TAPETE, em vinil, personalizado, 1.20m X 2.00m	und	10	640,00	6.400,00
03	141281	TAPETE, em vinil, personalizado, 1.60m X 1.45m	und	10	618,00	6.180,00
04	141282	TAPETE, em vinil, personalizado, 1.20m X 0,80m	und	10	210,00	2.100,00
05	141283	TAPETE, em vinil, personalizado, 2,00m X 2.50m	und	10	1.291,00	12.910,00
06	141284	TAPETE, em vinil, personalizado, 2.00m X 1.50m	und	10	730,00	7.300,00
07	141285	TAPETE, em vinil, personalizado, 3.50m x 2.50m	und	4	2.313,00	9.252,00

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 6/2016 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL), declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 6/2016 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante)

doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 6/2016, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

DO ACESSO AOS MERCADOS

Nos termos do Capítulo V da Lei Complementar nº 147 de 07/agosto/2014, priorizando o desenvolvimento do município, da região ou do estado, pela oportunidade de criação, geração e fomentação de empregos pelo incentivo ao desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, a empresa será beneficiada em 10,0% (dez por cento) do melhor preço válido, cuja sua sede localize-se em:

LOCAL

Município de Monte Carlo – SC

REGIONAL

Em um dos municípios catarinenses integrantes da região abrangida pela AMPLASC e AMARP.

ESTADUAL

Em um dos municípios integrantes do Estado de Santa Catarina.

ANEXO XII

PREGÃO PRESENCIAL 6/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: /3/ pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE TAPETES EM VINIL PERSONALIZADOS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 6/2016, Pregão Presencial nº 6/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/janeiro/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.2 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, /16/.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO /3/ MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA /6/

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: /11/ - /12/

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS 003/2016

Município de Morro da Fumaça FMS. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 003/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA CAMPANHA DA VIGILANCIA EM SAUDE. Data: 01/02/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

REGISTRO DE PREÇOS 012/2016

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 - Centro

Morro da Fumaça - SC - CEP 88830-000

Tel. (48) 3434-6108

CNPJ nº 83.000.323/0001-02

Site: www.morrodafumaca.sc.gov.br – Email: licitacao@morrodafumaca.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO “PRESENCIAL” PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:			
DIA:	01/02/2016	HORA:	11h00min
LOCAL:	Exclusivamente no SETOR DE LICITAÇÃO junto a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, 2.º piso, endereço supracitado.		
INÍCIO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:			
DIA:	01/02/2016	HORA:	11h00min
LOCAL:	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, 2º piso, endereço supracitado.		

VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 12 (doze) meses.

O MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, órgão gerenciador de registro de preços, torna público que realizara licitação na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL), PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO julgamento POR ITEM, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal nº 049, de 05 de junho de 2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações, demais normas legais e, ainda, pelo estabelecimento no presente Edital e seus Anexos.

I – DO OBJETO

1.1 - A presente Licitação tem por fim o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I – Detalhamento do objeto, parte integrante do presente edital, durante a validade da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação.

II – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1 - Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento, 02 (dois) envelopes fechados, cada um deles correspondendo a uma fase de forma a não permitir a sua violação, em cuja parte externa deverá constar:

2.1.1 - Envelope nº 01 - Da Proposta

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO “PRESENCIAL – RP” Nº _____ / _____
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / ____
ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA”

2.1.2 – Envelope nº 02 - Da Habilitação

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO “PRESENCIAL – RP” Nº _____ / _____
ENVELOPE Nº 02 - “HABILITAÇÃO”

2.2 - Os envelopes dos subitens acima (2.1.1 e 2.1.2), poderão ser colocados em 01 (um) envelope, mantendo as devidas separações

(Envelope nº 01 - Da Proposta e Envelope nº 02 - Da Habilitação), bem como deverá vir em apenso a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, mantendo na parte externa do referido envelope as seguintes informações:

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO "PRESENCIAL – RP" Nº _____ / _____
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / _____

III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar da presente licitação qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste edital;

3.1.1 - A bomba de abastecimento de combustível da empresa licitante deverá estar situada no máximo 05 (cinco) quilômetros da garagem dos veículos, na Sede e no Distrito.

3.1.2 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio;

3.2 - Estarão impedidas de participar direta ou indiretamente desta licitação:

3.2.1 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio;

3.2.2 - Empresas que estejam em regime de Falência ou Concordata, ou sobre as quais incida proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

3.2.3 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.4 - Empresas suspensas do Cadastro de Fornecedores do Município de Morro da Fumaça;

3.3 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

3.4 - Qualquer manifestação nesta licitação condiciona-se à apresentação, pelo preposto da licitante, de seu documento de identidade com foto e instrumento público de procuração ou instrumento particular, sem necessidade de reconhecimento de firma, mais o Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor. Em sendo proprietário ou sócio da empresa, deverá apresentar documento de identidade com foto e cópia do Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social);

3.4.1 - A não apresentação ou a incorreção dos documentos previstos no item anterior não desclassificará ou inabilitará a licitante, mas impedirá a pessoa presente de constar em ata, receber intimações, interpor recursos ou desistir de sua interposição;

3.4.1.1 - Se for sanável o ponto em desacordo com o item anterior, poderá ser corrigido na Sessão Pública;

3.5 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

3.6 - O preposto e/ou representante legal das licitantes, durante as fases de propostas e habilitação, poderá utilizar-se de telefone celular e/ou equipamentos eletrônicos, limitando-se a fazê-lo para uso restrito ao certame em tela, caso contrário, será convidado a retirar-se do recinto para não haver prejuízo aos trabalhos;

3.7 - Quando em abertura de processo licitatório, só será permitido dirimir dúvidas ou discussões relacionadas ao processo que está sendo instaurado.

IV – DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, serão chamadas à mesa de abertura as licitantes para realização do credenciamento, para que apresentem os seguintes documentos:

a) Tratando-se de Proprietário ou Sócio:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;

- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

b) Tratando-se de Representante Legal:

- Documento de identidade de fé pública com fotografia;

- Instrumento público de procuração ou instrumento particular de procuração, com poderes para representar a empresa em licitações ou, especificamente, neste pregão e suas respectivas fases/etapas, inclusive formulação de lances em pregões, sem a necessidade de reconhecimento de firma;

- Ato Constitutivo da Empresa (Contrato Social ou Estatuto Social) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores.

4.1.1 - Os documentos exigidos nas letras "a" e "b" do item anterior poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação do Município de Morro da Fumaça, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

4.2 – Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse efeito, um único representante por licitante interessada;

4.2.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas, assim, deverá escolher dentre as empresas participantes qual será credenciada, exceto quando forem empresas que ofertarem propostas para lotes/itens diferentes;

4.2.2 - Por motivo de força maior, poderá ser substituído o credenciado a qualquer momento por outro que atenda às condições de credenciamento;

4.2.3 - Quando da necessidade de realização de nova sessão pública, poderá a empresa credenciar novo representante legal, mesmo que não tenha se credenciado na Sessão Pública anterior deste Pregão (Princípio da Supremacia do Interesse Público, bem como Princípio da Economicidade e Princípio da Competitividade);

4.3 - A não comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.3.1 - Também, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata da Sessão Pública o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita;

4.4 – O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá comprovar esta condição, por meio de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (modelo opcional no Anexo IV deste edital), sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, devendo ser apresentada preferencialmente grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

4.5 - O Pregoeiro realizará última chamada para proporcionar chance aos possíveis licitantes atrasados em credenciar-se, chamando todas as licitantes participantes (que entregaram envelopes). Caso não exista manifestação, dar-se-á por encerrada a etapa de credenciamento.

V – DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Apresentar a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo de uso facultativo – Anexo II do Edital, devendo ser apresentada de preferência grampeada no lado externo de um dos envelopes subitens: 2.1.1 (Proposta) ou 2.1.2 (Habilitação);

5.1.1 - A declaração deverá conter nome ou razão social e endereço completo, telefone, fac-símile e-mail da licitante, bem como assinada por pessoa com poderes para tal;

5.1.2 - O licitante que for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a referida declaração com ressalva, se for o caso, em conformidade com o item 9.1.3. (Modelo de uso facultativo – Anexo II-A do Edital);

5.2 - Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo II ou Anexo II-A), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal. Ou, ainda, poderá ser entregue na Sessão Pública caso esteja em poder de pessoa presente;

5.3 - Não atendidos os itens anteriores (5.1 e 5.2), implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não;

5.3.1 - Em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da sessão, momento que poderá ser devolvido, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE Nº 01

6 - São requisitos da proposta de preços:

6.1 - Ser datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa, preferencialmente em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e datada, contendo, nome ou razão social e endereço completo, se possível, telefone, fax e e-mail da licitante;

6.2 - Conter o preço unitário por item e total por item, em moeda nacional computada os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras desta licitação, no preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos pelo licitante;

6.3 - Estar assinada pelo representante legal na última folha e rubricada em todas as folhas, preferencialmente numerada;

6.3.1 - Na hipótese das propostas estarem em desacordo com o item anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes para tal, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

6.3.2 - A referência na proposta do número da Agência e Conta Bancária do Licitante agilizará o processo de pagamento;

6.4 - Conter prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de abertura;

6.5 - Conter a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado.

6.5.1 - A Licitante poderá ofertar opções de marca, mantendo as especificações do Edital e de qualidade igual ou superior a primeira cotação, não podendo alterar o preço cotado (preço único), ou oferecer proposta alternativa de preços;

6.5.2 - Caso a licitante apresente opções de marca com preços diversos, será validada somente a menor cotação, desprezando-se aquela(s) com maior (es) preço(s);

6.6 - A proposta deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital, sob pena de desclassificação do item em desacordo;

6.7 - Qualquer documento que componha o envelope de proposta de preços deverá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticado na forma da lei ou mediante cotejo das cópias com os originais por membro da Comissão Permanente de Licitação do Município de Morro da Fumaça, ou Pregoeiro e sua equipe de apoio, ou publicação em órgão da imprensa oficial que, no caso de cópia, também deverá estar autenticada na forma da lei;

6.8 - A documentação estrangeira deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.

VII – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA FASE COMPETITIVA DE LANCES

7.1 - Após o final da etapa de Credenciamento e verificação da apresentação da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, as propostas serão abertas e analisadas pelo Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, quanto à sua aceitabilidade, conforme:

- a) Se o objeto ofertado é compatível com o objeto descrito no Edital e com as formalidades dele;
- b) Se o preço cotado na proposta escrita está excessivo de acordo com os preços praticados no mercado;
- c) Se o preço cotado na proposta escrita está inexequível de acordo com os preços praticados no mercado;

7.1.1 - Será enfatizada a análise da letra “a” do item anterior (objeto e formalidades), sendo observadas as letras “b” e “c” quando flagrantes, ou seja, de fácil percepção;

7.2 - Será desclassificada a proposta da licitante que:

7.2.1 - Deixar de apresentar quaisquer documentos solicitados no Capítulo VI – Da Proposta de Preços;

7.2.2 - Estiver expressa de forma omissa, incompleta ou incorreta, impedindo a identificação do item licitado;

7.2.3 - Não atender às especificações mínimas dos produtos/serviços, exigidas neste Edital;

7.2.4 - Conflitarem com a legislação em vigor;

7.3 - Não serão consideradas para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital;

7.4 - Ocorrendo divergência entre o preço unitário e total, será considerado o preço unitário; e ocorrendo divergência entre o valor expresso por extenso e em algarismo, será considerado o valor expresso por extenso;

7.5 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria sessão pública, principalmente àquelas formais;

7.6 - Na apreciação das propostas o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido na ata da sessão pública, sob pena de desclassificação;

7.6.1 - No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) e/ou prospecto(s), quando solicitada(s), ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra(s) para análise fora das especificações técnicas previstas no Anexo I deste Edital, a proposta da licitante será desclassificada, estando sujeita às penalidades e sanções previstas neste Edital e legislação vigente;

7.7 - Depois de verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para cada um dos itens objeto da presente licitação, os respectivos valores ofertados e a marca;

7.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará, PELO PREÇO POR ITEM, as propostas passíveis de ofertas de lances verbais, além de ser identificado o menor preço, fazendo a devida ordenação das propostas de preços para cada item, em ordem crescente;

7.8.1 - Participação dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço;

7.8.1.1 - Caso existam empates e diversas empresas dentro da faixa dos 10% (dez por cento), subitem anterior, serão classificadas todas estas para que os autores participem dos lances verbais;

7.8.2 - Caso não houver, no certame, pelo menos três propostas escritas de preços classificadas, conforme o subitem 7.8.1, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, classificará as melhores propostas em até o máximo de 03 (três), exceto quando houver empate nas propostas, caso em que serão todos esses convidados a participar da etapa de lances (até o 3º menor preço);

7.9 - Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos credenciados das licitantes classificadas. Tais lances verbais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, de forma razoável, sendo que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada;

7.9.1 - O Pregoeiro convidará os credenciados das licitantes a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor;

7.9.1.1 – A oferta de lances deverá ser efetuada pelo valor total bruto para todos os licitantes;

7.9.1.2 - Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

7.9.1.3 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio;

7.9.2 - Caso não se realizem mais lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item, podendo registrar os menores preços de cada licitante classificado à etapa de lances, mesmo superiores ao menor preço final, devendo estes constarem em Ata da Sessão Pública para sanar eventuais problemas futuros e, se necessário for, a negociação;

7.9.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da(s) rodada(s) posterior (es) de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva;

7.9.3.1 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

7.10 – O encerramento da 1ª parte da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances:

7.10.1 – Caso o licitante que tenha proferido o lance mais bem classificado NÃO SEJA microempresa ou empresa de pequeno porte, serão consideradas com ele EMPATADAS, as propostas formuladas por microempresas e empresas de pequeno porte, cujos últimos lances sejam até 5% superiores ao melhor preço;

7.10.2 – Será oportunizado ao licitante mais bem classificado entre os empatados, observado o item 7.10.1, apresentar proposta inferior ao preço vencedor, situação que, uma vez concretizada, importará na adjudicação do objeto licitado em seu favor;

7.10.3 – Na hipótese do licitante mais bem classificado entre os empatados não apresentar proposta inferior ao preço vencedor da etapa de lances, serão convocados, se houverem, remanescentes dentre os empatados, respeitada a ordem classificatória, para exercitarem o mesmo direito;

7.10.4 – Caso não haja novas propostas pelos licitantes considerados empatados visando superar o preço originalmente ofertado pelo licitante vencedor da primeira etapa de lances, a este será adjudicado o objeto licitado;

7.11 - Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades e sanções constantes deste Edital e legislação vigente;

7.12 - É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante;

7.13 - O Pregoeiro estipulará parâmetros ou percentuais sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, bem como o tempo de oferecimento de lances;

7.13.1 - Durante etapa de lances, o pregoeiro poderá, a seu critério, alterar o decréscimo mínimo estipulado no item anterior.

7.14 - Declarada encerrada a etapa competitiva (todos os participantes declinarem da formulação de lances) e classificadas as propostas, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito;

7.14.1 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução de preços;

7.14.2 - Se a oferta não for aceitável, mesmo após a tentativa de negociação, o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta

que atenda ao Edital;

7.15 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o credenciado para que seja obtido preço melhor;

7.16 - Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

VIII – DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

8.1 - O Envelope de Habilitação deverá conter os documentos abaixo elencados, preferencialmente numerados seqüencialmente, que constituirão a comprovação da:

8.1.1 - Habilitação Jurídica

8.1.1.1 - Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual;

8.1.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

8.1.1.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

8.1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.1.5 - Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física.

8.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C/MF ou CNPJ);

8.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados:

8.1.2.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

8.1.2.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

8.1.2.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

8.1.2.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

8.1.2.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

8.1.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

8.1.2.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira

8.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.1.4 – Regularidade Social

8.1.4.1 - Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) – modelo de uso facultativo – Anexo III do Edital.

IX – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 02 – Da Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

9.1.1 – Após constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

9.1.2 - Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

9.1.3 – Os licitantes “microempresas” ou “empresas de pequeno porte” deverão apresentar, sob pena de desclassificação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrições;

9.1.3.1 – Caso a documentação apresentada por “microempresa” ou “empresa de pequeno porte” vencedora do certame contenha restrição fiscal, a sessão será suspensa, sendo reaberta, com a convocação de todos os licitantes participantes, na data designada pelo pregoeiro oficial, em 04 (quatro) dias úteis, para que tal licitante apresente a documentação de habilitação regular e se dê continuidade à sessão pública de pregão;

9.2 - Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas, sendo a empresa inabilitada;

9.3 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria Sessão Pública, principalmente àquelas formais;

9.4 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) a que se refere o § 1º do art. 36 da Lei nº 8.666/93 e alterações, quando expedido pelo Município de Morro da Fumaça/SC, pertinente ao objeto da licitação, substitui o item 8.1.1;

9.5 - Os documentos exigidos no Capítulo VIII poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação do Município de Morro da Fumaça, bem como por Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

9.6 - Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias, com exceção do Atestado de Capacidade Técnica, quando requeridos no Capítulo VIII deste Edital;

9.7 - Os documentos deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz ou filial e referir-se ao local do domicílio ou sede da licitante;

9.8 - O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, após análise da documentação da empresa classificada para tal, fará anúncio de sua Habilitação ou Inabilitação;

9.9 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da efetiva homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, restando à Administração inutilizá-lo se não procurado;

9.9.1 - Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame (lances verbais), permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da efetiva homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, restando à Administração inutilizá-lo se não procurado.

X – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

10.1 - Na sessão pública do Pregão será lavrada ata da Sessão Pública circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata;

10.1.1 - A ata da Sessão Pública circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio presente e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados;

10.2 - Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro;

10.2.1 - Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes;

10.2.2 - Será lavrada ata da Sessão Pública a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento;

10.3 - O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos;

XI – DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC);

11.2 - Os atos de homologação desta licitação serão de competência do Exmo. Sr. Secretário de Finanças do Município de Morro da Fumaça;

11.3 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (Anexo VII) será de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos dos inc II do art. 11 do Decreto Municipal 049 de 05 de Junho de 2013, contadas da data de assinatura da ata de registro de preços;

11.3.1 - É admitida a prorrogação da vigência do contrato, nos termos do da Lei Federal nº 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos desta norma;

11.3.2 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

11.4 - O Município de Morro da Fumaça convocará o licitante vencedor, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento ou através de fac-símile, para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, a critério da administração pública;

11.4.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada pelo órgão gerenciador e pelos fornecedores cujos preços forem registrados. E, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório;

11.4.2 - A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo VIII deste Edital;

11.4.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não atender as condições de habilitação, não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município registrará os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação;

11.4.4 - Os fornecedores classificados, subsequentemente, registrarão os seus preços na Ata de Registro de Preços, para futuras substituições;

11.5 - Durante a vigência do Registro de Preços, a administração pública poderá convocar os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente à ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços;

11.6 - As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da administração pública e será procedida preferencialmente pela emissão de Autorização de Fornecimento (AF) e/ou, por Contrato de Fornecimento (CF) ou por documento equivalente;

11.6.1. - A administração pública encaminhará ao detentor do preço registrado a Autorização de Fornecimento (AF), via correio com aviso de recebimento ou através de fac-símile, devendo atender ao fornecimento no prazo e no local de entrega estabelecido;

11.6.2 - O contrato firmado, se firmado (Anexo VI), terá vigência a partir de sua assinatura, limitando-se ao final do exercício em que ocorreu sua assinatura, exceto os casos previstos nos incs do art. 57 da Lei 8.666/93;

11.6.3 - A administração pública convocará o detentor do preço registrado, por meio de notificação via correio com aviso de recebimento ou através de fac-símile, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

11.7 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos: gerenciador e participantes deste Registro de Preços a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhes facultada a adoção de outros meios para a contratação do fornecimento pretendido, respeitado a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Preço Registrado a preferência em igualdade de condições;

11.7.1 - O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os órgãos participantes deste Registro de Preços optem por contratar o fornecimento através de licitação específica e o preço encontrado for igual ou superior ao registrado;

11.8 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 049, de 05 de junho de 2013;

11.8.1 - Caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento adicional, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

XII – DO PAGAMENTO

12.1 - A administração pública efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

12.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

12.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: o NÚMERO DO ITEM desta licitação e a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado.

12.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

XIII – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

13.1 - O prazo de entrega deverá ser imediato nas bombas de abastecimento do contratado, mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

13.2 – A entrega será efetuada nas bombas de abastecimento do contratado, que não podem estar a mais de 5 km da garagem da prefeitura ou da sede do distrito de Estação Cocal, em endereço constante na Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, tomando como base a Relação de Compras (Anexo I);

XIV – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - A empresa vencedora de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado, com prazos de validade vencidos, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos;

14.2 - Expedida a Ordem de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

- "a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias);
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação."

14.3 - A validade dos produtos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% do seu prazo de validade.

XV – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente e a qualquer tempo, tornar-se superior ao praticado no mercado e/ou em outros órgãos da Administração Pública, a administração pública, órgão gerenciador, deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor detentor do preço registrado, mediante requerimento devidamente comprovado e fundamentado, não puder cumprir o compromisso, a administração pública poderá, mediante criteriosa análise:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e, ainda, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

15.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, ou revogação do lote e/ou item da Ata de Registro de Preços.

XVI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

- a) Não cumprir as exigências do Ato Convocatório e/ou Ata de Registro de Preços;
- b) Não formalizar e/ou cumprir o contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços e/ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.2 - O cancelamento de registro, nas alíneas citadas no item anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, mediante abertura de processo administrativo, devidamente fundamentado, comprovando fato superveniente, caso fortuito ou força maior, ou ocorrência de Fato do Príncipe;

16.3.1 – O participante fica obrigado a manter o Registro pelo prazo de 12 (doze) meses, salvo as condições estabelecidas no item anterior, após analisadas e julgadas;

16.4 - A comunicação do cancelamento de preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do item 16.1, será por correspondência com aviso de recebimento (protocolo), juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços;

16.5 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

16.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

XVII - DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

17.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, o licitante que não o fizer

até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

17.1.1. A ausência de resposta da Administração à impugnação apresentada, não impedirá a licitante de participar da abertura desta licitação, sendo esta respondida, posteriormente, na hipótese da impugnação não prejudicar as propostas;

17.2. Até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ao ato convocatório;

17.2.1 - Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta ao Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio, via correio, fax, e-mail ou através do protocolo da Recepção do referido órgão público;

17.2.2 - As dúvidas encaminhadas eletronicamente deverão ser endereçadas exclusivamente para o endereço: licitacao@morrodafumaca.sc.gov.br, devendo constar a identificação da empresa e/ou cidadão solicitante;

17.2.3. A perfeita compreensão do edital se dá somente mediante leitura atenta do conteúdo de todas as suas páginas, pois os dispositivos nela contido se complementam a fim de definirem as regras do certame. Portanto, recomenda-se aos interessados em participar da presente licitação, antes de oferecer qualquer pedido de esclarecimento, efetuar uma leitura completa do edital e procurar esclarecer suas dúvidas em um único documento, se for possível, evitando transtornos ao certame;

17.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se os prazos, no caso de alteração do teor das propostas técnicas e de preços;

17.4. Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos;

17.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante;

17.6. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

17.7. Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

17.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

17.9. O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa através de processamento eletrônico de dados, devidamente arazoada subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente;

17.10. O recurso deverá ser entregue no setor de Licitação, endereçado a mesma, podendo ser encaminhado por fac-símile;

17.10.1. À parte que interpuser recurso por meio de fax símile deverá providenciar a juntada da via original nos respectivos autos, no prazo de máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena do não conhecimento deste;

17.11. O recurso será recebido pelo Pregoeiro e será processado conforme determina a Lei 10.520/02;

17.12. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora;

17.13. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitação;

17.14. A ocorrência de recursos de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida em lei.

XVIII – DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

18.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

18.2. - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

18.3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

18.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

18.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

18.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

18.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

18.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

18.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

18.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Morro da Fumaça/SC;

18.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

18.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Prefeito Municipal;

18.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

18.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

18.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

18.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

18.8 - Compete à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

18.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

18.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Morro da Fumaça/SC, para registro.

XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Fazem parte integrante deste edital de Licitação:

Anexo I – Detalhamento do objeto;

Anexo II - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo II.A - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, com restrição;

Anexo III - Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Anexo IV - Declaração Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo V – Modelo de Apresentação das Propostas;

Anexo VI - Minuta de Contrato;

Anexo VII - Minuta de Ata de Registro de Preços.

19.2. A administração pública reserva-se o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em

todos os casos, a apreciação judicial (Supremo Tribunal Federal - STF, Súmula nº 473);

19.3. No caso de não haver expediente para a data fixada à entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou propostas, a sessão pública realizar-se-á às 14 (quatorze) horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada;

19.3.1. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor;

19.4. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve a mesma fazer prova, dentro do envelope da fase correspondente à exigência, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento;

19.5. A apresentação de documentos exigidos no presente Edital poderão ser extraídos através dos Sites dos Órgãos Competentes (Internet), estando sujeitos a comprovação e confirmação junto ao Site do Órgão Competente, salvo disposição em contrário;

19.6. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

19.7. A administração pública, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação;

19.8. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos à presente licitação;

19.9. O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação;

19.10. O julgamento e a classificação das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, que se reserva o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital ou ainda que se revelarem manifestamente inexequíveis.

Morro da Fumaça/SC, 19 de janeiro de 2016.

FERNANDO D. TEIXEIRA

Secretário de Finanças

ANEXO I

- DETALHAMENTO DO OBJETO -

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: _____

AO: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC

SETOR DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ PARA REGISTRO DE PREÇOS

SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / _____

ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função

(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: _____

AO: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC

SETOR DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ PARA REGISTRO DE PREÇOS

SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / _____

ANEXO II-A

DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação para Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte – Com restrições)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital, que Atende aos Requisitos de Habilitação, ressalvado o disposto na Lei n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ PARA REGISTRO DE PREÇOS
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / ____

ANEXO III

DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

DA: (Nome da Empresa) – Fone/Fax: _____
AO: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____ PARA REGISTRO DE PREÇOS
SESSÃO PÚBLICA ÀS: _____ HORAS DO DIA: ____ / ____ / ____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte)

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

[illegible]

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.2 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: NUMERO DO ITEM e a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado. Além de mencionar o número do Contrato e o número da Licitação.

3.3. Da Atualização por Inadimplemento

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1- O prazo de entrega deverá ser imediato nas bombas de abastecimento do contratado, mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 – A entrega será efetuada nas bombas de abastecimento do contratado, que não podem estar a mais de 5 km da garagem da prefeitura ou da sede do distrito de Estação Cocal, em endereço constante na Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, tomando como base a Relação de Compras (Anexo I);

4.3 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos;

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A Contratada de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se com prazo de validade vencido, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos;

5.2 - Expedida a Ordem de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

"a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias);

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação."

5.3 - A validade dos produtos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% do seu prazo de validade.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1 - O contrato firmado em decorrência desta licitação terá vigência da sua assinatura até/ /....., limitando-se ao final do exercício, exceto os casos previstos nos incs do art. 57 da Lei 8.666/93;

6.2 - O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 65, § 1º, da Lei de Licitações e Contratos);

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido na ocorrência das situações previstas no art. 78 da Lei 8.666/93;

7.2. O presente contrato poderá ser rescindido nas formas previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

8.2. - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

8.3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

8.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

8.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

8.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Município de Morro da Fumaça/SC, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que

não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

8.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Morro da Fumaça;

8.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

8.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Prefeito Municipal;

8.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

8.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

8.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

8.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

8.8 - Compete à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

8.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

8.10. - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município, para registro.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Fazem parte deste instrumento os documentos constantes disposto no Edital de Licitação nº 012/2016 e seus anexos e observações, tendo plena validade entre as partes contratantes;

9.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

9.3 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Oitava;

9.4 - O Presente Contrato é regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual 2.617, de 16 de setembro de 2009, pelo Decreto Estadual nº 4.661, de 25 de agosto de 2006 e pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

9.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Urussnaga, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Morro da Fumaça, local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. _____ 2. _____

	MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA ESTADO DE SANTA CATARINA
--	----------------------------------------------------------

ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2016

Aos dias do mês de do ano de 2016, no Município de Morro da Fumaça, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada à Rua 20 de maio, n.º 100, neste Município, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.000.323/0001-02, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, senhor, pelo Gestor desta Ata, senhor _____ são registrados os preços da (s) empresa (s) _____ (fornecedor) _____, estabelecida à Rua _____, nesta, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, neste ato representado pelo _____ (nome do representante da empresa) _____, brasileiro, ____ (estado civil)____, ____ (profissão)____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º _____, portador do RG n.º _____, para eventual fornecimento de materiais/serviços, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º objeto do processo Licitatório n.º. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 12 (dode) meses, podendo ser prorrogado nos termos dos incs. do art. 11 do Decreto 049 de 05 de junho de 2013, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	MARCA(S)	VALOR UNITÁRIO
	EMPRESA		
01			

Morro da Fumaça,

Órgão Gerenciador	Empresa
Gestor	Sub-Gestor

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
C.P.F:
Cargo:

2. _____
Nome:
C.P.F:
Cargo:

REGISTRO DE PREÇOS 013/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 013/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA PARA FUNCIONÁRIOS. Data: 02/02/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS INDEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (047) 3342-3583

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS INDEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Funcionária: Teresinha Paulo de Oliveira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Adélia de Souza Fernandes	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alciréia da Conceição Couto.	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Rosangela Aparecida Roters Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Michele Aline de Moura da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: Extensão - C.M.E.I Profa. Silvette Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CEM Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Maria Cleide Gonçalves Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Rosana de Fátima Gaya Barreto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Nerezilda Pinheiro Ferreira	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Fernanda Galvez Nocetti Couto Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: Extensão - C.M.E.I Profa. Silvette Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Marlene de Souza Couto	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Josilene Yansã de Jesus Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria das Neves Emilio	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Mariana Bernardete Aragão Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. Robson Francisco Lopes	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Profa. Regina Marly da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Andrea Aparecida Grittens Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Adriana Cristini de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Rosana de Fátima Gaya Barreto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alessandra Zilda da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.

Funcionária: Roseli Braz Pereira Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Bruce Cranston Kay	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Rosangelei Possamai dos Santos Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria dos Navegantes Ramos	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Eliane Pacheco Rodrigues Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Clarinda Maria Gaya	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Creusa Edit Verissimo Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I. Bruce Cranston Kay	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Shaiane Louise Baltazar Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I. Bruce Cranston Kay	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Karla Fabienne de Andrade Murara Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Pedacinho do Céu	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Adélia de Souza Fernandes	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Silvanete Bezerra de Oliveira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: Extensão - C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Iara Maria da Anunciação Cerqueira Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I. Bruce Cranston Kay	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Solange dos Santos Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Aline Paula Pereira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. Robson Francisco Lopes	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Pedacinho do Céu
Funcionária: Fabiane Pedroni Veshoscki da Luz Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Tereza Leal	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Vergina Guedes Lemos
Funcionária: Rosana de Lourdes Gonçalves Silveira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Rosana de Fátima Gaya Barreto
Funcionária: Rosangela Natalina Cursel Ouriques Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. José dos Passos Lemos

Funcionária: Ana Regina Claudino Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alciréia de Souza Fernandes
Funcionária: Ana Paula da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria das Neves Emilio	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Solange Pasquali
Funcionária: Viviani Taimara Bernardes Galvez Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Silvette Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva
Funcionária: Vanderleia Bona Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira
Funcionária: Lucimar Vequi Andreani Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Solange Pasquali	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira
Funcionária: Rosane de Siqueira Prestes Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I. Profa. Marlene de Souza Couto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Nerozilda Pinheiro Ferreira
Funcionária: João Evangelista Chagas Santos Neto Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Portal do Saber	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira
Funcionária: Terezinha Feuser Stasun Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria Carlota Vieira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Marlene de Souza Couto
Funcionária: Marinez de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria das Neves Emilio
Funcionária: Elizabete Klimke do Nascimento Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria Carlota Vieira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva
Funcionária: Magrit Decker Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I. Prof.ª Maria Carlota Vieira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Adélia de Souza Fernandes
Funcionária: Edinéia Mônica de Andrade Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Rosana de Fátima Gaya	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva
Funcionária: Edinéia Mônica de Andrade Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Adélia de Souza Fernandes	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Ana Paula Espindola Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa. Natalina Sabel do Amaral	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa. Natalina Sabel do Amaral
Funcionária: Leonilda de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa. Natalina Sabel do Amaral	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa. Natalina Sabel do Amaral

Funcionária: Geovanita Samanta Hellgrenn Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Maria das Neves Emilio	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)
Funcionária: Marinez de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa Maria das Neves Emilio
Funcionária: Salete de Fátima da Luz Agliardi Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Didymea Lazzares de Oliveira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Bruce Cranston Kay
Funcionária: Luciana da Luz Silva Reis Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I. Bruce Cranston Kay	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Didymea Lazzares de Oliveira
Funcionária: Luciana Margi da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I. Bruce Cranston Kay	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Didymea Lazzares de Oliveira
Funcionária: Alice da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Didymea Lazzares de Oliveira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I. Bruce Cranston Kay
Funcionária: Lourdes de Fátima Waltrick dias Caldeira Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Portal do Saber
Funcionária: Ana Rúbia do Amaral Rosa Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Portal do Saber	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)
Funcionária: Priscila Cristina Regis Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Marlene de Souza Couto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria das Neves Emilio
Funcionária: Elza Aniceto da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria das Neves Emilio	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Marlene de Souza Couto
Funcionária: Marta Eni Dutra Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alciréia da Conceição Couto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Recanto dos Baixinhos
Funcionária: Fernanda dos Santos Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Recanto dos Baixinhos	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alciréia da Conceição Couto
Funcionária: Fernanda dos Santos Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E. I Recanto dos Baixinhos	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alciréia da Conceição Couto
Funcionária: Vanessa Cristina Nascimento Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria de Lourdes Couto Cabral (Creche CAIC)	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alessandra Zilda da Silva
Funcionária: Geovanita Samanta Hellgrenn Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Alessandra Zilda da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria de Lourdes Couto Cabral
Funcionária: Elisandra Pereira Bento Couto Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Silvete Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Profa Clarinda Maria Gaya

Funcionária: Maria da Paz Alves Romão Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Profa Clarinda Maria Gaya	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Silvette Couto de Miranda
Funcionária: Seloni Aparecida Ramos Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa Bernardete Maria Sedrez da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa Maria das Neves Emilio
Funcionária: Ariane da Costa Mendes Wanger Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E. I Profa Maria das Neves Emilio	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Profa Bernardete Maria Sedrez da Silva

Navegantes, de Janeiro de 2016.
Comissão Avaliadora
Nerozilda Pinheiro Ferreira

Gislene Rodrigues

Graziela Cristiane Correa

Luiza Ramos de Lima Couto

Patricia Duarte Cidral

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretaria de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Avenida João Sacavem, n º 975 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
Fone/Fax: (047) 3342-3583

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS INDEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Funcionária: Silvana Letícia Dumke Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CEM Profa Maria de Lourdes Couto Cabral	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Leonora Schmitz	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Giovana Scaburi Kraisch Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Clarinda Maria Gaya	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Fabiana Patricia Rodrigues Porrão Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof.ª Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Clarinda Maria Gaya	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Charlene Oliveira Bráz Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Tereza Leal	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. . Clarinda Maria Gaya	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Carmen Cledi Schwertz Alves Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria de Lourdes Antunes	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Juliana Hoffmann Krieger Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Profa Maria de Lourdes Couto Cabral	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Clarinda Maria Gaya	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Rosângela Oliveira Macelan Ramsdorf Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof. ^a Maria de Lourdes Couto Cabral	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof. ^a Bernardete Maria Sedrez da Silva
Funcionária: Sandra Mery Brandl Hemmer Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof. ^a Leonora Schimitz
Funcionária: Maris Stella Corrêa Corsani Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CEM Prof. ^a Leonora Schimitz
Funcionária: Jocelene Leal de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I – Sala Integral Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CEM Prof. ^a Maria de Lourdes Antunes
Funcionária: Patricia Mengarda Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof. ^a Clarinda Maria Gaya
Funcionária: Mariléia da Silva Medeiros Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof. ^a Maria de Lourdes Antunes

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Mariza Maria Amorim Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti
Funcionária: Mariza Maria Amorim Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti
Funcionária: Mônica Leal Cunha Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha
Funcionária: Idilzamar Francisco Pacheco Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Regina Gazaniga da Costa	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CAIC
Funcionária: Idilzamar Francisco Pacheco Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Regina Gazaniga da Costa	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa
Funcionária: Fabiana Francisco Bolsoni Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CAIC	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Regina Gazaniga da Costa
Funcionária: Fabiana Francisco Bolsoni Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Regina Gazaniga da Costa
Funcionária: Luciana Andréia Almeida Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Badia de Faria
Funcionária: Rita de Cássia da Cunha Bittencourt Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Badia de Faria	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha

Funcionária: Sílvia Teresinha Couto Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha
Funcionária: Sílvia Teresinha Couto Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Eni Erna Gaya
Funcionária: Shirley Regina Delfino Couto Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller
Funcionária: Jessana Nicoletti Pereira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Eni Erna Gaya	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller

Navegantes, de Janeiro de 2016.

Comissão Avaliadora

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Gislene Rodrigues

Graziela Cristiane Correa

Luiza Ramos de Lima Couto

Patricia Duarte Cidral

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Secretaria de Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (047) 3342-3583

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS INDEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Funcionária: Jorge Luís Alves Lima Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Badia de Faria	Vaga requerida inexistente.
Funcionária: Emir Antônio Cecyn Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC - Fundamental	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC - Fundamental	Carga Horária requerida é incompatível.
Funcionária: Alessandro Mafra Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC - Creche	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC - Fundamental	Tempo de Serviço inferior ao permitido.

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – DISCIPLINA INGLÊS		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Funcionária: Mirella Shelligan Maia Ribeiro Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental	Área/ Disciplina: Inglês Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Daniela Antonio Pereira Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Inglês Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.

Funcionária: Daniela Antonio Pereira Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller	Área/ Disciplina: Inglês Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – DISCIPLINA CIÊNCIAS		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Funcionária: Vivian Cardoso da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Tempo de serviço LÍQUIDO inferior aos demais requerentes.

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - LÍNGUA PORTUGUESA		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	
Funcionária: Daniela de Toffel Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Ilka Muller de Mello	

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - CIÊNCIAS		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	
Funcionária: Magda Marçal Bagatini Medeiros Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: CAIC - Fundamental	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	
Funcionária: Joyce Karina Balera Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I e II - EDUCAÇÃO FÍSICA		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	
Funcionária: Fabiano Vianna Filardo Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Eni Erna Gaya	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental	
Funcionária: Letícia Maria Nardi Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Badia de Faria	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CEM Prof. ^a Bernardete Maria Sedrez da Silva	
Funcionária: Vanessa Carolina Franco Miranda Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo	
Funcionária: Harry Kreutzfeld Júnior Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo	

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - INGLÊS		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	
Funcionária: Gilça Onélia de Jesus Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo	Área/ Disciplina: Inglês Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Elsir Bernadete Gaya Muller	
Funcionária: Marilúcia de Oliveira Said Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Inglês Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo	

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - MATEMÁTICA		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	

Funcionária: Carlos Alberto Dias Camargo Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Matemática Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira
Funcionária: Arlete Moura Fonseca Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Matemática Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - HISTÓRIA	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Fabrícia Gisele Pereira Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: História Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo
Funcionária: Clarice Alves de Miranda Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Badia de Faria	Área/ Disciplina: História Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC - Fundamental
Funcionária: Rosmeire Pereira Frigo de Souza Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: História Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – ENSINO RELIGIOSO	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Jaime Lamoglia Junior Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo	Área/ Disciplina: Ensino Religioso Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – ARTES	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Albertina Mazzi Flores Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Idília Machado Ferreira	Área/ Disciplina: Artes Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Ilka Muller de Mello
Funcionária: Albertina Mazzi Flores Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Izilda Reiser Mafra	Área/ Disciplina: Artes Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Rosa Maria Xavier de Araújo

1ª DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 031/2015/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – MATEMÁTICA	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Flavio Costa Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Matemática Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa
Funcionária: Aline de Fátima Mello Florêncio Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Matemática Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – LÍNGUA PORTUGUESA	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Eusemarie Coelho de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira
Funcionária: Eusemarie Coelho de Souza Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira
Funcionária: Maira Palumbo Pacheco Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Vilna Correa Pretti

Funcionária: Maira Palumbo Pacheco Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Maria Ivone Muller dos Santos
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I e II – EDUCAÇÃO FÍSICA	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Frederico Peixoto Ferrão Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Ilka Muller de Mello
Funcionária: Harry Kreutzfeld Junior Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Prof. ^a Neusa Maria Rebello Vieira

Navegantes, de Janeiro de 2016.

Comissão Avaliadora
Nerozilda Pinheiro Ferreira

Gislene Rodrigues

Graziela Cristiane Correa

Luiza Ramos de Lima Couto

Patricia Duarte Cidral

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretaria de Educação

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2015.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 121/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 121/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 121/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) PARA MANUTENÇÕES E REPAROS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº 121/2015.

Fornecedor: Jaime Refrigeração – Jaime Pereira Me.

Valor: R\$ 951.475,00.

Vigência: 19/01/2017.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 19 de janeiro de 2016.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO CC142/2015 PMN.

EXTRATO - HOMOLOGAÇÃO CC142/2015 PMN.

CONCORRÊNCIA Nº 142/2015 PMN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO, PROVENIENTES DA LIMPEZA URBANA (VARRIÇÃO, CAPINA MECÂNICA E MANUAL, PODA, JARDINAGEM), LIMPEZA DA PRAIA E RESÍDUOS PROVENIENTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (OBRAS PÚBLICAS), ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC.

EMPRESA: LIMA ENTULHOS LTDA.

CNPJ: 09.192.651/0001-03.

VALOR: R\$ 1.106.280,00 (um milhão cento e seis mil duzentos e oitenta reais).

Navegantes, 19 de janeiro de 2016.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

LEI 3070 REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 3070 DE 19 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder aos servidores públicos municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, ativos e inativos, revisão geral anual da remuneração no montante de 11,36 % (onze vírgula trinta e seis por cento), nos termos do artigo 49, parágrafo único da Lei Complementar nº 7 de 11 de novembro de 2003.

Parágrafo Único: A revisão prevista no caput deste artigo fica estendida aos subsídios dos agentes políticos.

Art. 2.º As despesas com a presente lei correrão à custa do orçamento vigente.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 3071 DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º DA LEI 2230

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 3071 DE 19 DE JANEIRO DE 2016

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ARTIGO 2º DA LEI N.º 2230 DE 30 DE OUTUBRO DE 2009

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O caput do artigo 2º da lei n.º 2230 de 30 de outubro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º

Art. 2.º Fica instituído o processo de habilitação destinado ao aumento da carga horária semanal de trabalho dos professores, que deverá ser deflagrado pela Secretaria Municipal da Educação durante o ano letivo, sempre que houver vaga em determinada área de atuação.”

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 001 - 2016**

RESOLUÇÃO Nº001/2016

DISPÕE SOBRE OS HORÁRIOS DE EXPEDIENTE E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE NAVEGANTES-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições institucionais aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituído como horário de atendimento ao público do Poder Legislativo Municipal os seguintes horários: 08h:00min. as 12h:00min. e das 13h:30min 17h:30 de segunda a sexta.

Art. 2º Fica instituído como horário de expediente da contabilidade e Procuradoria o seguinte horário: das 07h.00min as 13h:00min. de segunda a sexta.

Art. 3º. Fica instituído como horário de expediente da Secretaria da Câmara e assessoria de comunicação o seguinte horário: das 13h:00min.as 18h:00min, de segunda a sexta

Art. 4º. Fica instituído como horário de expediente da Agente de serviços gerais o seguinte horário: das 13h:00min.as 19h:00min, de segunda a sexta

Art. 6. º Fica instituído que o procurador e os funcionários da Secretaria da Câmara devem estar presentes nas Sessões Legislativas

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Câmara Municipal de Navegantes, 07 de janeiro de 2016.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
Presidente

MURILO CORDEIRO
Vice-presidente

FREDOLINO ALFREDO BENTO
1º Secretário

JOÃO BATISTA DA SILVA
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 002 - 2016

RESOLUÇÃO Nº002/2016

DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL E GERAL DOS SALÁRIOS DE VEREADORES E SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE NAVEGANTES-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições institucionais, com no artigo 32 da lei complementar N. 256 de 23 de setembro 2015, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituído a revisão salarial do ano de 2016, no percentual de 11,36% aos Vereadores e aos Servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes, conforme revisão geral anual da remuneração feita pelo poder público municipal.

Art. 2º Fica instituído que a revisão deverá ser calculada desde o dia 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação

Câmara Municipal de Navegantes, 19 de janeiro de 2016.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
Presidente

MURILO CORDEIRO
Vice-presidente

FREDOLINO ALFREDO BENTO
1º Secretário

JOÃO BATISTA DA SILVA
2º Secretário

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PORTARIA N º 044 DE 20 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA N º 044 DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFRB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade a servidora MARIA TEREZINHA ROSA, portadora da cédula de identidade n.º 2.689.601 SESP/SC, inscrita no CPF sob o n.º 803.129.779-72, e PIS/PASEP nº 124.36617.34.3 efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na ASG EFETIVO APOIO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2016.02.02287P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 20 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO DIRETORJan Ullrich
PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 20 DE JANEIRO DE 2016.

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 006/2016

DECRETO nº 006/2016

convoca os aprovados no processo seletivo 004/2015 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I do presente Decreto para comparecerem junto a Secretaria Municipal de Educação para escolha de vagas, no dia 27 janeiro de 2016 a partir 07h15min, conforme cronograma de horários (Anexo II) e posteriormente ao setor de Recursos Humanos munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 18 de janeiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I

(Decreto nº 006/2016)

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Rosali Maria Mazzola Maurici
02	Ana Karluza da Silva
03	Janini Aparecida Fantini Ceccato
04	Tamires Dalsasso
05	Silvia Luiza Valle
06	Juliana Sgrott Veber
07	Elisangela Cardoso A. dos Santos
08	Juliana Zicatti Santana Marcolla
09	Marilene Sborz Piazza
10	Teresinha Aparecida R. Speranzini
11	Denise Sborz Fantini
12	Greice Maria Campregheer Jahn
13	Mara Rubia Amorim Motta
14	Janice Coelho Soares
15	Janete Machado
16	Gizeli Ceccato
17	Raquel do Nascimento Gomes Lolatto
18	Tais Michalski
19	Jane Ferreira
20	Leticia Mafessoli
21	Solange Duarte
22	Patricia Helena Aguiar
23	Queide Carina Tridapalli Lopes
24	Realina Libardo Fantini
25	Adriele Moraes
26	Andressa Cristina Geanesini Lopes
27	Ana Maria Tamanini
28	Janaina Vargas
29	Susana Vargas Gerber Voltolini
30	Evanilda Gon Fantini
31	Maria de Fatima P. Fonseca Marcolla
32	Flavia Marilda Silva
33	Monica Raquel Raiser

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Roziani Hingrid Tell Erbs
02	Isabel Maria Bosio Costa
03	Leoniria Fatima Anzini Mistura
04	Lucia Marlene Muraro Wisintainer
05	Fabiana Semiano
06	Angelita Armelini

07	Tamires Leite
08	Luciana Maria Cadorin
09	Daiana Laura de Aguiar
10	Juciane Silvano Zandonai
11	Ana Claudia Pinto dos Anjos
12	Janaina Till Schmitt
13	Simone Coelho de Oliveira Girardi
14	Maria Aparecida da Silva A. Pereira
15	Edilene Micheli Bassi
16	Walquenya Fontinele Alves
17	Suzetti Dallabrida Tomio
18	Emilia Irani Tomasi Leite

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Denise Cadorin
02	Tiago Dalri
03	Rafael Martins
04	Andre Felipe Reichert

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO INGLÊS

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Juceli Maria Armelini

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO CIÊNCIAS

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Fernanda Piazza
02	Telma Garcia

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO HISTÓRIA

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Joel Likoski
02	Malcon Gustavo Tonini

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO LINGUA PORTUGUESA

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Lacioni Wolf

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO ARTES

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Lilian Regina das Neves Darós

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO GEOGRAFIA

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Debora Cristina Santana Bittencourt

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Andriele Ferreira Roesler
02	Franciele Cichaczewski
03	Leidiani Cardoso
04	Janderlene Laurindo
05	Marcia Geovana Burig
06	Elizangela Mara Roza
07	Samanta Cristina Galisa
08	Maria Helena M. Abreu

09	Catia Suzana S. Montibeller
10	Elice Bottamedi
11	Monica Haira Russi
12	Arcileide dos Santos Zunino
13	Eler Franzoi
14	Maria Julia Feller Pflieger
15	Sheniah Fraga
16	Eloiza Tridapalli Dalri Orsi
17	Sheila Sestrem
18	Lidiane de Sousa Koerchs
19	Taise Pereira Lucianer
20	Aline Almeida
21	Iris Maria Marcelino
22	Juliana Darós Correia
23	Alessandra Aparecida da Silva
24	Giorgia Sgrott
25	Pamela Teixeira da Costa
26	Andrea de Souza Mario
27	Ivonice Lofy Coelho
28	Mabila Hoffmann
29	Ronolda de Fatima da Silva
30	Gilvia Emmert
31	Adriani dos Santos Crispim
32	Lisangela Locks
33	Maiara Boettner Peixe
34	Suelen do Belem de Oliveira
35	Marcileia Silva Alves
36	Carida Maria Fumagali
37	Viliane Cardoso Ferreira
38	Raquel Jordana dos Santos Dornelles
39	Pamela Janaina Freese
40	Hilaria Tirloni Hass
41	Janaina Aline Amorim

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Giselia da Cunha Santos
02	Sandra Pereira da Silva Scalvin
03	Lais Aparecida Schmitz
04	Franciele Silveira
05	Daiane Aline Motta
06	Luciana Pezzini
07	Maria do Carmo Angeli

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO ARTES

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Tamires Fonseca da Silva

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO INGLES

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Anália de Souza Farias de Aguiar

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Alison Merizio Mazzola
02	Doglas Dalri
03	Fernanda Ingrid Battisti
04	Diego Carlos Oliveira de Aguiar

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO GEOGRAFIA

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Debora Cristina Santana Bittencourt

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO LINGUA PORTUGUÊS

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Maria Rosenilda de Britto

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Andre Fabiano Gnoatto
02	Daniella Venera
03	Alexandre Schiestl

CARGO: COORDENADOR ESCOLAR NIVEL III

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Graziela Alves

CARGO: PSICOPEDAGOGO (A)

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Lizandra Marcola Zucatelli

CARGO: EDUCAÇÃO ESPECIAL (SALA MULTIFUNCIONAL)

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Janete Duarte Tavares

CARGO: EDUCAÇÃO ESPECIAL NÃO HABILITADO (SALA MULTIFUNCIONAL)

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Jessica de Moura Rambor Creppas
02	Eliana Battisti
03	Lidiane Michelli Schutz Klann
04	Leandro Martini

**Anexo II
(Decreto nº 006/2016)**

Horários	Cargos
07:15hs às 07:30hs	Psicopedagoga Coordenador Escolar Nível III Instrutor de Informática
07:45hs às 08:15hs	Educação Especial (Sala Multifuncional) Auxiliar de Sala
08:20hs às 09:00hs	Educação Infantil
09:15hs as 10:00hs	Ensino Fundamental (Anos Iniciais)
10:15hs às 11:00hs	Disciplinas Específicas: Geografia Educação Física Língua Portuguesa Ciências Matemática Artes Educação Religiosa Inglês História Obs.: Não necessariamente nesta ordem

A Secretaria de Educação informa que as vagas estarão disponibilizadas no Mural da prefeitura no dia da escolha de vagas (27/01/2016).

DECRETO Nº 007/2016

DECRETO nº 007/2016

convoca os aprovados no processo seletivo 003/2015 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 21 a 28 de janeiro de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada, observando o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 18 de janeiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR IUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 007/2016)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
14ª	Mariza Marilande Fantini

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
11ª	Karla Armelini

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 18 de janeiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR IUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 008/2016)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
15ª	Driely Valeria de Aguiar Gonçalves

DECRETO Nº 008/2016

DECRETO nº 008/2016

convoca os aprovados no processo seletivo 003/2015 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 22 a 29 de janeiro de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada, observando o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2015 - PR Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 13.01.2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$1.160,00 (Hum mil cento e sessenta reais).

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$1.208,00 (Hum mil duzentos e oito reais).

DATA: 13/01/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 335

DECRETO Nº 335, DE 18 DE JANEIRO 2016.

Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Ouro, nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo nos dias 08 e 09 de fevereiro do corrente ano, em todas as repartições públicas do Município de Ouro, em função do Carnaval.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 18 de janeiro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 336

DECRETO Nº 336 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

Estabelece feriado em comemoração a Nossa Senhora dos Navegantes – padroeira do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o feriado em comemoração a Nossa Senhora dos Navegantes, que acontecerá no dia 02 de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º Em virtude do feriado municipal haverá suspensão dos trabalhos em todo o território do Município, retornando às atividades normais no dia 03 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 18 de janeiro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Paial

PREFEITURA

ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA 001/2016

Chamada Pública Nº 001/2016

EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

Objeto: Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o 1º semestre de 2016, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo: ERRATA Nº 001 A Prefeitura Municipal de Paial, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Goiás, 400, Centro, nesta Cidade, TORNA PÚBLICA a ocorrência de CORREÇÃO no EDITAL da modalidade Chamada Pública 001/2016, na seguinte conformidade:

No Item 1 do Edital:

- Onde se lê: durante o período de agosto a dezembro de 2015.

- Leia-se: durante o período de fevereiro a agosto de 2016.

No subitem 7.1.1 do Edital:

- Onde se lê: Os itens abacaxi, alface, alho, banana, batata doce, beterraba, brócolis, tempero verde, cenoura, chuchu, couve-flor, laranja, mandioca, repolho e rúcula devem ter entrega semanal conforme cronograma estabelecido posteriormente, a critério da Unidade Escolar.

- Leia-se: Os itens abacaxi, alface, banana, beterraba, brócolis, cebolinha/salsinha - tempero verde, cenoura, chuchu, couve folha, laranja, morango, ponkan e repolho devem ter entrega semanal conforme cronograma estabelecido posteriormente, a critério da Unidade Escolar.

Os prazos para protocolo dos envelopes de habilitação e a abertura da licitação continuam marcados para a mesma data e horário.

Paial, 19 de janeiro de 2016.

LIDACI LOPES CROMIANSKI

Prefeita Municipal em exercício

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 004/2016

Pregão Presencial Nº 004/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

Objeto: Aquisição de forma parcelada, de Merenda Escolar para atendimento às necessidades das atividades escolares do Município, composta pelos produtos constantes do Anexo "E" deste edital.

ERRATA Nº 002 A Prefeitura Municipal de Paial, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Goiás, 400, Centro, nesta Cidade, TORNA PÚBLICA a ocorrência de CORREÇÃO no EDITAL da modalidade Pregão Presencial 004/2016, na seguinte conformidade:

No subitem 1.1 do Edital:

- Onde se lê: no dia 11 de fevereiro de 2016, às 08h45min.

- Leia-se: no dia 11 de fevereiro de 2016, às 13h45min.

Os prazos para protocolo dos envelopes de habilitação e a abertura da licitação continuam marcados para a mesma data e horário.

Paial, 19 de janeiro de 2016.

LIDACI LOPES CROMIANSKI

Prefeita Municipal em exercício

Palhoça

PREFEITURA

EDITAL Nº001/SAMAE/2016

ESTADODESANTACATARINA PREFEITURAMUNICIPALDEPALHOÇA SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
EDITAL Nº001/SAMAE/2016

O Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça, e a Secretária da Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, abrem inscrições e baixam normas para realização de Processo Seletivo Simplificado, visando contratação temporária de profissionais, abaixo descritos, para o SAMAE de Palhoça e a Prefeitura Municipal de Palhoça, nos termos da Lei Complementar nº 208, de 02 de dezembro de 2015. O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da Comissão do Processo Seletivo e Concurso Público da Prefeitura Municipal de Palhoça.

1- DOS CARGOS, ESCOLARIDADE, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO BÁSICO

1.1 Os cargos, objeto do presente processo seletivo, as exigências de escolaridade, o número de vagas, a carga horária e o vencimento estão descritos na tabela abaixo:

CARGO	ESCOLARIDADE	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Gari/ Margarida	Ensino Fundamental Incompleto	01	40h	R\$850,00
Auxiliar de Calceteiro	Ensino Fundamental Incompleto	01	40h	R\$850,00
Calceteiro	Ensino Fundamental Incompleto	01	40h	R\$1.000,00
Operador de Hidrojato	Ensino Fundamental Incompleto	01	40h	R\$1.500,00

1.2 Atribuições dos cargos:

· Gari/ Margarida: Varrer vias públicas e providenciar o acondicionamento do lixo urbano ou rural em recipientes próprios à sua coleta, colaborar e participar de todos os serviços de melhoria do sistema de limpeza urbana que lhe forem conferidos pelo órgão próprio do Município; desempenhar a coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas, coletas de resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas; cuidar e preservar as vias públicas, varrendo/limpando calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para a sua destinação final; conservar as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas, bancos de praças e outros locais que forem designados; auxiliar no cuidado, limpeza e conservação das praças públicas e áreas verdes do Município; zelar pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho; utilizar uniforme e equipamentos; zelar pelos materiais lhes confiados; realizar atividades compatíveis com o cargo ou delimitadas por ato próprio.

· Auxiliar de Calceteiro: Auxiliar as atividades dos Calceteiros, carregando, descarregando, ajustando os pisos, lajotas e contrapisos; manter e limpar as obras públicas; auxiliar na preparação de locais públicos para calçamento; auxiliar nos assentamentos dos pisos e contrapisos, bem como realizar outras atividades de que lhe forem outorgadas, realizar atividades compatíveis com o cargo ou delimitadas por ato próprio.

· Calceteiro: Realizar a preparação de locais públicos para calçamento, assentar pisos e contrapisos, construir fundações e estruturas de alvenaria; realizar e ajustar pisos de concreto, mármore, ladrilhos, paver, paralelepípedos, lajotas e similares; realizar outros trabalhos afins; realizar atividades compatíveis com o cargo ou delimitadas por ato próprio.

· Operador de Hidrojato: Realizar a operação de máquinas de Hidrojato nas vias públicas municipais, promover lavagens, desobstruir encanamentos, limpeza de tubulações de drenagem, realizar corte e limpeza de superfícies, auxiliar nas tarefas necessárias para o trabalho, limpar as máquinas e equipamentos utilizados, zelar pelo equipamento bem como acompanhar e auxiliar na manobra da máquina; realizar outros trabalhos afins; realizar atividades compatíveis com o cargo ou delimitadas por ato próprio.

1.3 A classificação no Processo Seletivo, fora do número de vagas, não assegura ao candidato o direito de contratação imediata no emprego público municipal, apenas a expectativa de nele ser admitido, ficando a concretização deste ato condicionada às disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e necessidade do serviço público municipal.

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição será efetuada no SAMAE de Palhoça, na Rua Evaldo Carlos Baash, 145, Centro, Palhoça/SC, no período de 19 de janeiro de 2016 até o dia 02 de fevereiro de 2016.

Horário: 13h às 19h.

2.2 O candidato deverá apresentar a Ficha de Inscrição (ANEXO I deste Edital) preenchida, acompanhada de documentos comprobatórios das informações prestadas.

2.3 As inscrições terão sua homologação ou não homologação publicadas no site da Prefeitura Municipal de Palhoça (<https://palhoca.atende.net/>), no dia 12 de fevereiro de 2016.

3-DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 São requisitos para inscrição:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter 18 anos completos até a data do término das inscrições;
- c) Preencher o requerimento, que obedecerá a fórmula própria, no ato da inscrição;
- d) Apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

Fotocópia do RG;

Fotocópia do CPF

Fotocópia do Título de Eleitor;

Fotocópia do Certificado de Reservista;

Comprovante de Escolaridade (cópia) (Nível fundamental incompleto)

e) Certidão de Nascimento de filhos menores de 18 anos (cópia).

f) 1 (uma) foto 3x4.

4- DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O processo seletivo, objeto deste Edital, compreenderá exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma prova escrita de caráter classificatório e eliminatório.

4.2. A prova escrita será realizada no dia 17 de fevereiro de 2016.

4.3 A duração total das provas será de 4 (quatro) horas, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

4.4 O início da prova escrita será às 14h00min, na Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), situada à Rua João Pereira dos Santos, 305, Ponte do Imaruim, Palhoça.

4.5 Os candidatos não poderão ingressar nos locais de provas após às 14h00min.

4.6 A prova escrita será composta de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, cada uma delas com 5 (cinco) alternativas, das quais uma única será correta.

4.7 Cada questão valerá 0,5 (zero vírgula cinco).

4.8 O conteúdo programático da prova escrita está disposto no Anexo II.

4.9 Na prova escrita, para ser classificado, o candidato deverá obter no mínimo média 5,0.

4.10 Os cargos de Calceteiro, Auxiliar de Calceteiro e de Operador de Hidrojato serão submetidos à prova prática, como etapa eliminatória para provimento do cargo, a ser agendada entre os dias 01/03/2016 e 04/03/2016. A prova prática somente será realizada com os candidatos aprovados na etapa escrita.

5- DO REGIME DE TRABALHO

5.1 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão contratados por prazo determinado, conforme Lei Municipal nº 2.508, de 13 de fevereiro de 2007.

5.2 O contrato terá duração de até 12 (doze) meses, podendo ser rescindido:

- a) Por iniciativa do contratado;
- b) Por iniciativa da Administração, na hipótese de desempenho ineficiente das funções pelo contratado;
- c) Pela ocupação da vaga por servidor efetivo, inclusive nos casos de retorno a atividade ou de nomeação de corrente de concurso público; e
- d) Por fundado interesse público.

6-DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A listagem classificatória será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Palhoça (<https://palhoca.atende.net/>), no dia 09 de março de 2016, além de ser fixado no Mural da Prefeitura Municipal de Palhoça.

6.2 Na lista de classificação constarão a relação de classificados, por ordem de classificação decrescente, do primeiro ao último classificado.

6.3 Em caso de empate terá preferência o (a) candidato (a) mais idoso.

7-DO RECURSO

7.1 Após divulgação da lista de classificação, o (a) candidato (a) que se sentir prejudicado (a) poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, que deverá ser entregue no SAMAE de Palhoça, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da divulgação do resultado.

8-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e, compromisso já expresso na ficha de inscrição, no aceite das condições do processo seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e lei sem vigor, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

8.2 Serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Palhoça os resultados dos candidatos aprovados, dentro do número de vagas abertas por este Edital.

8.3 As admissões obedecerão, rigorosamente, a ordem de classificação.

8.4 O (a) Candidato (a) que, por incompatibilidade de horário ou qualquer outro motivo, não assumir a vaga oferecida no momento da convocação, perderá direito à vaga.

8.5 Após o prazo de 48 horas da convocação, o (a) candidato (a) que não comparecer ao local indicado, será eliminado do Processo Seletivo.

8.6 Os Candidatos habilitados, classificados e contratados passarão por avaliação de desempenho semestralmente.

8.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concursos Público e Processo Seletivo.

Palhoça, 18 de janeiro de 2016.

Sérgio Matiola

Presidente do SAMAE

Cristina Schwinden - Secretária da Administração e Serviços Compartilhados

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

Rua Evaldo Carlos Baash, 145. Centro – Palhoça

Fone: 0800-643-3737

PROCESSO SELETIVO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Inscrição n. /2016

Candidato: RG:

CPF: Data de Nascimento: Dependentes:

Estado Civil:

Sexo: M () F ()

Endereço:

Telefone:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de Abertura deste Exame Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

Data:

Assinatura do Candidato:

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Candidato:

PROCESSO SELETIVO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO -SAMAE

Carimbo:

Obrigatória a apresentação deste, juntamente
com a carteira de identidade no local da prova. Inscrição n. ____/2016

ANEXOII-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**PORTUGUÊS – 05 QUESTÕES**

Interpretação de texto, separação silábica, fonologia e ortografia, acentuação gráfica e morfologia.

ATUALIDADES – 05 QUESTÕES

Aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais do país, estado e município.

MATEMÁTICA – 05 QUESTÕES

Conjuntos dos números naturais, operações fundamentais, problemas envolvendo as operações fundamentais, números racionais absolutos (frações), medidas de comprimento e de massa, números decimais e sistema monetário brasileiro.

ESPECÍFICAS DA ÁREA - 05 QUESTÕES

Gari: Equipamento de Proteção Individual, coleta setiva de lixo e recicláveis, higiene, acidente de trabalho.

Auxiliar de Calceteiro e Calceteiro: Equipamento de Proteção Individual, acidente de trabalho, maquinários, ferramentas, pavimentação e calçamento, metragem.

Operador de Hidrojato: Vias públicas, placas de trânsito, drenagem, limpeza e corte de superfícies, maquinários, equipamentos de segurança.

EXTRATO CONTRATO N. 313/2015

EXTRATO TERMO CONTRATO Nº 313/2015

Termo de Contato

Espécie: Contrato PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 313/2015, firmado em 18/12/2015, com a empresa CONASA – COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO.OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para prestação de serviços técnicos especializados em "operação e manutenção do sistema de abastecimento de água, do sistema de esgotamento sanitário e do sistema comercial", com fornecimento de materiais e equipamentos, do Município de Palhoça/SC. AMPARO: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93. Processo DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 197/2015. Vigência: 24/12/2015 A 23/03/2016.Cobertura orçamentária: SAMAE – SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA:"498" 26.01.2.135.3.3.90.39.11.00.00.00; 26.01.2.135.3.3.90.39.79.00.00.00.VALOR: R\$ R\$ 3.450.034,53 (três milhões, quatrocentos e cinquenta mil, trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos),.Signatários: pelo Contratante, Sérgio Matiola - Presidente do SAMAE, Denise Duarte Moro - Engenheira Sanitarista e Ambiental SAMAE; Pelo Contratado, CONASA- COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO - Manoel Motta Netto.

RESULTADO DO PREGÃO RP - 195/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 195/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO N. 195/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - RP, que consiste na aquisição de tubos de concretos e galerias para suprir as necessidades de diversas obras de saneamento e drenagem, do Município de Palhoça.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

CC ARTEFATOS DE CONCRETOS LTDA EPP CNPJ 09.080.335/0001-31 foi vencedora, dos itens 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11 e 12 totalizando a importância de R\$ 789.550,00 (Setecentos e oitenta e nove reais e quinhentos e cinquenta centavos).

Palhoça, 19 de janeiro de 2016.

SANDRA PEREIRA DE ABREU OLIVEIRA

Pregoeira

RESUMO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇOS Nº167/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº167/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de urbanização da orla da Barra do Aririú, Rua Nossa Sra. Dos Navegantes, Bairro Barra do Aririú, neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME VENCEU o certame com proposta no valor de R\$294.828,15 (duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais e quinze centavos).

Palhoça, 20 de Janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º022/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 022/2015, QUINTO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 057/2012 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica DIAGNÓSTICO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E BROMATOLÓGICAS LTDA. OBJETO: – FICA PRORROGADO ATÉ 31/12/2016 O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 18/12/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º027/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 027/2015, TERCEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 005/2013 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica DIAGNÓSTICO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E BROMATOLÓGICAS LTDA. OBJETO: – FICA PRORROGADO ATÉ 31/12/2016 O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 18/12/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º032/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 032/2015, QUINTO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 035/2013 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica FLORIPA SUL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME. OBJETO: – FICA PRORROGADO ATÉ 31/12/2016 O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 18/12/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º033/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 033/2015, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 088/2014 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica FLORIPA SUL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME. OBJETO: – FICA PRORROGADO ATÉ 31/12/2016 O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 18/12/2015.

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 001/2016

<p>DECRETO Nº 001/2016. De 04 de janeiro de 2016.</p>	<p>DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS TRIBUTOS, PLANTA GENÉRICA DE VALORES E DÉBITOS FISCAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.</p>
-----------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica, pelo presente Decreto, fixada a atualização monetária dos tributos, planta genérica de valores e débitos fiscais em 10,54% com base no IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a qual incidirá sobre os valores expressos em 31 de dezembro de 2015, bem como ficam fixados os preços e serviços públicos realizados por máquinas e equipamentos do Município, conforme anexos I, II e III.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 002/2015, de 05 de janeiro de 2015.

Município de Palmitos/SC, em 04 de janeiro de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

ANEXO I - DECRETO Nº 001/2016

TABELA I

Base de cálculo para cobrança do ITBI

LOCALIZAÇÃO/TIPO DO IMÓVEL	VALOR P/M²
TERRENOS	
Zona Comercial 1	26,03
Zona Comercial 2	19,35
Zona Residencial 1	9,71
Zona Residencial 2	6,69
Zona Residencial 3	3,86
Zona de Uso Diversificado	0,97
Ilha Redonda	0,38
Santa Lucia	6,70
CONSTRUÇÕES	
Alvenaria	333,39
Mista	216,17

Madeira	125,47
Galpão de Alvenaria	101,01
Galpão de Madeira	61,39
Chiqueiro de Alvenaria	101,00
Chiqueiro de Madeira	61,39
Galinheiro de Madeira	61,39
Apartamentos	401,91
Alinhamento Predial (muro frontal)	2,87
Alvará para Construção	2,87
LOTES RURAIS	
Lotes Rurais	0,28
Chácaras	0,38

ANEXO II - DECRETO Nº 001/2016

TABELA II

Taxas de Expediente e Outras

SERVIÇOS	VALORES (R\$)
Atestados, Certidões, Declarações	33,70
Cadastramentos de Bens	33,70
Atualização de cadastro mobiliário e imobiliário	33,70
Fornecimento de Alvarás	33,70
Emissão de Guias e Talões	33,70
Emissão de 2º vias de documentos	33,70
Transf. Concessão e Perm. Táxi, Ônibus	463,73
Editais	11,54
Atestado de Averbações e Demolições	59,979
Elaboração de Contratos	59,979
Taxa de Medição de Terrenos	63,89
Croqui de Localização	63,89
Taxa de Reavaliação de Bailes	126,15
Taxa de Reavaliação de Bailes não integrante no calendário de eventos	411,05
Taxa de reavaliação de Festas	45,16
Taxa de Reavaliação de Festas não integrante no calendário de eventos	274,03
Alvará de Habite-se	33,70
Alvará Demolição - Alvenaria	89,957
Alvará Demolição - mista	74,30
Alvará Demolição - Madeira	59,979
Cópia Autenticada	2,255
Venda Ambulante - Diária	101,58
Xerox/Folha	0,44

ANEXO III - DECRETO Nº 001/2016

TABELA III

EQUIPAMENTOS	VALORES R\$
Carga de Terra ou Cascalho	34,24

Carga de Pedra	41,098
Trator de esteira	164,40
Motoniveladora	164,40
Retroescavadeira	109,60
Pá Carregadeira	109,60
Trator pneumático	82,208
Carga de Água	34,24
Recolhimento de Entulhos	34,24
Rolo Compactador	82,208
Carga Caçamba - Truque	90,69
Carga Caçamba - Toco	66,51
Carga - Britão	45,95
Escavadeira Hidráulica-PC 120	157,21
Escavadeira Hidráulica-PC 150	187,44

DECRETO 002/2016

<p>DECRETO Nº 002/2016. De 04 de janeiro de 2016.</p>	<p>DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.124/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.</p>
-----------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o Anexo Único da Lei nº 3.124, de 06 de setembro de 2007, atualizado pelo IGPM, os valores da cobrança de taxa de licença para o exercício do comércio eventual e ambulante, em todo o território do Município de Palmitos – SC.

Parágrafo único. O valor a ser cobrado para expedição da taxa de licença passa a ter os seguintes reajustes:

FEIRAS COMERCIAIS E EXPOSIÇÕES	R\$ 5.684,19
COMÉRCIO AMBULANTE SEM AUXÍLIO DE VEÍCULOS ESTABELECIMENTO OU LOCALIZAÇÃO FIXA	R\$ 126,30
COMÉRCIO EM BALCÕES, BARRACAS, MESAS, TABULEIROS E SEMELHANTES	R\$ 306,72
COMÉRCIO EM VEÍCULOS DE PASSEIO	R\$ 270,65
COMÉRCIO EM VEÍCULOS UTILITÁRIOS COM CAPACIDADE ATÉ 2 (DUAS) TONELADAS	R\$ 344,34
COMÉRCIO EM VEÍCULOS ATÉ 4 (QUATRO) TONELADAS	R\$ 631,58
COMÉRCIO EM VEÍCULOS ACIMA DE 4 (QUATRO) TONELADAS	R\$ 902,22

DECRETO Nº 002/2016.
De 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário em especial o art. 1º, parágrafo único do Decreto nº 003/2015, de 05 de janeiro de 2015.

Município de Palmitos SC, em 04 de janeiro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 163/2015

<p>DECRETO Nº 163/2015. De 23 de dezembro de 2015</p>	<p>DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.</p>
-----------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designada a Servidora Pública Andréia Fadani Schenatto, Assessora de Planejamento, como responsável pela publicação de atos do Poder Executivo Municipal, no Mural Público já instituído, a partir de 28 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 23 de dezembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 14/2016. Modalidade: Pregão Presencial 05/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS. Data da entrega dos envelopes: 03/02/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 03/02/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 19 de Janeiro de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N º 001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2016

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 086/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/01/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.519.156/0001-94, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda escolar da rede municipal de ensino, para o 1º semestre letivo de 2016, conforme especificações descritas na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 26.101,70 (vinte e seis mil, cento e um reais e setenta centavos), relativos aos itens 01, 19, 38, 40 e 41, objeto do pregão presencial 086/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade até o dia 31 de julho de 2016, a partir da sua assinatura ou a entrega total do objeto licitado, o que ocorrer primeiro;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 086/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue durante o 1º semestre letivo de 2016 no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, a saber:

4.1.1 – O Fornecedor obriga-se a fazer as entregas de todos os Gêneros Alimentícios diretamente nas Unidades Escolares Municipais de Ensino Fundamental, Centros de educação Infantil – CEIS e Entidades Filantrópicas, sendo:

a) Previsão de 3 (três) entregas para os gêneros não perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Fundamental da Área Urbana e Rural, que deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias a partir da data de solicitação pelo Setor de Alimentação Escolar;

b) Previsão de entregas semanais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Área Urbana deverá ocorrer toda Terça-feira de manhã, exceto se estes dias coincidir com dia de feriado o que neste caso a entrega deverá ser feita no dia útil imediatamente subsequente;

c) Previsão de entregas quinzenais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural.

4.1.2 - Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens.

4.1.3 - Previsão de entregas mensais para os gêneros não perecíveis nos CEIS.

4.1.4 - As quantidades a serem entregues serão conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação.

4.1.5 - Os produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas serão rejeitados no momento da entrega, sendo exigida a sua substituição dentro de um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

4.1.6 - Horário das entregas: as entregas deverão ocorrer a partir das 08 horas até as 15:30 horas.

4.1.7 – Do recebedor dos produtos:

4.1.7.1 – O recebedor é responsável pela conferência de todos os produtos, deverá assinar a nota de entrega, ficando autorizado a não receber os gêneros que não estiverem em conformidade com o Edital, tais como prazos de validade, quantidades, qualidade e outros.

4.2 – DO TRANSPORTE:

4.2.1 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estarem acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem (Referência: Lei 11.947, de 16/06/2009 Resolução/FNDE/CD/ 26/2013).

Obs.: Referência: Lei 11.947, de 16/06/2009 Resolução/Fnde/CD/ 26/2013

4.3 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao)

efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 086/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos gêneros exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência da entrega dos gêneros após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o contratado a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 06 de janeiro de 2016.

– Márcio Wisniewski - Pregoeiro
– Otávio Hunka - Equipe de Apoio
– Eliton Luis de Souza Prestes -

Equipe de Apoio

– Sônia Terezinha Mendes Novack
- Equipe de Apoio

– Renata Raquel Ahlf dos Santos
– Pela Contratada

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2016

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 086/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/01/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.157.804/0001-12, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda escolar da rede municipal de ensino, para o 1º semestre letivo de 2016, conforme especificações descritas na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 55.866,00 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis mil reais), relativos aos itens 56, 57, 58, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, e 77, objeto do pregão presencial 086/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade até o dia 31 de julho de 2016, a partir da sua assinatura ou a entrega total do objeto licitado, o que ocorrer primeiro;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período

de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 086/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue durante o 1º semestre letivo de 2016 no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, a saber:

4.1.1 – O Fornecedor obriga-se a fazer as entregas de todos os Gêneros Alimentícios diretamente nas Unidades Escolares Municipais de Ensino Fundamental, Centros de educação Infantil – CEIS e Entidades Filantrópicas, sendo:

a) Previsão de 3 (três) entregas para os gêneros não perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Fundamental da Área Urbana e Rural, que deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias a partir da data de solicitação pelo Setor de Alimentação Escolar;

b) Previsão de entregas semanais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Área Urbana deverá ocorrer toda Terça-feira de manhã, exceto se estes dias coincidir com dia de feriado o que neste caso a entrega deverá ser feita no dia útil imediatamente subsequente;

c) Previsão de entregas quinzenais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural.

4.1.2 - Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens.

4.1.3 - Previsão de entregas mensais para os gêneros não perecíveis nos CEIS.

4.1.4 - As quantidades a serem entregues serão conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação.

4.1.5 - Os produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas serão rejeitados no momento da entrega, sendo exigida a sua substituição dentro de um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

4.1.6 - Horário das entregas: as entregas deverão ocorrer a partir das 08 horas até as 15:30 horas.

4.1.7 – Do recebedor dos produtos:

4.1.7.1 – O recebedor é responsável pela conferência de todos os produtos, deverá assinar a nota de entrega, ficando autorizado a não receber os gêneros que não estiverem em conformidade com o Edital, tais como prazos de validade, quantidades, qualidade e outros.

4.2 – DO TRANSPORTE:

4.2.1 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados

em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estarem acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem (Referência: Lei 11.947, de 16/06/2009 Resolução/FNDE/CD/ 26/2013.

Obs.: Referência: Lei 11.947, de 16/06/2009 Resolução/Fnde/CD/ 26/2013

4.3 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 086/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos gêneros exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência da entrega dos gêneros após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o contratado a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 06 de janeiro de 2016.

_____ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro
 _____ – Otávio Hunka - Equipe de Apoio
 _____ – Eliton Luis de Souza Prestes -
 Equipe de Apoio
 _____ – Sônia Terezinha Mendes Novack
 - Equipe de Apoio
 _____ – Daniele Flavia Sorg – Pela Contratada

Dario Schicovski
 Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2016

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 086/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/01/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.608.673/0001-45, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda escolar da rede municipal de ensino, para o 1º semestre letivo de 2016, conforme especificações descritas na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 55.231,15 (cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e quinze centavos), relativos aos itens 02, 05, 06, 08, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37,

42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 67, 75 e 76, objeto do pregão presencial 086/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade até o dia 31 de julho de 2016, a partir da sua assinatura ou a entrega total do objeto licitado, o que ocorrer primeiro;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
- a) Edital de Pregão Presencial nº 086/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

- 4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue durante o 1º semestre letivo de 2016 no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, a saber:
- 4.1.1 – O Fornecedor obriga-se a fazer as entregas de todos os Gêneros Alimentícios diretamente nas Unidades Escolares Municipais de Ensino Fundamental, Centros de educação Infantil – CEIS e Entidades Filantrópicas, sendo:
- a) Previsão de 3 (três) entregas para os gêneros não perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Fundamental da Área Urbana e Rural, que deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias a partir da data de solicitação pelo Setor de Alimentação Escolar;
- b) Previsão de entregas semanais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Área Urbana deverá ocorrer toda Terça-feira de manhã, exceto se estes dias coincidirem com dia de feriado o que neste caso a entrega deverá ser feita no dia útil imediatamente subsequente;
- c) Previsão de entregas quinzenais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural.
- 4.1.2 - Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens.
- 4.1.3 - Previsão de entregas mensais para os gêneros não perecíveis nos CEIS.
- 4.1.4 - As quantidades a serem entregues serão conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação.
- 4.1.5 - Os produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas serão rejeitados no momento da entrega, sendo exigida

conforme especificações descritas na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 92.629,75 (noventa e dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos), relativos aos itens 07, 09, 16, 17, 39, 43, 51, 53, 59, 60, 61, 63 e 64, objeto do pregão presencial 086/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade até o dia 31 de julho de 2016, a partir da sua assinatura ou a entrega total do objeto licitado, o que ocorrer primeiro;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 086/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue durante o 1º semestre letivo de 2016 no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, a saber:

4.1.1 – O Fornecedor obriga-se a fazer as entregas de todos os Gêneros Alimentícios diretamente nas Unidades Escolares Municipais de Ensino Fundamental, Centros de educação Infantil – CEIS e Entidades Filantrópicas, sendo:

- a) Previsão de 3 (três) entregas para os gêneros não perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Fundamental da Área Urbana e Rural, que deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias a partir da data de solicitação pelo Setor de Alimentação Escolar;
- b) Previsão de entregas semanais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Área Urbana deverá ocorrer toda Terça-feira de manhã, exceto se estes dias coincidirem com dia de feriado o que

neste caso a entrega deverá ser feita no dia útil imediatamente subsequente;

c) Previsão de entregas quinzenais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural.

4.1.2 - Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens.

4.1.3 - Previsão de entregas mensais para os gêneros não perecíveis nos CEIS.

4.1.4 - As quantidades a serem entregues serão conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação.

4.1.5 - Os produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas serão rejeitados no momento da entrega, sendo exigida a sua substituição dentro de um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

4.1.6 - Horário das entregas: as entregas deverão ocorrer a partir das 08 horas até as 15:30 horas.

4.1.7 – Do recebedor dos produtos:

4.1.7.1 – O recebedor é responsável pela conferência de todos os produtos, deverá assinar a nota de entrega, ficando autorizado a não receber os gêneros que não estiverem em conformidade com o Edital, tais como prazos de validade, quantidades, qualidade e outros.

4.2 – DO TRANSPORTE:

4.2.1 - Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estarem acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem (Referência: Lei 11.947, de 16/06/2009 Resolução/FNDE/CD/ 26/2013).

Obs.: Referência: Lei 11.947, de 16/06/2009 Resolução/Fnde/CD/ 26/2013

4.3 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 086/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos gêneros exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da entrega dos gêneros após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o contratado a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 06 de janeiro de 2016.

_____ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ – Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ – Eliton Luis de Souza Prestes -
Equipe de Apoio

_____ – Sônia Terezinha Mendes Novack
- Equipe de Apoio

_____ – Mercado Odachowoski Ltda -
ME – Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de higiene e limpeza, água mineral e gêneros alimentícios para as Secretarias Municipais e Fundo municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 02 de fevereiro de 2016; Início da Sessão Pública: As 08:45hs do dia 02/02/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 19 de janeiro de 2016
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Paraíso

PREFEITURA

CONTRATO 004/2016

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016

DO OBJETO: Contrato tem por objeto o repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de padronização do S.I.M. e preparação de unidades para o SISBI/SUASA/POA, durante o período de Janeiro/2016 a Dezembro/2016. DO VALOR TOTAL: R\$ 17.234,40 (DEZESSETE MIL, DUZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS, QUARENTA CENTAVOS)

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS - SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

DA VIGENCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura 14/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC Paraíso/SC, 14 DE JANEIRO de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

CONTRATO 006/2016

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENSILHADEIRA NOVA E CARRETA AGRÍCOLA NOVA, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Paraíso/SC, com recursos provenientes do Contrato de Repasse CAIXA Nº 1018.911-822014 /MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO / CAIXA e recursos Próprios,, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência Anexo I deste edital.

DO VALOR TOTAL: R\$ 24.998,00 (VINTE E QUATRO MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E OITO REAIS)

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: JEAN PYER VIVIAN EIRELI - ME

DA VIGENCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura 18/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC Paraíso/SC, 18 DE JANEIRO de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

CONTRATO 005/2016

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016

DO OBJETO: "Contratação de empresa especializada para locação de impressora multifuncional, com sistema de impressão a laser monocromática e jato de tinta, com fornecimento de suprimentos, exceto papel, e manutenção do equipamento, destinada a garantir o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas com os educandos da rede municipal de ensino, do município de Paraíso/SC e das atividades realizadas na Secretaria Municipal de Administração, para o exercício de 2016".

DO VALOR TOTAL: R\$ 7.889,98 (SETE MIL OITOCENTOS E OITENTA E NOVE MIL E NOVENTA E OITO CENTAVOS)

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: HD COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA SUPRIMENTOS

DA VIGENCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura 04/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC Paraíso/SC, 04 DE JANEIRO de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

CONTRATO 007/2016

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENSILHADEIRA NOVA E CARRETA AGRÍCOLA NOVA, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Paraíso/SC, com recursos provenientes do Contrato de Repasse CAIXA Nº 1018.911-822014 /MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO / CAIXA e recursos Próprios,, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência Anexo I deste edital.

DO VALOR TOTAL: R\$ 55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS)

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA

DA VIGENCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura 18/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC Paraíso/SC, 18 DE JANEIRO de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

ATA REGISTRO DE PREÇO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/9

Processo Nº.: 6/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2016

No dia 18 do mês de Janeiro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89908-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREF. MUNIC DE PARAISO, o Sr(a). ERNI GIACOMINI, inscrito no CPF sob o nº. 605.230.269-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2016, Processo Licitatório nº. 6/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a(o) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS A FIM DE PROPORCIONAR UM APRENDIZADO COM METODOLOGIAS DIVERSIFICADAS COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL; E PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E PLANEJAMENTO, CONSELHO TUTELAR E GRUPAMENTO DA PM. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8205	A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA - ME	2, 4, 31, 53, 56, 67, 80
6700	CB COM.DE LIVROS E BRINQUEDO BOFF LT.ME	3, 7, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 41, 49, 52, 64, 82, 104, 105
7303	DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME	1, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 47, 48, 55, 60, 61, 62, 63, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 87, 88, 90, 106, 109, 110, 112
8592	FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	66, 68, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 117
8337	LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME	5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 24, 25, 27, 28, 30, 43, 51, 57, 58, 59, 69, 73, 85, 102, 103, 111, 121
8403	MAICON NARCISO-ME	16, 22, 32, 33, 42, 45, 54, 79, 86, 89, 91, 92, 107, 108, 113, 114, 115, 116, 118, 119
7935	R2 COMÉRCIO DE EQPTOS E SUPRIMENTOS P/ ESCRIT LTDA	23, 46, 50, 65, 120

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	MOISES LUIZ BOFF	017.039.059-46
CB COM.DE LIVROS E BRINQUEDO BOFF LT.ME	01.669.984/0001-60	CLOVIS BOFF	681.928.789-53
DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME	03.508.291/0001-11	IVANETE MARTA DALLA VECCHIA MAR	430.205.509-04
FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	22.686.907/0001-99	JULIANA ANSCHAU	031.688.909-10
LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME	15.082.583/0001-14	CLEYTON RICARDO LAZAROTTO	884.567.571-87
MAICON NARCISO-ME	08.869.085/0001-50	MAICON NARCISO	049.413.729-05
R2 COMÉRCIO DE EQPTOS E SUPRIMENTOS P/ ESCRIT LTC	08.774.276/0001-39	JANDIR PEDRO ZAGONEL	933.354.409-78

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS A FIM DE PROPORCIONAR UM APRENDIZADO COM METODOLOGIAS DIVERSIFICADAS COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL; E PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E PLANEJAMENTO, CONSELHO TUTELAR E GRUPAMENTO DA PM.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6700 - CB COM.DE LIVROS E BRINQUEDO BOFF LT.ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	APONTADOR DE PLASTICO SEM DEPÓSITO, RETANGULAR, LÂMINA DE AÇO - CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	Seric	40,000	2,7000	108,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/9
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

Fornecedor: 6700 - CB COM.DE LIVROS E BRINQUEDO BOFF LT.ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	CADERNO BROCHURA 48 FOLHAS - CAPA FLEXIVEL - PEQUENO	UND	Foroni	1.600,000	0,7000	1.120,00
12	CAIXA ARQUIVO MORTO - PAPELÃO - TAMANHO: 25x35, 5x13,5	UND	São carlos	410,000	1,2700	520,70
17	CARTOLINA AMARELA	UND	São Miguel	500,000	0,3300	165,00
18	CARTOLINA AZUL	UND	São Miguel	500,000	0,3300	165,00
19	CARTOLINA BRANCA	UND	São Miguel	1.000,000	0,3300	330,00
20	CARTOLINA ROSA	UND	São Miguel	500,000	0,3300	165,00
21	CARTOLINA VERDE	UND	São Miguel	500,000	0,3300	165,00
26	COLA BASTAO 9G	UND	Radex	115,000	1,2000	138,00
41	ESTRATOR PARA GRAMPO EM AÇO INOX - TIPO ESPATULA	UND	Carbrick	65,000	2,4500	159,25
49	GIZ DE CERA FINO - CAIXA COM 12 CORES - NÃO TÓXICO - MEDINDO APROXIMADAMENTE 9 cm de altura	CX	Delta	250,000	1,0000	250,00
52	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR GALVANIZADO 23/8 CAIXA COM 5.000 UNIDADES	CX	Bach	10,000	13,5000	135,00
64	MARCADOR DE TEXTO C/12 UND - SORTIDOS	CX	Maripel	15,000	13,0000	195,00
82	PAPEL PARANÁ	UND	VMP	300,000	2,3500	705,00
104	REFIL COLA QUENTE FINA	UND	Rendicola	1.500,000	0,3100	465,00
105	REFIL COLA QUENTE GROSSA	UND	Rendicola	600,000	0,5300	318,00

Fornecedor: 7303 - DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALGODÃO 25 GR	CX	YORK	15,000	3,0000	45,00
29	COLA GLITER 35GR - CORES SORTIDAS	UND	ACRILEX	240,000	2,2200	532,80
34	ENVELOPE 16 X 22 - BRANCO	UND	FORONI	800,000	0,1100	88,00
35	ENVELOPE 16 X 22 - PARDO	UND	FORONI	800,000	0,0800	64,00
36	ENVELOPE 16 X 22 AMARELO	UND	FORONI	900,000	0,1300	117,00
37	ENVELOPE 24 X 34 - PARDO	UND	FORONI	800,000	0,1500	120,00
38	ENVELOPE 24 X 34 - BRANCO	UND	FORONI	800,000	0,2000	160,00
39	ENVELOPE 24 X 34 AMARELO	UND	FORONI	850,000	0,2000	170,00
40	ESTILETE LARGO COM TRAVA	UND	ADECK	80,000	1,6000	128,00
44	FITA PAPEL 19X50	RL	3M	100,000	5,3500	535,00
47	GIZ BRANCO C/ 64 BASTOES	CX	DELTA	15,000	1,1400	17,10
48	GIZ COLORIDO C/ 64 BASTOES	CX	DELTA	15,000	1,5000	22,50
55	LAPIS BORRACHA	UND	ECOLE	15,000	1,5500	23,25
60	LAPISEIRA 0,7	UND	MARIPEL	20,000	1,2000	24,00
61	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS	UND	S.DOMINGOS	6,000	5,4500	32,70
62	LIVRO PONTO tipo OFÍCIO COM 100 FOLHAS FOLHAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE POSSUI CAMPO PARA 04 ASSINATURAS (expediente normal e prorrogação da jornada de trabalho: hora extra) Mínimo: 218mm x 319mm	UND	TILIBRA	10,000	7,7500	77,50
63	LIVRO PROTOCOLO COM FOLHAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE CONTENDO 104 FOLHAS	UND	TILIBRA	10,000	6,9500	69,50
70	MOLHA DEDO GLICERINA 12G	UND	WALU	85,000	1,4500	123,25
71	NOVELO DE LÃ COM 10 gramas - CORES DIVERSAS	UND	PINGUIN	25,000	4,3500	108,75
72	PAPEL CAMURÇA - CORES SORTIDAS	UND	VMP	130,000	0,5300	68,90
74	PAPEL CREPOM - CORES SORTIDAS	UND	VMP	400,000	0,5200	208,00
75	PAPEL DOBRADURA - CORES SORTIDAS	FLS	VMP	230,000	0,2000	46,00
76	PAPEL DUPLA FACE - CORES SORTIDAS	UND	VMP	1.500,000	0,4600	690,00
77	PAPEL DUPLEX - CORES SORTIDAS	UND	VMP	1.500,000	0,6400	960,00
78	PAPEL LAMINADO - CORES DIVERSAS	UND	VMP	190,000	0,6500	123,50
81	PAPEL OFICIO COLORIDO 100 FL - cores sortidas	PCT	REPORT	40,000	3,2500	130,00
83	PAPEL PARDO 20 KG	RL	SAMPA	10,000	114,0000	1.140,00
84	PAPEL SEDA - CORES SORTIDAS	UND	VMP	150,000	0,1200	18,00
87	PASTA PLASTICA COM ELASTICO - SORTIDAS	UND	VMP	600,000	1,3200	792,00
88	PERCEVEJOS LATONADO - CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	PRAYON	15,000	1,5000	22,50
90	PERFURADOR DE PAPEL PROFISISONAL COM 02 FUROS, ESTRUTURA DE METAL CAPACIDADE ATÉ 150 FOLHAS PERFURADORES EM AÇO TEMPERADO E AFIADOS ESCALA PARA AJUSTE DO FORMATO DE PAPEL DIMENSÕES COM EMBALAGEM: 16X15X36 cm (LxAxC)	UND	SERTIC	5,000	208,0000	1.040,00
106	REGUA PLASTICA 30CM - TRANSPARENTE	UND	BANDEIRANT	750,000	0,3700	277,50
109	TESOURA PARA TECIDO	UND	WESTERN	70,000	5,9800	418,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 3/9
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

Fornecedor: 7303 - DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
110	TINTA FACIAL com 20 gr - CORES DIVERSAS	UND	COLOR MAKE	100,000	7,2000	720,00
112	TINTA P/CARIMBO 40ML	UND	CARBRINCK	10,000	2,3000	23,00

Fornecedor: 7935 - R2 COMÉRCIO DE EQPTOS E SUPRIMENTOS P/ ESCRIT LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	CLIPS COLORIDO MEDIO Nº 3/0 - caixa com 50 UND	CX	bacchi	100,000	2,3700	237,00
46	FITA PAPEL 38X50	RL	3m	100,000	24,2400	2.424,00
50	Grampeador metálico profissional capacidade para grampear até 210 folhas Pintura epóxi(liquida) Mola resistente com retração automática Grampo aberto e fechado - com ajuste de profundidade Grampos tipo 23/8	UND	tris	10,000	151,0000	1.510,00
65	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO	UND	maripel	1.296,000	1,2000	1.555,20
120	CLIPS SORT. C/100 UN	CX	wire flex	35,000	1,5900	55,65

Fornecedor: 8205 - A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	UND	carbrink	25,000	3,0900	77,25
4	BALÃO LISO SORTIDO Nº 07 - PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	ideatex	160,000	4,4400	710,40
31	DVD VIRGEM	UND	elgim	100,000	0,9300	93,00
53	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR COBREADOS 26/6 FABRICADOS COM ARAME DE AÇO REVESTIDO RESISTENTE A OXIDAÇÃO. CAIXA COM 5.000 UNIDADES - Indicados para grampear até 20 folhas	CX	frama	100,000	3,6100	361,00
56	LAPIS DE COR GRANDE C/24 CORES	CX	master	700,000	7,2000	5.040,00
67	CORTINA BLACKOUT 2 M	UND	froma	250,000	72,9000	18.225,00
80	PAPEL OFICIO A4 210X297MM CX C/5.000 FOLHAS	CX	nobily	101,000	128,4000	12.968,40

Fornecedor: 8337 - LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	BARBANTE 08 FIOS 100% ALGODÃO - ROLO COM 300 METROS	RL	euro	30,000	8,2000	246,00
6	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº40 CX C/40 UND	CX	make	60,000	13,0000	780,00
8	CADERNO BROCHURA CAPA DURA COM 48 FOLHAS - pequeno	UND	panamericano	400,000	1,8500	740,00
9	CADERNO DE DESENHO ESPIRAL COM 48 FOLHAS - GRANDE	UND	panamericano	450,000	2,2000	990,00
10	CADERNO ESPIRAL 48 FOLHAS - CAPA FLEXIVEL - PEQUENO	UND	panamericano	250,000	0,8400	210,00
11	CADERNO ESPIRAL 96 FOLHAS - CAPA FLEXIVEL - PEQUENO	UND	panamericano	150,000	1,5400	231,00
13	CANETAS ESFEROGRAFICAS AZUL CX C/50	CX	make	35,000	18,2000	637,00
14	CANETAS ESFEROGRAFICAS PRETA CX C/50	CX	make	20,000	18,2000	364,00
15	CANETAS ESFEROGRAFICAS VERMELHAS CX C/50	CX	make	15,000	18,2000	273,00
24	CLIPS METAL Nº 04 - 500GR	CX	new	20,000	8,4500	169,00
25	CLIPS METAL Nº 06 - 500 GR	CX	new	20,000	8,4500	169,00
27	COLA BRANCA 1KG	UND	piratininga	80,000	7,9500	636,00
28	COLA BRANCA 40GR C/6	PCT	frama	150,000	3,5800	537,00
30	CORRETIVO LIQUIDO 18 ML C/12	CX	frama	8,000	9,4900	75,92
43	FITA EMPACOTAMENTO 45X45MT	RL	make	100,000	2,6000	260,00
51	Grampeador metálico capacidade para grampear até 25 folhas Pintura epóxi(liquida) Apoio da base material plástico polietileno Fabricado em chapa de aço Mola resistente com retração automática Grampo aberto e fechado - grampeia até 25fls e alfineta até 15fls. Capacidade de carga de um pente de 208 grampos tipo 26/6	UND	make	50,000	16,7990	839,95
57	LAPIS DE COR GRANDE COM 12 CORES	CX	make	550,000	2,8800	1.584,00
58	LAPIS DE COR INTEIRO C/12 CORES - PEQUENO	CX	leoleo	220,000	2,0000	440,00
59	LAPIS PRETO CX C/144 UN	CX	make	35,000	25,9000	906,50
69	MASSA PARA MODELAR COM 12 CORES - 180GR - A BASE DE AMIDO - NÃO TÓXICA	CX	make	450,000	2,1900	985,50
73	PAPEL CONTACTIL TRANSPARENTE	MTS	vmp	750,000	1,6900	1.267,50
85	PAPEL VERGE C/100 FLS	PCT	filipaper	20,000	18,9000	378,00
102	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	UND	make	70,000	10,9000	763,00
103	PISTOLA PARA COLA QUENTE GRANDE	UND	make	30,000	10,8500	325,50
111	TINTA GUACHE 250 ML - CORES DIVERSAS	FR	piratininga	550,000	2,4000	1.320,00
121	CLIPS COLORIDO CX C/100 UN	CX	bachi	30,000	4,1500	124,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/9
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

Fornecedor: 8403 - MAICON NARCISO-ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	CANETAS HIDROCOR COM 24 UND	PCT	LEONORA	190,000	4,9000	931,00
22	CD-RW	UN	MULTILASER	100,000	1,8000	180,00
32	E.V.A. DECORADO - cores e decorações sortidas	UND	EVAMAX	220,000	3,3000	726,00
33	EMBORACHADO E.V.A - CORES SORTIDAS	UND	EVAMAX	3.000,000	0,9300	2.790,00
42	EVA ESCOVADO - CORES SORTIDAS	UND	EVAMAX	200,000	3,0000	600,00
45	FITA PAPEL 25X50	RL	ADERE	100,000	7,0000	700,00
54	GRAMPOS PARA PASTAS - TIPO TRILHO 80 mm - CAIXA COM 50 UNIDADES - AÇO ESTANHADO - COMPRIMENTO DALINGUETA (HASTE) 50mm. Capacidade para prender até 300 folhas de papel officio.	CX	JOCAR	100,000	7,0000	700,00
79	PAPEL MICROONDULADO - CORES SORTIDAS	UND	RST	200,000	1,8000	360,00
86	PASTA CATÁLOGO COM 100 FOLHAS DE PLASTICO - COR PRETA	UND	ACP	144,000	12,7500	1.836,00
89	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS P/70 FOLHAS	UND	ADECK	10,000	88,0000	880,00
91	PINCEL ATOMICO PONTA FINA CX C/12 UN	CX	JOCAR	18,000	11,0000	198,00
92	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA CX C/12 UND	CX	JOCAR	37,000	12,0000	444,00
107	TESOURA GRANDE	UND	LYKE	25,000	3,8500	96,25
108	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA - CORES DIVERSAS	UND	JOCAR	650,000	1,3000	845,00
113	TINTA PARA PINCEL ATOMICO 37 ML - COR AZUL	FR	HELIOS	10,000	3,5000	35,00
114	TINTA PARA PINCEL ATOMICO 37 ML - COR PRETO	FR	HELIOS	10,000	3,5000	35,00
115	TINTA PARA PINCEL ATOMICO 37 ML - COR VERDE	FR	HELIOS	10,000	3,5000	35,00
116	TINTA PARA PINCEL ATOMICO 37 ML - COR VERMELHO	FR	HELIOS	10,000	3,5000	35,00
118	TINTA TECIDO 250ML - CORES SORTIDAS	UND	ACRILEX	120,000	11,0000	1.320,00
119	TNT TECIDO SORT	MT	SANTA FE	2.250,000	0,9900	2.227,50

Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
66	MASSA PARA MODELAR 150 GR - COR AZUL	UND	ebras	250,000	2,9800	745,00
68	MASSA PARA MODELAR 150 GR - VERDE LIMÃO	UND	ebrax	250,000	2,9700	742,50
93	PINCEL PARA PINTURA Nº 06	UND	leonoro	20,000	1,1000	22,00
94	PINCEL PARA PINTURA Nº 12	UND	leonoro	20,000	1,5000	30,00
95	PINCEL PARA PINTURA Nº 00	UND	leonoro	70,000	0,9500	66,50
96	PINCEL PARA PINTURA Nº 02	UND	leonoro	55,000	1,0000	55,00
97	PINCEL PARA PINTURA Nº 04	UND	leonoro	55,000	1,0000	55,00
98	PINCEL PARA PINTURA Nº 08	UND	leonoro	55,000	1,2000	66,00
99	PINCEL PARA PINTURA Nº 10	UND	leonoro	55,000	1,3500	74,25
100	PINCEL PARA PINTURA Nº 14	UND	leonoro	20,000	1,7000	34,00
101	PINCEL PARA PINTURA Nº 16	UND	leonoro	20,000	1,9000	38,00
117	TINTA SPRAY - SECAGEM RAPIDA - 400 ML - TODAS AS CORES	UND	chemi color	50,000	12,9000	645,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/9
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/9
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 7/9
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 8/9
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 9/9
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 18 de Janeiro de 2016.

ERNI GIACOMINI
PREF MUNIC DE PARAISO

Empresas Participantes:

A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA - ME	CNPJ: 12.144.365/0001-79	_____
CB COM.DE LIVROS E BRINQUEDO BOFF LT.ME	CNPJ: 01.669.984/0001-60	_____
DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME	CNPJ: 03.508.291/0001-11	_____
FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CNPJ: 22.686.907/0001-99	_____
LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME	CNPJ: 15.082.583/0001-14	_____
MAICON NARCISO-ME	CNPJ: 08.869.085/0001-50	_____
R2 COMÉRCIO DE EQPTOS E SUPRIMENTOS P/ ESCRIT LTDA	CNPJ: 08.774.276/0001-39	_____

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N. 0002/2016 AO CONTRATO N. 0052/2015

TERMO ADITIVO N. 0002/2016 AO CONTRATO N. 0052/2015
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0027/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0018/2015
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA – SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, sediado na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Ivandre Bocalon, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34 e RG n. 1.510.345, de ora em diante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado empresa, POSTO COPLAVAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 00.107.328/0002-92, sediada na Avenida Padre João Bottero, n. 433, centro, Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Anderson Jose Ely, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 048.063.559-50 doravante denominada de CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, amparado pelo Processo de Licitação n. 0027/2015, na modalidade de Pregão Presencial n. 0018/2015, – Aquisição de Combustível, nos termos das Cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como no Edital de Licitação e na Ata de Registro de Preços n. 0052/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

A empresa contratada, na data de 14 de janeiro de 2016, protocolou requerimento, pelo qual postulou o reajuste dos produtos que fornece ao contratante.

Para tanto, aduziu que houve uma significativa alta no custo do produto licitado – gasolina CL3, conforme se observa pelas notas fiscais acostadas ao requerimento.

Sobre a possibilidade de reajuste contratual, tem-se que tanto o Edital de Licitação quanto a Ata de Registro de Preços firmada com o fornecedor, ora requerente, trazem a previsão de reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico – financeiro originariamente pactuado, nos exatos moldes previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93.

Assim, conclui-se que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual deve ocorrer, eis que devidamente documentado e fundamentado, tendo-se por base as notas fiscais anexas ao requerimento formulado pelo fornecedor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Os preços fixados na Ata de Registro de Preços n. 0052/2015, ficam reajustados da seguinte forma:

Item 03 – Gasolina Comum – valor previsto para este item era de R\$ 3,76 (três reais e setenta e seis centavos), fica reajustado em 0.66%, passando para R\$ 3,78 (três reais e setenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e seus aditivos, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer litígio oriundo deste Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC 19 de janeiro de 2016.
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Contratante

POSTO COPLAVAL
ANDERSON JOSE ELY
Contratada

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO
CPF: 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER
CPF: 009.844.399-27

Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº 06/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 06/2016 – RH/FMS

Contratado (A): JOSÉ OLMIRO TARDI DE AZEVEDO, na função de Médico Plantonista, início em 19/01/2016 e término em 18/01/2017, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 19 de janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO 01/2016-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Av. Nereu Ramos, 190 – Centro – 88385-000 – Penha – (47) 3345-0200

EDITAL N.º 01/2016 - PMP

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº. 2775/2015, faz saber a quem interessar possa, que serão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2016 - PMP, destinado ao preenchimento de vagas de Professores bem como à formação de cadastro de reserva, visando atender uma necessidade de excepcional interesse público, em caráter temporário, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, no período de 25/01/2016 a 29/01/2016, mediante as condições determinadas neste EDITAL e demais disposições legais aplicadas à espécie.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas bem como à formação de cadastro de reserva visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e Constituição Federal, destina-se à contratação de Professores.

1.2 O Processo Seletivo será regido pelo presente Edital e coordenado pela seguinte Comissão Organizadora: Fábio Gardioli de Carvalho, Sandra dos Santos Tavares, Maria Aparecida Costa de Souza, Iolanda Amaro de Souza, Antonio Marcos Vicente, Lucimeri Pinto e Sirlene Maria de Souza, designados membros.

1.3 O resultado da seleção dos candidatos será publicado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Penha e no site www.penha.sc.gov.br.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, bem como o prazo de eventual contratação, será até dia 01 (um) de fevereiro de 2017.

1.5 O período de validade estabelecido para este certame não gera, para o Município de Penha, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados, nem por todo período.

1.6 As vagas, respectiva remuneração, carga horária semanal e habilitação mínima estão estabelecidas no Anexo I deste Edital.

1.7 Os Candidatos classificados e contratados estarão sujeitos ao regime de contratação instituído pelo Município de Penha.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1 Para inscrever-se o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra e preencher as condições especificadas a seguir:

2.1.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado, de acordo com o artigo 12 da Constituição Federal, cujo processo tenha sido encerrado dentro do prazo das inscrições:

2.1.2 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.1.3 Estar em dia com o Serviço Militar, para o sexo masculino;

2.1.4 Ter boa conduta e não ter sido condenado por crime contra o patrimônio, contra a administração pública, contra a fé pública, contra os costumes e os previstos na Lei nº. 11.343/06.

2.1.5 Ter aptidão física e mental, demonstrada através de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, os quais são de responsabilidade do candidato;

2.1.6 Estar legalmente habilitado para o cargo;

2.1.7 Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas, pessoalmente ou por procuração, no período de 25/01/2016(segunda-feira) até dia 29/01/2016(sexta-feira), na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua José João Batista nº 115, nos horários compreendidos entre 12h e 17h.

3.2 No caso de inscrição por procuração pública ou particular será exigida a entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato, e a apresentação de identidade do procurador. No caso de procuração por instrumento particular, deverá ter a firma do outorgado reconhecida. O Candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.

3.3 No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição disponível no site da Prefeitura Municipal (www.penha.sc.gov.br) ou fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, assumindo conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital e deverá obrigatoriamente, sob pena de não ter a sua inscrição homologada, anexar os seguintes documentos:

3.3.1 Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada à mão (Anexo III);

3.3.2 Fotocópia Carteira de Identidade

3.3.3 Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);

3.3.4 Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

3.3.5 Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;

3.3.6 Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

3.3.7 Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;

3.3.8 Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

3.3.9 Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

3.3.10 Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

3.3.11 Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada;

3.3.12 Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução TC 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada;

3.3.13 Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;

3.3.14 Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada;

3.3.15 Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório;

3.3.16 Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

3.3.17 Fotocópia Carteira de trabalho onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

3.3.18 Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

3.4 Para fins de análise curricular, no próprio ato da inscrição os candidatos deverão encaminhar os documentos previstos nos quadros do item 4.9.

3.5 Não serão recebidas inscrições feitas por fax, e-mail ou fora do período estabelecido neste capítulo;

3.6 Não haverá cobrança de taxa de inscrição no presente certame.

3.7 A assinatura da Ficha de Inscrição implicará na satisfação das exigências relacionadas no item 2. Das Condições para a Inscrição;

3.8 As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão Organizadora do Processo Seletivo o direito de excluir do certame aquele que preenchê-la com dados incorretos ou rasurados, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente;

3.9 Cada candidato poderá optar por apenas uma modalidade de ensino. Havendo mais de uma inscrição realizada por um único candidato, será considerada e eventualmente homologada, apenas a última que tiver sido efetuada/encaminhada à Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

3.10 Os candidatos com deficiência deverão obrigatoriamente, encaminhar, no ato da inscrição, laudo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.10.1 A data de emissão do laudo não poderá ser superior a noventa (90) dias da data de publicação deste edital.

3.10.2 Serão reservados 10% das vagas que vierem a surgir aos portadores de deficiência, desde que compatíveis às atribuições do cargo pretendido e, na hipótese de não haver compatibilidade do exercício das atribuições, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado para assumir o cargo o próximo candidato classificado na lista dos portadores de deficiência, caso exista.

3.10.3 Se classificado para o cargo pretendido, o candidato portador de deficiência será submetido à avaliação a ser realizada pela Junta Médica do Município de Penha, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade dos exercícios das atribuições do cargo com a deficiência de que é portador.

4. DA ANÁLISE CURRICULAR

4.1 O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá, com base em critérios objetivos de pontuação, na análise de currículo dos candidatos.

4.2 Os documentos necessários para fins da análise curricular deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do Processo por ocasião da inscrição do candidato.

4.3 Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

4.4 Somente serão aceitos documentos para fins de análise curricular entregues no ato da inscrição, sendo vedada a entrega posterior.

4.5 Os documentos previstos nos quadros do item 4.9, devem estar em perfeitas condições de modo a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis, serão desconsiderados.

4.6 No ato da inscrição o candidato declarará, sob pena de indeferimento, que as fotocópias apresentadas são fiéis à via original.

4.7 A qualquer momento, o candidato poderá ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

4.8 A análise de currículo dos candidatos será dividida em três vertentes, quais sejam:

- a) qualificação da habilitação;
- b) experiência na área de atuação e
- c) cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização.

4.9 Os critérios objetivos analisados, de acordo com os quadros abaixo, serão os seguintes:

TÍTULO – QUALIFICAÇÃO ACIMA DA HABILITAÇÃO MÍNIMA	Pontuação	Número Máximo de títulos	Pontuação Máxima
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Graduação, na modalidade de ensino escolhida.	100	1	450
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de especialização, na área da Educação.	100	1	
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de especialização, na área da Educação.	50	+ 1	
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de mestrado, na área da Educação.	100	1	
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de doutorado, na área da Educação	100	1	
TÍTULO – EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Pontuação	Pontuação Máxima	
Abaixo de 2 (dois) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	10	50	
Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	30		
Acima de 5 (cinco) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	50		
TÍTULO – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO	Pontuação	Nota Máxima	
Certificado ou Diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na área da Educação, com somatório de duração dos cursos de 40 a 200 horas, contando 01 ponto para cada 40 horas apresentadas, válidos com data a partir setembro de 2013.	1	5	

4.10 Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma e curso de pós-graduação, o segundo certificado terá o valor 50% da pontuação do primeiro, fixando no limite de dois certificados.

4.11 Para comprovação do período de “Experiência na Área de Atuação” serão admitidos os seguintes documentos:

- a) fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal;
- b) declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública e/ou entidade privada.

5. DO JULGAMENTO

5.1 A análise curricular terá apenas caráter classificatório.

5.2 A pontuação final será calculada somando-se os pontos obtidos pelo candidato em cada uma das três vertentes estabelecidas no item 4.8 e na forma estabelecida pelos quadros do item 4.9.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

6.1 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação.

6.2 O resultado do Processo Seletivo será afixado no Mural da Secretaria de Administração, situado na Avenida Nereu Ramos, nº 8, Bairro Centro, no Diário Oficial dos Municípios, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha (www.penha.sc.gov.br) e caberá recurso nos termos deste edital.

6.3 Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, caso haja alguma alteração, será publicada nova lista de classificação definitiva, não cabendo mais recursos.

6.4 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6.4.1 Aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.4.2 Para os candidatos que não estão sob amparo do subitem anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior pontuação na vertente "Qualificação Acima da Habilitação Mínima";
- b) Maior pontuação na vertente "Experiência da Área de Atuação";
- c) Maior pontuação na vertente "Cursos de Aperfeiçoamento e/ou Atualização";
- d) Maior idade;
- e) Número de dependentes.
- f) Sorteio

6.4.3 Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da abertura do certame.

6.5. A classificação no presente Processo não gera aos candidatos direito à contratação para o cargo, cabendo a Prefeitura Municipal de Penha, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, de acordo com a necessidade temporária de excepcional interesse público, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos aprovados, respeitada sempre a ordem de classificação no Processo Seletivo.

7. DOS RECURSOS

7.1 Serão admitidos recurso quanto:

- a) ao edital, em até 02 (dois) dias úteis após publicação;
- b) ao indeferimento da inscrição em até 02 (dois) dias úteis após a publicação da homologação das inscrições;
- c) ao resultado preliminar, em até 02 (dois) dias úteis após publicação da lista de classificação e resultados seja por conta de erro no resultado da pontuação ou à aplicação dos critérios de desempate.

7.2 O candidato que desejar interpor pedido de revisão deverá fazê-lo, na forma do item 7.3, nas datas constantes do Anexo II (Cronograma), devendo o candidato protocolá-lo obrigatoriamente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Secretaria da Fazenda, Av. Nereu Ramos, 181, em horário regular de expediente da Prefeitura Municipal de Penha, dirigidos a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, obedecendo os prazos e requisitos elencados neste item.

7.3 O recurso deve observar, entre outros, os seguintes requisitos:

- a) folha de rosto, constando o nome, número de inscrição, cargo, função, disciplina e assinatura do candidato;
- b) ser digitado, em letra Arial ou Times New Roman, tamanho 12, e assinado em duas vias;
- c) ser fundamentado, com argumentação lógica, objetiva e consistente.

7.4 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet, ou qualquer meio postal;

7.5 Os pedidos de recurso serão indeferidos quando intempestivos, considerados inconsistentes ou em desacordo com o presente capítulo;

7.6 Após a avaliação pela Comissão Organizadora os resultados dos mesmos serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

7.7 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

7.8 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

7.9 Uma vez julgado qualquer recurso não será admitido qualquer pedido de revisão do julgamento.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação do cargo específico, observada a necessidade da Prefeitura Municipal de Penha.

8.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.

8.3 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade do Município, sendo a primeira convocação através de Chamada Pública por área de atuação nas datas especificadas abaixo:

- a) EDUCAÇÃO INFANTIL – dia 11 de fevereiro de 2016, as 09h00min, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- b) ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – dia 11 de fevereiro, as 14h00min, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- c) ARTE – dia 12 de fevereiro, as 09h00min, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- d) EDUCAÇÃO FÍSICA – dia 12 de fevereiro, as 10h00min, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- e) ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (disciplinas específicas) – dia 12 de fevereiro, as 14h00min, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

8.4 Cada chamada pública deverá constar de ATA de participação, devidamente assinada pelos convocados presentes. Em caso de ausência de candidato aprovado no ato da chamada, o mesmo passará para o final da lista de classificação e será convocado o próximo na lista de classificação.

8.5 Para a primeira CHAMADA PÚBLICA, de cada área de atuação, serão respeitadas as vagas previamente divulgadas pela Secretaria Municipal de Educação no sítio da Prefeitura Municipal de Penha www.penha.sc.gov.br e no mural da Secretaria Municipal de Educação até o dia 05(cinco) de fevereiro de 2016.

8.6 Após a primeira chamada pública, as vagas seguintes poderão acontecer através de nova chamada ou por contato direto com os classificados, conforme número de vagas restantes e respeitando a lista de classificação.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Todas as convocações, avisos e resultados finais serão publicados de acordo com este Edital.

9.2 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a classificação publicada.

9.3 Para a contratação, o candidato deverá apresentar, entre outros, o documento comprobatório da conclusão de escolaridade mínima exigida para o cargo, certificado de reservista ou dispensa do serviço militar, certidão de nascimento ou casamento, CPF, cédula de identidade (RG), certidão de quitação eleitoral, comprovante de titulação para o exercício do cargo, declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado; atestado laboral.

9.4 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

9.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

9.6 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Balneário Piçarras.

9.7 São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II e III.

PENHA/SC, 19 de janeiro de 2016
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA/SC

ANEXO I - CARGO EM DISPUTA

CARGO	VAGAS	CH	ESCOLARIDADE MÍNIMA	REMUNERAÇÃO
Professor Educação Infantil	01	20h ou 40h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil ou	PROFESSOR NÍVEL 03 40h R\$2.205,48 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
			- Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil ou	PROFESSOR NÍVEL 01 40h R\$1.917,80 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
			- Cursando a partir da 5ª fase ou período em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil	PROFESSOR NÍVEL 01 40h R\$1.917,80 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
			- Ensino Médio na modalidade Magistério.	PROFESSOR NÍVEL 01 40h R\$1.917,80 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental	01	20h ou 40h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil ou	PROFESSOR NÍVEL 03 40h R\$2.205,48 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
			- Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil ou	PROFESSOR NÍVEL 01 40h R\$1.917,80 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
			- Cursando a partir da 5ª fase ou período em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil, para os não habilitados ou	PROFESSOR NÍVEL 01 40h R\$1.917,80 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
			- Ensino Médio na modalidade Magistério.	PROFESSOR NÍVEL 01 40h R\$1.917,80 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade

Professor de Atendimento Educacional Especializado	01	20h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Anos Iniciais ou	Professor Nível 03 Habilitado R\$1.102,74
			- Curso superior completo em Normal Superior com Habilitação em Anos Iniciais ou	Professor Nível 01 Não habilitado R\$958,90
			- Cursando a partir da 5ª período/fase em Pedagogia com Habilitação em Anos Iniciais, para os não habilitados ou	Professor Nível 01 Não habilitado R\$958,90
			- Ensino Médio na modalidade Magistério.	Professor Nível 01 Não habilitado R\$ 958,90
Professor de Arte	01	10h 20h 30h ou 40h	- Curso superior completo com Habilitação em Arte ou	Professor Nível 03 Habilitado 20h = R\$1.102,74
			- Ensino Médio Completo	Professor Nível 01 Não habilitado 20h = R\$ 958,90
Professor de Educação Física	01	10h 20h 30h ou 40h	- Curso superior completo com Habilitação em Educação Física ou	Professor Nível 03 Habilitado 20h = R\$1.102,74
			- Ensino Médio Completo	Professor Nível 01 Não habilitado 20h = R\$ 958,90
Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Português Matemática História Geografia Ciências Inglês Ensino Religioso	01	10h 20h 30h ou 40h	- Curso superior completo com Habilitação na disciplina escolhida ou	Professor Nível 03 Habilitado 20h = R\$1.102,74
			- Ensino Médio Completo	Professor Nível 01 Não habilitado 20h = R\$ 958,90

ANEXO II - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

DATA	ATO
19/01/2016	Publicação do Edital
21/01/2016	Prazo para impugnações do Edital
25 a 29/01/2016	Período de inscrições
29/01/2016	Publicação da lista de inscrições deferidas
02/02/2016	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
03/02/2016	Homologação das Inscrições
05/02/2016	Publicação da lista de classificação com nota da prova de títulos e tempo de serviço
09/02/2016	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
10/02/2016	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final dos aprovados
10/02/2016	Homologação do resultado final

ANEXO III – FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015 FICHA DE INSCRIÇÃO Nº			
DADOS PESSOAIS			
NOME			
CPF	RG	ÓRGÃO EXP. UF	DATA DE NASCIMENTO
ENDEREÇO			

BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO/UF	CEP
E-MAIL UTILIZADO PARA FINS DE INSCRIÇÃO			
TELEFONE FIXO / CELULAR			
CARGO PRETENDIDO			
DECLARO, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL, QUE AS FOTOCÓPIAS DE TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO SÃO FIEIS ÀS VIAS ORIGINAIS, BEM COMO CONHEÇO E ESTOU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO.			
DATA E ASSINATURA DO CANDIDATO			
PROTOCOLO CANDIDATO			
NOME		Nº INSCRIÇÃO	

ERRATA PP 01/2016 - FMS

1º Termo de Retificação de Edital

Registro de Preço

Pregão Presencial nº. 01/2016 – FMS

Processo Administrativo nº. 01/2016 – FMS

Considerando estar presente o pressuposto autorizativo da legislação que rege a matéria nos termos da RDC nº. 39 de 14/08/2013, RETIFICANDO os termos do Edital de Licitação Pregão Presencial nº. 01/2016-FMS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo terá sua abertura às 14:00 horas do dia 26 de Janeiro de 2016, no objetivo de adquirir medicamentos para uso na Rede Municipal de Saúde de Penha/SC, nas seguintes especificações:

Onde se Lê:

5.1.4 - Qualificação Técnica:

a) Documentos da Empresa

(...)

5.1.4.2 – Autorização de Funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

5.1.4.3 – Alvará Sanitário, expedido pelo Município sede da licitante.

Leia-se:

5.1.4 - Qualificação Técnica:

a) Documentos da Empresa

(...)

5.1.4.2 – Autorização de Funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

5.1.4.3 – Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento publicado no Diário Oficial da União.

Ficam inalterados os demais itens e cláusulas do presente edital.

Penha (SC), 18 de Janeiro de 2016.

DANIELE S. DE S. LUNGE

Secretária de Administração

ERRATA PP01/2016 - FUMTUR

ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

Nº 01/2016-FUMTUR

Processo Administrativo

Nº 01/2016 - FUMTUR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA 20ª EDIÇÃO DA FESTA NACIONAL DO MARISCO A SER REALIZADA DOS DIAS 04/02 À 07/02 DE 2016, COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS DE STANDS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E PAVILHÃO DE GASTRONOMIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS INCLUSIVE O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

ONDE SE LÊ:

3- ESPECIFICAÇÃO E VALOR DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço para organização e realização da 20ª edição da Festa Nacional do Marisco a ser realizada dos dias 04/02 à 07/02 de 2016, com fornecimento de estruturas de stands de indústria e comércio e pavilhão de gastronomia, compreendendo:

11- Som e Iluminação para Shows na tenda da gastronomia.

LEIA-SE:

3- ESPECIFICAÇÃO E VALOR DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço para organização e realização da 20ª edição da Festa Nacional do Marisco a ser realizada dos dias 04/02 à 07/02 de 2016, com fornecimento de estruturas de stands de indústria e comércio e pavilhão de gastronomia, compreendendo:

11- Som e Iluminação para Shows na tenda da gastronomia, compreendendo os seguintes itens:

- 08 (oito) caixas de grave T18; 12 (doze) caixas line de voz; 02 (dois) traves treliça Q30 de 8mts x 4mts largura; 08 (oito) canhão de led 3 watts; 04 (quatro) moving Thewinner; 02 (dois) máquinas de luz led; 01 (uma) mesa de 32 canais Yamaha Digital; 01 (uma) potência para grave 8.400 Attack; 04 (quatro) potências para caixa livre; 02 (duas) potências para retorno; 01 (um) periférico com equalizador digital; 01 máquina de fumaça; 01 (uma) cortina de led de 6 metros; 01 (um) microfone sem fio; 03 (três) microfones com fio; 01 (uma) bateria com microfones; 01 (um) cubo de contrabaixo; 01 (um) cubo para guitarra;

Motivo: Não haverá alteração da proposta visto que o item já constava no Edital, apenas relatamos as características mínimas dos equipamentos que serão utilizados para os 4 (quatro) dias do evento.

Penha, 19 de janeiro de 2016.

Daniele S. de S. Lunge

Secretária de Administração

TERMO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO

TERMO DE CANCELAMENTO 01/2016-PMP

FICA CANCELADO A PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 01/2016 PMP DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2015-PMP, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015-PMP, COM O OBJETIVO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSORES, SERVENTE/MERENDEIRA E ESTAGIÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PENHA/SC, FIRMADO ENTRE A EMPRESA OPPUS CONCURSOS PUBLICOS LTDA-EPP, COM SEDE NA CIDADE DE MARINGÁ/PR, AVENIDA DAS PALMEIRAS, Nº 771, SALA 01, PQ. PALMEIRAS, CEP: 87023-160 TELEFONE: (44) – 3346-0777 EMAIL: LICITAR@OPPUSCONCURSOS.COM.BR, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 22.529.123/0001-57, REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL SR. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, AOS 18 (DEZOITO) DIAS DE JANEIRO DE 2016, DE EQUÍVOCO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM DECORRÊNCIA.

Penha, 18 de Janeiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

OPPUS CONCURSOS PUBLICOS LTDA-EPP

Contratado

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 06/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 06/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 06/2016 – Pregão Presencial 06/2016.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de óleos lubrificantes e graxa para veículos e máquinas da frota municipal incluindo Secretaria de Educação (Veículos do Transporte Escolar) Secretaria de Agricultura e DMER.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 02/02/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 02/02/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 07/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital.

Processo de Licitação 07/2016 – Pregão Presencial 01/2016 - FMS.

Objeto: Registro de Preço para aquisição de medicamentos, materiais de enfermagem, odontológicos e hospitalares.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 03/02/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 03/02/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba-SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Adriano José Krindges	/	Neusa Klein Maraschini
Secretário Municipal de Saúde	/	Prefeita Municipal

RESUMO PROCESSO 06/2016 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
Resumo de Inexigibilidade de Licitação - FMS

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 06/2016 FMS – Inexigibilidade de Licitação 04/2016 - FMS

Objeto: A contratação de empresa especializada para na realização de exames Laboratoriais especificados tabela SUS, para atendimento à população do Município conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 04/2016

Contratado: LABORATÓRIO PERITIBA LTDA - ME - CNPJ: 20.009.472/0001-12.

Data do Contrato: 18/01/2016 - Para efeitos contábeis o valor estimado do Contrato: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais). Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25. Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/>, e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES
Secretário Municipal de Saúde

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.336, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.336, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 1.621,78 (Um mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 4001 – Fundo de Assistência Social

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 5 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.62 – Manutenção Cras Serviços e Fortalecimento de Vínculos – Piso Variável

Fonte: 0335

Total Suplementado
..... R\$ 1.621,78

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo de Assistência Social de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 06 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.337, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.337, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 2.907,50 (Dois mil, novecentos e sete reais e cinquenta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 9 – Saúde com qualidade

Atividade: 2.57 – Manutenção Assistência Farmacêutica - Estado

Fonte: 0338 3.3.90.00.00

Total Suplementado
..... R\$ 2.907,50

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 51.110-2 – Farmácia Básica Estado).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 06 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.338, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.338, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 1.819,60 (Um mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 9 – Saúde com qualidade

Atividade: 2.56 – Manutenção Assistência Farmacêutica - União

Fonte: 0338 3.3.90.00.00

Total Suplementado
..... R\$ 1.819,60

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 5.987-0 – Farmácia Básica União).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 06 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.339, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.339, DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 7.288,34 (Sete mil duzentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 9 – Saúde com qualidade

Atividade: 2.51 – Manutenção Atenção Básica/PAB fixo - União

Fonte: 0338 3.3.90.00.00

Total Suplementado
..... R\$ 7.288,34

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 5.988-9 – Atenção Básica União).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 06 DE JANEIRO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 032, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA N. 032, DE 18 DE Janeiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA KELI GRANEMANN DE OLIVEIRA APTA PARA O CARGO DE Atendente de Creche, Concurso público 002/2015.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata KELI GRANEMANN DE OLIVEIRA, para o cargo de Atendente de Creche.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 18 de janeiro de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 033, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 059/2015, E ADJUDICA O OBJETO A EMPRESA VENCEDORA

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 059/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de medicamentos constantes da lista ABCFARMA, e adjudica o objeto licitado à empresa FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.408.746/0008-65, cujo preço dos medicamentos constantes da lista da ABCFARMA, exceto os relacionados na lista básica da farmácia da Unidade de Saúde, será o equivalente a 74,5 % da tabela ABCFARMA, redundando num desconto de 25,5 %.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE JANEIRO DE 2015

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 031, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 031, DE 12 DE Janeiro DE 2016.

EXONERA ROGERIO GONÇALVES DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE Operador de Carregadeira.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, ROGERIO GONÇALVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 069.881.289-13, da função temporária de "Operador de Carregadeira", lotado na Secretaria de Transportes e Obras, nomeado através da Portaria 186, de 06 de maio de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de janeiro de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 32, DE 20 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 32, DE 20 DE JANEIRO DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SUZANA TESTA MUGNOL –ASSESSOR PARLAMENTAR – NÍVEL CPC-01 – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVAN BOGONI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora SUZANA TESTA MUGNOL, brasileira, casada, residente em Videira, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR – NÍVEL CPC-01, referente ao período aquisitivo de 09/04/2014 à 08/04/2015 a partir de 20 de janeiro de 2016 a 18 de fevereiro de 2016 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM – SC.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PINHEIRO PRETO - SC, 19 DE JANEIRO DE 2016.

IVAN BOGONI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052 / 2015 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052 / 2015
PRAZO

Processo Administrativo n.º 090 / 2015.

Pregão Presencial n.º 047 / 2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: NEOCART ENGENHARIA DE INFORMAÇÕES LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DA NOVA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS - PVG DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, REFERENTE AO CONTRATO N.º 0361.099-09, ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, RELATIVO AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM.

Prorrogação – 30 dias – Prazo Final: 19/02/2016.

Justificativa: Prorrogação contratual em conformidade com o disposto na CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 052/2015, em virtude das férias coletivas desta municipalidade no período de 18 de Dezembro de 2015 a 07 de Janeiro de 2016, período no qual não ocorrerão as reuniões previstas para a apresentação e discussão dos serviços em execução.

Pomerode/SC, 22 de Dezembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2016

CONVÊNIO nº 001/2016. Conveniente: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Conveniada: ASSOCIAÇÃO POMERODENSE DE APOIO A ARTE E A CULTURA DA CAPOEIRA Projeto: CAPOEIRA ESCOLAR. Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 13 de Janeiro de 2016.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS
COORDENADOR DO CMDCA

SUSANA ALEXANDRA HARDT
Gestora do FIA

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2016

CONVÊNIO nº 002/2016. Conveniente: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Conveniada: ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA - ABEFAM Projeto: CASA DA CRIANÇA JOÃO E MARIA. Valor: R\$ 34.999,29 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 13 de Janeiro de 2016.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS
COORDENADOR DO CMDCA

SUSANA ALEXANDRA HARDT
Gestora do FIA

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 003/2016

CONVÊNIO nº 003/2016. Conveniente: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Conveniada: ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA - ABEFAM Projeto: COLÔNIA DE FÉRIAS - EDIÇÃO VERÃO E INVERNO. Valor: 17.995,55 (dezessete mil, novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 13 de Janeiro de 2016.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS
COORDENADOR DO CMDCA

SUSANA ALEXANDRA HARDT
Gestora do FIA

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2016

CONVÊNIO nº 004/2016. Conveniente: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Conveniada: ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA - ABEFAM Projeto: ESCOLA DE DIREITO E CIDADANIA. Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 13 de Janeiro de 2016.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS
COORDENADOR DO CMDCA

SUSANA ALEXANDRA HARDT
Gestora do FIA

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 005/2016

CONVÊNIO nº 005/2016. Conveniente: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Conveniada: GRUPO ESCOTEIRO POMERANO – 90/SC Projeto: FORMANDO CIDADÃOS. Valor: R\$ 19.708,16 (dezenove mil, setecentos e oito reais e dezesseis centavos). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 13 de Janeiro de 2016.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS
COORDENADOR DO CMDCA

SUSANA ALEXANDRA HARDT
Gestora do FIA

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 008/2016

CONVÊNIO nº 008/2016. Conveniente: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Conveniada: ASSOCIAÇÃO CULTURAL MUSICAL GRUPO TXAI Projeto: CANÇÃO E EDUCAÇÃO – MÚSICA ATIVA PARA TODOS. Valor: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 13 de Janeiro de 2016.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS
COORDENADOR DO CMDCA

SUSANA ALEXANDRA HARDT
Gestora do FIA

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 006/2016

CONVÊNIO nº 006/2016. Conveniente: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Conveniada: PEAL-ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS Projeto: LER, APRENDER E BRINCAR. Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 13 de Janeiro de 2016.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS
COORDENADOR DO CMDCA

SUSANA ALEXANDRA HARDT
Gestora do FIA

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2016

Processo Administrativo n.º 001 / 2016.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratado: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE.
Objeto: CONTRATAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PLANTÃO MÉDICO REALIZADO PELA ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE, ATRAVÉS DO HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO.
Valor mensal – R\$125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).
Valor total contratado: R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
Prazo de vigência: 31/12/2016.

Justificativa: Refere-se a única instituição hospitalar estabelecida no Município de Pomerode/SC, a qual dispõe de equipe de pronto atendimento para assistência médica hospitalar, em conformidade com o artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93. Os preços são praticados dentro dos valores estabelecidos nas tabelas da ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA – AMB e do SISTEMA ÚNICO DA SAÚDE – SUS.

Pomerode/SC, 19 de Janeiro de 2016.

WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 007/2016

CONVÊNIO nº 007/2016. Conveniente: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Conveniada: ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA - ABEFAM Projeto: SEMPRE VIVA TEEN. Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 13 de Janeiro de 2016.

GEAZI DE OLIVEIRA VIÉGAS
COORDENADOR DO CMDCA

SUSANA ALEXANDRA HARDT
Gestora do FIA

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**PORTARIA 02/2016**

PORTARIA Nº 002/2016 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

O Presidente do SAMAE de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria nº 17.768, de 28 de Março de 2014, no uso de suas atribuições;

E, tendo em vista o disposto na Lei nº 116/66 e as alterações introduzidas pela Lei nº 1.271/95, ambas no município de Pomerode, bem como o equilíbrio financeiro das atividades da Autarquia.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer nova tabela de tarifas para os serviços prestados pelo SAMAE, conforme os Anexos I, II, III, IV e V, partes integrantes desta Portaria.

Parágrafo Único: A revisão tarifária teve como base o índice IPCA acumulado de 15 meses, de Setembro de 2014 até Novembro 2015, efetivando a correção monetária de 12,14%.

Art. 2º - Os preços estabelecidos pelos anexos desta Portaria incidirão sobre o consumo de água do mês de MARÇO/2016, sendo que o reajuste será cobrado nas tarifas com vencimento em ABRIL/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Pomerode (SC), 11 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Márcio Scheidemantel
Presidente do SAMAE

ANEXO I

Parte Integrante Da Portaria Nº 002/2016, De 11 de janeiro de 2016.

Ligações de água

Até 25 mm

Condições	Valor da prestação R\$	Valor total R\$
A vista	0,00	252,74
02 pagamentos	128,42	256,85
03 pagamentos	89,68	269,04
04 pagamentos	71,52	286,09

Observações:

1. Com diâmetro acima de 25 mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

Ligações Novas de Esgoto

Até 100 mm

Condições	Valor da prestação R\$	Valor total R\$
A vista	0,00	202,28
02 pagamentos	102,42	204,83
03 pagamentos	69,63	208,88
04 pagamentos	53,33	213,34
05 pagamentos	43,89	219,46
06 pagamentos	37,04	222,24

Observações:

1. Com diâmetro acima de 100 mm, será feito orçamento prévio;
2. O primeiro pagamento deverá ser efetuado na ocasião do pedido de ligação;
3. São consideradas ligações novas as oriundas de economia sem sistema de tratamento individual existente. Devem ser ligadas no sistema de rede;
4. As ligações de economias com sistema de tratamento individual existente terão o prazo de 30 dias (prorrogáveis desde que justificados

perante o setor técnico do SAMAE) para realizarem a ligação na rede pública de tratamento de esgoto e desativação do sistema de tratamento individual (Fossa e Filtro), sendo cabível a aplicação de multa no desrespeito deste prazo.

ANEXO II

Parte Integrante Da Portaria Nº 002/2016, De 11 de janeiro de 2016.

TARIFAS DE ÁGUA

Em vigor a partir de 01 de Março de 2016

Categoria "A" (Residencial Sem Limitador De Consumo)

Faixa de Consumo		Valores Tarifários (R\$)		
Até 10,0 m³	25,75			
De 11,0 a 15,0 m³	29,04	+	3,29	Por m³ excedente de 10,0 m³.
De 16,0 a 25,0 m³	45,98	+	3,79	Por m³ excedente de 15,0 m³.
De 26,0 a 50,0 m³	84,89	+	4,82	Por m³ excedente de 25,0 m³.
Acima de 50,0 m³	200,52	+	5,56	Por m³ excedente de 50,0 m³.
Residencial com limitador de consumo	 R\$ 11,72		

Categoria "B" (Comercial E Poderes Públicos)

Faixa de Consumo		Valores Tarifários (R\$)		
Até 10,0 m³	35,88			
De 11,0 a 30,0 m³	41,67	+	4,82	Por m³ excedente de 10,0 m³.
De 31,0 a 100,0 m³	137,81	+	5,56	Por m³ excedente de 30,0 m³.
Acima de 100,0 m³	527,71	+	7,27	Por m³ excedente de 100,0 m³.

Categoria Industrial

Faixa de Consumo		Valores Tarifários (R\$)		
Até 10,0 m³	35,88			
De 11,0 a 30,0 m³	41,67	+	4,82	Por m³ excedente de 10,0 m³.
De 31,0 a 100,0 m³	137,81	+	5,56	Por m³ excedente de 30,0 m³.
Acima de 100,0 m³	527,71	+	7,27	Por m³ excedente de 100,0 m³.

ANEXO III

Parte Integrante Da Portaria Nº 002/2016, De 11 de janeiro de 2016.

OUTROS SERVIÇOS	
SERVIÇO	R\$
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
No cavalete por falta de pagamento	26,89
No cavalete por falta de pagamento com lacre violado	302,81
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS	
"Por solicitação do usuário, até ¾".	30,98
"Por solicitação do usuário, acima de 1,0".	35,88
DESLIGAMENTO	
Por solicitação do usuário e temporária (Art. 72 — inciso VII)	26,89
Por solicitação do usuário, definitiva.	30,28
VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL	
Por solicitação do usuário até 02 (dois) pavimentos	45,54
Por solicitação do usuário, definitiva.	24,22

CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS.	
Custo fixo de consumo até 15 dias	251,14
Custo fixo mensal período superior a 15 dias	424,02
CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA	
De encanador	15,45
De auxiliar	9,89
DESLOCAMENTO DO CAVALETE	
Por solicitação do usuário	105,83
AVISO DE CORTE	
Artigo 72	2,16
EXPEDIENTE	
Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral e outros.	2,16

ANEXO IV

Parte Integrante Da Portaria Nº 002/2016, De 11 de janeiro de 2016.

SERVIÇOS NÃO MEDIDOS

CATEGORIA	CONSUMO ESTIMADO (m³)	R\$
Residencial — R1	10	25,75
Residencial — R2	20	51,67
Residencial — R3	30	95,04
Residencial — R4	40	145,03
Comercial e Pública — C1	10	35,88
Comercial e Pública — C2	30	134,24
Industrial — I 1	10	35,88
Industrial — I 2	50	245,09

Observações:

Residencial — R1	Com área até 40 m²
Residencial — R2	Com área de 41 a 80 m²
Residencial — R3	Com área de 81 a 120 m²
Residencial — R4	Com área acima de 120 m²
C1 — Pequeno Comércio	Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos, somente para fins higiênicos.
C2 — Grande Comércio	Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos, para outros fins que não somente para fins higiênicos.
I1 — Pequena Indústria	Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais, somente para fins higiênicos.
I2 — Grande Indústria	Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais, para outros fins que não somente para fins higiênicos.

ANÁLISE DE ÁGUA

Descrição	R\$
Físico-químico	53,82
Bacteriológico	47,08
Abastecimento para piscinas	84,60
Abastecimento caminhão PIPA	84,60

HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO

Descrição	R\$
Valor das peças empregadas, mais taxas de aferição.	A definir

HIDRÔMETRO ROUBADO

Descrição	R\$
Valor a ser cobrado conforme orçamento.	A definir

TUBULAÇÕES EXCEDENTES

Descrição	R\$
Metro de tubo excedente, empregado em ligações de água até 25 mm.	2,44

ANEXO V

Parte Integrante Da Portaria Nº 002/2016, De 11 de janeiro de 2016.

PENALIDADES

Item	Descrição da Infração	R\$
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto	57,52
02	Ligações clandestinas	179,22
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.	214,45
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água ou outra procedência.	57,52
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.	57,52
06	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial.	288,26
07	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio.	179,23
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.	358,02
09	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.	1.789,61
010	Alteração do projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem autorização do SAMAE.	716,51
011	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto.	288,26
012	Inobservância do prazo de 30 dias para a ligação na rede pública de esgoto.	202,28

Observações:

1. A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá a 80,0% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, o cálculo de cobrança será efetuado observando o disposto no Parágrafo Único do Art. 81 do Regulamento;
2. Para efeito de cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições e similares, equiparam-se as da Categoria Comercial;
3. O restabelecimento do fornecimento de água será efetuado após a apresentação da quitação da multa constante no anexo V desta portaria (Art. 88).

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 001/2016

DECRETO Nº 001/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“ATUALIZA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA MUNICIPAL – UFRM, CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizado o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal UFRM, com base na variação acumulada em 10,97% ocorrida nos últimos 12 meses durante o exercício de 2015, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, elevando a UFRM para o exercício de 2016 à R\$ 178,30 (Cento e setenta e oito reais e trinta centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 002/2015

DECRETO Nº 002/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“Estabelece o Calendário de Tributos Municipais para o exercício de 2016 e dá outras providências”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 61 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 288 da Lei Complementar nº 100/2009, de 23 de dezembro de 2009, que reformula o sistema tributário do Município, DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto estabelece, na conformidade do disposto no artigo 288 do Código Tributário Municipal, o Calendário de Tributos Municipais para o exercício de 2016, definindo o prazo para o recolhimento de todos os tributos de competência do Município.

Art. 2º. Ficam estabelecidas as datas de vencimento para o pagamento dos tributos municipais relativos ao exercício de 2016, conforme as Tabelas constantes no Calendário de Tributos Municipais instituído no Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º. Os inscritos no Cadastro Imobiliário e os contribuintes que não registrar débito para com a Fazenda Pública Municipal até o dia 15 de dezembro de 2015, farão jus ao desconto de 25% e 15% sobre o item IPTU, conforme disposições contidas no artigo 33, da Lei Complementar 100/2009, de 23 de dezembro de 2009.

Art. 4º. Caso o contribuinte não receba o carnê ou guia para pagamento dos tributos até a data do vencimento, fica obrigado a retirá-lo na sede da Prefeitura Municipal, no horário de expediente.

Art. 5º. Os demais tributos municipais não relacionados no anexo único deste Decreto deverão ser recolhidos de conformidade com o estabelecido no Código Tributário Municipal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS 2016

a) IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

1 - pagamento em parcela única em 10 de abril de 2016: com desconto de 25%

2 - pagamento em parcela única em 10 de maio de 2016: com desconto de 15%

3 - pagamento parcelado: 1ª prestação dia: 10 de abril de 2016

4 - pagamento parcelado: 2ª prestação dia: 10 de maio de 2016

5 - pagamento parcelado: 3ª prestação dia: 10 e junho de 2016

6 - pagamento parcelado: 4ª prestação dia: 10 de julho de 2016

7 - pagamento parcelado: 5ª prestação dia: 10 de agosto de 2016

8 - pagamento parcelado: 6ª prestação dia: 10 de setembro de 2016

b) IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMOVEIS – ITBI

A vista, no ato da transação.

c) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS

I – por ocasião da ocorrência do fato gerador, quando o prestador e o contratante não estiverem cadastrados como contribuintes do Município;

II – quando fixo: o pagamento deve ser feito à vista, até o dia 10 de março de 2016;

III – nos demais casos: até o último dia útil do mês seguinte ao de referência.

d) TAXAS

1 – Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento:

a) renovação: no dia 10 de março de 2016, estendendo seus efeitos até o vencimento da taxa do ano calendário de 2017.

b) abertura: a vista, no ato do requerimento.

2 – Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos: a vista, no ato do requerimento.

3 – Taxa de Licença para Publicidade: a vista, no ato do requerimento.

4 – Taxa de Licença para Execução de Obras: a vista, no ato do requerimento.

5 – Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Eventual ou Ambulante: a vista, no ato do requerimento.

6 – Taxa de Coleta de Lixo: mensalmente, com vencimento no dia 10 de cada mês.

7 - Taxa de Expediente e Serviços Diversos: a vista, no ato do requerimento.

8 - Taxa para conservação, reparação e manutenção de vias urbanas: junto com o carnê do IPTU.

DECRETO 016/2016

DECRETO Nº 016/2016 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

"AUTORIZA SERVIDOR EFETUAR MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o servidor GILBERTO FRIGHETTO, Matrícula 783, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a realizar movimentações bancárias das contas n. 12.543-1, 12.542-3 e 12.529-6 do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JANEIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 017/2016

DECRETO Nº 017/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

"REGULAMENTA A INDENIZAÇÃO DE DIÁRIAS DOS AGENTES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, bem como o disposto no art. 58 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, resolve:

Considerando a necessidade de regulamentação da indenização de diárias dos agentes públicos do Poder Executivo Municipal, nos termos estabelecidos nos artigos 58 e 59, da Lei Complementar n.º 22, de 20 de janeiro de 2003;

DECRETA:

Art. 1º. O Agente Público do Poder Executivo Municipal que, a serviço, afastar-se do Município, em caráter eventual ou transitório, para qualquer ponto do território nacional ou para o exterior poderá receber a título de indenização diárias destinadas ao custeio das despesas hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º. Os Agentes Públicos, para fins deste Decreto, são o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e demais servidores concursados ou comissionados, com exceção do prefeito e vice-prefeito a concessão de diárias somente acontecerá mediante prévia autorização do Prefeito.

§ 2º. A indenização de diárias será devida de acordo com os seguintes parâmetros:

I – para deslocamentos às cidades do interior do Estado de Santa Catarina –

R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta) reais para Prefeito e Vice-Prefeito;

R\$ 300,00 (trezentos) reais para Secretários e Servidores com Cargo de Nível Superior;

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais para Servidores com cargo de Nível Médio;

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais para Servidores com cargo de Nível alfabetização;

II – para deslocamentos à Capital do Estado de Santa Catarina e para cidades localizadas em outras unidades da Federação, exceto a capital federal:

R\$ 500,00 (quinhentos) reais para Prefeito e Vice-Prefeito;

R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para Secretários Municipais e Servidores de Cargo com Nível Superior;

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais para Servidores de Cargo com Nível Médio;

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais para Servidores de cargo com Nível Alfabetização;

III – para deslocamentos à Capital Federal:

R\$ 700,00 (setecentos) reais para Prefeito e Vice-Prefeito;

R\$ 700,00 (setecentos) reais para Secretários Municipais e Servidores de Cargo com Nível Superior;

R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para Servidores de Cargo com Nível Médio;

R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para Servidores de cargo com Nível Alfabetização;

IV – para deslocamentos ao exterior – R\$ 1.000,00 (um mil) reais para Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 3º. A diária será concedida por dia de afastamento, assim considerado o período de 24 (vinte e quatro horas), ou fração superior a 12 (doze) horas, se houver necessidade de pernoite.

§ 4º. Não haverá indenização, a título de diárias, para os deslocamentos a Municípios pertencentes à microrregião da Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI.

§ 5º. Havendo deslocamentos nos termos do parágrafo anterior, as despesas decorrentes com estadia e alimentação serão ressarcidas pelo regime de adiantamento, nos termos do art. 68, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Instrução Normativa nº TC 14/12 e Instrução Normativa nº 17/2013 ambas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O agente público que receber o valor das diárias e, por qualquer motivo, não se deslocar ao local mencionado no roteiro de viagem, restituirá o valor recebido, no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o agente retornar ao Município em prazo menor daquele previsto, restituirá o valor correspondente e proporcional, no mesmo prazo previsto no caput deste artigo.

Art. 3º. A critério do Prefeito Municipal a indenização de diária poderá ser substituída com adiantamento de valores para o ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas, observadas as disposições do § 5º, do Art. 1º deste Decreto.

Art. 4º. As despesas com transporte, exceto aquelas decorrentes de locomoção urbana na cidade de destino do deslocamento, serão custeadas através da aquisição, pelo município, de passagens rodoviárias ou aéreas, ou pelo regime de adiantamento, como despesas de pronto pagamento, observadas as disposições próprias deste regime, inclusive para o custeio das despesas com combustíveis e outras da viatura utilizada.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão suportadas por saldos orçamentários de dotações consignadas nos orçamentos do Município em cada exercício.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Fica revogado o Decreto 447/2014, de 04 de junho de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JANEIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

DECRETO 782/2015

DECRETO Nº 782/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão horizontal/vertical, decorrente da participação em cursos de atualização e das progressões decorrentes da especialização aos servidores da área de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, especificados no quadro a seguir transcrito, conforme segue:

MAT.	NOME	Progressão Anterior	Progressão Atual
941	MARA LUCIA GRAEFF MAGDOLIO	523 - D	524 - A
200	TAILENE SANTOR DA ROSA	525 - D	526 - A
5661	TAILENE SANTOR DA ROSA	525 - D	526 - A
67	MARELIZA SANTINA NADZUCK DA SILVA	525 - E	526 - A
39	ELZA TEREZINHA MICHELON DEITOS	525 - C	525 - E
926	ELZA TEREZINHA MICHELON DEITOS	525 - C	525 - E
53	JUREMA TROMBETTA	525 - A	525 - C
853	JUREMA TROMBETTA	525 - A	525 - C
754	IVANDA BASI	524 - B	523 - E
5819	ELIANE CAGLIARI	520 - F	521 - E
5816	JEQUELIA DIAVAO BERTOL	520 - F	521 - E
5821	DAIANE APARECIDA BASI	520 - F	521 - E

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 796/2015

DECRETO Nº 796/2015, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e art. 7º da Lei Municipal nº. 2.230, de 16 de dezembro de 2014.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de até R\$ 235.578,02 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Oito Reais e Dois Centavos) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01.00 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0201.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 2 – R\$ 12.829,27

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.361.1201.2.039 – Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 31 – R\$ 11.095,68

12.361.1201.2.015 – Manutenção do Desporto Amador

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 33 – R\$ 724,87

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

26.782.1501.2.020 – Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 65 – R\$ 90 880,56

26.782.1501.1.003 – Execução de Obras de Infraestrutura Urbana

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 104 – R\$ 53 809,42

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.606.2.001.2.021 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 69 – R\$ 49.488,89

Órgão: 06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
20.606.2.001.2.021 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 79 – R\$ 9.701,81

06.244.601.2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 76 – R\$ 7.047,52

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação no valor de R\$ 235.578,02 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Oito Reais e Dois Centavos) das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 01.00 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0201.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 1 – R\$ 12.829,27

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
12.361.1201.2.039 – Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 30 – R\$ 11.095,68

12.361.1201.2.015 – Manutenção do Desporto Amador
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 55 – R\$ 724,87

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO
26.782.1501.2.020 – Manutenção da Secretaria de Transportes , Obras e Serviços
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 64 – R\$ 90 880,56

26.782.1501.1.003 – Execução de Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 105 – R\$ 53 809,42

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.606.2.001.2.021 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 68 – R\$ 49.488,89

Órgão: 06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
20.606.2.001.2.021 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 77 – R\$ 9.701,81

06.244.601.2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 - 75 – R\$ 7.047,52

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

DECRETO 819/2015

DECRETO Nº 819/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. SONIA APARECIDA TELES, Matrícula 6304, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 05/01/2015 a 04/01/2016, para serem gozadas de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 820/2015

DECRETO Nº 820/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
1276	ANDREIA BRATTI LAMP	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2015 a 31/12/2015
5713	ARIANE APARECIDA BARBOSA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	03/10/2014 a 02/10/2015
5477	CARLA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2015 a 01/01/2016
814	DIRCE DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2015 a 01/01/2016
1278	ELIANE TEREZINHA LAMP GOLDONI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2015 a 31/12/2015
5963	IVONE TEREZINHA DA SILVA REIS	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2015 a 01/01/2016
5110	JANETE FILIPINI DE QUEIROZ	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2015 a 01/01/2016
1282	KELY CRISTINA BERTE BOTTOLI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2015 a 31/12/2015
1279	LEILA CRISTIANE SARTORI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2015 a 01/01/2016
5001	LEONILDA FLORES BERNARDI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	30/06/2014 A 29/06/2015
1407	MARCIA MARA WAES	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/05/2014 A 01/05/2015
5031	MARILUCIA APARECIDA LAMP BOTTOLI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	04/03/2014 A 03/03/2015
1104	MARINES RAUBER	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2015 A 31/12/2015
5478	NELI ANTONIA RAYMUNDI	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2015 a 01/01/2016
1103	NILSE ALVES PEREIRA DALLA VECCHIA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2015 A 31/12/2015
5109	ROSA MARIA CORDEIRO	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2015 A 31/12/2015
5666	ROSANGELA FORCHESATTO BUENO DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2015 a 01/01/2016
1107	TANIA BORTOLI ZANCHET	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/01/2015 A 31/12/2015
5551	TEREZINHA BELLO MARCOLAN	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	02/01/2015 a 01/01/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 821/2015

DECRETO Nº 821/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Transportes e Obras, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 004 de Janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
768	ALEXANDRE LUIZ DALLALIBERA	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	02/01/2015 a 01/01/2016
6146	ANTONIO RIBEIRO	CHEFE DE SETOR	17/08/2014 A 16/08/2015
5786	DARCI VIEIRA	MOTORISTA	02/01/2015 A 31/12/2016
899	GUILHERME ALVES PEREIRA	AGENTE DE CONSTRUÇÃO	23/04/2012 A 22/04/2013
1537	ITOR CHAVES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	17/02/2014 A 16/02/2015
108	JOSE NERI WRUBEL	MECANICO	01/02/2014 A 31/01/2015
6269	JORANDIR BORGES MARTINS	OPERADOR TRATOR ESTEIRA	17/03/2014 A 16/03/2015
6029	NELSON JOSE DA SILVA	DIRETOR	15/01/2014 A 15/01/2015
797	NERI FOGAÇA DE LIMA	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	02/01/2015 A 01/01/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 822/2015

DECRETO Nº 822/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Serviços Urbanos, por um período de 30 (trinta) dias, e que serão gozadas de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
6161	CARLOS FERREIRA MARQUES	CHEFE DE SETOR	01/11/2014 A 31/10/2015
5719	CENAIR DA CRUZ DAVID	AGENTE DE CONSTRUÇÃO	04/10/2014 A 03/10/2015
788	JOSE JACIR PEDROZO	MOTORISTA	01/01/2015 A 31/12/2015
1471	JOSE SILMAR AZEREDO	MOTORISTA	08/04/2014 A 07/04/2015
907	LAUDEMIR XAVIER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2015 A 31/12/2015
5733	TEREZINHA QUISTER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	16/11/2014 A 15/11/2015
963	VALMIR FERNANDES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2015 A 01/01/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DA ÁREA DO ENTORNO E DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES E DO TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS SOB A LAO 1201/2013 - SAN/12484/CRP SITUADO NA LINHA DERRUBADA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-SC.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 29/01/2016. Abertura: às 09h00 horas do dia 29/01/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 19 de janeiro de 2016.

EDUARDO COPPINI

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2016 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 002/2016 – Registro de Preços

Extrato de Edital de Pregão Presencial 001/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para registro de preços para aquisição de material de higiene, limpeza e copa e cozinha para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 02 de fevereiro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de janeiro de 2016.

Aloísio Francisco Salvatti

Prefeito Municipal em exercício.

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2016 - PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 001/2016

Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016

Caracterização da Situação: O município lançou edital de Chamamento nº 001/2015 para credenciar leiloeiros oficiais para prestarem serviços de alienação de bens inservíveis, de propriedade da municipalidade em leilões públicos a serem promovidos pela Prefeitura Municipal de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.

Da Escolha: A escolha recaiu sobre Janine Ledoux Krobelt Lorenz, matrícula nº AARC/266, uma vez que o mesmo encaminhou a documentação conforme prevê o Edital de chamamento.

Do Preço: Pela prestação do serviço o Leiloeiro Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado, valor este a ser pago pelo arrematante no ato do leilão, não cabendo a Prefeitura Municipal a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo arrematante, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-lo.

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput da Lei 8.666/93.

Porto União, 19 de janeiro de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 644/2015

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO 04 2016- FUNDO DA SAÚDE- SISTEMA CRIADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2016

Aos 12 (doze) dias do mês de janeiro de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob 14.488.313/0001-45, neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor BENITO BRAND, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa BERKIMAU INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ sob nº. 03.263.965/0001-65, neste ato representada pelo seu Diretor Antonio Carlos Franzel dos Santos, portador do CPF nº. 736.088.829-87 doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do software "Criador-Saúde".

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar o software à legislação vigente;
- 1) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do software;
- 1) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, neste caso cobrado separadamente, exceto quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Executar as atividades objeto deste contrato.
- 1) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 1) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.
- 1) Garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas desempenhem todas as funções e especificações necessárias ao bom cumprimento do contrato.
- 1) Manter a regularidade e a integridade do sistema.
- 1) Informar a CONTRATANTE sobre todas as atualizações realizadas no sistema, oferecendo a possibilidade de atualização de versão, desde que seja de interesse da CONTRATANTE;
- 1) Atender as chamadas destinados ao esclarecimento de dúvidas e solução de problemas;

1) A CONTRATADA prestará todo e qualquer suporte à CONTRATANTE, no sentido de solucionar pendências relativas à operacionalização do Sistema.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.
- 1) Respeitar as condições estabelecidas pela CONTRATADA para locação dos sistemas e suas respectivas características de funcionamento.
- 1) Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;
- 1) Não utilizar o Sistema em evidência, em quaisquer eventos, promoções ou publicações, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATADA;
- 1) Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma;
- 1) Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas às quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do sistema sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação;
- 1) Proteger todos os programas com os respectivos dados, contidos na máquina ou ambiente designados, e informar a CONTRATADA sobre mudanças que ocorrerem, relacionadas com a versão original do sistema da CONTRATANTE.
- 1) Permitir a qualquer tempo o acesso restrito da CONTRATADA ao ambiente onde esteja instalado o programa objeto deste contrato.
- 2)

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

- 1) Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, a importância de R\$ 5.836,44 (cinco mil oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro reais) pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 486,37 (quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos) por mês.
- 2.1.) As parcelas mensais serão pagas até o vigésimo dia de cada mês subsequente ao do serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O preço das parcelas mensais poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice de variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo até 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado, por interesse das partes, (conforme artigo 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993,

alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0003 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1) Em caso de reimplantação do software em equipamento novo adquirido pela Contratante, os preços e prazos serão objeto de proposta específica, com solicitação antecipada à Contratada.

1) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;

1) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de perfeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 12 de janeiro de 2016.

FUNDO M. DE SAÚDE PRES. NEREU BERKIMAU INFORMÁTICA	
BENITO BRAND ANTONIO	C. F. DOS SANTOS
Gestor do Fundo	Diretor
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Elisandra Dela Beneta Knhis	Valdeci José Comandoli
CPF: 078.441.249-97	CPF: 018.560.459-51

CONTRATO 05 2016 - FUNDO M. SAÚDE- DENTISTA 40 HORAS

MINUTA DO CONTRATO Nº 05/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ODONTOLOGO PARA O POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, através do seu Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ sob nº. 14.488.313/0001-45, neste ato representado pelo seu Gestor Benito Brand, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro, FERNANDA TOMAZONI para prestação de serviços, inscrita no CPF sob nº. 071.409.019-02, estabelecida na Rua das Flores, nº 32, Bairro Boa Vista, na cidade de Rio do Sul, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam celebrar o presente Contrato,

mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de ODONTOLOGO A SER PRESTADO NO POSTO DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU EM UMA CARGA HORARIA DE 40 HORAS SEMANAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CONTRATADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Dispensa de licitação nº 02/2016.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os serviços em odontologia, serão prestados em consultório na Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu, em horário normal, conforme autorização da Secretaria de Saúde.

3. 2 - DA RESPONSABILIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) - Quando a execução dos Serviços não for na Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu, Caberá a CONTRATADA o fornecimento de dos serviços e todos os equipamentos, necessários à plena execução dos serviços serão por conta do Fundo Municipal de Saúde;

b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.

d) - Suportará, também, a responsabilidade dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento até 31/05/2016 podendo ser prorrogado por mais períodos se for de interesse das partes, respeita a lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Pelos servios de odontologa será paga a importância de R\$ 24.440,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta), sendo 6.110,00 (seis mil cento e dez) reais mensais.

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

a) - Apresentação do controle dos serviços prestados, emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;

b) - Os valores serão postos à disposição da CONTRATADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;

d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço

público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CONTRATADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do contrato;

CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela contratada, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da contratada, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

A CONTRATANTE terá com fiscal e responsável pelo contrato seu Gestor o Senhor Benito Brand.

CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CONTRATADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo.

CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

b) - Unilateralmente pela CONTRATANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CONTRATADA:

b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.

b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução satisfatória ao contrato.

b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2016 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A contratada não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, 18 de janeiro de 2016. .

BENITO BRAND

GESTOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FERNANDA TOMAZONI

CONTRATADA

Testemunhas:

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS
CPF 065.001.199-67

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
CPF 018.560.459-51

Rio do Sul

PREFEITURA

ALIRIO BELLEGANTE - 18º TERMO ADITIVO

18º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2006, firmado em 06/03/2006, com término previsto para 27/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALIRIO BELLEGANTE, portador(a) do CPF nº 382.792.239-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 18º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3/2006, iniciando-se a prorrogação em 28/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ALIRIO BELLEGANTE Contratado(a)
----------------------------------------------------------	------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

ANDREIA BERTOCHI - 17º TERMO ADITIVO

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 011/2009, firmado em 30/09/2009, com término previsto para 27/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREIA BERTOCHI, portador(a) do CPF nº 027.845.869-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 011/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 011/2009, iniciando-se a prorrogação em 28/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ANDREIA BERTOCHI Contratado(a)
----------------------------------------------------------	-----------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

ANGELA APARECIDA SILVA - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 69/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 19/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA APARECIDA SILVA, portador(a) do CPF nº 045.639.119-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 69/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 69/2015, iniciando-se a prorrogação em 20/01/2016 e encerrando-se em

19/03/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 14/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ANGELA APARECIDA SILVA Contratado(a)
----------------------------------------------------------	-----------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

ASTRID HOELTGEBAUM - 11º TERMO ADITIVO

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 549/2012, firmado em 13/04/2012, com término previsto para 27/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ASTRID HOELTGEBAUM, portador(a) do CPF nº 890.004.049-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 549/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 549/2012, iniciando-se a prorrogação em 28/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ASTRID HOELTGEBAUM Contratado(a)
----------------------------------------------------------	-------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

DANIEL STREY - 15º TERMO ADITIVO

15º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2011, firmado em 01/02/2011, com término previsto para 27/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIEL STREY, portador(a) do CPF nº 062.941.539-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 15º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 90/2011, iniciando-se a prorrogação em 28/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	DANIEL STREY Contratado(a)
----------------------------------------------------------	-------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 5097, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5097, de 14 de janeiro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar;

CONSIDERANDO, que atendendo o mandamento constitucional o legislador federal editou a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelecendo, entre outros, os limites gastos com despesa de pessoal;

CONSIDERANDO, a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas de pessoal, que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO, que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Rio do Sul/SC, sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade; e

CONSIDERANDO, a previsão contida no artigo 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas com pessoal nos parâmetros e limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam temporariamente reduzidos em 20% (vinte por cento) o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito.

Art. 2º- Ficam temporariamente reduzidos em 10% (dez por cento) o subsídio dos Secretários Municipais.

Art. 3º- O presente Decreto vigorará até o dia 31 de dezembro de 2016, findo os quais serão restabelecidos as remunerações ao patamar atual, salvo se for necessário a manutenção da redução para obediência aos ditames estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso em que poderá ser prorrogada a vigência do presente Decreto.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros a partir do dia 1º de janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO

14 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 5100, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 5100, de 19 de janeiro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de dezembro de 2015, e com a Lei nº 5.703, de 19 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam suplementadas até o limite de R\$ 98.580.340,00 (noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e quarenta reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
002 - Atenção Básica	
1080 - Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01382300 - Laboratório Regional de Prótese Dentária - LRPD	R\$ 80.000,00

2092 - Blatb - Pab Saúde Bucal	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380400 - Saúde Bucal	R\$ 26.400,00
2093 - Blatb - Ações Agente com de Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3100000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000000 - Aplicações Diretas	
01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 936.000,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 651.000,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 264.000,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 183.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 15.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 5.000,00
2094 - Blatb - Ações Saúde da Família	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3319000000000000 - Aplicações Diretas	
01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	R\$ 1.000.000,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 1.370.000,00
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 3.175.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	R\$ 90.000,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 10.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	R\$ 1.500.000,00
2095 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01380600 - Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade - PMAQ	R\$ 64.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380100 - Pab Fixo	R\$ 1.450.000,00
01380600 - Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade - PMAQ	R\$ 300.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01380100 - Pab Fixo	R\$ 3.000.000,00
2096 - Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01380500 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Federal	R\$ 358.800,00
01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual	R\$ 54.600,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 200.000,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01380500 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Federal	R\$ 101.200,00
01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual	R\$ 15.400,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 22.440,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380500 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Federal	R\$ 15.000,00
01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual	R\$ 1.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	

01380500 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Federal	R\$ 332.150,00
01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual	R\$ 1.000,00
2135 - Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01382000 - Transferências Federais UPA	R\$ 936.000,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01382000 - Transferências Federais UPA	R\$ 264.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01382000 - Transferências Federais UPA	R\$ 900.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01382000 - Transferências Federais UPA	R\$ 2.000.000,00
003 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar	
2080 - Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 23.800.000,00
1670200 - Incentivo Hospitalar - Estadual	R\$ 980.000,00
01670300 - Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	R\$ 120.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 37.300.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 1.212.200,00
2088 - Blmac - Caps	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 39.600,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01382100 - Centro de Atendimento Psico Social - CAPS	R\$ 320.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01382100 - Centro de Atendimento Psico Social - CAPS	R\$ 30.000,00
2089 - Blmac - Samu	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01381000 - SAMU	R\$ 163.800,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01381000 - SAMU	R\$ 46.200,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381000 - SAMU	R\$ 2.500,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 50.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 10.000,00
2090 - Blmac - Ceo	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381100 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Federal	R\$ 200.000,00
01670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Estadual	R\$ 66.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	

01381100 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Federal	R\$ 55.200,00
01670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Estadual	R\$ 10.000,00
2091 - Blmac - Faec Extra Teto	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381800 - Ações Estratégicas e Compensações - FAEC	R\$ 5.200.000,00
2136 - BLMAC - Oncologia	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01382200 - Transferências Federais - Oncologia	R\$ 3.000.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01670900 - Transferências Estaduais - Oncologia	R\$ 4.800.000,00
004 - Vigilância em Saúde	
2079 - Blvgs - Vigilância Sanitária	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381600 - Vigilância Sanitária	R\$ 95.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01381600 - Vigilância Sanitária	R\$ 10.000,00
1047 - Projeto Time Mais Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 60.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 30.000,00
2085 - Blvgs - Vigilância Epidemiológica	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 260.000,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 24.850,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 137.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 20.000,00
2086 - Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 95.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 25.000,00
005 - Assistência Farmacêutica	
2082 - Manutenção da Farmácia Popular	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01380900 - Farmácia Básica Popular	R\$ 41.340,00

3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01380900 - Farmácia Básica Popular	R\$ 11.660,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380900 - Farmácia Básica Popular	R\$ 87.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01380900 - Farmácia Básica Popular	R\$ 20.000,00
2087 - Bifab - Farmácia Básica	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380800 - Farmácia Básica - Federal	R\$ 380.000,00
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 290.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 20.000,00
2114 - Programa de Medicamentos Especiais	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 115.000,00
2124 - Tiras Reagentes - Diabetes	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 36.000,00
2125 - Oxigenoterapia	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 96.000,00
TOTAL	R\$ 98.580.340,00

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 98.580.340,00 (noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e quarenta reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
001 - Fundo Municipal de Saúde	
2078 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 1.066.440,00
2097 - Ações de Saúde com Recursos do Estado	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01635540 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	R\$ 5.972.000,00
2149 - Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 3.491.826,50
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 1.039.173,50

002 - Atenção Básica	
1080 - Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 80.000,00
2092 - Blatb - Pab Saúde Bucal	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 26.400,00
2093 - Blatb - Ações Agente com de Saúde	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 1.400.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 80.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 25.000,00
2094 - Blatb - Ações Saúde da Família	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 2.100.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 400.000,00
2095 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 1.500.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 950.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 50.000,00
2096 - Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 378.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 90.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	

3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 30.000,00
2135 - Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 1.200.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 900.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 500.000,00
003 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar	
2080 - Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 23.800.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 37.300.000,00
2088 - Blmac - Caps	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 39.600,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 320.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 30.000,00
2089 - Blmac - Samu	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 74.000,00
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 160.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 99.500,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 30.000,00

2090 - Blmac - Ceo	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 200.400,00
01675541 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estado - Saúde	R\$ 66.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 90.000,00
01675541 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estado - Saúde	R\$ 10.000,00
2091 - Blmac - Faec Extra Teto	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 5.200.000,00
2136 - BLMAC - Oncologia	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 3.000.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 5.200.000,00
004 - Vigilância em Saúde	
2079 - Blvgs - Vigilância Sanitária	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 95.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 10.000,00
1047 - Projeto Time Mais Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 60.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 30.000,00
2085 - Blvgs - Vigilância Epidemiológica	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	

01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 113.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 137.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 20.000,00
2086 - Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 95.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 25.000,00
005 - Assistência Farmacêutica	
2082 - Manutenção da Farmácia Popular	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01385443 - Assistência Farmacêutica Básica - União - Saúde	R\$ 53.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385443 - Assistência Farmacêutica Básica - União - Saúde	R\$ 87.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385443 - Assistência Farmacêutica Básica - União - Saúde	R\$ 20.000,00
2087 - Bifab - Farmácia Básica	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01020000 - Recursos Saúde	
01385443 - Assistência Farmacêutica Básica - União - Saúde	R\$ 380.000,00
01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 290.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 20.000,00
2114 - Programa de Medicamentos Especiais	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 115.000,00
2124 - Tiras Reagentes - Diabetes	
3300000000000000 - Despesas correntes	

3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 36.000,00
2125 - Oxigenoterapia	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 96.000,00
TOTAL	R\$ 98.580.340,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
19 de janeiro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DIANDRA ROCHA ZUCATELLI - 7º TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015, firmado em 24/02/2015, com término previsto para 18/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIANDRA ROCHA ZUCATELLI, portador(a) do CPF nº 078.104.379-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 245/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/01/2016 e encerrando-se em 18/03/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 14/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	DIANDRA ROCHA ZUCATELLI Contratado(a)
----------------------------------------------------------	------------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

GABARITOS DEFINITIVOS - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015
PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS
DA PROVA ESCRITA

PEDAGOGO

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. B	18. A	19. C	20. A
21. A	22. B	23. A	24. C	25. C	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. A	17. A	18. D	19. A	20. B
21. B	22. D	23. C	24. A	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. B	17. C	18. D	19. C	20. C
21. A	22. C	23. B	24. B	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. B	18. A	19. D	20. B
21. C	22. D	23. B	24. A	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. A	18. B	19. A	20. A
21. B	22. A	23. B	24. C	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. A	18. B	19. C	20. A
21. A	22. B	23. B	24. A	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. B	17. A	18. C	19. C	20. D
21. D	22. A	23. D	24. D	25. C	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. B	18. B	19. D	20. B
21. A	22. A	23. D	24. A	25. A	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. C	17. A	18. C	19. D	20. A
21. B	22. A	23. C	24. C	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. C	18. D	19. A	20. C
21. B	22. A	23. A	24. C	25. A	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ENSINO RELIGIOSO

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. C	17. B	18. B	19. D	20. C
21. C	22. D	23. D	24. C	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. B	17. D	18. B	19. A	20. B
21. B	22. A	23. B	24. D	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR EMPREENDEDORISMO

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. A	18. C	19. B	20. D
21. C	22. B	23. A	24. C	25. D	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR INFORMÁTICA

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. C	17. D	18. B	19. C	20. A
21. B	22. A	23. B	24. C	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR FILOSOFIA

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. B	17. C	18. B	19. A	20. B
21. D	22. A	23. B	24. C	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

PROFESSOR ORIENTADOR DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

01. B	02. C	03. A	04. D	05. B	06. C	07. D	08. A	09. A	10. B
11. B	12. A	13. A	14. C	15. D	16. C	17. B	18. D	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. B	26. A	27. C	28. B	29. B	30. D

Rio do Sul, 20 de Janeiro de 2016.

JAISON JORGE MORAES - 18º TERMO ADITIVO

18º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2006, firmado em 06/03/2006, com término previsto para 27/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAISON JORGE MORAES, portador(a) do CPF nº 006.123.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 18º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3/2006, iniciando-se a prorrogação em 28/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	JAISON JORGE MORAES Contratado(a)
----------------------------------------------------------	--------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

JEFERSON DA SILVA RENGEL - 12º TERMO ADITIVO

12º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2010, firmado em 22/11/2010, com término previsto para 27/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEFERSON DA SILVA RENGEL, portador(a) do CPF nº 003.834.689-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 12º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 301/2010, iniciando-se a prorrogação em 28/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	JEFERSON DA SILVA RENGEL Contratado(a)
----------------------------------------------------------	-------------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA - 17º TERMO ADITIVO

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2006, firmado em 06/03/2006, com término previsto para 27/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 472.684.250-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 3/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 3/2006, iniciando-se a prorrogação em 28/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA Contratado(a)
----------------------------------------------------------	------------------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A PROVA ESCRITA - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
PROCESSO SELETIVO – EDITAL 03/2015

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA
A PROVA ESCRITA****1. Professor de Educação Infantil:****Questão nº 29:**

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A CHARGE só ilustra todos os Direitos que possuem as crianças e que os pais ou responsáveis devem fazer valer. O enunciado é explícito sobre que medidas são aplicáveis aos pais ou responsáveis

A questão é clara, está fundamentada em lei e o gabarito está mantido.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

Questão nº 30:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

2. Professor Ensino Fundamental – Anos Iniciais**Questão nº 23:**

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Segue conteúdo programático previsto para o cargo em tela:

"Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB."

Quando se fala em avaliação, deve-se levar em consideração não somente a que é realizada em sala de aula, mas também aquela à qual a Unidade de Ensino e até mesmo o município é submetido. Um professor dos Anos Iniciais está, de acordo com a LDB, embrigado em todas

as ações pedagógicas, principalmente no que se refere a construção do IDEB. Por conseguinte, tal questão foi contemplada no edital.

3. Professor Ensino Fundamental – Matemática:

Questão nº 19:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Conforme o próprio enunciado indicava, a função da velocidade é dada pela derivada primeira da função. A derivada da função $s(t)$ é $-10t + 54$. Para determinar a velocidade após 3 segundos, basta substituir na variável t (tempo). Assim, $s'(3) = -10.3 + 54 = -30 + 54 = 24$ m/s.

Rio do Sul, 20 de janeiro de 2016.

KETRIN BOSCO - 6º TERMO ADITIVO

	6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 22/01/2016.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KETRIN BOSCO, portador(a) do CPF nº 062.012.449-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 168/2015, iniciando-se a prorrogação em 23/01/2016 e encerrando-se em 22/03/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 14/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	KETRIN BOSCO Contratado(a)
----------------------------------------------------------	-------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

LEI 5.703

LEI Nº 5.703, de 19 de janeiro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Ficam suplementadas até o limite de R\$ 98.580.340,00 (noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e quarenta reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
002 - Atenção Básica	
1080 - Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01382300 - Laboratório Regional de Prótese Dentária - LRPD	R\$ 80.000,00
2092 - Blatb - Pab Saúde Bucal	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380400 - Saúde Bucal	R\$ 26.400,00
2093 - Blatb - Ações Agente com de Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3100000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000000 - Aplicações Diretas	

01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 936.000,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 651.000,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 264.000,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 183.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 15.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 5.000,00
2094 - Blatb - Ações Saúde da Família	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3319000000000000 - Aplicações Diretas	
01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	R\$ 1.000.000,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 1.370.000,00
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 3.175.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	R\$ 90.000,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 10.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	R\$ 1.500.000,00
2095 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01380600 - Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade - PMAQ	R\$ 64.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380100 - Pab Fixo	R\$ 1.450.000,00
01380600 - Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade - PMAQ	R\$ 300.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01380100 - Pab Fixo	R\$ 3.000.000,00
2096 - Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01380500 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Federal	R\$ 358.800,00
01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual	R\$ 54.600,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 200.000,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01380500 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Federal	R\$ 101.200,00
01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual	R\$ 15.400,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 22.440,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380500 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Federal	R\$ 15.000,00
01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual	R\$ 1.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01380500 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Federal	R\$ 332.150,00
01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual	R\$ 1.000,00
2135 - Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01382000 - Transferências Federais UPA	R\$ 936.000,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01382000 - Transferências Federais UPA	R\$ 264.000,00

3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01382000 - Transferências Federais UPA	R\$ 900.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01382000 - Transferências Federais UPA	R\$ 2.000.000,00
003 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar	
2080 - Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 23.800.000,00
1670200 - Incentivo Hospitalar - Estadual	R\$ 980.000,00
01670300 - Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	R\$ 120.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 37.300.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 1.212.200,00
2088 - Blmac - Caps	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 39.600,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01382100 - Centro de Atendimento Psico Social - CAPS	R\$ 320.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01382100 - Centro de Atendimento Psico Social - CAPS	R\$ 30.000,00
2089 - Blmac - Samu	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01381000 - SAMU	R\$ 163.800,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01381000 - SAMU	R\$ 46.200,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381000 - SAMU	R\$ 2.500,00
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 50.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 10.000,00
2090 - Blmac - Ceo	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381100 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Federal	R\$ 200.000,00
01670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Estadual	R\$ 66.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01381100 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Federal	R\$ 55.200,00
01670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Estadual	R\$ 10.000,00
2091 - Blmac - Faec Extra Teto	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381800 - Ações Estratégicas e Compensações - FAEC	R\$ 5.200.000,00
2136 - BLMAC - Oncologia	
3300000000000000 - Despesas correntes	

3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01382200 - Transferências Federais - Oncologia	R\$ 3.000.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01670900 - Transferências Estaduais - Oncologia	R\$ 4.800.000,00
004 - Vigilância em Saúde	
2079 - Blvgs - Vigilância Sanitária	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381600 - Vigilância Sanitária	R\$ 95.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01381600 - Vigilância Sanitária	R\$ 10.000,00
1047 - Projeto Time Mais Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 60.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 30.000,00
2085 - Blvgs - Vigilância Epidemiológica	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 260.000,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 24.850,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 137.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 20.000,00
2086 - Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 95.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01381700 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 25.000,00
005 - Assistência Farmacêutica	
2082 - Manutenção da Farmácia Popular	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01380900 - Farmácia Básica Popular	R\$ 41.340,00
3191000000000000 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	
01380900 - Farmácia Básica Popular	R\$ 11.660,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380900 - Farmácia Básica Popular	R\$ 87.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01380900 - Farmácia Básica Popular	R\$ 20.000,00

2087 - Bifab - Farmácia Básica	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01380800 - Farmácia Básica - Federal	R\$ 380.000,00
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 290.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 20.000,00
2114 - Programa de Medicamentos Especiais	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 115.000,00
2124 - Tiras Reagentes - Diabetes	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 36.000,00
2125 - Oxigenoterapia	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	R\$ 96.000,00
TOTAL	R\$ 98.580.340,00

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 98.580.340,00 (noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e quarenta reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
001 - Fundo Municipal de Saúde	
2078 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 1.066.440,00
2097 - Ações de Saúde com Recursos do Estado	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01635540 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	R\$ 5.972.000,00
2149 - Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 3.491.826,50
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 1.039.173,50
002 - Atenção Básica	
1080 - Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 80.000,00
2092 - Blatb - Pab Saúde Bucal	

3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 26.400,00
2093 - Blatb - Ações Agente com de Saúde	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 1.400.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 80.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 25.000,00
2094 - Blatb - Ações Saúde da Família	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 2.100.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 400.000,00
2095 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 1.500.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 950.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 50.000,00
2096 - Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 378.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 90.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 30.000,00
2135 - Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	

01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 1.200.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 900.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385440 - Atenção Básica - União - Saúde	R\$ 500.000,00
003 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar	
2080 - BImac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 23.800.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 37.300.000,00
2088 - BImac - Caps	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 39.600,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 320.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 30.000,00
2089 - BImac - Samu	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01020000 - Recursos Saúde	R\$ 74.000,00
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 160.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 99.500,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 30.000,00
2090 - BImac - Ceo	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 200.400,00
01675541 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estado - Saúde	R\$ 66.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	

3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 90.000,00
01675541 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estado - Saúde	R\$ 10.000,00
2091 - Blmac - Faec Extra Teto	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 5.200.000,00
2136 - BLMAC - Oncologia	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 3.000.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385441 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$ 5.200.000,00
004 - Vigilância em Saúde	
2079 - Blvgs - Vigilância Sanitária	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 95.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 10.000,00
1047 - Projeto Time Mais Saúde	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 60.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 30.000,00
2085 - Blvgs - Vigilância Epidemiológica	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 113.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 137.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	

01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 20.000,00
2086 - Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 95.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385442 - Vigilância em Saúde - União - Saúde	R\$ 25.000,00
005 - Assistência Farmacêutica	
2082 - Manutenção da Farmácia Popular	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	
3319000000000000 - Aplicações diretas	
01385443 - Assistência Farmacêutica Básica - União - Saúde	R\$ 53.000,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01385443 - Assistência Farmacêutica Básica - União - Saúde	R\$ 87.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01385443 - Assistência Farmacêutica Básica - União - Saúde	R\$ 20.000,00
2087 - Bifab - Farmácia Básica	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01020000 - Recursos Saúde	
01385443 - Assistência Farmacêutica Básica - União - Saúde	R\$ 380.000,00
01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 290.000,00
3400000000000000 - Despesas de capital	
3440000000000000 - Investimentos	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 20.000,00
2114 - Programa de Medicamentos Especiais	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 115.000,00
2124 - Tiras Reagentes - Diabetes	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 36.000,00
2125 - Oxigenoterapia	
3300000000000000 - Despesas correntes	
3330000000000000 - Outras despesas correntes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	

01675543 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado - Saúde	R\$ 96.000,00
TOTAL	R\$ 98.580.340,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

19 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR Nº 328

LEI COMPLEMENTAR Nº 328, de 19 de janeiro de 2016.

"ALTERA OS §§ 2º E 5º, DO ARTIGO 7º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Altera os §§ 2º e 5º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º- (...)

(...)

§ 2º- Define o piso salarial dos profissionais do magistério público municipal da educação básica com jornada de 40 (quarenta) horas semanais em R\$ 2.135,64 (dois mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) a partir de 1º de janeiro de 2016, em cumprimento ao contido na Lei Federal nº 11.738/2008 e alterações posteriores.

(...)

§ 5º- Objetivando cumprir a aplicação dos coeficientes variáveis existentes entre os níveis remuneratórios da carreira do magistério público municipal, estabelecidos no § 2º, do artigo 6º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001, com suas alterações posteriores e a concessão de 10,9674% (dez vírgula nove mil, seiscentos e setenta e quatro por cento) aos servidores públicos municipais, a título de revisão geral anual através da Lei nº 5.702, de 15 de dezembro de 2015, o vencimento dos profissionais do magistério público municipal, passa a vigorar da seguinte forma:

Cargo	Nível	Venc. 10h/sem	Venc. 20h/sem	Venc. 30h/sem	Venc. 40h/sem
Professor	Nível 1 Magistério	-	1067,82	-	2.135,64
	Nível 2 Graduação	800,86	1601,73	2.402,59	3.203,46
	Nível 3 Pós-Graduação	880,95	1761,90	2.642,86	3.523,81
	Nível 4 Mestrado	1067,82	2.135,64	3.203,46	4.271,28
Pedagogo	Nível 2 Curso Superior	-	-	-	3.203,46
	Nível 3 Pós-Graduação	-	-	-	3.523,81
	Nível 4 Mestrado	-	-	-	4.271,28

Art. 2º- As disposições da presente Lei Complementar são extensivas a todos os proventos de aposentadoria e pensões da carreira do magistério do Poder Executivo Municipal, à exceção dos benefícios previdenciários concedidos sem direito a paridade.

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta de dotações consignadas no orçamento municipal em vigência.

Art. 4º- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

19 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

NEI DELA JUSTINA - 18º TERMO ADITIVO

18º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415/2007, firmado em 14/05/2007, com término previsto para 27/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEI DELA JUSTINA, portador(a) do CPF nº 619.013.269-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 18º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415/2007, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 415/2007, iniciando-se a prorrogação em 28/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	NEI DELA JUSTINA Contratado(a)
----------------------------------------------------------	-----------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - PNE - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
PROCESSO SELETIVO – EDITAL 03/2015

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA
DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
	238781	Julimar Demetrio	25/09/1978	0,00	1,00	0,60	1,60	3,20		

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	238768	Monica Ariane De Paula	15/01/1993	1,20	1,00	1,50	5,60	9,30	0,00	9,30
2	252165	Wanderleya Regina Mees	17/04/1972	0,30	0,80	1,20	3,60	5,90	0,00	5,90
3	241941	Fabiane Andrea Da Silva	27/08/1978	0,00	0,80	0,30	4,00	5,10	0,00	5,10

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

*PT = Nota da Prova de Títulos;

*NF = Nota Final.

Rio do Sul, 20 de janeiro de 2016.

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
PROCESSO SELETIVO – EDITAL 03/2015

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

PEDAGOGO

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	252491	Sandra Teresinha Ribeiro Pereira	04/08/1968	0,60	0,80	1,50	4,80	7,70	10,00	17,70
2	239023	Sergio Cassimiro De Oliveira	08/10/1957	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	8,00	16,20
3	249203	Maria Bernadete Back	08/05/1952	0,00	1,00	1,50	4,80	7,30	8,00	15,30
4	249655	Nair Camargo Giehl	10/04/1959	0,30	0,60	1,50	4,80	7,20	8,00	15,20
5	238240	Geani Cristina Godoy Lange Bridi	05/04/1983	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	8,00	14,60
6	252515	Santília Dos Anjos	10/06/1971	0,90	1,00	0,60	4,00	6,50	8,00	14,50
7	251374	Rosinei Raquel Orlandi Limberger	27/08/1973	0,00	1,00	1,50	4,00	6,50	8,00	14,50
8	252770	Caroline Kolankiewicz	10/06/1986	0,90	1,00	0,90	3,20	6,00	8,00	14,00
9	245037	Scharlene Loruana Schlemper	01/09/1981	0,60	0,60	1,50	3,20	5,90	8,00	13,90
10	246505	Regiane Aparecida Espindola	10/01/1974	0,90	0,80	0,90	3,20	5,80	8,00	13,80
11	246218	Rosemery Lehmkuhl	26/10/1968	0,90	0,80	1,20	2,80	5,70	8,00	13,70
12	237661	Maisa Adriana Carvalho Franca	29/09/1973	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	0,00	6,60
13	249850	Juliana Malizeski Macaneiro Da Silva	14/09/1977	0,90	1,00	0,90	3,20	6,00	0,00	6,00
14	253299	Pamela Andre	21/11/1992	0,60	1,00	0,90	3,20	5,70	0,00	5,70
	246825	Adair Koerich	11/10/1968	0,90	0,80	0,30	1,60	3,60		
	238268	Luiz Cesar Cichoski	30/07/1971					Ausente		

PROFESSOR DE FILOSOFIA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	242347	Charles Alexandre Porto	30/12/1978	0,90	1,00	0,90	4,00	6,80	0,00	6,80
2	253236	Evanita De Lara	31/05/1968	0,30	0,80	1,50	4,00	6,60	0,00	6,60
3	238684	Jean Munoko Vava	06/02/1984	0,90	0,80	0,90	2,80	5,40	0,00	5,40
4	251398	Emília Frutuoso Lange	12/12/1972	0,60	1,00	1,20	2,40	5,20	0,00	5,20
	247128	Eduardo Silvester Strubel	27/01/1991					Ausente		

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	244051	Numan Heber Maurenente Ferro Junior	23/05/1990	0,60	0,60	1,50	3,60	6,30	8,00	14,30
2	252426	Joanes Montibeller	20/06/1985	0,30	0,80	1,50	3,60	6,20	8,00	14,20
3	248136	Janderson Machado	18/05/1994	0,60	0,80	1,50	3,60	6,50	6,00	12,50
4	251335	Juliano Angelo Marcilio	22/10/1984	0,30	0,60	1,50	4,00	6,40	6,00	12,40
5	251416	Dalila Stange	18/06/1994	0,60	0,60	1,20	3,20	5,60	6,00	11,60
6	239840	MunIQUE Mittelmann	31/07/1995	0,60	0,80	1,50	5,20	8,10	0,00	8,10
7	242629	Cristina Viana Jochem	05/09/1991	0,60	0,80	1,50	4,00	6,90	0,00	6,90
	245165	Luis Fernando Ramos	09/06/1992	0,00	0,60	0,60	3,60	4,80		
	241592	Robson Fabiano Da Silva	13/09/1974					Ausente		

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	238265	Margaret Carvalho	07/07/1966	0,90	0,40	1,20	5,20	7,70	0,00	7,70
2	253824	Rosana Henckel	09/08/1986	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	0,00	7,60
3	243267	Marcia Regina Santos Bueno	01/08/1968	1,20	0,80	0,90	4,40	7,30	0,00	7,30
4	239789	Sonia Buchling Bleichvel	09/02/1981	0,90	0,80	1,50	3,60	6,80	0,00	6,80
5	237748	Stephanie Klehm Krieger	19/09/1988	0,30	1,00	0,60	4,80	6,70	0,00	6,70
6	243208	Geiciani Pricila Wisneski	04/06/1987	0,30	1,00	1,20	4,00	6,50	0,00	6,50
7	249034	Leticia De Farias	26/07/1993	0,30	1,00	0,60	4,40	6,30	0,00	6,30

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
8	249378	Judit Maria Bach Muller	06/08/1957	0,00	1,00	0,60	4,40	6,00	0,00	6,00
9	238333	Scheila Mara Bressan	26/04/1991	0,30	0,60	0,30	4,00	5,20	0,00	5,20
	251749	Ariella Schipitoscki Borges	10/07/1987	0,00	0,80	0,90	3,20	4,90		
	251843	Bianca Da Silva Orso	09/04/1995	0,00	0,60	0,90	2,80	4,30		
	238781	Julimar Demetrio	25/09/1978	0,00	1,00	0,60	1,60	3,20		

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	241835	Cleide Aparecida Abreu Lopes	12/05/1978	0,90	1,00	1,50	5,60	9,00	8,00	17,00
2	237711	Ivone de Prado	26/10/1968	0,90	1,00	1,50	5,20	8,60	8,00	16,60
3	253556	Jessica Martins Holdorf	25/07/1991	0,60	0,60	1,50	5,60	8,30	8,00	16,30
4	247780	Marisa Lopes Queiroz Andrade	01/02/1986	0,90	1,00	1,20	5,20	8,30	8,00	16,30
5	248478	Daniela Paul Parma	09/10/1987	0,90	1,00	1,20	5,20	8,30	8,00	16,30
6	241354	Djeines Magui Dos Santos Fernandes	01/08/1978	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	8,00	16,30
7	246473	Naca Claudino Dos Santos	18/09/1985	1,20	0,80	1,50	4,80	8,30	8,00	16,30
8	238084	Ivone de Schleser	22/07/1987	1,20	0,80	1,50	4,80	8,30	8,00	16,30
9	249941	Susana Maria Ferreira Vieira	24/08/1985	1,20	1,00	1,20	4,80	8,20	8,00	16,20
10	238030	Ana Claudia Moraes	20/05/1989	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	8,00	16,20
11	249465	Eime Das Gracas Oliveira	18/12/1965	0,60	1,00	0,90	5,60	8,10	8,00	16,10
12	249406	Adeline Schaffer Nau	19/06/1985	0,60	0,80	1,50	5,20	8,10	8,00	16,10
13	250534	Vanessa Da Rocha	26/09/1982	0,60	0,60	1,20	5,60	8,00	8,00	16,00
14	246207	Rosemary Lehmkuhl	26/10/1968	0,60	1,00	1,20	5,20	8,00	8,00	16,00
15	250829	Tania Regina Ferreira	08/12/1976	0,60	1,00	1,20	5,20	8,00	8,00	16,00
16	250772	Cristiane Nienkotter Parma	15/04/1990	0,60	1,00	1,20	5,20	8,00	8,00	16,00
17	251596	Amandia Carolina Dos Santos Subtil De Oliveira	15/12/1976	0,90	0,60	1,20	5,20	7,90	8,00	15,90
18	242485	Noeli Steinheuser	02/05/1980	0,60	0,60	1,50	5,20	7,90	8,00	15,90
19	246460	Sidiane Laurete	14/08/1977	0,90	1,00	1,20	4,80	7,90	8,00	15,90
20	238090	Maria Aline Aparecida Busarello	06/09/1983	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	8,00	15,90
21	252902	Carla Cristiane Alves	11/12/1986	0,90	0,80	0,90	5,20	7,80	8,00	15,80
22	253137	Talita Harbs	01/03/1984	0,60	0,80	1,20	5,20	7,80	8,00	15,80
23	249299	Jerusa Schiochet	26/09/1980	1,20	1,00	1,20	4,40	7,80	8,00	15,80
24	246236	Jamile De Oliveira	18/06/1983	0,60	0,60	0,90	5,60	7,70	8,00	15,70
25	252516	Santilia Dos Anjos	10/06/1971	0,90	1,00	0,60	5,20	7,70	8,00	15,70
26	249430	Silvana Da Silva	28/11/1984	0,60	1,00	0,90	5,20	7,70	8,00	15,70
27	238287	Deise Abreu	20/10/1986	0,30	1,00	1,20	5,20	7,70	8,00	15,70
28	247318	Patricia Mello Sordi	10/10/1986	0,00	1,00	1,50	5,20	7,70	8,00	15,70
29	252684	Diandra Rocha Zucatelli	12/04/1990	0,00	1,00	1,50	5,20	7,70	8,00	15,70
30	248765	Thaina Luana Da Rosa	15/09/1991	0,60	0,60	1,20	5,20	7,60	8,00	15,60
31	249851	Juliana Malizeski Macaneiro Da Silva	14/09/1977	0,90	1,00	0,90	4,80	7,60	8,00	15,60
32	247132	Neiva Weiss	23/12/1971	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	8,00	15,60
33	247768	Maneide Macedo Da Silveira	02/03/1975	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	8,00	15,60
34	249605	Carla Francycle Souza	15/05/1983	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	8,00	15,60
35	237864	Gesica Eliane Martins	07/01/1991	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	8,00	15,60
36	247625	Rosilene Dumke Petri	29/07/1983	0,30	1,00	1,50	4,80	7,60	8,00	15,60
37	246928	Edite Cardoso Samulewski	23/02/1985	0,30	1,00	1,50	4,80	7,60	8,00	15,60
38	250509	Patricia Stupp	24/01/1987	0,90	0,80	1,50	4,40	7,60	8,00	15,60
39	247505	Cristiani Blasius	13/01/1992	0,90	0,80	1,50	4,40	7,60	8,00	15,60
40	252583	Franciele Aparecida De Oliveira	08/11/1985	1,20	0,60	0,90	4,80	7,50	8,00	15,50

Classificação	Inscri- ção	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
41	250951	Ana Elisabete Amorim Hoepers	14/09/1965	0,60	1,00	0,60	5,20	7,40	8,00	15,40
42	242806	Valdete Maria Avi Ponticelli	10/10/1968	0,60	0,80	1,20	4,80	7,40	8,00	15,40
43	243777	Myrian Holler Knaesel	09/09/1971	0,60	0,80	1,20	4,80	7,40	8,00	15,40
44	240603	Janara Daiane Brusque	22/03/1988	0,60	0,80	1,20	4,80	7,40	8,00	15,40
45	251714	Elenice De Jesus	19/08/1982	0,90	0,80	0,00	5,60	7,30	8,00	15,30
46	251061	Luciana Mara Barbosa Passing	24/07/1982	1,20	0,60	0,30	5,20	7,30	8,00	15,30
47	246017	Ana Carolina Mees	14/06/1987	0,00	0,60	1,50	5,20	7,30	8,00	15,30
48	251033	Mary Leide Kammer	02/10/1981	0,60	0,40	1,50	4,80	7,30	8,00	15,30
49	249055	Kauana Karuze Da Silveira Xavier	26/11/1985	0,30	1,00	1,20	4,80	7,30	8,00	15,30
50	241915	Nicoli Pereira	05/07/1993	0,60	0,80	0,60	5,20	7,20	8,00	15,20
51	249473	Patricia Kohls Von Paraski	03/08/1977	0,90	1,00	0,90	4,40	7,20	8,00	15,20
52	250897	Simone Mafazzolli	02/12/1982	0,30	0,60	0,60	5,60	7,10	8,00	15,10
53	249485	Claudete Aparecida Rosa Farias	23/10/1972	0,60	1,00	0,30	5,20	7,10	8,00	15,10
54	253777	Claudineia Tabarelli	06/09/1986	0,30	1,00	0,60	5,20	7,10	8,00	15,10
55	245038	Scharlene Loruana Schlemper	01/09/1981	0,60	0,60	1,50	4,40	7,10	8,00	15,10
56	248574	Jaqueline Scheidt	23/07/1987	0,60	1,00	0,60	4,80	7,00	8,00	15,00
57	251683	Fabiana Tholl	26/03/1985	0,30	1,00	0,90	4,80	7,00	8,00	15,00
58	249433	Vanessa Leticia Lino De Aviz	27/08/1985	0,60	0,80	1,20	4,40	7,00	8,00	15,00
59	250046	Emanuella Muriel Cunha	01/06/1989	0,30	0,80	1,50	4,40	7,00	8,00	15,00
60	249489	Ana Paula Cardozo Hoepers	03/07/1980	0,30	0,80	0,60	5,20	6,90	8,00	14,90
61	251669	Monique Novak	22/02/1990	0,60	0,60	0,90	4,80	6,90	8,00	14,90
62	253189	Juliana Aparecida Farias	10/10/1984	0,30	0,60	1,20	4,80	6,90	8,00	14,90
63	239611	Vania Mariuza Heinz De Souza	24/01/1971	0,30	1,00	1,20	4,40	6,90	8,00	14,90
64	247271	Danubia Gonzaga	12/03/1981	0,30	1,00	1,20	4,40	6,90	8,00	14,90
65	249705	Luciana Machado	07/03/1983	0,60	0,80	0,60	4,80	6,80	8,00	14,80
66	246368	Regina Dumke Verlick	25/10/1972	0,00	0,80	1,20	4,80	6,80	8,00	14,80
67	247756	Taise Busarello	08/04/1987	0,00	0,80	1,20	4,80	6,80	8,00	14,80
68	237818	Maristela Coelho Klaumann	18/11/1972	0,90	0,60	0,90	4,40	6,80	8,00	14,80
69	250668	Kallani Diona Muller	24/02/1988	0,60	0,60	1,20	4,40	6,80	8,00	14,80
70	237782	Maria Claudia Finardi Luchtenberg	22/04/1977	0,90	1,00	1,20	5,60	8,70	6,00	14,70
71	250064	Jussara De Fatima Scheitz	17/11/1979	0,30	0,80	1,20	4,40	6,70	8,00	14,70
72	241971	Elaine Haverroth	30/08/1982	0,30	0,80	1,20	4,40	6,70	8,00	14,70
73	247315	Vaniela Kreusch	11/09/1989	0,30	0,80	1,20	4,40	6,70	8,00	14,70
74	251176	Marilise Schwartz	17/04/1962	0,90	1,00	0,30	4,40	6,60	8,00	14,60
75	243414	Vanessa Cristina Dos Santoa Back	20/03/1986	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	8,00	14,60
76	249906	Ketrin Bosco	14/11/1985	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	8,00	14,60
77	252645	Suelem Fernanda Conzatti	24/11/1989	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	8,00	14,60
78	249878	Ivone Ines Sawicki	19/11/1974	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	8,00	14,50
79	250437	Graziele Inara Cardoso	21/12/1992	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	8,00	14,50
80	243431	Zenilde Frainer Machado	21/05/1951	0,00	1,00	1,50	4,00	6,50	8,00	14,50
81	252566	Mirian Brodwolf	12/04/1969	0,90	0,80	1,20	3,60	6,50	8,00	14,50
82	239788	Elaine Cristina Da Rocha	03/12/1988	0,60	0,40	0,60	4,80	6,40	8,00	14,40
83	241111	Joelma Paulina Capistrano Cachoeira	25/02/1974	0,60	0,80	0,60	4,40	6,40	8,00	14,40
84	251198	Eliane Vinotti Schmidt	30/11/1983	0,90	1,00	1,20	5,20	8,30	6,00	14,30
85	248337	Rosemeri Dos Santos Fernandes	21/10/1981	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	6,00	14,30
86	251827	Cariane Felaco Souza	05/01/1991	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	6,00	14,30
87	244932	Janete Schutz Weiss	03/11/1984	0,00	0,80	0,30	5,20	6,30	8,00	14,30
88	250488	Elizete Martendal Dolsan	21/03/1978	0,60	0,40	0,90	4,40	6,30	8,00	14,30

Classificação	Inscri- ção	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
89	249074	Tatiane Da Silva Medices Schussler	04/04/1976	0,60	0,60	1,50	3,60	6,30	8,00	14,30
90	252581	Sonia Regina Poli	02/08/1966	0,30	0,40	0,30	5,20	6,20	8,00	14,20
91	248344	Raquel Wiggers	27/12/1983	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	6,00	14,20
92	254313	Priscila Paula Schneider Machado Da Silva	16/07/1987	0,30	0,80	0,30	4,80	6,20	8,00	14,20
93	250727	Fernanda Rohling	23/12/1987	0,00	0,60	1,20	4,40	6,20	8,00	14,20
94	253043	Silene Felizari	18/07/1968	0,60	1,00	0,60	4,00	6,20	8,00	14,20
95	241859	Daniela Cristina Silveira Ramos Fronza	09/02/1976	0,60	1,00	0,60	4,00	6,20	8,00	14,20
96	243204	Viviane Eger Bittencourt	10/03/1981	0,30	0,80	0,60	4,40	6,10	8,00	14,10
97	249972	Jaqueline Janaina Vargas	14/03/1984	0,00	0,60	0,60	4,80	6,00	8,00	14,00
98	241702	Bernardete Candido Nunes	22/10/1967	0,30	1,00	0,30	4,40	6,00	8,00	14,00
99	247874	Jania Carla Dos Santos	12/05/1974	0,60	0,80	0,60	4,00	6,00	8,00	14,00
100	249364	Tamires Eger	23/10/1990	1,20	1,00	0,90	4,80	7,90	6,00	13,90
101	246490	Antonia Araujo De Lima	02/08/1968	0,00	0,80	0,30	4,80	5,90	8,00	13,90
102	253838	Margit Fuck Wollinger	28/02/1958	0,30	1,00	0,60	4,00	5,90	8,00	13,90
103	251540	Susan Catarine Stahnke Rodrigues	31/01/1990	0,60	0,80	0,90	3,60	5,90	8,00	13,90
104	237790	Adriana Tonon	28/12/1978	0,60	0,80	0,00	4,40	5,80	8,00	13,80
105	249379	Judit Maria Bach Muller	06/08/1957	0,00	0,80	0,60	4,40	5,80	8,00	13,80
106	245272	Dariane Becker Da Silva	29/09/1987	0,60	0,60	0,60	4,00	5,80	8,00	13,80
107	250073	Tasiani Arnold	16/02/1978	0,30	0,60	0,90	4,00	5,80	8,00	13,80
108	241593	Claudete Rodrigues Dos Santos	04/11/1977	0,60	1,00	0,60	3,60	5,80	8,00	13,80
109	243387	Danieli Mafazzolli Schuller	25/10/1986	0,90	0,80	0,90	3,20	5,80	8,00	13,80
110	251255	Sulamita Batista Correa	11/06/1991	0,30	1,00	1,20	5,20	7,70	6,00	13,70
111	242645	Daiana Ramos Da Silva	12/01/1985	0,00	1,00	0,30	4,40	5,70	8,00	13,70
112	250700	Vivian Marilda Mayer	07/02/1980	1,50	1,00	1,20	4,00	7,70	6,00	13,70
113	240444	Rosinha Soares	18/11/1982	0,30	0,80	0,00	4,40	5,50	8,00	13,50
114	254431	Bruna Cestonaro Do Nascimento	13/05/1986	0,90	0,80	0,90	4,80	7,40	6,00	13,40
115	251689	Augusta Aparecida Da Silva Cordova Garbin	06/07/1961	0,30	0,60	0,90	3,60	5,40	8,00	13,40
116	240369	Graziele Cristina Goral Franz	31/03/1981	0,30	0,60	0,90	3,60	5,40	8,00	13,40
117	250224	Fabricia Aparecida Hinckel	16/02/1985	0,30	1,00	0,90	3,20	5,40	8,00	13,40
118	240150	Marcia Aparecida Rizzo	29/01/1979	0,00	0,80	0,90	5,60	7,30	6,00	13,30
119	249483	Carla Nauila Goedert Schiestl	04/08/1988	0,30	0,80	0,60	3,60	5,30	8,00	13,30
120	237936	Adelaine Soares Da Rosa	29/04/1984	0,60	0,40	0,60	3,60	5,20	8,00	13,20
121	253755	Aucely Maria Otto Roberti	15/08/1962	0,00	0,80	1,20	3,20	5,20	8,00	13,20
122	244984	Liana De Souza	18/05/1984	0,30	1,00	0,60	5,20	7,10	6,00	13,10
123	250503	Daiana Patricia De Oliveira Saldanha	18/01/1985	0,90	0,80	0,60	2,80	5,10	8,00	13,10
124	253208	Roseli Teresinha Da Rocha Losi	21/12/1969	0,30	1,00	0,90	4,80	7,00	6,00	13,00
125	246468	Simone Schussler	27/08/1981	0,60	1,00	0,90	4,40	6,90	6,00	12,90
126	252538	Grasiela Goedert Sperber	15/01/1986	0,90	0,80	1,20	4,00	6,90	6,00	12,90
127	240335	Maiara Cristina Weiss	11/10/1992	0,90	0,60	0,90	4,40	6,80	6,00	12,80
128	253585	Milce Gomes De Almeida Macaneiro	09/10/1972	0,00	1,00	0,90	4,80	6,70	6,00	12,70
129	252592	Janete Rodrigues Cardoso Chirolli	04/02/1972	0,30	0,80	1,20	4,40	6,70	6,00	12,70
130	246653	Roseneide Aparecida De Moura	10/07/1978	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	6,00	12,60
131	240528	Karine Sarda Grunfeld	29/12/1986	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	6,00	12,60
132	239501	Viviani De Campos	04/06/1986	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	6,00	12,60
133	252544	Gislaine Schwambach Navarro Lins	07/02/1983	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	6,00	12,50
134	253028	Sintia Luciano Ruckert	03/06/1987	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	6,00	12,50
135	244107	Raquel Maria Menel	29/07/1979	0,90	0,60	0,90	4,00	6,40	6,00	12,40
136	249579	Claudia Prust Wessner	28/07/1988	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	6,00	12,40

Classificação	Inscri- ção	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
137	253308	Josiane Schulze	24/06/1994	0,90	0,80	0,60	4,00	6,30	6,00	12,30
138	252035	Etiane Maiara Domingos	16/03/1988	0,30	0,80	1,50	3,60	6,20	6,00	12,20
139	254463	Juliana Taise Dos Santos Pinheiro	03/10/1984	0,60	0,60	0,30	3,60	5,10	6,00	11,10
140	238768	Monica Ariane De Paula	15/01/1993	1,20	1,00	1,50	5,60	9,30	0,00	9,30
141	249589	Daiane Mariano Rode	30/11/1984	0,60	1,00	1,50	6,00	9,10	0,00	9,10
142	253801	Carla Fuck Wollinger	07/06/1988	0,90	1,00	1,50	5,20	8,60	0,00	8,60
143	251003	Sheena Carla Parma	25/11/1989	1,20	1,00	0,60	5,60	8,40	0,00	8,40
144	249880	Adriana Leicht Prust	04/04/1983	0,90	0,80	1,50	5,20	8,40	0,00	8,40
145	242752	Cintia Lusía Batisti	01/10/1985	0,90	1,00	1,20	5,20	8,30	0,00	8,30
146	246168	Katia Regina Jeremias Krambeck	03/07/1972	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	0,00	8,30
147	250382	Janine Clara Marhold Freiburger	01/05/1992	1,20	0,80	1,50	4,80	8,30	0,00	8,30
148	237894	Daiane Mauricio	04/11/1996	1,20	0,80	1,50	4,80	8,30	0,00	8,30
149	251995	Carla Rode Kirchner	06/08/1986	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	0,00	8,20
150	238949	Joselaine Cristine Barbosa	25/01/1992	0,60	1,00	0,90	5,60	8,10	0,00	8,10
151	241771	Ane Caroline Steinbach	18/09/1988	0,30	1,00	1,20	5,60	8,10	0,00	8,10
152	238372	Janaina Feder	11/05/1991	0,30	1,00	1,50	5,20	8,00	0,00	8,00
153	251141	Edna Koch Schowambach	04/02/1976	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	0,00	7,90
154	253226	Deize Araujo Gross	23/05/1987	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	0,00	7,90
155	253703	Bianca Pierina Sperandio	23/03/1995	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	0,00	7,90
156	238241	Geani Cristina Godoy Lange Bridi	05/04/1983	0,60	0,80	1,20	5,20	7,80	0,00	7,80
157	242858	Gessi Luana Koglin	05/08/1992	1,20	1,00	1,20	4,40	7,80	0,00	7,80
158	239424	Marcela Barbosa Bechtold	13/02/1982	0,90	1,00	0,90	4,80	7,60	0,00	7,60
159	247992	Rosilene Maria Da Motta De Souza	04/10/1982	0,60	1,00	1,20	4,80	7,60	0,00	7,60
160	239790	Sonia Buchling Bleichvel	09/02/1981	0,90	0,80	1,50	4,40	7,60	0,00	7,60
161	249035	Leticia De Farias	26/07/1993	0,30	1,00	0,60	5,60	7,50	0,00	7,50
162	240551	Bruna Leticia Laurindo	23/05/1995	0,60	0,80	0,90	5,20	7,50	0,00	7,50
163	245281	Lucimeri De Fatima Köpp Sandri	12/02/1982	0,60	1,00	1,50	4,40	7,50	0,00	7,50
164	239264	Sabrina Amorim Blanck	08/05/1980	0,30	1,00	0,90	5,20	7,40	0,00	7,40
165	253540	Alessandra Marques Dos Santos	15/05/1989	0,90	0,60	1,50	4,40	7,40	0,00	7,40
166	252296	Ana Lucia De Matos	12/07/1987	0,60	1,00	0,90	4,80	7,30	0,00	7,30
167	253318	Vanessa Martins	18/05/1994	0,60	1,00	0,90	4,80	7,30	0,00	7,30
168	251224	Claudiane Gisele Fronza Cristofolini	20/03/1984	0,30	1,00	1,20	4,80	7,30	0,00	7,30
169	250209	Regiane Figueiredo	05/12/1977	0,00	1,00	1,50	4,80	7,30	0,00	7,30
170	249564	Sabrina Franco	14/06/1989	0,90	0,80	1,20	4,40	7,30	0,00	7,30
171	242628	Maria Madalena Hulse Bach	27/05/1985	0,60	1,00	1,20	4,40	7,20	0,00	7,20
172	240502	Juliana Pintarelli Avi	25/03/1987	0,30	1,00	1,50	4,40	7,20	0,00	7,20
173	240072	Giana Tambosi De Souza	12/10/1990	0,30	1,00	1,50	4,40	7,20	0,00	7,20
174	244692	Magali Cristina Schon	14/05/1984	0,30	1,00	0,60	5,20	7,10	0,00	7,10
175	253765	Miorgana Regina Erckmann	16/07/1976	0,60	1,00	1,50	4,00	7,10	0,00	7,10
176	240906	Rosimeri Batista Dos Santos	23/09/1981	0,30	1,00	0,90	4,80	7,00	0,00	7,00
177	253844	Marileia Aparecida Da Costa Dos Santos	17/06/1980	1,20	0,80	0,60	4,40	7,00	0,00	7,00
178	244893	Roselita Maria Sebold	01/02/1966	0,60	0,60	0,90	4,80	6,90	0,00	6,90
179	243209	Geiciani Pricila Wisneski	04/06/1987	0,30	1,00	1,20	4,40	6,90	0,00	6,90
180	254142	Adele Caroline Rohling Belli	27/01/1991	1,20	0,80	0,90	4,00	6,90	0,00	6,90
181	238252	Janaina Sens Eichholz	11/03/1984	0,30	0,40	0,90	5,20	6,80	0,00	6,80
182	254073	Odete Aparecida Pereira	12/07/1966	0,30	1,00	0,60	4,80	6,70	0,00	6,70
183	249462	Eliete Lessa	12/04/1975	0,30	1,00	0,60	4,80	6,70	0,00	6,70
184	251675	Angela Aparecida Silva	28/07/1983	0,30	1,00	0,60	4,80	6,70	0,00	6,70

Classificação	Inscri- ção	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
185	239135	Acelia De Pin	07/01/1962	0,60	0,80	0,90	4,40	6,70	0,00	6,70
186	251868	Marcia Terezinha Dela Justina	27/11/1969	0,60	1,00	1,50	3,60	6,70	0,00	6,70
187	254485	Vanessa Guilz Marconsini	16/10/1989	0,60	0,60	0,60	4,80	6,60	0,00	6,60
188	252456	Luciara Julia Avi	09/10/1981	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	0,00	6,60
189	253600	Mileide Dos Santos Schlindwein	08/11/1979	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	0,00	6,60
190	239086	Kerolin Duane Bilk	23/02/1982	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	0,00	6,60
191	249131	Aline Kuchler	17/11/1990	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	0,00	6,50
192	251098	Eliane Maria Garcia Rausch	26/03/1976	0,60	0,60	0,90	4,40	6,50	0,00	6,50
193	251439	Lathoya Djessica Da Silva	31/08/1993	0,30	1,00	1,20	4,00	6,50	0,00	6,50
194	253758	Zeli Batista Barboza	17/05/1972	0,90	0,80	1,20	3,60	6,50	0,00	6,50
195	242348	Juliana Januario Alves Heinz	21/05/1990	0,60	0,80	0,60	4,40	6,40	0,00	6,40
196	252201	Cineide Marileia Moser	08/07/1985	0,00	0,80	1,20	4,40	6,40	0,00	6,40
197	253803	Carlane Goede	21/02/1979	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	0,00	6,40
198	251762	Joana Paula K. De Campos	10/12/1984	0,00	0,80	0,90	4,40	6,10	0,00	6,10
199	238065	Juliete Aparecida Homem	07/09/1991	0,60	0,60	0,90	4,00	6,10	0,00	6,10
200	251021	Jeane Ferreira	16/08/1972	0,30	0,80	0,90	4,00	6,00	0,00	6,00
201	250330	Joseane De Assis	07/11/1986	0,30	0,80	0,90	4,00	6,00	0,00	6,00
202	251733	Patricia Eliane Bieging	19/05/1991	0,30	0,80	0,90	4,00	6,00	0,00	6,00
203	239223	Tania Moreira Toassi	20/08/1986	0,30	0,60	1,50	3,60	6,00	0,00	6,00
204	237760	Talita Aparecida Mazzini Conzatti	12/10/1993	0,30	0,60	0,60	4,40	5,90	0,00	5,90
205	238531	Lucelia Baggio	30/06/1983	0,60	0,40	0,90	4,00	5,90	0,00	5,90
206	237749	Stephanie Klehm Krieger	19/09/1988	0,30	1,00	0,60	4,00	5,90	0,00	5,90
207	240922	Litiele Soares Da Silva	01/12/1994	0,30	1,00	0,60	4,00	5,90	0,00	5,90
208	252165	Wanderleya Regina Mees	17/04/1972	0,30	0,80	1,20	3,60	5,90	0,00	5,90
209	238190	Edineia Rohling Neumann	30/03/1986	0,00	0,80	0,60	4,40	5,80	0,00	5,80
210	242845	Gessi De Fatima Triunlina Toassi	27/03/1972	0,30	0,60	0,90	4,00	5,80	0,00	5,80
211	243966	Maria De Lurdes Mayer	23/04/1962	0,60	0,40	1,20	3,60	5,80	0,00	5,80
212	251753	Joice Mara Schmitz	20/07/1986	0,00	1,00	0,30	4,40	5,70	0,00	5,70
213	249248	Helena Ferrari De Oliveira	10/08/1960	0,60	0,80	0,30	4,00	5,70	0,00	5,70
214	239099	Ana Patricia Pedroni	09/07/1994	0,30	0,80	0,60	4,00	5,70	0,00	5,70
215	247149	Priscilla Ferrari Da Silva	31/03/1989	0,60	0,80	0,60	3,60	5,60	0,00	5,60
216	238168	Joraci Silverio Lemos Pollheim	16/06/1973	0,30	0,80	0,90	3,60	5,60	0,00	5,60
217	252743	Gisele Pacheco Da Rosa Sandor	13/02/1990	0,60	1,00	1,20	2,80	5,60	0,00	5,60
218	243930	Cristiane Oderdenge	21/11/1982	0,60	0,40	0,90	3,60	5,50	0,00	5,50
219	240420	Elena Valim Filagrana	13/09/1996	0,00	0,60	0,00	4,80	5,40	0,00	5,40
220	252800	Patricia Pereira	17/10/1995	0,60	1,00	0,60	3,20	5,40	0,00	5,40
221	253607	Luciene Barth Errath	22/02/1964	0,00	1,00	0,30	4,00	5,30	0,00	5,30
222	244949	Laci Pereira Da Silva	20/08/1967	0,30	0,60	1,20	3,20	5,30	0,00	5,30
223	250439	Aparecida Bauner Boell	08/09/1965	0,00	0,80	0,00	4,40	5,20	0,00	5,20
224	238334	Scheila Mara Bressan	26/04/1991	0,30	0,60	0,30	4,00	5,20	0,00	5,20
225	241941	Fabiane Andrea Da Silva	27/08/1978	0,00	0,80	0,30	4,00	5,10	0,00	5,10
	249645	Djenane Schneider	12/09/1973	0,30	0,80	0,60	3,20	4,90		
	240738	Katiane Soares Lourenco	12/11/1984	0,00	0,80	1,20	2,80	4,80		
	250846	Marlene Fatima De Oliveira Da Rosa	04/09/1965	0,00	0,80	0,30	3,60	4,70		
	244036	Elene Pereira De Souza Belli	10/07/1980	0,00	0,80	0,30	3,60	4,70		
	250198	Zilma Silveira Ramos	08/02/1954	0,00	0,80	0,60	3,20	4,60		
	250028	Carla Regina Pereira	18/10/1978	0,60	0,20	0,60	3,20	4,60		
	240372	Rita Malkowski Felipe	24/06/1965	0,30	0,60	0,00	3,60	4,50		

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
	254052	Angenete Marian	23/11/1977	0,00	1,00	0,30	3,20	4,50		
	243886	Rosana Maria Korb	27/09/1982	0,00	0,80	0,90	2,80	4,50		
	238707	Franciane Knnopf	10/09/1977	0,90	0,60	0,60	2,40	4,50		
	245260	Camila Eigen	28/11/1994	0,60	0,60	0,00	3,20	4,40		
	251368	Andreia Silveira	10/05/1980	0,00	1,00	0,60	2,80	4,40		
	243182	Monica Machado	13/11/1972	0,30	0,80	0,00	3,20	4,30		
	237649	Josiane Schroder	30/04/1983	0,00	0,80	0,30	3,20	4,30		
	251755	Cleia Demarchi	27/02/1968	0,00	0,60	1,20	2,40	4,20		
	251492	Vivian Suhelen Piva	10/01/1983	0,30	0,80	0,60	2,40	4,10		
	238987	Sandra Regina Costa Krüger	22/04/1972	0,60	0,40	0,60	2,40	4,00		
	253738	Ana Lucia Stein De Oliveira	08/07/1994	0,00	0,40	0,60	2,80	3,80		
	239526	Taina Luana Valle	14/07/1995	0,30	0,20	0,90	2,40	3,80		
	252559	Patricia Demiranda Santa Na De Souza	27/01/1982	0,30	0,80	0,30	2,00	3,40		
	249576	Dilva Nazari Franco	05/03/1957	0,30	0,60	0,30	2,00	3,20		
	254192	Ivone Kohls	18/10/1964	0,00	0,80	0,60	1,60	3,00		
	251225	Janaina Brignoli	02/01/1982	0,30	0,20	0,00	0,80	1,30		
	238618	Maria De Lourdes Mayer Moellmann	20/06/1963					Ausente		
	252785	Roselete Aurora Marhold	31/07/1964					Ausente		
	254053	Cineide Maria Huntemann Ferreira	28/03/1965					Ausente		
	241553	Marli Teresinha Fronza Soares	22/06/1965					Ausente		
	252837	Tatiana Costa Spindola Vieira	07/01/1980					Ausente		
	250396	Roberta Joelma Lofhagen	14/06/1983					Ausente		
	244251	Jaqueline Cruz	10/08/1985					Ausente		
	250323	Angela Maria Rech	19/10/1985					Ausente		
	252975	Bruna Daiane Vargas	30/03/1986					Ausente		
	237961	Patricia Cristina Hoppe	08/04/1988					Ausente		
	243473	Lucelia Backes	17/03/1990					Ausente		
	249190	Gesica Bittencourt Da Silva	19/09/1992					Ausente		
	243291	Rafaela Pinheiro Dos Santos	27/02/1994					Ausente		
	238273	Amabile Caroline Zandonai	21/04/1994					Ausente		
	240181	Loredana Priscila Costa	22/04/1994					Ausente		
	237664	Leia Dos Santos Abreu	18/10/1994					Ausente		
	254602	Danelise De Cordova	27/02/1995					Ausente		

PROFESSOR EMPREENDEDORISMO

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	253820	Marcos Alberto Slomski	15/12/1987	0,90	1,00	1,20	4,40	7,50	6,00	13,50
2	246109	Emerson Carlos Rodrigues	02/10/1976	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	0,00	8,30
	241959	Raquel Nazari	10/03/1981					Ausente		

	251086	Deisi Cristina Becker	19/07/1988					Ausen- te		
--	--------	-----------------------	------------	--	--	--	--	--------------	--	--

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES

Classificação	Inscri- ção	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	249075	Tatiane Da Silva Medices Schussler	04/04/1976	0,60	0,60	1,50	3,20	5,90	8,00	13,90
2	242349	Juliana Januario Alves Heinz	21/05/1990	0,30	0,80	0,60	4,40	6,10	6,00	12,10
3	241874	Andreia Patricia De Andrade	27/08/1974	0,90	1,00	0,90	2,80	5,60	0,00	5,60
	253269	Rafaela Dos Santos	01/11/1990					Ausen- te		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS

Classificação	Inscri- ção	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	254437	Marcos Vinicius Hendges	03/03/1985	0,90	1,00	1,50	3,60	7,00	10,00	17,00
2	252599	Joao Olivio Dos Santos Cavalheiro	27/06/1987	1,20	0,80	0,90	2,40	5,30	8,00	13,30
3	240326	Cristiane Schmidt Oberziner	28/04/1983	0,90	0,80	1,20	2,40	5,30	8,00	13,30
4	249085	Claudia Duraes Saraiva Abdonur	22/10/1972	0,60	0,80	1,20	4,40	7,00	0,00	7,00
5	241641	Driele Valiati Feifarech	29/10/1991	1,20	1,00	0,90	2,80	5,90	0,00	5,90
6	239014	Lucimara Wiessner	04/06/1992	0,60	0,80	1,50	2,80	5,70	0,00	5,70
	249516	Jeruza Piasson Da Cruz	02/06/1977	0,90	1,00	0,90	2,00	4,80		
	252810	Carla Raguel Loch	17/07/1985	0,00	1,00	0,60	2,80	4,40		
	253825	Rosana Henckel	09/08/1986	0,60	1,00	1,20	1,60	4,40		
	249239	Ana Maria De Oliveira	01/11/1962	0,30	0,60	1,20	1,60	3,70		
	253831	Daniela Reuter Köpp	21/09/1972					Ausen- te		
	237822	Luana Aparecida Hermann	09/10/1985					Ausen- te		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Inscri- ção	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	239957	Thiago Airtton Pereira	19/01/1987	0,60	0,80	1,20	4,00	6,60	8,00	14,60
2	246254	Juliana Sebold	18/08/1984	0,30	1,00	0,90	3,60	5,80	6,00	11,80
3	252664	Alexsandro Junior Venturi	01/06/1992	0,30	0,80	1,20	3,20	5,50	6,00	11,50
4	251484	Leandro Ledra	01/08/1986	0,30	0,80	1,50	2,40	5,00	6,00	11,00
5	240391	Daiana Felipe	17/03/1991	1,20	0,60	1,20	3,60	6,60	0,00	6,60
6	252738	Michele Souza	21/05/1988	0,60	0,80	0,30	4,00	5,70	0,00	5,70
7	240031	Tiago Martins Da Silva	16/07/1992	0,60	1,00	0,90	3,20	5,70	0,00	5,70
8	253215	Talita Felber	25/03/1994	0,60	0,80	1,50	2,80	5,70	0,00	5,70
9	251039	Neri Alves Dos Santos	21/05/1979	0,60	0,80	0,90	3,20	5,50	0,00	5,50
10	242609	Rodrigo Otto Guckert	09/08/1989	0,30	0,40	0,90	3,60	5,20	0,00	5,20
	242604	Graciano Bittencourt Ledra	04/10/1980	0,60	0,80	0,90	2,40	4,70		
	241787	Jorge Batista Da Silva	22/06/1953	0,00	0,80	0,60	3,20	4,60		
	241888	Cassia Beppler	04/08/1993	0,00	0,80	0,90	2,80	4,50		
	238154	Luciana Luiza Lucini	08/01/1975	0,00	0,40	0,90	2,80	4,10		
	237950	Alessandra Soares Machado	22/09/1991	0,30	0,60	0,60	2,00	3,50		
	250806	Larissa Ariane Menel	30/05/1994	0,30	0,40	0,60	2,00	3,30		
	242310	Jeberton Luis Fermio	03/07/1979	0,30	0,80	0,60	1,60	3,30		
	239305	Ronald Carvalho	24/10/1976					Ausen- te		
	237803	Vanessa De Souza	14/08/1982					Ausen- te		
	250173	Evelyn Cristiane Benatto	05/11/1983					Ausen- te		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ENSINO RELIGIOSO

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	239488	Rodrigo Reis Silveira	16/06/1991	0,60	1,00	0,90	5,20	7,70	0,00	7,70
2	238685	Jean Munoko Vava	06/02/1984	0,90	0,80	0,90	3,60	6,20	0,00	6,20
3	239493	Alcione Beuting Bernardo	11/02/1992	0,30	0,80	1,20	3,20	5,50	0,00	5,50
4	244560	Alcionir Dos Santos	05/10/1976	1,20	1,00	0,30	2,80	5,30	0,00	5,30
	243359	Josiane Mottin	21/08/1988					Ausente		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	242074	Thiago Coutinho Arraes	06/07/1989	0,90	1,00	1,50	6,00	9,40	6,00	15,40
2	244359	Fabio Macedo De Castro Faria	17/07/1983	1,50	1,00	1,50	5,20	9,20	6,00	15,20
3	243732	Rosane Teresinha Katafesta	07/11/1980	0,30	1,00	1,20	3,60	6,10	8,00	14,10
4	245877	Sirlene Guetten Subtil	01/04/1972	0,60	0,60	0,90	4,00	6,10	6,00	12,10

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	251628	Diomir Odilon Garbin	31/12/1964	1,20	1,00	1,50	5,20	8,90	8,00	16,90
2	251387	Tatiane Sanches	23/08/1982	0,90	0,80	1,20	4,00	6,90	8,00	14,90
3	251503	Jose Ademir Fonseca	28/07/1967	0,60	1,00	0,30	4,80	6,70	8,00	14,70
4	242578	Simone Hintemann	06/03/1976	0,00	0,80	0,60	4,00	5,40	8,00	13,40
5	240198	Napoleao Moreira De Castilho Neto	09/11/1983	0,60	0,80	0,90	4,00	6,30	0,00	6,30
6	253237	Evanita De Lara	31/05/1968	0,30	0,80	1,50	3,60	6,20	0,00	6,20
	238478	Rene Celso Moreno Castro	17/05/1979					Ausente		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	241707	Valmira Rohling Ledra	17/09/1965	1,50	1,00	1,50	3,20	7,20	8,00	15,20
2	253065	Natacha Felipe	29/04/1994	0,90	0,80	0,90	4,00	6,60	0,00	6,60
3	250542	Maria Yara Elias Porath	10/01/1988	0,60	1,00	0,90	4,00	6,50	0,00	6,50
	251070	Ricardo De Moraes	22/12/1994	0,30	1,00	0,30	1,60	3,20		
	238931	Sandra Herbst	31/01/1978	0,60	0,20	0,60	1,60	3,00		
	237826	Venilde Tomaz De Oliveira	04/08/1961	0,00	0,20	1,20	1,60	3,00		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	252536	Caroline Friedel	24/09/1991	0,60	1,00	1,50	4,40	7,50	8,00	15,50
2	248666	Cleide Fronza	12/04/1991	0,90	0,60	1,50	3,60	6,60	8,00	14,60
3	252336	Cleusa Schlickmann Orlandi	11/08/1976	0,00	0,80	1,50	3,20	5,50	8,00	13,50
4	251725	Alexandre Schot	21/10/1974	0,90	1,00	1,50	4,40	7,80	0,00	7,80
5	253535	Natanael Costa Spindola	21/03/1975	1,20	1,00	1,50	4,00	7,70	0,00	7,70
6	240038	Sara Cristina Stacheski Martins	16/07/1992	0,90	1,00	1,50	4,00	7,40	0,00	7,40
7	242630	Cristina Viana Jochem	05/09/1991	0,60	0,80	1,50	3,60	6,50	0,00	6,50
8	239694	Suelen Sasse	17/12/1997	0,90	1,00	1,50	2,40	5,80	0,00	5,80
	252156	Denise Truch	23/08/1994	0,00	0,80	1,50	2,40	4,70		
	240625	Catiana Forster	18/11/1981					Ausente		
	254446	Patricia De Souza Fiamoncini	18/02/1982					Ausente		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	252492	Sandra Teresinha Ribeiro Pereira	04/08/1968	0,60	0,80	1,50	4,80	7,70	10,00	17,70
2	239024	Sergio Cassimiro De Oliveira	08/10/1957	0,90	1,00	1,50	5,20	8,60	8,00	16,60
3	250996	Schirley Marileia Bell	24/11/1961	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	8,00	16,20
4	240879	Marlene Terezinha Tridapalli Demarchi	18/06/1961	0,30	1,00	1,50	4,80	7,60	8,00	15,60
5	249656	Nair Camargo Giehl	10/04/1959	0,30	0,80	1,20	5,20	7,50	8,00	15,50
6	249942	Susana Maria Ferreira Vieira	24/08/1985	1,20	1,00	1,20	4,00	7,40	8,00	15,40
7	249204	Maria Bernadete Back	08/05/1952	0,30	1,00	1,50	4,40	7,20	8,00	15,20
8	246517	Maria De Lourdes Tonon Tillmann	27/08/1961	0,60	0,80	0,90	4,80	7,10	8,00	15,10
9	252584	Franciele Aparecida De Oliveira	08/11/1985	1,20	0,60	1,20	4,00	7,00	8,00	15,00
10	251375	Rosinei Raquel Orlandi Limberger	27/08/1973	0,00	1,00	1,50	4,40	6,90	8,00	14,90
11	237865	Gesica Eliane Martins	07/01/1991	0,60	1,00	1,20	4,00	6,80	8,00	14,80
12	253618	Cintia Schreiber	25/03/1982	0,90	1,00	1,50	5,20	8,60	6,00	14,60
13	243415	Vanessa Cristina Dos Santoa Back	20/03/1986	0,60	1,00	0,60	4,40	6,60	8,00	14,60
14	249490	Ana Paula Cardozo Hoepers	03/07/1980	0,30	0,80	0,60	4,80	6,50	8,00	14,50
15	239612	Vania Mariuza Heinz De Souza	24/01/1971	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	8,00	14,40
16	250773	Cristiane Nienkotter Parma	15/04/1990	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	8,00	14,40
17	254490	Janice Nunes Martins Scharf	14/07/1985	1,20	1,00	1,50	4,40	8,10	6,00	14,10
18	251177	Marilise Schwartz	17/04/1962	0,90	0,80	0,00	4,40	6,10	8,00	14,10
19	248555	Sandra Regina Dos Santos	25/04/1972	0,00	1,00	0,60	4,40	6,00	8,00	14,00
20	251399	Emilia Frutuoso Lange	12/12/1972	0,60	1,00	1,20	3,20	6,00	8,00	14,00
21	241860	Daniela Cristina Silveira Ramos Fronza	09/02/1976	0,60	1,00	0,60	3,60	5,80	8,00	13,80
22	246506	Regiane Aparecida Espindola	10/01/1974	0,90	0,80	0,90	3,20	5,80	8,00	13,80
23	252771	Caroline Kolankiewicz	10/06/1986	0,90	1,00	0,90	2,80	5,60	8,00	13,60
24	249907	Ketrin Bosco	14/11/1985	0,30	1,00	0,90	3,20	5,40	8,00	13,40
25	252297	Ana Lucia De Matos	12/07/1987	0,60	1,00	0,90	2,80	5,30	8,00	13,30
26	251199	Eliane Vinotti Schmidt	30/11/1983	0,90	1,00	1,20	4,00	7,10	6,00	13,10
27	238939	Raquel Wiggers	27/12/1983	0,90	1,00	1,50	3,60	7,00	6,00	13,00
28	243388	Danieli Mafazzolli Schuller	25/10/1986	0,90	0,80	0,90	2,40	5,00	8,00	13,00
29	241897	Grasiele Lazzari Ribas	25/02/1986	0,90	0,80	1,50	3,60	6,80	6,00	12,80
30	240151	Marcia Aparecida Rizzo	29/01/1979	0,60	1,00	0,90	4,00	6,50	6,00	12,50
31	247454	Graciele Cristine Barcelos	27/08/1975	0,90	0,60	1,50	3,20	6,20	6,00	12,20
32	244108	Raquel Maria Menel	29/07/1979	0,90	0,60	0,90	3,60	6,00	6,00	12,00
33	253586	Milce Gomes De Almeida Macaneiro	09/10/1972	0,00	1,00	0,90	4,40	6,30	4,00	10,30
34	249590	Daiane Mariano Rode	30/11/1984	0,60	1,00	1,50	5,60	8,70	0,00	8,70
35	253814	Michele Deola	22/04/1983	0,60	1,00	1,50	5,20	8,30	0,00	8,30
36	237896	Alciris De Oliveira Zabel	07/03/1960	0,90	1,00	1,50	4,80	8,20	0,00	8,20
37	238950	Joselaine Cristine Barbosa	25/01/1992	0,60	1,00	0,90	5,60	8,10	0,00	8,10
38	238373	Janaina Feder	11/05/1991	0,30	1,00	1,50	5,20	8,00	0,00	8,00
39	253227	Deize Araujo Gross	23/05/1987	0,60	1,00	1,50	4,80	7,90	0,00	7,90
40	253066	Natacha Felipe	29/04/1994	0,90	1,00	0,90	4,80	7,60	0,00	7,60
41	240552	Bruna Leticia Laurindo	23/05/1995	0,60	0,80	0,90	5,20	7,50	0,00	7,50
42	237662	Maisa Adriana Carvalho Franca	29/09/1973	0,60	0,80	1,20	4,80	7,40	0,00	7,40
43	242753	Cintia Lusía Batisti	01/10/1985	0,90	1,00	1,20	4,00	7,10	0,00	7,10
44	253845	Marileia Aparecida Da Costa Dos Santos	17/06/1980	1,20	0,80	0,60	4,40	7,00	0,00	7,00
45	238266	Margaret Carvalho	07/07/1966	0,90	0,40	1,20	4,40	6,90	0,00	6,90
46	253319	Vanessa Martins	18/05/1994	0,60	1,00	0,90	4,40	6,90	0,00	6,90
47	251004	Sheena Carla Parma	25/11/1989	1,20	1,00	0,60	4,00	6,80	0,00	6,80
48	252532	Sandra Maria Sestren	18/01/1970	0,60	1,00	1,50	3,60	6,70	0,00	6,70

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
49	239265	Sabrina Amorim Blanck	08/05/1980	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	0,00	6,60
50	250546	Joelma Felber Leandro	29/10/1975	0,30	1,00	0,90	4,40	6,60	0,00	6,60
51	241773	Ane Caroline Steinbach	18/09/1988	0,30	0,80	0,90	4,40	6,40	0,00	6,40
52	252744	Gisele Pacheco Da Rosa Sandor	13/02/1990	0,60	1,00	1,20	3,60	6,40	0,00	6,40
53	244292	Jecika Campestrini	11/03/1991	1,20	0,80	0,60	3,60	6,20	0,00	6,20
54	249722	Ronaldo Pollheim	23/12/1976	0,00	1,00	1,50	3,60	6,10	0,00	6,10
55	241865	Bruna Luisa Fermino	15/04/1994	0,60	1,00	0,60	3,60	5,80	0,00	5,80
56	251763	Joana Paula K. De Campos	10/12/1984	0,00	0,80	0,90	4,00	5,70	0,00	5,70
57	237651	Marise Wuerges	29/03/1971	0,30	1,00	0,30	4,00	5,60	0,00	5,60
58	250195	Pamela Andre	21/11/1992	0,60	0,80	0,60	3,60	5,60	0,00	5,60
59	239100	Ana Patricia Pedroni	09/07/1994	0,30	0,80	0,60	3,60	5,30	0,00	5,30
60	249916	Jessica Moretto Schelder	06/08/1991	0,30	1,00	0,30	3,60	5,20	0,00	5,20
61	244693	Magali Cristina Schon	14/05/1984	0,30	1,00	0,60	3,20	5,10	0,00	5,10
	240062	Ana Paula Augusto Da Silva	27/06/1980	0,00	1,00	0,30	3,60	4,90		
	253674	Cristiane Mariano Schulz Dimas	09/05/1988	0,00	0,60	0,60	3,60	4,80		
	238169	Joraci Silverio Lemos Pollheim	16/06/1973	0,30	0,80	0,90	2,80	4,80		
	239224	Tania Moreira Toassi	20/08/1986	0,30	0,60	1,50	2,40	4,80		
	240370	Graziele Cristina Goral Franz	31/03/1981	0,00	0,60	0,90	3,20	4,70		
	251844	Bianca Da Silva Orso	09/04/1995	0,00	0,60	0,90	3,20	4,70		
	252316	Adriana Tonon	28/12/1978	0,60	0,80	0,00	3,20	4,60		
	247179	Edna Da Silva	11/07/1971	0,60	0,60	0,60	2,80	4,60		
	240336	Maiara Cristina Weiss	11/10/1992	1,20	0,60	1,20	1,60	4,60		
	250816	Djenane Schneider	12/09/1973	0,30	0,80	0,60	2,80	4,50		
	251080	Iara Cristina Tenfen Stupp	16/02/1996	0,00	0,80	0,90	2,80	4,50		
	250029	Carla Regina Pereira	18/10/1978	0,60	0,20	0,60	2,80	4,20		
	241121	Joelma Paulina Capistrano Cachoeira	25/02/1974	0,60	0,80	0,60	2,00	4,00		
	244477	Roseneide Aparecida De Moura	10/07/1978	0,60	0,80	0,60	2,00	4,00		
	252709	Talita Aparecida Mazzini Conzatti	12/10/1993	0,30	0,60	0,60	2,40	3,90		
	251754	Ariella Schipitoscki Borges	10/07/1987	0,00	0,80	0,60	2,40	3,80		
	252560	Patricia Demiranda Santa Na De Souza	27/01/1982	0,60	0,40	0,30	2,00	3,30		
	253739	Ana Lucia Stein De Oliveira	08/07/1994	0,00	0,60	0,90	1,60	3,10		
	240421	Elena Valim Filagrana	13/09/1996	0,00	0,60	0,00	2,40	3,00		
	237665	Leia Dos Santos Abreu	18/10/1994					Ausen- te		

PROFESSOR ORIENTADOR DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
1	251034	Mary Leide Kammer	02/10/1981	0,60	0,40	1,50	3,60	6,10	8,00	14,10
2	250844	Juliana Moretti	09/04/1987	0,30	0,80	0,30	4,40	5,80	8,00	13,80
3	250047	Emanuella Muriel Cunha	01/06/1989	0,30	0,80	1,50	3,20	5,80	8,00	13,80
4	243733	Rosane Teresinha Katafesta	07/11/1980	0,60	0,80	1,20	2,80	5,40	8,00	13,40
5	244052	Numan Heber Maurenente Ferro Junior	23/05/1990	0,60	0,20	1,50	2,80	5,10	8,00	13,10
6	251485	Leandro Ledra	01/08/1986	0,30	0,80	1,50	3,60	6,20	6,00	12,20
7	246474	Naca Claudino Dos Santos	18/09/1985	1,20	0,80	1,50	4,00	7,50	0,00	7,50
8	251663	Daniela Bianchet	02/04/1985	0,30	0,80	1,20	2,80	5,10	0,00	5,10
	253002	Jamile De Oliveira	18/06/1983	0,60	0,40	0,90	2,00	3,90		
	249240	Ana Maria De Oliveira	01/11/1962	0,00	0,60	1,20	2,00	3,80		
	237827	Venilde Tomaz De Oliveira	04/08/1961	0,60	0,80	0,90	1,20	3,50		

Classificação	Inscrição	Candidato	Nascimento	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	NF
	238269	Luiz Cesar Cichoski	30/07/1971					Ausente		

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;
*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;
*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;
*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;
*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;
*PT = Nota da Prova de Títulos;
*NF = Nota Final.

Rio do Sul, 20 de janeiro de 2016.

RESUMO DO ADITIVO 112/2015

8º TERMO ADITIVO Nº 112/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 130/2012, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA DO PROJETO BÁSICO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.

Aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA., estabelecida na Av. 1º de Maio, 226, Centro, no município de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.487.606/0001-32, ora denominada CONTRATADA, representado pela sua Gerente, Srª. Gláucia Aparecida Goulart Monteiro, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Carta Convite nº 086 de 02/05/2012, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 130, datado de 07 de maio de 2012, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 13 de junho de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA
Srª. Gláucia Aparecida Goulart Monteiro
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RESUMO DO CONTRATO 001/2016

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 001/2016

Convite nº 078/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Orbis Engenharia Eireli ME

Objeto: execução de drenagem pluvial com extensão de 225,58 metros, na Travessa Mafra, Bairro Canoas em Rio do Sul

Valor: R\$ 96.637,58 (noventa e seis mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/Outros

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 01 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES - 12º TERMO ADITIVO

12º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES, portador(a) do CPF nº 043.039.009-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 12º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 192/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/01/2016 e encerrando-se em 08/03/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES Contratado(a)
----------------------------------------------------------	------------------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

SANDRA APARECIDA SEBOLD - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 296/2015, firmado em 17/06/2015, com término previsto para 13/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA APARECIDA SEBOLD, portador(a) do CPF nº 802.768.659-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 296/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 296/2015, iniciando-se a prorrogação em 14/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	SANDRA APARECIDA SEBOLD Contratado(a)
----------------------------------------------------------	------------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - SALVIO JOSE BARBETTA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SALVIO JOSE BARBETTA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO FUNDO CANOAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 19 de Janeiro de 2016.

Ciente: _____ em ____/____/____

Responsável pela Convocação

Departamento de Recursos Humanos
Recrutamento e Seleção

ZITA MAY - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 359/2014, firmado em 11/08/2014, com término previsto para 06/01/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZITA MAY, portador(a) do CPF nº 638.955.019-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 359/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 359/2014, iniciando-se a prorrogação em 07/01/2016 e encerrando-se em 26/02/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/01/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ZITA MAY Contratado(a)
----------------------------------------------------------	---------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.424, DE 19 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO LEGISLATIVO No 1.424, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

(Autoria da Mesa Diretora)

Homologa Termo de Convênio nº 1 de 2016, que entre si celebram a Fundação Cultural de Rio do Sul e a Associação de pais, professores e amigos da Fundação Cultural de Rio do Sul.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 1 de 2016, que entre si celebram a Fundação Cultural de Rio do Sul e a Associação de pais, professores e amigos da Fundação Cultural de Rio do Sul, visando o desenvolvimento de cursos específicos na área cultural e artística bem como a cooperação técnica na área contábil, de recursos humanos, de design gráfico, de iluminação, sonorização, de assessoria de comunicação e de projetos para captação de recursos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 19 de janeiro de 2016.

MÁRIO MIGUEL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 43/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 15/2012 – PREGÃO PRESENCIAL

Espécie: Aditivo de contrato de prestação de serviços Nº 43/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratada: Minister Serviços de Vigilância LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de vigilância humana para o prédio onde localiza -se o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) desta secretaria, com o objetivo de zelar pela segurança dos usuários e profissionais e zelar pelo patrimônio público.

Amparo Legal: Lei Federal nºs. 8.666 , de 21/06/1993

Valor Global: Pela prestação dos serviços constantes do objeto do presente contrato o Município pagará ao Contratado o valor total de R\$ 38.064,00 (trinta e oito mil zero sessenta e quatro reais)

Prorrogação: 1 ano a partir da data de assinatura

Data da Assinatura: 18/05/2015

Signatários: Ivanir Schlemper Neves, pela contratante, e Jorge Goetten De Lima, pela contratada.

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 9/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITENS PRODUZIDOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS
Extrato do Edital de Chamada Pública Nº 9/2016
Tipo do Julgamento: Menor Preço
Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Chamada Pública de Compra, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR de itens produzidos na Agricultura Familiar, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 11.947/2009, decreto 6.319/2007 e resolução CD/FNDE 038/2009 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 01/02/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 01/02/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 19 de janeiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 7/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE DUAS ROÇADEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS
Extrato do Edital de Pregão Nº 7/2016
Tipo do Julgamento: Menor Preço
Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE DUAS ROÇADEIRAS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 28/01/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 28/01/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 18 de janeiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3672/2016

DECRETO Nº. 3.672/2016

ESTABELECE O VALOR DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes e, em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº. 879/93 de 18 de Outubro de 1993 e Resolução nº. 002/2010 de 29 de Novembro de 2010 do Conselho Municipal de Agricultura:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto fixado o preço publico dos serviços prestados pelo Município de Romelândia, conforme tabela a seguir:

TIPO DE MAQUINA / EQUIPAMENTO	UNIDADE	Valor R\$
Caminhão Caçamba	Km	1,67
Trator D-50	Hora	84,00
Trator D-30	Hora	65,00
Motoniveladora	Hora	65,00
Pá Carregadeira	Hora	84,00
Retroescavadeira	Hora	65,00
Rolo Compactador	Hora	52,00
Trator Traçado c/ Equipamento	Hora	52,00

Art. 2º - Para os usuários dos serviços de que trata o Art. 1º deste Decreto, será concedido um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido quando o pagamento ocorrer em até 30 dias da sua realização.

Art. 3º - Para os serviços que forem quitados fora do prazo serão aplicados os encargos de acordo com a Lei Municipal 1.196/97 (Código Tributário Municipal).

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogado o Decreto Municipal nº. 3.533/2015 de 05 de Janeiro de 2015 e demais disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 19 de Janeiro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

CLOVES ANTONIO RAFFA

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA 7928

PORTARIA Nº 7928/2016

HABILITA À POSSE SERVIDOR NOMEADO EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CERTIFICA para os devidos e correspondentes efeitos que está HABILITADA PARA TOMAR POSSE para o cargo para o que foi nomeada através da Portaria nº 7927/2016, publicada em 18/01/2016, no DOM, por ter preenchido os requisitos estabelecidos em normas municipais para o ingresso no Serviço Público Municipal, com seus efeitos a partir de 19 de janeiro de 2016, a candidata:

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CARGO: ODONTÓLOGO 40 H

CAROLINE LOWIS

Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 19 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 009/2016 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 009/2016 – PR Nº 009/2016

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Combustível(Gasolina Comum), para uso nos veículos da frota municipal, para serem adquiridos parceladamente durante o exercício de 2016, com credenciamento e recebimento da documentação e proposta até as 13h:30min do dia 01/02/2016, com abertura dos envelopes de habilitação e proposta às 13h:45min. do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 19 de janeiro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

AVISO DE RRATA DE LICITAÇÕES PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

AVISO DE RRATA DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados reabertura de prazo do Processo Licitatório 002/2016 Modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, em virtude de alterações substanciais no Edital nos itens 6.1.11 e 6.1.12.

Nova data e horário para recebimento dos envelopes e realização da sessão de lances: ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: às 13:45 horas do dia 03/02/2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 14:00 horas do dia 03/02/2016.

O edital alterado encontra-se disponível no site do município.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3657-0001, pelo site <http://www.staterezhaprogreso.sc.gov.br/>. Santa Terezinha do Progresso (SC), 18 de janeiro de 2016.

Jacob Gilmar Jungues

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 01 EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2016

ERRATA Nº 01 EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2016, PREGAO PRESENCIAL N. 02/2016

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, pela republicação do Edital do PROCESSO LICITATÓRIO n. 03/2016 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 02/2016, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA. Em virtude das alterações, os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 13:30 horas do dia 04/02/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e pelo site <http://www.staterezhaprogreso.sc.gov.br/>. Santa Terezinha do Progresso (SC), 07/01/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 020/2016 DESIGNA SERVIDORA

PORTARIA Nº20/2016

DESIGNA SEVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a servidora Edivete M.L. da Cruz, Matrícula 789/07 para desempenhar atividades na Secretaria Municipal de Assistência Social a partir de 11 de janeiro 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação , com efeitos retrativos de 11 de janeiro 2016.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 19 de Janeiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº

São Bento do Sul

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 001/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 001/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 17/12/2015 a 18/01/2016, concedido ao servidor ALIRIO MORAIS ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº 323/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/12/2015.

São Bento do Sul, 14/01/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 002/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 002/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/12/2015 a 03/02/2016, à servidora CLAUSSE CIDREA DIAS ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/12/2015 a 15/12/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/12/2015.

São Bento do Sul, 15/01/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 003/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 003/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/12/2015 a 31/03/2016, ao servidor GEOLIVIO

FERREIRA DE FRANÇA ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/12/2015 a 16/12/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/12/2015.

São Bento do Sul, 15/01/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 004/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 004/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/12/2015 a 31/03/2016, a servidora JOCELEIA DALCANAL KIEM ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/12/2015 a 15/12/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/12/2015.

São Bento do Sul, 15/01/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 005/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 005/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 12/12/2015 a 31/03/2016, concedido a servidora APARECIDA MARIA DE BRITO COSTA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 068/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/12/2015.

São Bento do Sul, 15/01/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 006/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 006/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/12/2015 a 22/01/2016, concedido a servidora ITAMARA FERREIRA STIEGLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 334/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/12/2015.

São Bento do Sul, 15/01/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 007/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 007/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA,

pelo período de 14/12/2015 a 22/02/2016, concedido a servidora ZENILDA MARIA RODRIGUES DA LUZ RANK ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 079/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/12/2015.

São Bento do Sul, 15/01/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 008/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 008/2016

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA”

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 116, § 9º da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006 e acordo com a Lei nº 228, de 28/12/2001 com redação alterada pela Lei nº 2496, de 22/02/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a partir de 01 de janeiro de 2016, à servidora NILVA APARECIDA CARDOSO DA LUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, Função Gratificada, nível FG-5, função de Agente de Divisão de Perícia Médica.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 355/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19/01/2016
PAULO ROBERTO SCHEIDE FERNANDO TURECK
Diretor Presidente Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2016

Credenciamento nº 03/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 03/2016

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá a partir das 08:00 horas do dia 20 de janeiro de 2016 até as 12:00 horas do dia 15 de abril de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, os documentos referente:

1.1 DO OBJETO: Credenciamento de propriedades localizadas ao longo da calha do Rio Vermelho, para participarem do Programa Produtor de Água do Rio Vermelho, que visem Prover Serviços Ambientais decorrentes de práticas que resultem em:

1.2 1) Conservação de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação.

1.3 2) Restauração de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação dos recursos hídricos.

1.4 3) Boas práticas agropecuárias com manejo de conservação do solo e da água; conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 19 de janeiro de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

TERMO ADITIVO PREFE N. 105 DE 29/12/2015 (1ª CARTA REVERSAL Nº 0037 DE 16/12/2015, AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0412566-53/2013)

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2015

TERMO ADITIVO PREFE N. 105 DE 29/12/2015 (1ª CARTA REVERSAL Nº 0037 DE 16/12/2015, AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0412566-53/2013)

CONTRATO PREFE Nº 045 DE 07/08/2015

DESCRIÇÃO: O objeto da presente Carta Reversal refere-se à alteração de itens de investimento e de Contrapartida relacionados na Cláusula segunda e no Anexo I, do Contrato de Financiamento n. 2623.0412.566-53/2013 firmado em 07/08/2015, que visa a pavimentação de vias com pedras irregulares e de passeios com paver no Município de São Domingos, conforme especificados abaixo:

01 - Serviços Preliminares - Financiamento: R\$ 920,88 - Contrapartida: R\$ 114,12 - Total: R\$ 1.035,00;
02 - Movimentação de Terra – Financiamento: R\$ 24.659,63 – Contrapartida: R\$ 3.055,86 – Total: R\$ 27.715,49;
03 - Pavimentação – Financiamento: R\$ 518.664,50 – Contrapartida: R\$ 64.273,70 – Total: R\$ 582.938,20;
04 - Drenagem – Financiamento: R\$ 157.902,88 – Contrapartida: R\$ 19.567,57 – Total: R\$ 177.470,45;
05 - Sinalização – Financiamento: R\$ 5.107,12 – Contrapartida: R\$ 632,88 – Total: R\$ 5.740,00;
06 - Passeios – Financiamento: R\$ 292.744,99 - Contrapartida: R\$ 36.277,41 – Total: R\$ 329.022,40
TOTAL: Financiamento: R\$ 1.000.000,00 – Contrapartida: R\$ 123.921,54 – Total: R\$ 1.123.921,54

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

TOMADOR/AGENTE PROMOTOR: Município de São Domingos

CNPJ: 83.009.894/0001-04

AGENTE FINANCEIRO/AGENTE OPERADOR: Caixa Econômica Federal

CNPJ/MF: 00.360.305/0001-04

GESTOR DE APLICAÇÃO: Ministério das Cidades

ORIGEM DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO: Carta Consulta 2013, Protocolo nº 001349.02.86/2013-97 do Programa PAC 2 – Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – 3ª Etapa

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS CNPJ: 00.442.100/0001-78 RUA SÃO CRISTÓVÃO, 380 C.E.P.: 89835-000 - São Domingos - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2016 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2016 Data do Processo: 18/01/2016

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1/2016

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Decreto nº. 306/2016, de 14/01/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 25/01/2016, às 14:00 horas, no endereço, RUA SÃO CRISTÓVÃO, 380, São Domingos-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 1/2016-DL na modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

Prestação de serviços de segurança patrimonial privada denominada MONITORAMENTO ELETRÔNICO, situada na rua são cristóvão nº 380, na cidade de São Domingos SC.

São Domingos, 18 de Janeiro de 2016.

BEATRIZ HENNERICH
Presidente da Comissão de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS CNPJ: 00.442.100/0001-78 RUA SÃO CRISTÓVÃO, 380 C.E.P.: 89835-000 - São Domingos - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2016 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 2/2016 Data do Processo: 18/01/2016

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2/2016

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Decreto nº. 306/2016, de 14/01/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 25/01/2016, às 15:00 horas, no endereço, RUA SÃO CRISTÓVÃO, 380, São Domingos-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 2/2016-DL na modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

Manutenção e formulação do conjunto de páginas eletrônicas e gráficas, denominados simplesmente por "SITE" ou "HOME PAGE", para uso na internet, com referências institucionais da Câmara de Vereadores e também do SITE de um provedor habilitado.

São Domingos, 18 de Janeiro de 2016.

BEATRIZ HENNERICH
Presidente da Comissão de Licitação

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 003 - SAÚDE - CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS ELETIVAS AMBULATORIAIS - JUDITE DECRETO Nº 003/16, DE 05/01/2016.

ESTABELECE NOVO SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA OS SERVIÇOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o artigo 73 da Lei Orgânica do Município, de 22 de maio de 2000 e em especial as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

Decreta:

Art. 1º Fica estabelecido o sistema de credenciamento destinado à contratação do serviço de profissionais e empresas privadas ou públicas, lucrativas ou não, para o atendimento a população do município, nas áreas a seguir especificadas, com a discriminação dos serviços previstos no Anexo.

I – Pequenas Cirurgias Ambulatoriais, cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa.

Art. 2º Para habilitar-se ao credenciamento, a Empresa e/ou Profissional interessado deverá cadastrar-se e manter atualizado o cadastro Municipal de Fornecedores, na repartição municipal competente, conforme estabelece a Lei nº 8.666/93.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e demais órgãos da Administração efetuarão a avaliação e o controle dos serviços a eles vinculados prestados pelos credenciados.

Art. 4º É de responsabilidade da Secretaria em que os serviços credenciados estiverem vinculados o fornecimento da autorização às pessoas que necessitam da assistência, podendo estabelecer um teto mensal de atendimentos de acordo com as necessidades e a demanda.

Art. 5º As pessoas autorizadas na forma do artigo anterior possuem liberdade de escolha do profissional ou empresa credenciada de que deseja receber o atendimento.

Art. 6º O credenciamento dos profissionais ou empresas não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos e apresentarem os documentos exigidos no edital e aceitos.

Art. 7º A vigência do contrato será fixada no edital da abertura do credenciamento.

Art. 8º O preço do serviço será fixo e irrevogável no prazo de 12 meses, salvo os casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º O valor dos serviços estabelecidos no Anexo Único do presente Decreto será atualizado a cada período correspondente de 12 (doze) meses, a partir de 5 de janeiro de 2016, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

§ 2º O serviço poderá ser atualizado sempre que se fizer necessário para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de acordo com o estabelecido na alínea “b” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Art. 9º A vigência do Contrato, sua prorrogação e revogação, os critérios e pagamento do serviço, e demais exigências serão definidos no Edital de credenciamento.

Art. 10. As diversas Secretarias do Município poderão expedir instruções complementares que julgar necessárias à execução do presente Decreto.

Art. 11. Sempre que julgar conveniente ou necessário e do interesse público serão incluídos novos serviços no Anexo Único, ou excluídos aqueles que não justifiquem a sua permanência, sem a necessária alteração da redação do presente Decreto.

Art. 12. O valor dos serviços estabelecidos no Anexo Único do presente Decreto é válido para os contratos firmados a partir de 5 de janeiro de 2016.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogados os Decretos 134/2011, 006/2013, 043/2014, 009/2015.

São João do Oeste, 05 de janeiro de 2016.

ERNANI MIGUEL HOFF

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 003/2016

TABELA DE VALORES

I – PEQUENAS CIRURGIAS AMBULATORIAIS

Quantidade de procedimentos	1	2	3	4	5
Procedimento	R\$	-20%	-30%	-40%	-50%
Crioterapia	125,00	100,00	87,50	75,00	62,50
Cauterização	125,00	100,00	87,50	75,00	62,50
Cantoplastia	125,00	100,00	87,50	75,00	62,50
Biopsia incisional	175,00	140,00	122,50	105,00	87,50
Biopsia excisional	230,00	184,00	161,00	138,00	115,00
Exérese de neoplasia (sem retalho)	250,00	200,00	175,00	150,00	125,00
Exérese de neoplasia (com retalho)	350,00	280,00	245,00	210,00	175,00
Exérese de cisto/corpo estranho	225,00	180,00	157,50	135,00	112,50
Exérese de lipoma	250,00	200,00	175,00	150,00	125,00

§ A redução progressiva dos valores constantes nas colunas 2,3,4 e 5 da presente tabela serão aplicados quando da realização de mais de um procedimento cirúrgico eletivo ambulatorial por paciente.

INEX.03.16.FMS.CIRURGIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 03.2016 – Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 21 de janeiro de 2016.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para prestação de serviços para execução do Programa Municipal de pequenas cirurgias ambulatoriais, cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa.

Vigência: até 31.12.2016 – contados a partir de credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 20 de janeiro de 2.016.

ERNANI MIGUEL HOFF– PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 006/2013

OBJETO: Locação de um imóvel com 130 m2, na Rua Virgílio de Borba, 17, centro - São João do Sul, para o funcionamento do Conselho Tutelar, não podendo a sua destinação ser mudada, sem o consentimento expresso da LOCADORA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DILMA SCANDOLARA DA SILVA

VIGÊNCIA: 01/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 11.271,60 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 006/2013 – Dispensa de Licitação nº 006/2013 de 04/01/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 – 08.243.0126.2019 – 3.3.90.36.15.00.00.00.0080.

São João do Sul, 31 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 030/2013 – Carta Convite nº 009/2013 de 20/03/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 – 04.122.0123.2004 – 3.3.90.39.97.00.00.00.0080; 0501 – 12.361.0128.2029 – 3.3.90.39.97.00.00.00.0102.

São João do Sul, 31 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 055/2013

OBJETO: FORNECIMENTO DE SREVIÇOS DE INTERNET, ATRAVÉS DE LINK VIA RÁDIO, SISTEMA WIRELESS BANDA LARGA 24 HORAS POR DIA, PARA ATENDER OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DUNET LTDA ME

VIGÊNCIA: 01/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 18.661,56 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 030/2013 – Carta Convite nº 009/2013 de 20/03/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 – 04.122.0123.2004 – 3.3.90.39.97.00.00.00.0080; 0501 – 12.361.0128.2029 – 3.3.90.39.97.00.00.00.0102.

São João do Sul, 31 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 070/2014

OBJETO: Locação de um imóvel com 75 m2, localizado na Estrada Geral, S/N, Vila Conceição - São João do Sul, que se destina exclusivamente ao funcionamento de um posto do correio, não podendo, a sua destinação ser mudada, sem o consentimento expresso do LOCADOR.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: JUREMA MANOEL DE OLIVEIRA CONSTANTE

VIGÊNCIA: 01/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 8.708,76 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 039/2014 – Dispensa de Licitação nº 013/2014 de 02/05/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0301 – 04.122.0123.1008 – 3.3.90.36.15.00.00.00.0080.

São João do Sul, 31 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 028/2015

OBJETO: SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMICILIARES SÓLIDOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS PRODUZIDOS NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADO: RAC – SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.

VIGÊNCIA: 01/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 79.390,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2015 – Pregão Presencial nº 004/2015 de 09/02/2015, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0901 – 17.512.135.2058 – 3.3.90.39.99.00.00.00.00.0180.

São João do Sul, 31 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 055/2013

OBJETO: FORNECIMENTO DE SREVIÇOS DE INTERNET, ATRAVÉS DE LINK VIA RÁDIO, SISTEMA WIRELESS BANDA LARGA 24 HORAS POR DIA, PARA ATENDER OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DUNET LTDA ME

VIGÊNCIA: 01/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 18.661,56 – Total.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 102/2014

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Termo Original firmado entre as partes em 18/06/2014, nos termos previstos em sua Cláusula 3ª, concomitante ao art. 57 da lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CONSTRUTORA E ENGENHARIA NAGEL EIRELI

VIGÊNCIA: 01/01/2016 à 28/02/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 054/2014 – Carta Convite nº 011/2014 de 10/06/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 31 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA EXECUTAR A MÃO DE OBRA, PARA INSTALAÇÕES NOVAS, ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, TOTALIZANDO UM TOTAL DE 480 (QUATROCENTOS E OITENTA) HORAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE

VIGÊNCIA: 01-01-2016 à 31-12-2016

VALOR: R\$ 36.047,24 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 032/2015 – Pregão Presencial nº 009/2015 de 23/03/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 0901 – 15.452.0124.2010 – 3.3.90.39.99.00.00.00.0080.

São João do Sul, 31 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2014

OBJETO: Ficam aditados os quantitativos do contrato original que tem por objeto PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DE 40 (QUARENTA) CÓDIGOS DE ACESSO, COM O FORNECIMENTO DAS 40 (QUARENTA) LINHAS, DEVIDAMENTE ATIVADOS, E ASSOCIADOS A UM PLANO PÓS-PAGO DE SERVIÇO, COM FRANQUIA GLOBAL ESTIMADA EM 4.000 MINUTOS/MÊS, QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO DA CONTRATANTE EM TODAS AS LOCALIDADES ATENDIDAS PELA AUTORIZADA, EM SUA ÁREA DE PRESTAÇÃO, PARA USO EM LIGAÇÕES LOCAIS PARA TELEFONES FIXOS E CELULARES, nos termos do art. 65 II § 1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CLARO S/A

VIGÊNCIA: 01-01-2016 à 31-12-2016

VALOR: R\$ 25.057,68 – Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 0301 – 04.122.0103.2004 – 3.3.90.39.58.00.00.00.0080.

São João do Sul, 31 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2016

DECRET O Nº 001/2016

"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 414, datado de 24/11/2015; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por LUIZ JACI MATOS, de um imóvel urbano de terras medindo 791,94m², situado nas Ruas Francilício Pinto de Arruda e Juiz Fonseca Nunes, Bairro Centro, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: LUIZ JACI MATOS

ÁREA TOTAL: 791,94 m²

PERÍMETRO: 147,20 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto 01, deste, segue confrontando com a Rua Juiz Fonseca Nunes; com os seguintes azimutes e distâncias: 127º34'17" e 13,00m até o vértice ponto 02, deste, segue confrontando com CLAITON MARTINS ALVES e MARCELI MIKA SATO (Matrícula-5628); com os seguintes azimutes e distâncias: 214º45'25" e 31,00m até o vértice ponto 02.1; deste, segue confrontando com CLAITON MARTINS ALVES e MARCELI MAKI SATO (Matrícula – 5628); com os seguintes azimutes e distâncias: 214º45'26" e 9,00m até o vértice ponto 02.2; deste, segue confrontando com JOSÉ CARLOS DUARTE (Matrícula – 2866); com os seguintes azimutes e distâncias: 214º45'20" e 20,00m até o vértice ponto 03; deste, segue confrontando com a RUA FRANCILÍCIO PINTO DE ARRUDA; com os seguintes azimutes e distâncias: 303º11'21" e 13,20m até o vértice ponto 04; deste, segue confrontando com ESPÓLIO DE GALDINO FERNANDES (Matrícula – 3996); com os seguintes azimutes e distâncias: 34º57'28" e 16,50m até o vértice ponto 04.1; deste, segue confrontando com JOEL SOUZA ROSA (Matrícula – 517); com os seguintes azimutes e distâncias: 34º57'18" e 13,50m até o vértice ponto 04.2; deste, segue confrontando com JOEL SOUZA ROSA (Matrícula 517); com os seguintes azimutes e distâncias: 34º57'18" e 31,00m até o vértice ponto 01, até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 510 WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no Plano de Projecção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: ÁREA À DESMEMBRAR 01

PROPRIETÁRIO: LUIZ JACI MATOS

ÁREA: 404,21 m²

PERÍMETRO: 88,11 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto 01, deste, segue confrontando com a Rua Juiz Fonseca Nunes; com os seguintes Rumos e distâncias: 52º25'43" SE e 13,00m até o vértice ponto 02; deste, segue confrontando com CLAITON MARTINS ALVES e MARCELI MIKA SATO; com o seguinte Rumo e distância: 34º45'25" SW e 31,00m até o vértice ponto 02.1; deste, segue confrontando

com ÁREA A DESMEMBRAR 02 de Luiz Jaci Matos; com o seguinte Rumo e distância: 52º27'02" NW e 13,11m até o vértice ponto 04.2; deste, segue confrontando com JOEL SOUZA ROSA; com o seguinte Rumo e distância: 34º57'18" NE e 31,00m até o vértice ponto 01; até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: ÁREA À DESMEMBRAR 02

PROPRIETÁRIO: LUIZ JACI MATOS

ÁREA: 387,73 m²

PERÍMETRO: 85,31 m

Partindo do ponto 03, com o Rumo de 56º48'38" NW e distância de 13,20m, encontra-se o ponto 04, confrontando com a Rua Francilício Pinto de Arruda, do ponto 04 com o Rumo de 34º57'18" NE e 30,00m de distância chega-se ao ponto 4.1, sendo 16,5m de confrontação com o Espólio de Galdino Fernandes e 13,50m de confrontação com o lote de Joel Souza Rosa, respectivamente. Seguindo do ponto 4.1, com o rumo 52º27'02" SE, e 13,11m de distância, encontra-se o ponto 2.1, confrontando com área 01 de Luiz Jaci Matos. Fechando o perímetro da poligonal, do ponto 2.1, com o Rumo de 34º45'26" SW e distância de 29,00m, chega-se ao ponto de partida 03, confrontando do ponto 2.1 com 9,00m até o ponto 2A com o lote de Claiton Martins Alves e Marceli Mika Sato e do ponto 2A com 20,00m até o ponto 03 confrontando com o lote de José Carlos Duarte, respectivamente.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 002/2016

DECRETO Nº 002/2016

"QUE EFETIVA FUNCIONÁRIOS APROVADOS EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, ficam EFETIVADOS os funcionários: – MARCIO DOS SANTOS GUEDES, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações. – LUIZ CARLOS BERNARDO, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 003/2016

DECRET O Nº 003/2016

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO FUNCIONÁRIO
SEBASTIÃO CICERO MARTINS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com o Art. 149 da Lei Municipal Nº 729
de 14/05/1971; Fica concedido 06 (seis) meses de LICENÇA PRÊ-
MIO ao senhor SEBASTIÃO CICERO MARTINS, ocupante do Cargo
Efetivo de Agente de Serviços Gerais, a referida licença é a contar
do dia 04/01/2016 á 01/07/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 004/2016

DECRETO Nº 004/2016

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIA APROVADA EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação espe-
cial de Estágio Probatório, fica EFETIVADA a funcionária: – IRACI
TEREZINHA DE LIMA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços
Gerais, sendo que a mesma já foi aprovado nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e
os seus efeitos retroagem ao dia 14 de Dezembro de 2015, ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 005/2016

DECRET O Nº 005/2016

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO
FUNCIONÁRIO ELVIO DE SOUZA ROSA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor: - ELVIO
DE SOUZA ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos,
para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 095/1997,
de 01/08/1997.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 006/2016

DECRETO Nº 006/2016

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIAS APROVADAS EM PROCESSO DE
AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial
de Estágio Probatório, ficam EFETIVADAS as funcionárias: – DEISE
DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar,
sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações. – ZILDA
TAVARES DE JESUS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo
Auxiliar, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações. –
CRISTIANE STACHE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo
Auxiliar, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 007/2016

DECRETO Nº 007/2016

“QUE EXONERA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR POR TÉRMINO DE MANDATO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Exonerados por término de mandato as seguintes pessoas: - DANIELA CRISTINA MEDEIROS, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 179/2015, de 02/06/2015. - DANIELA MENDES RODRIGUES, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 362/2013, de 19/11/2015. - JUCELDA GONÇALVES TANNO, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 119/2010, de 01/11/2010. - NELCI DA SILVA TOMAZ, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 119/2010, de 01/11/2010. - ROSMARI MARAFIGO DE JESUS, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 119/2010, de 01/11/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá os seus efeitos legais no dia 09 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 008/2016

DECRETO Nº 008/2016

“QUE NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA O CONSELHO TUTELAR”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com as Leis Municipais Nº 2.783/2007, de 29/06/2007 e 4.335/2015, de 24/06/2015; Ficam Nomeados os 05 (cinco) Membros para comporem o Conselho Tutelar do Município de São Joaquim – SC., durante o período de 04 (quatro) anos, as senhoras: - AMANDA BORGES FERNANDES, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar. – DAIANI PADILHA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar. – ISABELLA CHIODELLI, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar. – NELCI DA SILVA TOMAZ, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar. – ROSMARI MARAFIGO DE JESUS, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 10 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 009/2016

DECRETO Nº 009/2016

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIA APROVADA EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, fica EFETIVADA a funcionária: – GRASIELA MENDONÇA GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, sendo que a mesma já foi aprovado nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 09 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 010/2016

DECRET O Nº 010/2016

“QUE EXONERA A PEDIDO CARGO COMISSIONADO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor: - IBERÊ AGUIAR JAQUES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Turismo, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 122/2015, de 07/04/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 011/2016

DECRETO Nº 011/2016

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIOS APROVADOS EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, ficam EFETIVADOS os funcionários: – JAMILLE MARIA DE ANDRADE SANTOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações. – CLEBER NELTON PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, sendo que o mesmo já foi aprovado nas

três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 332/15

DECRETO Nº 333/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o requerimento protocolado sob o nº 365/2015, de 18/12/2015 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Capítulo II, Art. 55 Progressão por Tempo de Serviço fica concedido a Supervisora Escolar: – ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo de Supervisora Escolar I, Nível A1, com vencimentos mensais de R\$ 2.356,65 para Supervisora Escolar I, Nível D1, com vencimentos mensais de R\$ 2.464,30.

Art. 2º - De acordo com o requerimento protocolado sob o nº 365/2015, de 18/12/2015 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Capítulo I, Do Avanço Vertical, Art. 53, fica concedido Progressão por nova Habilitação ou Titulação Superior a Supervisora Escolar: – ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo de Supervisora Escolar I, Nível D1, com vencimentos mensais de R\$ 2.464,30 para Supervisora Escolar II, Nível D1, com vencimentos mensais de R\$ 2.957,16.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 18 de Dezembro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 001/2016

PORTARIANº 001/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 374/2016, datado de 05/01/2016 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDO o senhor: - LUCAS GABRIEL HUGEN, OCUPANTE DO Cargo de Professor, nomeado na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, através do Decreto Nº 112/2014, de 19/05/2014 para desempenhar suas funções na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, a partir desta data.

Parágrafo Único – O Professor mencionado no artigo 1º desta Portaria continuará com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 002/2016

PORTARIANº 002/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - IDEVALDO DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 01/01/2016 à 30/01/2016.

Art. 2º - Fica Designado o senhor: - JOAQUIM RODRIGUES DA ROSA, ocupante do Cargo de Vigia, para substituir o funcionário mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01/01/2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 003/2016

PORTARIANº 003/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - AGDA IVONETE DE LIMA E SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ALEXANDRE NUNES CHIODELLI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANDRÉ SOUZA SPOLTI, ocupante do Cargo de Técnico em Atividades Agrícolas, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANTONIO DE SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CELITA PEREIRA ALVES NUNES, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CLARISSA REGINATO FIGUEIREDO, ocupante da Função de Odontóloga (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CLEBER OTÁVIO CASTELLO MEDEIROS, ocupante do Cargo de Topógrafo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CRISIANE VENSON, ocupante do Cargo de Fonoaudióloga, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CRISTIANO CAMPOS ARAÚJO, ocupante da Função de Médico (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a

contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CRISTIANO CAMPOS ARAÚJO, ocupante do Cargo de Médico, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – DAIANE HUGEN TOMAZ, ocupante da Função de Assistente Social (Caps), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – DANIEL MATOS DE SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Pedreiro, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – DONATO PADILHA NETO, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 004/2016

PORTARIANº 004/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ELISIANE FELIPE TOMIOSSO, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EUGENIO HUGEN PAGANI, ocupante do Cargo de Consultor Jurídico, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GISLANE RIBEIRO DO AMARAL, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – HUMBERTO RODRIGUES GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVONE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JACOB ARI DA SILVA LIMA, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem (Caps), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JOCELI MACHADO NUNES SOUZA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JOSIANE PADILHA OLIVEIRA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – LÉA MARAFIGO DE JESUS, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (SAMU), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – LUCIA HELENA GEREMIAS BONGIOLO, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – LUSIANE ZANDONADI NUNES, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MANOEL ARTUR HUGEN NUNES, ocupante da Função de Médico (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARCIA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Enfermeira, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 005/2016

PORTARIANº 005/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - MARCIO DA SILVA TOMAZ, ocupante do Cargo de Carpinteiro, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA DE FATIMA SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Arquiteta, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILIA RODRIGUES PALMA BETT, ocupante da Função de Odontóloga (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIZA TEREZINHA DOS SANTOS, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARCUS PALMA NUNES, ocupante do Cargo de Odontólogo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILIA NUNES GODINHO, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MICHELY DA SILVA, ocupante da Função de Auxiliar de Saúde Bucal, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MONICA SOUSA OLIVEIRA FERREIRA, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 006/2016

PORTARIANº 006/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - RAQUEL OLIVEIRA NUNES, ocupante da Função de Pedagoga (Caps), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – RITA DE FATIMA RIBEIRO, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – RODRIGO ISRAEL DE CARVALHO, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – SEBASTIÃO RAMOS FLORES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – STELA CANDIDO CHIODELLI, ocupante da Função de Enfermeira (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – TEREZINHA APARECIDA VERTUOSO, ocupante

do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – WALNIRA SOUZA GÓSS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – VERA LUCIA DE LIMA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 007/2016

PORTARIANº 007/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ADRIANA ANDRADE FAUSTO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ADRIANA ANDRADE FAUSTO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ADRIANA DA ROSA QUIRINO PADILHA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ADRIANA FARIAS DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ADRIANA MARIOT ANTUNES DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ADRIANA PORTO VELHO LOPES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – AGDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ALDADI QUIRINO DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ALINE CANDIDO ANSELMO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ALINE RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANA MARIA TORTELLI COSTA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 008/2016

PORTARIANº 008/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ANA ZENI LOPES ZANDONADI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANASTACIA FATIMA NUNES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANDREIA ARTISMO DE SOUZA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANDREIA RODRIGUES DA SILVA WALTRICK, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANGELITA ANTUNES GUEDES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANGELITA ANTUNES GUEDES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ARLETE ANSELMO FLORES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – BEATRIZ NUNES DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – BERNARDINA ANACLETO TAVARES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CARLA DAUTILA VELHO SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CARLA REGINA VIEIRA PALMA RIBEIRO DA COSTA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CARMEM LUCIA LIMA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 009/2016

PORTARIANº 009/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - CASSILDA DE FATIMA SOLIMAN GHIZONI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CECILIA DA ROSA QUIRINO MATOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CECILIA NUNES HUGEN, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CLAUDETE FERNANDES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CLAUDETE FERNANDES, ocupante do Cargo de

Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CLAUDIA DA SILVA FLORES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CLAUDIA ELENICE PADILHA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CLAUDIA GÓSS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CLEUMARA DA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CRISTIANE ANSELMO DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CRISTIANE DE FATIMA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CRISTIANI FIGUEREDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 010/2016

PORTARIANº 010/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - DAIANE NUNES DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – DANIELA MENDONÇA GOULART, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – DANIELA RIBEIRO WARMELING, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – DEBORA APª. BUENO SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – DEBORA APª. BUENO SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – DENISE MEDEIROS DE OLIVEIRA CORDOVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – DIRCÉIA DE OLIVEIRA SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EDIMARA CASTANHEL FURLAN, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EDNA HUGEN RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EDNA SOLOI DA ROSA AZI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EDUARDO LUIZ MASSENZ, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELANE OLIVEIRA NUNES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 011/2016

PORTARIANº 011/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ELCI NUNES AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELIANE NUNES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELIANE OLIVEIRA NUNES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELIANE DAS GRACAS ZANELLA MACHADO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELISANE ZANETE VARELA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELISANGELA OLIVEIRA DO AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELISIANI BRANCO VIEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELZA MARIA CARDOSO LIMA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELZA PEREIRA DE OLIVEIRA LEMOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EOLITA GUIMARÃES PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 012/2016

PORTARIANº 012/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ESTELA MARIS MARIOT CHIODELLI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EVA REGINA ALANO PADILHA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício

de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EVA REGINA ALANO PADILHA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – FABIANE DA SILVA CEVEY TAMAKI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – FATIMA GOULART AMARAL DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – FLAVIANA SILVEIRA ESTEVES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GENECI RIBEIRO LIMA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GERLANE GORETI DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GERLANE GORETI DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GERUZA DE OLIVEIRA ALBINO ALANO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GICELI ELAINE DA SILVA SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 013/2016

PORTARIANº 013/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - GILCEMERE ZANETE NESI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GILSILIANE HUGEN DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GILSON SANTOS RAMOS, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GINAMAR SEIFERT DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GISLANE DE FATIMA ANDRADE PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GLADIS REGINA SCHLISCHTING, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GLAUCIA APª. BRILLINGER RODRIGUES ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – GRAZIELI MAURICIO ALVES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IARA DENISE DE FATIMA FARIAS DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IOLANDA RODRIGUES ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de

2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IRENE ALBERTINA HUGEN NUNES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ISMÊNIA DE SOUZA ARRUDA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 014/2016

PORTARIANº 014/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - IVONE APARECIDA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVONE DAS GRAÇAS DE SOUZA LOPES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVONE DAS GRAÇAS DE SOUZA LOPES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVONE TORTELLI NUNES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVONE TORTELLI NUNES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVONETE APARECIDA DE SOUZA GOULART, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVONETE PEREIRA DA SILVA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JACIRA VIEIRA HUGEN, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JAMILI MARIA CAMPOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JAMILI MARIA CAMPOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JANETE APARECIDA DA SILVA LIMA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JANETE BARBOSA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 015/2016

PORTARIANº 015/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - JANIRA SEBASTIANA VELHO LOPES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JANISSE CEQUINEL MATOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JOELMA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JOSCEMARA FRANZOI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JOSÉ DA SILVA PADILHA, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JOSÉ DA SILVA PADILHA, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 016/2016

PORTARIANº 016/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - JOSEANE MARIA SPRADA MENDES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JUÇARA DUTRA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JUÇARA DUTRA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - KATIA LUZIA MADRUGA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - KELLY GUIMARÃES DUTRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LARISSA DE MORAES WEHLE SCHWALB, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 017/2016

PORTARIANº 017/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - LAURA CIBELI MATOS TIVES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LEIA DE SOUZA SANTOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LENARA BROILO DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LEO-MAR CECHINEL RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LEONILDA APARECIDA TORTELLI PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LEONILDA APARECIDA TORTELLI PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCAS GABRIEL HUGEN, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCI MARA PEREIRA MACHADO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCI MARA PEREIRA MACHADO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCIA DE FATIMA FURTADO DOS SANTOS MARTINS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCIANA APARECIDA SOUZA SÁ, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCIANA APARECIDA SOUZA SÁ, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 018/2016

PORTARIANº 018/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - LUCIANA LOCATELLI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCIANA LOCATELLI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCIANA SILVA SOUZA MIGUEL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCIANA ZANDONADI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCIENE CRUZ DE LIZ, ocupante do Cargo de Professora,

referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – LUDENIR ANTUNES DE SOUZA RIZZI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – LURDETE APARECIDA DA COSTA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MAIKELI CAMARGO ARRUDA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MAIRA REGINA SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARA INES DOS SANTOS LIMA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARA INÊS DOS SANTOS LIMA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARCIA GUIMARÃES PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 019/2016

PORTARIANº 019/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - MARCIO ERON DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARCIO ERON DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARGARETE OLIVEIRA PEREIRA LAURECI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA ANGELICA FIGUEREDO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA ANGELICA FIGUEREDO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA APARECIDA BORGES NUNES LUCIANO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA ARACI DA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA BERNADETE DEMECIANO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA CANDIDA SOUZA RODRIGUES RUPNIEVSKI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA ELEZANDRA PADILHA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA ELIZIA RIBEIRO DO AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA EMILIA NUNES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 020/2016

PORTARIANº 020/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - MARIA EMILIA SOUZA PESSOA SANTOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA ISABEL DE SENA FARIAS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA ISABEL PEREIRA DO ROSÁRIO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA JULIA RUPNIEVSKI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA ROZIANIA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA TERESA MENDES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIELBA PORTO VELHO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILDA APARECIDA COSTA PADILHA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILDA MACIEL AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILDA MACIEL AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILEI APARECIDA MACIEL DOMINGOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILEI APARECIDA MACIEL DOMINGOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 021/2016

PORTARIANº 021/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - MARILEI DAS GRAÇAS GOULART ALMEIDA, ocupante

do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILENE FERNANDES GOULART PALHANO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILIZA DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILU FERNANDES GOULART, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARILZA APARECIDA EHING DE BRIDA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARINALVA JACO MOSSI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIZA NUNES GARCIA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIZA NUNES GARCIA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARLENE DE FATIMA KAYSER DA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARLENE DE FATIMA KAYSER DA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARLI APARECIDA MARTINS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARLI DA ROSA QUIRINO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 022/2016

PORTARIANº 022/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - MARLI DE FATIMA MATOS DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARLUZE NUNES CASCAES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARLY DE FATIMA PEREIRA MARTINS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARTA APARECIDA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARTA DE MOURA MADEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MÉRCIA FLORES PALMA GOULART, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MICHEL PEREIRA LUCIANO, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MICHELI ROSANI DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MICHELI ROSANI DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MONICA VELHO SOUZA, ocupante

do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MURILO FONTANELLA VIEIRA, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – NAIANA OLIVEIRA PALMA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 023/2016

PORTARIANº 023/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - NAIR DAS GRAÇAS BORGES HABITZREUTER, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – NARA GUIMARÃES PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – NEIDE PADILHA TOMAZ MACHADO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – NEUSA TERESINHA LEITE, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – NILCEIA GOULART SCHLICHTING, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – OLIRIA VALTRIQUE MATOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – OTILIA DE FATIMA DA SILVA MELO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – PATRICIA SILVEIRA MELO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – PATRICIA SILVEIRA MELO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – PAULA IARA BORGES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – RANIER FIGUEREDO, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – RAQUEL MENDES COELHO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 024/2016

PORTARIANº 024/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - REGINA CORREA GONÇALVES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - REGINA MARIA BARBOSA BORGES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RENALDA CANDIDO ANSELMO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RENATA SOUZA BORGES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RICARDO COSTA CANDIDO DA SILVA, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RIZOLETE DE FATIMA DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RITA DA CASSIA RODRIGUES BORGES VIEL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RITA DE CASSIA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RITA DE CASSIA JE-SUS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RITA DE CASSIA SCHLISCHTING, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RITA RODRIGUES PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROGERIO BARBOSA, ocupante do Cargo de Professor, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 025/2016

PORTARIANº 025/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ROSA MARIA ALANO PADILHA NESI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROSA MARIA ALANO PADILHA NESI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROSANGELA DE FATIMA ARTISMO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROSANGELA SANTOS LÓSS MATOS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROSELI APARECIDA MACIEL DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Professora, referente ao

exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROSEMIRA DE SOUZA RIBEIRO OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROSILENE GODINHO PADILHA ROCHA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROSIMERE MIGUEL FERREIRA BORGES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SALETE MARIA DE SENA AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SAMILLE VIEIRA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SANDRA APARECIDA ARTISMO GOULART, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SANDRA MARIA IBANEZ, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 026/2016

PORTARIANº 026/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - SANDRA MARIA IBANEZ, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SANDRA REGINA DE ANDRADE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SANDRA SCHLISCHTING NUNES GIL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SANDRA SCHLISCHTING NUNES GIL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SANDRA SOUZA NUNES DE SÁ, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SARINE PEREIRA ALVES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SAYURI APARECIDA HIURA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SELONI APARECIDA JENTIG, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SILVANA FLORÊNCIO E SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SIMONE DE FATIMA PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SIMONE DE SOUZA ARRUDA CAMARGO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SIMONE GOULART MENDONÇA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 027/2016

PORTARIANº 027/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - SIMONE OLIVEIRA MATOS DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SIMONI LIMA RIBEIRO PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SIMONI ZANETE NESI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SIRLEI MENDONÇA KISTER AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SIRLEI MENDONÇA KISTER AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SONIA RAMOS DE CARVALHO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SUZANA NAZARÉ ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SUZANA RAMOS NUNES RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TANIA MARA BORGES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TANIA MARA SEIFERT CARDOSO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TATIANA RODRIGUES GEISLER DE MOURA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TATIANE SOUZA CARDOSO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014. - TEREZINHA BORGES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 028/2016

PORTARIANº 028/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - TEREZINHA RIBEIRO DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TEREZINHA RIBEIRO DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - THAIZ CORDOVA DE LIZ, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TUIZA PADILHA DE LIMA RISSI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - VALDELI APa. COSTA CAMARGO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - VERA LUCIA BECCARI QUADROS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - VICENCIA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - VIDALVINA DAS GRAÇAS PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - VILMA NUNES DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - YASMIN SILVA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ZELI RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ZILMA PEREIRA NUNES NESI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014. - ZULEICA APa. DA COSTA ANDRADE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 029/2016

PORTARIANº 029/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ADRIANA MARIA DE SOUZA ALMEIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ALBERTINA MARQUES HUGEN, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ALINE SCHLISCHTING MULLER, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ANA PAULA COSTA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à

02/02/2016. – ANA PAULA VIEIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANDRÉIA APARECIDA BARBOSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANGELINA RAMOS FLORES NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ANGELITA BORGES DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – AUGUSTA APARECIDA DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – BERNADETE PORTO KAULING, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CELIA PEREIRA DE MARAFIGO SILVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – CLERIA MARIA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 030/2016

PORTARIANº 030/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - CRISTINA RIBEIRO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ELIZETE DE FATIMA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – ESTELA MARCIA CAMARGO VELHO GODINHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EVA APARECIDA GARCIA FELISBINO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – FABIANA DE SOUZA VIEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – FERNANDA PEREIRA MATTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – FRANCIONI OLIVEIRA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IRENE PADILHA ALVES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVANA DE CASSIA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVANIA DE FATIMA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVETE APARECIDA BORGES VELHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais,

referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – IVONIR RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 031/2016

PORTARIANº 031/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - JANETE CECHINEL PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JOSÉ VILSON HASCKEL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JUÇARA RODRIGUES DE OLIVEIRA BARBOSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JULIANO CESAR ANTUNES NERES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – JURACI DE FATIMA BRANCO DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – LECENI MARIA DE MELLO MUNIZ, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – LUIZA MARIA LIMA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MAGDA APARECIDA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARGARET BARBOSA FIGUEIREDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA APARECIDA DE JESUS ARTISMO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA BENTA CUSTÓDIO VELHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA CUSTÓDIA DE SOUZA SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 032/2016

PORTARIANº 032/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - MARIA MACEDO DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MARIA TEODORA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MARILDA FAUSTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MARINEZ GARCIA FELISBINO RICARDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MARISA ANTUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MARISA BARBOSA PEREIRA DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MARIZABEL APARECIDA BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - NEURA CANDIDA DE LIMA BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ONELIA PADILHA ALMEIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ORANDINA DE FATIMA MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - OSMARINA TEREZINHA BARBOSA DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RAFAELA LUCIANO COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIANº 033/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - REGIANE DE OLIVEIRA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SAMARA OLIVEIRA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SAMIRA MACEDO ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SONIA MARA COSTA

RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SUZIANE DA ROSA SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TAISE RODRIGUES CASSÃO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TEREZINHA APARECIDA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TEREZINHA APARECIDA QUINTINO BRUCH, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - TRINDADE DE MATOS GUEDES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - VANESCA ALESSANDRA DE LIMA AQUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - VERA APARECIDA BITTENCOURT, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - VERGINIA ELIZETE BORGES ROTTA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 034/2016

PORTARIANº 034/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ZENIR BORGES DE ANSELMO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ANTONIO CARLOS DE LIMA, ocupante do Cargo de Merendeiro, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JOICE KELLY DE OLIVEIRA MACEDO SILVA, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MAISA SOARES PEREIRA, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MARIA ALEXANDRE BORGES, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROSANI VALIM GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SIMONI ALI HUSEIN, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 035/2016

PORTARIANº 035/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ALCEU DE SOUZA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ANDERSON DE OLIVEIRA ROSA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - CARLIN VALTRICK WOLFF, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - FERNANDO LAURENTINO COSTA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - IVONIR ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JOÃO VITOR NUNES DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - JOSÉ NAZARENO CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MANOEL ABRAÃO RODRIGUES DE JESUS, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - NELSON ROSA ANDRADE FILHO, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - OLAVO FRANCISCO COSTA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 036/2016

PORTARIANº 036/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ALESSANDRA GOULART ALMEIDA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - CHINTIA DE SOUZA ROQUE, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - FABIANO PADILHA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - LUCIA SERAFIM DE SOUZA SILVA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - RITA DE CASSIA NUNES, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ROBERTA KARINE AMARANTE ARRUDA TOMAZ, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 037/2016

PORTARIANº 037/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ANA KARINY PEREIRA DE SOUZA, ocupante da Função de Diretora de Escola, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - HERMINIO COSTA DUTRA, ocupante da Função de Diretor de Escola, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - MARILEIA DE BRIDA AMARAL, ocupante da Função de Diretora de Escola, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - SANIA RAMOS DE CARVALHO, ocupante da Função de Diretora de Escola, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - THAYSE GREICE DA SILVA, ocupante da Função de Diretora de Escola, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 038/2016

PORTARIANº 038/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes funcionários: - ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo de Supervisora Escolar, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - CLAUDIA APARECIDA CORDOVA BARBOSA, ocupante do Cargo de Nutricionista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - CLAUDIA ARRUDA SOUZA, ocupante do Cargo de Psicóloga, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - DEIZE CRISTINA FELTRIN, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. - ELIZIANE BORGES VELHO ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2015/2016, a

contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA BERNADETE BARBOSA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARCELO RODRIGUES ZAPELINI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MARIA APARECIDA PEREIRA CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – LUIZ AGUINALDO NUNES, ocupante do Cargo de Orientador de Música, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 039/2016

PORTARIANº 039/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS ao seguinte funcionário MARCELO SANTOS DE SOUZA, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Fica Designado o senhor AGNALDO PACHECO DA SILVA, ocupante do cargo de Vigia, para substituir o funcionário referido no artigo 1º desta Portaria, durante o período de férias do mesmo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 040/2016

PORTARIANº 040/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ADRIANA NUNES NESI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – EUGENIO HUGEN PAGANI, ocupante do Cargo de Consultor Jurídico, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016. – MIRIAN CHIOCA VALTRICK, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 041/2016

PORTARIANº 041/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - CUSTODIA TERESINHA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/01/2016 à 03/02/2016. – JOÃO HORMINIO FONTANELLA, ocupante do Cargo de Pintor, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 05/01/2016 à 03/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 042/2016

PORTARIANº 042/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - FERNANDO ZANETE, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 07/01/2016 à 05/02/2016. – JUCELIA APARECIDA DA SILVEIRA, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 07/01/2016 à 05/02/2016. – NERI ANTONIO CHIODELLI, ocupante do Cargo de Engenheiro Civil, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 07/01/2016 à 05/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIANº 043/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS ao seguinte funcionário CILEZIO DE OLIVEIRA BARBOSA, ocupante do Cargo de Carpinteiro, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 08/01/2016 à 06/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 044/2016

PORTARIANº 044/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - AMARILDO NUNES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/01/2016 à 09/02/2016. - FRANCIELE APARECIDA CESCNETTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 11/01/2016 à 09/02/2016. - GISLAINE ROCHA ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/01/2016 à 09/02/2016. - JOÃO VARDELI DE LIMA, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 11/01/2016 à 09/02/2016. - JULIANA GOULART ROSA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (SAMU), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/01/2016 à 09/02/2016. - JULIANA ZILIO BORGES ZANETTE, ocupante do Cargo de Odontóloga, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/01/2016 à 09/02/2016. - MARCELO IUNG, ocupante da Função de Motorista Socorrista, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/01/2016 à 09/02/2016. - MICHELI FABRE EDUARDO, ocupante do Cargo de Terapeuta Ocupacional, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/01/2016 à 09/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIANº 045/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS a seguinte funcionária: - LUZIA DE FATIMA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais (Caps), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 12/01/2016 à 10/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 046/2016

PORTARIANº 046/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - MARIA DE FATIMA SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Arquiteta, por 01 (um) dia, no dia 22/12/2015. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 04/01/2016. - DONIZETE DA ROSA GOULART, ocupante do Cargo de Calceteiro, por 01 (um) dia, no dia 04/01/2016. - KARINA RODRIGUES LEITZKE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 05/01/2016. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 05/01/2016. - KARINA RODRIGUES LEITZKE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 05/01/2016. - DENIZE GILCIANE DA SILVA LIMA, ocupante do Cargo de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 06/01/2016. - JACIRA CAMARGO GOULART, ocupante do Cargo de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 06/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 515/2015

PORTARIA Nº 515/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Portaria Nº 510/2015, de 18/12/2015, na parte onde se lê Marilene de Fatima Goulart Palhano, ocupante do Cargo de Professora, leia-se MARILENE FERNANDES GOULART PALHANO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Dezembro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PP 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 07/2016

Pregão Presencial 03/2016 (Registro de preço)

Objeto: Aquisição de Combustível para Frotas da Secretaria de Saúde e Corpo de Bombeiros

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 01/02/2016 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 215.811,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 19 de janeiro de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO GABARITO PROVISÓRIO DO CARGO DE CONTADOR

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

RETIFICAÇÃO DO GABARITO PROVISÓRIO DO CARGO DE CONTADOR

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a Retificação do Gabarito Provisório do cargo de Contador do Concurso Público nº 02/2015 conforme segue:

Devido a um erro na divulgação do gabarito provisório onde os cargos de Contador e Coordenador Jurídico apresentavam o mesmo gabarito retifica-se o gabarito do cargo de Contador.

CONTADOR									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	D	D	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	A	B	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	B	D	C	B	D	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	B	C	D	A	A	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	D	D	C	D	A	B	D	D	B

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,
19 de janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA CONCORRÊNCIA Nº 007/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRA Nº 412/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 007/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA EM RUAS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, NAS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA CASAN PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- TEC-TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA;
- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA;
- RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI;
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA;
- GMC GERSON MATOS CONSTRUÇÕES EIRELI.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas habilitadas no certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- TEC-TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA;
- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA;
- RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI;
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA;
- GMC GERSON MATOS CONSTRUÇÕES EIRELI.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: GMC GERSON MATOS CONSTRUÇÕES EIRELI R\$ 906.000,00 (novecentos e seis mil reais);
- 2ª Classificada: RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais);
- 3ª Classificada: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA R\$ 946.100,00 (novecentos e quarenta e seis mil e cem reais);
- 4ª Classificada: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA R\$ 1.056.900,00 (um milhão, cinqüenta e seis mil e novecentos reais).
- 5ª Classificada: TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA R\$ 1.084.730,00 (um milhão, oitenta e quatro mil e setecentos e trinta reais).
- 6ª Classificada: TEC-TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA R\$ 1.225.930,00 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil e novecentos e trinta reais).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 19/01/2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Em não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Revogação ou Anulação.

São José, 18 de janeiro de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues Presidente da CPL		Paulo Dutra Membro da CPL	
Humberto Alcino da Silva Membro suplente da CPL	Vera Suely de Andrade Membro suplente da CPL		
Ramon S. Campos Martins Membro da CPL			

COMUNICADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2015 – Processo nº 452/2015 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA. A Prefeitura de São José, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, torna-se nulo o Comunicado de Suspensão do Pregão, publicado em 18/01/2016, permanecendo inalterados todos os dados do edital e bem como a data de sua abertura.

EDITAL 002/2016/FMCT

EDITAL 002/2016/FMCT

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA OCUPAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DO CENTRO COLETIVO DE ENSAIOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ/SC

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - FMCT, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, que de 20 de janeiro de 2016 a 19 de fevereiro de 2016 estarão abertas as inscrições para seleção de interessados em ocupar o "Centro Coletivo de Ensaios da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José/SC".

1 – DA PARTICIPAÇÃO

1.1 A participação para o calendário de ensaios é aberta para grupos e artistas de arte cênica, canto, dança e música.

1.2 Poderão participar do processo de seleção artistas e grupos brasileiros e estrangeiros. Aos estrangeiros, será permitida a inscrição desde que comprovem estar em situação legal no Brasil, com inscrição jurídica regular ou, quando sem inscrição jurídica, se composto por até 80% dos membros do grupo com residência fixa no município de São José.

2 – DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão gratuitas, e poderão ser efetuadas no período 20 de janeiro a 19 de fevereiro de 2016, através do site www.cultura.sc/saojose.

2.2 No ato da inscrição, o artista ou grupo deverá cadastrar o plano de ensaios e a produção artística a serem apresentadas como contrapartida, tudo conforme ficha de inscrição.

2.3 Serão anuladas as inscrições que não atenderem aos termos do presente edital.

3 – DA SELEÇÃO

3.1 A análise das inscrições estará a cargo da Diretoria de Cultura.

3.2 Serão selecionados o número máximo de 09 inscrições, conforme preenchimento dos critérios apresentados nos itens 3.3 e 3.4 deste edital.

3.3 Serão critérios a serem avaliados na seleção: ineditismo da obra apresentada, criatividade, índice de gratuidade e descentralização do evento de apresentação da obra, comprometimento do projeto com o pensar crítico e os princípios do Sistema Municipal de Cultura.

3.4 Os selecionados serão chamados para entrevista e apresentação do grupo ou artista.

4 – DO RESULTADO DA SELEÇÃO

4.1 O resultado da seleção será comunicado no site da Prefeitura Municipal de São José e nas redes sociais da Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

4.2 Os artistas e/ou grupos selecionados deverão confirmar sua seleção junto à FMCT, por meio de assinatura de um Termo de Compromisso e Responsabilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da publicação no site da Prefeitura Municipal de São José do resultado da seleção.

5 – DA RESPONSABILIDADE DOS SELECIONADOS

5.1 É de responsabilidade dos selecionados a limpeza do espaço físico para a realização dos ensaios, e ao término de cada ensaio, a sala deverá ser entregue em estado ordeiro e limpo para uso do próximo grupo ou artista, bem como todas as janelas e acessos fechados, luzes apagadas e equipamentos desligados;

5.2 Respeitar o calendário de uso do espaço estabelecido pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo, bem como respeitar as normativas de uso do "Centro Coletivo de Ensaios";

5.3 Responsabilizar-se pelo espaço físico que deverá ser preservado, sem qualquer dano;

5.4 O grupo ou artista, sempre que solicitado pela FMCT, deverá fornecer informações por escrito sobre uso do local;

5.5 O representante legal do grupo ou artista junto à Fundação Municipal de Cultura e Turismo será responsável direto pela chave de acesso, bem como pelas condições de uso do local, assinando termo de responsabilidade fornecido pela FMCT.

6 – DA CONTRAPARTIDA

6.1 Buscando incentivar a descentralização e democratização da cultura, de acordo com diretrizes da Conferência Municipal de Cultura ficará instituída a obrigatoriedade de apresentação de um Plano de Contrapartidas Sociais, vinculado à proposta apresentada.

6.2 Por "Plano de Contrapartidas Sociais" entende-se a realização de apresentações públicas gratuitas, oferta de ingressos a preços populares, palestras, oficinas, workshops, ações de formação de platéia, dentre outras atividades a serem oferecidas.

6.3 Não há limite para a quantidade de atividades propostas no Plano de Contrapartidas Sociais, que deverá ser cumprido integralmente, sob pena de impedimento de participação em nova ocupação do "Centro Coletivo de Ensaios".

7 – FICHA TÉCNICA DO "CENTRO COLETIVO DE ENSAIOS"

7.1 Piso em cerâmica;

7.2 Pé-direito junto de 2,80m

7.3 Paredes pintadas na cor branca;

7.4 Espelhos de 2m de altura, fixados nas paredes;

7.5 Área total de 121,76m

§Ú - Antes do selecionado iniciar o uso do "Centro Coletivo de Ensaios", deverá participar de vistoria do local, assinado a mesma e se comprometer a manter o espaço íntegro.

8 – DO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

8.1 Os selecionados poderão utilizar o "Centro Coletivo de Ensaios" durante o período de 01/03/2016 até 14/12/2016.

8.2 Os ensaios ocorrerão de terça a domingo.

8.3 O horário de uso do "Centro Coletivo de Ensaios" será o de: Turno 01: das 10h às 13h; Turno 02: das 14h às 17h; e Turno 03: das 18h às 21h.

8.4 Os selecionadas assinarão termo definindo o turno em que utilizará o "Centro Coletivo de Ensaios", bem como assinará termo de responsabilidade de manutenção do "Centro Coletivo de Ensaios" e entrega das chaves.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Todos os selecionados deverão cumprir as normativas de uso do "Centro Coletivo de Ensaios", a qual será entregue uma cópia aos selecionados.

9.2 Os selecionados terão que devolver as chaves do "Centro Coletivo de Ensaios" até o dia 16/12/2016, na sede da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, aos cuidados da Diretoria de Cultura.

9.3 Em nenhuma hipótese os selecionados poderão permitir que terceiro utilize o espaço do "Centro Coletivo de Ensaios".

9.4 O presente edital terá validade da data de sua publicação do Diário Oficial dos Municípios, até o dia 31 de dezembro de 2016.

9.5 Elege-se o foro da Comarca de São José para dirimir eventuais dúvidas.

ANEXO 01 – FICHA DE INSCRIÇÃO

São José, 18 de janeiro de 2016.

Carlos Eduardo de Souza Martins

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José.

IN 01/2016

IN 01/2016	AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA DESMEMBRAMENTO
------------	-------------------------------------------

Dispõe sobre os critérios para a análise e emissão da Autorização Ambiental e estabelece critérios para apresentação dos planos e projetos ambientais para parcelamento do solo urbano: desmembramento, exclusivo ou predominantemente residencial, localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.048/1997 que a instituiu, com atribuições alteradas pela Lei Complementar nº 14/2004, Lei Complementar nº 32/2009 e Decreto Municipal nº 30.431/2009, bem como nos moldes do Decreto Municipal nº 6.434/1997 que aprovou o seu Regimento Interno, DELIBERA:

Artigo 1º. Para efeitos desta Instrução Normativa entende-se por:

I – Autorização Ambiental: Instrumento de licenciamento ambiental simplificado, previsto na Lei estadual nº 14.675/09.

Artigo 2º. Serão passíveis de Autorização Ambiental os desmembramentos, exclusivo ou predominantemente residencial, localizados no Município de São José.

Artigo 3º. Para obtenção de Autorização Ambiental de Parcelamento do Solo: Desmembramento a pessoa jurídica/física responsável deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados:

I – Requerimento padrão devidamente preenchido (ANEXO I);

II – Caso o responsável pelo processo não seja o empreendedor ou sócio, apresentar procuração específica, com firma reconhecida (ANEXO II);

III – Cópia do cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou do cadastro de Pessoa Física (CPF);

IV – Cópia da Ata da eleição da última diretoria quando se tratar de Sociedade ou Do Contrato Social registrado quando se tratar de Sociedade de Quotas de responsabilidade Limitada, contendo as últimas alterações;

V – Cópia dos documentos de identificação do representante legal da empresa (RG e CPF) e do comprovante de residência;

VI – Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 90 dias);

VII – No caso de terreno de marinha apresentar cópia da inscrição de ocupação do Patrimônio da União;

VIII – No caso de propriedade de domínio público, autorização oficial do gestor legal da propriedade envolvida no processo, acompanhada do ato constitutivo;

IX – Cópia da Consulta de Viabilidade (documento expedido pela Prefeitura Municipal declarando que a atividade está de acordo com as diretrizes de uso do solo do município), atualizada;

X – Caso o imóvel possua mais de um proprietário, apresentar anuência de todos, em declaração com firma reconhecida;

XI – Croqui de acesso e de localização, com pontos de referências;

XII – Projeto de desmembramento, contendo:

a) Características da área (topografia, recursos hídricos, cobertura vegetal e localização de edificações no imóvel);

b) Descrição das áreas protegidas por lei;

c) área total da gleba;

d) área a desmembrar;
 e) Outras informações específicas da área.
 XIII – Memorial Descritivo do desmembramento;
 XIV – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) do(s) profissional (ais) habilitado(s) para a elaboração do Projeto de Desmembramento e do Memorial Descritivo;
 XV – Cópia do comprovante de quitação da taxa de análise da AuA;
 Artigo 4º. A critério da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José/SC poderão ser solicitados documentos, estudos, informações complementares ou adequações.
 Artigo 5º. Revogam-se todas as disposições em contrário
 Artigo 6º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 18 de dezembro de 2015.

Moacir da Silva

Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/São José

Decreto Municipal n.º 4411/2015

Anexo I

REQUERIMENTO		
Identificação do Requerente		
Nome/Razão social:		
Inscrição estadual:	CNPJ/CPF nº:	
End. correspondência:	nº:	
Email:	Tel.:	
Bairro:	CEP:	Município:
Identificação do Representante		
Nome:	CPF nº:	
End. correspondência:	nº:	
Complemento:	Tel.:	
Bairro:	CEP:	Município:
Dados da área		
Endereço:		
Complemento:	nº	
Bairro:	CEP:	
Coordenadas UTM x:	Coordenadas UTM y:	
Latitude (s):		
Latitude (s):	Longitude (w):	Latitude (s):
Latitude (s):	Longitude (w):	
Longitude (w):		
SOLICITAÇÃO		
O requerente acima qualificado (a) solicita a FMADS, análise dos documentos, planos e projetos anexos, com vistas a obtenção da Autorização Ambiental para o Desmembramento.		
São José, _____ de _____ de _____		
Nome:		
Assinatura:		

Anexo II

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) o(a) outorgado(a) abaixo qualificado(a) para representá-lo(a) junto à Fundação do Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS.

Dados do(a) Outorgante			
RAZÃO SOCIAL/NOME:			
ESTADO CIVIL:	PRO-FISSÃO:	CARGO:	
NACIONALIDADE:	RG:	CNPJ/CPF:	
Endereço do(a) Outorgante			
CEP:	LOGRADOURO:		
COMPLEMENTO:	BAIRRO:		
MUNICÍPIO:	UF:		
Dados do(a) Outorgado(a)			
RAZÃO SOCIAL/NOME:			
ESTADO CIVIL:	PRO-FISSÃO:	CARGO:	
NACIONALIDADE:	RG:	CNPJ/CPF:	
Endereço do(a) Outorgado(a)			
CEP:	LOGRADOURO:		
COMPLEMENTO:	BAIRRO:		
MUNICÍPIO:	UF:		
Dados da Área do Empreendimento/Atividade			
EMPREENHIMENTO/ATIVIDADE:			
CEP:	LOGRADOURO:		
BAIRRO:	MUNICÍPIO:	UF:	
Assinaturas			
LOCAL E DATA	,	DE	DE
Outorgante	Outorgado(a)		

PORTARIA - SA - N.º 12/2016

PORTARIA- SA - Nº 12/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Transferir o (a) servidor (a) Sr.(a) PATRICIA CRISTINA DA SILVA, matrícula nº 32243-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde no cargo de Assistente Social, para a Secretaria de Assistência Social.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13.01.2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 13 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 13/2016

PORTARIA- SA - N.º 13/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Transferir o (a) servidor (a) Sr.(a) LIDIANE RAMOS LEAL, matrícula nº 39765-2, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social no cargo de Assistente Social, para a Secretaria de Saúde.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13.01.2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 13 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 14/2016

PORTARIA- SA – N.º 14/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 114 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 28026/15 de 01.12.2015.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr.(a) JULIANA CORDEIRO, matrícula nº 3247-2, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico de Enfermagem, para tratar de assuntos particulares, a partir de 01.10.2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2015.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 15/2016

PORTARIA- SA – N.º 15/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 114 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 25077/15 de 05.11.2015.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr.(a) JOSIANE DA COSTA VIEIRA, matrícula nº 10221-3, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico de Enfermagem, para tratar

de assuntos particulares, a partir de 04.01.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Janeiro de 2015.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 16/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 16/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANA PAULA FRANCO MANZANO BARCELOS, matrícula n.º 11565-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 04.12.2015 à 17.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 17/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 17/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). EVERTON NASCIMENTO DOS SANTOS, matrícula n.º 32117-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 13.12.2015 à 11.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 18/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 18/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSE SERGIO COELHO, matrícula n.º 1377-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 24.12.2015 à 22.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 19/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 19/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SIDNEY LINHARES, matrícula n.º 1595-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 11.01.2016 à 10.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 20/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 20/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) PATRICIA CRISTINA DE SOUZA, matrícula n.º 2114-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Atendente de Saúde Pública, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 11.01.2016 a 10.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 21/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 21/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) VERA LUCIA FERNANDES RODRIGUES E SILVA, matrícula n.º 39458-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 11.01.2016 a 10.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 22/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 22/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JULIANA CRISTINA DOS SANTOS PRUDENCIO, matrícula n.º 13930-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 23.11.2015 à 22.12.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 23/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 23/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. VANESSA COELHO DELA VEDOVA, matrícula n.º 41307-0, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário Saúde, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 10.12.2015 a 06.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 24/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 24/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. DAIANA PRISCILA MARTINS, matrícula n.º 39544-7, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário Saúde, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 15.12.2015 a 11.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 25/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 25/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. MICHELE MARLI BOTELHO, matrícula n.º 22873-7, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem da Família, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 04.01.2015 a 01.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 26/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 26/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. ALINE MOTA RODRIGUES BRUM, matrícula n.º 41490-5, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Farmacêutica, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 03.01.2015 a 30.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 27/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 27/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. CIBELE DE OLIVEIRA FRANÇA, matrícula n.º 41568-5, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Médica, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 04.01.2015 a 01.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 28/2016

PORTARIA- SA – Nº 28/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) ALCION JOAO DA SILVA, matrícula nº 6004-6, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2007/2012.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 29/2016

PORTARIA- SA – Nº 29/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) TATIANE CUNHA PACHECO DE SOUZA, matrícula

nº 16156-0, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 30/2016

PORTARIA- SA – Nº 30/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARIA TEREZA KRETZER, matrícula nº 819-2, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Arquiteto, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 31/2016

PORTARIA- SA – Nº 31/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) WALDIR JOSÉ DA SILVA, matrícula nº 995-4, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1990/1995.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 32/2016

PORTARIA- SA – Nº 32/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 02 (dois) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARIA TEREZINHA DE ANDRADE PEREIRA, matrícula nº 1003-0, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Conceder o gozo de licença prêmio por 01 (um) mês, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

IV – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 33/2016

PORTARIA- SA – Nº 33/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) ISOMAR MARIA LOPES, matrícula nº 905-9, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 34/2016

PORTARIA- SA – Nº 34/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOSE PULCENO, matrícula nº 905-9, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente Operacional,

referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 35/2016

PORTARIA- SA – Nº 35/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOSE ALBINO, matrícula nº 246-1, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 36/2016

PORTARIA- SA – Nº 36/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) EDEGAR AGOSTINHO KREMER, matrícula nº 3107-0, lotado (a) no Gabinete da Prefeita, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1995/2000.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 37/2016

PORTARIA- SA – Nº 37/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 02 (dois) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOELMO JOQUIM ADAO, matrícula nº 13458-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2003/2008.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 38/2016

PORTARIA- SA – Nº 38/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) VANIA DE CAMPOS PEREIRA, matrícula nº 23993-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 39/2016

PORTARIA- SA – Nº 39/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) FABIANA FIDELES DORIGON, matrícula nº 15372-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 40/2016

PORTARIA- SA – Nº 40/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 02 (dois) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) ANGELA MARIA PEREIRA, matrícula nº 608-4, lotado (a) na Secretaria de Finanças, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2000/2005.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 41/2016

PORTARIA- SA – Nº 41/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOSIANE NORMA DA SILVA, matrícula nº 15414-8, lotado (a) na Secretaria de Finanças, no cargo de Contador, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

APROVA O CONVÊNIO 2016/2017 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS E A COLÔNIA DE PESCADORES Z-28.

O Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de São José, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3.048, de 03 de setembro de 1997, em sessão ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2015, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o convênio firmado entre a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS e a Colônia de Pescadores Z-28, para o exercício de 2016 e 2017, que a esta acompanha.

Art. 2º – O presente convênio tem por objeto o fomento das atividades de utilidades públicas desempenhadas pela colônia Z-28 em favor dos pescadores e a instrumentalização do programa denominado “caminhão do peixe”.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José (SC), em 15 de janeiro de 2016.

Moacir da Silva
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

APROVA O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 115/2015 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI.

O Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de São José, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3.048, de 03 de setembro de 1997, em sessão ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2015, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o contrato de prestação de serviços nº 115/2015 firmado entre a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, que a esta acompanha.

Art. 2º – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de assistência técnica e extensão para o município de São José.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José (SC), em 15 de janeiro de 2016.

Moacir da Silva
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 15 DE JANEIRO DE 2016

APROVA O CONVÊNIO Nº 21861/2015 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS E O SINDICATO RURAL DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de São José, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3.048, de 03 de setembro de 1997, em sessão ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2015, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio nº 21861/2015 firmado entre a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS e o Sindicato Rural de São José, que a esta acompanha.

Art. 2º – O presente contrato tem por objetivo o incentivo às atividades de utilidades públicas desempenhadas pelo Sindicato Rural em favor dos produtores rurais por meio de cooperação técnica.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José (SC), em 15 de janeiro de 2016.

Moacir da Silva
Presidente

TERMO ADITIVO/TA Nº 080/2015-01 – PR 030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 080/2015-01 – PR 030/2015 - Processo 086/2015 – Contratado: MURILO SILVEIRA DE SOUZA - ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA À QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, DESTINADA AO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, ACONDICIONADA EM SACOS DE 25K. Alteração De Valor – Acréscimo: O Contrato original fica readequado com o acréscimo de 25,00 % (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicialmente contratado, o que equivale a um acréscimo de R\$ 11.625,00(onze mil, seiscentos e vinte e cinco reais). O valor do contrato era de R\$ 46.500,00(quarenta e seis mil, quinhentos reais), e a partir deste termo vigorará com o valor total de R\$ 58.125,00 (cinquenta e oito mil, cento e vinte e cinco reais). Data da assinatura: 06 de janeiro de 2016.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016 - SRP - PR Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 01/02/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS BÁSICAS À SEREM DISTRIBUÍDAS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC DURANTE O ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de janeiro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.312, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.312, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 43.371,79 (quarenta e três mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
12.361.4505.1.055 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0019	154	Aplicações Diretas	R\$ 43.371,79	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o art.43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de janeiro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2015.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 01/2015, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de um espaço (horário), de 10 (dez) minutos semanais, nas quartas-feiras, entre as 13h e 13h15, em rádio AM, de ampla abrangência local e regional, para veiculação de informativo da Câmara de Vereadores, com divulgação de atos, notícias, avisos, matérias e ações do Legislativo Municipal, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Rádio Doze de Maio Ltda - ME;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Contratante

Cirio Hippler

Rádio Doze de Maio Ltda - ME

Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2015.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 02/2015, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de um espaço/horário para veiculação de programa semanal, de 10 minutos, em rádio FM de ampla abrangência local e regional, nas quintas-feiras, entre as 11h15 e 11h30, com divulgação de atos, notícias, avisos, matérias e ações da Câmara Municipal de Vereadores, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Sistema NetGrande de Comunicação Ltda - ME;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Contratante

Deisi Cristina Cassol

Sistema NetGrande de Comunicação Ltda - ME

Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2013.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 06/2013, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública e Folha de Pagamento em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Betha Sistemas Ltda;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Contratante

Ernesto Muniz de Souza Junior

Betha Sistemas Ltda

Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2013.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 07/2013, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação do sistema de Patrimônio Público em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Betha Sistemas Ltda;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Contratante

Ernesto Muniz de Souza Junior

Betha Sistemas Ltda

Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 05/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 05/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2013.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 08/2013, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de fornecimento de licença de uso, não exclusiva e manutenção do sistema legislador, utilizando banco de dados relacional, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Lancer Soluções em Informática Ltda;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Jeser Mauri Alvarenga
Lancer Soluções em Informática Ltda
Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 06/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 06/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2013.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 09/2013, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de fornecimento de licença de uso, não exclusiva, e manutenção do sistema legislador WEB, utilizando banco de dados relacional, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Lancer Soluções em Informática Ltda;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Jeser Mauri Alvarenga
Lancer Soluções em Informática Ltda
Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 07/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 07/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2013.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 10/2013, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de fornecimento de direito de uso do sistema Legislador Ao Vivo, para transmissão das sessões plenárias oficiais da Câmara Municipal, através da Internet, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Lancer Soluções em Informática Ltda;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Jeser Mauri Alvarenga
Lancer Soluções em Informática Ltda
Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 08/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 08/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2013.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 11/2013, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de serviços de monitoramento, à distância, do prédio - pavimento superior do Banco do Brasil, rua Duque de Caxias, 522, onde está localizada a Câmara de Vereadores, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Silveira Segurança Privada Ltda - ME ;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Terezinha Altina Silveira
Silveira Segurança Privada Ltda ME
Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 09/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 09/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2013.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 12/2013, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a locação de um equipamento para realização de impressões e fotocópias diversas, que atendam as necessidades e demandas das atividades da Câmara de Vereadores, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: DG Lazarin EPP;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Diana Galvagni Lazarin
DG Lazarin EPP
Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 10/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 10/2015.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2013.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 17/2013, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Betha Sistemas Ltda;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Ernesto Muniz de Souza Junior
Betha Sistemas Ltda
Contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 11/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 11/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2013.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 20/2013, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2016, cujo objeto é a contratação de serviço de link de acesso à rede mundial de computadores - Internet Banda Larga através de cabos de fibra óptica, com velocidade Contratada de 10Mbps com garantia de banda de 5% (cinco por cento) e disponibilidade de 01IP Público Fixo para a Câmara Municipal de Vereadores, para o exercício de 2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Ivandro Tochetto - ME;

VIGÊNCIA: de 02/01/2016 à 31/12/2016;

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

Vereador Edu Antonio Borges
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Ivandro Tochetto
Ivandro Tochetto - ME.
Contratada

PORTARIA Nº 221/2015

PORTARIA nº 221, de 30 de dezembro de 2015.

EDU ANTONIO BORGES, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até o dia 30 de abril de 2016 o prazo de vigência da Portaria nº 212, de 18 de julho de 2015, que nomeou a Sra. Diva Aparecida de Oliveira, inscrita no CPF sob nº 754.345.559-53, e no RG nº 5.353.933-5, para exercer temporariamente, até que se realize o respectivo concurso público, para o cargo de provimento efetivo de Serviços Gerais, nível 01, código nº 1001, com carga horária, remuneração e atribuições contidas na Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão a conta de dotações consignadas no orçamento da Câmara Municipal, exercício 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até o dia 30 de abril 2016, podendo ser revogada antecipadamente por acordo das partes ou conveniência administrativa.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de dezembro de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 187/2016

RESOLUÇÃO Nº, DE DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o repasse financeiro a Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina - ACANOR, para o exercício financeiro 2016.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de, Estado de Santa Catarina, nos termos regimentais, e de acordo com o Decreto Legislativo (ou Lei) nº , de de de , RESOLVE:

Art. 1º O repasse financeiro a Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina - ACANOR, para o exercício financeiro 2016, será na ordem R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), fracionado em 12 parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O valor foi aprovado em assembleia geral da Acanor, realizada no dia 21 de agosto de 2015, conforme Ata nº 73, Anexo Único.

Art. 2º Os valores a serem repassados, de forma mensal, serão utilizados pela Acanor na execução de suas finalidades e manutenção de suas atividades, especialmente no que dispõe os artigos 3º e 4º do Estatuto Social.

Art. 3º A Diretoria da Acanor prestará contas anuais, na forma prevista em seu Estatuto e em observância a legislação vigente.

Art. 4º Para cobertura das despesas decorrentes desta Resolução serão utilizados recursos constantes no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, exercício de 2016, na seguinte dotação orçamentária: - elemento de despesas

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de, de dezembro de 2015.

Vereador

Presidente da Câmara Municipal

Vereador	Vereador
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº, DE DE DEZEMBRO DE 2015.

ANEXO ÚNICO

Ata/ACANOR nº 73/2015

Câmara de Vereadores de, de dezembro de 2015.

Vereador

Presidente da Câmara Municipal

Vereador	Vereador
1º Secretário	2º Secretário

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

MINUTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo Pregão Presencial "MENOR PREÇO", por item, para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Assessoria Pedagógica junto a Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede Municipal de ensino de São Miguel da Boa Vista/SC, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 02/02/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta – Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 18 de Janeiro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 169.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 169/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DESTINADOS A DESLOCAMENTO DE POSTES DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
CONTRATADO: A.S. JÚNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA
VALOR: 21.525,00
VIGÊNCIA: 30 dias
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ADEMIR SEBBEN
São Miguel do Oeste, SC., 14 de dezembro de 2015

EXT. CONTRATO 170.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 170/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 22/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS, ESTUDO DE CONCEPÇÃO E VIABILIDADE (RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR–RTP), PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ENGENHARIA E ESTUDOS AMBIENTAIS PARA SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SES, CONFORME CONVÊNIO DE CONCESSÃO Nº 13/02 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SMOESTE E A COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO – CASAN, PARA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
CONTRATADO: VITAL ENGENHARIA LTDA - EPP
VALOR: 368.000,00
VIGÊNCIA: 300 dias
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ITACIR PASINI
São Miguel do Oeste, SC., 15 de dezembro de 2015

EXT. CONTRATO 171.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 171/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2015
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2015
OBJETO: 1- A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza pública, no perímetro urbano do MUNICÍPIO, a saber:
1.1 - COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS;
1.2 – TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS.
CONTRATADO: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
VALOR: 1.977.054,36
VIGÊNCIA: 12 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: JULEIDE INES D´AGOSTINI
São Miguel do Oeste, SC., 30 de dezembro de 2015

EXT. CONTRATO 172.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 172/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2015
CONVITE Nº 05/2015
OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO LOCALIZADO JUNTO À PEDREIRA PEDRO PAZ NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE –SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.
CONTRATADO: L M MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP
VALOR: 2.219,00
VIGÊNCIA: 03 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: MAIRA LUNARDI ORTIGARA
São Miguel do Oeste, SC., 30 de dezembro de 2015

EXT. CONTRATO 173.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 173/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2015

CONVITE Nº 05/2015

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO LOCALIZADO JUNTO À PEDREIRA PEDRO PAZ NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE –SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

CONTRATADO: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LIZETE LTDA - EPP
VALOR: 3.460,71

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: LIZETE GRASSI LANG

São Miguel do Oeste, SC., 30 de dezembro de 2015

ACORDO COM O ANEXO I, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

CONTRATADO: MACODESC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
VALOR: 2.933,01

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ELIAS ROGERIO LUNARDI

São Miguel do Oeste, SC., 30 de dezembro de 2015

EXT. CONTRATO 175.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 175/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2015

CONVITE Nº 05/2015

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO LOCALIZADO JUNTO À PEDREIRA PEDRO PAZ NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE –SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

CONTRATADO: PRE LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

VALOR: 16.234,38

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: JOSÉ ALBERTO SACHETTI

São Miguel do Oeste, SC., 30 de dezembro de 2015

EXT. CONTRATO 174.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 174/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2015

CONVITE Nº 05/2015

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO LOCALIZADO JUNTO À PEDREIRA PEDRO PAZ NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE –SC, DE

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

CARTA CONVITE Nº 01/2016

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de sua Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Convite, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de prestação de serviços via rádio para divulgação dos trabalhos realizados pelos vereadores e matérias de interesse do Legislativo Municipal, bem como transmissões das sessões, para o período de fevereiro de 2016 a dezembro de 2016, devendo as emissoras terem cobertura em todo território do Município.

Entrega dos envelopes: Até as 08h45min do dia 29/01/2016.

Abertura: às 09h00 do dia 29/01/2016.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Executiva da Câmara, sito a Rua 7 de Setembro, nº 2045, fone (0xx49) 36221154.

São Miguel do Oeste/SC, 20 de janeiro de 2016.

Cristiane Regina Zanatta Massaro

Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 110.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – compras@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 110/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88113-250 torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, Inc. XXVII, da Lei n.º 8.666/1993, “na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública”

Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, expõe-se o que segue:

1 – CONSIDERANDO: Que a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece como um dos princípios a articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica para a gestão integrada de resíduos sólidos;

2- CONSIDERANDO: A dispensa de licitação para associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis na contratação do serviço de coleta seletiva, preconizada na Lei Nacional N.º 11.445, de 2007;

3- CONSIDERANDO: A priorização da contratação de organizações de catadores de materiais recicláveis para os serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, preconizada tanto na Lei Federal N.º 12.305, de 02 de Agosto de 2010;

4- CONSIDERANDO: O grande benefício ambiental, econômico e social que a coleta seletiva com a inclusão sócio-produtiva das Organizações de Catadores pode possibilitar, uma vez que a legislação faculta tal procedimento administrativo;

5 – RESOLVE: A Prefeitura contrata-se com a pessoa jurídica CO-OPERATIVA DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO VALE afim de realizar duas vezes por semana a Coleta Seletiva do Material Reciclável considerado lixo e fazer o trabalho de conscientização dos Municípios.

6- O valor total a ser pago ao contratado é de R\$ 46.489,80 (quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), divididos em 12 parcelas de R\$ 3.874,15 (três mil oitocentos e setenta e quatro reais e quinze centavos) mensais, até 31/12/2016, podendo o contrato firmado ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

6.2 - Os pagamentos da presente licitação dar-se-ão no último dia útil de cada mês, sendo que para o pagamento o licitante deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço e os valores a serem pagos.

6.3- Para a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar:

a) Cartão CNPJ

b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual (CND);
d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (CND);

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);
f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.”

No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 017/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor DANIEL KUHN PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 727.926.639-87, residente a Rua Elaine Cristina, nº. 494, Jardim Eldorado, Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 19/01/2016, findando no dia 16/07/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DANIEL KUHN PEREIRA

CONTRATADO

Testemunhas:

PORTARIA N.º 030/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 030/2016

DISCIPLINA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS MUNICIPAIS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, e com fundamento no Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art.1º - Fica delegada, na forma do artigo 49, parágrafo único,

inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, competência ao COORDENADOR DE OBRAS, autorização para devidamente habilitado, conduzir veículos e operar qualquer tipo de equipamentos tais como máquinas, trator, nos casos de:

- I - Justificada necessidade de extrapolar a jornada de trabalho do motorista, oficialmente responsável pelo veículo ou máquina;
- II - Trabalhos executados em sábados, domingos e feriados;
- III - Trabalhos executados em horários normais, porém de caráter emergencial que necessite do veículo para locomoção, desde que na ausência do motorista responsável apto a realizar o trabalho;
- IV- Nos demais casos que julgar conveniente ao bom serviço da Administração Pública.

Art. 2º - Ao COORDENADOR DE OBRAS que foi delegado a competência para conduzir os veículos e qualquer tipo de máquinas de propriedade do Município nos termos desta Portaria, assumirá toda e qualquer responsabilidade pelo seu bom uso, conservação e eventuais danos que nele causar ao atingir a terceiros.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.
São Pedro de Alcântara/SC, 18 de janeiro de 2016.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.
Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 031/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 031/2016
Admite em Caráter Temporário DANIEL KUHN PEREIRA para o cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, DANIEL KUHN PEREIRA para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 017/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2016.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

PORTARIA Nº 6.344/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.344/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Mônica Gonçalves em 17 de setembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2015 – SMS/PMS – Emprego Público;

Considerando o Decreto nº. 3.468/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Tatiana Priscila Huch para exercer o cargo de Educadora Física - NASF, percebendo o nível salarial nº 011 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 154/2014, de 02/09/2014, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2015 – SMS/PMS – Emprego Público, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.345/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.345/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Samyra Vilela Entholzer em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.795/2013, de 27 de novembro de 2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Keila Regina Liebl para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2013, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.346/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.346/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Vanessa Stack do Amaral em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.795/2013, de 27 de novembro de 2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Rita de Cassia Buchinger Jucoske para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2013, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.347/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.347/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Cristiane Lessmann de Araújo em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 1º de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Nayara Laporte Pereira de Almeida, para exercer o cargo de Professora B – Arte – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.348/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.348/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Sirlei Lombardi em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério;

Considerando o Decreto nº. 3.469/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Julia Graziela da Silva Castro para exercer o cargo de Professora B, subárea Artes, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.349/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.349/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Patricia Bueno em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.795/2013, de 27 de novembro de 2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Marilene Kátia Mielke Sanches para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2013, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.350/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.350/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a nomeação para o cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino da servidora, Sra. Amanda Rizzo dos Santos em 18 de junho de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.506/2015, de 02 de dezembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Diogo Luís Lombardi, para exercer o cargo de Professor B, subárea Educação Física - Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 002/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.351/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.351/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Priscila Barboza Amorim de Oliveira em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2013;

Considerando o Decreto nº. 2.795/2013, de 27 de novembro de 2013, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Grasielle Santos de Oliveira Ribeiro para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2013, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.352/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.352/2016, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Erivete Ribeiro da Silva em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.506/2015, de 02 de dezembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Solange Ines Fenerich Astolfi, para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 002/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.353/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.353/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Irynna Natasha Soares de Alcântara em 30 de novembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2015 – SMS/PMS – Emprego Público;

Considerando o Decreto nº. 3.468/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Vanessa Girardi de Lima para exercer o cargo de Médica - ESF, percebendo o nível salarial nº 001 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2015 – SMS/PMS – Emprego Público, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.355/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.355/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Eliane Medeiros Corrêa Ludewig, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº. 6.354/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.354/2016, DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Angela Luisa Dobler, para exercer o cargo de Contadora, percebendo o nível salarial nº 80 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS CC 07/2015-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 99/2015

Número do Registro de Preços: 99/2015		Data do Registro: 10/12/2015		Válido até: 10/12/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I, lombadas do tipo II e recuperação asfáltica (tapa buraco) em diversas ruas do MU					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fornecimento e execução de pavimentação com CBUQ, considerando: Corte do pavimento com serra (disco diamantado), remoção e transporte do material cortado, base de brita graduada espessura média: 10 cm, pintura de ligação tipo RR-2C, camada de CBUQ, faixa 1/2" espessura 5 cm e compactação com rolo vibratório de chapa. Equipamentos de segurança são da responsabilidade da Empresa no ato da execução da obra.	UN	PAVISERV INFRA-ESTRUTURA URBANA LTDA - ME (13263)		0	49,9000	1
			MULTISERV CONSTRUTORA LTDA - ME (13024)		0	54,9000	2
			PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (9522)		0	64,0000	3
2	FAIXA ELEVADA I - Execução de lombada em CBUQ (dimensões 10,0m de comprimento, 4,00m de largura e 0,15m de altura e rampas de 0,58m) e pintura da faixa de sinalização horizontal, conforme projeto/memorial descritivo	UN	PAVISERV INFRA-ESTRUTURA URBANA LTDA - ME (13263)		0	8.200,0000	1
			PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (9522)		0	8.700,0000	2
			MULTISERV CONSTRUTORA LTDA - ME (13024)		0	9.100,0000	3
3	LOMBADA TIPO II - Execução de lombada em CBUQ (dimensões 10,0m de comprimento, 3,70m de largura e 0,10m de altura) e pintura da faixa de sinalização horizontal, conforme projeto/memorial descritivo	UN	PAVISERV INFRA-ESTRUTURA URBANA LTDA - ME (13263)		0	3.990,0000	1
			PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (9522)		0	3.800,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 99/2015

Número do Registro de Preços: 99/2015		Data do Registro: 10/12/2015		Válido até: 10/12/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I, lombadas do tipo II e recuperação asfáltica (tapa buraco) em diversas ruas do MU							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MULTISERV CONSTRUTORA LTDA - ME (13024)		0	3.900.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 99/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 99/2015 Data do Registro: 10/12/2015 Válido até: 10/12/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I, lombadas do tipo II e recuperação asfáltica (tapa buraco) em diversas ruas do IMU

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2015

PROCESSO Nº 244/2015

(9522) - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

(13024) - MULTISERV CONSTRUTORA LTDA - ME

(13263) - PAVISERV INFRA-ESTRUTURA URBANA LTDA - ME

Schroeder, 10 de Dezembro de 2015.

Seara

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Contrato nº. 164/2015 – Pregão Presencial nº 138/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Kalinoski & Kalinoski Ltda, CNPJ nº. 02.150.800/0001-14 Contratada. OBJETO: aquisição de câmeras fotográficas para modernização e aprimoramento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário. PRAZO: 15 dias a contar da AF. VALOR: R\$ 1.280,00. DATA DO CONTRATO: 07/12/2015.

Contrato nº. 165/2015 – Pregão Presencial nº 138/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Janaina Favero - ME, CNPJ nº. 10.599.681/0001-10 - Contratada. OBJETO: aquisição de mobiliário em geral para modernização e aprimoramento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário. PRAZO: 15 dias a contar da AF. VALOR: R\$ 2.515,00. DATA DO CONTRATO: 07/12/2015.

Contrato nº. 166/2015 – Pregão Presencial nº 138/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Jackson Neimar Pedrassani-ME, CNPJ nº. 09.552.508/0001-77 - Contratada. OBJETO: aquisição de mobiliário em geral para modernização e aprimoramento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário. PRAZO: 15 dias a contar da AF. VALOR: R\$ 7.950,00. DATA DO CONTRATO: 07/12/2015.

Contrato nº. 167/2015 – Pregão Presencial nº 140/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Mover Veículos Ltda, CNPJ nº 21.221.248/0001-52 - Contratada. OBJETO: de um veículo novo tipo minivan, ano 2015, modelo 2016, marca Chevrolet Spin/LTZ, destinado às atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário de Seara. PRAZO: 15 dias a contar da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 68.300,00. DATA DO CONTRATO: 17/12/2015.

Contrato nº 168/2015 - Termo de Aditamento nº. 003/2015 ao Contrato nº. 091/2015 - Tomada de Preços nº. 055/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Setep Construções S.A., CNPJ nº. 83.665.141/0001-50 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 90 (noventa) dias, a contar de 27/12/2015. DATA DO CONTRATO: 22/12/2015.

Contrato 169/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 163/2013 – Tomada de Preços nº. 078/2013.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa E. U. Consultoria e Planejamento S/C, CNPJ nº. 04.986.007/0001-85 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 06 (seis) meses, a contar de 31/12/2015. DATA DO CONTRATO: 22/12/2015.

Contrato nº. 170/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 071/2013 – Tomada de Preços nº. 028/2013.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa E. U. Consultoria e Planejamento S/C, CNPJ nº. 04.986.007/0001-85 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato até 31/07/2016. DATA DO CONTRATO: 22/12/2015.

Contrato nº. 171/2015 – Pregão Presencial nº 141/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Gilson

J. Michaelsen -ME, CNPJ nº. 10.528.243/0001-50 - Contratada. OBJETO: aquisição de um conjunto de letreiro, caixa em ACM, face com brason adesivado com vinil automotivo, instalado para o 6º BBM – Batalhão de Bombeiros Militares de Seara – SC. PRAZO: 15 dias a contar da AF. VALOR: R\$ 6.600,00. DATA DO CONTRATO: 22/12/2015.

Contrato nº. 172/2015 – Concorrência Pública nº 139/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Loiri A. Christ - ME, CNPJ nº. 10.620.413/0001-22 - Contratada. OBJETO: concessão de uso de espaço físico próprio, no Centro Educacional Esportivo Carecão para exploração dos serviços de bar e lanchonete, com a área de 200m². PRAZO: 12 meses a contar da assinatura do contrato. VALOR DA JÓIA: R\$ 2.000,00. VALOR MENSAL DA CONCESSÃO: R\$559,48 DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 173/2015 – Dispensa de Licitação nº 1153/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA - 09.427.503/0001-12 - Contratada. OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC; Gestão de Obras; Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional; Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA; Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN. PRAZO: 01/01/2016 a 31/12/2016. VALOR: R\$ 14.280,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 174/2015 – Pregão Presencial nº. 145/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Osmar Luiz Kraemer - ME, CNPJ nº. 17.148.056/0001-90 - Contratada. OBJETO: aquisição de cortinas novas instaladas para o centro de referência da assistência social – CRAS Seara. PRAZO: 15 dias a contar da AF. VALOR: R\$ 2.840,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 175/2015 - Termo de aditamento nº. 001/2015 ao Contrato nº. 001/2014 – Pregão Presencial nº. 125/2013.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Editora Positivo Ltda, CNPJ nº. 79.719.613/0001-33 – Contratada. OBJETO: Aquisição de instrumentos pedagógicos para alunos e professores da rede municipal de educação. PRAZO: 12 meses a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 365.238,36. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 176/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 079/2012 – Pregão Presencial nº 045/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Betha Sistemas Ltda, CNPJ nº 00.456.865/0001-67 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 04 (quatro) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 50.629,56. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 177/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 090/2013 - Dispensa de Licitação nº. 064/2013.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Betha Sistemas Ltda, CNPJ nº 00.456.865/0001-67 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 04 (quatro) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 760,32. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 178/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 177/2014 – Pregão Presencial nº. 131/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda, CNPJ nº. 07.753.029/0001-93, – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 3.971,88. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 179/2015 - Termo de Aditamento n.º 001/2015 ao Contrato n.º. 062/2015 - Pregão Presencial n.º. 026/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Rádio Belos Montes de Seara Ltda-ME, CNPJ n.º 81.387.490/0001-22 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 91.600,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 180/2015 - Termo de Aditamento n.º 001/2015 ao Contrato n.º. _079/2015 – Pregão Presencial n.º. 038/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Editora Belos Montes Ltda - ME, CNPJ n.º 04.348.476/0001-79 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 89.225,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 181/2015 - Termo de Aditamento n.º 001/2015 ao Contrato n.º. _080/2015 – Pregão Presencial n.º. 038/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Editora Gazeta Oeste Ltda, CNPJ n.º 07.786.094/0001-15 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 42.370,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º. 182/2015 - Termo de Aditamento n.º. 002/2015 ao Contrato n.º. 139/2014- Pregão Presencial n.º. 092/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Isandra Salvagni - ME, CNPJ n.º. 11.208.754/0001-58 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 32.392,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 183/2015 - Termo de Aditamento n.º. 004/2015 ao Contrato n.º. _154/2014 - Pregão Presencial n.º. 103/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Frosinet – Frosi Informática Ltda - ME, CNPJ n.º 04.351.269/0001-73 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 30.804,60. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 184/2015 Termo de Aditamento n.º 002/2015 ao Contrato n.º. 112/2015 – Pregão Presencial n.º. 076/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa RI Soluções em Planejamento e Desenvolvimento Regional Ltda - ME, CNPJ n.º. 12.665.060/0001-02 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 39.750,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 185/2015 - Termo de Aditamento n.º 001/2015 ao Contrato n.º. 191/2013 - Pregão Presencial n.º. 127/2013.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda - ME, CNPJ n.º.10.954.970/0001-80 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 16.728,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 186/2015 - Termo de Aditamento n.º 002/2015 ao contrato n.º 016/2011 - Pregão Presencial n.º. 005/2011.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa PKS Servicos Ltda, CNPJ n.º 05.631.897/0001-75, Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12

(doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 44.043,96. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 187/2015 - Termo de Aditamento n.º. 001/2015 ao Contrato n.º 087/2015 - Dispensa de Licitação n.º 060/2015

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e Moacir Nadir Schneider, corretor de imóveis, CRECI nº 16984, CPF Nº. 541.321.429-49 – Locador. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR MENSAL: R\$ 750,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º. 188/2015 - Termo de aditamento n.º. 001/2015 ao Contrato n.º 247/2014 – Inexigibilidade de Licitação nº 159/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e M.A. Serviços de Alojamento Ltda Me, CNPJ n.º 07.353.831/0001-96 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato até 31/03/2016. VALOR TOTAL: R\$ 15.472,62. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º. 189/2015 - Termo de aditamento n.º 001/2015 ao Contrato n.º 116/2015 – Pregão Presencial n.º 084/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Digimaq Multimarcas Comércio de Máquinas e Suprimentos Ltda-ME, CNPJ n.º 01.974.813/0001-45 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 43.740,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 190/2015 - Termo de Aditamento n.º 002/2015 Contrato n.º 057/2014 – Dispensa de Licitação n.º 033/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e os Senhores Altivo Jacob Consalter, CPF nº 020.697.419-15 e Rosemari Barbieri Consalter, CPF nº. 513.820.839-04 - Locadores. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: 10.337,16. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 191/2015 - Termo de Aditamento n.º 002/2015 ao Contrato n.º 006/2014 – Dispensa de Licitação n.º 006/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Neuri Balzan, CPF n.º 626.456.099-53 – Locador. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 4.844,04. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º. 192/2015 - Termo de aditamento n.º 002/2015 ao Contrato n.º 005/2014 - Dispensa de Licitação n.º 005/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Antonio Mezaroba, CPF n.º 284.159.300-20 – Locador. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 7.202,28. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º. 193/2015 - Termo de aditamento n.º 001/2015 ao contrato n.º 186/2011 – Dispensa de Licitação n.º 117/2011.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Ladi Antonio Alberti, CPF n.º 476.699.009-97 – Locador. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 809,20. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º. 194/2015 - Termo de aditamento n.º 002/2015 ao Contrato n.º 003/2014 - Dispensa de Licitação n.º 003/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Jeam Carlos Paludo, CPF n.º 052.045.549-55– Locador. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 6.692,40. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 195/2015 - Termo de aditamento nº 002/2015 ao Contrato nº. 002/2014 - Dispensa de Licitação nº. 002/2014.
PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a Sra. Lúcia Maria Depicoli Thiele, CPF nº. 021.164.849-36 – Locadora. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 6.309,96. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 196/2015 - Termo de aditamento nº 001/2015 ao contrato nº 001/2012 –Dispensa de Licitação nº. 002/2012.
PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Rozalino Nardi, CPF nº. 422.474.709-04 – Locador. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 2.583,60. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 197/2015 - Termo de Aditamento nº. 001/2015 ao Contrato nº. 009/2012 - Tomada de Preços nº. 008/2012.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Unitecno – Cooperativa de Trabalho de Profissionais e Serviços Tecnológicos, CNPJ nº. 02.696.637/0001-90 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 56.152,32. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 198/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 111/2011 - Concorrência Pública nº. 086/2011.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Rone-tran Ltda - EPP, CNPJ nº. 00.776.042/0001-19 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 810.093,06. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 199/2015 - Termo de aditamento nº. 001/2015 ao Contrato nº. 251/2014 - Dispensa de Licitação nº. 160/2014
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI, CNPJ nº. 83.052.191/0001-62 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 22.454,28. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 200/2015 - Termo de aditamento nº 002/2015 ao Contrato nº. 004/2014 - Dispensa de Licitação nº. 004/2014
PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a Sra. Eni Zanuzzo Laitano, CPF nº. 134.224.139-87 – Locadora. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 8.094,60. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 201/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 009/2014 – Inexigibilidade Licitação nº. 010/2014.
PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a empresa Reunidas S/A Transportes Coletivos, CNPJ nº 83.054.395/0001-32 – Concessionária. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da concessão por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 4.132,56. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 202/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 063/2012 - Edital de Concorrência Pública nº. 029/2012.
PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a empresa Luciano Pedro Epim 03080047958, CNPJ nº. 14.402.151/0001-80, – Concessionária. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da concessão por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 5.528,40. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 203/2015 - Termo de Aditamento nº 002/2015 ao Contrato nº. 100/2014 – Dispensa de Licitação nº. 064/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e os Senhores Neodir Francisco Rossi, CPF nº. 716.122.629-53, e Lorena Garghetti Rossi, CPF nº. 777.169.659-72, - Locadores. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 13.000,92. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 204/2015 - Termo de Aditamento nº. 001/2015 ao Contrato nº. 099/2015.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Varitus Brasil Eireli, CNPJ nº. 10.227.276/0001-60 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR: R\$ 5.520,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 205/2015 - Termo de Aditamento nº. 001/2015 ao Contrato Administrativo nº. 212/2006 – Convite nº. 119/2006.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e o Sr. Gian Carlo Possan, CPF nº 798.875.979-53 – Contratado. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 206/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato Administrativo nº. 022/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Montanha Transportes Ltda - ME, CNPJ nº. 01.615.836/0001-63 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 219.924,60. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 207/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato Administrativo nº. 017/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair e Vitalino Transportes Ltda - ME , CNPJ nº. 04.753.884/0001-06 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 107.730,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 208/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 024/2012 - Pregão Presencial nº. 003/2012.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Jung & Cia. Ltda – ME, CNPJ nº. 02.080.787/0001-74 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 62.521,20. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 209/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 029/2012 - Pregão Presencial nº. 003/2012.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Montanha Transportes Ltda - ME, CNPJ nº. 01.615.836/0001-63 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 84.027,30. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 210/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 028/2012 - Pregão Presencial nº. 003/2012.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair e Vitalino Transportes Ltda - ME , CNPJ nº. 04.753.884/0001-06 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 45.055,50. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 211/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 003/2013 - Pregão Presencial nº. 082/2012.
PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair e Vitalino Transportes Ltda - ME , CNPJ nº. 04.753.884/0001-06 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato

por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 58.522,20. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 212/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 026/2012 - Pregão Presencial nº. 003/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Mauro A. Hartmann – ME, CNPJ nº. 14.778.353/0001-21 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 71.897,70. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 213/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato Administrativo nº. 016/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Bordignon & Cia Ltda, CNPJ nº. 10.843.136/0001-17 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 115.630,20. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 214/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 027/2012 - Pregão Presencial nº. 003/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Transportes Coletivos Hermes Ltda - ME, CNPJ nº. 14.787.651/0001-88 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 129.122,70. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 215/2015 - Termo de Aditamento nº. 001/2015 ao Contrato Administrativo nº. 021/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Loiri A. Christ - ME, CNPJ nº. 10.620.413/0001-22 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 56.070,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 216/2015 - Termo de Aditamento nº. 001/2015 ao Contrato Administrativo nº. 023/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa PM – Transportes Ltda - ME, CNPJ nº. 04.794.438/0001-40 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 52.500,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 217/2015 - Termo de Aditamento nº. 001/2015 ao Contrato Administrativo nº. 019/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Transportes Coletivos Hermes Ltda - ME, CNPJ nº. 14.787.651/0001-88 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 84.798,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 218/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato Administrativo nº. 018/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Cleice Somensi - ME, CNPJ nº. 05.513.340/0001-30 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 94.523,10. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 219/2015 - Termo de Aditamento nº. 001/2015 ao Contrato Administrativo nº. 020/2015 – Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Isandra Salvagni - ME, CNPJ nº. 11.208.754/0001-58 – Contratada. OBJETO:

prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 37.233,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 220/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato nº. 025/2012 - Pregão Presencial nº. 003/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maristela F. M. Fernandes – ME, CNPJ nº. 08.204.755/0001-10 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 45.015,60. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 221/2015- Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato Administrativo nº. 032/2012 - Pregão Presencial nº. 016/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Prigol Transportes Ltda - ME, CNPJ nº. 05.443.799/0001-04 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 42.514,50. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 222/2015 - Termo de Aditamento nº. 002/2015 ao Contrato 153/2014 - Pregão Presencial nº. 105/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Previu Consultoria e Assessoria em Comunicação e Marketing Ltda, CNPJ nº. 13.450.637/0001-21 – Contratada. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 06 (seis) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 20.154,72. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 223/2015 - Termo de aditamento nº 001/2015 ao Contrato n.º 090/2015 - - Dispensa de Licitação n.º 066/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Zanuzzo e Cia Ltda, CNPJ nº. 86.261.666/0001-19 – Locadora. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR MENSAL: R\$ 1.600,00. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 224/2015 - Termo de Rescisão Amigável ao Contrato n.º 141/2012 — Dispensa de Licitação nº. 078/2012.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a empresa Sul Invest Imobiliária Ltda, CNPJ nº 07.848.429/0001-82 – Locadora. OBJETO: rescisão amigável do contrato nº. 141/2012, com efeitos a partir da data de 02/01/2016. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 225/2015 - Edital Tomada de Preços nº 146/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Instituto Giombelli de Educação e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda ME, CNPJ nº 07.820.557/0001-18 - Contratada. OBJETO: prestação de forma continuada de serviços em gestão, consultoria e auditoria nas áreas administrativa, legislativa, tributária, gestão de recursos humanos ao Gabinete do Prefeito Municipal e demais órgãos da Administração Direta e Indireta. PRAZO: 01/01/2016 a 31/12/2016. VALOR MENSAL: R\$ 9.710,35. DATA DO CONTRATO: 30/12/2015.

Contrato nº. 226/2015 - Termo de aditamento nº 002/2015 ao Contrato n.º 008/2014 - Dispensa de Licitação n.º 008/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e os senhores Genécio Sperança, CPF nº 364.710.200-82, e Salete Rogoski Sperança, 162.566.030 - Locadores. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 03 (três) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 2.539,92 . DATA DO CONTRATO: 30/12/2015.

Contrato nº. 227/2015 - Termo de aditamento nº 001/2015 ao Contrato n.º 141/2015 - Dispensa de Licitação n.º 112/2015.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Seara, CNPJ nº 75.321.323/0001-86 - Locador. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato

por 04 (quatro) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 20.000,00 . DATA DO CONTRATO: 30/12/2015.

Contrato n.º 228/2015 - Termo de Aditamento n.º 001/2015 ao Contrato n.º 011/2015 - Dispensa de Licitação n.º 002/2015.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Seara, CNPJ nº 86.264.017/0001-71 - Locador. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 03 (três) meses a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL: R\$ 2.934,30. DATA DO CONTRATO: 30/12/2015.

Convênio n.º 019/2015.

PARTES: O Município de SEARA – Município Sede, e os Municípios de: ARABUTÃ, ARVOREDO, IPUMIRIM, ITA, LINDÓIA DO SUL, PAIAL e XAVANTINA – Municípios Conveniados. OBJETO: Cooperação Financeira para viabilizar o funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. VALOR: R\$ 0,08 (oito centavos) por habitante/mês, de cada município. DATA DO CONVÊNIO: 08/12/2015.

Convênio nº 20/2015 – Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 03/2015.

PARTES: O Município de Seara, e o Serviço Social da Indústria, CNPJ nº. 03.777.341/0001-66. OBJETO: Remaneja o valor das metas do plano de trabalho do Convênio nº 03/2015, que tem por objeto o atendimento, pelo SESI, em Educação Infantil, na modalidade de Creche, para 100 (cem) crianças na faixa etária entre quatro meses a três anos e onze meses de idade, filhos(as) de trabalhadoras da EMPRESA SEARA ALIMENTOS LTDA, no Município de Seara/SC. PRAZO: até 31/12/2015. DATA DO CONVÊNIO: 09/12/2015.

Fundação Cultural de Seara – FCS

Contrato n.º 007/2015-FCS - Termo de Aditamento n.º 002/2015 ao Contrato n.º 001/2013-FCS Dispensa de Licitação nº. 002/2013-FCS.

PARTES: A Fundação Cultural de Seara – Locatária, e o Sr. Erni Schumann, CPF nº 032.032.209-20 – Locador, OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 95,32/mês. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 008/2015-FCS - Termo de Aditamento n.º 002/2015 ao Contrato nº 002/2011 – Pregão Presencial nº 001/2011-FCS.

PARTES: A Fundação Cultural de Seara – Locatária, e a empresa PKS Serviços Ltda-ME – Locadora, CNPJ nº 05.631.897/0001-75. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº. 002/2011 até a data de 31/01/2016. VALOR: R\$ 806,48/mês. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

Contrato nº 042/20015 - FMS – Pregão Presencial nº. 034/2015-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ nº. 00.802.002/0001-02- Contratada. OBJETO: Aquisição de equipamentos para modernização da saúde básica e estruturação dos ESF's do Município. PRAZO: 31/12/2015. VALOR: R\$ 32.539,00. DATA DO CONTRATO: 17/12/2015.

Contrato nº 043/20015 - FMS – Pregão Presencial nº. 034/2015-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Logitex Brasil Comercial Ltda - ME, CNPJ nº. 22.392.045/0001-91- Contratada. OBJETO: Aquisição de equipamentos para modernização da saúde básica e estruturação dos ESF's do Município. PRAZO: 31/12/2015. VALOR: R\$ 19.157,40. DATA DO CONTRATO: 17/12/2015.

Contrato nº 044/20015 - FMS – Pregão Presencial nº. 034/2015-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa M.H.M. do Couto Comercial Ltda - ME, CNPJ nº. 97.533.241/0001-38 - Contratada. OBJETO: Aquisição de equipamentos para modernização da saúde básica e estruturação dos ESF's do Município. PRAZO: 31/12/2015. VALOR: R\$ 9.200,00. DATA DO CONTRATO: 17/12/2015.

Contrato nº 045/2015-FMS – Termo de Aditamento n.º. 002/2015 ao Contrato nº. 015/2014-FMS – Tomada de Preços nº. 018/2014–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa ECGT Construções Ltda - EPP, CNPJ nº. 06.907.152/0001-59- Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº. 015/2014 em mais 90 (noventa) dias, a contar de 31/12/2015. PRAZO: 30/03/2016. DATA DO CONTRATO: 22/12/2015.

Contrato nº 046/2015-FMS – Termo de Aditamento n.º. 006/2015 ao Contrato nº. 016/2014-FMS – Tomada de Preços nº. 019/2014–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Artebraz Serviços de Construções Ltda – ME, CNPJ nº. 09.266.219/0001-01 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº. 016/2014 em mais 60 (sessenta) dias, a contar de 27/12/2015. PRAZO: 26/02/2016. DATA DO CONTRATO: 22/12/2015.

Contrato n.º 047/2015-FMS – Termo de Aditamento nº 002/2015 ao Contrato n.º 019/2014-FMS – Dispensa de Licitação nº. 026/2014–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Locatário, e o Senhor Darci Arnedo Jung, CPF nº 501.904.589-68 e a Senhora Selizane Reginato Jung, CPF nº 433.591.400-87, Locadores. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 4.056,77/mês. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 048/2015-FMS - Termo de Aditamento n.º 002/2015 ao Contrato nº 002/2011 – Pregão Presencial nº 001/2011-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Locatário, e a empresa PKS Serviços Ltda-ME – Locadora, CNPJ nº 05.631.897/0001-75. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº. 002/2011 até a data de 31/01/2016. VALOR: R\$ 2.151,12/mês. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 049/2015-FMS – Termo de Aditamento nº 002/2015 ao Contrato n.º 003/2012-FMS – Tomada de preços nº. 005/2012 - FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a Senhora Maria Luiza Marcon, Contratada, CPF nº. 385.689.509-49. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 1.921,26/mês. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 050/2015-FMS – Termo de Aditamento n.º 002/2015 ao contrato nº 001/2013 – Dispensa de Licitação nº 001/2013-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Locatário, e a Senhora Ermelinda Casarotto Adami, CPF nº 163.525.489-20, Locadora. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016 e reajuste de valor. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 996,68/mês. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 051/2015-FMS – Termo de Aditamento nº 002/2015 ao Contrato n.º 001/2014-FMS – Dispensa de Licitação nº. 003/2014–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Locatário, e o Senhor Antonio Neuri Pozzebon, CPF nº

195.821.299-7e a Senhora Roseclair Inês Nardi Pozzebon, CPF nº 347.382.829-72, Locadores. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 1.062,28/mês. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 052/2015-FMS – Termo de Aditamento n.º 001/2015 ao contrato nº 036/2011 – Dispensa de Licitação nº 033/2011-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Locatário, e a Senhora Angelina Fátima Marques dos Santos, CPF nº 017.860.059-80, Locadora. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016 e reajuste de valor. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 2.178,07/mês. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 053/2015-FMS - Termo de Aditamento n.º 003/2015 ao Contrato nº 002/2014 –FMS – Inexigibilidade de Licitação nº. 004/2014–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque de Seara, Contratada, CNPJ n.º 83.506.030/0006-06. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 1.998,04/feriados e fins de semana e R\$ 999,02/dia útil. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 054/2015-FMS - Termo de Aditamento n.º 001/2015 ao Contrato nº 016/2015 –FMS – Inexigibilidade de Licitação nº. 009/2015–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque de Seara, Contratada, CNPJ n.º 83.506.030/0006-06. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 17.271,00/mês. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato n.º 055/2015-FMS - Termo de Aditamento n.º 001/2015 ao Contrato nº 003/2014 –FMS – Inexigibilidade de Licitação nº. 005/2014–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque de Seara, Contratada, CNPJ n.º 83.506.030/0006-06. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 31/12/2016. VALOR PREVISTO: R\$ 905.054,79. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 056/2015 – Termo de aditamento nº. 001/2015 ao Contrato nº. 042/2015-FMS – Pregão Presencial nº. 034/2015-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ nº. 00.802.002/0001-02- Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 04 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 30/04/2016. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 057/2015 – Termo de aditamento nº. 001/2015 ao Contrato nº. 043/2015-FMS – Pregão Presencial nº. 034/2015-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Logitex Brasil Comercial Ltda - ME, CNPJ nº. 22.392.045/0001-91- Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 04 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 30/04/2016. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Contrato nº. 058/2015 – Termo de aditamento nº. 001/2015 ao Contrato nº. 044/2015-FMS – Pregão Presencial nº. 034/2015-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa M.H.M. do Couto Comercial Ltda - ME, CNPJ nº. 97.533.241/0001-38- Contratada. OBJETO: Prorrogação

do prazo de vigência para mais 04 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 30/04/2016. DATA DO CONTRATO: 29/12/2015.

Seara, SC, 19 de janeiro de 2016.
Mirian L. Gabriel
Departamento de Licitações

PORTARIA Nº 31

PORTARIA Nº 031, de 19 de janeiro de 2016

Aprova e Divulga Relatório de Gestão Fiscal do Município de Seara - SC.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos X e XIX do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e considerando as disposições estabelecidas, nos artigos 48, 54, 55 e 63 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, na Lei Municipal nº 1.198, de 22 de março de 2001 e, na Portaria MF/STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e divulgar o Relatório de Gestão Fiscal do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – SNT supra mencionada, com informações realizadas e registradas no Departamento de Contabilidade, das Unidades Gestoras da Administração Direta, Direta Descentralizada e Fundacional, relativo ao 2º (segundo) Semestre de 2015, composto dos seguintes anexos:

- a) Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- b) Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- c) Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- d) Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito;
- e) Anexo 5 – Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;
- f) Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, em 19 de janeiro de 2016
LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 19 de janeiro de 2016

Vanderli Almeida Ramos
Secretário de Administração

PORTARIA Nº. 030/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 030/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 137 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve, Convocar, Marcia Ires Sczesny Hoff - matrícula 115001, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Interno, com férias registradas para o período de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2016, conforme Portaria nº. 486/2015, para retornar ao trabalho a partir de 18 de janeiro de 2016, por imperiosa necessidade do serviço público, sendo que os dias restantes serão usufruídos em outro período definido pelo Executivo Municipal, em comum acordo com o servidor.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 18 de janeiro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 18 de janeiro de 2016.

Vanderci Almeida Ramos

Secretário da Administração.

PORTARIA Nº 31 - ANEXO 1

MUNICÍPIO DE SEARA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.473.470,88	0,00
Pessoal Ativo	21.538.788,01	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	934.682,87	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	80.853,28	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	80.853,28	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	22.392.617,60	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.062.524,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	22.392.617,60	49,69
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	24.333.763,06	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	23.117.074,90	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	21.900.386,75	48,60

FONTE:

SEARA, 19/01/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

ADEMIR VERZA
Sec.Mun.Fazenda CPF 592.391.239-20

ARLEI DE COL
Cons.Controle Interno CPF 836.014.309-91

PORTARIA Nº 31 - ANEXO 2

MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.828.435,81	1.328.244,09	1.260.239,36
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.487.595,11	987.403,39	819.431,08
Interna	1.487.595,11	987.403,39	819.431,08
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	340.840,70	340.840,70	440.808,28
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.396.128,15	3.207.874,19	2.493.650,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.729.262,39	4.586.224,27	3.398.075,23
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.333.134,24	1.378.350,08	904.424,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-567.692,34	-1.879.630,10	-1.233.411,08
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	42.198.796,47	43.140.498,24	45.062.524,18
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,33%	3,08%	2,80%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-1,35%	-4,36%	-2,74%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	50.638.555,76	51.768.597,89	54.075.029,02
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	45.574.700,19	46.591.738,10	48.667.526,11

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.487.595,11	987.403,39	819.431,08
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	448.694,44	412.547,94	422.343,71
De Tributos	376.639,06	368.997,54	356.223,24
De Contribuições Sociais	72.055,38	43.550,40	66.120,47
Previdenciárias	72.055,38	43.550,40	66.120,47
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.038.900,67	574.855,45	397.087,37

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.038.900,67	574.855,45	397.087,37

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	102.914,56	493.732,55	117.907,37
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	797.934,87	7.557.252,35	1.307.881,59
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SEARA, 19/01/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

ADEMIR VERZA
Sec.Mun.Fazenda CPF 592.391.239-20

ARLEI DE COL
Cons.Controle Interno CPF 836.014.309-91

FONTE:

PORTARIA Nº 31 - ANEXO 3

MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	42.198.796,47	43.140.498,24	45.062.524,18
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	9.283.735,22	9.490.909,61	9.913.755,32
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	8.355.361,70	8.541.818,65	8.922.379,79

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SEARA, 19/01/2016

 LACI GRIGOLO
 Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

 ADEMIR FRANCISCO MORA
 Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

 ADEMIR VERZA
 Sec.Mun.Fazenda CPF 592.391.239-20

 ARLEI DE COL
 Cons.Controle Interno CPF 836.014.309-91

PORTARIA Nº 31 - ANEXO 4

MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

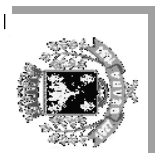
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	45.062.524,18	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	7.210.003,87	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	6.489.003,48	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.154.376,69	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

SEARA, 19/01/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

ADEMIR VERZA
Sec.Mun.Fazenda CPF 592.391.239-20

ARLEI DE COL

Cons.Control Interno CPF 836.014.309-91

PORTARIA Nº 31 - ANEXO 5

MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO



RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							RS 1,00		
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Alienação de Bens - Sup.Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Outros Programas	99.410,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.410,26	0,00	0,00
Apoio a Pessoa Idosa - A.P.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASPS Saúde 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASPS Saúde 15% - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica - SUS Estado	26,81	0,00	25.690,70	0,00	0,00	(25.663,89)	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica - SUS Estado - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica - SUS União	14.220,55	0,00	0,00	0,00	0,00	14.220,55	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica - SUS União - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPS - SUS Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPS I - Incentivo ao Custeio - Sup.Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPS I - Incentivo ao Custeio - SUS União	64.717,52	0,00	0,00	0,00	0,00	64.717,52	0,00	0,00	0,00
CFM - Compl.Fin.Rec.Minerais	2.892,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.892,00	0,00	0,00	0,00
CFM - Compl.Fin.Rec.Minerais - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIDE	825,76	0,00	0,00	0,00	0,00	825,76	0,00	0,00	0,00
CIDE - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Co-Financiamento - SUS Estado	103.456,03	0,00	0,00	0,00	0,00	103.456,03	0,00	0,00	0,00
Co-Financiamento - SUS Estado - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMAD	197,12	0,00	0,00	0,00	0,00	197,12	0,00	0,00	0,00
COMAD - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cont.Repasse 777647/2012/MDA/CAixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cont.Repasse 807333/2014/MDA/CAixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conv.Assistência Social - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conv.Corpo de Bombeiros Militar	93.585,35	0,00	586,05	0,00	0,00	92.999,30	6.600,00	0,00	0,00
Conv/MDA nº 815921/2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conv.SDR/Seara Aquis.Veículo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/7



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/7

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Conv.SDR/Seara Move Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conv.SUS Estado - Equip.Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conv.SUS União - Equip.Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conv.SUS União - Obras	20.508,12	0,00	0,00	93.058,12	0,00	(72.550,00)	0,00	0,00
Conv.SUS União - Obras - Sup.Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Estado - Transp.Escolar	10.133,84	0,00	78.990,24	0,00	0,00	(68.856,40)	0,00	0,00
Convênio Multas de Transito PM/PC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios da Assistência Social - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estado - Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estado - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estado - FUNDAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estado - Infra-Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estado - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estado - Saúde - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estado - Sec. Cidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Saúde - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios União - Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios União - Agricultura - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios União - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios União - Educação	4.077,36	0,00	0,00	0,00	0,00	4.077,36	0,00	0,00
Convênios União - Esportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios União - Habitação	147.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.650,00	295.300,00	0,00
Convênios União - Infra-Estrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios União - Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios União - Min. Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/7



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
							(b)			
		(a)								(f) = (a - (b + c + d + e))
	Convênios União - Min.Integração Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênios União - Min.Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COSIP	322.354,13	0,00	59.828,07	0,00	0,00	1.163,79	261.362,27	0,00	0,00
	COSIP - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Defesa Civil - Estiagem - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Estrut.Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	192.331,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.331,19	0,00	0,00
	Estrut.Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Sup.Fina	0,00	0,00	1.955,23	0,00	0,00	0,00	(1.955,23)	60.251,57	0,00
	FEAS - Alta Complexidade	6.448,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.448,54	7.763,95	0,00
	FEAS - Alta Complexidade - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FEAS/Benefícios Eventuais	305,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305,66	0,00	0,00
	FEAS/Benefícios Eventuais - Sup.Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FEAS/Proteção Básica	179,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,12	0,00	0,00
	FEAS/Proteção Básica - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FIA Lei Federal 9250 (IRPF)	4.713,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.713,20	0,00	0,00
	FMAS/ACESSUAS	10.304,91	0,00	128,95	0,00	0,00	0,00	10.175,96	0,00	0,00
	FMAS/ACESSUAS - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FMAS/SCFV	12.005,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.005,59	742,80	0,00
	FMAS/SCFV - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FNAS - APAE	13.978,68	0,00	182,18	0,00	0,00	0,00	13.796,50	6.080,00	0,00
	FNAS - IGD/SUAS	162,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162,59	0,00	0,00
	FNAS - IGD/SUAS - 2012	314,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314,31	0,00	0,00
	FNAS - IGD/SUAS - 2012 _ Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FNAS - IGD/SUAS - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FNAS - PBF/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FNAS - PBF/PAIF	30.996,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.996,45	14.670,50	0,00
	FNAS - PBF/PAIF - Sup. Financeiro	0,00	0,00	921,10	0,00	0,00	0,00	(921,10)	12.661,00	0,00
	FNAS Programa de Atenção a Criança	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00

Continua 37



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 47

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
FNAS/BPC	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00
FNAS/CPBF	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00
FNAS/PTMC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - Apoio a Creches - Brasil Carinhoso	5.599,65	0,00	0,00	0,00	0,00	5.599,65	0,00	0,00
FNDE - Caminho da Escola - PTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE - Plano Ação Artic.- PAR/TD - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.031,80	0,00
FNDE - Plano Ação Articulada - PAR/TD	21.135,19	0,00	0,00	0,00	0,00	21.135,19	406.855,00	0,00
FNDE - TD - Apoio a Creches	2.044,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.044,26	0,00	0,00
FNDE - TD - Apoio a Creches - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE PNAE Merenda Escolar	12.395,40	0,00	12.395,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE PNATE Transporte Escolar	11.494,34	0,00	11.494,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE PNATE Transporte Escolar - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNDE Salário Educação	56.375,15	0,00	866,51	0,00	0,00	55.508,64	0,00	0,00
FNDE Salário Educação - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FRBL - Proc.01/2012 Conv. 07/2012 EscolaXEduc.Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FRBL - Proc.44/2011 Convênio 06/2012 Casa Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundeob 40,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundeob 60,00%	71.512,68	0,00	57.182,57	0,00	14.330,11	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP	14.931,09	0,00	2.757,20	0,00	0,00	12.173,89	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IGD-PBF	4.218,95	0,00	0,00	0,00	0,00	4.218,95	0,00	0,00
IGD-PBF - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo Const.de Academias da Saúde - SUS União	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	(20.000,00)	0,00	0,00
Incentivo Const.de Academias da Saúde - SUS União - Sup.Fina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo Hospitalar - SUS Estado	11.728,06	0,00	0,00	0,00	0,00	11.728,06	0,00	0,00
Incentivo Hospitalar - SUS Estado - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenização de Bens de Capital	72.013,20	0,00	0,00	0,00	0,00	72.013,20	0,00	0,00

Continua 47



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a"))

Continuação 57

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Investim. - Equip.Odontológicos - Sup.Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos - Equip.Odontológicos	3.617,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.617,60	0,00	0,00
MDA Cont.Repasse 763978/2011/MDA/Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MDE - 25,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério da Int.Nacional/Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MPSC/FRBL - PROCON	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MS/FUNASA Plano Mun.San. Básico	15.457,65	0,00	0,00	0,00	0,00	15.457,65	0,00	0,00
MS/FUNASA Plano Mun.San. Básico - Sup.Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas de Trânsito - Prefeitura	457.278,43	0,00	5.904,18	0,00	520,08	450.854,17	4.243,50	0,00
Multas de Trânsito - Prefeitura - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.270,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PACS - SUS União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PACS - SUS União - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de Atenção Básica - PAB	158.740,62	0,00	29.523,85	0,00	14.494,92	114.721,85	485,00	0,00
Piso de Atenção Básica - PAB - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.163,62)	3.163,62	0,00	0,00
POAVS - SUS Estado	11.222,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11.222,84	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PSF - SUS União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PSF - SUS União - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PTEC FUNCULTURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RENANF - Municipal	19.889,96	0,00	0,00	0,00	0,00	19.889,96	0,00	0,00
RENANF - Municipal - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU - União e Municípios	25.688,03	0,00	4.530,16	0,00	1.467,24	19.690,63	0,00	0,00
SAMU - União e Municípios - Sup.Financeiro	0,00	0,00	182,95	0,00	0,00	(182,95)	0,00	0,00
Saúde Bucal - SUS União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde Bucal - SUS União - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 57



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/7

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) - (b + c + d + e)			
SDR/SEARA Conv.(TR)1178/2014 SDR/SEARA Conv.(TR)1594/2014 SDR/SEARA Conv.(TR)2717/2014 SDR/SEARA Conv.000845 - FAEPES SDR/SEARA Conv.2015(TR)001234 SDR/SEARA Convênio - FAEPES SDR/SEARA Eventos Diversos SDR/SEARA Eventos Diversos - Sup. Financeiro SDR/SEARA Rec.Agricultura SDR/SEARA Recursos Estiagem SUS Plena - União SUS Plena - União - Sup. Financeiro Termo de Compromisso 7904/23/2013/Min.Cidades/Caixa Transferências Diversas SUS Estado Transferências Diversas SUS Estado - Sup. Financeiro Vigilância em Saúde - SUS Município Vigilância em Saúde - SUS Município - Sup. Financeiro Vigilância em Saúde - SUS União Vigilância Saúde - SUS União - Sup. Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	190.662,22	0,00	0,00	3.733,60	0,00	513,01	186.415,61	3.054,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	59.877,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.877,89	102.430,39	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	52.695,68	0,00	0,00	478,88	0,00	0,00	52.216,80	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	246.637,87	0,00	0,00	121,92	0,00	0,00	246.515,96	250,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)						2.241.774,23	924.689,51	0,00
ASPS Saúde 15% ASPS Saúde 15% - Superávit Financeiro Compensação de INSS 8/2010 a 04/2015 Fundo Especial do Petróleo - FEP Fundo Especial do Petróleo - FEP - Sup. Financeiro MDE - 25,00%	6.916,83	0,00	161.688,76	0,00	19.143,93	(173.895,86)	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	(352,00)	352,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	16,71	0,00	0,00	0,00	0,00	16,71	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
							37.322,96	0,00	

Continua 6/7



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/7
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	(b)	(c)					
Ordinários	709.529,73	0,00	392.663,95	10.380,00	51.801,95	254.683,83	222.431,00	0,00	
Outros Programas da Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	716.463,27	0,00	606.970,71	10.380,00	88.581,84	10.530,72	259.753,96	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	3.398.075,23	0,00	904.424,79	123.438,12	117.907,37	2.252.304,95	1.184.443,47	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

SEARA, 19/01/2016

LACI GRIGOLO	ADEMIR FRANCISCO MORA	ADEMIR VERZA
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-88	Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1	Sec. Mun. Fazenda CPF 592.391.239-20

ARLEI DE COL
Cons. Controle Interno CPF 836.014.309-91

PORTARIA Nº 31 - ANEXO 6

MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	45.062.524,18	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	23.250.747,21	51,60
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	27.037.514,51	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	25.685.638,78	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.233.411,08	-2,74
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	54.075.029,02	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.913.755,32	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	817,38	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.210.003,87	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.154.376,69	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.184.443,47	2.252.304,95

FONTE:

SEARA, 19/01/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

ADEMIR VERZA
Sec.Mun.Fazenda CPF 592.391.239-20

ARLEI DE COL
Cons.Controlado Interno CPF 836.014.309-91

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 004/2016

DECRETO Nº 004/2016, de 18 de janeiro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM E FIXA SEU VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2016 e dá outras providências.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no Art. 40 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 249, parágrafo único, da Lei Complementar nº. 017/2014, de 17 de setembro de 2014 e,

CONSIDERANDO, a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, equivalente a 10,54% (dez virgula cinquenta e quatro por cento),

DECRETA :

Art. 1º Fica fixada a Unidade de Referência Municipal – UFRM, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 2,43 (dois reais e quarenta e três centavos).

Art. 2º Integram este Decreto o Anexo I – Demonstrativo da Evolução e Atualização da UFRM e Anexo II – Demonstrativo do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M apurado no período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de janeiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA UFRM INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 017/2014 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Ano de Vigência	Valor da UFRM (R\$)	Índice acumulado no ano (em %)	Período de Apuração
2015	2,20		
2016	2,43	10,5443	1º/01/2015 a 31/12/2015

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO – IGP-M APURADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS NO PERÍODO DE 1º/01/2015 A 31/12/2015

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)
Dez/2015	0,49	10,5443	10,5443
Nov/2015	1,52	10,0053	10,6873
Out/2015	1,89	8,3582	10,0985
Set/2015	0,95	6,3482	8,3588
Ago/2015	0,28	5,3474	7,5538
Jul/2015	0,69	5,0533	6,9639
Jun/2015	0,67	4,3334	5,5829
Mai/2015	0,41	3,6390	4,1041
Abr/2015	1,17	3,2158	3,5442
Mar/2015	0,98	2,0222	3,1450
Fev/2015	0,27	1,0321	3,8499
Jan/2015	0,76	0,7600	3,9638

EXTRATO CONTRATUAL Nº 002/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	002/2016
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME
Objeto	O presente instrumento tem como objeto a licença de uso do Software de Controle das Atividades e Serviços do meio Rural denominado Sicas Rural, bem como a prestação de serviços de assistência técnica do referido Software pela CONTRATADA à CONTRATANTE.
Valor	A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela manutenção anual do Sistema e Licença de Uso do Software Sicas Rural o valor total de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais), pagos mensalmente conforme cláusula quinta. CLÁUSULA QUINTA: Pela prestação dos serviços de assistência técnica a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais).
Vigência....	18/01/2016 á 31/12/2016.
Dotação	Orçamento vigente: 2.010–Assistência ao Produtor Rural/ 33.90.00 DR 0001 – Despesa 65.
SERRA ALTA/SC, 18 de janeiro de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 003/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	003/2016
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	TRANSCUNHADOS TRANSPORTES LTDA.
Objeto	A CONTRATADA, obriga-se a fornecer os itens nº 06, 08, 11 e nº 01 –FMS, relativo a aquisição pelo Município de Serra Alta/ SC, através de suas unidades gestoras, de combustíveis: (gasolina, óleo diesel tipo S-10, óleo diesel tipo S-500) para uso nos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários dos Departamentos, Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Serra Alta/SC.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos combustíveis objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 399.400,00 (Trezentos e noventa e nove mil e quatrocentos reais). Sendo R\$ 3,85 (Três reais e oitenta e cinco centavos) por litro de gasolina, R\$ 3,00 (Três reais) por litro de Óleo Diesel S-500 e R\$ 3,15 (Três reais e quinze centavos) o litro de Óleo Diesel S-10.
Vigência....	19/01/2016 á 31/12/2016.
Dotação	Orçamento vigente: 08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP., OBRAS E SERV. URB. 08.01 – Departamento de Transportes 2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes Despesa 68 e 70 - 3.3.90.30.01 – combustíveis e lubrificantes automotivos 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.01 – Fundo Municipal de Saúde 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Despesa 4 - 3.3.90.30.01 – combustíveis e lubrificantes automotivos
SERRA ALTA, 19 de janeiro de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 004/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	004/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto	AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA. A CONTRATADA, obriga-se a fornecer os itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 07, 09, 10 e nº 02 e 03 – FMS relativo a aquisição pelo Município de Serra Alta/SC, através de suas unidades gestoras, de combustíveis: (gasolina, óleo diesel tipo S-10, óleo diesel tipo S-500) para uso nos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários dos Departamentos, Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Serra Alta/SC.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos combustíveis objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 393.975,00 (Trezentos e noventa e três mil, novecentos e setenta e cinco reais). Sendo R\$ 3,85 (Três reais e oitenta e cinco centavos) por litro de gasolina, R\$ 3,00 (Três reais) por litro de Óleo Diesel S-500 e R\$ 3,15 (Três reais e quinze centavos) o litro de Óleo Diesel S-10.
Vigência.... Dotação	19/01/2016 á 31/12/2016. Orçamento vigente: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO 02.01 – Gabinete do Prefeito 2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito / Despesa 2 - 3.3.90.30.01 03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON. 03.01 – Departamento da Administração 2.300 – Manutenção da Administração Geral/ Despesa 9 - 3.3.90.30.01 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER 05.01 – Departamento da Educação 2.500 – Manutenção Ensino Básico/ Despesa 43 - 3.3.90.30.01 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 07.01 – Departamento de Agricultura 2.010 – Assistência ao Produtor Rural/ Despesa 65 - 3.3.90.30.01 11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social 2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social/ Despesa 97 - 3.3.90.30.01 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.01 – Fundo Municipal de Saúde 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde/ Despesa 4 - 3.3.90.30.01
SERRA ALTA, 19 de janeiro de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - EXERCÍCIO 2016 - CONSOLIDADO



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
CNPJ: 80.622.319/0001-98

Entidade: MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - CONSOLIDADO



DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO													EXERCÍCIO	
Art. 8º da Lei Complementar nº. 101/00 - LRF													2016	
Código e Especificação	MESES												TOTAL	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	1.459.757,52	1.544.521,20	1.338.452,98	1.397.953,76	1.623.647,31	1.452.900,59	1.485.597,54	1.299.634,49	1.267.239,37	1.409.152,91	1.442.962,67	1.947.871,96	17.669.692,30	
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	542.398,35	572.866,92	498.795,05	520.182,79	601.309,05	539.933,60	551.686,62	484.841,63	473.197,10	524.208,36	536.361,39	717.852,61	6.563.633,46	
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	5.780,74	6.131,32	5.279,03	5.525,12	6.458,58	5.752,38	5.887,61	5.118,47	4.984,49	5.571,44	5.711,27	7.799,56	70.000,00	
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	911.578,44	965.522,97	834.378,90	872.245,85	1.015.879,69	907.214,61	928.023,30	809.674,39	789.057,78	879.373,11	900.890,01	1.222.219,79	11.036.058,84	
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	321.165,61	340.567,29	293.400,05	307.019,26	356.676,58	319.596,12	327.080,17	284.514,83	277.099,86	309.582,65	317.321,42	432.890,82	3.888.916,67	
4.4.00.00 - Investimentos	296.391,03	314.290,22	270.775,65	283.340,18	330.998,95	294.943,08	301.847,56	262.578,52	255.737,77	285.705,06	292.844,53	399.464,12	3.588.916,67	
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	24.774,59	26.277,07	22.624,39	23.679,08	27.679,63	24.653,04	25.232,62	21.936,31	21.362,09	23.877,59	24.476,89	33.426,70	300.000,00	
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.129,10	4.379,51	3.770,73	3.946,51	4.613,27	4.108,84	4.205,44	3.696,05	3.560,35	3.979,60	4.079,48	5.571,12	50.000,00	
TOTAL DAS DESPESAS - MÊS	1.785.052,23	1.889.468,00	1.635.623,76	1.708.919,53	1.986.939,16	1.776.605,55	1.816.883,14	1.587.805,37	1.547.899,58	1.722.715,16	1.764.363,56	2.386.333,89	21.608.608,97	
TOTAL DAS DESPESAS - BIMESTRE	3.674.520,24		3.344.543,30		3.763.544,72		3.404.688,52		3.270.614,75		4.150.697,46		21.608.608,97	
METAS QUADRIESTRAIS		7.019.063,53				7.168.233,23				7.421.312,20			21.608.608,97	
METAS BIMESTRAIS - ACUMULADAS	3.674.520,24		7.019.063,53		10.782.608,25		14.187.296,77		17.457.911,51		21.608.608,97		21.608.608,97	

SERRA ALTA, SC, 19 DE JANEIRO DE 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Contadora - CRC/SC 23.683/0-4

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - EXERCÍCIO 2016 - CÂMARA DE VEREADORES



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
CNPJ: 80.622.319/0001-98



Entidade 3: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA

DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO													EXERCÍCIO	
Art. 8º da Lei Complementar nº. 101/00 - LRF													2016	
Código e Especificação	MESES												TOTAL	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	62.083,33	745.000,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	480.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	22.083,33	265.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
4.4.00.00 - Investimentos	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
TOTAL DAS DESPESAS - MÊS	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	63.333,33	760.000,00
TOTAL DAS DESPESAS - BIMESTRE	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	126.666,67	760.000,00
METAS QUADRIMESTRAIS	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	253.333,33	760.000,00
METAS BIMESTRAIS - ACUMULADAS	126.666,67	126.666,67	253.333,33	380.000,00	506.666,67	633.333,33	633.333,33	633.333,33	633.333,33	633.333,33	633.333,33	633.333,33	633.333,33	760.000,00

SERRA ALTA, SC, 19 DE JANEIRO DE 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
 Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
 Contadora - CRC/SC 23.683/0-4

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - EXERCÍCIO 2016 - FMS



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
CNPJ: 80.622.319/0001-98



Entidade 2: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA

DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO													EXERCÍCIO 2016	
Art. 8º da Lei Complementar nº. 101/00 - LRF														
Código e Especificação	MESES												TOTAL	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	294.987,99	312.877,91	269.385,90	281.943,92	329.577,97	293.540,80	300.441,69	261.193,01	254.355,82	284.307,57	291.443,33	398.007,64	3.572.063,56	
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	89.931,75	95.385,77	82.126,55	85.955,06	100.477,05	89.490,55	91.594,40	79.628,82	77.544,39	86.675,65	88.851,10	121.338,92	1.089.000,00	
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	205.056,24	217.492,13	187.259,36	195.988,86	229.100,92	204.050,25	208.847,30	181.564,20	176.811,43	197.631,92	202.592,23	276.668,72	2.483.063,56	
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	26.240,42	27.831,80	23.963,00	25.080,09	29.317,34	26.111,68	26.725,55	23.234,21	22.626,01	25.290,35	25.925,10	35.404,44	317.750,00	
4.4.00.00 - Investimentos	26.240,42	27.831,80	23.963,00	25.080,09	29.317,34	26.111,68	26.725,55	23.234,21	22.626,01	25.290,35	25.925,10	35.404,44	317.750,00	
TOTAL DAS DESPESAS - MÊS	321.228,41	340.709,70	293.348,90	307.024,01	358.895,31	319.652,48	327.167,24	284.427,23	276.981,83	309.597,92	317.368,44	433.412,08	3.889.813,56	
TOTAL DAS DESPESAS - BIMESTRE	661.938,12	1.262.311,03	600.372,92	678.547,79	678.547,79	611.594,46	611.594,46	586.579,75	586.579,75	750.780,52	750.780,52	3.889.813,56	3.889.813,56	
METAS QUADRIESTRAIS										1.337.360,27				
METAS BIMESTRAIS - ACUMULADAS	661.938,12	1.262.311,03	1.262.311,03	1.940.858,82	1.940.858,82	2.552.453,29	2.552.453,29	3.139.033,04	3.139.033,04	3.889.813,56	3.889.813,56	3.889.813,56	3.889.813,56	

SERRA ALTA, SC, 19 DE JANEIRO DE 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
 Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
 Contadora - CRC/SC 23.683/0-4

Entidade 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA



DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO													EXERCÍCIO	
Art. 8º da Lei Complementar nº. 101/00 - LRF													2016	
Código e Especificação		MESES											TOTAL	
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES		1.102.686,19	1.169.559,96	1.006.983,75	1.063.926,51	1.231.986,01	1.097.276,46	1.123.072,51	976.358,14	950.800,22	1.062.762,01	1.089.436,00	1.487.780,99	13.352.628,74
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais		412.466,60	437.481,15	376.668,51	394.227,74	460.831,99	410.443,05	420.092,23	365.212,81	355.652,71	397.532,71	407.510,28	556.513,69	4.994.633,46
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida		5.780,74	6.131,32	5.279,03	5.525,12	6.458,58	5.752,38	5.887,61	5.118,47	4.984,49	5.571,44	5.711,27	7.799,56	70.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes		684.438,86	725.947,50	625.036,22	654.173,65	764.695,43	681.081,03	697.092,67	606.026,86	590.163,02	659.657,86	676.214,44	923.467,73	8.287.995,28
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL		293.675,20	311.485,49	268.187,04	280.689,17	328.111,24	292.234,44	299.104,63	260.030,62	253.223,85	283.042,31	290.146,31	396.236,37	3.556.166,67
4.1.00.00 - Investimentos		268.900,61	285.208,42	245.562,65	257.010,09	300.431,61	287.581,40	273.872,01	238.094,30	231.861,76	259.164,72	265.669,42	362.809,67	3.256.166,67
4.2.00.00 - Amortização da Dívida		24.774,59	26.277,07	22.624,39	23.679,08	27.679,63	24.653,04	25.232,62	21.936,31	21.362,09	23.877,59	24.476,89	33.426,70	300.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		4.129,10	4.379,51	3.770,73	3.946,51	4.613,27	4.108,84	4.205,44	3.696,05	3.560,35	3.979,60	4.079,48	5.571,12	50.000,00
TOTAL DAS DESPESAS - MÊS		1.400.490,49	1.485.424,97	1.278.941,52	1.338.562,19	1.564.710,52	1.393.619,74	1.426.382,57	1.240.044,81	1.207.584,42	1.349.783,91	1.383.661,79	1.889.588,48	16.958.795,41
TOTAL DAS DESPESAS - BIMESTRE		2.885.915,45	2.617.503,71		2.958.330,26		2.666.427,39		2.557.368,33		3.273.250,27		16.958.795,41	16.958.795,41
METAS QUADRIMESTRAIS		5.503.419,17				5.624.757,64				5.830.618,60				16.958.795,41
METAS BIMESTRAIS - ACUMULADAS		2.885.915,45	5.503.419,17		8.461.749,43		11.128.176,81		13.685.545,14		16.958.795,41		16.958.795,41	

SERRA ALTA, SC, 19 DE JANEIRO DE 2016.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Contadora - CRC/SC 23.683/0-4

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

GABARITO DEFINITIVO PROCESSO SELETIVO N° 002/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****PROCESSO SELETIVO N.º 002/2015****GABARITO DEFINITIVO**

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Francisco Artur Both, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, o **Gabarito Definitivo** referente ao Processo Seletivo n.º 002/2015, destinado ao provimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva para o Poder Público Municipal.

1. Apresentamos abaixo o Gabarito Definitivo da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo n.º 002/2015, do Município de Serra Alta (SC), conforme segue:

Alfabetizado**Língua Portuguesa**

01 – E	02 – A	03 – E	04 – D	05 – D
--------	--------	--------	--------	--------

Matemática

06 – C	07 – B	08 – C	09 – D	10 – D
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

11 – A	12 – C	13 – B	14 – B	15 – A
--------	--------	--------	--------	--------

Auxiliar de Serviços Gerais

16 – E	17 – B	18 – B	19 – D	20 – B	21 – D	22 – D	23 – A	24 – C	25 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Ensino Fundamental**Língua Portuguesa**

01 – E	02 – A	03 – E	04 – D	05 – D
--------	--------	--------	--------	--------

Matemática

06 – C	07 – B	08 – C	09 – D	10 – D
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

11 – A	12 – C	13 – B	14 – B	15 – A
--------	--------	--------	--------	--------

Agente Comunitário de Saúde

16 – C	17 – C	18 – D	19 – C	20 – C	21 – A	22 – E	23 – A	24 – C	25 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Auxiliar de Enfermagem

16 – E	17 – A	18 – C	19 – E	20 – D	21 – A	22 – A	23 – A	24 – C	25 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Ensino Médio**Língua Portuguesa**

01 – C	02 – B	03 – E	04 – E	05 – C
--------	--------	--------	--------	--------

Matemática

06 – D	07 – B	08 – E	09 – A	10 – C
--------	--------	--------	--------	--------

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****Conhecimentos Gerais**

11 – A	12 – C	13 – B	14 – B	15 – A
--------	--------	--------	--------	--------

Agente Educativo

16 – C	17 – D	18 – D	19 – A	20 – B	21 – A	22 – E	23 – D	24 – B	25 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor de Artesanato

16 – A	17 – B	18 – E	19 – E	20 – A	21 – B	22 – A	23 – D	24 – B	25 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor I – Educação Infantil

16 – E	17 – C	18 – B	19 – C	20 – D	21 – B	22 – C	23 – D	24 – B	25 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor II – Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série

16 – C	17 – E	18 – A	19 – D	20 – D	21 – A	22 – A	23 – D	24 – B	25 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Ensino Superior**Língua Portuguesa**

01 – B	02 – C	03 – E	04 – E	05 – B
--------	--------	--------	--------	--------

Matemática

06 – A	07 – E	08 – E	09 – A	10 – B
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

11 – A	12 – C	13 – B	14 – B	15 – A
--------	--------	--------	--------	--------

Professor de Educação Física

16 – B	17 – E	18 – A	19 – C	20 – C	21 – A	22 – A	23 – D	24 – B	25 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor III – Professor de Língua Estrangeira – Inglês

16 – A	17 – D	18 – A	19 – B	20 – E	21 – C	22 – E	23 – D	24 – B	25 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Segundo Professor

16 – A	17 – D	18 – A	19 – D	20 – D	21 – B	22 – B	23 – D	24 – B	25 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 19 de janeiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Exercício de 201

Metas Bimetais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

[illegible]

Exercício de 2016

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.6.0.0.03.09.00.00.00	Outros serviços de Transporte	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	3.187,23	0,00	20,34	208,55	285,28	8.298,60	12.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	3.187,23	0,00	20,34	208,55	285,28	8.298,60	12.000,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	583,34	583,34	583,34	583,34	583,34	583,30	3.500,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	38.108,29	47.204,46	37.371,75	38.256,74	43.592,11	45.466,65	250.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propri. Part.	41.629,87	59.272,53	45.769,76	41.115,65	28.632,16	33.580,03	250.000,00
4.1.6.0.0.46.00.00.00.00	Serviços de Cemitérios	1.292,89	627,62	2.510,46	941,42	0,00	627,61	6.000,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.898.324,42	3.042.772,97	3.540.574,59	3.064.216,55	3.086.977,75	4.058.815,80	20.691.682,08
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT	3.888.700,29	3.035.033,44	3.531.569,62	3.042.707,88	3.081.311,84	3.985.624,01	20.564.947,08
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	2.687.445,93	1.832.539,78	2.300.215,32	1.855.944,35	1.764.751,36	2.619.020,34	13.059.917,08
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	2.486.692,94	1.654.850,51	2.108.195,91	1.650.643,70	1.547.412,98	2.412.986,04	11.860.782,08
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos	2.421.545,82	1.624.122,63	2.108.195,91	1.650.643,70	1.547.412,98	2.132.986,04	11.484.907,08
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do	1.452.865,90	974.403,59	1.264.907,18	990.361,62	925.700,01	1.279.705,95	6.887.944,25
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do	363.216,46	243.600,89	316.226,79	247.590,40	231.425,02	319.926,50	1.721.986,06
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do	605.360,78	406.001,53	527.044,66	412.650,65	385.708,34	533.210,81	2.869.976,77
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial	61,60	69,96	10,37	24,61	2.747,78	85,68	3.000,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial	15,41	17,51	2,59	6,16	686,91	21,42	750,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial	25,67	29,15	4,32	10,26	1.144,92	35,68	1.250,00
4.1.7.2.1.01.08.00.00.00	Cota Parte FPM Adicional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00	280.000,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no	65.147,12	30.727,88	0,00	0,00	0,00	0,00	95.875,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploraçã	13.951,69	19.229,72	17.764,57	18.535,60	25.545,39	19.973,03	115.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróle	13.951,69	19.229,72	17.764,57	18.535,60	25.545,39	19.973,03	115.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saú	116.666,64	116.666,64	116.666,64	116.666,64	116.666,64	116.666,80	700.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	84.999,98	84.999,98	84.999,98	84.999,98	84.999,98	85.000,10	510.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.7.2.1.33.11.31.00.00	Extratégia Saúde da Família	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,70	115.000,00
4.1.7.2.1.33.11.32.00.00	Agentes Comunitários de Saúde	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,66	19.166,70	115.000,00
4.1.7.2.1.33.11.33.00.00	Saúde Bucal	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.33.11.39.00.00	Outros Programas Financ. por Tansf. Fu	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitala	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.12.11.00.00	Teto Fiananceiro - MAC	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saúde	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	105.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental ei	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,30	65.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Assistência Farmacéutica Básica	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico de Assistência Farr	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Soc	45.748,86	-1.819,33	11.097,07	29.392,68	23.070,27	31.345,45	138.835,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Edu	24.385,80	43.612,24	46.491,13	40.705,73	52.056,08	38.049,02	245.300,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	21.854,48	22.953,92	19.184,38	15.027,67	25.119,77	15.859,78	120.000,00

Exercício de 2016

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	7.418,14	7.418,14	7.418,14	7.418,14	5.627,44	35.300,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	7.037,13	14.888,61	13.259,92	14.518,17	10.296,17	60.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº	1.518,78	3.721,82	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.759,40	18.000,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº	379,70	930,45	750,00	750,00	750,00	939,85	4.500,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº	632,84	1.550,78	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.566,38	7.500,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	967.115,03	987.270,78	991.360,70	966.287,25	1.083.119,15	1.109.777,09	6.104.930,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	952.115,03	938.116,49	976.360,70	947.530,28	1.022.669,18	1.078.138,32	5.914.930,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	528.279,16	517.639,83	527.270,29	509.392,29	563.459,04	620.959,39	3.267.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	132.069,79	129.409,95	131.817,57	127.348,07	140.864,75	155.239,87	816.750,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	220.116,27	215.683,20	219.695,95	212.246,81	234.774,64	258.733,13	1.361.250,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	34.793,21	37.887,68	50.636,24	50.707,86	41.861,99	16.313,02	232.200,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	8.698,31	9.471,95	12.659,00	12.676,95	10.465,51	4.078,28	58.050,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	14.497,22	15.786,54	21.098,35	21.128,29	17.442,45	6.797,15	96.750,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60	7.203,64	7.045,18	7.221,21	7.425,03	7.287,45	8.617,49	43.800,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25	1.800,91	2.018,35	1.298,25	1.856,24	1.821,88	2.154,37	10.950,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15	3.001,52	2.518,81	3.008,84	3.093,74	3.036,47	3.590,62	18.250,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Esta	1.655,00	1.655,00	1.655,00	1.655,00	1.655,00	1.655,00	9.930,00
4.1.7.2.2.22.00.00.00.00	Transf. da Cota Parte Compen. Finan. (25	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Progar	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transferência de Recurso do Estado p/ Pi	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Progar	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado p/ Pi	0,00	34.154,29	0,00	3.756,97	45.449,97	16.638,77	100.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMEN	234.139,33	215.222,88	239.993,60	220.476,28	233.441,33	256.826,58	1.400.100,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 60%	150.282,23	138.921,49	154.605,44	141.512,61	149.834,18	164.844,05	900.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 40%	83.857,10	76.301,39	85.388,16	78.963,67	83.607,15	91.982,53	500.100,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	9.624,13	7.739,53	9.004,97	21.508,67	5.665,91	73.191,79	126.735,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Enti	9.624,13	7.739,53	9.004,97	21.508,67	5.665,91	73.191,79	126.735,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas d	0,00	872,58	2.541,25	872,58	436,29	64.742,30	69.465,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio Trânsito Prefeitura	754,97	610,14	543,68	2.957,53	417,96	765,72	6.050,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio Multas	2.420,00	2.420,00	2.420,00	2.420,00	2.420,00	2.420,00	14.520,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio Polícia Civil	2.555,95	1.520,61	992,96	4.396,46	947,87	2.086,15	12.500,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio Polícia Militar	3.893,21	2.316,20	2.507,08	10.862,10	1.443,79	3.177,62	24.200,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.892,48	27.398,84	22.596,58	26.412,69	27.574,94	40.524,47	164.400,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	6.336,55	10.489,57	10.409,19	11.557,16	10.910,96	17.046,57	66.750,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	2.403,20	4.148,16	5.236,63	5.413,24	5.187,72	7.111,05	29.500,00
4.1.9.1.1.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Imp. Propriedade Ter	287,12	1.267,87	3.018,43	4.007,56	3.434,81	5.484,21	17.500,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	0,00	520,35	1.712,73	2.004,41	1.812,40	2.950,11	9.000,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	0,00	130,11	428,04	500,77	453,32	737,76	2.250,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	0,00	217,30	715,97	836,59	754,27	1.225,87	3.750,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	171,95	240,16	96,76	399,99	248,95	342,19	1.500,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	43,02	60,02	24,11	100,07	62,26	85,52	375,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	72,15	99,93	40,82	165,73	103,61	142,76	625,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhr	999,40	1.423,70	1.745,63	1.026,26	1.093,40	711,61	7.000,00

Exercício de 2016

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.116,68	1.456,59	472,57	379,42	659,51	915,23	5.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributo	1.116,68	1.456,59	472,57	379,42	659,51	915,23	5.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos T	3.933,35	6.341,41	5.172,56	6.143,92	5.723,24	9.935,52	37.250,00
4.1.9.1.3.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTR	1.741,69	3.189,86	2.114,94	3.145,83	3.187,85	5.719,83	19.100,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - I	984,23	2.085,77	1.241,98	1.702,93	1.388,27	2.856,82	10.260,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - II	259,40	410,52	327,35	448,85	365,91	752,97	2.565,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - III	432,46	684,28	545,61	748,00	609,80	1.254,85	4.275,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 6%	39,27	5,51	0,00	147,59	494,43	513,20	1.200,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%	9,82	1,37	0,00	36,90	123,62	128,29	300,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%	16,51	2,41	0,00	61,56	205,82	213,70	500,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Mel	1.645,72	2.232,30	2.340,49	1.788,71	2.003,74	2.089,04	12.100,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tribi	545,94	919,25	717,13	1.209,38	531,65	2.126,65	6.050,00
4.1.9.2.0.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.075,74	600,13	1.324,09	413,56	1.483,65	1.352,83	7.250,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.200,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.200,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.875,74	400,13	1.124,09	213,56	1.283,65	1.152,83	6.050,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.875,74	400,13	1.124,09	213,56	1.283,65	1.152,83	6.050,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.669,93	15.406,56	9.561,18	13.080,05	11.052,14	16.630,14	75.400,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	9.669,93	15.406,56	9.561,18	13.080,05	11.052,14	16.630,14	75.400,00
4.1.9.3.1.06.00.00.00.00	Receita da Div. Ativa do Imposto s/ Exporte	6.400,13	11.670,96	5.349,03	7.205,39	8.238,73	12.635,76	51.500,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	3.447,42	6.866,84	3.159,70	3.838,91	5.576,10	7.111,03	30.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	965,65	1.661,64	885,04	1.075,33	920,45	1.991,89	7.500,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	1.609,55	2.769,37	1.475,17	1.792,04	1.534,09	3.319,78	12.500,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	226,50	6,40	114,94	299,47	124,86	127,83	900,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	56,63	364,05	-333,71	74,86	31,21	31,96	225,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	94,38	2,66	47,89	124,78	52,02	53,27	375,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	2.899,41	3.363,84	2.753,71	2.797,73	2.651,61	3.683,70	18.150,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	370,39	371,76	1.458,44	3.076,93	161,80	310,68	5.750,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributo:	370,39	371,76	1.458,44	3.076,93	161,80	310,68	5.750,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.810,26	902,58	1.302,12	1.361,92	4.128,19	5.494,93	15.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.810,26	902,58	1.302,12	1.361,92	4.128,19	5.494,93	15.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	92.927,31	326.489,42	161.833,17	484.236,31	370.090,43	321.708,36	1.757.285,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	50.780,19	98.466,27	87.014,19	63.739,35	400.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	780,19	48.466,27	37.014,19	13.739,35	100.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	780,19	48.466,27	37.014,19	13.739,35	100.000,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.909,75	10.069,42	20.519,91	12.187,49	-15.827,07	2.425,50	37.285,00
4.2.3.0.0.70.00.00.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	7.909,75	10.069,42	20.519,91	12.187,49	-15.827,07	2.425,50	37.285,00
4.2.3.0.0.70.02.00.00.00	Amortizações de Empréstimos - Em Conti	7.909,75	10.069,42	20.519,91	12.187,49	-15.827,07	2.425,50	37.285,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.017,56	266.420,00	90.533,07	373.582,55	298.903,31	255.543,51	1.320.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	35.017,56	266.420,00	90.533,07	373.582,55	298.903,31	255.543,51	1.320.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entid	0,00	231.420,00	0,00	0,00	200.000,00	68.580,00	500.000,00

Exercício de 2016

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da Un	0,00	231.420,00	0,00	0,00	200.000,00	68.580,00	500.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fede suas	35.017,56	35.000,00	90.533,07	373.582,55	98.903,31	186.963,51	820.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa c	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Es	25.017,56	25.000,00	80.533,07	363.582,55	88.903,31	176.963,51	760.000,00
9.0.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-530.778,51	-414.907,02	-494.548,57	-410.179,49	-419.027,77	-499.958,64	-2.769.400,00
9.1.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-530.778,51	-414.907,02	-494.548,57	-410.179,49	-419.027,77	-499.958,64	-2.769.400,00
9.1.7.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-530.778,51	-414.907,02	-494.548,57	-410.179,49	-419.027,77	-499.958,64	-2.769.400,00
9.1.7.2.0.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-530.778,51	-414.907,02	-494.548,57	-410.179,49	-419.027,77	-499.958,64	-2.769.400,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências de	-344.625,35	-231.709,81	-303.907,43	-223.750,34	-221.180,29	-292.226,78	-1.617.400,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências c	-344.119,09	-230.469,18	-302.907,43	-222.750,34	-220.180,29	-290.973,67	-1.611.400,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação F	-344.098,56	-230.445,88	-302.903,97	-222.742,14	-219.264,32	-290.945,13	-1.610.400,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUN	-20,53	-23,30	-3,46	-8,20	-915,97	-28,54	-1.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Desi	-506,26	-1.240,63	-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-1.253,11	-6.000,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos	-186.153,16	-183.197,21	-190.641,14	-186.429,15	-197.847,48	-207.731,86	-1.152.000,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dc	-186.153,16	-183.197,21	-190.641,14	-186.429,15	-197.847,48	-207.731,86	-1.152.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUI	-172.182,49	-168.462,31	-171.110,40	-167.281,21	-181.537,26	-199.426,33	-1.060.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do F	-11.572,10	-12.717,08	-17.120,37	-16.669,54	-13.899,85	-5.431,06	-77.400,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUI	-2.398,57	-2.017,82	-2.410,37	-2.478,40	-2.420,37	-2.874,47	-14.600,00
TOTAL GERAL:		3.674.520,27	3.344.543,29	3.763.544,71	3.404.688,51	3.270.614,74	4.150.697,45	21.608.608,97

SERRA ALTA, 19/01/2016

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Contadora

Exercício de 2016

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Indireta - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Município: SERRA ALTA

[illegible]

SERRA ALTA, 19/01/2016

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Contadora

Exercício de 2016

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.4.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	1.337,61	11.783,82	867,20	184,94	76,43	14.250,00
4.1.6.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	86.301,62	109.187,95	92.755,65	82.605,70	74.592,89	90.056,19	535.500,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00	Serviços de Transporte	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.6.0.0.03.99.00.00	Outros serviços de Transporte	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00	Serviços Administrativos	3.187,23	0,00	20,34	208,55	285,28	8.298,60	12.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	3.187,23	0,00	20,34	208,55	285,28	8.298,60	12.000,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	583,34	583,34	583,34	583,34	583,34	583,30	3.500,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	38.108,29	47.204,46	37.371,75	38.256,74	43.592,11	45.466,65	250.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Prop. Pa	41.629,87	59.272,53	45.769,76	41.115,65	28.632,16	33.580,03	250.000,00
4.1.6.0.0.46.00.00.00	Serviços de Cemitérios	1.292,89	627,62	2.510,46	941,42	0,00	627,61	6.000,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Serviços	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.7.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.776.657,78	2.921.106,33	3.418.907,95	2.942.549,91	2.965.311,11	3.937.149,00	19.961.682,08
4.1.7.2.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT	3.767.033,65	2.913.366,80	3.409.902,98	2.921.041,24	2.959.645,20	3.863.957,21	19.834.947,08
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	2.580.779,29	1.725.873,14	2.193.548,68	1.749.277,71	1.658.084,72	2.512.353,54	12.419.917,08
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	2.486.692,94	1.654.850,51	2.108.195,91	1.650.643,70	1.547.412,98	2.412.986,04	11.860.782,08
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos	2.421.443,14	1.624.006,01	2.108.178,63	1.650.602,67	1.542.833,37	2.132.843,26	11.479.907,08
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do	1.452.865,90	974.403,59	1.264.907,18	990.361,62	925.700,01	1.279.705,95	6.887.944,25
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do	363.216,46	243.600,89	316.226,79	247.590,40	231.425,02	319.926,50	1.721.986,06
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do	605.360,78	406.001,53	527.044,66	412.650,65	385.708,34	533.210,81	2.869.976,77
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial F	102,68	116,62	17,28	41,03	4.579,61	142,78	5.000,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial	61,60	69,96	10,37	24,61	2.747,78	85,68	3.000,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial	15,41	17,51	2,59	6,16	686,91	21,42	750,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial	25,67	29,15	4,32	10,26	1.144,92	35,68	1.250,00
4.1.7.2.1.01.08.00.00	Cota Parte FPM Adicional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00	280.000,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no	65.147,12	30.727,88	0,00	0,00	0,00	0,00	95.875,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. de Compen. Finan. pela Exploraçã	13.951,69	19.229,72	17.764,57	18.535,60	25.545,39	19.973,03	115.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróle	13.951,69	19.229,72	17.764,57	18.535,60	25.545,39	19.973,03	115.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Sa	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitala	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.12.11.00	Teto Fiananceiro - MAC	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Soc	45.748,86	-1.819,33	11.097,07	29.392,68	23.070,27	31.345,45	138.835,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Edu	21.854,48	37.409,19	41.491,13	35.705,73	47.056,08	31.783,39	215.300,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	21.854,48	22.953,92	19.184,38	15.027,67	25.119,77	15.859,78	120.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	7.418,14	7.418,14	7.418,14	7.418,14	5.627,44	35.300,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	7.037,13	14.888,61	13.259,92	14.518,17	10.296,17	60.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 8	2.531,32	6.203,05	5.000,00	5.000,00	5.000,00	6.265,63	30.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº	1.518,78	3.721,82	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.759,40	18.000,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº	379,70	930,45	750,00	750,00	750,00	939,85	4.500,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº	632,84	1.550,78	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.566,38	7.500,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	952.115,03	972.270,78	976.360,70	951.287,25	1.068.119,15	1.094.777,09	6.014.930,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	952.115,03	938.116,49	976.360,70	947.530,28	1.022.669,18	1.078.138,32	5.914.930,00

Exercício de 2016

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	880.465,22	862.732,98	878.783,81	848.987,17	939.098,43	1.034.932,39	5.445.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	528.279,16	517.639,83	527.270,29	509.392,29	563.459,04	620.959,39	3.267.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	132.069,79	129.409,95	131.817,57	127.348,07	140.864,75	155.239,87	816.750,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	220.116,27	215.683,20	219.695,95	212.246,81	234.774,64	258.733,13	1.361.250,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	57.988,74	63.146,17	84.393,59	84.513,10	69.769,95	27.188,45	387.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	34.793,21	37.887,68	50.636,24	50.707,86	41.861,99	16.313,02	232.200,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	8.698,31	9.471,95	12.659,00	12.676,95	10.465,51	4.078,28	58.050,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	14.497,22	15.786,54	21.098,35	21.128,29	17.442,45	6.797,15	96.750,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	12.006,07	10.582,34	11.528,30	12.375,01	12.145,80	14.362,48	73.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60	7.203,64	6.045,18	7.221,21	7.425,03	7.287,45	8.617,49	43.800,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25	1.800,91	2.018,35	1.298,25	1.856,24	1.821,88	2.154,37	10.950,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15	3.001,52	2.518,81	3.008,84	3.093,74	3.036,47	3.590,62	18.250,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Esta	1.655,00	1.655,00	1.655,00	1.655,00	1.655,00	1.655,00	9.930,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado p/ Pr	0,00	34.154,29	0,00	3.756,97	45.449,97	16.638,77	100.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENT	234.139,33	215.222,88	239.993,60	220.476,28	233.441,33	256.826,58	1.400.100,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	234.139,33	215.222,88	239.993,60	220.476,28	233.441,33	256.826,58	1.400.100,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 60%	150.282,23	138.921,49	154.605,44	141.512,61	149.834,18	164.844,05	900.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 40%	83.857,10	76.301,39	85.388,16	78.963,67	83.607,15	91.982,53	500.100,00
4.1.7.6.0.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.	9.624,13	7.739,53	9.004,97	21.508,67	5.665,91	73.191,79	126.735,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Enti	9.624,13	7.739,53	9.004,97	21.508,67	5.665,91	73.191,79	126.735,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin. Programas d	0,00	872,58	2.541,25	872,58	436,29	64.742,30	69.465,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Es	9.624,13	6.866,95	6.463,72	20.636,09	5.229,62	8.449,49	57.270,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio Trânsito Prefeitura	754,97	610,14	543,68	2.957,53	417,96	765,72	6.050,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio Multas	2.420,00	2.420,00	2.420,00	2.420,00	2.420,00	2.420,00	14.520,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio Polícia Civil	2.555,95	1.520,61	992,96	4.396,46	947,87	2.086,15	12.500,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio Polícia Militar	3.893,21	2.316,20	2.507,08	10.862,10	1.443,79	3.177,62	24.200,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.892,48	27.398,84	22.596,58	26.412,69	27.574,94	40.524,47	164.400,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	6.336,55	10.489,57	10.409,19	11.557,16	10.910,96	17.046,57	66.750,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	2.403,20	4.148,16	5.236,63	5.413,24	5.187,72	7.111,05	29.500,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	0,00	867,76	2.856,74	3.341,77	3.019,99	4.913,74	15.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	0,00	520,35	1.712,73	2.004,41	1.812,40	2.950,11	9.000,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	0,00	130,11	428,04	500,77	453,32	737,76	2.250,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	0,00	217,30	715,97	836,59	754,27	1.225,87	3.750,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	287,12	400,11	161,69	665,79	414,82	570,47	2.500,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	171,95	240,16	96,76	399,99	248,95	342,19	1.500,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	43,02	60,02	24,11	100,07	62,26	85,52	375,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	72,15	99,93	40,82	165,73	103,61	142,76	625,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melh	999,40	1.423,70	1.745,63	1.026,26	1.093,40	711,61	7.000,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.116,68	1.456,59	472,57	379,42	659,51	915,23	5.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributo	1.116,68	1.456,59	472,57	379,42	659,51	915,23	5.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos T	3.933,35	6.341,41	5.172,56	6.143,92	5.723,24	9.935,52	37.250,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	1.676,09	3.180,57	2.114,94	2.899,78	2.363,98	4.864,64	17.100,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - t	984,23	2.085,77	1.241,98	1.702,93	1.388,27	2.856,82	10.260,00

Exercício de 2016

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 1	259,40	410,52	327,35	448,85	365,91	752,97	2.565,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 1	432,46	684,28	545,61	748,00	609,80	1.254,85	4.275,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	65,60	9,29	0,00	246,05	823,87	855,19	2.000,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60	39,27	5,51	0,00	147,59	494,43	513,20	1.200,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25	9,82	1,37	0,00	36,90	123,62	128,29	300,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15	16,51	2,41	0,00	61,56	205,82	213,70	500,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib. Mel	1.645,72	2.232,30	2.340,49	1.788,71	2.003,74	2.089,04	12.100,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Trib	545,94	919,25	717,13	1.209,38	531,65	2.126,65	6.050,00
4.1.9.2.0.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.075,74	600,13	1.324,09	413,56	1.483,65	1.352,83	7.250,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.200,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.200,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.875,74	400,13	1.124,09	213,56	1.283,65	1.152,83	6.050,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.875,74	400,13	1.124,09	213,56	1.283,65	1.152,83	6.050,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.669,93	15.406,56	9.561,18	13.080,05	11.052,14	16.630,14	75.400,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	9.669,93	15.406,56	9.561,18	13.080,05	11.052,14	16.630,14	75.400,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	6.022,62	11.297,85	5.519,91	6.706,28	8.030,64	12.422,70	50.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	3.447,42	6.866,84	3.159,70	3.838,91	5.576,10	7.111,03	30.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	965,65	1.661,64	885,04	1.075,33	920,45	1.991,89	7.500,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	1.609,55	2.769,37	1.475,17	1.792,04	1.534,09	3.319,78	12.500,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	377,51	373,11	-170,88	499,11	208,09	213,06	1.500,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	226,50	6,40	114,94	299,47	124,86	127,83	900,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	56,63	364,05	-333,71	74,86	31,21	31,96	225,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	94,38	2,66	47,89	124,78	52,02	53,27	375,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhoria	2.899,41	3.363,84	2.753,71	2.797,73	2.651,61	3.683,70	18.150,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	370,39	371,76	1.458,44	3.076,93	161,80	310,68	5.750,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributo:	370,39	371,76	1.458,44	3.076,93	161,80	310,68	5.750,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.810,26	902,58	1.302,12	1.361,92	4.128,19	5.494,93	15.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.810,26	902,58	1.302,12	1.361,92	4.128,19	5.494,93	15.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	67.927,31	301.489,42	136.833,17	459.236,31	345.090,43	296.708,36	1.607.285,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	50.780,19	98.466,27	87.014,19	63.739,35	400.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	780,19	48.466,27	37.014,19	13.739,35	100.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	780,19	48.466,27	37.014,19	13.739,35	100.000,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.909,75	10.069,42	20.519,91	12.187,49	-15.827,07	2.425,50	37.285,00
4.2.3.0.0.70.00.00.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	7.909,75	10.069,42	20.519,91	12.187,49	-15.827,07	2.425,50	37.285,00
4.2.3.0.0.70.02.00.00.00	Amortizações de Empréstimos - Em Conti	7.909,75	10.069,42	20.519,91	12.187,49	-15.827,07	2.425,50	37.285,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.017,56	241.420,00	65.533,07	348.582,55	273.903,31	230.543,51	1.170.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.017,56	241.420,00	65.533,07	348.582,55	273.903,31	230.543,51	1.170.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entid	0,00	231.420,00	0,00	0,00	200.000,00	68.580,00	500.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da Un	0,00	231.420,00	0,00	0,00	200.000,00	68.580,00	500.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed. e suas	10.017,56	10.000,00	65.533,07	348.582,55	73.903,31	161.963,51	670.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa c	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta

Exercício de 2016

Município: SERRA ALTA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Es	17,56	0,00	55.533,07	338.582,55	63.903,31	151.963,51	610.000,00
9.0.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-530.778,51	-414.907,02	-494.548,57	-410.179,49	-419.027,77	-499.958,64	-2.769.400,00
9.1.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-530.778,51	-414.907,02	-494.548,57	-410.179,49	-419.027,77	-499.958,64	-2.769.400,00
9.1.7.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-530.778,51	-414.907,02	-494.548,57	-410.179,49	-419.027,77	-499.958,64	-2.769.400,00
9.1.7.2.0.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-530.778,51	-414.907,02	-494.548,57	-410.179,49	-419.027,77	-499.958,64	-2.769.400,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da	-344.625,35	-231.709,81	-303.907,43	-223.750,34	-221.180,29	-292.226,78	-1.617.400,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências c	-344.119,09	-230.469,18	-302.907,43	-222.750,34	-220.180,29	-290.973,67	-1.611.400,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação F	-344.098,56	-230.445,88	-302.903,97	-222.742,14	-219.264,32	-290.945,13	-1.610.400,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUN	-20,53	-23,30	-3,46	-8,20	-915,97	-28,54	-1.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Des	-506,26	-1.240,63	-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-1.253,11	-6.000,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos	-186.153,16	-183.197,21	-190.641,14	-186.429,15	-197.847,48	-207.731,86	-1.152.000,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência de	-186.153,16	-183.197,21	-190.641,14	-186.429,15	-197.847,48	-207.731,86	-1.152.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUI	-172.182,49	-168.462,31	-171.110,40	-167.281,21	-181.537,26	-199.426,33	-1.060.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do F	-11.572,10	-12.717,08	-17.120,37	-16.669,54	-13.889,85	-5.431,06	-77.400,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUI	-2.398,57	-2.017,82	-2.410,37	-2.478,40	-2.420,37	-2.874,47	-14.600,00
TOTAL GERAL:		3.527.853,63	3.197.876,65	3.616.878,07	3.258.021,87	3.123.948,10	4.004.030,65	20.728.608,97

SERRA ALTA, 19/01/2016

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Contadora

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 011/2016

DECRETO Nº 011, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

HOMOLOGA CONCURSO PÚBLICO CONVOCADO ATRAVÉS DO EDITAL Nº 001/2015 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, PARA INVESTIDURA EM CARGOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003, e

Considerando o parecer da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sombrio – SC, no Inquérito Civil Público, aberto com intuito de apurar possível irregularidade no Concurso Público Edital nº 001/2015 – Prefeitura Municipal de Sombrio e Edital nº 001/2015 – SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Sombrio – SC;

Considerando o relatório final da Comissão de Processo Administrativo, nomeada através do Decreto nº 130, de 08 de setembro de 2015, para abertura de Sindicância, referente ao Concurso Público, Edital nº 001/2015 – Prefeitura Municipal de Sombrio – SC e Edital nº 001/2015 – SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Sombrio - SC.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado para que produza seus efeitos legais e jurídicos, o Concurso Público convocado através do Edital nº 001/2015 – Prefeitura Municipal de Sombrio – SC, para investidura em cargos públicos. na Prefeitura Municipal de Sombrio, conforme ATO017/CP/MS/ED1/15/ADM, publicado em 28/08/2015, no site www.iobv.org.br.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 15 de janeiro de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 251/2015

DECRETO Nº. 251, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990 e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64.

Considerando os aspectos legais do implemento de condição das despesas inscritas em Restos a Pagar dos exercícios de 2012 e anteriores, estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal 4.320/64;

Considerando as anotações restritivas apontadas em relatório de auditoria elaborado no início do exercício de 2013 acerca das

despesas inscritas em Restos a Pagar;

Considerando que o cancelamento de Restos a Pagar, por si só, não prejudica o direito do crédito do fornecedor, se devidamente constituído.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o cancelamento dos Restos a Pagar Processados do exercício de 2012 e anteriores, no montante de R\$ 946.066,30 (novecentos e quarenta e seis mil, sessenta e seis reais e trinta centavos), provenientes das diversas Unidades Gestoras do Município de Sombrio, conforme extratos contábeis anexos, partes integrantes deste Decreto.

Art. 2º - O cancelamento se dará na forma da Lei Federal nº 4.320/64 e demais normas contábeis pertinentes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Sombrio – SC, 29 de dezembro de 2015
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal
Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

EXTRATO 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 002/2016

CONCEDENTE: O Município de Sombrio.

PROPONENTE: Associação Terapêutica e Missionária Magnificat
CNPJ Nº. 07.748.761/0001-7

OBJETO: O Presente Convênio tem por objeto o atendimento nos programas de recuperação e reabilitação de pessoas com dependência química, em regime de internato, fornecendo assistência alimentar, psicológica e habilitação.

Este Convênio tem seu fundamento legal, conforme Lei nº. 2144 de 06 de maio de 2014.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 a 31/12/2016

VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

EXTRATO 04

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 004/2016

CONCEDENTE: O Município de Sombrio.

PROPONENTE: Sociedade Beneficente São Francisco de Assis
CNPJ Nº. 79.379.106/0001-13

OBJETO: Atendimento a crianças de 0 a 05 anos de nosso Município.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 a 31/12/2016

VALOR: R\$ R\$ 405.770,48 (quatrocentos e cinco mil, setecentos e setenta reais e quarenta e oito centavos centavos).

EXTRATO 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 005/2016

CONCEDENTE: O Município de Sombrio.

PROPONENTE: Centro Educacional Dona Maria Monteiro Tiscoski

CNPJ Nº. 00.431.725/0001-34

OBJETO: Atendimento a crianças de 0 a 05 anos de nosso Município.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 a 31/12/2016

VALOR: R\$ R\$ 468.813,66 (quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e treze reais e sessenta e seis centavos).

EXTRATO. 03

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 003/2016

CONCEDENTE: O Município de Sombrio.

PROPONENTE: Associação Sombrio de Integração Educacional Social - ASIES

CNPJ Nº. 83.246.975/0001 - 21

OBJETO: Atendimento a crianças de 0 a 05 anos de nosso Município.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 a 31/12/2016

VALOR: R\$ R\$ 595.346,51 (quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos).

Sul Brasil

PREFEITURA

CONVITE 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/CARTA CONVITE

Processo Administrativo nº 004/2016

Edital: CARTA CONVITE nº 001/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CARTA CONVITE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE CAMINHÃO PLATAFORMA PLACA LZT-6493 E CAMINHÃO CAÇAMBA – PLACA EDP 3325

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 29 de janeiro de 2016

Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 29 de janeiro de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 19 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

CREDENCIAMENTO Nº.001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/CHAMADA PÚBLICA

Processo Administrativo 003/2016.

Edital: DISPENSA LICITAÇÃO/ CHAMADA PÚBLICA nº.001/2016

Objeto: Para Credenciamento de Agricultores Familiares

Associações ou Cooperativas de agricultura familiar.

Data início: 20 de janeiro de 2016.

Data final: 23 de fevereiro de 2016.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feiras, das 07:45 às 11:45 e das 13:45 às 17:45 horas, ou pelo fone 0XX49 367 0030 ou www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL, 20 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

CONTRATO 2_1/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2014
PROCESSO N.º 01/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CITADO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL NA ÁREA DE SANEAMENTO (ÁGUA E ESGOTO).

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, estabelecido à Rua Carlos Savi nº 365, Centro, Cidade de Timbé do Sul /SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.820.76/0001-90, neste ato representada pelo seu diretor Amarildo Scursel Alexandre, portador do CPF nº 501.858.109-34 e da Carteira de Identidade nº 2.396.151 e LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA ME, estabelecida à Rua Felipe Schmidt, n. 2136 – primeiro andar sala 02, em Braço do Norte - SC, inscrita no CNPJ sob Nº 17.211.866/0001-44, representada neste ato pelo Sr. Saulo J. Passamai, portador do CPF nº 564.807.509-00 e da Carteira de Identidade nº 1743598. Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n.º 01/2014, referente ao Processo de Licitação n.º 06/2013, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O valor estabelecido na Cláusula Quarta do Contrato Aditado, a partir de 04/01/2016 passa a ser de R\$ 825,50 (oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) mensais.

Caso seja solicitado outros serviços, será calculado da seguinte forma:

1	Hora técnica para desenvolvimento de novas funcionalidades para atender situações específicas do SAMAE	Horas	125	82,56
2	Reembolso das despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico	Km	1000	0,82
3	Reembolso das despesas referentes a estadias e alimentação no suporte, quando for exigida presença do técnico.	Estadia Alimentação	5	165,00

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente instrumento terá vigência de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado até o limite máximo de tempo autorizado pela Lei n.º 8.666/93, e podendo a qualquer tempo ser alterado, mediante assinatura de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos orçamentos aprovados para o exercício de 2016.

A fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Unidade: 1 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 01 (Recursos Ordinários)

Projeto/Atividade: 2.030

Elemento: 3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Software

CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas do contrato aditado permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, SC, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato. E, por estarem de acordo, lavram o presente Termo do Segundo Aditivo ao Contrato n.º 01/2014, em 03 (três) vias de igual teor, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Timbé do Sul, 04 de Janeiro de 2016.

Pelo CONTRATANTE:

Ricardo Stecanella
Diretor do SAMAE

Pela CONTRATADA:

Saulo J. Possamai
Representante Logpro

Testemunhas:

Nome: Juciana Carlessi Burin
CPF: 669.450.709-72

Nome: Alexandre Andrade Jung
CPF: 769.909.909-53

CONTRATO 3_11/2013

CONTRATO N. 3_11/2013

PROCESSO N. 4/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2013, CELEBRADO ENTRE O SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÉ DO SUL/SC, E A EMPRESA MULTSEG SERVIÇO E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA EPP PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE: ELABORAÇÃO ANUAL DO PPRA- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO ANUAL DO LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho. ELABORAÇÃO ANUAL DO PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. EMISSÃO DE ASO – atestado de Saúde Ocupacional PARA EXAME ADMISSIONAL, DEMISSIONAL E PERIÓDICO PARA OS SERVIDORES DA AUTARQUIA. EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS PELO MÉDICO DO TRABALHO. CONVÊNIO DE EXECUÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES DE SAÚDE OCUPACIONAL. VISITAS TÉCNICAS PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, de um lado a autarquia SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.820.076/0001-90, com sede à Rua Carlos Savi, 365 - Centro – Timbé do Sul/SC, atualmente com Seis (06) funcionários (servidores públicos municipais), neste ato representada pelo seu diretor administrativo Amarildo Scursel Alexandre, portador do CPF nº 501.858.109-34, denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MULTSEG SERVIÇO E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.118.987/0001-60, com sede à Rua Nereu Ramos, 92 – Sala 03 – Centro – Grão Pará/SC, neste ato representada pelo seu sócio administrador Gustavo Pescador, portador do CPF nº 009.011.429-99, denominada CONTRATADA, tem justos e contratados o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O preço estabelecido no caput da Cláusula V do Contrato aditado, será de 148,00 (cento e quarenta e oito reais) mensais no período de janeiro a abril/2016. Para o restante do exercício de 2016 haverá a correção de acordo com a variação do índice do INPC/FGV , relativo ao período de maio/2015 a abril/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente instrumento terá vigência de 01 de janeiro/2016 até 31 de dezembro/2016, podendo ser renovado até o limite máximo de tempo autorizado pela Lei nº 8.666/93, e podendo a qualquer tempo ser alterado, mediante assinatura de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do orçamento aprovado para os exercícios de 2016, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 17 (SAMAE)

Unidade: 01 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 01 (Recursos Ordinários)

Projeto/Atividade: 2.030 (Gerenciamento e Manutenção da Estrut. Administrativa)

Elemento: (10) 3.3.90.39.05.00.00.00 (Serviços Técnicos Profissionais)

CLÁUSULA QUARTA: Conforme alteração do contrato social juntada nos autos do processo administrativo, fica alterado o nome empresarial da contratada de Microseg Serviços de Escritório Ltda para Multseg Serviço e Segurança do Trabalho Ltda. – EPP.

CLÁUSULA QUINTA: As demais cláusulas do contrato aditado permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, SC, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem de acordo, lavram o presente Termo do Terceiro Aditivo ao Contrato nº 11/2013, em 03 (três) vias de igual teor, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Timbé do Sul, 04 de Janeiro de 2016.

DIRETOR SAMAE

Nome: Ricardo Stecanella

CPF: 733.001.369-20

EMPRESA MULTSEG

Nome: Gustavo Pescador

CPF: 009.011.429-99

TESTEMUNHAS:

Nome: Juciana Carlessi Burin

CPF: 669.450.709-72

Nome:

CPF:

CONTRATO 3_2/2013

CONTRATO Nº 3_2/2013

PROCESSO Nº 3/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2013, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÉ DO SUL E HIDRAQUIMICA ANALISE E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA-ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO LABORATÓRIO FÍSICO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Autarquia Municipal, da Cidade de Timbé do Sul, sito à Rua Carlos Savi, 365 , inscrito no CNPJ nº 83.820.076/0001-90 e HIDRAQUIMICA ANALISE E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA-ME, sito à Rua Martinho Gazola s/n, Centro, Município de Orleans-SC, inscrito no CNPJ nº 07.001.677/0001-93, doravante, neste Ato, denominado SAMAE e CONTRATADA, respectivamente representados, o primeiro pelo seu Diretor o Sr. Amarildo Scursel Alexandre, portador da carteira de identidade nº 1.326.804-0-SSP/SC e CPF nº 501.858.109-34, nomeado pela Portaria da FNS nº 01/98, de 22.01.98 e a Contratada pelo Sr. Rossano Umberto Comelli conforme contrato social, resolvem celebrar o presente CONTRATO, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

Entre as partes acima qualificadas, doravante denominadas SAMAE e CONTRATADA, ficam justas e convencionadas as disposições das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: RENOVAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica o prazo de vencimento do contrato aditado renovado até 31/12/2016, conforme o permitido pela Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: REAJUSTE

Para o exercício de 2016, o SAMAE pagará a contratada a importância mensal de R\$ 665,00

(seiscentos e sessenta e cinco reais), cujo pagamento será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante a apresentação de nota fiscal.

CLAUSULA TERCEIRA: As despesas do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 17 (SAMAE)

Unidade: 01 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 01 (Recursos Ordinários)

Projeto/Atividade: 2.030

Elemento: 3.3.90.39.05.00.00.00 - Serviços Técnicos Profissionais

Subcláusula Primeira – A renovação a que se refere a cláusula anterior fica condicionada a existência de dotação orçamentária específica no exercício respectivo.

CLAUSULA QUARTA: As demais cláusulas do contrato aditado permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da comarca Turvo-SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

Timbé do Sul-SC 04 de janeiro de 2016.

Ricardo Stecanella

CPF: 733.001.369-20

Diretor do SAMAE

ROSSANO UMBERTO COMELLI

CRQ-XIII N.º. 13401478

Químico Responsável

TESTEMUNHAS:

Nome: Juciana Carlessi Burin

CPF: 669.450.709-72

Nome:

CPF:

CONTRATO 3_3/2013

MINUTA CONTRATO N.º 3_ 3/2013

PROCESSO N. 2/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 3/2013 PARA COBRANÇA DE FATURAS NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO, VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL, QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL-SC E O BANCO DO BRASIL S.A. ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS.

BANCO CNPJ ENDEREÇO	BANCO DO BRASIL S.A.
GERENTE	Adrinara Bortoluzzi Michels Gerente Geral Banco do Brasil Timbé do Sul/SC
ÓRGÃO CNPJ ENDEREÇO	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE 83.820.076/0001-90 Rua Carlos Savi Nº 365 – Centro – Timbé do Sul – SC
DIRETOR	Ricardo Stecanella - CPF. 733.001.369-20

OBJETO DO CONTRATO	Credenciamento para cobrança de faturas, emitidas pelo SAMAE, não compensável, bem como fazer débito automático de seus clientes via sistema, sem emissão de fatura papel.
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Em todo território nacional.

Entre as partes acima qualificadas, doravante denominadas SAMAE e BANCO, ficam justas e convencionadas as disposições das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: RENOVAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica o prazo de vencimento do contrato aditado renovado até 31/12/2016, conforme o permitido pela Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: REAJUSTE DO VALOR DA TARIFA PAGA AOS BANCOS

Após reajuste feito com base na variação do índice do INPC (do IBGE – 10.90%), no período de janeiro a dezembro de 2015, o SAMAE pagará R\$ 1,55 (Um Real e Cinquenta e Cinco Centavos) para cada recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento, através da internet, através dos caixas nas agências bancárias e também por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com os bancos (lotéricos, Correios, correspondentes bancários e outros).

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas com as tarifas cobradas pelo Banco correrão pela dotação:

Órgão: 17 (SAMAE)

Unidade: 01 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 01 (Recursos Ordinários)

Projeto/Atividade: 2.030

Elemento: 3.3.90.39.81.00.00.00 - Serviços Bancários

Subcláusula Primeira – A renovação a que se refere a cláusula anterior fica condicionada a existência de dotação orçamentária específica no exercício respectivo.

CLAUSULA QUARTA: As demais cláusulas do contrato aditado permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da comarca Turvo-SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

Timbé do Sul-SC, 04 de Janeiro de 2016.

Ricardo Stecanella

CPF: 733.001.369-20

Diretor do SAMAE

Adrinara Bortoluzzi Michels

CPF:P

Gerente Agência de Timbé do Sul

TESTEMUNHAS:

Juciana Carlessi Burin

CPF:: 669.450.709-72

CONTRATO 3_4/2013

MINUTA CONTRATO N.º 3_ 4/2013

PROCESSO N. 2/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 4/2013 PARA COBRANÇA DE FATURAS NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO, VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL, QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL-SC E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS.

BANCO CNPJ ENDEREÇO	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
GERENTE	Jaime de Luca Zanette
ÓRGÃO CNPJ ENDEREÇO	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE 83.820.076/0001-90 Rua Carlos Savi Nº 365 – Centro – Timbé do Sul – SC
DIRETOR	Ricardo Stecanella - CPF. 733.001.369-20
OBJETO DO CONTRATO	Credenciamento para cobrança de faturas emitidas pelo SAMAE, não compensável, bem como fazer débito automático de seus clientes via sistema, sem emissão de fatura papel.
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Em todo território nacional.

Entre as partes acima qualificadas, doravante denominadas SAMAE e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ficam justas e convencionadas as disposições das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: RENOVAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica o prazo de vencimento do contrato aditado renovado até 31/12/2016, conforme o permitido pela Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: REAJUSTE DO VALOR DA TARIFA PAGA AOS BANCOS

Após reajuste feito com base na variação do índice do INPC (do IBGE – 10.90%), no período de janeiro a dezembro de 2015, o SAMAE pagará De acordo abaixo para cada recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento, através da internet, através dos caixas nas agências bancárias e também por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com os bancos (lotéricos, Correios, correspondentes bancários e outros).

- a)- R\$ 1,40 (hum real e quarenta centavos) para os recebimentos em Casa Lotérica.
- b)- R\$ 1,21 (hum reale vinte e um centavos) para recebimento nas salas de auto atendimento,
- c)- R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos de real) para pagamentos via internet. E
- d)-R\$ 1,55 (hum real e cinquenta e cinco centavos) para recebimento nos Corresp. Caixa Aqui de documento com código de barras padrão FEBRABAN.

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas com as tarifas cobradas pelo Banco correrão pela dotação:

Órgão: 17 (SAMAE)

Unidade: 01 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 01 (Recursos Ordinários)

Projeto/Atividade: 2.030

Elemento: 3.3.90.39.81.00.00.00 - Serviços Bancários

Subcláusula Primeira – A renovação a que se refere a cláusula

anterior fica condicionada a existência de dotação orçamentária específica no exercício respectivo.

CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas do contrato aditado permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da comarca Turvo-SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

Timbé do Sul-SC, 04 de Janeiro de 2016.

Ricardo Stecanella

CPF: 733.001.369-20

Diretor do SAMAE

Jaime de Luca Zanette

Matricula 026.133-8

Gerente Agência de Turvo

TESTEMUNHAS:

Juciana Carlessi Burin

CPF:: 669.450.709-72

CONTRATO 3_5/2013

MINUTA CONTRATO N.º 3_ 5/2013

PROCESSO N. 2/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 5/2013 PARA COBRANÇA DE FATURAS NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO, VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL, QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL-SC E A COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SUL CATARINENSE, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS.

BANCO CNPJ ENDEREÇO	COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SUL CATARINENSE
PRESIDENTE	Romanin Dagostin
ÓRGÃO CNPJ ENDEREÇO	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE 83.820.076/0001-90 Rua Carlos Savi Nº 365 – Centro – Timbé do Sul – SC
DIRETOR	Ricardo Stecanella - CPF. 733.001.369-20
OBJETO DO CONTRATO	Credenciamento para cobrança de faturas, emitidas pelo SAMAE, não compensável, bem como fazer débito automático de seus clientes via sistema, sem emissão de fatura papel.
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Em todo território nacional.

Entre as partes acima qualificadas, doravante denominadas SAMAE e COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL SUL CATARINENSE, ficam justas e convencionadas as disposições das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: RENOVAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica o prazo de vencimento do contrato aditado renovado até 31/12/2016, conforme o permitido pela Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: REAJUSTE DO VALOR DA TARIFA PAGA AOS BANCOS

Após reajuste feito com base na variação do índice do INPC (do IBGE – 10.90%), no período de janeiro a dezembro de 2015, o SAMAE pagará R\$ 1,55 (Um Real e Cinquenta e Cinco Centavos) para cada recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento, através da internet, através dos caixas nas agências bancárias e também por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com os bancos (lotéricos, Correios, correspondentes bancários e outros).

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas com as tarifas cobradas pelo Banco correrão pela dotação:

Órgão: 17 (SAMAE)

Unidade: 01 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 01 (Recursos Ordinários)

Projeto/Atividade: 2.030

Elemento: 3.3.90.39.81.00.00.00 - Serviços Bancários

Subcláusula Primeira – A renovação a que se refere a cláusula anterior fica condicionada a existência de dotação orçamentária específica no exercício respectivo.

CLÁUSULA QUARTA: A transferência do valor arrecadado pelos Bancos credenciados e que pertencerem a rede privada, deverá ser efetuada uma vez por mês, sem custos para o SAMAE, para as contas em nome do SAMAE mantidas no Banco do Brasil S.A., agência 5300-7, número 6589-7 e na Caixa Econômica Federal, agência 1084/7, número 8/6.

CLAUSULA QUINTA: As demais cláusulas do contrato aditado permanecem inalteradas.

CLAUSULA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca Turvo-SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

Timbé do Sul-SC, 04 de Janeiro de 2016.

Ricardo Stecanella
CPF: 733.001.369-20
Diretor do SAMAE

Romanin Dagostin
Gerente Agência de Turvo

TESTEMUNHAS:

Juciana Carlessi Burin
CPF: 669.450.709-72

PORTARIA 01/2016

PORTARIA SAMAE N. 01/2016 04 de janeiro de 2106.

O Sr. Ricardo Stecanella, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder férias de 20 dias, ao servidora RICARDO STECANELLA, relativo ao período aquisitivo 05.10.2014 a 04.10.2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 04 a 23.01.2016.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 04 de janeiro de 2016.

Ricardo Stecanella
Diretor do SAMAE

PORTARIA 02/2016

PORTARIA SAMAE N. 02/2016 04 de Janeiro de 2016.

O Sr. Ricardo Stecanella, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Constituir Comissão Permanente de Licitação de acordo com o Art. 51, Parágrafo 4. da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que a partir desta data passará a ter a seguinte composição: Presidente : Ricardo Stecanella - CPF nº 733.001.369-20 -Matricula nº 04

Vice : JucianaCarlessi Burin -CPF nº 669.450.709-72 - Matricula nº 20

- Vogal : Gilseu Scussel - CPF nº 646.985.999-20 - Matricula nº 19

- Vogal : Edna Dal Pont - CPF nº 042.408.829-07 - Matricula nº 14

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até 31.12.2016

Timbé do Sul-SC, 04 de Janeiro de 2016.

Ricardo Stecanella
Diretor do SAMAE

PORTARIA 03/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA ESGOTO

Rua: Carlos Savi, 365 – Centro – Fone/Fax: (048)3536-1172

CGC: 83.820.076/0001-90 – I.E: Isenta – CEP. 88.940-000

E-mail: samaetsu@engeplus.com.br

TIMBÉ DO SUL - SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 03 de Janeiro de 2016.

PRORROGAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III, do art.2º, da Lei n.º 1.114/2002, bem como o resultado do Processo Seletivo n.º 01/2015,

RESOLVE:

Prorrogar o contrato de prestação de serviço firmado com a Srª Salete Venson D`Agostin Mafioletti pelo prazo determinado de 04

de janeiro a 30 de junho de 2016, para o cargo de Auxiliar de serviços gerais, com um vencimento mensal de R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais), conforme determina o Quadro de Pessoal desta autarquia.

Registre-se e publique-se.

Ricardo Stecanella
Diretor do SAMAE.

Registrado e publicado nesta data:

Juciana Carlessi Burin
Contadora

PORTARIA 04/2016

PORTARIA SAMAE N. 04/2016 04 de Janeiro de 2016.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições, concedidas através de Lei Municipal n. 615/91 no seu Art. 6º::

RESOLVE :

Art. 1º - Após ter sido exonerado da Função Interina de Diretor do SAMAE, conforme a DECRETO MUNICIPAL -4/2016 de 05 de janeiro de 2016, o Servidor RICARDO STECANELLA, voltará a ocupar a Função de: COORDENADOR DO SAMAE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE

Timbó

PREFEITURA

DECISÃO RECURSO PREGÃO PRESENCIAL N.º 11 2015 FUMTRAN

DECISÃO

Recorrente: CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA

Objeto: Edital de Pregão Presencial n. 11.2015 – FUMTRAN

Dos Fatos:

O Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN lançou o Edital de Pregão Presencial nº 11/2015, tendo como objeto a aquisição de 'Espargidor de Pimenta (Agente Químico OC – Oleosin Capsicum)' visando atender as necessidades da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó.

Na data de 14.12.2015 realizou-se a Sessão Pública, momento em que se procedeu à abertura dos envelopes atinentes às propostas e documentos de habilitação, sendo declarada vencedora a empresa POLY DEFENSOR PRODUTOS DE DEFESA PESSOAL LTDA.

Consultados pelo Pregoeiro sobre o interesse em interpor recurso, os representantes presentes renunciaram a este direito, contudo, em 16.12.2015 a empresa CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA protocolou recurso junto à Central de Atendimento deste Município.

Em suas razões recursais a recorrente alega, em síntese, que a empresa vencedora do certame não atende os preceitos da Lei e do Edital, visto que não teria a autorização formal do exército para o fornecimento dos produtos que são objeto do certame.

Aduz que as atividades de fabricação e comércio de produtos controlados devem obedecer algumas exigências, tais como a apresentação do Título de Registro (TR), bem como Atestado de não inflamabilidade expedido pelo CAEX.

Por fim, assevera que não tem conhecimento de outras empresas que produzem produtos não letais e com a inflamabilidade atestada pelo CAEX, que atenderiam ao Termo de Referência, que não seja a própria recorrente.

Intimada, a POLY DEFENSOR PRODUTOS DE DEFESA PESSOAL LTDA apresentou contrarrazões ao recurso interposto rechaçando todas as alegações da empresa recorrente.

Preliminarmente:

Da Intempestividade:

É cediço que no pregão, os licitantes dispõem de apenas uma oportunidade para interpor recursos administrativos, que ocorre logo após a decisão do pregoeiro sobre a habilitação.

O inciso XX do artigo 4º da Lei n. 10.520/02 é elucidativo ao estabelecer que os licitantes devem manifestar, de forma motivada, interesse de interpor recurso no momento da Sessão Pública, sob pena de perda deste direito:

"Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XX – a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;" (grifamos)

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara:

"Não se confunde a intenção de recorrer com a efetiva interposição do recurso, a ser concretizada em 3 dias, quando deverão ser apresentadas suas razões recursais."

Observa-se, portanto, que a Lei n. 10.520/02 condiciona a interposição de recurso no pregão à prática de atos por parte do recorrente: a) manifestação da intenção de recorrer por representante

credenciado e b) indicação do motivo do recurso.

Vislumbra-se que no caso em apreço tais requisitos não foram observados pela empresa recorrente, visto que no momento da sessão pública renunciou ao direito de interpor recurso, perdendo o direito de fazê-lo em momento posterior.

Evidencia-se, portanto, a intempestividade do recurso interposto pela CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA, motivo pelo qual o mesmo não deve ser admitido.

Do Mérito:

Em que pese à intempestividade do recurso apresentado pela recorrente, verifica-se, ainda, que suas alegações não merecem prosperar, senão vejamos:

Da qualificação técnica:

Acerca da qualificação técnica, o item 7.3.4 do Edital de Pregão Presencial nº 11/2015 estabelecia:

"7.3.4. Qualificação Técnica:

a) Título de Registro, acompanhado do apostilamento da autorização para fabricar e comercializar o objeto desta licitação, expedidos pelo Ministério da Defesa (Exército Brasileiro), através da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) ou pelo Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC) no caso de fabricante (artigo 39, do Decreto n. 3.665/2000);

b) Certificado de Registro – CR, no caso de representantes de empresas ou importadores, autorizando a proponente comercializar os produtos objeto desta licitação e funcionar como representante legal do fabricante, expedidos pelo Ministério da Defesa (Exército Brasileiro), através da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) ou pelo Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC), conforme for o caso (artigo 43, do Decreto n. 3.665/2000)."

Ao compulsar os autos do processo licitatório, constata-se que a empresa POLY DEFENSOR PRODUTOS DE DEFESA PESSOAL LTDA apresentou todos os documentos previstos no Edital de Pregão Presencial n. 11/2015.

O Título de Registro, acompanhado do respectivo Apostilamento, ambos expedidos pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, não deixam dúvidas de que a empresa POLY DEFENSOR PRODUTOS DE DEFESA PESSOAL LTDA cumpriu com os requisitos ao apresentar toda a documentação relativa à qualificação técnica exigida em Edital.

Além dos documentos supra mencionados, a POLY DEFENSOR PRODUTOS DE DEFESA PESSOAL LTDA apresentou o resultado da avaliação técnica realizada pelo Centro de Avaliações do Exército – CAEX, demonstrando que o produto comercializado pela empresa encontra-se APROVADO e em conformidade aos requisitos avaliados.

Vislumbra-se, portanto, que inexistente qualquer direito a amparar a pretensão da empresa recorrente, eis que a documentação fornecida pela empresa POLY DEFENSOR PRODUTOS DE DEFESA PESSOAL LTDA está de acordo com o que prevê o Edital e ao que determina a legislação aplicável à espécie.

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados, INDEFERE-SE o recurso interposto pela empresa recorrente, concluindo-se

pela manutenção da Ata do Pregão Presencial n. 11/2015.

Dê-se ciência às partes.

Timbó, 13 de janeiro de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

DECRETO Nº 4034, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4034, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 199.384,04. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, à conta de anulação no valor total de R\$ 199.384,04, conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 46.384,04, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
329000.00	JUROS E ENCARGOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	46.384,04
	TOTAL	46.384,04

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
460000.00	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	46.384,04
	TOTAL	46.384,04

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 153.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	

319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	153.000,00
	TOTAL	153.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	153.000,00
	TOTAL	153.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4037, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4037, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 104.000,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, à conta de anulação no valor total de R\$ 104.000,00, conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 70.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
337100.00	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	70.000,00
	TOTAL	70.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	

25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - ÁGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	45.000,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	25.000,00
	TOTAL	70.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 34.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	REC. LIVRE SAMAE	34.000,00
	TOTAL	34.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	70.000,00
0.60000	VÍNCULO LIVRE	34.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	REC. LIVRE SAMAE	34.000,00
	TOTAL	34.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	70.000,00
0.60000	VÍNCULO LIVRE	34.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4040, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4040, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 28.000,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, à conta de anulação no valor total de R\$ 28.000,00, conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 12.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.01.017.512.0125.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0125.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0125.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	12.000,00
	TOTAL	12.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.01.017.512.0125.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0125.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0125.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	12.000,00
	TOTAL	12.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 16.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	16.000,00
	TOTAL	16.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	

319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	16.000,00
	TOTAL	16.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4043, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4043, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 494.800,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 494.800,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VÍNCULO LIVRE	494.800,00
	TOTAL	494.800,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4044, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4044, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição no valor de R\$ 494.800,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014, c/c Lei 2794, de 18/09/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado por transposição no saldo existente de dotação,

do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VÍNCULO LIVRE	494.800,00
	TOTAL	494.800,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 494.800,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos reais), autorizado pela Lei nº 2794, de 18/09/2015, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VÍNCULO LIVRE	294.800,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER ENTRE ORGÃOS	
0.30000	VÍNCULO LIVRE	200.000,00
	TOTAL	494.800,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	494.800,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4045, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4045, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 34.160,11.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 34.160,11 (trinta e quatro mil, cento e sessenta reais e onze centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	

03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
460000.00	AMORTIAÇÃO DA DIVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	34.160,11
	TOTAL	34.160,11

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4046, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4046, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 728.754,66.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 728.754,66 (setecentos e vinte e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	250.471,56
	TOTAL	250.471,56
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	93.093,23
	TOTAL	93.093,23
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.11800	FUNDEB 60%	385.189,87
	TOTAL	385.189,87
	total	728.754,66

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4048, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4048, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 10.650,31.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 10.650,31 (dez mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta e um centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	10.650,31
	TOTAL	10.650,31

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4049, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4049, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 13.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09

de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13857	Transf – SUS/União - SAMU	13.000,00
	TOTAL	13.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4050, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4050, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 55.997,91. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	

319100.00	APLIC DIRETAS DEC OPER ENTRE ORGÃOS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	33.284,59
	TOTAL	33.284,59
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	1.372,76
	TOTAL	1.372,76
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	11.305,06
	TOTAL	11.305,06
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	35,50
	TOTAL	35,50
	TOTAL GERAL ANULAÇÃO	55.997,91

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 55.997,91 (cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e um centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	

15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	45.997,91
	TOTAL	45.997,91
	TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO	55.997,91

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4051, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4051, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 1.476,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.476,00
	TOTAL	1.476,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 1.476,00 (mil e quatrocentos e setenta e seis reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.476,00

	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMAS	1.476,00
--	--------------------------	----------

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4052, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4052, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 23.500,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, à conta de anulação no valor total de R\$ 23.500,00, conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 18.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

22.01.013.392.0094.2248.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2248.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2248.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	18.000,00
	TOTAL	18.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

22.01.013.392.0094.2248.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2248.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2248.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	18.000,00
	TOTAL	18.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

22.01.013.392.0094.2250.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2250.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2250.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.500,00
	TOTAL	5.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

22.01.013.392.0094.2250.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2250.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2250.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.500,00
	TOTAL	5.500,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4053, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4053, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 10.000,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMAS	10.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4054, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4054, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 150.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014, c/c Lei 2810, de 18/12/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

25.01.017.512.0125.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0125.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0125.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00
	TOTAL ANULADO SAMAE	150.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.20000	VINCULO LIVRE	150.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2810, de 18/12/2015, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	

25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	
	TOTAL	50.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE	150.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.20000	VINCULO LIVRE	150.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4055, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4055, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	
	TOTAL	50.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO	50.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	
	TOTAL	50.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4056, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4056, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 5.000,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGãos	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4057, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4057, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 600,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	600,00
	TOTAL	600,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGãos	
0.10000	VINCULO LIVRE	600,00
	TOTAL	600,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4058, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4058, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 47.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2266.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11000	CONVENIO TRANSITO – MILITAR	10.000,00
0.11100	CONVENIO TRANSITO – CIVIL	10.000,00
0.11200	CONVENIO TRANSITO – PREFEITURA	27.000,00
	TOTAL	47.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4059, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4059, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 1.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

13.02.028.845.0007.0014.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.02.028.845.0007.0014.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
13.02.028.845.0007.0014.	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	REC. ORDINARIOS	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4060, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4060, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 321.600,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, à conta de anulação no valor total de R\$ 321.600,00, conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 238.600,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16764	ASSISTENCIA SISTEMA ÚNICO SUS/ESTADO	4.900,00
0.13864	TRANSF – SUS/UNIÃO ATENÇÃO BÁSICA	191.000,00
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC DIRETAS DEC OPER ENTRE ORGÃOS	
0.13864	TRANSF – SUS/UNIÃO ATENÇÃO BÁSICA	42.700,00
	TOTAL	238.600,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
--------------------------	--------------------------------	--

15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16764	ASSISTENCIA SISTEMA ÚNICO SUS/ESTADO	4.900,00
0.13864	TRANSF – SUS/UNIÃO ATENÇÃO BÁSICA	233.700,00
	TOTAL	238.600,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 48.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13864	TRANSF – SUS/UNIÃO ATENÇÃO BÁSICA	8.000,00
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	40.000,00
	TOTAL	48.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13864	TRANSF – SUS/UNIÃO ATENÇÃO BÁSICA	8.000,00
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	40.000,00
	TOTAL	48.000,00

III – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 15.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13864	TRANSF – SUS/UNIÃO ATENÇÃO BÁSICA	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13864	TRANSF – SUS/UNIÃO ATENÇÃO BÁSICA	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

IV – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC DIRETAS DEC OPER ENTRE ORGÃOS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4061, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4061, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 319.113,30

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa

2015, no valor de R\$ 319.113,30 (trezentos e dezenove mil, cento e treze reais e trinta centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.14000	PETROLEO EDUCAÇÃO	54.551,88
	TOTAL	54.551,88
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	114.124,96
	TOTAL	114.124,96
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	150.436,46
	TOTAL	150.436,46
	total	319.113,30

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4062, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4062, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 55.553,21. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	55.553,21
	TOTAL	55.553,21

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 55.553,21 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e um centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	55.553,21
	TOTAL	55.553,21

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4064, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4064, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.204,34. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, à conta de anulação no valor total de R\$ 2.204,34, conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.073,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	2.073,00
	TOTAL	2.073,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	2.073,00
	TOTAL	2.073,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 131,34, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	131,34
	TOTAL	131,34

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	131,34
	TOTAL	131,34

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4065, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4065, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 30.400,60. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, à conta de anulação no valor total de R\$ 30.400,60 conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 0,60, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	0,60
	TOTAL	0,60

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	0,60
	TOTAL	0,60

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 30.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

III – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 400,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	400,00
	TOTAL	400,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	400,00
	TOTAL	400,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4066, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4066, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 94.547,63.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 94.547,63 (noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	10.559,45
	TOTAL	10.559,45
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	30.713,45
	TOTAL	30.713,45
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.11800	FUNDEB 60%	53.274,73
	TOTAL	53.274,73
	total	94.547,63

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4067, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4067, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 855,64. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09/12/2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13857	TRANSF. SUS/UNIAO - SAMU	855,64
	TOTAL	855,64

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 855,64 (oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.13857	TRANSF. SUS/UNIAO - SAMU	855,64
	TOTAL	855,64

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4068, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4068, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 16.085,28.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 16.085,28 (dezesesseis mil, oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	9.582,72
	TOTAL	9.582,72
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	2.053,44
	TOTAL	2.053,44
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	4.449,12
	TOTAL	4.449,12
	total	16.085,28

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4075, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4075, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga por 90 dias, ou seja, até 31 de março de 2016, o prazo estabelecido no Decreto nº 3978, de 23 de outubro de 2015, que dispõe sobre a justificativa da quebra da ordem cronológica de pagamento a fornecedores do Fundo Municipal de Saúde de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando para efeitos de ordem cronológica de pagamentos na administração pública o disposto do caput art. 5º da Lei 8.666/93: "Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada." ;

Considerando o disposto do art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 9.648/98: "§ 3º Observados o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 27.5.98)";

Considerando o disposto do art. 92, Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94 que classifica como crime a afronta à ordem cronológica: "Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei". (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94);

Considerando o alcance do tema e da regra, as despesas de exercícios anteriores legalmente reconhecidas bem como para os Restos a Pagar da administração pública na forma do disposto da Lei 4.320/64 deve observar: "Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica."

Considerando a observância da regra da ordem cronológica de pagamentos as sentenças judiciais proferidas contra a administração pública na forma do disposto do art. 100 do Texto Constitucional de 1988 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/09, salvo as ressalvas da própria lei: Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide Emenda Constitucional nº 62, de 2009) § 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional

nº 62, de 2009). § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). § 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

Considerando o art. 67 da lei 4.320/64 e o disposto do art. 10 da Lei Complementar nº 101/000 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal): "Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição."

Considerando que as Fontes/Destinação de Recursos possuem o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos referindo-se a origem dos recursos e a sua destinação a pagamento de despesas, podendo ser ordinária quando da alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, ou vinculada quando da vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. (MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público disposto de Portaria da STN – Secretaria do Tesouro Nacional).

Considerando o disposto do art. 62 e 64 da Lei 4.320/64, segundo a qual "o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação", e que "a ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga".

Considerando as obrigações e responsabilidades funcionais que cabem aos gestores bem como servidores públicos envolvidos no processo de ordenação financeira e pagamentos das despesas da administração pública.

Considerado Ofício do FMS nº 174 – 01/2015 de 14 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 90 dias, ou seja, até 31 de março de 2016, o prazo estabelecido no art.1º do Decreto nº 3978, de 23 de outubro de 2015, que dispõe sobre a justificativa da quebra da ordem cronológica de pagamento a fornecedores do Fundo Municipal de Saúde de Timbó.

Art.2º Ficam ratificados todos os demais termos do Decreto nº 3978, de 23 de outubro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de dezembro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2015-FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios (carnes, pães, frutas e verduras) destinados aos usuários do centro de atenção psicossocial - CAPS

EMPRESA FORNECEDORA: Panificadora Bom Dia Ltda Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 3.311,5000 (três mil trezentos e onde reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/10/2016.

Timbó, 19/10/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 85 2015 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de suprimentos de informática (cartuchos de tinta e toner), especificados no anexo I do edital, para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Color-Black Reciclagem de Cartucho de Tinta e Toner Ltda Me; Suprimíveis Eireli – Epp; Infotriz Comercial Ltda – Epp; Eonix Suprimentos e Informática Ltda Me; Tectoner Recarga de Toner Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 165.735,80 (cento e sessenta e cinco mil setecentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/10/2016

Timbó, 19/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 61 2015 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais diversos inerentes a construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta (autarquias e fundações) do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Concerio Materiais de Construção Ltda; Dragão Ind. Com. Ltda Me; Asfaltec Sul Materiais e Serviços; Concreio Artef. Cimento Ltda Me; Erwin Schmidt e Filhos Ltda Epp; Coml. Indl. Dante Zonta Ltda Me; Premocon Artefatos de Concreto Ltda Me; Pedreira Vale do Selke Ltda; Ivo Mariano Nones Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.131.054,18 (um milhão, cento e trinta e um mil, cinquenta e quatro reais e dezoito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/07/2016

Timbó, 17/07/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.567 DE 15 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.567 DE 15 DE JANEIRO DE 2016
HOMOLOGA O RESULTADO DO CONCURSO
PÚBLICO REFERENTE AO EDITAL Nº 002/2015
- CARGOS DOS ITENS 1.3.1. E 1.3.3.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, a realização de Concurso Público através do Edital nº 002/2015 sob a supervisão de Comissão designada para esta finalidade;

CONSIDERANDO, a conclusão dos trabalhos de realização do processo e não havendo pendências quanto a recursos, depois de decorridos os prazos legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Concurso Público realizado através do Edital nº 002/2015, para os cargos dos itens 1.3.1 e 1.3.3, em especial a ordem de classificação dos candidatos constante do Anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de janeiro de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 003 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 003 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Determinar à todos os servidores públicos municipais que a partir de 1º. de Fevereiro de 2016, seja observado estritamente o cumprimento do horário de expediente de trabalho (entradas/início do trabalho e saídas/término do expediente), com obrigatoriedade do ponto digital para todos os funcionários.

Ocorrendo eventual ausência ao trabalho, deverá o servidor informar ao Secretário Municipal de sua lotação esta falta para justificar o não comparecimento ao trabalho.

O descumprimento destes requisitos e não confirmação de entrada e saída do trabalho implicará no desconto dos dias que o servidor faltou ao trabalho do seu salário mensal.

Excetuam-se da marcação diária do ponto os servidores ocupantes de cargo de Secretário Municipal.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Janeiro de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 013 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 013 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º.- Nomear Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes membros:

- I - ALAN JOSÉ ALVES LISBOA - Presidente
- II - OSMAR CACHUC - Membro
- III - AÉCIO RODRIGO BUDANT - Membro
- IV - PATRICK RAMOS - Membro
- V - JUCILENE CORRÊA - Membro
- VI - MARIA GORETE DE QUADROS PEREIRA - Membro
- VII - SUELEN PEREIRA - Membro
- VIII - WANDA CASSEMIRA BECKERT - Membro.

Art. 2º.- Compete a Comissão coordenar e operacionalizar os processos administrativos de sindicância e disciplinar e tomar as providências para o seu perfeito transcurso.

Art. 3º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de Janeiro de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 015 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 015 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a servidora MARGARIDA WENGRZYNOVSKI PINTO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX. SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00

horas mês, cumprindo-as nas dependências da Secretaria de Viação e Obras. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de janeiro de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 016 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 016 DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido] o senhor MARCOS AURÉLIO BUDANT, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de janeiro de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 017 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 017 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

ALTERAR, a carga horária da servidora ELIETE TEREZINHA PFLEGER LISCOSKI, Professora, aprovada através do Concurso Público Municipal 001/2009, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de 20 horas para 40 horas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

ELÓI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 018 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 018 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

ALTERAR, a carga horária da servidora SUELI MARIA DOS SANTOS, Professora, aprovada através do Concurso Público Municipal 001/2009, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de 20 horas para 40 horas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

ELÓI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015 CLASSIFICAÇÃO FINAL - CARGOS DO ITEM 1.3.1 E 1.3.3 - 15/01/2016



Estado de Santa Catarina
Município de Três Barras
Concurso Público n.º 01/2015



CLASSIFICAÇÃO FINAL - CARGOS DO ITEM 1.3.1 e 1.3.3 - 15/01/2016

Cargo: 01 - Assistente Social												
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL	
1	297	ADRIANA APARECIDA FERREIRA DUNIN	724.416.909-49	21/04/1969	4	2	4	5	18	NA	8,50	
2	93	AMABILE APARECIDA HOLM	069.141.359-24	06/02/1993	4	2	5	4	17	NA	8,20	
3	785	MARCIA PAWLOWYTSCH	007.095.249-35	14/08/1981	4	4	4	4	16	NA	8,20	
4	320	ELIANE HACK BASILIO	448.981.009-10	10/10/1961	3	2	2	5	17	NA	7,60	
5	877	LUCIANA LOPES DE MEDEIROS	949.751.400-04	01/12/1977	4	3	3	3	16	NA	7,55	
6	521	MARIANE MICHELE LEANDRO GONÇALVES DA SILVEIRA	041.204.619-98	24/10/1985	3	3	3	5	15	NA	7,45	
7	362	LIA MARA TEIXEIRA	072.873.479-62	07/11/1989	5	2	4	3	15	NA	7,40	
8	919	ANGELITA DE CASSIA RENNER	003.568.929-30	20/01/1979	5	0	3	3	17	NA	7,30	
9	172	JÉSSICA FELSKI SOKALSKI	082.267.359-20	27/03/1992	5	1	3	3	16	NA	7,25	
10	666	JUREMA COLLI GUIMARÃES	907.238.809-72	12/09/1974	4	1	2	3	17	NA	7,15	
11	393	JAQUELINI EVANIZI PEDRO KOVALESKI	041.718.759-94	19/02/1985	4	1	2	3	17	NA	7,15	
12	122	NADIA NAYZER	096.051.689-10	28/11/1994	4	2	3	2	16	NA	7,10	
13	357	VERA LUCIA PIOTROWSKI CUBAS	637.248.209-68	26/06/1968	3	2	3	3	16	NA	7,10	
14	239	JAQUELINE DAS GRAÇAS KRUGER	077.244.449-86	10/11/1990	5	2	2	4	14	NA	6,90	
15	748	CARLA FERNANDA BREGINSKI	045.160.649-36	26/11/1982	4	2	3	4	14	NA	6,90	
16	930	JOSIANE ANTONOVVISKI NUNES	048.371.989-70	20/08/1983	3	2	2	4	15	NA	6,80	
17	1	MARIA APARECIDA DRAPALSKI	034.683.149-06	17/10/1976	3	2	3	4	14	NA	6,70	
18	540	LUCIELI SIEMS	058.966.569-39	26/01/1986	3	2	3	3	14	NA	6,50	
19	129	FRANCIELE GERALDO	049.791.329-10	05/09/1982	3	0	2	3	16	NA	6,40	
20	213	SILMARA MURANTE	067.367.809-18	00/00/0000	4	1	1	3	15	NA	6,35	
21	958	VANESSA FERREIRA	053.188.049-42	15/05/1985	3	1	3	3	14	NA	6,25	
22	181	ROSANA MARIA ESTACIO	028.082.489-03	31/07/1979	3	2	3	3	13	NA	6,20	
23	816	ADRIANA FILOMENA PETRY	054.009.719-54	08/06/1986	3	1	3	4	13	NA	6,15	
24	699	LILIAN LEITE CARNEIRO CELESTINO	081.019.259-45	16/11/1991	3	0	2	3	15	NA	6,10	
25	160	IVANA MARIA R. MACHADO	032.030.719-08	06/12/1980	3	1	2	3	14	NA	6,05	
26	224	CARLA ANDRIELI FERNANDES	063.018.819-07	28/06/1990	2	0	2	3	15	NA	5,90	

NUBES Concursos

Data de Geração: 15/01/2016 13:51 - Folha: 1 de 4

27	545	HÉLIO GONÇALVES PADILHA	037.406.429-63	28/02/1981	2	0	3	3	14	NA	5,80
28	346	LUCILDA RODRIGUES DAS CHAGAS	023.796.459-73	00/00/0000	3	1	2	3	12	NA	5,45
29	528	ROSANGELA MARIA FERNANDES	506.649.059-00	30/07/1962	3	1	2	3	11	NA	5,15
30	412	MARCELA TREMEL	970.260.269-68	26/03/1975	2	1	3	3	11	NA	5,15
31	227	MEIRIELI DOS ANJOS	038.248.399-54	15/03/1983	2	1	3	3	11	NA	5,15
32	858	ANDREA MARIA UBA DA SILVEIRA	004.391.739-90	10/05/1978	4	1	1	4	10	NA	5,05

Cargo: 02 - Farmacêutico

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL
1	624	JULIANO JOSÉ BELOTTO	032.970.799-08	16/05/1977	4	2	4	5	16	NA	7,90
2	279	THALINE DIRSCHNABEL	074.324.269-61	13/05/1991	3	2	3	4	16	NA	7,30
3	613	SURAIA EL KOUBA	664.522.609-87	23/04/1960	5	3	3	2	14	NA	6,95
4	343	ANDRÉA DE OLIVEIRA PARADA	710.832.430-04	13/09/1974	4	3	2	4	14	NA	6,95
5	701	JAQUELINE WRUBLEVSKI	921.763.649-53	30/07/1971	3	1	2	4	15	NA	6,55
6	237	VANESSA MUSIALAK WASIK	061.568.719-93	30/03/1992	4	2	3	2	13	NA	6,20
7	90	RENATA DOS SANTOS	076.248.379-27	15/12/1991	3	0	3	3	14	NA	6,00
8	948	DÉBORA BRUNA LEITE	071.297.389-36	28/02/1992	3	2	5	2	9	NA	5,20
9	814	ROBERTA PEDRASSANI FERREIRA	092.974.929-40	06/06/1994	4	0	3	2	11	NA	5,10

Cargo: 03 - Médico Pediatra

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL
1	344	FERNANDA MONIKE ROSA	051.013.079-80	17/05/1986	5	3	3	5	12	NA	6,95
2	920	GEORGIA PEREIRA DE SOUSA	861.729.999-15	24/10/1975	5	2	3	4	12	NA	6,50

Cargo: 04 - Médico Ginecologista / Obstetra

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL
NÃO HOUVE CANDIDATOS INSCRITOS											

Cargo: 05 - Médico Urologista

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL
NÃO HOUVE CANDIDATOS INSCRITOS											

NUBES Concursos

Data de Geração: 15/01/2016 13:51 - Folha: 2 de 4

Cargo: 06 - Médico Cardiologista

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL
1	810	RUBENS MAURICIO DALLAGASSA STELMACHUK	018.439.609-31	05/10/1975	4	3	3	4	11	NA	6,25

Cargo: 07 - Médico Ortopedista

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL
NÃO HOUVE CANDIDATOS HOMOLOGADOS											

Cargo: 08 - Médico Psiquiatra

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL
1	68	ALEXANDRE ZATERA	872.770.859-49	21/06/1975	5	1	5	4	10	NA	6,05

Cargo: 09 - Enfermeiro

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL
1	52	LIANA LEAL DE BARROS	076.736.369-80	21/05/1990	5	3	4	4	11	NA	6,65
2	922	MARIA EMILIA JUBANSKI	031.485.449-51	13/11/1980	4	3	4	3	12	NA	6,55
3	159	SUZANE SABRINA METZGER SCHPAK	062.298.299-08	23/04/1990	5	2	3	4	12	NA	6,50
4	440	CLEVERSON MAGNABOSCO	043.331.009-09	05/05/1984	4	3	2	5	10	NA	5,95
5	406	LUCIANA VESOLSKI	046.926.579-52	04/09/1986	5	2	2	3	9	NA	5,20
6	710	MARINA NUNES GUIMARÃES DUBIEL	008.592.039-80	23/04/1984	3	3	0	4	10	NA	5,15
7	733	DAIANE SOBCZACK DA SILVA	006.828.019-09	09/01/1985	5	2	1	3	9	NA	5,00
8	873	PATRICIA CORREA REISDOERFER	051.844.469-40	02/10/1986	4	2	2	3	9	NA	5,00

Cargo: 20 - Auxiliar de Odontologia

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	AV01	AV02	AV03	AV04	AV05	Prova de Títulos e Tempo de Serviço	NOTA FINAL
1	531	EMANUELI CALDAS CORREA	081.096.079-69	20/04/1991	2	0	2	4	14	NA	5,80
2	739	JOSELAINE DOS REIS	072.777.589-86	06/03/1991	5	2	1	5	9	NA	5,40
3	354	ADRIANA APARECIDA PORTELA	039.923.329-69	24/04/1983	3	0	1	3	13	NA	5,30

NUBES Concursos

Data de Geração: 15/01/2016 13:51 - Folha: 3 de 4

4	965	DENISE NOVAKI LARA PIETRZAKI	064.992.739-70	07/05/1989	4	2	2	2	10	NA	5,10
5	756	KARIN GRAZIELA DA SILVA	004.971.149-09	12/02/1979	3	0	1	3	12	NA	5,00

Legenda:

DN - DATA DE NASCIMENTO

NA - NÃO SE APLICA

FALTOU - FALTOU NA PROVA OBJETIVA

APP - APROVADO PARA A PROVA PRÁTICA

AV01 - LÍNGUA PORTUGUESA

AV02 - MATEMÁTICA

AV03 - INFORMÁTICA BÁSICA

AV04 - CONHECIMENTOS GERAIS

AV05 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NUBES Concursos

Data de Geração: 15/01/2016 13:51 - Folha: 4 de 4

Trombudo Central

PREFEITURA

013/2016

PORTARIA 013/2016 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública Municipal Sra. Andreia Kriech Farias, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de sala, licença para tratamento de saúde por 90 dias, conforme atestado emitido no dia 26 de dezembro de 2015.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 26 de dezembro de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

EXTRATO CONTRATUAL FMS 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 039/2015 - Contrato Nº: 024/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 2.802,78 (dois mil oitocentos e dois reais e setenta e oito centavos)

Vigência : Início: 17/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015

Objeto : 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AS LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATACÃO DE EMPRESA PARALICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DO(S) APLICATIVOS(S) DE

TESOURARIA COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE DESKTOP, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL CONFORME DESCRITO NO EDITAL

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL FMS 040/2015

Aditivo Nº : 040/2015 - Contrato Nº: 018/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TROMBUDOCENTRAL

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 16.577,75 (dezesesseis mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 17/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015

Objeto : 1º TERMO ADITIVO REFERENTE A CONTRATACÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE USO DE APLICATIVOS PARA GESTÃO PÚBLICA, PARA AS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES E DEMAIS ÁREAS DESCRITAS NO EDITAL

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 080/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 080/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: HARDTEC ASSISTENCIA TEC. EM COMPUTADORES

Valor : 12.050,00 (doze mil cinquenta reais)

Vigência : Início: 04/12/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 082/2015

Contrato Nº...: 082/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME

Valor : 9.721,50 (nove mil setecentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 08/12/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 083/2015

Contrato Nº...: 083/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

Valor : 14.442,90 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 08/12/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 084/2015

Contrato Nº.: 084/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SANDRO VILMAR PIRES ME

Valor : 15.388,00 (quinze mil trezentos e oitenta e oito reais)

Vigência : Início: 08/12/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 085/2015

Aditivo Nº : 085/2015 - Contrato Nº: 047/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 137.315,89 (cento e trinta e sete mil trezentos e quinze reais e oitenta e nove centavos)

Vigência : Início: 17/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015

Objeto : 1º TERMO ADITIVO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE USO DE APLICATIVOS PARA GESTÃO PÚBLICA, PARA AS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FROTAS, PLANEJAMENTO E DEMAIS ÁREAS DESCRITAS NO EDITAL.

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 086/2015

Aditivo Nº : 086/2015 - Contrato Nº: 006/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: IMPETUS APOIO A GESTÃO PÚBLICA LTDA

Valor : 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2011

Objeto : 4º TERMO ADITIVO REFERENTE A SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ATRAVÉS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO, VISANDO O ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS DE: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E PEDAGÓGICO E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO, ALÉM DE ORIENTAÇÕES DE ORDEM OPERACIONAL DAS ROTINAS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO EM SEUS VÁRIOS MÓDULOS, UTILIZADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL.

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 087/2015

Aditivo Nº : 087/2015 - Contrato Nº: 001/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SERRANA ENGENHARIA LTDA

Valor : 76.667,50 (setenta e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 31/03/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2011

Objeto : 9º TERMO ADITIVO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DOMICILIARES, NO PERÍMETRO URBANO E NAS ÁREAS DE EXPANSÃO DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 088/2015

Aditivo Nº : 088/2015 - Contrato Nº: 015/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: HARDETEC ASSISTENCIA TEC. EM COMPUTADORES

Valor : 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2012

Objeto : 4º TERMO ADITIVO REFERENTE A SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO TÉCNICA DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 089/2015

Aditivo Nº : 089/2015 - Contrato Nº: 084/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SANDRO VILMAR PIRES ME

Valor : 0,55 (cinquenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 18/12/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 090/2015

Aditivo Nº : 090/2015 - Contrato Nº: 002/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: WALQUIRIA KAMKE HOFFMANN

Valor : 18.000,00 (dezoito mil reais)

Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Objeto : 3º TERMO ADITIVO REFERENTE A LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA INSTALAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONCELHO TUTELAR, LOCALIZADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO COM METRAGEM DE 329,560 M².

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 092/2015

Aditivo Nº : 092/2015 - Contrato Nº: 079/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: ARH CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME

Valor : 13.964,44 (treze mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015

Objeto : 1º TERMO ADITIVO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE BASE EM CONCRETO ARMADO PARA SERVIR DE BASE PARA ACADEMIA AO AR LIVRE.

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 093/2015

Aditivo Nº : 093/2015 - Contrato Nº: 007/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: PAMELA MAIARA ADRIANO

Valor : 10.452,00 (dez mil quatrocentos e cinquenta e dois reais)

Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2012

4/2014

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL LOCALIZADO NA RUA EMILIO GRAUBNER Nº 132 BAIRRO VILA NOVA COM FINALIDADE DE ALUGUEL SOCIAL.

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 095/2015

Aditivo Nº : 095/2015 - Contrato Nº: 094/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICÍPIO

Valor : 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2014

Objeto : 2º TERMO ADITIVO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS ATRAVÉS DE ADESÃO AO PROGRAMA DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS.

Trombudo Central, 19 de Janeiro de 2016

PREGÃO PRESENCIAL 05/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 05/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 05/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENSINO DE ARTES PARA OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CENTRO DE REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS E GRUPOS DE CONVIVENCIA E CLUBE DE MÃES DA SECRETARIA DE CULTURA. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h do dia 01 de fevereiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 19 de janeiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 06/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 06/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 06/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ENSINO DE AULAS DE GAITA, TECLADO E VIOLÃO PARA GRUPOS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:00h do dia 01 de fevereiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 19 de janeiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeita Municipal em exercício

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 46/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: MARILDA GHISI LUIZ

CNPJ/CPF: 024.959.038-78

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 3.272,50

Extrato do Contrato: 47/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: RUTH TERESINHA MIRANDA

CNPJ/CPF: 048.965.329-45

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 7.437,50

Extrato do Contrato: 48/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DENISE MACEDO ALVES

CNPJ/CPF: 035.539.929-64

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 620,00

Extrato do Contrato: 49/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DÉLCIO FERRAREZ

CNPJ/CPF: 537.058.829-53

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 3.170,00

Extrato do Contrato: 50/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: ADALBERTO DA SILVA SEBASTIÃO

CNPJ/CPF: 040.865.089-31

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 3.200,00

Extrato do Contrato: 51/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: RICARDO COPETTI

CNPJ/CPF: 739.791.049-15

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 4.000,00

Extrato do Contrato: 52/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DANIEL SAVI ZACCARON

CNPJ/CPF: 054.041.379-83

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 4.160,00

Extrato do Contrato: 53/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DIONEI PIGNATEL

CNPJ/CPF: 651.961.479-34

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 9.720,00

Extrato do Contrato: 54/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: HENRIQUE ROMAGNA

CNPJ/CPF: 164.426.019-00

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 4.500,00

Extrato do Contrato: 55/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: MARIA ELISABETH MAZZUCO

CNPJ/CPF: 021.728.439-62

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 3.330,00

Extrato do Contrato: 56/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JOSÉ ANTUNES CARARA

CNPJ/CPF: 245.983.649-04

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 7.462,50

Extrato do Contrato: 57/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: VANIO ROMAGNA

CNPJ/CPF: 974.264.259-02

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 3.300,00

Extrato do Contrato: 58/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: VALDEMIR MAGAGNIN

CNPJ/CPF: 023.816.559-05

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 1.040,00

Extrato do Contrato: 59/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: MARILENE PEREIRA DE SOUZA DE ANDRADE

CNPJ/CPF: 020.923.219-60

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 6.200,00

Extrato do Contrato: 60/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: ALEKSSANDRO DE OLIVEIRA

CNPJ/CPF: 020.797.969-33

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 2.217,50

Extrato do Contrato: 61/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: IVANETE MARIA INOCENTE CAMBRUZZI

CNPJ/CPF: 557.861.209-10

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 4.000,00

Extrato do Contrato: 62/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JOSÉ RAMOS DE MORAES

CNPJ/CPF: 415.716.309-53

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 2.220,00

Extrato do Contrato: 63/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: LUIZ CLAUDIO DA SILVA

CNPJ/CPF: 912.247.309-25

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 3.150,00

Extrato do Contrato: 64/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JOÃO MARCILIO MIRANDA

CNPJ/CPF: 696.242.169-91

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados

a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 9.100,00

Extrato do Contrato: 65/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: ANTONIO RIBEIRO

CNPJ/CPF: 018.827.089-20

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 7.440,00

Extrato do Contrato: 66/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: EDIO DAUFENBACH

CNPJ/CPF: 777.570.179-04

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 4.000,00

Extrato do Contrato: 67/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: ANTONIO BERGMANN

CNPJ/CPF: 601.398.469-72

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 4.940,00

Extrato do Contrato: 68/2016

Data de assinatura: 18/01/2016

Processo Licitatório: 67/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: COOPERATIVA FAMILIAR AGROINDUSTRIAL SUL CATARINENSE - COOFASUL

CNPJ/CPF: 07.234.446/0001-76

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar.

Valor Global: R\$ 11.918,50

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 03/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do ADT Contrato: 03/2013

Data de assinatura: 15/01/2016

Processo de Licitação: 94/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ/CPF: 00.456.865/0001-67

Objeto: prestação de serviços de locação de sistemas para gestão pública.

Reajustado em 10,54% (IGP-M)

Valor global reajuste R\$ 14.343,82

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.667/16

DECRETO Nº 12.667/16, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.
Nomeia Chefe do Almoxarifado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAMILA STRAPAZZON, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Almoxarifado, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2016.

Videira, 14 de janeiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.668/16

DECRETO Nº 12.668/16, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.
Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 545/2016,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, JORGE LUIZ GONÇALVES, do cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, nomeado pelo Decreto nº 11.456/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Videira, 14 de janeiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.669/16

DECRETO Nº 12.669/16, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.
Torna sem efeito o Decreto nº 12.530/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 233/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.530/15, que nomeou SIRLEY APARECIDA ADADA BARICHELO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de janeiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.670/16

DECRETO Nº 12.670/16, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.
Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, IVONE FABER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de janeiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.673/16

DECRETO Nº 12.673/16, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSE MARIE MEIRELES DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.674/16

DECRETO Nº 12.674/16, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 276.901,19 (duzentos e setenta e seis mil, novecentos e um reais e dezenove centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.080 – Manutenção do CRAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0189 – Aplicações Diretas	R\$ 28.975,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0203 – Aplicações Diretas	R\$ 18.404,57
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0524 – Aplicações Diretas	R\$ 7.885,05

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081 – Manutenção de Serviços de Convivência	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0379 – Aplicações Diretas	R\$ 13.568,62
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.082 – Assistência a Pessoas com Deficiência	
3.3.50.00.00.00.00.00.00.03.0149 – Transferências a Instituições Privadas	R\$ 4.400,65

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083 – Manutenção do CREAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0151 – Aplicações Diretas	R\$ 28.516,32
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0191 – Aplicações Diretas	R\$ 28.791,53
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0193 – Aplicações Diretas	R\$ 1.925,52
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0516 – Aplicações Diretas	R\$ 4.291,46
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0192 – Aplicações Diretas	R\$ 76,26
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0415 – Aplicações Diretas	R\$ 7.165,65
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0510 – Aplicações Diretas	R\$ 2.303,73
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0520 – Aplicações Diretas	R\$ 20,95
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0286 – Aplicações Diretas	R\$ 6.315,52

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086 – Manutenção do FMAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0198 – Aplicações Diretas	R\$ 3.494,52
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0285 – Aplicações Diretas	R\$ 43.651,26
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0500 – Aplicações Diretas	R\$ 49.129,17
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0518 – Aplicações Diretas	R\$ 166,96
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0522 – Aplicações Diretas	R\$ 233,01
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0152 – Aplicações Diretas	R\$ 27.585,44
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
R\$ 276.901,19	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2.015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 008/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada acandidataabaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. TALYNE OLINGER CORTESE	FISCAL DE POSTURAS	12.645/16, DE 05/01/2016

Aconvocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;

- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 15 de Janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0007/16

PORTARIA nº 0007/16

Revoga a Portaria nº 0547/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar, a partir de 31 de janeiro de 2016, a Portaria nº 0547/14, que designou VIVIANE DE FÁTIMA E SILVA SPÖRR, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Convivência, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de janeiro de 2016.

Videira, 15 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0008/16

PORTARIA nº 0008/16

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Memorando nº 487/2016;

RESOLVE

Art. 1º Remover, a partir de 1º de fevereiro de 2016, a servidora VIVIANE DE FÁTIMA E SILVA SPÖRR, ocupante do cargo efetivo de Professora, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Videira, 15 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0009/16

PORTARIA nº 0009/16

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Memorando nº 501/2016;

RESOLVE

Art. 1º Remover, a partir de 12 de janeiro de 2016, o servidor AILTON DIRCEU JUNGES, ocupante do cargo efetivo de Vigia, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2016.

Videira, 15 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 04/2016 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONFEÇÃO DE CERCAS DE TELAS EM DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE, COMO PRAÇAS, GUARDA-CORPO EM VIAS, PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 03/02/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 19 de janeiro 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 09/2016

Termo Aditivo nº 09/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 10/2014

Processo: CC nº 04/2013-PMV

Contratado: FORMIGÃO LANCHES LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Outorga de Permissão de Uso do Espaço Público - Lanchonete no Parque Linear Rio do Peixe por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 27 de janeiro de 2016 até o dia 26 de janeiro de 2017.

Data: 18/01/2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 11 de Dezembro de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 19/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 11/12/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, para uso na Secretaria de Educação, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00008	UN	AGUA MINERAL GALAO DE VINTE LITROS COM TROCA DO GALAO	SANTA RITA	60,00	8,70	522,00
00009	UN	CARGA DE GAS DE COZINHA - GLP, 13 KG	LIQUIGAS	140,00	59,90	8.386,00
Total do Fornecedor: 8.908,00 (OITO MIL E NOVECENTOS E OITO REAIS)						

10326.8 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00003	UN	ALCOOL GEL 70 COM ACO ANTI-SEPTICA, EMBALAGEM COM 500GR	FLOPS	70,00	3,68	257,60
00015	UN	ESCOVA PARA LIMPEZA COM CERDAS DE NYLON P/ SANITARIO, CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 CM COM ESTOJO.	STAR	7,00	2,94	20,58
00020	PACOTE	LA DE ACO, TIPO BOMBIL, EMBALAGEM COM 8 UNIDADES	AÇOLUX	30,00	0,84	25,20
00028	UN	RODO DE ALUMINIO, BORRACHA DUPLA, COM 50 CM, COM CABO DE APROXIMADAMENTE 1,20 M	MARINGA	10,00	20,10	201,00
00029	UN	RODO DE PLASTICO COM CABO, BORRACHA DUPLA COM 30CM	MARINGA	40,00	3,50	140,00
00032	UN	SABAO EM PO EMBALAGEM 2 KG	BREEZE	150,00	6,56	984,00
00037	PACOTE	SACO PLASTICO P/LIXO C/ 50, CAPACIDADE 50 LITROS.	PEGA LIXO	100,00	5,49	549,00
00039	UN	TOALHA DE LOUCA DE ALGODAO MEDINDO 0,77 X 0,48M	MARTINS	30,00	2,10	63,00
00042	PACOTE	TOUCA DESCARTAVEL SANFONADA, EM TNT COM ELASTICO,COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES	TALGE	15,00	6,92	103,80
00044	UN	VASSOURA DE PALHA TIPO COLONIAL COM TRÊS COSTURAS, LARGURA MINIMA DE 30 CM COM CABO DE MADEIRA	COLONIAL	40,00	10,80	432,00
Total do Fornecedor: 2.776,18 (DOIS MIL E SETECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS)						

11281.0 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	AGUA SANITARIA PARA USO GERAL A 2,0 A 2,5 IONS CLORO ATIVO EMBALAGEM 5 LITROS	FLEX	170,00	4,35	739,50
00010	UN	CLORO ATIVO 5LT	FLEX	70,00	6,65	465,50
00014	UN	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO, DE PRIMEIRA QUALIDADE,- BIODEGRADAVEL PARA LIMPEZA DE ART. UTES. P/ PREPARO DE ALIMENTO EMBALAGEM DE 1L	BRILHA SUL	400,00	2,08	832,00
00022	CAIXA	LUVA PLASTICA DESCARTAVEL PACOTE C/ 100 UNIDADES	DESCARPACK	8,00	17,00	136,00
00033	UN	SABONETE LIQUIDO, AROMA DIVERSOS, COM PH NEUTRO, EMBALAGEM DE 5 LITROS.	FLEX	10,00	10,68	106,80
00034	UN	SACO DE TECIDO DE ALGODAO PRE LAVADO PARA LIMPEZA. DIMENSAO 55 CM X 80 CM	GABELEI	30,00	1,90	57,00
00036	PACOTE	SACO PLASTICO P/ LIXO C/ 50, CAPACIDADE 30 LITROS.	OESTE	100,00	5,19	519,00
Total do Fornecedor: 2.855,80 (DOIS MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)						

11570.3 - IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00024	UN	PANO PERFEX MULTI USO, ROLO DE 300 METROS, 70 VISCOSIDADE, 30 POLIESTER, TAMANHO 30X50 CM	ALKLIN	5,00	125,80	629,00
00025	UN	PEGADOR PARA MASSA EM ACO INOX	ALKLIN	6,00	5,99	35,94
00026	UN	POTE PLASTICO C/ TAMPA. CAPACIDADE DE 2000 ML.	MASTER	10,00	10,40	104,00
00040	UN	TOALHA DE ROSTO FELPUDA, COR ESCURA, SEM ESTAMPA, MEDINDO 1,30 X 0,65 M	VIA PANO	30,00	4,30	129,00
00045	UN	CERA LIQUIDA AMARELA COM PERFUME 5L	GIRANDO SOL	30,00	17,99	539,70
00046	UN	CERA LIQUIDA INCOLOR COM PERFUME 5L	GIRANDO SOL	30,00	17,99	539,70
00047	UN	LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA 100L	ARQPLAST	10,00	39,95	399,50
Total do Fornecedor: 2.376,84 (DOIS MIL E TREZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS)						

11770.6 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	UN	ALCOOL ETILICO HIDRATADO COM 92,8 GRAUS/LITRO, EMBALAGEM FRASCO 1 LITRO	FLOPS	170,00	3,90	663,00
00004	UN	AMACIANTE DE ROUPAS 2LT	SEQUINEL	130,00	3,10	403,00
00005	UN	ASSADEIRA ALUMINIO RETANGULAR 38X26X6 CM	DISOLLE	6,00	19,50	117,00
00007	UN	BALDE PLASTICO CAPACIDADE 20 LITROS	ARQUIPLAST	8,00	3,90	31,20
00011	PACOTE	COPOS DESCARTAVEIS 180 ML C/ 100	COPOSUL	100,00	2,40	240,00
00013	UN	DESODORIZANTE AROMATICO PARA BANHEIRO COM REFIL ESUORTE PERMANENTE COM 40 GRAMAS.	SANY BRIL	100,00	0,52	52,00
00016	UN	ESCOVA PARA LIMPEZA MANUAL	HARACEM	7,00	1,30	9,10
00017	UN	ESPONJA DE ESPUMA PARA LIMPEZA DUPLA FACE, COM MATERIAL ABRASIVO	BETANIN	350,00	0,42	147,00
00021	UN	LUVA DE BORRACHA NATURAL AMARELA COM INTERIOR FLOCADO EM ALGODAO, PARA FACILITAR A REMOCAO, COM VIROLA PALMAS E DEDOS ANTIDERRAPANTES, TAMANHO M	TALGE	100,00	1,69	169,00
00027	UN	RODO COM ESPUMA, COM 30 CM, COM CABO APROXIMADAMENTE 1,20 CM	HARACEM	30,00	3,55	106,50
00035	PACOTE	SACO PLASTICO P/ LIXO C/ 25, CAPACIDADE 100 LITROS	NAVEPLAST	100,00	5,20	520,00
00043	UN	VASSOURA DE NAYLON, DIMENSOES 33 X 13 X 9 CM, CERDA MEDIA PLUMADAS QUE GARANTEM A MELHOR CAPTURA DASUJEIRA COM CABO DE APROXIMADAMENTE 1,20 M.	HARACEM	30,00	4,55	136,50
Total do Fornecedor: 2.594,30 (DOIS MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E TRINTA CENTAVOS)						

12051.0 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00006	UN	BACIA PLASTICA EXTRA GRANDE CAPACIDADE 27,5 LITROS MODELO HYDRUS, INCOLOR.	ARQPLAST	7,00	4,96	34,72
00012	UN	DESINFETANTE LIQUIDO, BASE ACIDO PERACETICO E PEROXIDO DE HIDROGENIO ESTABILIZADO, ACAO RAPIDA, AROMA PINHO, EMBALAGEM 5 LITROS	SEQUINEL	100,00	5,30	530,00
00018	CAIXA	FILTRO DESCARTAVEL PARA CAFE, TAMANHO MEDIO, 102 CAIXA CONTENDO 30 UNIDADES	BRIGITTA	80,00	1,90	152,00
00019	CAIXA	FOSFORO PARA COZINHA CAIXA CONTENDO 240 PALITOS	FIAT LUX	30,00	2,18	65,40
00023	FARDO	PAPEL HIGIENICO, FOLHA SIMPLES, COR BRANCA, ALTA ALVURA, ROLO COM 60 METROS FARDO COM 64 ROLOS	IDEALLE	10,00	28,99	289,90
00030	PACOTE	ROLO DE PACOTES PLASTICOS PARA CONGELAR ALIMENTOSCAPACIDADE 5 KG C/ 100 UNIDADES	BOM PACK	5,00	2,99	14,95
00031	PACOTE	ROLO DE PACOTES PLASTICOS PARA CONGELAR ALIMENTOSCAPACIDADE 3 KG C/ 100 UNIDADES	BOM PACK	5,00	2,80	14,00
00041	PACOTE	TOALHAS DE PAPEL INTERFOLHADAS, MEDINDO 22,5X21,5BRANCA, PACOTE COM/ 1000 UNIDADES.	IDEALLE	50,00	4,00	200,00
Total do Fornecedor: 1.300,97 (HUM MIL E TREZENTOS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)						
Total da Licitação: 20.812,09 (VINTE MIL E OITOCENTOS E DOZE REAIS E NOVE CENTAVOS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº.

8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 19/2015 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização

da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 11 de Dezembro de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
MARLON EISING
Contratada

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME
MICHEL BERNARDINO DA SILVA
Contratada

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP
TIAGO LUIZ FOSSA
Contratada

IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME
CLAITON PETRES
Contratada

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
EDEVALDO FORTES SIMOES JUNIOR
Contratada

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME
CLEITON DE SOUZA
Contratada

<61>

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0011/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: TECER PEDAGÓGICO AMBIENTAL E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME
CNPJ: 10.455.375/0001-08
OBJETO: O presente tem por objeto a contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos ambientais.
PRAZO VIGÊNCIA 06/01/2016 a 31/12/2016
VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Vitor Meireles - SC, 04 de janeiro de 2016.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0014/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: NASARITA PICKLER MACHADO 90041399900
CNPJ: 17.557.860/0001-23
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE CONSTRUÇÃO DE CARNEIRAS, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA, MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

PRAZO VIGÊNCIA 07/01/2016 a 31/12/2016

VALOR: R\$ 7.920,00 (sete mil e novecentos e vinte reais), pagos em 12 parcelas de importância mensal de R\$ 660,00 (trezentos e quatro reais e sessenta e dois centavos)..

Vitor Meireles - SC, 07 de janeiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 060/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: LILLIAN GRASIELE XAVIER TOLFO 05386474936

CNPJ: 19.772.695/0001-58

OBJETO: prestação de serviços de ASSESSORIA NOS PROGRAMAS DA ÁREA DA SAÚDE com as quantidades e características assim especificadas: dar condições de operacionalizar, mensalmente os sistemas: SCNES, SIA, BPAMAG, FPOMAG, VERSIA, SIAB, SISREG, SISPRENANATL WEB, E-SUS, PMAQ-AB, SISMOB, bem como na elaboração dos relatórios de gestão, plano municipal de saúde, programas, pactuações e projetos técnicos.

PRAZO VIGÊNCIA 01/01/2016 a 31/12/2016

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Vitor Meireles - SC, 24 de dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0008/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0008/2016, tendo como objeto a Aquisição de uma Repetidora para implantação da central de operações regional da 1ª Companhia de Bombeiros Militar do 14º BBM, sede em Xanxerê. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 12/02/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br Xanxerê-SC, 19 de janeiro de 2016. Gelson Saibo - Prefeito Municipal em Exercício.

CHAMADA PÚBLICA ATRAVÉS DE DISPENSA Nº 0005/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2016

CHAMADA PÚBLICA COM DISPENSA

DE LICITAÇÃO Nº 0005/2016.

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados que está realizando CHAMADA PÚBLICA para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, conforme descrito no "Anexo I" do Edital, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 38/2009 e nº 26/2013. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda, até às 09:45 horas do dia 22 de fevereiro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, situada na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455, Centro, Xanxerê – SC e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do telefone: (49) 3441-8542 ou no email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê -SC, 18 de janeiro de 2016. Gelson Saibo. - Prefeito Municipal em exercício.

PREGÃO 0007/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0007/2016, tendo como objeto a Aquisição de Refeições (almoço e jantar) para os Profissionais do Pronto Atendimento 24 horas. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 11 de fevereiro de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 18 de janeiro de 2016. Gelson Saibo – Prefeito Municipal em Exercício.

Xavantina

PREFEITURA

ATA PP 37-2015 PMXV - TERCEIRA SESSÃO

3ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2015 PMXV. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS PESADAS PARA SERVIÇOS EM GERAL PARA O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTA EDITAL.

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Emerson Salvagni e sua Equipe de Apoio constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Taciane Caon e Alex Lorenzet, designada pelo Decreto 001/2016, com a finalidade de efetuar recebimento das contrarrazões com relação ao recurso apresentado pela licitante ROLEPEÇAS PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA. Após percorrido o prazo, que era até as 16:00 horas do dia 19/12/2016, nenhuma licitante apresentou contrarrazões. Assim o Pregoeiro e a Equipe de Apoio encaminham o Processo Licitatório na Inteira, para a Assessoria Jurídica do Município, para que a mesma Emita parecer para acatar o Recurso da Licitante ROLEPEÇAS PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA ou que seja mantida a desclassificação da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, e os membros da Equipe de Apoio.

Emerson Salvagni Pregoeiro	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio
-------------------------------	-------------------------------------------

Alex Lorenzet Membro da Equipe de Apoio	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio
--------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------

CONTRATO Nº 004/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Contrato nº: 004/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE SEGUROS PARA FIRMAR CONTRATO DE SEGURO DE VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Data da Assinatura: 13/01/2016.

Vigência: 16/01/2017.

Valor do Contrato: R\$ 26.645,38 (vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos).

CONTRATO Nº 005/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: LICS SUPER ÁGUA EIRELI.

Contrato nº: 005/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATUAÇÃO NO CONTROLE E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE UM POÇO ARTESIANO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS E COMODATO DE UMA ETA – ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA, NUM TOTAL DE APROXIMADAMENTE 190 ECONOMIAS SERVIDAS NO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Data da Assinatura: 19/01/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Contrato: R\$ 22.098,87 (vinte e dois mil, noventa e oito reais e oitenta e sete centavos).

PE 001/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2016 FMS

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de veículo van nova, para 09 lugares com acesso para cadeirante para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações do anexo "A" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 03/02/2016, no site www.cidadecompras.com.br.

Abertura: dia 03/02/2016, às 09:00 horas, no site www.cidadecompras.com.br.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 20 de janeiro de 2016.

OSMAR DERVANOSKI,

Gestor do FMS.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 16-2015 PMXV

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 16/2015 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.578.202/0001-87, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Adilson Luiz Nicolini, portador do CPF nº 018.339.749-56, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM readequar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão abaixo citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto e novos Preços

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar.

ITEM	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	LT	2,62	ÓLEO DIESEL S500

Cláusula Segunda – Das demais Clausulas

Continuam em pleno vigor todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas nos Termos de Compromisso/Ata de Registro de Preços iniciais e demais alterações.

Xavantina/SC, em 19 de janeiro de 2016.

SAFRA DIESEL LTDA, Adilson Luiz Nicolini.	MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal.
----------------------------------------------	----------------------------------------------

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE XAVANTINA
CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO DE CONTRATO
Processo Dispensa de Licitação Nº 001/2016
Contrato Nº 003/2016
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA.
Contratada: SANTOS PELIZZA
Objeto:.. Locação de uma garagem localizada Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, nº 182, Centro, em Xavantina-SC, para fins de estacionamento do veículo da locatária,
O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com termino em 31/12/2016.
O valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) mensais,
Xavantina-SC, 14 de janeiro de 2016.
Claudi Babinski – Presidente

CONTRATO Nº004/2016

Contrato: Nº004/CMV/2016

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: INFORSUL SERVIÇO E TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA ((SCM)

Data da assinatura: 14/01/2016

Vigência: 31/12/2016

Valor Mensal:R\$100,00(Cem reais)

Valor: R\$ 1.200,00(Hum mil e duzentos reais).

Claudi Babinski
Presidente

LRF 1

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	386.469,16	0,00
Pessoal Ativo	384.178,16	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.291,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	386.469,16	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	386.469,16	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.656.225,67
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,47
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	939.373,54
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	892.404,86
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	845.436,19

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

LRF 2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	206.562,19	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	211.927,32	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	5.365,13	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-206.562,19	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	6.392,92	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22.020,55	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LRF 3

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			

FONTE:

LRF 5

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

LRF 6

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")					R\$ 1,00	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:
Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

LRF 7

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	386.469,16	2,47
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	939.373,54	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	892.404,86	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.444.369,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.504.996,11	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.095.935,80	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	0,00

FONTE:

LRF4

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Xaxim

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 04/2016

MUNICIPIO DE XAXIM

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 004/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 008/2016

O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Transportes para a Secretaria da Educação e Cultura, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 00min do dia 02 de fevereiro de 2016, procedendo à abertura às 13h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 19 de janeiro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGIR

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 17 e Parágrafos, Artigo 20 e Incisos e Artigo 30 Inciso I do Estatuto Social, CONVOCA todos consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 01 de fevereiro de 2016, às 14h00min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 14h30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Rio dos Cedros, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

- 1 – Leitura e Aprovação da Ata Anterior;
- 2 – Prestação de Contas 2015;
- 3 – Reajuste Anual dos Servidores, Auxílio Alimentação e Jeton para 2016;
- 4 – Regulação de Transportes Coletivos de Passageiros;
- 5 – Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 19 de janeiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva
(original assinado)

DECISÃO FINAL DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS Nº 10 E 20/2015 - AGIR

DECISÃO Nº 001/2016

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 10/2015

Requerente: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau - SAMAE

Objeto: Criação de tarifa social de abastecimento de água intitulada "Hospital Social".

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 020/2015

Requerente: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau - SAMAE

Objeto: Análise da inclusão de categoria (classe) de consumidores denominados "Pública Municipal" na Tabela de Serviços do SAMAE. Requerido: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR.

RELATÓRIO:

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau- SAMAE, por intermédio do Ofício nº 315/2015/PRES, de 30 de junho de 2015 e também através do Ofício nº 435/2015/PRES, esse com data de 22 de setembro de 2015, requer a Agência Reguladora, a instituição de duas novas classes/categorias de consumidores/usuários, a primeira denominada "HOSPITAL SOCIAL" e a segunda com a denominação de "PÚBLICA MUNICIPAL".

Em suas justificativas o SAMAE informa que a classe/categoria Hospital Social só poderá ser aplicada/utilizada pela rede hospitalar

instalada em Blumenau e que presta seus serviços ao SUS, em no mínimo de 50% de seus atendimentos e ao mesmo tempo em sua proposta impõe uma série de condicionantes para o enquadramento e aproveitamento. Aquelas condições pressupõem, de modo acertado, que a utilização desta classe deverá ser fiscalizada anualmente para que se possa aplicar tal benefício, que grosso modo pode até ser visto como um benefício fiscal, em tese.

Não resta nenhuma dúvida de que a instituição de tal classe vem diretamente em benefício não só dos hospitais com a sua atenção voltada ao público mais frágil da escala social, mas também contribui para que possa haver mais um instrumento de gestão financeira àquelas entidades.

A Autarquia, em suas justificativas diz ainda que o impacto econômico/financeiro é pouco relevante e que a eventual queda na arrecadação está sendo compensada pelas ações implementadas, como a macromedicação e a atualização e substituição de hidrômetros. Em primeira análise tais ações se prestam exatamente para tanto, evitar as perdas físicas e não físicas que irão aumentar a eficiência das operações e consequentemente aumento de faturamento, o que é por demais salutar.

Ainda assim, haverá sim perda de receita, mas no caso em tela essa é perfeitamente suportável e dentro das regras da economicidade, vez que não irá refletir de modo impactante na tarifa aplicada aos usuários desta cidade.

A tarifa denominada de Pública Municipal, por sua vez vai de encontro direto às finanças municipais, mesmo que por prazo determinado. A simples adoção de tal faixa de consumidores irá gerar impacto sobre o cálculo tarifário, uma vez que, mesmo aceitando que com as medidas de hidrometração haverá aumento de arrecadação, deve-se deixar registrado que os valores não arrecadados deixarão de estar à disposição da Autarquia para os investimentos em geral e por isso, entende-se que tal "despesa" não deverá ser vista como despesa tarifária e de modo algum poderá ser objeto de incorporação à tarifa normal. Essa perda de receita, dito assim grosso modo, não pode ser levada à conta do usuário de forma tão simples.

Deverá a Autarquia, na instituição desta classe, exigir com que esses consumidores tracem metas e/ou objetivos no sentido de haver redução no consumo de água. Ou seja, elaborar mecanismos para aferição das metas do uso racional da água, em todos os setores administrativos municipais. Como a instituição de tal classe de contribuinte tem caráter temporário, a diminuição de receita com essa classe também não pode ser debitada da conta dos usuários, via tarifa. Esses valores, a cada pedido de revisão ou reajuste, devem ser demonstrados e serão por isso considerada como verbas não tarifárias, ou seja, não podem ser debitados em detrimento aos usuários via aumento de tarifa. Significa que o ônus econômico-financeiro deve ser suportado/coberto pelas receitas próprias do ente autárquico SAMAE e, mesmo assim, não pode servir de mote para o não cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), nem pode ser computado como custo tarifário, até porque é temporário.

Visto sob o aspecto técnico, pode-se dizer até que tais novas classes de consumidores constituem-se em uma revisão tarifária. Na qualidade de Agência de Regulação, uma de suas atribuições é dar ou proporcionar a estabilidade do setor sob a sua regulação, in casu, o serviço de abastecimento de água do município de Blumenau. Essas duas classes tarifárias propostas pelo SAMAE, sob qualquer análise, representa uma redução na arrecadação da Autarquia e que, por força da legislação vigente não pode ser deficitária ou gerar uma onerosidade excessiva aos usuários, tudo em obediência ao previsto nos artigos 29 e 38 da Lei nº 11445/2007.

O valor tarifário vigente, de acordo com os estudos já efetuados pela Agência, ao longo destes anos quando dos reajustes anuais ordinários, apontam para uma certa estabilidade econômico-financeira, que atende, a princípio a alocação de recursos para garantia de investimentos e, SMJ. até a presente data, os consumidores, salvo casos pontuais, não têm demonstrado insatisfação com o valor tarifário praticado.

Por outro lado, a criação destas duas novas classes, em uma análise mais minuciosa e mais, sob o aspecto do caráter social, também pode ser vislumbrada como um benefício direto aos usuários do sistema como um todo, quando aceita-se de que parte da população (a menos favorecida) deve ser socorrida através de medidas que até podem ser vistas como uma espécie de subsídio cruzado ou indireto.

A instituição da classe "Pública Municipal", tem, como dito em seu requerimento, o aspecto temporário e visa tão somente uma solução para que se possa fazer frente à grave crise econômico-financeira a que se acha exposta a nação brasileira, atualmente.

Já a classe de tarifa social hospitalar, que recebe o código F, dividida em quatro (04) faixas de consumo, vem de encontro à fragilizada situação da saúde pública e terá um caráter permanente, que em análise final irá beneficiar aquelas instituições voltadas em suas atividades, para a rede pública conhecida como SUS.

Em ambas as situações, deve ser ressaltado e destacado que as novas classes ora propostas, não irão receber tão somente benefícios com a redução dos valores finais de suas contas, mas também, paralelamente serão submetidas às condições de apresentar um programa de uso racional da água e através desse programa, diminuir o consumo e consequentemente, baixar o valor mensal das despesas com o item "água".

Informa a Autarquia SAMAE que, com a instituição da tarifa social hospitalar, haverá uma redução de receitas na ordem de duzentos e dez mil reais (R\$ 210.000,00) anuais, mas que tal redução deve ser compensada com as políticas de redução de perdas e ainda a modernização do parque de hidrômetros. Já com a instituição temporária da categoria pública municipal, haverá uma redução/perda de aproximadamente um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00) ano.

Que, da mesma forma, a receita será compensada com as medidas acima, ou seja, redução das perdas e atualização da hidrometragem.

Diante de tudo que acima foi exposto, essa Agência Reguladora, através de sua Diretoria Geral, entende e opina pela aceitação e reconhecimento dessas duas (02) novas categorias de consumidores, que, no entanto, ficam subordinadas às seguintes condições:

- i) Instituição pela Autarquia, a partir da vigência destas novas classes, de programas efetivos, para que no decorrer dos próximos dois (02) anos, seja atingida a meta entre 3% e 5% (três e cinco por cento) na redução direta das perdas de água, tanto as reais como as aparentes, por parte do SAMAE;
- ii) Instituição de um programa e políticas de uso racional/consciente do bem água, por parte das instituições municipais beneficiadas pela classe "Pública Municipal", bem como, os enquadrados nas categoria social "Hospitalar Social".
- iii) Anualmente a Autarquia deverá prestar contas à Agência, das políticas instituídas, com a apresentação dos resultados, inclusive financeiros;
- iv) Todos os valores negativos decorrentes da implantação destas duas (02) novas categorias, serão considerados para fins regulatórios, como "DESPESAS NÃO TARIFÁRIAS", ou seja, jamais poderão ser objeto de incorporação e/ou aumento tarifário;
- v) Caberá ao SAMAE demonstrar a cada ano, juntamente com o pedido de revisão e ou reajuste da tarifa de água, relatório financeiro das receitas destas duas (02) novas classes tarifárias, bem como o histórico de consumo das entidades abrangidas para o efetivo acompanhamento do consumo racional de água;
- vi) Da mesma forma e na mesma época, que seja apresentado o demonstrativo financeiro das dívidas, inscritas ou não, resultantes destas novas classes, se houver.

Isso posto, fica AUTORIZADA a criação das duas (02) novas categorias tarifárias, denominadas respectivamente de "HOSPITALAR SOCIAL" e "PÚBLICA MUNICIPAL", condicionada a publicação e comunicação por parte da Autarquia SAMAE aos seus usuários de forma ampla e oficial, num período não inferior a 30 (trinta) dias, para início da cobrança do novo regime tarifário em observação ao disposto no Artigo 39 da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de (30) dias em relação à sua aplicação" (grifo nosso). Que seja encaminhado a esta Agência cópia da nova tabela tarifária, assim como das publicações realizadas pela Autarquia Municipal (incluindo a nova tabela), no prazo de 30 (trinta) dias após esses atos.

Expeçam-se os demais atos legais necessários, bem como o encaminhamento desta Decisão e os respectivos pareceres como de praxe, às partes interessadas.

A presente decisão entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site da AGIR, qual seja www.agir.sc.gov.br.

Essa a decisão.

Blumenau (SC), em 18 de janeiro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016 - CONSELHO DE REGULAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2016

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fernando Zanella, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 29 de janeiro de 2016, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 29 de janeiro de 2016

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Gal. Liberato Bittencourt, n. 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 63/2015, Município de Rio do Sul. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali;
- 2) Relatório de Ouvidoria;
- 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;

4) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2016.

Marcos Fernando Zanella

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de material de expediente

BENEFICIÁRIO DA ATA: DIAL DEPARTAMENTOS EIRALI - EPP

CNPJ: 09.008.570/0001-00

VALOR INICIAL REGISTRADO: R\$10,80 (Dez reais e oitenta centavos)

VALOR REVISADO PARA: R\$ 14,00 (quatorze reais).

Florianópolis, 18 de janeiro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIGA

Extrato de Contrato n. 43 - Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Extrato de Contrato nº 43/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CNPJ: 80.637.457/0001-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 12/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 44 - Prefeitura Municipal de Pinhalzinho

Extrato de Contrato nº 44/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Pinhalzinho

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho

CNPJ: 83.021.857/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 005/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 45 - Prefeitura Municipal de Rio Rufino

Extrato de Contrato nº 45/2016
Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Rio Rufino
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Rufino
CNPJ: 95.991.071/0001-00
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 04/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 1.560,00 (um mil e quinhentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 46 - Prefeitura Municipal de José Boiteux

Extrato de Contrato nº 46/2016
Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de José Boiteux
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de José Boiteux
CNPJ: 79.372.553/0001-25
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em

operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 47 - Prefeitura Municipal de Palmitos

Extrato de Contrato nº 47/2016
Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Palmitos
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palmitos
CNPJ: 85.361.863/0001-47
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 005/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 12.360,00 (doze mil e trezentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 48 - Câmara Municipal de Ouro

Extrato de Contrato nº 48/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Câmara Municipal de Ouro

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ouro

CNPJ: 00.083.494/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 49 - Prefeitura Municipal de Macieira

Extrato de Contrato nº 49/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Macieira

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Macieira

CNPJ: 95.992.020/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 0001/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 50 - Prefeitura Municipal de Imbuia

Extrato de Contrato nº 50/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Imbuia

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Imbuia

CNPJ: 83.102.632/0001-93

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 3.870,00 (três mil e oitocentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 51 - Prefeitura Municipal de Balneário Rincão

Extrato de Contrato nº 51/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Balneário Rincão

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão

CNPJ: 17.243.084/0001-97

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 005/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 52 - Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato de Contrato nº 52/2016
Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
CNPJ: 82.960.758/0001-36
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços

continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 9.660,00 (nove mil e seiscentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 529 - Prefeitura Municipal de Romelândia

Extrato de Contrato nº 529/2016
Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Romelândia

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Romelândia
CNPJ: 82.821.182/0001-26
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 53 - Prefeitura Municipal de Witmarsum

Extrato de Contrato nº 53/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Witmarsum

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Witmarsum

CNPJ: 83.102.442/0001-76

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 1.860,00 (um mil e oitocentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 530 - Prefeitura Municipal de Papanduva

Extrato de Contrato nº 530/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Papanduva

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Papanduva

CNPJ: 83.102.533/0001-01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 56/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do

município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 13.710,00 (treze mil e setecentos e dez reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 531 - Prefeitura Municipal de Grão Pará

Extrato de Contrato nº 531/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Prefeitura Municipal de Grão Pará

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Grão Pará

CNPJ: 82.558.149/0001-55

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 88/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 9.990,00 (nove mil e novecentos e noventa reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 54 - Câmara Municipal de Palmitos

Extrato de Contrato nº 54/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Câmara Municipal de Palmitos

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Palmitos

CNPJ: 04.834.120/0001-45

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 3.726,00 (três mil e setecentos e vinte e seis reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMAUC

TABELA DE PREÇO 2016 CIS AMAUC

TABELA DE VALORES

CIS AMAUC

2016

ANATOMIA PATOLÓGICA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS CIS

Biopsia de Próstata (por peça)	90093	30,00
Exame Anatomopatológico p/ Congelamento / Parafina (exceto Colo Uterino) – Peça Cirúrgica	02.03.02.003-0	37,00
Exame Citopatológico Hormonal Seriado (Mínimo três coletas)	02.03.01.002-7	37,00
Exame Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora	02.03.01.001-9	7,00
Imunohistoquímica de Neoplasias Malignas (por marcador/ máximo 6 por pte)	02.03.02.004-9	330,00
Imunohistoquímica de Mamas	90077	310,00
Ato de Coleta de PAAF de órgão ou estruturas superficiais com deslocamento do patologista	90190	100,00
Exame Anátomo Patológico	90204	65,00
Procedimento diagnóstico em citopatologia cérvico-vaginal oncológica	90212	35,00
Procedimento diagnóstico em painel de imunohistoquímica (duas a cinco reações) independente do órgão	90220	330,00
Procedimentos diagnóstico em margens cirúrgicas	90239	55,00
Procedimento diagnóstico em lâminas de PAAF até 5	90247	65,00
Coloração especial – por coloração	90255	35,00

ANGIOLOGIA / CIRURGIA VASCULAR

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS CIS

Consulta Médica em Atenção Especializada 03.01.01.0007-2 50,00

ALERGIA E IMUNOLOGIA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS CIS

Consulta Médica em Atenção Especializada 03.01.01.0007-2 50,00

CARDIOLOGIA

PROCEDIMENTO COD. SIA/SUS CIS

Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Eletrocardiograma (EEG)	02.11.02.003-6	15,00
Ecocardiografia Transtorácica	02.05.01.003-2	200,00
Holter (Monitoramento pelo Sistema Holter 24 horas – 3 canais)	02.11.02.004-4	136,00
Teste ergométrico ou esforço	02.11.02.006-0	100,00

CIRURGIA GERAL

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

CIRURGIA TORÁCICA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
--------------	--------------	-----

Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
------------------------------------------	----------------	-------

DERMATOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Biópsia de boca (língua, lábio, mucosa, cavidade bucal)	02.01.01.052-6	50,00
Biópsia de pálpebra	02.01.01.035-6	25,00
Biópsia pele e partes moles (pele, tecido celular ou gânglios subcutâneos, parede abdominal)	02.01.01.037-2	40,00
Biópsia de pavilhão auricular	02.01.01.036-4	25,00
Biópsia/ Punção de tumores superficiais de pele	02.01.01.002-0	35,00
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Eletrocoagulação de lesão cutânea	04.01.01.004-0	25,00
Exerese de Tumor de pele e anexos / Cisto sebáceo e lipoma	04.01.01.007-4	40,00
Fototerapia (sessão – POR SEGMENTO)	03.03.08.010-8	20,00

DENSITOMETRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Densitometria Óssea - coluna e fêmur (dois segmentos)	02.04.06.002-8	92,00

ENDOCRINOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

FISIATRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA /SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

FISIOTERAPIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Atendimento Fisioterapêutico em ptes com disfunções uroginecológicas	03.02.01.002-5	10,00
Atendimento Fisioterapêutico nas alterações motoras	03.02.05.002-7	10,00
Atendimento Fisioterapêutico em ptes no pré/ pós operatório de neurologia	03.02.06.005-7	12,00
Fisioterapia Geral	90107	7,00

FONOAUDIOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Terapia individual	03.01.04.004-4	20,00
Audiometria Tonal Limiar (Via aérea/ óssea)	02.11.07.004-1	21,00
Potencial Evocado para Triagem auditiva - BERA	02.11.07.027-0	162,00
Emissões Otoacústicas evocadas para triagem auditiva - teste orelhinha	02.11.07.014-9	13,51

Gustometria	02.11.07.019-0	15,00
Imitanciometria	02.11.07.020-3	23,00
Logoaudiometria (LDV/IRF/LRF)	02.11.07.021-1	27,00
Pesquisa de pares cranianos	02.11.07.025-4	15,00
Processamento Auditivo Central	02.11.07.034-3	162,00

GASTROENTEROLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Biopsia de anus e canal anal	02.01.01.004-6	30,00
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Colonoscopia (Coloscopia)	02.09.01.002-9	300,00
Endoscopia Digestiva Alta (EDA) com teste de urease	02.09.01.003-7	170,00
Polipectomia (até três Pólipos)	04.07.01.025-4	160,00
Retossigmoidoscopia	02.09.01.005-3	130,00
Retirada de corpo estranho do tubo digestivo por endoscopia	04.07.01.024-6	130,00

GERIATRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

GINECOLOGIA E OBSTETRICIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Biopsia de colo do útero	02.01.01.066-6	25,00
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Colposcopia	02.11.04.002-9	30,00
Criocauterização colo útero	03.09.03.004-8	55,00

HEMATOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

INFECTOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

MASTOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

MEDICINA HIPERBÁRICA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Sessão de Oxigenoterapia Hiperbárica	90158	345,00

NEFROLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

NEUROLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Eletroencefalografia em vigília com ou sem foto estímulo	02.11.05.002-4	80,00
Eletroencefalografia sono induzido com ou sem medicamento	02.11.05.003-2	80,00
Eletroneuromiografia de face	90034	174,00

Eletroneuromiografia de Membros Inferiores - MI	90042	213,00
Eletroneuromiografia de Membros Superiores - MS	90050	213,00
Eletroneuromiografia de Membros Inferiores e Superiores - MI/MS	90069	335,00

NUTRICIONISTA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada	03.01.01.004-8	20,00

OTORRINOLARINGOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Biópsia de pirâmide nasal	02.01.01.039-9	30,00
Biópsia de Seios paranasais	02.01.01.044-5	50,00
Biópsia de Faringe	02.01.01.019-4	30,00
Drenagem de Abscesso faríngeo	04.04.01.005-9	30,00
Drenagem de Furúnculo no conduto auditivo Externo	04.04.01.007-5	30,00
Incisão e Drenagem de Abscesso	04.01.01.010-4	30,00
Ducha de Politzer (uni/bilateral)	04.04.01.009-1	30,00
Infiltração Medicamentosa em corneto inferior	04.04.01.015-6	40,00
Tamponamento Nasal Anterior e Posterior	04.04.01.034-2	50,00
Eletrogustometria	02.11.07.013-0	25,00
Videolaringoscopia e Laringoscopia	02.09.04.002-5	100,00

OFTALMOLOGIA

A consulta de oftalmologia padrão inclui: Gonioscopia, fundoscopia, check-up de Glaucoma e Tonometria

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Biometria Ultrassônica (monocular)	02.11.06.001-1	43,00
Biópsia de Conjuntiva (monocular)	02.01.01.009-7	43,00
Biópsia de Córnea (monocular)	02.01.01.011-9	94,50
Biópsia de Esclera (monocular)	02.01.01.018-6	94,50

Biópsia de Iris e Corpo Ciliar, Retina Coróide e Vítreo (monocular)	02.01.01.024-0	270,00
Campimetria Computadorizada ou manual com gráfico (monocular)	02.11.06.003-8	108,00
Cauterização da Córnea (monocular)	04.05.05.003-8	33,75
Ceratometria (monocular)	02.11.06.005-4	43,00
Ciclocricocagulação / Diatermia (monocular)	04.05.05.004-6	453,60
Ciclodíálise (monocular)	04.05.05.005-4	442,80
Correção Cirúrgica de Astigmatismo Secundário (monocular)	04.05.05.006-2	33,75
Correção Cirúrgica de Entropião e Ectropião (monocular)	04.05.01.001-0	216,00
Correção Cirúrgica de Epicanto e Telecanto (monocular)	04.05.01.002-8	216,00
Correção Cirúrgica de Hérnia de Iris (monocular)	04.05.05.007-0	442,80
Correção Cirúrgica de Logofalmo (monocular)	04.05.04.001-6	218,70
Curva Diária de Pressão Ocular CDPO (mínimo três medidas) (monocular)	02.11.06.006-2	14,85
Eletro-oculografia (binocular)	02.11.06.007-0	41,85
Eletroretinografia (binocular)	02.11.06.008-9	41,85
Epilação de Cílios (monocular)	04.05.01.006-0	33,75
Exérese de Calázio e outras pequenas lesões de pálpebra e supercílios (UNILATERAL)	04.05.01.007-9	60,75
Exérese de tumor de conjuntiva (monocular)	04.05.05.008-9	141,75
Facetomia com lente Intra-Ocular (Lente incluída no valor) (monocular)	04.05.05.009-7	665,55
Facetomia sem implante de lente Intra-Ocular (inclui vitrectomia anterior quando necessário) (monocular)	04.05.05.010-0	544,00
Facoemulsificação com Implante de Lente Intra-Ocular (Lente incluída no valor) (monocular)	04.05.05.011-9	400,00
Injeção Retrobulbar/Peribulbar (monocular)	04.05.04.013-0	33,75
Iridectomia Cirúrgica (monocular)	04.05.05.017-8	544,00
Mapeamento de Retina (monocular)	02.11.06.012-7	41,85

Microscopia especular de Córnea (monocular)	02.11.06.014-3	41,85
Oclusão de Ponto Lacrimal (monocular)	04.05.01.010-9	33,75
Paquimetria Ultrassônica (monocular)	02.05.02.002-0	21,60
Paracentese de Câmara Anterior (monocular)	04.05.05.020-8	140,40
Potencial Visual Evocado (monocular)	02.11.06.016-0	33,75
Retinografia Fluorescente (binocular)	02.11.06.018-6	175,50

Retinografia Colorida (binocular)	02.11.06.017-8	33,75
Retirada de Globo Ocular Uni/Bilateral para transplante (binocular)	05.03.03.005-8	218,70
Retirada de Corpo Estranho da Câmara Anterior do Olho (monocular)	04.05.05.024-0	453,60
Retirada de Corpo Estranho da Córnea (monocular)	04.05.05.025-9	33,75
Simblefaroplastia (monocular)	04.05.01.014-1	207,90
Sondagem de Vias Lacrimais (binocular)	04.05.01.016-8	33,75
Sondagem de Canal Lacrimal com sedação (binocular)	04.05.01.015-0	207,90
Sutura de Conjuntiva (monocular)	04.05.05.029-1	140,40
Sutura de Córnea (monocular)	04.05.05.030-5	222,75
Sutura de Esclera (monocular)	04.05.03.009-6	218,70
Sutura de Pálpebra (monocular)	04.05.01.017-6	141,75
Teste de Adaptação de Visão Sub-Normal	02.11.06.019-4	33,75
Teste de Provocação de Glaucoma (monocular)	02.11.06.020-8	12,15
Teste para Adaptação de Lente de Contato (monocular)	02.11.06.024-0	21,60
Teste Ortóptico (binocular)	02.11.06.023-2	21,60
Topografia Computadorizada de Córnea – Ceratoscopia (binocular)	02.11.06.026-7	32,75
Tratamento Cirúrgico de Blefarocalase (binocular)	04.05.01.018-4	207,90
Tratamento Cirúrgico de Deiscência de Sutura de Esclera (monocular)	04.05.03.010-0	216,00
Tratamento Cirúrgico de Xantelasma (monocular)	04.05.04.019-9	207,90
Tratamento Cirúrgico de Pterígio (monocular)	04.05.05.036-4	420,00
Tratamento Cirúrgico de Triquiase com ou sem Enxerto (monocular)	04.05.01.019-2	216,00
Tratamento Cirúrgico de Miiase Palpebral (monocular)	04.05.03.011-8	33,75
Tratamento Cirúrgico de Neoplasia de Esclera (monocular)	04.05.03.012-6	445,50
Tratamento de Ptose (inclui tratamento de Blefarocalase) e Coloboma de Pálpebra (monocular)	04.05.04.020-2	445,50

Trabeculectomia (inclui a Iridectomia) (monocular)	04.05.05.032-1	693,90
Transplante de Córnea (monocular)	05.05.01.009-7	1.166,40
Vitrectomia Anterior (monocular)	04.05.03.013-4	515,70
Ultrassonografia de Globo Ocular/ Orbits (monocular)	02.05.02.008-9	28,00

ONCOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

ORTOPEDIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Atendimento Ortopédico com imobilização provisória	03.01.06.010-0	13,00
Amputação de Dedo – por dedo	04.08.06.004-2	36,00
Biópsia de Medula Óssea	02.01.01.027-5	47,00
Biópsia de Osso/ Cartilagem da Cintura Escapular (por agulha/ céu aberto)	02.01.01.030-5	183,00
Biópsia de Osso do Crânio e da Face	02.01.01.034-8	36,00
Biópsia de Osso/ Cartilagem de Membro Inferior (por agulha/ céu aberto)	02.01.01.032-1	189,00
Biópsia de Osso/Cartilagem de Membro Superior (por agulha/céu aberto)	02.01.01.033-0	189,00
Biópsia de Osso/Cartilagem de Cintura Pélvica (Por agulha/Céu aberto)	02.01.01.031-3	184,00
Biópsia de Lesão de Partes Moles (Por agulha/ Céu aberto)	02.01.01.026-7	115,00
Biópsia de Músculo	02.01.01.028-3	19,00
Bursectomia	04.08.06.008-5	36,00
Fasciotomia de Membros Superior	04.08.02.010-5	36,00
Infiltração de Substâncias em Cavidade Sinovial (Articulação, Bainha Tendinosa)	03.03.09.003-0	8,00
Manipulação Articular	04.08.06.015-8	36,00
Tenomiorrafia	04.08.06.045-0	36,00
Punção para Esvaziamento	02.01.01.064-0	14,00
Ressecção de Cisto Sinovial	04.08.06.021-2	14,00
Ressecção de Exostose	04.08.06.022-0	36,00
Ressecção Muscular	04.08.06.030-1	36,00
Retirada de Material de Síntese Ósseo-Dentária	04.14.02.030-8	36,00

Retirada de Fio ou Pino Intraósseo	04.08.06.035-2	36,00
Revisão com Troca de Aparelho Gessado em Membro Superior	03.03.09.009-0	23,00
Revisão com Troca de Aparelho Gessado em Membros Inferiores	03.03.09.007-3	27,00

Revisão Cirúrgica de Coto Amputação em Membros Inferiores (Exceto dedos do Pé)	04.08.05.033-0	36,00
Revisão Cirúrgica de Coto Amputação em Membros Superiores (Exceto Mão)	04.08.02.029-6	36,00
Revisão Cirúrgica de Coto Amputação em Membros Inferiores (Exceto dedos do Pé)	04.08.05.033-0	36,00
Revisão Cirúrgica de Coto Amputação dos Dedos	04.08.06.042-5	36,00
Revisão e Troca de Aparelho Gessado em Lesão de Coluna Vertebral	03.03.09.011-1	37,00
Tenossinovectomia em Membros Superiores	04.08.02.030-0	36,00
Redução Incruenta de Fratura e Fratura-Luxação ao Nível da cintura Escapular	04.08.01.012-6	51,00
Tratamento Cirúrgico de Polidactilia não Articulado	04.08.06.065-4	36,00
Tratamento Cirúrgico de Rutura do Aparelho Extensor do dedo	04.08.06.068-9	36,00
Redução Incruenta de Fratura/Lesão Fisária no Punho	04.08.02.017-2	45,00
Tratamento Conservador de Fratura na Cintura Escapular (com Imobilização)	03.03.09.012-0	37,00
Redução Incruenta de Luxação/Fratura-Luxação de Joelho	04.08.05.026-8	52,00
Redução Incruenta de Fratura ou Lesão Fisário do Joelho	04.08.05.025-0	52,00
Redução Incruenta de Fratura/Lesão Fisária do Extremo Proximal de Umero	04.08.02.016-4	51,00
Redução Incruenta de Luxação ou Fratura/Luxação Escápulo Umeral	04.08.01.013-4	48,00
Redução Incruenta de Fratura-Luxação de Tornozelo	04.08.05.021-7	48,00
Redução Incruenta de Fratura de Ossos do Tarso	04.08.05.024-1	41,00
Redução Incruenta de Fratura/Lesão Fisária dos Metatarsianos	04.08.05.020-9	41,00
Redução Incruenta de Luxação Fêmuro/Patelar	04.08.05.027-6	48,00
Redução Incruenta de Luxação /Fratura Luxação de Cotovelo	04.08.02.022-9	43,00
Tratamento de Articulação Coxo-Femural com Imobilização Gessada	04.08.04.035-1	46,00

PEDIATRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

PNEUMOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00

Broncoscopia (Broncofibroscopia)	02.09.04.001-7	150,00
Espirometria com determinação do volume residual	02.11.08.001-2	60,00
Gasometria	02.11.08.002-0	4,00

PSICOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Atendimento Individual em Psicoterapia	03.01.08.017-8	20,00

PSIQUIATRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica incluindo Terapia Individual	90115	90,00

PROCTOLOGISTA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Colonoscopia (Coloscopia)	02.09.01.002-9	300,00
Polipectomia (até três pólipos)	04.07.01.025-4	160,00
Retossigmoidoscopia	02.09.01.005-3	130,00
Biopsia de anus e canal anal	02.01.01.004-6	30,00

RADIODIAGNÓSTICO

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Mamografia Unilateral	02.04.03.003-0	32,50
Mamografia Bilateral	02.04.03.018-8	65,00
Radiografia Cavum (lateral +Hirtz)	02.04.01.006-3	14,00
Radiografia Abdômen Agudo (Mínimo de 3 incidências)	02.04.05.012-0	22,00
Radiografia de Abdômen Simples (AP)	02.04.05.013-8	15,00
Radiografia de Abdômen (AP+lateral/localizada)	02.04.05.011-1	22,00
Radiografia de Antebraço	02.04.04.001-9	15,00
Radiografia Arcada Zigomática Malar (AP+Obliquas)	02.04.01.004-7	14,00
Radiografia de Articulação Coxo-Femoral	02.04.06.006-0	18,00
Radiografia de Articulação Escápulo Umeral	02.04.04.003-5	17,00
Radiografia de Articulação Esterno Clavicular	02.04.04.004-3	17,00
Radiografia de Coração e Vasos da Base (PA+Lateral+Obliquas)	02.04.03.005-6	24,00

Radiografia de Costelas (por hemitórax)	02.04.03.007-2	17,00
Radiografia de Cotovelo	02.04.04.007-8	15,00
Radiografia de Coxa	02.04.06.011-7	18,00
Radiografia de Crânio (PA+Lateral+Oblíquas/Bretton+Hirtz)	02.04.01.007-1	19,00
Radiografia de Crânio (PA+Lateral)	02.04.01.008-0	14,00
Radiografia de Esôfago	02.04.03.008-0	30,00
Escanometria	02.04.06.003-6	20,00
Duodenografia Hipotônica	02.04.05.004-9	53,00
Radiografia do Esterno	02.04.03.009-9	17,00
Radiografia de Estômago e Duodeno	02.04.05.014-6	49,00
Radiografia de Joelho (AP+ lateral)	02.04.06.012-5	15,00
Radiografia de Joelho ou Patela (AP+lateral+Axial)	02.04.06.013-3	15,00
Radiografia de Laringe	02.04.01.009-8	13,00
Radiografia de região Orbitária (Localização de Corpo Estranho)	02.04.01.013-6	20,00
Radiografia de Mão	02.04.04.009-4	15,00
Radiografia de Mão e Punho (p/determinação de idade óssea)	02.04.04.010-8	15,00
Radiografia de Mastóide/Rochedos (Bilateral)	02.04.01.010-1	19,00
Radiografia de Maxilar (PA + Oblíquas)	02.04.01.011-0	14,00
Radiografia de Mediastino (PA+Perfil)	02.04.03.010-2	17,00
Radiografia de Omoplata/Ombro (3 posições)	02.04.04.011-6	17,00
Radiografia Bilateral de Órbitas (PA+Oblíquas+Hirtz)	02.04.01.003-9	19,00
Radiografia de Ossos da Face (MN+Lateral+Hirtz)	02.04.01.012-8	19,00
Radiografia de Pé/Dedos do Pé	02.04.06.015-0	15,00
Radiografia de Perna	02.04.06.016-8	18,00
Radiografia de Punho (AP+Lateral+Oblíquas)	02.04.04.012-4	15,00
Radiografia de Dedos da Mão	02.04.04.008-6	15,00
Radiografia de Região Sacro-Coccigea	02.04.02.012-3	18,00
Radiografia de Seios da Face (FN+MN+Lateral+Hirtz)	02.04.01.014-4	14,00
Radiografia de Sela Túrsica (PA+Lateral+Bretton)	02.04.01.015-2	14,00
Radiografia de Tórax (PA+Inspiração+Expiração+Lateral)	02.04.03.013-7	24,00

Radiografia de Tórax (PA+Lateral+Oblíquas)	02.04.03.014-5	20,00
Radiografia de Tórax Ápico-Lordótica	02.04.03.012-9	13,00
Radiografia de Tórax (PA)	02.04.03.017-0	13,00
Radiografia de Coluna Tóraco-Lombar	02.04.02.010-7	21,00
Radiografia de Intestino Delgado (Trânsito)	02.04.05.015-4	55,00
Radiografia de Tórax (PA e Perfil)	02.04.03.015-3	17,00
Radiografia de Articulação Esterno Clavicular	02.04.04.004-3	17,00
Radiografia de Articulação Sacro-Iliaca	02.04.06.007-9	18,00
Radiografia de Articulação Tibio-Társica	02.04.06.008-7	15,00
Radiografia de Articulação Temporo-Mandibular Bilateral	02.04.01.005-5	19,00
Radiografia de Articulação Acrômio Clavicular	02.04.04.002-7	17,00
Radiografia de Bacia	02.04.06.009-5	18,00
Radiografia de Braço	02.04.04.005-1	17,00
Radiografia de Calcâneo	02.04.06.010-9	15,00
Radiografia de Clavícula	02.04.04.006-0	15,00
Clister Opaco com Duplo Contraste	02.04.05.001-4	63,00
Colangiografia Pré-Operatória	02.04.05.003-0	50,00
Colangiografia Pós-Operatória	02.04.05.003-0	50,00
Radiografia de Coluna Lombo Sacra	02.04.02.006-9	21,00
Radiografia de Coluna Cervical (AP+Lateral+To/Flexão)	02.04.02.004-2	18,00
Radiografia de Coluna Cervical (AP+Lateral+To+Oblíquas)	02.04.02.003-4	18,00
Radiografia de Coluna Cervical Funcional/Dinâmica	02.04.02.005-0	18,00
Radiografia de Coluna Torácica (AP+Lateral)	02.04.02.009-3	18,00
Radiografia de Coluna Toraco-Lombar Dinâmica	02.04.02.011-5	26,00

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

PROCEDIMENTO	COD. SAI/SUS	CIS
RM Membros Superiores (Unilateral)	02.07.02.002-7	268,75
RM Membros Inferiores (Unilateral)	02.07.03.003-0	268,75
RM Coluna Lombo Sacra	02.07.01.004-8	268,75
RM de Coluna Torácica	02.07.01.005-6	268,75

RM de Coluna Cervical	02.07.01.003-0	268,75
RM de Articulação Temporo-Mandibular (Bilateral)	02.07.01.002-1	268,75
RM de Bacia/Pélvis	02.07.03.002-2	268,75
RM de Sela Túrsica	02.07.01.007-2	268,75
RM Crânio	02.07.01.006-4	268,75
RM Vias Biliares	02.07.03.004-9	268,75
RM de Abdômen Superior	02.07.03.001-4	268,75
RM de Tórax	02.07.02.003-5	268,75
Contraste para Ressonância	90085	75,00

TOMOGRAFIAS

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
TC de Crânio	02.06.01.007-9	170,00
TC de Sela Tursica	02.06.01.006-0	170,00
TC de Coluna Torácica	02.06.01.003-6	170,00
TC de Coluna Lombo Sacra	02.06.01.002-8	170,00
TC de Coluna Cervical	02.06.01.001-0	170,00
TC de Articulação de Membro Superior	02.06.02.001-5	220,00
TC de Articulação de Membros Inferiores	02.06.03.002-9	220,00
TC de Face/Seios da Face/Articulações Têmporo Mandibular	02.06.01.004-4	170,00
TC de Abdômen Superior	02.06.03.001-0	220,00
TC de Abdômen Total	90018	280,00
TC de Tórax	02.06.02.003-1	220,00
TC de Pescoço	02.06.01.005-2	220,00
TC de Pelve/Bacia	02.06.03.003-7	220,00
TC de Segmentos Apendiculares	02.06.02.002-3	220,00

ULTRASSONOGRAFIAS

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Ultrassonografia de Abdômen Superior (Fígado, Vesícula, Vias Biliares)	02.05.02.003-8	41,00
Ultrassonografia de Abdômen Total	02.05.02.004-6	61,00
Ultrassonografia de Aparelho Urinário	02.05.02.005-4	41,00

Ultrassonografia de Articulação	02.05.02.006-2	41,00
Ultrassonografia de Bolsa Escrotal	02.05.02.007-0	41,00
Ultrassonografia de Globo Ocular/orbita	02.05.02.008-9	28,00
Ultrassonografia de Mamária Bilateral	02.05.02.009-7	35,00
Ultrassonografia de próstata (abdominal)	02.05.02.010-0	40,00
Ultrassonografia de próstata (transretal)	02.05.02.011-9	50,00
Ultrassonografia de Tireóide	02.05.02.012-7	35,00
Ultrassonografia de Obstétrica	02.05.02.014-3	32,00
Ultrassonografia Obstétrica c/Doppler	02.05.02.015-1	100,00
Ultrassonografia Pélvica (Ginecológica)	02.05.02.016-0	34,00
Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	90026	100,00
Ultrassonografia Transfontanelar	02.05.02.017-8	100,00
Ultrassonografia Transvaginal	02.05.02.018-6	40,00
Ultrassonografia de Partes Moles	90123	85,00

UROLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Avaliação Urodinamica Completa	02.11.09.001-8	280,00
Cistometria simples (Cistoscopia)	02.11.09.004-2	250,00
Biópsia de próstata	02.01.01.041-0	250,00

ANÁLISES CLÍNICAS

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CLEARANCE OSMOLAR	02.02.01.0.01-5	4,48
DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	02.02.01.002-3	2,56
DETERMINACAO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOACIDOS	02.02.01.003-1	19,98
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (duas dosagens)	02.02.01.004-0	4,63
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (cinco dosagens)	02.02.01.005-8	8,36
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (quatro dosagens)	02.02.01.006-6	4,70
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLAS-SICA (cinco dosagens)	02.02.01.007-4	12,77
DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE	02.02.01.008-2	4,48

DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	02.02.01.009-0	4,48
DOSAGEM DE ACETONA	02.02.01.010-4	2,36
DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	02.02.01.011-2	2,56
DOSAGEM DE ACIDO URICO	02.02.01.012-0	2,36
DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	02.02.01.013-9	11,49
DOSAGEM DE ALDOLASE	02.02.01.014-7	4,70
DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	02.02.01.015-5	4,70
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	02.02.01.016-3	4,70
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	02.02.01.017-1	4,70
DOSAGEM DE AMILASE	02.02.01.018-0	2,87
DOSAGEM DE AMONIA	02.02.01.019-8	4,48
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRA-COES	02.02.01.020-1	2,56
DOSAGEM DE CALCIO	02.02.01.021-0	2,36
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	02.02.01.022-8	4,48
DOSAGEM DE CAROTENO	02.02.01.023-6	2,56
DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	02.02.01.025-2	4,70
DOSAGEM DE CLORETO	02.02.01.026-0	2,36
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	02.02.01.027-9	4,48
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	02.02.01.028-7	4,48
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	02.02.01.029-5	2,36
DOSAGEM DE COLINESTERASE	02.02.01.030-9	4,70
DOSAGEM DE CREATININA	02.02.01.031-7	2,36
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	02.02.01.032-5	4,70
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	02.02.01.033-3	5,26
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HI-DROXIBUTIRICA	02.02.01.034-1	4,48
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	02.02.01.035-0	4,48
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	02.02.01.036-8	4,70
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISO-ENZIMAS FRACIONADAS)	02.02.01.037-6	4,70
DOSAGEM DE FERRITINA	02.02.01.038-4	19,90

DOSAGEM DE FERRO SERICO	02.02.01.039-2	4,48
DOSAGEM DE FOLATO	02.02.01.040-6	19,98
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	02.02.01.041-4	2,56
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	02.02.01.042-2	2,56
DOSAGEM DE FOSFORO	02.02.01.043-0	2,36
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOS-FATASE ACIDA	02.02.01.044-9	2,56
DOSAGEM DE GALACTOSE	020201045-7	4,48
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRASFERASE (GAMA GT)	02.02.01.046-5	4,48
DOSAGEM DE GLICOSE	02.02.01.047-3	2,36
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDRO-GENASE	02.02.01.048-1	4,70
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	02.02.01.049-0	4,70
DOSAGEM DE CREATININA	02.02.01.031-7	2,36
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	02.02.01.032-5	4,70
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	02.02.01.033-3	5,26
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDRO-XIBUTIRICA	02.02.01.034-1	4,48
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	02.02.01.035-0	4,48
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	02.02.01.036-8	4,70
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISO-ENZIMAS FRACIONADAS)	02.02.01.037-6	4,70
DOSAGEM DE FERRITINA	02.02.01.038-4	19,90
DOSAGEM DE FERRO SERICO	02.02.01.039-2	4,48
DOSAGEM DE FOLATO	02.02.01.040-6	19,98
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	02.02.01.041-4	2,56
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	02.02.01.042-2	2,56
DOSAGEM DE FOSFORO	02.02.01.043-0	2,36
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOS-FATASE ACIDA	02.02.01.044-9	2,56
DOSAGEM DE GALACTOSE	02.02.01.045-7	4,48
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRASFERASE (GAMA GT)	02.02.01.046-5	4,48
DOSAGEM DE GLICOSE	02.02.01.047-3	2,36
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDRO-GENASE	02.02.01.048-1	4,70

DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	02.02.01.049-0	4,70
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	02.02.01.050-3	10,03
DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	02.02.01.051-1	4,70
DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	02.02.01.052-0	4,48
DOSAGEM DE LACTATO	02.02.01.053-8	4,70
DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	02.02.01.054-6	4,48
DOSAGEM DE LIPASE	02.02.01.055-4	2,87
DOSAGEM DE MAGNESIO	02.02.01.056-2	2,56
DOSAGEM DE MUÇO-PROTEINAS	02.02.01.057-0	2,56
DOSAGEM DE PIRUVATO	02.02.01.058-9	4,70
DOSAGEM DE PORFIRINAS	02.02.01.059-7	4,48
DOSAGEM DE POTASSIO	02.02.01.060-0	2,36
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	02.02.01.061-9	1,79
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	02.02.01.062-7	2,36
DOSAGEM DE SODIO	02.02.01.063-5	2,36
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-O-XALACETICA (TGO)	02.02.01.064-3	2,56
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	02.02.01.065-1	2,56
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	02.02.01.066-0	5,26
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	02.02.01.067-8	4,48
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	02.02.01.068-6	4,48
DOSAGEM DE UREIA	02.02.01.069-4	2,36
DOSAGEM DE VITAMINA B12	02.02.01.070-8	19,46
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	02.02.01.071-6	4,70
ELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.01.072-4	5,64
GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)	02.02.01.073-2	19,98
PROVA DA D-XIOSE	02.02.01.074-0	4,70
TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTE ORAIS	02.02.01.075-9	8,36
Nível de Organização-0202020002-EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA		
CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	02.02.02.001-0	8,27

CONTAGEM DE PLAQUETAS	02.02.02.002-9	3,49
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	02.02.02.003-7	3,49
DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	02.02.02.004-5	3,49
DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	02.02.02.006-1	3,49
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	02.02.02.007-0	3,49
DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	02.02.02.008-8	3,49
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	02.02.02.009-6	3,49
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	02.02.02.010-0	11,49
TERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACITAS	02.02.02.011-8	7,39
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	02.02.02.012-6	3,64
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP	02.02.02.013-4	7,37
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	02.02.02.014-2	3,49
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	02.02.02.015-0	3,49
DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	02.02.02.016-9	5,25
DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	02.02.02.017-7	8,27
DOSAGEM DE FATOR II	02.02.02.018-5	6,78
DOSAGEM DE FATOR IX	02.02.02.019-3	9,71
DOSAGEM DE FATOR V	02.02.02.020-7	6,04
DOSAGEM DE FATOR VII	02.02.02.021-5	10,32
DOSAGEM DE FATOR VIII	02.02.02.022-3	8,46
DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	02.02.02.023-1	19,15
DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	02.02.02.024-0	24,14
DOSAGEM DE FATOR X	02.02.02.025-8	8,50
DOSAGEM DE FATOR XI	02.02.02.026-6	11,63
DOSAGEM DE FATOR XII	02.02.02.027-4	13,42
DOSAGEM DE FATOR XIII	02.02.02.028-2	8,50
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	02.02.02.029-0	5,87
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	02.02.02.030-4	1,95
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	02.02.02.031-2	3,49

DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	02.02.02.032-0	3,49
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	02.02.02.033-9	3,49
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	02.02.02.034-7	5,25
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	02.02.02.035-5	6,90
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	02.02.02.036-3	3,49
HEMATOCRITO	02.02.02.037-1	1,95
HEMOGRAMA COMPLETO	02.02.02.038-0	5,25
LEUCOGRAMA	02.02.02.039-8	3,49
PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	02.02.02.040-1	31,91
PESQUISA DE CELULAS LE	02.02.02.041-0	5,25
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	02.02.02.042-8	3,49
PESQUISA DE FILARIA	02.02.02.043-6	3,49
PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	02.02.02.044-4	3,49
PESQUISA DE PLASMODIO	02.02.02.045-2	3,49
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	02.02.02.046-0	3,49
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	02.02.02.048-7	5,25
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	02.02.02.049-5	3,49
PROVA DO LACO	02.02.02.050-9	3,49
RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	02.02.02.051-7	3,49
TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	02.02.02.052-5	15,32
TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	02.02.02.053-3	3,49
TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	02.02.02.054-1	3,49
Nível de Organização - 0202030008 - EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS		

CONTAGEM DE LINFOCITOS B	02.02.03.001-6	19,15
CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	02.02.03.002-4	19,15
CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	02.02.03.003-2	19,15
DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	02.02.03.004-0	82,97
DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	02.02.03.005-9	122,54
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	02.02.03.006-7	11,81

DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	02.02.03.007-5	3,61
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.008-3	11,81
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	02.02.03.009-1	19,23
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	02.02.03.010-5	20,96
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	02.02.03.011-3	17,29
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	02.02.03.012-1	21,90
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	02.02.03.013-0	21,90
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	02.02.03.015-6	21,90
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	02.02.03.016-4	11,81
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	02.02.03.018-0	21,90
DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	02.02.03.019-9	5,24
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.020-2	3,61
GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.021-0	381,01
IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	02.02.03.022-9	21,90
IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	02.02.03.023-7	102,12
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.025-3	12,77
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.026-1	12,77
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	02.02.03.027-0	11,07
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	02.02.03.028-8	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	02.02.03.029-6	108,50
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	02.02.03.030-0	12,77
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	02.02.03.031-8	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	02.02.03.032-6	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	02.02.03.033-4	7,33
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	02.02.03.034-2	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	02.02.03.035-0	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	02.02.03.036-9	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	02.02.03.037-7	11,81
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	02.02.03.038-5	12,77

PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	02.02.03.039-3	11,81
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	02.02.03.040-7	4,73
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	02.02.03.041-5	7,44
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	02.02.03.042-3	12,77
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEX SUPRARENAL	02.02.03.043-1	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	02.02.03.044-0	11,81
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	02.02.03.045-8	12,77
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	02.02.03.046-6	12,39
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	02.02.03.047-4	3,61
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	02.02.03.048-2	12,77
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	02.02.03.050-4	12,77
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	02.02.03.051-2	12,77
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	02.02.03.052-0	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	02.02.03.053-9	5,24
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	02.02.03.054-7	7,03
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	02.02.03.055-5	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	02.02.03.056-3	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	02.02.03.057-1	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	02.02.03.058-0	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	02.02.03.059-8	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	02.02.03.060-1	21,90

PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	02.02.03.061-0	12,77
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOglobulina	02.02.03.062-8	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS	02.02.03.063-6	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE	02.02.03.064-4	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	02.02.03.065-2	9,93
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPO-ROTRIX SCHENKII	02.02.03.066-0	12,40
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HC)	02.02.03.067-9	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HD)	02.02.03.068-7	23,68

PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	02.02.03.069-5	11,81
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCIDIOIDES BRASILIENSIS	02.02.03.070-9	5,24
PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESP	02.02.03.071-7	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	02.02.03.072-5	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BAR	02.02.03.073-3	3,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.074-1	14,04
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTI-LEISHMANIAS	02.02.03.075-0	11,81
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	02.02.03.076-8	21,67
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.077-6	11,81
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	02.02.03.078-4	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.079-2	38,30
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	02.02.03.080-6	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.081-4	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	02.02.03.082-2	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.083-0	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	02.02.03.084-9	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.085-7	14,82
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI-LEISHMANIAS	02.02.03.086-5	12,77
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	02.02.03.087-3	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.088-1	11,81

PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	02.02.03.089-0	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.090-3	25,53
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	02.02.03.091-1	23,68
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.092-0	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	02.02.03.093-8	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.094-6	21,90
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	02.02.03.095-4	21,90
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	02.02.03.096-2	17,04
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	02.02.03.097-0	23,68

PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	02.02.03.098-9	23,68
PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	02.02.03.099-7	76,59
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	02.02.03.100-4	3,61
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	02.02.03.101-2	5,24
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLUORESCENCIA	02.02.03.102-0	12,77
PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	02.02.03.103-9	11,81
PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	02.02.03.104-7	12,77
PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	02.02.03.105-5	2,26
PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	02.02.03.106-3	2,26
QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	02.02.03.107-1	22,98
QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.108-0	215,06
REACAO DE HEMAGLUTINACAO (TPHA) P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.109-8	5,24
REACAO DE MONTENEGRO ID	02.02.03.110-1	3,61
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.111-0	3,61
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.112-8	12,77
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.113-6	12,77
TESTES ALERGICOS DE CONTATO	02.02.03.114-4	2,26
TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	02.02.03.115-2	2,26
TESTES RAPIDOS P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.116-0	12,77
VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	02.02.03.117-9	3,61
DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	02.02.04.001-1	2,11
DOSAGEM DE GORDURA FECAL	02.02.04.002-0	3,89
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	02.02.04.003-8	3,89
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	02.02.04.004-6	2,11
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	02.02.04.005-4	2,11
PESQUISA DE EOSINOFILOS	02.02.04.006-2	2,11
PESQUISA DE GORDURA FECAL	02.02.04.007-0	2,11
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	02.02.04.008-9	2,11
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	02.02.04.009-7	2,11

PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	02.02.04.010-0	2,11
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	02.02.04.011-9	2,11
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	02.02.04.012-7	2,11
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	02.02.04.013-5	13,09
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	02.02.04.014-3	2,11
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	02.02.04.015-1	2,11
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	02.02.04.016-0	2,11
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	02.02.04.017-8	2,11
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	02.02.05.001-7	4,73
CLEARANCE DE CREATININA	02.02.05.002-5	4,48
CLEARANCE DE FOSFATO	02.02.05.003-3	4,48
CLEARANCE DE UREIA	02.02.05.004-1	4,48
CONTAGEM DE ADDIS	02.02.05.005-0	2,61
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	02.02.05.006-8	4,73
DOSAGEM DE ACUCARES (POR CROMATOGRAFIA)	02.02.05.007-6	4,73
DOSAGEM DE CITRATO	02.02.05.008-4	2,56
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	02.02.05.009-2	10,37
DOSAGEM DE OXALATO	02.02.05.010-6	4,70
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	02.02.05.011-4	2,61
DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	02.02.05.012-2	3,89
EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	02.02.05.013-0	4,73
PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.14-9	4,73
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	02.02.05.015-7	2,61
PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	02.02.05.016-5	4,73
PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISULFIDURIA	02.02.05.017-3	2,61
PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	02.02.05.018-1	3,06
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	02.02.05.019-0	2,61
PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	02.02.05.020-3	2,61
PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	02.02.05.021-1	4,73

PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	02.02.05.022-0	2,61
PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	02.02.05.023-8	2,61
PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	0.20.20.50.24-6	4,28
PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA (TESTE DE GRAVIDEZ)	02.02.05.025-4	3,61
PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	02.02.05.026-2	2,61
PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	02.02.05.027-0	2,61
PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	02.02.05.028-9	4,73
PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	02.02.05.029-7	2,61
PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	02.02.05.030-0	5,67
PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	02.02.05.031-9	2,61
PROVA DE DILUICAO (URINA)	02.02.05.032-7	2,61
DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	02.02.06.001-2	14,55
DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	02.02.06.002-0	14,55
DETERMINACAO DE T3 REVERSO	02.02.06.003-9	17,04
DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	02.02.06.004-7	11,83
DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	02.02.06.005-5	7,80
DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	02.02.06.006-3	7,80

DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	02.02.06.007-1	7,80
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	02.02.06.008-0	15,67
DOSAGEM DE ALDOSTERONA	02.02.06.009-8	13,20
DOSAGEM DE AMP CICLICO	02.02.06.010-1	13,33
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	02.02.06.011-0	12,80
DOSAGEM DE CALCITONINA	02.02.06.012-8	15,96
DOSAGEM DE CORTISOL	02.02.06.013-6	10,94
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	02.02.06.014-4	12,49
DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	02.02.06.015-2	13,00
DOSAGEM DE ESTRADIOL	02.02.06.016-0	11,27
DOSAGEM DE ESTRIOL	02.02.06.017-9	12,82
DOSAGEM DE ESTRONA	02.02.06.018-7	12,34

DOSAGEM DE GASTRINA	02.02.06.019-5	15,71
DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	02.02.06.020-9	17,04
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	02.02.06.021-7	8,71
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	02.02.06.022-5	11,33
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	02.02.06.023-3	8,76
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	02.02.06.024-1	9,96
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	02.02.06.025-0	9,95
DOSAGEM DE INSULINA	02.02.06.026-8	11,29
DOSAGEM DE PARATORMONIO	02.02.06.027-6	47,87
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	02.02.06.028-4	17,04
DOSAGEM DE PROGESTERONA	02.02.06.029-2	11,34
DOSAGEM DE PROLACTINA	02.02.06.030-6	11,27
DOSAGEM DE RENINA	02.02.06.031-4	14,64
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	02.02.06.032-2	17,04
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	02.02.06.033-0	14,55
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	02.02.06.034-9	11,58

DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	02.02.06.035-7	14,55
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	02.02.06.036-5	17,04
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	02.02.06.037-3	9,72
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	02.02.06.038-1	12,88
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	02.02.06.039-0	9,67
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APOS TRH	02.02.06.040-3	13,33
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	02.02.06.041-1	13,33
TESTE DE ESTIMULO DE LH E FSH APOS GONADORRELINA	02.02.06.042-0	13,33
TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	02.02.06.043-8	13,33
TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	02.02.06.044-6	13,33
TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	02.02.06.045-4	13,33
TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	02.02.06.046-2	9,36
DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	02.02.07.001-8	2,63

DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	02.02.07.002-6	2,84
DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	02.02.07.003-4	4,70
DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	02.02.07.004-2	2,61
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	02.02.07.005-0	19,98
DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	02.02.07.006-9	4,48
DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	02.02.07.007-7	2,56
DOSAGEM DE ALUMINIO	02.02.07.008-5	35,11
DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	02.02.07.009-3	12,77
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	02.02.07.010-7	12,77
DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	02.02.07.011-5	12,77
DOSAGEM DE BARBITURATOS	02.02.07.012-3	16,76
DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	02.02.07.013-1	17,21
DOSAGEM DE CADMIO	02.02.07.014-0	8,36
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	02.02.07.015-8	22,38
DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	02.02.07.016-6	5,25

DOSAGEM DE CHUMBO	02.02.07.017-4	11,27
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	02.02.07.018-2	74,81
DOSAGEM DE COBRE	02.02.07.019-0	4,48
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	02.02.07.020-4	11,46
DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA	02.02.07.021-2	19,98
DOSAGEM DE FENITOINA	02.02.07.022-0	44,96
DOSAGEM DE FENOL	02.02.07.023-9	2,62
DOSAGEM DE FORMALDEIDO	02.02.07.024-7	4,48
DOSAGEM DE LITIO	02.02.07.025-5	2,87
DOSAGEM DE MERCURIO	02.02.07.026-3	2,61
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	02.02.07.027-1	5,25
DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	02.02.07.028-0	12,77
DOSAGEM DE METOTREXATO	02.02.07.029-8	12,77
DOSAGEM DE QUINIDINA	02.02.07.030-1	12,77

DOSAGEM DE SALICILATOS	02.02.07.031-0	2,56
DOSAGEM DE SULFATOS	02.02.07.032-8	4,48
DOSAGEM DE TEOFILINA	02.02.07.033-6	19,98
DOSAGEM DE TIOCIANATO	02.02.07.034-4	4,70
DOSAGEM DE ZINCO	02.02.07.035-2	19,98
ANTIBIOGRAMA	02.02.08.001-3	6,36
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	02.02.08.002-1	17,02
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR	02.02.08.004-8	5,36
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIA-SE)	02.02.08.005-6	5,36
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (TUBERCULOSE)	02.02.08.006-4	5,36
BACTEROSCOPIA (GRAM)	02.02.08.007-2	3,57
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	02.02.08.008-0	7,17
CULTURA DO LEITE MATERNO (POS-PASTEURIZACAO)	02.02.08.009-9	5,53
CULTURA P/ HERPESVIRUS	02.02.08.010-2	5,53

CULTURA PARA BAAR	02.02.08.011-0	7,18
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	02.02.08.012-9	13,09
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	02.02.08.013-7	5,35
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	02.02.08.014-5	3,57
HEMOCULTURA	02.02.08.015-3	14,66
IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICRO-ORGANISMOS	02.02.08.016-1	7,18
PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	02.02.08.017-0	5,53
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	02.02.08.018-8	3,57
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	02.02.08.019-6	5,53
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	02.02.08.020-0	3,57
PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	02.02.08.021-8	5,53
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	02.02.08.022-6	3,57
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	02.02.08.023-4	6,44
ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.001-9	2,41
ADENOGRAMA	02.02.09.002-7	7,39

CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	02.02.09.003-5	5,53
CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	02.02.09.004-3	5,53
CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.005-1	2,41
CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.006-0	2,41
DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGOMIEL	02.02.09.007-8	8,37
DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.008-6	2,41
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	02.02.09.009-4	2,56
DOSAGEM DE FRUTOSE	02.02.09.010-8	2,56
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	02.02.09.011-6	2,56
DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINO-VIAL E DERRAMES	02.02.09.012-4	2,41
DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINO-VIAL E DERRAMES	02.02.09.013-2	2,41
ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	02.02.09.015-9	6,67
ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.016-7	8,37

ESPLENOGRAMA	02.02.09.017-5	7,39
EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE	02.02.09.018-3	2,41
MIELOGRAMA	02.02.09.019-1	7,39
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA)	02.02.09.021-3	12,39
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO CEA	0.20.20.90.22-1	2,56
PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	02.02.09.023-0	2,41
PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	02.02.09.024-8	2,41
PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	02.02.09.025-6	2,41
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	02.02.09.026-4	6,13
PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINO-VIAL E DERRAMES	02.02.09.027-2	2,41
PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	02.02.09.028-0	12,39
PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNE	02.02.09.029-9	2,41
PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	02.02.09.030-2	2,41
REACAO DE PANDY	02.02.09.031-0	2,41
REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINO-VIAL E DERRAMES	02.02.09.032-9	2,41
TESTE DE CLEMENTS	02.02.09.033-7	2,41

TESTE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	02.02.09.034-5	5,98
TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	02.02.09.035-3	5,98
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TE	02.02.10.001-4	41,46
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORI	02.02.10.002-2	41,46
DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.001-0	10,21
DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMA	02.02.11.002-8	76,59
DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	02.02.11.003-6	76,59
DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.004-4	6,38
DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	02.02.11.005-2	14,04
DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE	02.02.11.006-0	24,25
DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA	02.02.11.007-9	6,38
DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.008-7	15,32

DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	02.02.12.001-5	13,60
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	02.02.12.002-3	1,75
FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	02.02.12.003-1	13,60
IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE	02.02.12.004-0	13,60
PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	02.02.12.005-8	7,39
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37 OC	02.02.12.006-6	7,39
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	02.02.12.007-4	7,39
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	02.02.12.008-2	1,75
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	02.02.12.009-0	3,49
TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	02.02.12.010-4	7,39

Concórdia - SC, 04 de janeiro de 2016.

Aprovada em Assembleia Geral Ordinária,
realizada no dia 25 de novembro de 2015.
Publicada no DOM em 19 de janeiro/2016.

CIS/AMURES**TERMO DE POSSE PRESIDENCIA CIS 2016****TERMO DE POSSE**

Aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, as quatorze horas, na sede do Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, sito à rua Otacílio Vieira da Costa – 112, em sessão convocada para essa finalidade, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos que firmaram a competente lista de presença, após prestar compromisso legal, tomou posse para o exercício do cargo de Presidente do CIS/AMURES, o Prefeito do Município de Campo Belo do Sul, Pe. Edilson José de Souza, devidamente eleito, para o período de 18 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, e que assina o presente Termo para gerar seus efeitos legais.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES.

Presidente: Pe. EDILSON JOSÉ DE SOUZA, brasileiro, solteiro, RG nº 1.823.208, CPF nº 610.553.529-53, Prefeito de Campo Belo do Sul.

1º Vice – Presidente: SIRLEY KLEY VARELA, brasileira, viúva, RG nº 1.820.947-5, CPF nº 540.875.209-78, Prefeita de Cerro Negro.

2º Vice – Presidente: LUIZ CARLOS ALVES DE FREITAS, brasileiro, casado, RG nº 1.430732-4, CPF nº 436.492.979-49, Prefeito de Capão Alto.

Declaramos empossado, o Pe. EDILSON JOSÉ DE SOUZA, prefeito do município de Campo Belo do Sul, que assinou o Termo na presença dos demais membros da diretoria.

Lages, 18 de Janeiro de 2016.

Pe. EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Prefeito de Campo Belo do Sul

Presidente Empossado

TERMO TRANSMISSÃO CARGO PRESIDENCIA CIS/AMURES 2016**TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO 2016**

Aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sede da AMURES, assumiu o cargo de Presidente do CIS/AMURES, o Prefeito Municipal de Campo Belo do Sul, Pe. Edilson José de Souza, em substituição ao Presidente, Senhor Edelman Nunes Topanoti, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, para o período de 18 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. Do que para contar lavrou-se o presente Termo, que vai assinado por mim, Nalu Terezinha Júlio, Secretária Executiva, pelo Presidente transmitente e pelo empossado.

Lages, 18 de janeiro de 2016.

Pe. Edilson José de Souza

Prefeito de Campo Belo do Sul

Profissão: Padre

RG: 1.823.208 CPF: 610.553.529-53

Edelman Nunes Topanoti

Prefeito de Bom Jardim da Serra,

Profissão: Agricultor

RG 1759000 CPF: 507.326.505-25

Nalu Terezinha Júlio

Secretária Executiva CIS/AMURES,
Profissão: Secretária Executiva
RG: 1.174.920 CPF: 443.262.549-04

TERMO DE POSSE

Aos dezoito dias do mês de janeiro de 2016, às quatorze horas, na sede da AMURES, compareceram os Prefeitos abaixo nominados, eleitos no dia 18 de dezembro de 2015, pela Assembleia Geral de Prefeitos do CIS/AMURES, para tomarem posse para o período de 18 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, os quais, após prestar compromisso legal, foram empossados em seus respectivos cargos:

**CONSELHO FISCAL CIS/AMURES
TITULARES**

1º Edelman Nunes Topanoti
Prefeito de Bom Jardim da Serra
Profissão: Agricultor
RG 1759000 CPF: 507.326.505-25

2º José Valdori Hemkemaier
Prefeito de Palmeira,
Profissão: Comerciante
RG: 5155414-3 CPF 464.164.559-00

3º. Flavio Antonio Neto da Silva
Prefeito de Painel
Profissão: Agricultor
RG 1626158-2 CPF 499.572.449-49

SUPLENTE

1º Luiz Carlos Schmulder
Prefeito de Bocaina do Sul,
Profissão: Comerciante
RG: 30482992 CPF: 892.787.399-87

2º Humberto Luiz Brighenti
Prefeito de São Joaquim
Profissão: Engenheiro Agrônomo
RG 254449 CPF 207.450.010-68

3º Fidelis Schappo
Prefeito de Urubici,
Profissão: Advogado Aposentado
RG:89826-0 CPF 029.893.449-34

O Presidente da CIS/AMURES, Pe. Edilson José de Souza, assina o presente termo e DECLARA empossados os membros do Conselho Fiscal.

Lages, 18 de janeiro de 2016.
Pe. EDILSON JOSÉ DE SOUZA
Presidente CIS/AMURES

Consórcio CVC**RESULTADO DE ANÁLISE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS Nº 003**

RESULTADO DE ANÁLISE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS Nº 003
 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES
 PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 004/2015
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2015

Com base nos requerimentos de bens a pré-qualificar apresentados ao Consorcio Intermunicipal Velho Coronel até esta data, referente ao Processo Administrativo 008-2015 e Edital de Chamamento Nº 004-2015 do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC.

Decide-se:

MARCAS E MODELOS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO E APROVADAS

Item	Código Interno CVC	Unidade	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
2	5002	UNIDADE	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL COM CARGA NANOMÉTRICA DE 5NM, "PRIMER" E "ADESIVO" EM FRASCO ÚNICO, COM 6G. INDICADO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL E CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. FRASCO COM VEDAÇÃO ALTAMENTE CONFIÁVEL QUE PREVINA VAZAMENTOS, COM BICO ECONÔMICO QUE EVITE DESPERDÍCIO. COMPOSIÇÃO BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETADRILATO, COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLIALCENÓICO, CANFORQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GICEROL 1.3 DIMETACRILATO, 10% EM PESO DE SÍLICA COLOIDAL COM 5 NANÔMETROS.	3M	SINGLE BOND
4	5004	CAIXA	AGULHA 13X4, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 13MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR CINZA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	Eclipse com Dispositivo
5	5005	CAIXA	AGULHA 13X4,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
6	5006	CAIXA	AGULHA 20X5,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
7	5007	CAIXA	AGULHA 25X6, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,60MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR AZUL E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	Eclipse com Dispositivo
8	5008	CAIXA	AGULHA 25X6, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
9	5009	CAIXA	AGULHA 25X7, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, 25X7, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,70MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR PRETA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	Eclipse com Dispositivo
10	5010	CAIXA	AGULHA 25X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide

11	5011	CAIXA	AGULHA 25X8, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,80MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR VERDE E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	Eclipse com Dispositivo
12	5012	CAIXA	AGULHA 25X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
13	5013	CAIXA	AGULHA 30X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
14	5014	CAIXA	AGULHA 30X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
15	5015	CAIXA	AGULHA 40X12, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 1,20MM E COMPRIMENTO DE 40MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR ROSA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	Eclipse com Dispositivo
16	5016	CAIXA	AGULHA 40X12, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
17	5017	CAIXA	AGULHA 40X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRE IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	Precisionglide
18	5018	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 13X4.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
19	5019	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 20X5.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
20	5020	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X6.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
21	5021	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X7.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide

22	5022	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
23	5023	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Precisionglide
24	5024	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
24	5024	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	SOLIDOR	SOLIDOR
24	5024	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	Precisionglide
28	5028	UNIDADE	ALCCOL 70% EM EMBALAGEM DE 1000ML	Rioquímica	Rioquímica
29	5029	PACOTE	ALGODÃO EM BOLAS HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100%, ALGODÃO DEVE SER ALTAMENTE ABSORVENTE. PACOTE COM 100 GRAMAS.	NATHALIA	NATHALIA
30	5030	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO 500 GRAMAS.	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
				Névoa	Névoa
35	5035	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 06CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
36	5036	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 08CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
37	5037	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 10CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
38	5038	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 12CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
39	5039	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
				MDA	MDA
				BIOTEXTIL	TOP
				Neve	Neve
40	5040	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
				MDA	MDA
				BIOTEXTIL	TOP
				Neve	Neve

41	5041	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
				MDA	MDA
				BIOTEXTIL	TOP
				Neve	Neve
42	5042	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
				MDA	MDA
				BIOTEXTIL	TOP
				Neve	Neve
43	5043	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
				MDA	MDA
				BIOTEXTIL	TOP
				Neve	Neve
44	5044	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
				MDA	MDA
				BIOTEXTIL	TOP
				Neve	Neve
45	5045	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 25CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
				BIOTEXTIL	TOP
				Neve	Neve
46	5046	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 30CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
				BIOTEXTIL	TOP
				Neve	Neve
47	5047	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 15CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
48	5048	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
49	5049	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
50	5050	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
51	5051	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
52	5052	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
53	5053	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
54	5054	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 20CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	Neve	Neve
55	5055	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MEDI HOUSE	BRUNA
				Neve	Neve
56	5056	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MEDI HOUSE	BRUNA
				Neve	Neve

57	5057	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MEDI HOUSE	BRUNA
				Neve	Neve
58	5058	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MEDI HOUSE	BRUNA
				Neve	Neve
59	5059	ROLO	ATADURA DE RYON, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO 7,5CM X 5M, CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS 100% RAYON, LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTAS E MANCHAS, ATÓXICA E APIROGÊNICO. INDICADO PARA CURATIVOS OU ONDE NECESSITE DE ALTA ABSORÇÃO E BAIXA ADERÊNCIA TECIDUAL COMO NO CASO DE CURATIVOS PARA QUEIMADURAS.	POLAR FIX	POLAR FIX
60	5060	UNIDADE	BOLSA COLETORA DE URINA DE CAMA COM CAPACIDADE DE 2000ML. SENDO TRANSPARENTE NA PARTE FRONTAL E OPACA AO VERSOPARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA DIURESE.NÃO CONTÉM FILTRO HIDRÓFBO. COM DISPOSITIVO ANTI-REFLUXO.	Descarpack	Descarpack
62	5062	CAIXA	BOLSA DE COLOSTOMIA INTESTINAL DE UMA PEÇA, DRENÁVEL, COM BARREIRA A PROVA DE ODOR E VAZAMENTO, TRANSPARENTE/OPACA, PLACA DE BARREIRA DE PELE DE RESINA A BASE DE HIDROCOLÓIDES (PECTINA, GELATINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) PLACA COM DIÂMETRO RECORTAVEL DE 19 A 64MM, CAIXA COM 10 UNIDADES.	Convatec	Active Life
63	5063	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SORENSEN	KG
				POUL SORENSEN	OPTION
64	5064	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 HASTE CURTA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SORENSEN	KG
				POUL SORENSEN	OPTION
65	5065	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SORENSEN	KG
				POUL SORENSEN	OPTION
66	5066	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO.APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SORENSEN	KG
				POUL SORENSEN	OPTION
67	5067	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014 HASTE CURTA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SORENSEN	KG
				POUL SORENSEN	OPTION
68	5068	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SORENSEN	KG
				POUL SORENSEN	OPTION
69	5069	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1015 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SORENSEN	KG
				POUL SORENSEN	OPTION

70	5070	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1015, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
71	5071	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016 HASTE LONGA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
72	5072	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
73	5073	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1019, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
74	5074	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1022, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
75	5075	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1024, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
76	5076	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1033, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
77	5077	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1036, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
79	5079	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1045, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
80	5080	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1090 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
81	5081	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1090, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
82	5082	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1092, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
83	5083	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION

84	5084	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
85	5085	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1190, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
87	5087	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1302, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
88	5088	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1342, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
89	5089	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2082 COM PONTA INATIVA, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
90	5090	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2083, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
91	5091	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2135F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
92	5092	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2200, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
93	5093	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 2200FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
94	5094	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3018, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
95	5095	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3018HL, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
96	5096	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3070, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
97	5097	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION

98	5098	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
99	5099	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3118, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
100	5100	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
101	5101	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
102	5102	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3168, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
103	5103	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 F, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
104	5104	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 FF, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
105	5105	UNIDADE	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195, FABRICADA COM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROGALVÂNICO. APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
106	5106	UNIDADE	BROCA PARA ACABAMENTO 3168. CONTER NA EMBALAGEM INDIVIDUAL: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO.	KG SOREN-SEN	KG
				POUL SO-RENSEN	OPTION
107	5107	UNIDADE	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORANTE DE 13 LITROS NA COR AMARELA COM IDENTIFICAÇÃO. DEVE POSSUIR ALÇAS PARA GARANTIR O MANUSEIO SEGURO E QUE NÃO ATRAPALHEM NA UTILIZAÇÃO. COM BOCAL NA PARTE SUPERIOR E TAMPA PARA O FECHAMENTO DO BOCAL DE FORMA FÁCIL E SEGURA. DEVE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS: ABNT NBR 13853 de 05/1997, RDC 306, CONAMA 358 E DEMAIS NORMAS RELACIONADAS.	Descarpack	Descarpack
110	5110	UNIDADE	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS, TAMANHO ÚNICO, ESTERILIZADO A RAIO GAMMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	Mark Med	Mark Med
111	5111	KIT	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO SISTEMA PASTA-PASTA. COMPOSIÇÃO ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CÁLCIO, TUNGSTATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, ETITOLUENO SULFONAMIDA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DE TITÂNIO, ES-TEORATO DE ZINCO E CORANTE MINERAIS. APRESENTAÇÃO: 1 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATALIZADORA, NÃO CONTENDO ÁGUA PURIFICADA NA SUA COMPOSIÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA.	DENTSPLY	HYDRO C
114	5114	UNIDADE	COLCHÃO SOLTEIRO PNEUMÁTICO. DIMENSÕES INFLAVEL 94,5 X 198 CM. CONFECCIONADO EM POLIVINIL, COMPOSTA DE CÉLULAS UNIFORMES, NO MÍNIMO 125 CÉLULAS, VOLUME DE AR AJUSTÁVEL, CICLO DE AR ALTERNADO, COM ATÉ 60 GRAUS DE POSSIBILIDADE DE INCLINAÇÃO. COM COMPRESSOR 220V, MANGUEIRA DE CONEXÃO COMPRESSOR COLCHÃO, UNIDADE DE CONTROLE DE AR.	Salvape	Bio Air - Plus
				Salvape	Bio Air
115	5115	PACOTE	COMPRESSA CAMPO ALVA, 04 CAMADAS, COM CADARÇO, 45CMX50CM, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES.	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE

116	5116	CAIXA	COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, EMBEBIDA EM ÓLEO COMPOSTO DE AGE, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MELALEUCA E COPAÍBA, LICITINA DE SOJA, VITAMINAS A E E 9 (7,5X15CM) COM CINCO ML DE ÓLEO. CAIXA CONTENDO 24 SACHET EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	DBS	Pielsana Sachet
117	5117	CAIXA	COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, EMBEBIDA EM ÓLEO COMPOSTO DE AGE, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MELALEUCA E COPAÍBA, LICITINA DE SOJA, VITAMINAS A E E9 (7,5X7,5CM) COM TRÊS ML DE ÓLEO. CAIXA CONTENDO 24 SACHET EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	DBS	Pielsana Sachet
118	5118	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
				BIOTEXTIL	HEMOGAZE
				Neve	Neve
119	5119	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	NEVE	TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA
				MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
				MDA	DANIFLEX
				BIOTEXTIL	HEMOGAZE
				Melhor Med	Melhor Med
120	5120	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 21 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	NEVE	NEVE
121	5121	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, TAMANHO 7,5X7,5CM, COM 05 DOBRAS, 08 CAMADAS, 11 FIOS, 100% ALGODÃO, ESTÉRIL. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). PACOTE COM 10 UNIDADES.	Neve	Neve
122	5122	UNIDADE	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
				Neve	Neve
123	5123	UNIDADE	CURATIVO CIRÚRGICO ESTÉRIL (CHUMAÇO), 10X15CM, 100% ALGODÃO, ESTRILIZADO POR E.T.O, PRONTO USO, SUPER ABSORVENTE.	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
				Neve	Neve
124	5124	UNIDADE	CURATIVO COM PELÍCULA FINA E TRANSPARENTE DE POLIURETANO SEMI-PERMEÁVEL COM UM ADESIVO HIPOALERGÊNICO QUE NÃO CONTÉM LÁTEX, EM FORMATO OVAL RECORTADO E REFORÇADO NUMA EXTREMIDADE COM UMA FAIXA DE TECIDO MACIO PARA PROPORCIONAR MELHOR FIXAÇÃO EM TORNO DOS CATETERES E DE OUTROS DISPOSITIVOS, DEVE PERMITIR A PASSAGEM DE OXIGÊNIO E UMIDADE PORÉM É IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, INTACTO PROTEGE O LOCAL CONTRA CONTAMINANTES EXTERNOS, COM TIRAS ESTÉREIS DE ADESIVO DE TECIDO MACIO FORNECIDOS COM O CURATIVO PARA AJUDAR A FIXAR OS TUBOS E LÚMENS, ESPECIALMENTE INDICADO PARA SER UTILIZADO EM CATETERES COM MÚLTIPLOS LÚMENS, PESADOS E/OU LOCAIS DE DIFÍCIL FIXAÇÃO. TAMANHO 7CMX8,5CM.	3M	3M
125	5125	TUBO	CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONSTITUÍDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, CARBOMERO 940, TRIETANOLAMINA, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA, CONSERVANTES IMPORTANTES PARA A MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO NUM AMBIENTE AQUOSO, HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXSUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERA DE PERNA (VENOSA E ARTERIAL) PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP. TUBO COM 85GR.	Convatec	Saf-Gel

126	5126	CAIXA	CURATIVO HIDROCOLÓIDE DE BAIXO PERFIL, COM BORDAS DELGADAS, TRANSLÚCIDO, REVESTIDO COM UMA PELÍCULA LISA FRICÇÃO E LINHA DEMARCATÓRIA QUE INDICA O MOMENTO IDEAL DE TROCA DO CURATIVO. PRODUTO ESTÉRIL COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA COM 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA), POLIISOBUTILENO E POLÍMEROS ELASTOMÉRICOS ADICIONADOS À FÓRMULA PARA CONTROLE DA FORMAÇÃO DE GEL COM UMA CAMADA EXTERNA DE POLIUTERANO QUE OFERECE UMA BARREIRA BACTERIANA E VIRAL. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.	Convatec	Duoderm
127	5127	ROLO	CURATIVO TRANSPARENTE EM ROLO, NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO, CONSTITUÍDO POR UMA PELÍCULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, PERMEÁVEL AO OXIGÊNIO E VAPOR D'ÁGUA, ATUANDO COMO BARREIRA CONTRA LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, TAMANHO 10CMX10MT.	3M	3M
128	5128	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, COM HIDROFIBRA ANTIMICROBIANO COMPOSTO DE FIBRAS COM 100% DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PRATA IONICA ALTAMENTE ABSORVENTE, QUE INTERAGE COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO QUE MANTÉM O MEIO ÚMIDO PROPORCIONANDO O AMBIENTE IDEAL A CICATRIZAÇÃO, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO, AUTOLITICO E REMOÇÃO SEM CAUSAR TRAUMA AO TECIDO RECÉM FORMADO, COM DRENAGEM VERTICAL AVANÇADA E LATERAL CONTROLADA, MANTÉM O FLUÍDO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE, O FLUÍDO RETIDO DENTRO DAS FIBRAS É CONVERTIDO IMEDIATAMENTE EM GEL TRANSLÚCIDO, ABSORVENDO 25 VEZES SEU PESO EM FLUÍDOS. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 05 CURATIVOS DE 15X15CM.	Convatec	Aquacel AG
129	5129	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, COM HIDROFIBRA ANTIMICROBIANO COMPOSTO DE FIBRAS COM 100%, DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PRATA IONICA ALTAMENTE ABSORVENTE, QUE INTERAGE COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO QUE MANTÉM O MEIO ÚMIDO PROPORCIONANDO O AMBIENTE IDEAL A CICATRIZAÇÃO, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO, AUTOLITICO E REMOÇÃO SEM CAUSAR TRAUMA AO TECIDO RECÉM FORMADO, COM DRENAGEM VERTICAL AVANÇADA E LATERAL CONTROLADA, MANTÉM O FLUÍDO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE, O FLUÍDO RETIDO DENTRO DAS FIBRAS É CONVERTIDO IMEDIATAMENTE EM GEL TRANSLÚCIDO, ABSORVENDO 25 VEZES SEU PESO EM FLUÍDOS. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 10 CURATIVOS DE 10X10CM.	Convatec	Aquacel AG
130	5130	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.	Convatec	Duoderm CGF
131	5131	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 20X20 CM.	Convatec	Duoderm CGF
132	5132	CAIXA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA FINA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PELE SUPERFICIAIS E FERIDAS PÓS CIRÚRGICAS. CAIXA COM 05 CURATIVOS TAMANHO 10X10CM.	Convatec	Duoderm Extra Fino
134	5134	FRASCO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. FRASCO COM 1LITRO.	3M	3M
135	5135	GALÃO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.	3M	3M

143	5143	UNIDADE	EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				Descarpack	Descarpack
144	5144	UNIDADE	EQUIPO MICROGOTAS, PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMARA FLEXÍVEL, GOTEJADORA EM MICROGOTAS, TUBO EM PVC DE 1,50CM, PINÇA ROLETE PRA CONTROLE DE VOLUME, CONEXÃO LUER.	COMPOJET	COMPOJET
145	5145	UNIDADE	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, TUBO EM PVC COM 1,50CM, CONTROLADOR TIPO PINÇA ROLANTE, CONEXÃO TIPO LUER, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	MEDSONDA	MEDSONDA
				Descarpack	Descarpack
146	5146	CAIXA	ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO, COM EMALAGEM INDIVIDUAL. COM 100 UNIDADES (02-17-0315)	Adlin	Vagispec
147	5147	ROLO	ESPARADRAPO 10CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	CREMER	CREMER
				Missner	Ad Pele
148	5148	UNIDADE	ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	CREMER	CREMER
				Missner	Missner
149	5149	CAIXA	ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO EMBALADO INDIVIDUALMENTE. COM 100 UNIDADES	Theoto	Theoto
150	5150	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G	Adlin	Vagispec
151	5151	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M	Adlin	Vagispec
152	5152	UNIDADE	ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO P	Adlin	Vagispec
153	5153	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	Adlin	Vagispec
				Adlin	Vagispec
154	5154	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	Adlin	Vagispec
				Adlin	Vagispec
155	5155	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	Adlin	Vagispec
				Adlin	Vagispec
157	5157	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
				Bioline	NL20CT20
158	5158	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
				Bioline	NL20CT30
159	5159	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
				Bioline	NL30CT20
160	5160	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.5CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
				Bioline	NL30CT25
161	5161	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
				Bioline	NL30CT30
162	5162	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
				Bioline	NL40CT20

163	5163	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 5.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
				Bioline	NL50CT20
164	5164	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 6.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
				Bioline	NL60CT20
165	5165	ROLO	FITA ADESIVA BRANCA DE USO HOSPITALAR 16MMX50M EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
				3M	3M
166	5166	ROLO	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MMX30M, DORSO DE PAPEL CREPADO À BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
				3M	3M
167	5167	UNIDADE	FITA ADESIVA HIPOALÉRGICA, COMPOSTA POR UM DORSO ELÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE MICRO PERFURADO. ADESIVO ACRÍLICO RADIOTRANSARENTE, 100MMX4,5M, COM CAPA PROTETORA.	3M	3M
168	5168	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO G, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1800ML.	Descarpack	Descarpack
169	5169	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO GG, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 2000ML.	Descarpack	Descarpack
170	5170	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO M, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML.	Descarpack	Descarpack
171	5171	UNIDADE	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO P, MODELO UNISEX, COM BAREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, ABSORÇÃO MÍNIMA DE 1600ML.	Descarpack	Descarpack
172	5172	UNIDADE	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA MEIOS DE CONTATO (ULTRASON). COM pH NEUTRO (ENTRE 6,5 E 7,0), INODORO E HIPOALERGÊNICO, SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER LIVRE DE ALCOOL E SAIS. EMBALAGEM DE 1KG.	Supragel	Supragel
173	5173	UNIDADE	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA MEIOS DE CONTATO (ULTRASON). COM pH NEUTRO (ENTRE 6,5 E 7,0), INODORO E HIPOALERGÊNICO, SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER LIVRE DE ALCOOL E SAIS. EMBALAGEM DE 5KG.	Supragel	Supragel
174	5174	CAIXA	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOPACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPÁ PERFORADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO, CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS.	3M	1262B
				3M	1262B
175	5175	CAIXA	INDICADOR QUÍMICO DO TIPO INTEGRADOR, CLASSE 5, QUE PERMITE EFETUAR O MONITORAMENTO DE TODOS OS PARÂMETROS CRÍTICOS DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, COM PERFORMANCE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À CURVA DE MORTE MICROBIANA DO GEOPACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTEMPLAR 3 VALORES DECLARADOS: 121°C, 135°C E UMA TEMPERATURA INTERMEDIÁRIA, CORRELACIONADAS COM O TEMPO DE MORTE MICROBIANA, E NA TEMPERATURA DE 121°C DEVERÁ REAGIR A PARTIR DE 16,5 MINUTOS. COMPOSTO DE UMA MECHA DE PAPEL E DE UMA PÍLULA QUÍMICA SENSÍVEL À TEMPERATURA, TEMPO E VAPOR, ACONDICIONADAS EM UMA EMBALAGEM COMPOSTA POR PAPEL/FILME E ALUMÍNIO LAMINADO. INTEGRADOR DE MUDANÇA DE LIMITE/MOVIMENTO FRONTAL, ONDE DURANTE A ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, A SUBSTÂNCIA QUÍMICA FUNDE E MIGRA COMO UM LÍQUIDO DE COLORAÇÃO ESCURA ATRAVÉS DA MECHA DE PAPEL. A MIGRAÇÃO É VISÍVEL ATRAVÉS DA JANELA IDENTIFICADA POR "REJECT" (REJEITADO), E DEVERÁ ATINGIR A ÁREA DENOMINADA "ACCEPT" (ACEITO) SE TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ELIMINAÇÃO DE MICROORGANISMOS NO INTERIOR DA EMBALAGEM FOREM ALCANÇADAS. A EXTENSÃO DA MIGRAÇÃO É PROPORCIONAL AO TEMPO DE EXPOSIÇÃO AO VAPOR E A TEMPERATURA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	3M	3M
176	5176	KIT	IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURAÇÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO, COR A3.	FGM	MAXXION R

177	5177	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.	Adlin	Vagispec
178	5178	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRES, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CM X 8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CMX7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE;	Adlin	Vagispec
179	5179	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO P, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.	Adlin	Vagispec
180	5180	KIT	KIT PAPANICOLAU, TAMANHO "M", O KIT DEVERÁ CONTER: 01 ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, 01 ESCOVA CERVICAL, 01 ESPÁTULA DE AYRES EM MADEIRA, 01 LUVA E.V.A., 01 ESTOJO PORTA-LÂMINAS E 01 LÂMINA DE VIDRO.	Adlin	Vagispec
182	5182	CAIXA	LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE, ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM. CAIXA COM 50 UNIDADES	Adlin	Adlin
183	5183	CAIXA	LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE UTILIZAÇÃO ÚNICA PARA COLETA DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM PERFURAÇÃO DE 1,5MM, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. DEVE ATENDER A NR 32 DA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA). CAIXA COM 200 UNIDADES.	Roche	Pró-uno
				Roche	Accu-Chek Safe T Pro uno
185	5185	CAIXA	LIMA ENDODÔNTICA 1ª SÉRIE DE 25MM FLEXOFIL, COM CURSOR DE ESPESSURA 1,5 MM, CABO ARREDONDADO PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA-ÂNGULO E4R OSCILATÓRIO COM REDUÇÃO 4:1, PADRÕES ISO DE CALIBRES 006 A 140 E DE CONICIDADE .02. CAIXA COM 06 UNIDADES (15 À 40).	MAILEFER	FLEXOFIL
187	5187	UNIDADE	LOÇÃO HIDRATANTE CREMOSA, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, VITAMINA A E E, COM ALOE VERA, FRASCO COM 200ML	Neve	Lin - óleo
				DBS	Pielsana Premium
188	5188	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 6,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL
				LEMGRUBER	LEMGRUBER
				Mucambo	Dial
189	5189	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL
				LEMGRUBER	LEMGRUBER
				Mucambo	Dial
190	5190	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL
				LEMGRUBER	LEMGRUBER
				Mucambo	Dial
191	5191	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL
				LEMGRUBER	LEMGRUBER
				Mucambo	Dial
192	5192	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL
				LEMGRUBER	LEMGRUBER
				Mucambo	Dial
193	5193	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES	SUPERMAX	SUPERMAX
				Descarpac	Descarpac

194	5194	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	SUPERMAX	SUPERMAX
				Descarpack	Descarpack
195	5195	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	SUPERMAX	SUPERMAX
				Descarpack	Descarpack
196	5196	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	DESCARPACK	DESCARPACK
				SUPERMAX	SUPERMAX
197	5197	PACOTE	MANTA SMS, 40X40CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.	POLAR FIX	POLAR FIX
198	5198	PACOTE	MANTA SMS, 50X50CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.	POLAR FIX	POLAR FIX
199	5199	PACOTE	MANTA SMS, 60X60CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.	POLAR FIX	POLAR FIX
200	5200	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				Descarpack	Descarpack
201	5201	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO TIRAS. CAIXA COM 50 UNIDADES.	Descarpack	Descarpack
203	5203	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 1,2CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
				3M	3M
204	5204	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 2,5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
				3M	3M
205	5205	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
				3M	3M
206	5206	UNIDADE	OXÍMETRO DE PULSO, MEDE E MOSTRA VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA; BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO; VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO; COMPACTO, PORTÁTIL E ILUMINADO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS "AAA"; DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 8 SEGUNDOS SEM ATIVIDADE.	ROSSAMAX	SB100
207	5207	UNIDADE	OXÍMETRO PORTÁTIL, DISPOSITIVO LEVE, CAPAZ DE FAZER VERIFICAÇÃO PONTUAL E MONITORAMENTO CONTÍNUO DE SPO2 E FREQUÊNCIA DE PULSO. IDEAL PARA PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS, ACOMPANHANDO SENSORES TIPO CLIP PARA ADULTO E TIPO Y PARA NEONATAL. LCD COLORIDO DE 2,4" EXIBINDO AS LEITURAS DE SPO2 E FREQUÊNCIA DE PULSO, O BRILHO VARIÁVEL DA TELA PERMITE QUE VOCÊ ALTERE A INTENSIDADE DO LCD E ECONOMIZE A ENERGIA DA BATERIA. ALARMES SONOROS E VISUAIS AJUSTÁVEIS. PERMITE EXPORTAR DADOS DO PACIENTE EM TEMPO REAL PARA UM PC USANDO A TECNOLOGIA DE RAIOS INFRAVERMELHO OU CABO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 145 MM (L) x 74 MM (W) x 29 MM (H). PESO APROXIMADO: 210G (INCLUINDO BATERIAS).	ROSSMAX	SA210
				MD	UT-100
211	5211	UNIDADE	PVPI TOPICO COM 1000ML	Rioquímica	Rioquímica
213	5213	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL RADIOPACA, COMPOSTA PELA CARGA MICROGLASS, ONDE AS PARTÍCULAS DE VIDRO DE BÁRIO, QUE APRESENTAM TAMANHO MÉDIO DE 0,7 µM (MICRÔMETRO) E TAMANHO MÁXIMO INFERIOR A 2 µM (MICRÔMETRO), FORMAM UMA ESTRUTURA COMPACTA E AMORFA. COR A2.	KULZER	CHARISMA
215	5215	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OPACA.	3M	Z350 XT
216	5216	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). COR OA3 OPACA.	3M	Z350 XT
217	5217	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR A3.	3M	Z250 XT
218	5218	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B1.	3M	Z250 XT
219	5219	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 82% EM PESO E 60% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. COR B2.	3M	Z250 XT
220	5220	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A1.	3M	Z100

221	5221	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A2.	3M	Z100
222	5222	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A3,5.	3M	Z100
223	5223	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR A3.	3M	Z100
224	5224	UNIDADE	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 84,5% EM PESO E 66% EM VOLUME; MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA E TEGDMA. COR UD.	3M	Z100
225	5225	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR A0,5	FGM	OPALLIS
226	5226	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR B0,5	FGM	OPALLIS
227	5227	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EA4	FGM	OPALLIS
228	5228	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EB3	FGM	OPALLIS
229	5229	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 2 GR COR EC2	FGM	OPALLIS
230	5230	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA1.	FGM	OPALLIS
231	5231	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA2.	FGM	OPALLIS
232	5232	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3,5	FGM	OPALLIS

233	5233	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EA3.	FGM	OPALLIS
234	5234	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB1	FGM	OPALLIS
235	5235	UNIDADE	RESINA MICROHÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE VIDRO DE 0,5 MICRONS E NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA DE 40 NANÔMETROS, MONÔMEROS DE BIS-GMA, BIS-EMA, TEGDMA, UDMA E VIDRO DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO SILANIZADO. CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 78,5 A 79,8% E VOLUME DE 57,0 A 58,0% DE CARGA INORGÂNICA. COM FLUORESCÊNCIA E OPALESCÊNCIA NATURAL. SERINGA ERGONÔMICA COM TAMPA FIXADA AO CORPO. SERINGA DE 4 GR COR EB2	FGM	OPALLIS
236	5236	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A1 – 4GR.	3M	Z100
237	5237	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A2 – 4GR.	3M	Z100
238	5238	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A3 – 4GR.	3M	Z100
239	5239	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR A3,5 – 4GR.	3M	Z100
240	5240	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B1 – 4GR.	3M	Z250 XT
241	5241	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR B2 – 4GR.	3M	Z100
242	5242	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR C3 – 4GR.	3M	Z250 XT
243	5243	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA2 – 4GR.	3M	Z250 XT
244	5244	UNIDADE	RESINA MICRO-HÍBRIDA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES E MATRIZ ORGÂNICA BIS-GMA, TEGDMA:ZICORNIA /SÍLICA COM 84,5%, POSSUI TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS 4,5 MICROMETROS E PESO NO MÍNIMO 70% EM VOLUME – COR OA3 – 4GR.	3M	Z250 XT
249	5249	UNIDADE	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR
				BD	Emerald

250	5250	UNIDADE	SERINGA 10ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOL E GRADUAÇÃO ATÉ 10ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	Emerald Saft
251	5251	UNIDADE	SERINGA 1ML (BCG), COM AGULHA FIXA, CAPACIDADE PARA 100U.I, ESCALA DE 2 EM 2 UNID.. AGULHA 12,7X0,3MM. EMBALADAS EM CONJUNTO DE 10 UNIDADES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	ULTRALINE
252	5252	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, COM AGULHA DE 13X0,33 ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO PRIMÁRIO, CILINDRO SECUNDÁRIO, ÊMBOL E GRADUAÇÃO ATÉ 1ML, CILINDRO PRIMÁRIO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, FLANGE, CILINDRO SECUNDÁRIO O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE POSSIBILITA A RETRAÇÃO DA AGULHA, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA, ESCALA DA GRADUAÇÃO DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, DE ACORDO COM A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	Safetyglide
253	5253	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOL COM ANEL DE RETENÇÃO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 12,7X0,3 MM DE CALIBRE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
				BD	Ultrafine
254	5254	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOL COM ANEL DE RETENÇÃO, SEM ESPAÇO MORTO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 8MM X 0,3MM DE CALIBRE.	SOLIDOR	SOLIDOR
				BD	Ultrafine
255	5255	UNIDADE	SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR
				BD	Plastipak
256	5256	UNIDADE	SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR
				BD	Emerald
257	5257	UNIDADE	SERINGA 3ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOL E GRADUAÇÃO ATÉ 3ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	Emerald Saft
258	5258	UNIDADE	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR
				BD	Emerald

259	5259	UNIDADE	SERINGA 5ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 5ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	Emerald Saft
260	5260	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 10ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	BD	Emerald Saft
262	5262	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 3ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	BD	Emerald Saft
263	5263	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 5ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	BD	Emerald Saft
264	5264	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML PARA INSULINA, COM AGULHA DE 13 X 3,8.	BD	BD
				SR	SR
				BD	Plastipak
265	5265	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 0,5ML, COM AGULHA FIXA 8,0X0,33MM, GRADUADA EM 50 UNIDADES, ESCALA DE UMA EM UMA UNIDADE, A SERINGA NÃO DEVERÁ TER ESPAÇO MORTO E DEVERÁ TER ÊMBOLO DE CORTE RETO GARANTINDO A PRECISÃO NA DOSAGEM, EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE, IDEAL PARA CRIANÇA, ADOLESCENTE E ADULTO MAGRO (IMC ATÉ 25). COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	INJEX	INJEX
				BD	Ultrafine
266	5266	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 03ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	SR	SR
				BD	Emerald
267	5267	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 05ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	SR	SR
				BD	Emerald
268	5268	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	SR	SR
				BD	Emerald
269	5269	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	SR	SR
				BD	Plastipak
270	5270	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 60ML, SEM AGULHA, BICO DE CATETER. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	Cateter
271	5271	UNIDADE	SOLUÇÃO DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA DEGERMANTE 2%. COM 1000ML	Rioquímica	Rioquímica

273	5273	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 14	Rusch Unomedica/ Convatecl	Rusch Folley Cathe- ter
274	5274	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 16	Rusch Unomedica/ Convatecl	Rusch Folley Cathe- ter
275	5275	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 18	Rusch Unomedica/ Convatecl	Rusch Folley Cathe- ter
276	5276	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 20	Rusch Unomedica/ Convatecl	Rusch Folley Cathe- ter
277	5277	UNIDADE	SONDA FOLLEY COM BALÃO, COMPOSIÇÃO 100% DE SILICONE. CONTENDO 10 UNIDADES Nº 8	Rusch Unomedica/ Convatecl	Rusch Folley Cathe- ter
278	5278	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 12, PARA DRENAGEM DE URINA NA URETRA E BEXIGA. EXPESSURA DE 4,5MM, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICO. COM TUBO DE PVC ATÓXICO E FLEXÍVEL E CONECTOR COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INVOLÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. COM 10 UNIDADES	Mark Med	Mark Med
279	5279	UNIDADE	SONDA URETRAL Nº 14, PARA DRENAGEM DE URINA NA URETRA E BEXIGA. EXPESSURA DE 5MM, ESTÉRIL, ATÓXICA, APIROGÊNICO. COM TUBO DE PVC ATÓXICO E FLEXÍVEL E CONECTOR COM TAMPA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INVOLÁVEL, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. COM 10 UNIDADES	Mark Med	Mark Med
280	5280	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 1000ML	Sanobiol	Sanobiol
281	5281	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 100ML	Sanobiol	Sanobiol
282	5282	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 250ML	Sanobiol	Sanobiol
283	5283	UNIDADE	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO COM 500ML	Sanobiol	Sanobiol
284	5284	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 1000ML	Sanobiol	Sanobiol
285	5285	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 250ML	Sanobiol	Sanobiol
286	5286	UNIDADE	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO ESTÉRIL, FRASCO CONTENDO 500ML	Sanobiol	Sanobiol
288	5288	UNIDADE	TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CONNFECCIONADO EM TERMOPLÁSTICO, COM AVISO SONORO, VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA, DEVERÁ POSSUIR SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.	MEDEQCO Bioland	MEDEQCO Bioland

Justificativa: Estes requerimentos apresentados cumpriram os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento das especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

Diante ao exposto, a comissão decide que as Marcas e Modelos de bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão e incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC" pelo prazo de 01 (um) ano conforme Resolução 001 de 19 de março de 2015.

Intime-se as empresas acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Av Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas – SC, CEP 89840-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Coronel Freitas, 18 de Janeiro de 2016.
Edir Antonio Bagio
Presidente Comissão Especial de Avaliação
Resolução nº 003/2016